

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

29

Minorias sociais e luta de classe

Entrevista:

**Dr. Francisco Fausto,
Presidente do TST**

**Mercantilização do
Setor Público**

Memória Docente:

Roberto Leher

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE é uma publicação quadrimestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição: veja instruções na página final.

ASSINATURAS e pedidos de números avulsos: utilize o cupom da página final.

Conselho Editorial

Antonio Candido; Antônio Ponciano Bezerra; Carlos Eduardo Malhado Baldijão; Décio Garcia Munhoz; Florestan Fernandes (in memoriam); Lauro Campos; Luiz Henrique Schuch; Luiz Pinguelli Rosa; Márcio Antônio de Oliveira; Maria Cristina de Moraes; Maria José Feres Ribeiro; Maurício Tragtemberg (in memoriam); Newton Lima Neto; Oswaldo de Oliveira Maciel; Paulo Freire (in memoriam); Paulo Rizzo; Renato de Oliveira; Sadi Dal Rosso; Roberto Leher.

Encargatura de Imprensa e Divulgação

Antônio José Vale da Costa (Tomzé).

Coordenação do GTCA

Almir Serra M. Menezes Filho, José Domingues de Godoi Filho, Antônio José Valle da Costa, Antônio Ponciano Bezerra e Rosilda Silva Dias.

Editor

Antônio Ponciano Bezerra

Editoras Adjuntas

Janete Luzia Leite e Marília Leite Washington

Secretário Executivo Editorial

Jair Tenório Jatobá

Edição de arte e editoração eletrônica

Dmag Comunicação

Fotos

Arquivo ANDES-SN, Arquivo MST, Folha Imagem, Imagenlatina, Paulo Pepe/Nau e João Roberto Ripper.

Capa e ilustrações

Doriana Madeira e Marcos A (Dmag).

Revisão de textos

Antônio Ponciano Bezerra e Janete Luzia Leite.

Revisão final

Iara Yamamoto

Tiragem: 3.000 exemplares.

REDAÇÃO E ASSINATURAS:

ANDES-SN Secretaria Regional São Paulo.
Rua Jorge Tibiriçá, 175 - Vila Mariana - 04126-000
São Paulo -SP
Tel. (11) 5083-9522, Tel/fax: (11) 5572-6973
e-mail: andesregsp@uol.com.br
Home-page: www.andes.org.br

Minorias Sociais e Luta de Classe no Brasil

- 7 Globalização e exploração sexual de crianças e adolescentes
Maria Lúcia Pinto Leal
- 19 A luta contra o racismo no Brasil e o movimento docente.
Marcelo Henrique Romano Tragtenberg
- 29 Ações afirmativas e cotas do ângulo do marxismo.
Rosângela Rosa Praxedes e Walter Lúcio de Alencar Praxedes
- 34 Restruturação produtiva, reprodução e gênero no setor financeiro.
Maria Helena Santana Cruz
- 46 Ação afirmativa em benefício da população negra.
Kabengele Munanga
- 53 Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero.
Renato Veloso
- 57 Ensino superior no Brasil e ações afirmativas para negros.
Delcele Mascarenhas Queiroz
- 61 Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior: as propostas dos NEABs.
José Jorge de Carvalho
- 68 A judicialização dos conflitos de classe no Brasil.
Maria Cristina Cardoso Pereira.
- 74 Homossexualidade: o discurso médico e a exclusão do sujeito.
Acyr Maya
- 80 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: novos sujeitos na luta pelo direito à cidade.
Sonia Lucio Rodrigues de Lima
- 86 Aprendendo com a experiência.
Aurivan Truká, Pina Tembê, Dina XoKleng e Bruno Xavante
- 94 Legitimidade das ocupações.
Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST
- 111 **Entrevista:** Dr. Francisco Fausto

Sumário

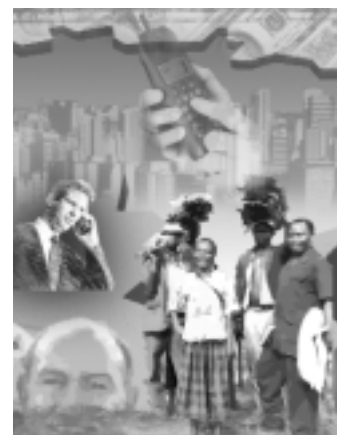
Mercantilização do Setor Público: Educação e Previdência

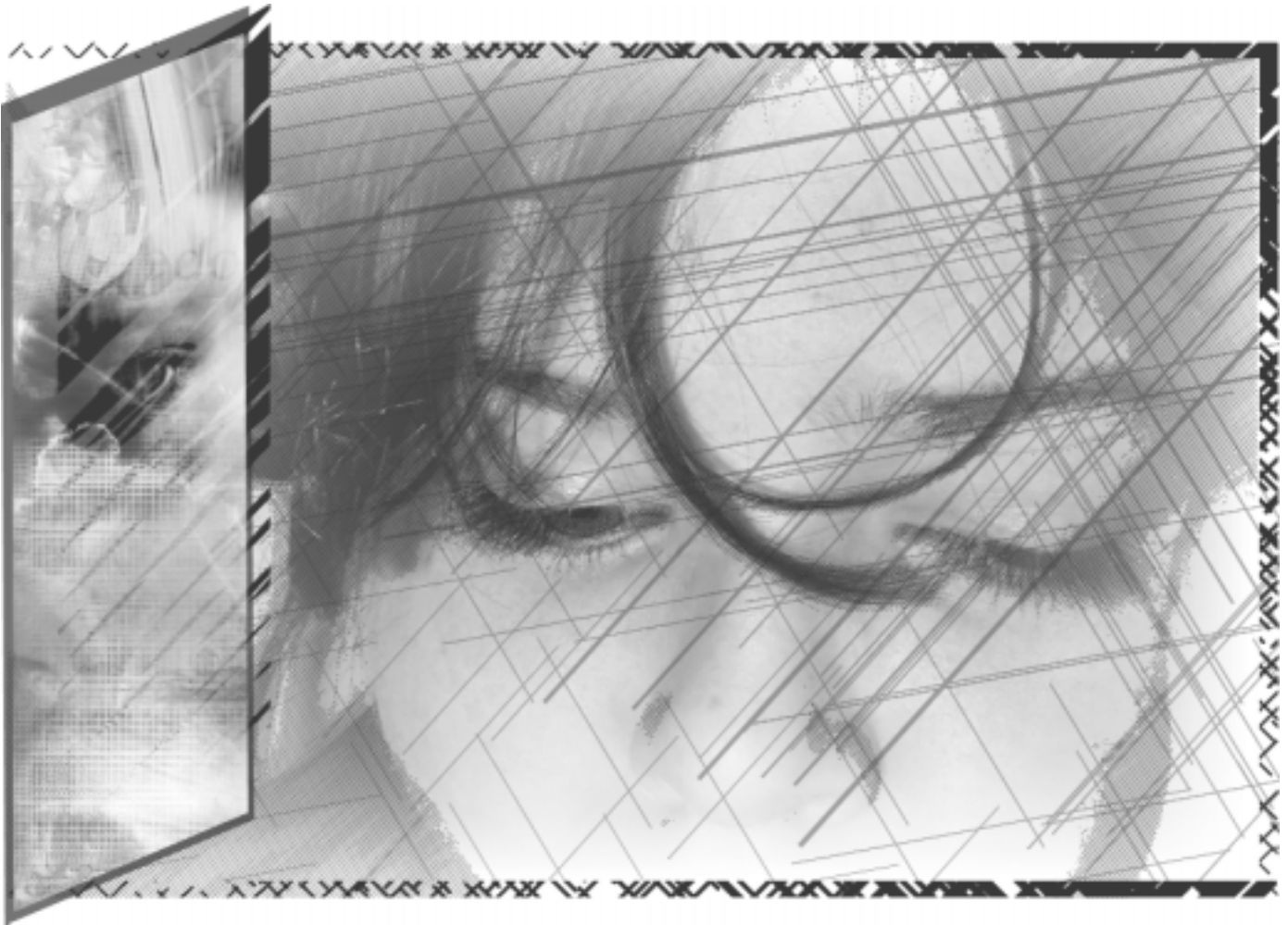
- 121 Sob o signo do social-liberalismo: terceira via e modernização social.
Ruy Braga
- 130 Uma proposta para a reforma da Previdência.
Eduardo Alves
- 141 O governo Lula e o desafio histórico da construção de um projeto democrático e popular de sociedade.
Rodrigo de Souza Dantas
- 154 Possibilidades de um circuito virtuoso da educação nacional.
Maria de Fatima Felix Rosar
- 158 Fundações privadas na USP, a privatização insolente.
Ciro T. Correia e Pedro E. da Rocha Pomar
- 169 Autonomia, carreira e outras histórias: 20 anos de lutas dos docentes das universidades estaduais da Bahia.
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior e Ferdinand Martins da Silva
- 175 A educação superior na América Latina e Caribe: consequência de uma política neoliberal.
Ernâni Lampert
- 185 **Memória do Movimento Docente:** Entrevista com **Roberto Leher**



Debates Contemporâneos

- 207 Venezuela: quem tem medo da democracia na América Latina?.
Carlos Walter Porto Gonçalves
- 211 Urbanismo e história: pelo resgate do concurso de Brasília.
Aline Moraes Costa
- 218 Os limites dos Movimentos Sociais na sociedade capitalista.
Dileno Dustan Lucas de Souza
- 226 Sobre a modernidade e seus críticos.
Romero Venâncio
- 231 Globalização, ALCA e Educação.
Jocelyn Berthelot
- 237 **Ensaio Fotográfico:** Minorias...entre o barril e a pólvora





Globalização e exploração sexual de crianças e adolescentes

*Maria Lúcia Pinto Leal*¹

O objetivo deste estudo é analisar o impacto da globalização no contexto da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes² - ESCCA, identificando-a como questão social a ser racionalizada e enfrentada de forma multidimensional.

Para realizar este intento, destacamos três categorias complexas, com especificidades distintas, para fundamentar conceitualmente a ESCCA: a globalização, a sexualidade e a violência.

A globalização é um fenômeno de múltiplas significações e apresenta uma

diversidade de interpretações. Uma delas é que existem várias globalizações: a que resulta de um desdobramento natural do aprofundamento da interdependência internacional, e constitui-se em um tema universal de interesse global da humanidade, com enfoque nos direitos humanos; a que corresponde a uma realidade, sobretudo econômica³, que aprofunda os riscos e as assimetrias entre os países ricos e países em desenvolvimento, e, por essa via, identifica-se com um mecanismo de mundialização das culturas.

O processo de flexibilidade atinge não só as relações de trabalho masculino, mas, sobretudo, o feminino e infantil, através da inclusão da mão-de-obra desta população, em sistemas informais precários e em sistemas clandestinos e do crime organizado.

Apesar das diferentes interpretações, podemos inferir que se tornou menos nítida a linha que separa cada uma de suas significações, na vivência em sociedade.

Neste estudo, vamos dar ênfase à análise das relações⁴ que se constroem e se transformam sob o impacto da globalização, na vida social de crianças e adolescentes, em situação de ESCCA, no Brasil.

Definimos a ESCCA como uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado) ou por pais ou responsáveis e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

Assim, cabe aprofundar, em um primeiro momento, como este mercado movimenta o comércio de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. E, em um segundo momento, estabelecer as relações que vão emergindo, com o objetivo de desvendar a questão da violência sexual e suas relações entre a esfera privada da família e o privado com fins lucrativos, que, no nosso entendimento, nos remete a um feixe de relações complexas e de múltiplas determinações.

A lógica da globalização do mercado se expressa, de um lado, por meio das forças globais e, de outro, por meio da reestrutura econômica e as conseqüências sociais nos países centrais e periféricos, de forma articulada:

desemprego estrutural, rebaixamento salarial crescente, desigualdades e migrações.

Por último, se expressa através das mudanças e enfraquecimento visível nas relações sindicais e nos sistemas de negociação e desenraizamento das atividades econômico-indústriais, provocando profundas transformações na base da vida social.

Ao lado deste cenário de transformações econômicas, observamos a fragilização dos estados nações, incentivada pelo Consenso de Washington, em 1998, que determinou medidas de ajuste neoliberal.⁵ Medidas estas que levaram os países periféricos e semi-periférico a aumentar seu déficit social.

Este modelo de globalização neoliberal acirra a crise entre capital e trabalho. E, em primeira instância, quem sofre, de forma direta, o impacto social desta crise é o trabalhador, que, sob a égide da quebra de "contratos sociais" e de direitos, se vê compelido a vivenciar experiências de sobrevivência que recriam velhas e novas formas de precarização das relações de trabalho, no capitalismo.

É nesta perspectiva que o processo de flexibilidade atinge não só as relações de trabalho masculino, mas, sobretudo, o feminino e infantil, através da inclusão da mão-de-obra desta população, em sistemas informais precários e em sistemas clandestinos e do crime organizado. Situação que leva não somente à submissão do trabalhador a situações de vulnerabilidades e riscos sociais, como ao trabalho for-

çado, explorado, escravo e ao extermínio.⁶

Este novo cenário de crise, no mundo do trabalho, vai refletir diretamente nas relações familiares. A desterritorialização (via processos migratórios) gradual ou geral dos membros da família atraídos para frentes de trabalho⁷, nas regiões rurais, de fronteiras, litorâneas e urbanas ou para outros países, inclui mulheres e crianças no mercado de trabalho sob condições precárias, dentre outras situações de exploração e violência.

O acirramento social vai proporcionar, dentre outras situações, a fragilização da família por meio do abandono precoce do "gestor" das responsabilidades paternas, o abandono dos filhos em relação ao convívio do lar, da escola e de outras relações de sociabilidade. Vai proporcionar, também, o afastamento da mãe do cotidiano do lar.

Na verdade, as transformações que este modelo opera, no âmbito da família, determinam novas relações. Relações estas difíceis de serem digeridas dentro da família, especialmente por parte das crianças e dos adolescentes, tais como: conviver com a troca de parceiros dos pais e o conflito que gera dentro da família, alcoolismo, drogadição, experiências sexuais precoces e insalubres, violências sexuais, prostituição e tantas outras relações que vulnerabilizam social e pedagogicamente este segmento.

Além dos conflitos familiares, agregam-se outros conflitos gerados nas relações externas que estas crianças constroem, em outros meios sociais (rua, gangues, grupos de tráfico), em detrimento do acirramento da situação social e interpessoal da sua família.

Essas crianças terminam virando presas fáceis para o mercado do crime e das redes de exploração sexual. Recrutadas e aliciadas pelos exploradores, se deixam enganar por falsas pro-

messas e artigos de consumo, dirigidos aos desejos da infância e adolescência.

Essas crianças e adolescentes aceitam se submeterem a uma ordem perversa de trabalho, já não só pela necessidade material, mais por desejos de consumo imputados pelos meios de comunicação e pela lógica consumista da sociedade capitalista, reproduzida pelo seu grupo de pertencimento.

De fato, o modelo de globalização de mercados expande a idéia do consumo como meio de inserção social, estilo de vida, *status quo*, veicula através dos meios tecnológicos de comunicação e informação uma sociedade de marcas, onde a mesma vai buscar se identificar e fortalecer relações de discriminação de classe, de estilos urbanos e comportamentos sócio-culturais, capazes de despolitizar as diferenças e recriar respostas violentas e bárbaras para os conflitos.

Nesta perspectiva, a produção não só proporciona o objeto de consumo⁸ e determina sua forma, mas também cria continuamente novas necessidades de consumo. A produção globaliza o objeto, a forma e o desejo de consumir. Por sua vez, o consumo cria a necessidade de novas produções, acentuada pela influência da publicidade e do *marketing* na opinião pública da população. Na verdade, o consumo reflete uma das hibridações culturais que acompanham a globalização dos mercados e os comportamentos de consumo.

É da natureza do mercado construir estratégias de disponibilizar ao consumidor, através do comércio, uma variedade de produtos e bens de consumo, elaborados pela força de trabalho humano (seja assalariada/explorada ou escravizada) e pelo recrutamento forçado do trabalho infantil. Também disponibiliza a venda da

prestação de serviços, inclusive os sexuais, e, de acordo com as transformações do capital, o mercado expande-se e diversifica-se.

Nesta direção, vimos que a crise não inviabiliza o consumo, à medida que o mercado oferece uma variedade de produtos dirigidos a diferentes classes sociais e a diferentes preferências e estilos culturais urbanos.

Portanto, o mercado vende o produto e a idéia que está contida nele, isto é, o que simboliza as experiências de vida das classes e grupos sociais, resignificado pela razão mercantilista e devolvido para o consumidor através de marcas - quase como um rito de passagem - o que vem a formar, no imaginário social, uma idéia falsa e/ou alienada de possibilidade de realização de experiências, sonhos e aspirações sociais e culturais por parte das classes e grupos, via o acesso a estes produtos.

Transformam a prática do consumo numa espécie de afirmação de identidade burguesa, de "liberdade" e de "inclusão social" do cidadão, despolitizando a crítica de algo absolutamente desigual, híbrido e contraditório, que são as relações de consumo na sociedade capitalista contemporânea.

Nestas relações, está implícita uma revalorização do individualismo que pode se transformar em referências de justiça e ordem, inspirando os grupos de jovens, por exemplo, à formação de sociedades anônimas e com estruturas de organização de crime organizado.

O modelo de globalização neoliberal vigente reduz não somente o direito do consumidor, como desestimula escolhas e preferências culturais e de estilos de comportamento societários éticos e solidários, como também exclui os trabalhadores, pré e pós-contratuais de seus direitos tradicionais.

Nesses termos, temos clareza de que o modelo de globalização neoliberal vigente reduz não somente o direito do consumidor, como desestimula escolhas e preferências culturais e de estilos de comportamento societários éticos e solidários, como também exclui os trabalhadores, pré e pós-contratuais de seus direitos tradicionais, acentuando a pobreza, as desigualdades sociais, os desastres ecológicos e a emergência de novas formas de exploração e violência, no interior da sociedade.

São estas práticas que reproduzem diferentes "soluções" que acirram o colapso das regras e dos valores civilizatórios na sociedade, produzindo relações de violência e barbárie⁹, em suas múltiplas facetas, como a que se expressa através da mercantilização da sexualidade infanto-juvenil.

Argumentando sobre este cenário de violência, Soares (2000) afirma que é necessário reconhecer a falência da legitimidade do Estado e aponta que uma característica cultural entrelaça-se com ênfase na dominação de classe, de gênero, raça, etnia e no fenômeno de relações tradicionais, e de sua substituição incompleta por um sistema de relações individualista, estruturado pelo mercado e por princípios universalistas e igualitários de política e cidadania.

Tanto a resposta à violência sexual, quanto àquela que fortalece os direitos dos sujeitos em situação de violência sexual, é resultante de relações contraditórias que emergem da própria socie-

dade, e é, nesse contexto, que o movimento de mulheres, crianças e adolescentes aliado ao movimento mais amplo da sociedade civil busca frear a lógica violenta do mercado, do Estado e de setores da sociedade, em relação à sexualidade infanto-juvenil.

*Sexualidade e direito:
o contraponto à violência sexual*

Globalizar os direitos e o desenvolvimento social de crianças e adolescentes é o fundamento ético do enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em nível nacional e internacional.

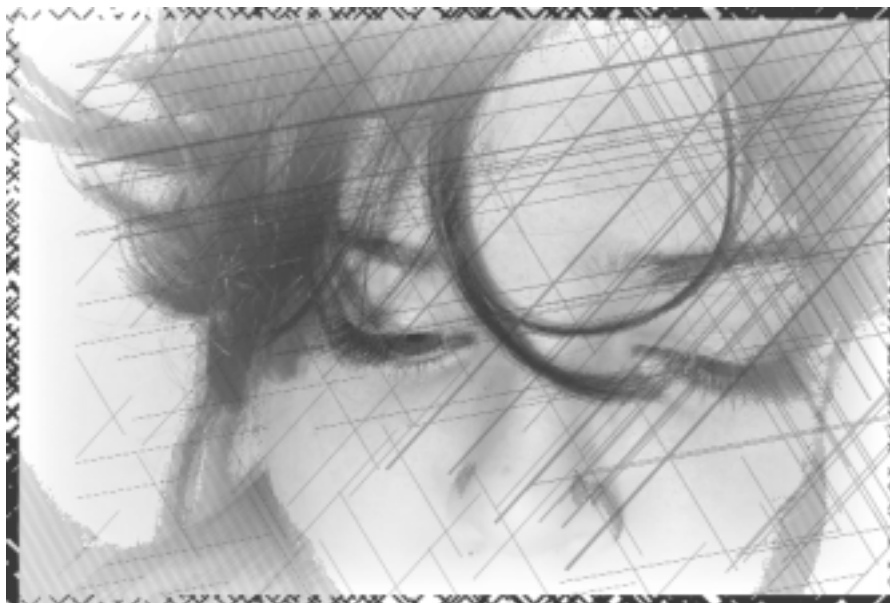
Os instrumentos normativos e as agendas políticas nacionais e internacionais conferem um texto político à ESCCA¹⁰, enfatizando a dimensão dos direitos humanos como concepção guia para as políticas sócio-econômicas enfrentarem o fenômeno.

Examinando o processo de mobilização do setor jurídico, em relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente, observamos que há ainda, por parte dos legisladores, uma tendência na direção de uma releitura da legislação sobre crimes sexuais, privilegiando a adoção de medidas repressivas, por meio do aumento de pena.¹¹

A ESCCA é um tipo de violência sexual que não pode ser entendida como uma ação localizada, como ato puro do crime. Ela deve ser vista, sobretudo, como uma questão social.

Desta forma, faz-se necessário desmistificar, também, as noções de vítima e de consentimento, por entendermos que são expressões tomadas de sentimentos moralistas e repressivos, que fortalecem uma análise mecânica e particularista da violência sexual contra crianças e adolescentes.

As formas agudas de violência contra crianças e adolescentes não constituem em um fenômeno novo da so-



cidade. No entanto, a visibilidade da violência e a atribuição do ECA/90 às crianças e adolescentes como são sujeitos de direito são uma experiência recente na história brasileira. Esta nova concepção vai buscar modificar uma cultura de inferioridade-subordinação, sobre a qual a violência se manifesta, cresce, se legitima e se consolida.

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil, Lei Federal 8.069, de 1990 - constitui instrumento único no contexto latino-americano. Pela primeira vez, uma lei para a infância rompe radicalmente com os postulados da chamada doutrina da situação irregular, adequando seu texto e espírito à doutrina conhecida como a da Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância (Convenção Internacional, Regras de Beijem, regras mínimas para os jovens privados de liberdade etc). (Méndez, 1998, p. 30).

No entanto, a absorção da noção de direito pelo conjunto da sociedade

não é algo simétrico, o que exige um processo contínuo de debate público sobre a matéria, com vistas a criar a cultura de direito tão pouco vivenciada pela sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, vamos indagar se a atual legislação¹² acerca da matéria atende ao que preceitua o dispositivo constitucional em apreço. Examinemos o conteúdo da legislação penal, no que concerne a esse tema.

Quando se trata de crimes contra os costumes, o Código Penal brasileiro presume a violência, quando a vítima for menor de 14 anos, o que leva ao agravamento das penas.

Com respeito ao crime de estupro, Art. 213, do Código Penal brasileiro, e Art. 263, da Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentou-se um parágrafo único, agravando a pena, quando o estupro for cometido contra menor de 14 anos.

Posteriormente à Lei 8.072 do

Faz-se necessário desmistificar, também, as noções de vítima e de consentimento, por entendermos que são expressões tomadas de sentimentos moralistas e repressivos, que fortalecem uma análise mecânica e particularista da violência sexual contra crianças e adolescentes.

mesmo ano, que classificou e disciplinou os crimes hediondos, estabeleceu, no Art. 6º, um agravante e uma causa de aumento de 50% da pena, nas hipóteses de estupro praticado contra as pessoas descritas no Art. 224, do Código Penal brasileiro, entre as quais se encontra a adolescente menor de 14 anos de idade.

A mesma situação ocorre com relação ao crime de atentado violento ao pudor (Art. 214, do CPB). O Estatuto da Criança e do Adolescente criou um agravante, no caso de a vítima ser menor de 14 anos de idade, enquanto a Lei dos Crimes Hediondos, além desse, estabeleceu causa de aumento da pena. Entretanto, deixou-se de fora a hipótese em que a vítima seja menor, com idade entre 14 e 18 anos.

Quanto aos crimes de corrupção de menores, há que se destacar aquele previsto no Art. 218, do CPB, que trata da corrupção com fins libidinosos, daquele tipificado na Lei nº 2.252/54, cuja conduta típica consiste em corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 anos, com ele cometendo infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

Contudo, essa tipificação penal refere à pessoa maior de 14 e menor de 18 anos. Logo, se menor de 14 anos de idade for levado a presenciar a prática de ato libidinoso, não há crime, o fato é atípico. Quanto ao crime de lenocínio e tráfico de pessoas, o Art. 229, do CPB, não aborda o problema da vítima menor de 18 anos, ao se tratar de casa de prostituição.

Quanto ao tráfico de crianças e adolescentes, a legislação brasileira tem considerado a *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado (2000)*¹³ e seu *Protocolo para a prevenção, repressão e punição do tráfico de seres humanos, especialmente, mulheres e crianças (Protocolo de Palermo)*; os artigos 231

As instituições jurídicas têm demonstrado muitas contradições e falhas no seu sistema de repressão e responsabilização, em função do autoritarismo e da burocracia

(tráfico internacional de mulheres para fins de prostituição), 227, 228 e 229 (as diversas formas de lenocínio), do Código Penal Brasileiro; e o artigo 244-A (submissão de crianças e adolescentes à prostituição e à exploração sexual), do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A dimensão legal (séc. XX) constituiu-se em uma noção e instrumento fundamentais do Estado de direito (Constituição de 1988), para estabelecer estratégias de repressão e responsabilização dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Sabe-se que é histórica, no imaginário da sociedade, a importância da responsabilização do agressor ou violador dos direitos, frente ao crime que comete. No entanto, as instituições jurídicas têm demonstrado muitas contradições e falhas no seu sistema de repressão e responsabilização, em função do autoritarismo e da burocracia, sendo a mais grave a impunidade, a exemplo do massacre das crianças de Cuiú-Cuiú, no Pará, os massacres de Carandiru e Vigário Geral e os massacres dos trabalhadores sem-terra, em Corumbiara (RO). Todos impunes!

Acrescente-se à questão a aplicação da lei e imputação à coexistência de uma cultura da corrupção, impregnada no sistema burocrático das instituições, pela existência de profissionais ligados às redes de contravenção, favorecendo a impunidade dos crimes, já citados anteriormente, da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, entre outros.

Se, por um lado, essa instituição sofre com a existência de micropoderes envolvidos com a corrupção, tam-

bém coexistem setores que lutam pelo estabelecimento da Justiça e da Ética. Cresce o número de legisladores que estão estudando mudanças para o Código Penal Civil, a própria promulgação do ECA-90 e de outras normativas nacionais e internacionais, que se constituíram como discurso hegemônico (legitimador dos direitos humanos), no combate à exploração sexual comercial e ao abuso de crianças e adolescentes.

A sociedade tem se mobilizado, no sentido de que o discurso legal não se constitua apenas na repressão, mas em um conjunto de medidas preventivas e de desmobilização da ação do agressor, nos locais onde se estabelece o conflito (família, comunidade, escola, trabalho, rua e mercado), para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual.

É neste cenário de razões contraditórias¹⁴ que vamos mergulhar no fenômeno da ESCCA, na perspectiva de desvendar como a sociedade tenta resolver conflitos de natureza sexual, a partir de suas diferentes formas de vivenciar a sua sexualidade e o direito a exercê-la plenamente nas sociedades contemporâneas.

O reverso da situação de violência sexual, especialmente a tipificada como ESCCA, estaria, grosso modo, na quebra da oferta e da demanda para o consumo de serviços sexuais de crianças e adolescentes, com vistas a desestimular esta prática, pois entendemos que se faz necessária uma relação de respeito ao direito à infância de vivenciar sua sexualidade sem violências.

É fato comprovado que existe um

mercado vendendo o corpo de crianças e adolescentes (em sua maioria, do gênero feminino e de classes populares e médias) para fins sexuais para uma demanda consumidora (em sua maior parte masculina), com preços acessíveis a diferentes classes sociais, preferências sexuais, cor, etnia, religião. Portanto, existe uma demanda potencial para consumir serviços sexuais de crianças e adolescentes.

Esta prática, geralmente, é clandestina, ilegal, portanto fere os direitos de crianças e adolescentes prescritos pelo ECA/90. Porém, é raro não existir um comércio deste em alguma localidade, que não se tenha notícia em algum meio de comunicação (anúncios de jornais, cardápios, folder de turismo, etc.) ou através de informações entre pessoas, ou mesmo sendo oferecido livremente nas ruas pelas próprias crianças ou adolescentes.

Neste caso, o fenômeno é de conhecimento de "todos", porém não é visível no debate público e institucional. Este fica submetido ao âmbito da esfera íntima da família ou da esfera privada do mercado. É raro encontrar estatísticas ou informações estruturadas na rede de notificação de violações de direitos de crianças e adolescentes e é raro, também, encontrar denúncias por parte da família ou da própria vítima junto a estes órgãos. Seja por medo, vergonha ou coação, seja porque são desencorajadas pela postura conservadora e moralista das instituições, ao se depararem com o caso.

No entanto, os funcionários destas instituições podem ser fregueses destas redes de comercialização de sexo infanto-juvenil, portanto são potenciais consumidores.

É fato, também, que o mercado local convive com o comércio sexual de crianças e adolescentes. Faz suas trocas comerciais com estes estabelecimentos e, muitas vezes, compra os

O mercado do sexo infanto-juvenil convive entre a legalidade e a ilegalidade, na esfera do poder local.

serviços sexuais oferecidos. Além disso, estes estabelecimentos recebem, em muitos casos, o alvará de licença pelas administrações regionais.

Outra situação curiosa é que dificilmente a polícia local, quando realiza um flagrante nessas casas, não encontram um documento que comprove a existência de pessoas que trabalham no recinto, menores de 18 anos. No entanto, existem várias denúncias de falsificações de documentos, o que nos incita a pensar que este comércio tem relação com a corrupção e o crime organizado.

Revela, ainda, que o mercado do sexo infanto-juvenil convive entre a legalidade e a ilegalidade, na esfera do poder local.

Esta descrição sintética sobre os feixes de relações que constroem a rede de comercialização do sexo, confirma uma profunda rejeição da sociedade de conceber a sexualidade como direito. E nega que a criança e o adolescente sejam sujeitos de direitos, contrariando o próprio ECA/90.

Estas relações e comportamentos contraditórios da sociedade moderna reafirmam as práticas e concepções repressivas, moralistas e vitimizadoras, investidas contra os segmentos infanto-juvenis, na história da humanidade¹⁵.

Estas contradições demonstram, ainda, tanto uma aceitação pela sociedade da existência do fenômeno, quanto de sua omissão, pois quase todos os setores têm um consumidor da sexualidade infanto-juvenil. Tanto é verdade que o mercado, ao racionalizar o sexo através da mercantilização, busca sua inspiração na demanda da sociedade por sexo com crianças e adolescentes.

"Foi identificada na BR-230 (Parabá) uma nova rota da prostituição infantil que inclui Patos, Campina Grande e João Pessoa. Foi surpresa encontrar, no rol de seletos clientes, inúmeros políticos, juizes e comerciantes de Patos e das redondezas. Pior: o envolvimento dessas "autoridades", que deveriam criar políticas juvenis, é um dos maiores entraves para o andamento das investigações" (Folha de São Paulo, 29.04.02).

O corpo infanto-juvenil é mais um produto colocado no mercado globalizado do sexo, onde o *marketing* e a publicidade, de um modo geral, encarregam-se de fabricar, no caso brasileiro, a imagem da mulher jovem e mulata, direcionada, por exemplo, para o turismo sexual e a indústria do consumo.

Geralmente, a imagem produzida cristaliza a erotização da forma explícita ou subliminar, por meio de ícones e símbolos que representam uma ingenuidade ou pureza da infância e juventude na televisão, *outdoor*, internet etc.

Hoje, diariamente, na televisão, nos *outdoors*, nas mensagens publicitárias, a nudez feminina virou produto de primeira necessidade. A criatividade foi sendo substituída pelo culto ao "tchan". O apelo das "popozudas", mensagem central de alguns *sites*, transformou ônibus urbanos em painéis ambulantes (Di Franco. In: Estado de São Paulo, 19/03/01).

A erotização, segundo Giddens (1996), pode fortalecer, nas sociedades machistas, desejos que vão se internalizando de tal maneira que é preciso descarregar a energia erótica numa dada prática sexual. Para o que, historicamente, era realizado em prostíbulos, existem, hoje, outros estabele-



cimentos e formas sofisticadas, envolvendo crianças e adolescentes, como a pornografia na internet; o turismo sexual (*folder, book* etc.), os classifica- dos de jornais e outros meios de comunicação, ligados em redes globali- zadas do sexo, se constituem em verdadeiros espaços de busca sexual e erotismo.

Há, portanto, um processo de sofisticação da produção da imagem infanto-juvenil erotizada, através de peças publicitárias, distribuídas no meio turístico e nas redes de diversão, conforme denunciou o ECPAT, no Congresso de Estocolmo, em 1996.

As estruturas simbólicas revestem-se de valores, em que as relações de violência sexual encontram suporte ideológico para justificar a existência das redes de exploração sexual de cri-

anças e adolescentes. Mediada por razões de natureza social, interpessoal e comportamental, a tendência dessa concepção é de atribuir à criança e ao adolescente, especialmente do sexo feminino, a culpa pelo abuso e a exploração sexual cometidos contra eles, e/ou a família.

A cultura tradicional estabelece valores e mantém tabus que delimitam a maneira de expressar a sexualidade de seu povo. Além disso, há fortes sentimentos mistos, preconceitos, concepções errôneas em relação à masturbação, virgindade, menstruação e outras, mas algumas coisas são comuns a quase todas as mulheres ocidentais: a diferença de gênero, dos papéis masculino e feminino, é uma delas, e o tabu do incesto é outra (Verardo, 2000, p. 51).

Qual é a prática ideológica que estigmatiza esses sujeitos? O *apartheid*, a discriminação social, de raça, de gênero e também de orientação sexual. A mídia, o *marketing* e a publicidade são veículos de fortalecimento da estigmatização desses sujeitos, através da construção de espaços simbólicos e imaginários de construção da violência.

Os discursos institucionais (médico, jurídico e outros), ainda, fortalecem a idéia da sexualidade como algo a ser resolvido no âmbito privado. Estabelecer a prática do sexo, do prazer e do desejo fora da relação familiar constitui-se, ainda, um fator de rejeição, estigmatização e de isolamento social. Nessa perspectiva, se a sexualidade ocorrer fora do esquema aceito pelas instituições de controle social, os sujeitos podem sofrer sanções e

punições violentas das instâncias da sociedade.

É por isso que a igreja, através da legislação eclesial, tratou a prostituição como uma transgressão sexual. E quem a praticasse era excomungado pela igreja e obrigado a submeter-se a um processo de purificação da alma e do corpo, sendo essas pessoas consideradas objeto excreto da sociedade, o que vem descortinar a relação entre sexualidade e repressão¹⁶, como vetor importante na compreensão da existência de lugares onde a sexualidade é exercida pela sociedade.

A questão da sexualidade torna-se mais complexa quando se refere a crianças e adolescentes e quando essa relação se constitui em violência sexual com os seguintes desdobramentos: o recente reconhecimento da criança e do adolescente, enquanto sujeito em processo de desenvolvimento biopsicossocial e de direitos; o desigual reconhecimento das diferentes relações que uma criança ou adolescente vivenciam com o seu corpo e com sua sexualidade, no contexto de gênero/diversidades/etnia e raça; o deslocamento da questão para o âmbito do privado, ou seja, da família; a repressão e o patriarcalismo como instrumento de poder de decisão do uso de força e sedução para o abuso da sexualidade infanto-juvenil (violência e violação sexual) pela família, pelo mercado e pelas instituições.

*Gênero e raça: construções sociais emancipatórias*¹⁷

Consideramos, também, que a ESSCA é um fenômeno que deve admitir três eixos analíticos: classe, gênero e raça¹⁸.

Estabelecer a prática do sexo, do prazer e do desejo fora da relação familiar constitui-se, ainda, um fator de rejeição, estigmatização e de isolamento social.

O comportamento violento da sociedade em relação às mulheres, crianças e negros deu as bases à construção do círculo de violência social. E o contraponto a esta violência é a construção da concepção de classe, gênero e raça, pois são categorias socialmente construídas para a emancipação da condição feminina e da condição racial.

A categoria gênero não é uma construção abstrata, mas produto das relações e lutas contraditórias entre mulher e homem através dos séculos. No século XIX, as questões relacionadas à mulher eram “resolvidas” ou “negociadas” no espaço privado da família. A construção histórica do conceito de gênero é, portanto, uma resposta pública a esse sistema de valor que operava no âmbito privado da sociedade.

A literatura sobre gênero, sobretudo, relacionado aos movimentos feministas, aponta uma agenda comum de reivindicações: qualidade de vida, direitos reprodutivos e respeito às diferenças sociais, na equação gênero, e repúdio à violência sexual por discriminações de comportamentos sexuais.

A passagem do sistema mercantil à nova economia global nos traz uma reflexão fundamental para desmistificar que a construção da violência sexual, no contexto de gênero, tenha nascido fora de uma construção histórico-social. Pautar essa discussão, a partir de uma análise da formação econômica e política das raízes brasileiras e dos valores morais da sociedade, é imperativo para observar que a mercantilização do sexo tem suas origens nos sistemas mais tradicionais e se refletem também no mercado do sexo globalizado.

O racismo é outra forma de a violência materializar-se na relação de exploração sexual. É uma relação de poder de um grupo em relação a ou-

tro, significativa da preferência por um, em detrimento do outro, em base racial e étnica, resultante de transformação do preconceito racial e/ou etnocêntrico, através do exercício do poder contra um grupo racial diferenciado como inferior, por indivíduos e instituições, com apoio institucional ou não de toda a cultura (Bertulio, 1989, p. 16).

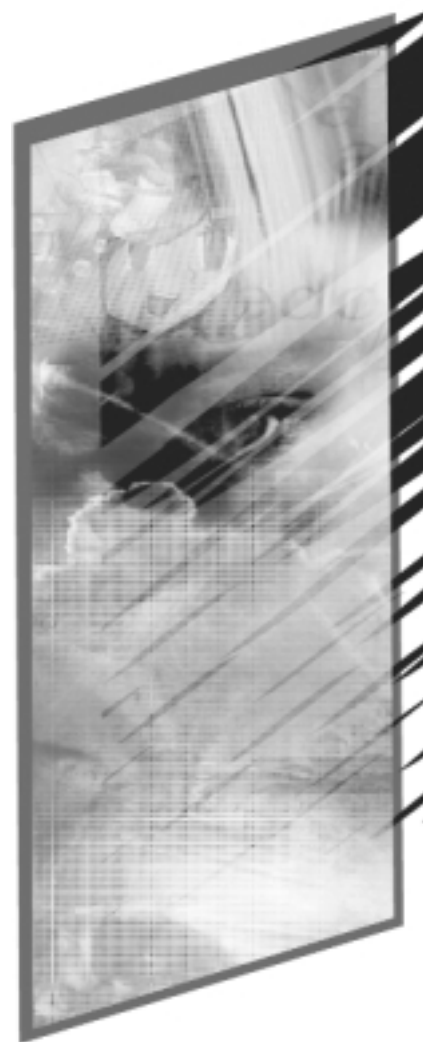
Além dessa visão do racismo enquanto relação de poder, Otávio Ianni¹⁹ articula a perspectiva de classe, segundo a qual se atribui importância maior a um dos elementos, para analisar a situação de discriminação racial e de classe.

Adultos e, especialmente, crianças e adolescentes de classes sociais pobres, negros, índios, mulheres envolvidos em exploração sexual sofrem estigmatização e exclusão pela sociedade. E aí está uma das dificuldades do reconhecimento do fenômeno.

Segundo Erikson (1976), o permanente estado de estigmatização de um grupo social leva-o a crer que é exatamente como está sendo rotulado, gerando um *apartheid* sócio-urbano, em que se constroem e são constituídas lógicas distintas, em territórios diversificados, em que a relação de poder se manifesta numa clara relação de conflito, seja entre policiais, gigolôs, colegas, dentre outras.

Para compreender a dimensão dos valores, cabe remetê-la à análise do processo econômico de mercantilização das relações sociais, em quase todas as sociedades, prevalecendo a lógica de mercado e o fetiche do consumo.

Nessa direção, pensar a dimensão dos valores significa desconstruir o



discurso/imagem do abuso e da exploração sexual/erótica de crianças e adolescentes, especialmente do sexo feminino, veiculados e cristalizados transculturalmente pela *massmidia*, que favorece a formação de um imaginário que fortalece a idéia da sexualidade e sensualidade infanto-juvenil para fins de exploração comercial (pornografia e pedofilia).

Discutir as questões de valores, no conjunto da sociedade capitalista, para entender as mutações na exploração

Crianças e adolescentes de classes sociais pobres, negros, índios, mulheres envolvidos em exploração sexual sofrem estigmatização e exclusão pela sociedade.

sexual comercial, exige a compreensão de como a sociedade contemporânea reproduz as relações sociais e a própria subjetividade. Para Leal & César (1998), nas relações capitalistas, o sexo é, ao mesmo tempo, um valor de uso e um valor de troca e passa a ser um bem mercantilizado, um intercâmbio comercial. De forma globalizada, isso só poderia existir se houvesse um imaginário que o legitimasse, mesmo de forma contraditória.

Assim, os conceitos de classe, gênero e raça são construções sociais que consolidam a crítica à razão moderna conservadora e repressora que, hegemonicamente, têm remetido a sexualidade aos porões das relações privadas, cujo lugar historicamente favoreceu as relações de dominação e poder de pobres frente aos ricos, brancos contra negros e índios, homens contra mulheres e adultos contra crianças.

Naturalmente, a resposta pública do conjunto de atores sociais que aquecem a luta contra a violência sexual, passa pelo amadurecimento de um projeto societário fundado no respeito às diferenças e opções sexuais, trazendo para o político a sexualidade e suas diferentes manifestações como experiências relativas ao direito ao pleno prazer, ao desejo e as realizações afetivas, como afirmações que desconstruem a violência sexual.

Construindo uma cidadania global para enfrentar a ESCCA

O enfrentamento da ESCCA, no Brasil, é resultado de uma construção da cidadania global²⁰ e local em que a participação das Ongs, conselhos, centros de defesas, fóruns e movimentos de mulheres, crianças e adolescentes têm um papel estratégico de mobilizar as forças políticas nacionais e internacionais de baixo para cima para desconstruir a violência sexual e

Os conceitos de classe, gênero e raça são construções sociais que consolidam a crítica à razão moderna conservadora e repressora que, hegemonicamente, têm remetido a sexualidade aos porões das relações privadas

reinventar uma outra globalização voltada para a defesa dos direitos e para o desenvolvimento dos sujeitos, em situação de vulnerabilidade social.

A primeira tarefa que este movimento desempenhou em defesa de mulheres, crianças e adolescentes em situação de ESCCA, foi o de agendar esta questão na esfera do poder público brasileiro, através de denúncias realizadas pelas CPIs do extermínio de meninos e meninas de rua, em 1991; da violência contra mulher em 1992; da CPI da prostituição infanto-juvenil, em 1993. Esses fatos foram bastante veiculados pela mídia e fortalecem iniciativas mais organizadas da sociedade civil, no combate à exploração sexual e abusos, junto ao grupo infanto-juvenil.

Essa mobilização tomou corpo político e se traduz em diferentes formas de organização da sociedade, com vistas a ampliar seu potencial de sensibilização das esferas do legislativo, do governo, da sociedade civil e do protagonismo infanto-juvenil, na direção da implantação e implementação de um Política de Enfrentamento da Violência Sexual, no Brasil.²¹

O grande desafio deste movimento é fortalecer as articulações das redes²² de enfrentamento local, para implantar e implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, nos estados e municípios, com o objetivo de agendar a questão da ESCCA, no âmbito das políticas sociais, estratégia para desmobilizar as redes locais e transnacionais de comercialização do sexo infanto-juvenil.

As redes de serviços privados mercantis não participam deste processo de mobilização para o enfrentamento do fenômeno, pelo contrário, essa participação é ainda muito tímida, o que nos parece grave já que este setor desempenha, em muitas situações, o papel de facilitador da ESCCA, através das redes comerciais de favorecimento da exploração sexual comercial. Além disso, essas redes desenvolvem uma prática clandestina, ilegal, que envolve sujeitos de redes formais (por exemplo, pais e policiais).

Daí a importância de uma ação articulada de responsabilização dos exploradores e a sensibilização e mobilização da sociedade como um todo sobre o fenômeno da ESCCA, na esfera do poder local, em razão da oferta e da demanda para os serviços sexuais.

Portanto, para traçar o perfil da mobilização social, nas diversas regiões, faz-se necessário estabelecer uma análise de conjuntura política (direção política local, o cenário político, os acontecimentos, a identificação dos atores sociais, as alianças políticas e a correlação de forças), de estratégias da sociedade civil (a mobilização e a articulação) e do impacto destas estratégias, no contexto da democratização e da cidadania local.

O ECA prevê a mobilização social, no inciso VI, institui a mobilização social e a opinião pública da sociedade civil (ONGs), as instâncias públicas participativas (conselhos) e demais órgãos públicos do sistema de garantia de direitos (ECA-90), ou seja, o mecanismo público de democratização dos direitos sociais está juridicamente

previsto em lei.

Nessa perspectiva, faz-se necessário articular criticamente as velhas e novas formas de a sociedade civil mobilizar as organizações sociais para construir espaços públicos de democracia e representação política na luta pela conquista dos direitos sociais e humanos de crianças e adolescentes, em situação de violência sexual, sem cair nas armadilhas do ajuste neoliberal²³.

Podemos considerar que o processo de mobilização social representa a principal estratégia da sociedade civil para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse contexto, vale destacar as ONGs, os movimentos, fóruns, conselhos e CEDECAs como protagonistas da mobilização social do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, da mídia e das organizações internacionais, na luta pela inclusão da violência sexual contra crianças e adolescentes na agenda pública brasileira.

Alguns resultados foram obtidos nestes últimos sete anos:

- * adoção, pelo movimento local e global, de enfrentamento do fenômeno da concepção de violência sexual (abuso e exploração sexuais comercial) de crianças e adolescentes como

O processo de mobilização social representa a principal estratégia da sociedade civil para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

uma violação fundamental dos direitos humanos e um crime;

- * caracterização da violência sexual como fenômeno multidimensional, multifacetado e complexo, com fatores determinantes de ordem política, sócio-econômica, cultural, jurídica e psicológica;

- * maior articulação e mobilização das redes regionais, nacional e internacional em defesa das crianças e adolescentes violados sexualmente (*End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes* - ECPAT, *Bureau International Catholique de L'Enfance* - BICE, *Group for the Convention on the Rights of the Child*-NGO, Organização Internacional do Trabalho - OIT, *Save the Children*, Fórum Social Mundial contra a globalização dentre outras articulações;

- * aporte financeiro a projetos para o enfrentamento da violência sexual pelas agências de cooperação internacional (OIT, Projeto Pommar-Usaid,

Save The Children, WCF e UNICEF, entre outros);

- * implantação/implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/2000 e dos Planos Estaduais, com perspectiva de articulação com o Plano Nacional de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil;

- * instalações de várias CPIs nos estados brasileiros;

- * maior visibilidade do fenômeno, graças às campanhas nacionais e estaduais, aos eventos, congressos, ações de capacitação, organização de bancos de dados, pesquisas, publicações e envolvimento das universidades;

- * elaboração de leis e projetos de leis relativos aos crimes sexuais e fortalecimento da demanda por mudanças no Código Penal e no Civil para melhor identificação do fenômeno e aplicação da lei;

- * ampliação da participação dos jovens em situação de violência sexual no movimento de combate à violação dos seus direitos ("protagonismo" juvenil);

- * sensibilização do governo federal e de alguns governos estaduais para o enfrentamento da violência sexual, através do Programa Sentinela, executado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social; do Programa Global de Combate e Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos, da Secretária de Justiça/Ministério da Justiça e da Rede de Informação sobre Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - RECRJA/MJ;

- * criação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes pe-



la sociedade civil (Fórum DCA);

* ampliação das boas práticas de intervenção metodológicas desenvolvidas pelas ONGs, no enfrentamento da violência sexual; e

* fortalecimento da articulação entre os movimentos de crianças e adolescentes, de mulheres, de trabalhadoras do sexo, de raça e etnia.

O grande desafio deste movimento de mobilização para o enfrentamento da ESCCA (prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais) é construir uma nova racionalidade com bases democráticas que transforme as relações de violência sexual, em relações sociais, capazes de satisfazer as necessidades de prazer/desejo e sexo dos cidadãos, a partir da construção de uma cidadania que desenvolva o direito a uma sexualidade emancipada e o reconhecimento, em nível global, do direito dos infantes e jovens a vivenciar a sua sexualidade protegidos dos abusos e da exploração.

É apostando nessa concepção e nas formas estratégicas que este movimento possa eleger que será possível desmobilizar a cultura da violência e da exploração sexual comercial que se enraíza, historicamente, nas relações interpessoais, sociais, culturais e de mercado e subsidiar as políticas sociais para seu enfrentamento.

Portanto, é urgente fortalecer a mobilização política e intelectual, rumo a um projeto societário que articule com as esferas das liberdades econômicas, de expressão e da sexualidade, no contexto da luta pelos direitos humanos, privilegiando a participação de jovens, mulheres e homens na construção de uma das mais importantes conquistas da humanidade, nas próximas décadas.

Notas

1. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Doutora em Serviço Social/PUC/2001, mestre em Comunicação, Fac/UnB/1992. Especialista em Saúde Pública, Fiocruz, 1986. Especialista em Políticas Sociais, SER/UnB/1984.

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA/1990 define que a idade de 0 a 12 anos incompletos refere-se à criança e a idade entre 12 a 18 incompletos corresponde à faixa etária do adolescente.

3. Leia Otávio IANNI. A Sociedade Global. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

4. Tomo, como ponto de partida, a designação de Boaventura de Souza Santos sobre globalização: consiste num conjunto de relações sociais; conforme estes conjuntos de relações sociais se transformam, assim também se transforma a globalização. Para o autor, não existe uma entidade única chamada globalização; existem, antes, globalizações, e devíamos usar esse termo apenas no plural. Por outro lado, enfatiza o autor que as globalizações são feixes de relações, estes tendem a envolver conflitos e, conseqüentemente, vencedores e vencidos. Para o mesmo, a globalização é muito difícil de definir. A maior parte das definições concentram-se na economia, no entanto, Boaventura prefere uma definição de globalização que seja sensível às dimensões sociais, políticas e culturais. (p.4).

5. ...a implementação do programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiada e promovida pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais: programa de privatizações, reduções de tarifas alfandegárias para importação, liberalização dos preços, política monetária restritiva, redução de isenções e linhas de crédito, corte dos gastos públicos, liberalização financeira e renegociação da dívida externa." (MONTAÑO, 2002: 37)

6. Vide "Mulheres traficadas: sonhos, pesadelos e morte - Casos Exemplares. In Relatório PESTRAF. Brasília: CECRIA, 2002. Anexos

7. Os projetos de desenvolvimento e crescimento econômico implementados nas regiões, tais como: projetos de mineração, hidrelétricas, assentamentos agrícolas, turismo, pesca dentre outros são responsáveis por estimular práticas de ESCCA, trabalho forçado, trabalho escravo e formas extrativistas de relacionar com o meio ambiente.

8. Leia sobre o papel do consumo e as alternativas pela sociedade civil, Giuseppe

COCCO- In. Trabalho, Neoliberalismo e Sociedade civil. p.22.

9. Para Eric Hobsbawm, existem dois significados ao termo Barbárie: o primeiro, a ruptura e o colapso do sistema de regras e de comportamento moral pelo qual todas as sociedades regulam as relações entre seus integrantes e, em menor extensão, entre seus membros e os de outras sociedades; o segundo, a reversão do que podemos chamar projeto iluminista do século XVIII, o estabelecimento de um universo de tais regras e padrões de comportamento moral, incorporado nas instituições de Estado dedicadas ao progresso da humanidade - à vida, à liberdade e à busca da felicidade, à igualdade e à fraternidade. (1989:16)

10. De acordo com a classificação do Instituto Interamericano Del Niño-IIN/1988, a ESCCA se classifica em quatro modalidades: prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais.

11. De acordo com o INESC, existem mais de 18 projetos de lei tramitando no legislativo referentes ao aumento de pena em relação a ESCCA e ao abuso sexual.

12. Para aprofundar essa notícia, vide Estudos do INESC, CPIs contra prostituição infante-juvenil no Brasil (Nacional, DF, Paraná, Ceará, Mato Grosso do Sul, etc) e do CEDECA-BA.

13. Vide definição de tráfico - Termos do Protocolo de Palermo, art. 2º bis, alínea a.

14. Leia Leonardo Avritzer. Teoria crítica e teoria democrática do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. São Paulo: Novos Estudos, CE- BRAP, 1999.

15. Vide Philippe ÀRIES - A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan, 1987.

16. Vide Marilena CHAUI. Repressão sexual. São Paulo: Brasiliense, 1985.

17. Para o nosso estudo em questão, o conceito de emancipação estará sendo racionalizado pela crítica que Souza Santos (2000) faz à lógica-moral-prática da ética e do direito enquanto discurso mediador da defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, e o reconhecimento da torção nas lógicas de racionalidades, que compõe o pilar da emancipação e da regulação.

18. Vide Heleieth SAFFIOTTI. Gênero, Classe, Raça. São Paulo: Cortez, 1995.

19. IANNI, Otávio. Raças e Classes Sociais no Brasil.

20. Os eventos internacionais tais como: IV Conferência de Mulheres em Beijing/ (1995); a Consulta das Américas Contra a ESCCA, Brasília/Brasil (1996); o Congresso Mundial Contra a ESCCA, Estocolmo/Suécia (1996) e em Yokohama/Japão (2001); bem como a Convenção da ONU Contra o Crime Organizado Transnacional, em Palermo/Itália (2000) fortaleceram as articulações entre a sociedade civil de vários países do mundo, com vistas a mobilizar fóruns globais em defesa de mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

21. Vide o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Ministério da Justiça/ CECRIA, 2000.

22. A partir de 1997, deu-se a descentralização da articulação do movimento de combate à violência sexual, através da inclusão dessa temática na agenda da sociedade civil local, o que levou as ONGs, Fóruns, Conselhos e Centros de Defesa a organizarem através de redes a Comissão Interestadual de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Região do Centro-Oeste (CIRCO/CO); O Pacto de São Paulo; Fórum Catarinense de Combate a Exploração e ao Abuso Sexual/ Sul; Rede Emaús e Txai/ Norte; e o nordeste se faz representar pelos Centros de Defesa, Conselhos Municipais e ONGs. Em nível nacional, quem articula o movimento de enfrentamento da violência sexual no Brasil é o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes/ Fórum DCA.

23. Vide MONTAÑO. Carlos. Terceiro Setor e a Questão Social. Pg. 30.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. Teoria Crítica e Teoria democrática do Diagnóstico da Impossibilidade da Democracia ao Conceito de Esfera Pública. São Paulo:Novos Estudos,CEBRAP,1999.

ARIÉS, Philippe. A História Social da Criança e da Família.Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan,1987.

CHAUÍ, Marilena. Resistência e Confortismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.São Paulo:Ed.Cortez, 2002.

COCCO, Giuseppe. Neoliberalismo, Sociedade Civil e a Nova Centralidade do Trabalho. IN: Revista Praia Vermelha: estudos de políti-

cas e teoria social. Volume 1. Rio de Janeiro: UFRJ,1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Teoria ampliada do Estado*. In: Gramsci. Um Estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. LEI Nº 8.069 de 13/07/90. Brasília: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, 1995.

FALEIROS, Vicente e FALEIROS, Eva. Circuito e curtos-circuitos. Ed. Veras: São Paulo, 2001.

FÓRUM DCA/ABONG. Adolescência, ato infracional e cidadania: a resposta está no Eca. Basta querer realizar. Brasília: Fórum Nacional de Entidades Não Governamentais dos Direitos da Criança e do Adolescente/Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, 1999.

FÓRUM Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil. Relatório Final do Seminário Nacional sobre Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Brasília: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil/OIT, 2000.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric.Barbárie: o guia do usuário. São Paulo: Puc, 2001.

IANNI, Octávio.Raças e Classes Sociais no Brasil. Rio de Janeiro:Ed. Civilização Brasileira, 1972.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LEAL, Maria Lúcia P. Anais do Seminário contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas. Brasília: Ed. MJ/OIT/CECRIA, 1996. (versão em espanhol)

_____. A Mobilização das Ong's no Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2001 (mimeo).

LEAL, Maria Lúcia P. e LEAL, Maria Fátima P. et alii. Anais do Seminário contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas. Brasília: Edição MJ/OIT/CECRIA, 1998.

MINISTÉRIO da Justiça. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria

de estado de Direitos Humanos e Departamento da Criança e do Adolescente, 2001.

NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.São Paulo: Ed. Cortez,1995.

OLIVEIRA, Isaura M. C. Ajudando a Esclarecer a Discussão e Compreendendo os Conceitos Trabalhados por Marilena Chauí - Ética e Violência. São Paulo: PUC, 1999. (mimeo)

PASQUINO, Gianfranco. *Mobilização*. In: Dicionário de Política. (Org. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, et al). Brasília: EdUnB, 1993.

PIDESC. Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, 2000.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTRAF. Pesquisa de Tráfico sobre Mulheres, Crianças e Adolescentes para Exploração Sexual Comercial. Brasília: CECRIA, 2002.

SAFFIOTTI. Heleieth. Gênero, Classe, Raça. São Paulo: Cortez,1995

SANTOS, Boaventura Sousa. Reinventando a democracia. Coimbra: Gradiva Publicações, Fund. Mario Soares, Cadernos democráticos Nº4, 1999.

_____. A Reinvenção solidária e participativa do Estado. Coimbra: CES Nº 134, 1999.

_____. Estado, Cidadania e Globalização. Coimbra: CES, Programa do Mestrado e Doutorado em Sociologia 1999/00. (mimeo)

SOARES, Luiz Eduardo. *Uma Interpretação do Brasil para Contextualizar a Violência*. In: Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: ROCCO, 2000.

VERARDO, M. Teresa et al. Mitos e Realidade da Prostituição Infante Juvenil. São Paulo: Ed. O Nome da Rosa, 1999.

VIEIRA, Evaldo Amaro. *As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: avanços e retrocessos*. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, Nº 53, 1997.

_____. *Relatórios sobre políticas sociais*. In: Preliminares baseados em seminários de sala de aula, proferidos por Evaldo Vieira. São Paulo: PUC, 1º Semestre/1997.

VOLPI, Mário. Fórum DCA: *A Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*. In: O Impacto Social no Trabalho das ONG's no Brasil. São Paulo: ABONG, 1998.

A luta contra o racismo no Brasil e o movimento docente

Marcelo Henrique R. Tragtenberg

Afinal, de onde vem tanta celeuma sobre a questão de cotas, racismo, desigualdade racial, na atual conjuntura política brasileira?

Seguramente, o evento que tornou visível a discriminação racial no Brasil, nos anos recentes, foi a Conferência Internacional de Durban (África do Sul) contra a discriminação racial, patrocinada pela ONU, em 2001.

Não que o assunto fosse novo: desde 1931, com a Frente Negra Brasileira, a discriminação racial contra o negro é denunciada de forma organizada. Os movimentos negros tiveram novo alento a partir do fim da ditadu-

ra militar (final da década de 70), a mesma ditadura que retirou o quesito cor-raça do Censo, para esconder a super-exploração a que o negro é submetido, na nossa pátria mãe gentil. No entanto, foi na Conferência de Durban que a delegação brasileira levou a proposta de cotas para negros nos processos de seleção para o Ensino Superior. Uma aliança entre ONGs, Movimentos Negros e segmentos no interior do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, particularmente no Ministério da Justiça, permitiu que esse tipo de proposta fosse majoritário na delegação brasileira.

Curiosamente, encontram-se posições ardentemente favoráveis e contrárias a esta linha de ação reparatória aos negros brasileiros, tanto na direita quanto na esquerda. No entanto, nos movimentos negros, ela é maioria. O que causa espécie é como surge uma oposição emocionalmente viva e pouco fundamentada sobre este tipo de proposta de inclusão social do negro. Tem gente que não leu sobre o assunto, não se informou e é radicalmente contra! Inclusive colegas nossos de academia. Este humilde e pequeno ensaio pretende ser uma pequena contribuição à discussão sobre



as formas de reparação e compensação dos danos que a discriminação racial fez e continua a fazer aos negros brasileiros, quase metade da nação brasileira (45%, sendo 5% de pretos e 40% de pardos, segundo o Censo IBGE 2000). Finalmente, a discriminação racial torna-se tema nacional, já que as leis punitivas a ela simplesmente "não pegam".

Então, mesmo que não seja aprovada em todo o país, pelo menos, a proposta de cotas para o Ensino Superior já está cumprindo o papel de problematizar a situação degradante a que está exposto o povo negro brasileiro.

Havemos que reconhecer que o ANDES-Sindicato Nacional também tem uma dívida histórica com relação à questão racial. O ANDES-SN somente começou a colocar, em sua agenda de discussão, a questão racial em 2001, ano de Durban. O grupo de trabalho de etnia, gênero e classe foi criado no 19º Congresso (2000) da entidade, mas teve sua primeira reunião em 2001. Sobre a questão racial e de ações afirmativas, a discussão na nossa entidade ainda é muito pobre. O 20º Congresso (2001) tem uma resolução vaga sobre o assunto. O 21º Congresso (jan/2002) só fez reconhecer a necessidade desta discussão e adiou para o 44º CONAD a decisão sobre ações afirmativas

O 44º CONAD não deliberou a posição do movimento docente sobre o tema do combate à discriminação racial, remetendo-a para o 22º Congresso (março/2003), preparado por um Seminário Nacional sobre Racismo e Ações Afirmativas. No entanto, este Seminário deverá realizar-se somente em 2003, depois do Congresso, conforme proposta de resolução da Diretoria do Sindicato Nacional para o 22º Congresso.

Este pequeno histórico só mostra

Há muito trabalho pela frente, para quem não quer que cotas sejam outorgadas de cima para baixo, sem discussão na comunidade acadêmica brasileira.

como a discussão organizada e o interesse objetivo sobre o assunto são irrisórios, no movimento docente e no conjunto dos professores universitários. Pouquíssimos grupos de trabalho de Etnia se organizaram nas seções sindicais. Em 2002, o GT de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN se reuniu três vezes. Há muito trabalho pela frente, para quem não quer que cotas sejam outorgadas de cima para baixo, sem discussão na comunidade acadêmica brasileira.

Por outro lado, a discussão da política de cotas traz em seu bojo um sem-número de questões adormecidas na sociedade e no ensino superior brasileiro. A entrada do povo no ensino superior já está se dando através de cotas, por exemplo, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Vemos, então, numa das manchetes da Folha de São Paulo, de 09/02/2003: "Cotas em Universidades podem ser desastrosas, diz UERJ". Este jornal, em campanha sistemática contra cotas, atribui às cotas um desastre. Qual é esse desastre? A reprovação em massa do povo pobre e negro que adentrou à Universidade Pública de qualidade. No entanto, não é exatamente isso que diz a Comissão nomeada pela Reitoria para se pronunciar sobre o assunto. A Comissão alerta que haverá conseqüências desastrosas da lei de cotas "se não houver uma política de permanência para os alunos que ingressarão na Universidade em 2003" (Machado, 2002). Ora, o povo mais pobre e, em particular, o povo negro e pobre, vai precisar de assistência financeira para se manter, comprar o material didático e,

eventualmente, de apoio didático-pedagógico. Esta necessidade já existe para vários de nossos alunos, mesmo do ensino superior público, e, em raros casos, foi encarada seriamente. A cota escancarou a questão. A inclusão entrou na ordem do dia também para o branco pobre. Será que o desastre é ter mais pessoas pobres na Universidade ou ela nunca ter se preocupado com aquelas pessoas pobres que estão no interior da Universidade ou dentro dela deveriam estar?

A análise da proposta de cotas raciais no Brasil torna-se mais completa, se for comparativa com as realidades dos Estados Unidos e de Cuba. Estes três países vêm apresentando tratamentos diferenciados para negros e brancos, com diferentes regimes sócio-econômicos e históricos de discriminação racial. Em todos eles, houve escravidão, mas as composições raciais atuais são diferentes.

Nos EUA, 12% das pessoas são negras (define-se como negra uma pessoa com pelo menos um bisavô ou bisavó negro). Em Cuba, há aproximadamente 1/3 de negros, 1/3 de mulatos e 1/3 de brancos (segundo estatísticas oficiais e também segundo o Livro de Fatos da CIA- *CIA Fact Book*). Já no Brasil, os negros são 45%.

Talvez seja mais visível para um estrangeiro, já que muitos de nós já nos "acostumamos", a diferença brutal de tratamento de negros e brancos no Brasil, configurando uma verdadeira dívida histórica do Brasil com relação a esta raça. Como a Biologia Molecular (através do Projeto Genoma Humano) soterrou o conceito biológico de raça, a sua utilização só se justifica

devido ao seu conteúdo social. As raças são conceitos socialmente construídos e se reproduzem no cotidiano da vida brasileira (e na cubana e estadunidense).

Na recente virada da conjuntura brasileira, particularmente na campanha eleitoral para Presidente da República e após a eleição de Lula Presidente, abriram-se novas perspectivas para o combate à discriminação racial.

Na campanha do segundo turno, tanto Lula quanto José Serra se posicionaram a favor de cotas nas universidades para negros (entre o aluno). Isso coloca as ações afirmativas não só na cena política, mas também enquanto proposta de governo. Abriu-se com o novo governo um período de muita esperança, seja quanto à possibilidade de criação de empregos e riqueza, quanto no sentido de melhor distribuir esta riqueza e as oportunidades, particularmente para negros e índios.

No entanto, a herança a ser enfrentada é pesada:

- a) 350 anos de escravidão;
- b) enorme preconceito contra negros;
- c) não reconhecimento deste preconceito (a ideologia dominante, inclusive entre nossos colegas universitários, é a que não existe racismo no Brasil, que há democracia racial - distribuição de renda e oportunidades iguais entre negros e brancos, ideologia do branqueamento do Brasil via mestiçagem de brancos e negros em convivência harmoniosa);
- d) invisibilidade dos negros: os veículos de comunicação não veiculam a imagem dos negros e quando o fazem é, muitas vezes, no sentido pejorativo; no Sul do Brasil, que possui porcentagem de população negra parecida com a dos EUA, teima-se em negar a presença negra (Leite, 1996).

Na atual situação, como devem se

posicionar as forças progressistas? Como articular a luta contra as desigualdades sociais de classe com a luta contra o racismo? Com toda a humildade, esta é uma questão complexa e não respondida completamente no âmbito acadêmico, e mais ainda na esquerda brasileira, particularmente a de tradição marxista (diga-se de passagem majoritariamente branca).

Tentaremos, dentro de nossa percepção, contribuir para este debate do ponto de vista teórico e dentro da realidade brasileira, com ajuda dos casos cubano e estadunidense. A posição emitida neste artigo, ressalte-se, está impregnada de posicionamento político e militante, não se limitando a uma postura rigorosa e acadêmica. Acreditamos que pesquisas em profundidade devam ser empreendidas para tornar mais fundamentada esta posição.

Do ponto de vista teórico, é possível entender que o sistema capitalista tende a gerar desigualdade, ao transferir riquezas de uma classe explorada a uma classe exploradora, em termos gerais. Neste sentido, é necessário haver uma pressão política organizada de toda a classe explorada, seja para reformar o ensino, saúde, habitação, como parece a atual etapa brasileira (para que haja expansão e melhoria do ensino público e gratuito, uma política habitacional distributiva, a universalização e gratuidade da saúde e uma política de emprego inclusiva e igualitária, entre outras medidas), seja para revolucionar as prioridades, numa perspectiva socialista, como no caso cubano e chinês.

No entanto, a questão racial deve ter um tratamento diferenciado. Porquê? A discriminação racial gera desi-

gualdade na distribuição de renda e oportunidades sociais! (no Brasil, em Cuba e nos EUA). Além disso, é causa de desunião entre os trabalhadores, ao jogar brancos contra negros e criar uma super-exploração dos negros. Trataremos mais à frente das formas pelas quais essa desigualdade racial se materializa e destrói o mito da democracia racial no Brasil (curiosamente, ele também foi gerado na Cuba pré-revolucionária).

Portanto, estamos diante de duas fontes de desigualdades: a exploração capitalista e a discriminação racial. Torna-se imperativo, para quem tem uma postura socialista, abolir estes dois geradores de desigualdades. Não existe socialismo democrático ou libertário sem a abolição da exploração capitalista E DAS DESIGUALDADES RACIAIS. Mais adiante, analisaremos os dados que temos sobre a experiência cubana, dentro deste ponto de vista.

No entanto, as desigualdades raciais a que nos referimos têm relativa autonomia, em relação à exploração de classe. Elas se iniciaram antes de o capitalismo industrial se estruturar, através de relações escravistas em que os senhores de escravos e capatazes (brancos) se apropriavam da riqueza e os escravos (negros) eram brutalmente espoliados. O curioso é que o advento do capitalismo industrial, essa relação assimétrica, que envolvia riqueza e cor/raça, se espalhou para todas as classes sociais. Em outras palavras, não é somente o negro pobre quem sofre perseguição policial, maus-tratos em lojas, discriminação no trabalho e na escola e xingamentos gratuitos. Hélio Santos, em seu recente livro, enumera vários casos em que

Não existe socialismo democrático ou libertário sem a abolição da exploração capitalista E DAS DESIGUALDADES RACIAIS.

negros, em melhor situação social, são submetidos a tratamento humilhante (Santos, 2001:139-148). Portanto, o racismo começou contra os negros pobres e, com o tempo, se espalhou para negros em todas as classes sociais. Desde a humilhação impingida pela polícia, que fez o ex-presidente do Suriname ter que se deitar no solo para ser revistado até o estranhamento que professores universitários negros, colegas nossos, experimentam com seus alunos, todos sentem o efeito da discriminação. Como o racismo, é uma ideologia insidiosa, ele perpassa todas as instituições da sociedade e impregna todas as pessoas. A tarefa do combate a ele deve, portanto, envolver a todos. Não se deve esperar, como no caso do machismo em relação às mulheres (que também gera desigualdades sexuais), que o mero advento de uma sociedade sem classes, num passe de mágica, elimine essa ideologia que funciona como agente gerador de desigualdades.

Uma hipótese interessante sugerida pela leitura do livro de Hélio Santos, onde a frase lapidar “a pobreza tem cor” resume muito da relação entre discriminação racial e exploração capitalista, vem da combinação perversa entre racismo e capitalismo, em nosso amado Brasil. O Brasil, como país capitalista, gera necessariamente concentração de renda. No entanto, porque o Brasil, uma das 15 economias mais ricas do mundo, tem uma das piores concentrações de renda desse mesmo mundo?

Uma hipótese a ser investigada é a existência de um profundo racismo, conjugado ao fato de metade da população ser negra. O capitalismo já gera um nível de desigualdade, mas o racismo, incidindo sobre a metade negra da população brasileira, aprofunda o fosso abissal entre os mais ricos (predominantemente brancos) e



os muito pobres (majoritariamente negros). Obviamente, esta é somente uma hipótese que requer comprovação empírica para sua verificação. A comparação com outros países e a adoção de políticas públicas tanto universalistas (insensíveis à cor) quanto de ações afirmativas (de discriminação positiva dos negros) podem dar algumas pistas sobre essa questão.

Voltando ao nosso veio principal: porque podemos afirmar que há desigualdades raciais no Brasil? Por que podemos dizer que o negro pobre tem menor salário que o branco pobre, que sua escolaridade média é menor, que suas condições de habitação são piores, que seu atendimento hospitalar é pior etc.

Até a década de 1950, era muito difundida a idéia de que o Brasil apresentava uma convivência harmônica de raças, que a miscigenação não era vista de forma negativa. Foi até enviada uma missão da ONU ao Brasil para conhecer a experiência brasileira de mistura de raças (cadinho de mistura), já que os EUA, a África do Sul e outros

países tinham experiências de intolerância e segregacionismo. Qual não foi a surpresa dos enviados da ONU, ao perceber uma forma particular de racismo, caracterizada pelo racismo cordial (Turra e Venturi, 1998). Estudos de Roger Bastide (1959), Florestan Fernandes (1959), Thales de Azevedo (1951), entre outros, contribuíram decisivamente para desmascarar o mito da democracia racial.

Além disso, mais recentemente, tem-se analisado estatisticamente a distribuição de riqueza, habitação, escolaridade, trabalho infantil do ponto de vista racial. O estudo do IPEA “Desigualdades Raciais no Brasil”, de autoria de Ricardo Henriques (disponível na página www.ipea.gov.br, 2002), e o boletim do DIEESE “Desigualdade Racial no mercado de trabalho” (nov/2002) mostram que:

- a) empregados negros ganham menos do que os brancos, até 50% menos (dependendo da região do Brasil);
- b) negros são mais desempregados do que brancos, em várias regiões metropolitanas do país;
- c) negros têm consistentemente 2,2 anos a menos de escolaridade média do que os brancos, desde 1929;
- d) há mais crianças negras do que brancas trabalhando;
- e) a indigência é 70% negra embora os negros sejam 45% da população;
- f) as mulheres negras têm ainda maior desemprego e menor renda que os homens negros;
- g) a mortalidade infantil tem caído mais para brancos que para negros;
- h) a analfabetismo é maior entre

Todos sentem o efeito da discriminação. Como o racismo, é uma ideologia insidiosa, ele perpassa todas as instituições da sociedade e impregna todas as pessoas

negros que brancos, quadro que se mantém, apesar da diminuição do analfabetismo em ambos os grupos;

i) a esgoto e a água tratada vão menos a lares negros do que a de brancos.

Tá bom, ou queres mais?

Uma pesquisa recente, nas universidades federais da Bahia, Brasília, Paraná e Maranhão, mostra que consistentemente os negros têm bem menos assentos universitários que a proporção da população que representam (Queiroz, 2002).

A juventude destes estudos mostra como desconhecemos nossa realidade racial, deformada pelo mito da democracia racial, que achava que não havia discriminação nem desigualdade racial no Brasil.

No entanto, não devemos cair na armadilha de tentar opor negros a brancos. Acreditamos que, embora organismos internacionais como, por exemplo, a Fundação Ford, contribuam para a visibilidade da situação do negro no Brasil, muitas vezes, pode ser passada a mensagem de que os negros melhorarão se lutarem contra os brancos e não em conjunto com eles, por uma ordem social mais justa.

Como ficaria a situação do negro numa sociedade socialista, originária de uma sociedade capitalista, com preconceito e desigualdade racial? Para além de um exercício de futurologia, há dados sobre a única revolução socialista vitoriosa na América Latina, Cuba. Particularmente, há alguns dados preliminares sobre a situação do negro, em Cuba.

Dados do governo cubano e estadunidense indicam que, por exemplo, em Cuba, a mortalidade infantil dos negros é menor que nos EUA e que a porcentagem de médicos negros em relação à população total de negros é bem maior. Assim, em Cuba, um negro tem 4 vezes menos chance de se

A unidade entre trabalhadores negros e brancos é essencial. Portanto, ações afirmativas devem ser conduzidas pelo convencimento dos brancos e não por um ambiente revanchista.

tornar médico que um branco, enquanto que, nos EUA, ele tem 50 vezes menos! Visite a página www.afrocubaweb.com, que contém este e outros dados. Esta página se localiza nos EUA e se dedica à discussão e divulgação da cultura negra de Cuba, respeitando os avanços conquistados pelos negros na revolução socialista na Ilha.

Em poucas palavras, temos indicações que ações afirmativas, em um país capitalista rico, são menos eficientes do ponto de vista da igualdade entre negros e brancos do que uma revolução socialista, em uma ilha bloqueada internacionalmente.

Daí a necessidade de uma transformação radical das prioridades sociais e não somente da construção de ações de discriminação positiva, em relação aos negros. E, nesta luta, a unidade entre trabalhadores negros e brancos é essencial. Portanto, ações afirmativas devem ser conduzidas pelo convencimento dos brancos e não por um ambiente revanchista. Outra estratégia a ser evitada é baixar por decreto (executivo ou legislativo), sem uma discussão, medidas de ações afirmativas. Numa sociedade racista como a brasileira, isso certamente será interpretado como "racismo às avessas", embora seja somente reparação.

Classe, etnia e gênero parecem ser determinantes relativamente independentes de desigualdades, e devem ser combatidos em paralelo. Políticas afirmativas são complementares a políticas universalistas de melhoria de saúde, educação, habitação etc.

Um bom exemplo disto parece ser Cuba.

Com histórico de segregação física

de espaços sociais semelhante ao dos EUA, conjugado a uma miscigenação grande (1/3 negros, 1/3 mulatos e 1/3 brancos, conforme o *CIA FACT-BOOK* e o governo cubano) e com uma imagem de democracia racial (pré-revolução de 1959), obteve enormes avanços na inclusão de negros, exemplificados no número de médicos, mas reconhece grandes limitações na participação dos negros nos altos escalões de poder, na distribuição de bens e, pasme-se, no alunado do ensino superior. Isso indica que uma revolução social radical desacoplada de uma abordagem racial, mantém o negro em situação de inferioridade em relação ao branco.

Mas quem diz isso é a Fundação Ford, a CIA ou os cubanos anti-castristas? Não. Estas informações foram extraídas de discursos do Presidente Fidel e do Vice-Presidente Raul Castro (veja-se novamente a página www.afrocubaweb.com).

1) A questão da raça teve especial atenção de Fidel nos anais do Quinto Congresso do Partido Comunista Cubano (outubro/97): "no presente, precisamos consolidar uma política justa de promoção de negros e mulheres, especialmente como quadros, da mesma forma que vem ocorrendo com os jovens, mas não sendo mecânicos. Esta é a política que garante a autoridade moral do Partido perante o povo. O Partido tem que insistir na aplicação desta política em todas as esferas da sociedade".

2) Discurso de Fidel na igreja Riverside, Harlem, NY (08/09/2000): "Não estou clamando que nosso país seja um modelo perfeito de igualdade

e justiça. Acreditamos no começo que, quando estabelecemos a maior igualdade perante a lei e completa intolerância com demonstrações de discriminação sexual contra a mulher e de discriminação racial contra minorias étnicas, estes fenômenos desapareceriam de nossa sociedade. Foi há algum tempo atrás que descobrimos que a marginalidade e a discriminação racial relacionada a ela não são algo que a gente se desfaz com uma lei ou mesmo dez leis, e não conseguimos eliminá-las completamente, mesmo em 40 anos. Nunca houve nem nunca haverá um caso em que a lei é aplicada de acordo com critérios étnicos. No entanto, descobrimos que os descendentes de escravos são os que vivem em bairros outrora de escravos. São os mais pobres e continuam a viver, mesmo após a suposta abolição da escravatura, nas piores casas. Há bairros marginais; há centenas de milhares de pessoas que vivem em bairros marginais, e não só pretos e gente de raça misturada, mas também brancos. Há brancos marginais, também, e tudo isto herdamos do sistema social anterior. Eu disse que nosso país está em seu caminho para uma nova era. Eu espero algum dia poder dizer a vocês as coisas que estamos fazendo hoje e como continuaremos a fazê-las. Nós não temos dinheiro para construir casas para todo o povo que vive em condições marginais. Mas temos várias outras idéias que não vão esperar até o fim dos tempos e que nosso justo, unido e amado povo implementará para livrar-se dos menores vestígios de marginalidade e discriminação. Tenho fé que teremos sucesso porque é o caminho dos líderes de nossa juventude, nossos estudantes e nosso povo. Não direi mais, estou simplesmente dizendo que estamos a par da existência da marginalidade em nosso país. Mas existe a vontade



de erradicá-la com os métodos apropriados para esta tarefa, para trazer mais unidade e igualdade para a nossa sociedade (aplausos)."

3) Discurso pronunciado por Fidel no Congresso de Pedagogia (5/2/99): *"O Presidente cubano Fidel Castro afirmou hoje que, depois de 40 anos de Revolução, ainda existem em Cuba traços de discriminação herdados da etapa escravista, os quais podem ser percebidos no ingresso de jovens para cursar estudos universitários... Pontuou que a escravidão deixou a realidade de uma grave pobreza, a qual obstaculizou o desenvolvimento deste setor de nossa população, que vivia nas piores casas, sem possibilidades de acesso à escola e com salários miseráveis... Pensamos que decretar a igualdade de direito absoluto tinha sido suficiente para remover essas sequelas. Hoje se observa que os setores mais pobres são ainda aqueles descendentes de escravos."* Conforme Agencia Latino-americana de Noticias Prensa Latina, S.A. (PL).

Ainda no discurso de 5/2/99: *"Ainda se observa que os setores mais pobres dentro de uma sociedade socialista são ainda aqueles descendentes dos escravos", e adicionou: "Que difícil é uma revolução, que difícil é mudar uma sociedade!"*

4) Discurso de Raúl Castro no 7º Congresso da Federação das Mulheres de Cuba (3/00): Ele declarou-se insatisfeito com os resultados dos esforços para promover mulheres, negros e mulatos cubanos a posições de liderança no governo e no Partido. Ele disse que antes da revolução, ele e outros líderes revolucionários foram educados nos valores ideológicos do Partido Comunista daquela época, mesmo no movimento clandestino, e que fizeram esforços para incluir na hierarquia do Partido a diversidade étnica do povo cubano. Ele clarificou as pessoas que não se deve eleger simplesmente na base do gênero ou etnia, se os candidatos não estiverem devidamente treinados, e que este processo deve ser gerenciado e controlado, e que a lista de líderes de reserva para o governo e o Partido precisam ser revisadas, de forma a preparar e treinar estas pessoas para tarefas de direção. Alguns países europeus abordaram a questão de igualdade de gênero através de legislação e cotas, mas este sistema não resolve este tipo de problema. Ele enfatizou que precisamos abrir nossas mentes para esta questão e notou que esta é uma das tarefas político-ideológicas para o Partido Comunista Cubano, numa ocasião em que tarefas administrativas estão sendo minuciosamente reavaliadas. (Copyright GRANMA INTERNATIONAL DIGITAL EDITION. La Havana. Cuba. Reprodução total ou parcial dos artigos nesta página são autorizadas, desde que a fonte de direitos autorais seja mantida).

Estes discursos, já que temos acesso a poucas estatísticas cubanas, nos devem alertar que, se tratarmos desde já as questões de gênero e étnicas, uma revolução social futura poderá atacar mais amplamente a questão da igualdade e da discriminação. Note-se que estes discursos foram realizados

nos últimos 6 anos, demonstrando recente preocupação da cúpula revolucionária cubana com este tipo de questão.

Obviamente, consulta a estatísticas oficiais de Cuba são imprescindíveis para se formar um quadro atualizado e fidedigno da questão étnica na Ilha, mas estes dados preliminares indicam a direção, aquela que sem ações reparatórias do passado escravocrata que combatam a discriminação subjacente e a herança escravista, não será possível uma sociedade igualitária.

Por coincidência, cerca de 80% dos cubanos exilados nos EUA são descendentes de espanhóis, e foram expropriados pela revolução cubana. Hoje, eles representam na Flórida, ao lado de Jeb Bush (irmão de George W. Bush), a linha de frente contra ações afirmativas naquele estado.

Aliás, as ações afirmativas como admissão universitária com pontuação para critério étnico vêm sendo consistentemente atacadas pelos governos neoliberais estadunidenses. Ronald Reagan, o primeiro deles, iniciou seu governo acabando com a prática de negar isenção de impostos a escolas privadas que discriminassem minorias (Boxill, 1992). Indicou seguidamente membros à Suprema Corte, seguido por Bush pai e filho, de forma que a maioria atual do mais alto tribunal americano (que elegeu Bush filho) reinterpreta todas as leis sensíveis à cor contra as ações afirmativas, sem formalmente revogar nenhuma lei. Estas leis, lembre-se, foram conquistadas a partir das lutas do movimento negro em 1950 contra a segregação e os direitos civis. No que diz respeito à Universidade, inicialmente, foram estabelecidas cotas, mas, após o caso Bakke (1978), as cotas foram transformadas em metas de porcentagem de minorias étnicas e de gênero acopladas à pontuação étnica extra aos candidatos ao Ensino Superior.

Se tratarmos desde já as questões de gênero e étnicas, uma revolução social futura poderá atacar mais amplamente a questão da igualdade e da discriminação.

Portanto, a linha de frente contra as ações afirmativas nos EUA é formada pelos neoliberais e os defensores destas ações são os negros e os democratas. No entanto, as ações afirmativas não foram suficientes para garantir igualdade sobre o capitalismo americano, pois 62% dos presos são negros, apontando para a necessidade de outras políticas sociais e superação do padrão capitalista, no país mais rico do mundo.

Curiosamente no Brasil, o governo com maior tonalidade neoliberal, o de FHC, promoveu ações afirmativas em alguns ministérios através de cotas em serviços terceirizados e chamou a atenção para a questão racial. Mas, cabe perguntar, de onde veio esta preocupação étnica do Presidente Fernando Henrique, que chegou a indicar uma negra para fazer parte do Conselho Nacional de Educação?

Em 20 de novembro de 1995, dia de Zumbi, houve uma marcha de 40 mil pessoas em Brasília, convocada pelos movimentos negros. Foi entregue um documento contendo as rei-

vindicações destes movimentos. Uma pequena parte delas foi adotada pelo governo. Portanto, longe de se tratar de uma dádiva dos governos do Presidente Fernando Henrique à questão do racismo e das desigualdades raciais no Brasil, trata-se de conquistas dos movimentos negros.

No novo governo Lula, o ANDES-SN deve apontar para políticas sociais (educação, saúde, emprego, moradia) voltadas à melhoria real da situação do povo em paralelo com ações afirmativas com vistas à igualdade entre negros e brancos, em todas as regiões do país, na medida em que, ao invés de contraditórias, são medidas complementares rumo a uma verdadeira democracia em nossa terra.

Medidas como cotas para negros (tanto para alunos como para professores) no Ensino Superior Público e Privado, embora ainda careçam de debate maior, apontam para um contraponto com o racismo cordial.

Esse tipo de política afirmativa não deve ser entendido como uma medida contra brancos, mas como medida transitória e paliativa, enquanto durar o racismo brasileiro, que gera consequências econômicas e sociais. Cabe um processo de esclarecimento dos brancos sobre a desigualdade racial reinante no Brasil e, a partir daí, construir uma Universidade mais igualitária racialmente.

Este tipo de medida deve vir acompanhado de políticas sociais de peso, como aumento de vagas em Universidades Públicas, assistência estudantil com bolsas de manutenção, alojamento gratuito, melhoria do Ensino Fundamental e Médio, melhor



atendimento de saúde, financiamento habitacional e criação de empregos, entre outros.

A ausência de políticas afirmativas e a ocorrência de políticas cegas à cor com forte conteúdo social podem vir a melhorar a situação do negro no Brasil, mas mantê-lo-á numa situação inferior (como vimos, ao discutir o caso cubano). Por outro lado, a mera adoção de ações afirmativas, sem investimento com forte prioridade social, tende a aumentar a classe média negra, nada contra, mas continuará marginalizando a maioria da população negra (como vimos brevemente nos dados sobre os EUA).

Além disso, do ponto de vista da imagem, é fundamental o aumento da presença negra na propaganda e na televisão, com conotação positiva. O negro vem sendo historicamente desvalorizado nos meios de comunicação e isso contribui para sua baixa auto-estima e estreitamento de seu mercado de trabalho. Num país de quase metade de negros, pedir que 25% dos personagens das novelas e 40% daqueles das propagandas sejam negros parece mais do que justo (segundo proposta do agora Senador Paulo Paim).

A implantação de ações afirmativas aparece como imperiosa. No entanto, aparecem novas questões.

a) são necessárias cotas para negros e índios nas Universidades (alunos e professores)?

b) como fica a questão do mérito na admissão universitária num sistema de cotas para negros e índios na Universidade (tanto para alunos como para professores)?

c) como distinguir um negro dum não-negro (em qualquer tipo de ação afirmativa)?

d) a ação afirmativa é inconstitucional?

e) por que demorou tanto tempo

O ANDES-SN tem que envidar esforços no sentido de tornar visível o que nosso país tem tentado invisibilizar há tanto tempo: a presença do negro.

no Brasil para entrar em discussão ações afirmativas?

Inicialmente, notamos que até bem pouco tempo não existia um sistema de aquisição de dados sobre a etnicidade do povo brasileiro, além do Censo (mesmo assim, o Censo de 1970 não teve o item cor). No SUS, ele começou a ser implementado recentemente, algumas Universidades começaram a fazer seu levantamento e recentemente foi realizado um censo étnico na administração pública federal.

O desinteresse social e político sobre a questão étnica e a invisibilidade do negro são históricos no Brasil. Em várias capitais se escuta dizer que não há negros. Curiosamente, os EUA, que têm 12% de sua população formada de negros, tratam com mais respeito a presença negra que o nosso país. O ANDES-SN tem que envidar esforços no sentido de tornar visível o que nosso país tem tentado invisibilizar há tanto tempo: a presença do negro.

Por exemplo, cabe realizar sistematicamente um levantamento étnico dos candidatos à Universidade, os alu-

nos de graduação e pós-graduação para olharmos para dentro de nós mesmos. O critério inicial deve ser o do IBGE (branco, preto, pardo, indígena e amarelo), mas devemos avançar na classificação. Estudos mostram que ela não informa totalmente sobre a etnicidade do pesquisado ("A cor denominada", José Petrucelli, 1998) e caberia um diálogo maior entre o IBGE, os estudiosos da questão étnica e os movimentos negros para a definição de uma forma de classificação mais democrática e útil e menos impositiva.

Por outro lado, alguns levantamentos sobre presença negra na Universidade foram realizados e apontam para uma presença muito menor do que na população em geral. Este seria um argumento favorável a cotas raciais.

No entanto, cotas raciais não são a única forma de aumentar a presença negra no Ensino Superior. As cotas raciais nas Universidades dos EUA, fruto da luta do movimento negro por direitos civis (cujo mártir, Martin Luther King, tem um feriado nacional reconhecido - terceira segunda-feira de janeiro, aqui Zumbi só agora tem um dia que sequer é feriado nacional), caíram em 1978. O famoso Caso Bakke (Gomes, 2001) levou a julgá-las inconstitucionais lá nos EUA (não significa que o sejam no Brasil). No entanto, no parecer aprovado, critérios étnicos poderiam ser considerados para admissão. Foi então que a etnicidade passou a contar mais pontos para os candidatos e várias Universidades começaram a ter metas étnicas, compatíveis com as comunidades abrangi-



das. Esta é uma opção para nós no Brasil.

Mas, muitos colegas nossos, e até o editorial da Folha de São Paulo, levantam: e o mérito, como fica?

Esta é uma questão muito complexa para responder no espaço deste artigo, mas alguns argumentos podem ser levantados. Primeiro, o mérito de um nadador frente a uma pessoa equipada com um barco a motor não pode ser corretamente aferido numa travessia de um rio. O negro enfrenta muito mais barreiras em média que um branco. Somente 3% da população negra chega ao fim do Ensino Médio, enquanto que no caso do branco são 13%.

Em segundo lugar, o critério de entrada na Universidade não precisa ser necessariamente a avaliação por provas (vestibular ou outra forma), mas a Sociedade e a própria Universidade (em sua autônoma decisão) também pode achar necessária a diversidade étnica, na medida em que formará cidadãos menos racistas e lideranças negras que, pela simples presença, ajudarão a combater a baixa auto-estima de muitos negros e o estereótipo do negro como inferior intelectualmente. Além disso, o cidadão negro com diploma tem maior possibilidade de ser juiz, deputado, empresário, liderança social, o que eventualmente pode fazer a Sociedade mais sensível às reivindicações dos movimentos negros. Curiosamente, quando se levanta a necessidade de cotas raciais, o que sempre se coloca é que os negros a se beneficiarem delas devem ter atingido o nível mínimo exigido pela Universidade. Por exemplo, Delcele Queiroz, em recente estudo (Desigualdades raciais no Ensino Superior, ainda não publicado, 2002), mostrou que muitos negros têm nota superior à mínima exigida pela Universidade Federal da Bahia para nela ingressar e

que poderiam preencher qualificadamente essas reservas de vagas.

Um dos riscos apontados nas cotas é a entrada de alunos que poderão não permanecer até o fim do curso na Universidade, por questão de formação. Neste caso, torna-se necessário também a constituição de um sistema de apoio pedagógico ao estudante (mesmo atualmente, vários alunos não completam o curso pelo mesmo motivo). Este risco será minimizado se os negros, a entrarem nas cotas, forem os de melhores notas. Outra objeção a este argumento é que assim só entrarão filhos da classe média negra. Esta é outra questão complexa. Por um lado, se filhos da classe média branca entram, porque os da classe média negra não? Por outro lado, há militantes e acadêmicos negros que acham que se deva acoplar um critério-sócio econômico ao critério racial. Isto aumenta o risco de estudantes negros com menos possibilidade de formatura, mas deve ser considerado nas discussões.

Talvez um dos itens mais controversos seja separar negros de não-negros para efeitos de ações afirmativas, discriminadoras positivamente. Este questionamento mostra bem a hipocrisia da nossa sociedade. Para discriminar negativamente a sociedade brasileira parece bastante eficiente. No entanto, na hora de reparar a comunidade negra, discriminando-a positivamente, a coisa fica difícil. Muitas pessoas ironizam dizendo que a polícia sabe muito bem distinguir negros de não-negros. No entanto, é preciso trazer para um patamar mais objetivo



a questão. O primeiro passo, quase todos concordam que é a autodeclaração. No entanto, alguns argumentam que pessoas podem trapacear. Há alternativas a serem consideradas: comissões universitárias para averiguar a etnicidade conforme questionário preenchido por pessoas autodeclaradas negras, mas que a Universidade coloque em dúvida. De qualquer forma, é necessário esclarecer aos candidatos que falsidade ideológica é crime e talvez fosse conveniente estabelecer proibição de acesso ao ensino superior público àquele que a cometesse, no caso de falsidade ideológica étnica. Há, no entanto, bastante campo para discussão nesta questão.

Vários colegas e alunos, muitas vezes, levantam que ações afirmativas afrontam a igualdade das pessoas perante a lei. A igualdade formal perante a lei é um preceito liberal, conquistado durante a Revolução Francesa. No entanto, ela, muitas vezes, não se substancia racialmente, como no caso brasileiro, cubano, estadunidense e

O cidadão negro com diploma tem maior possibilidade de ser juiz, deputado, empresário, liderança social, o que eventualmente pode fazer a Sociedade mais sensível às reivindicações dos movimentos negros.

A Universidade é o local de formação dos quadros do poder. Como deixar os negros adentrarem a ela? Afinal, saber é poder, dizia um falecido sociólogo. E negros com o poder parece uma situação pouco interessante. E porque os brancos podem tê-la?

em muitos outros casos. Torna-se importante a intervenção do Estado para ajudar a garantir a IGUALDADE REAL de oportunidades. Deixar os indivíduos, com passado diferenciado, a competir em "igualdade" de condições leva à prevalência dos mais ricos e poderosos (Gomes, 2001). Não é à toa que são os neOLIBERAIS os que mais lutam pelo fim das ações afirmativas nos EUA!

Além disso, nossa constituição (1988), em seu artigo 37, inciso VIII, estabelece reserva de mercado de trabalho para deficientes físicos. Puxa, nunca se viu ninguém reclamando contra essa reserva de vagas, mas é só falar em reserva de vagas para negros que aparece o maior berreiro. Por que será? Os idosos também têm sua ação afirmativa: o passe do ônibus. Ninguém contra. E os programas de primeiro emprego para os jovens? Iniciativa louvável. Lembram da cota para mulheres em partidos políticos? Todos a favor. Já cotas para negros? Hum! Curioso...

Talvez uma das razões dessa reação seja que a Universidade é o local de formação dos quadros do poder. Como deixar os negros adentrarem a ela? Afinal, saber é poder, dizia um falecido sociólogo. E negros com o poder parece uma situação pouco interessante. E porque os brancos podem tê-la? De novo, não se trata de opor brancos a negros, mas sim de justiça, de repartir irremediavelmente o poder já que metade da população é negra e metade é branca. Além disso, há que se considerar os amarelos e indígenas...

Mas se ações afirmativas são tão necessárias, porque demoraram mais de 100 anos, após a abolição para serem reivindicadas? Talvez uma das respostas é que o racismo anglo-saxão (nos EUA e África do Sul) seja segregacionista e destile o ódio racial, gerando maior reação. Já o racismo cordial brasileiro parece bastante mais dissimulado, levando inclusive muitos negros a discriminar irmãos de cor ou se autodesvalorizarem. Este é outro papel das ações afirmativas, ao aumentar a possibilidade de produção de modelos sociais de sucesso (Sell, 2002:28). Negro também pode ser bom no que faz, sem ser cantor de pagode ou jogador de futebol...

Finalizando, é urgente uma atitude positiva quanto à discriminação racial no nosso país, apoiando ações afirmativas, cotas para negros no Ensino Superior, ampliação da assistência estudantil, ao mesmo tempo em que se dê a ampliação e melhoria do Ensino Superior, Médio e Fundamental, sem prejuízo de outras políticas sociais. Uma série de medidas de valorização da cultura negra, revisão curricular e formação anti-racista dos professores na Universidade não foram abordadas neste artigo, mas fazem parte de um longo elenco de ações afirmativas que a sociedade brasileira já está até demorando muito em adotar.

Referências Bibliográficas

Machado, Paulo S. M. (presidente). *Relatório da Comissão Nomeada pela Portaria 327/Reitoria/2002, de 20/09/2002, que trata dos desafios da implantação das leis que reservam 50% das vagas da UERJ para egressos de escola pública e 40% para negros, no vestibular da instituição.*

Leite, Ilka Boaventura (org.) *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.* Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.

Santos, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso.* São Paulo, SENAC, 2001.

Turra, Cleusa e Venturi, Gustavo. *Racismo cordial.* São Paulo, Ática, 1998, 2ª ed.

Queiroz, Delcele M. (org.) *O negro na Universidade.* Salvador, Edições A Cor da Bahia, 2002.

Bastide, Roger e Fernandes, Florestan. *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, 1959.

Azevedo, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1951.

Boxill, Bernard R. *Blacks and Social Justice.* Nova Iorque, Rowman & Littlefield, 1992.

Gomes, Joaquim B. B. *Ação afirmativa e o princípio constitucional da Igualdade.* Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

Sell, Sandro. *Ação afirmativa e democracia racial.* Florianópolis, Fund. José Boiteux, 2002.

Prof. Dr. Marcelo Henrique Romano Tragtenberg é Prof. do Depto de Física da UFSC desde 1982 Graduado, Mestrado e Doutorado em Física pela Universidade de São Paulo, tem Pós-Doutorado no Departamento de Física Teórica da Universidade de Oxford, Inglaterra. Pesquisa na área de Mecânica Estatística e Fluidos Complexos. É membro dos Grupos de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores da UFSC e do ANDES-SN. Telefones: universidade (48) 331-6836 ramal 4234; Casa (48) 232-1251; Celular (48) 9903-3143. Endereço do domicílio: Rua João de Barro, 217 - Lagoa da Conceição - Florianópolis- SC - 88. 062-157
Email: Marcelo@fisica.ufsc.br

Ações afirmativas e cotas do ângulo do marxismo



Quando a questão do racismo no Brasil começar a sair dos livros, artigos, dissertações e teses de pesquisadores, quando deixar de ser problema do negro para se tornar preocupação de todas as forças e instituições do país, quando sairmos da fase do belo discurso e das boas intenções sem ações correspondentes, poderemos dizer então que entramos na verdadeira fase de engajamento para transformar a sociedade; estaremos saindo do pesadelo para entrar num sonho, e do sonho para entrar numa verdadeira esperança.

Kabengele Munanga (1996: 219)

Rosângela Rosa Praxedes*

Walter Lúcio de Alencar Praxedes**

Apresentação

Políticas de discriminação positiva têm sido aplicadas em países democráticos, que abrem exceções para proteger e beneficiar parte de seus cidadãos. Podemos encontrar exemplos dessa discriminação positiva na garantia de vagas em universidades públicas para setores excluídos

economica e socialmente, garantia de participação feminina nas representações parlamentares, cotas para inserção de pessoas portadoras de deficiência física no mercado de trabalho, e tantas outras iniciativas governamentais ou não, mas todas com o objetivo de proporcionar às populações discriminadas negativa-

mente igualdade de oportunidades e participação social.

Neste artigo, apresentamos uma contribuição para o debate teórico sobre a formulação e implementação de políticas afirmativas em favor dos cidadãos negros no Brasil, com a intenção de colocarmos mais uma viga na ponte que pretendemos que una as lutas

específicas de alguns segmentos populacionais que têm a sua cidadania negada em nosso país, com as correntes intelectuais e políticas que advogam o compromisso com as estratégias políticas derivadas da leitura da obra de Marx e seus continuadores.

I - Introdução: Marx e os problemas educacionais do seu tempo

Um pensador como Marx, que tinha uma concepção de conjunto sobre a história humana e sobre o modo de produção capitalista, não pode ser dissociado do militante político que tinha como incumbência a formulação de propostas viáveis para os problemas do momento e que comporiam, por exemplo, as bandeiras de luta da Associação Internacional dos Trabalhadores, do qual foi um dos fundadores e militantes mais destacados. Ao discutirmos os posicionamentos políticos e as propostas de Marx a respeito das medidas educacionais adequadas à sua época, temos que levar em consideração, portanto, que o autor estava preocupado com os problemas mais imediatos, e que exigiam que fossem colocados em prática alguns “indispensáveis antídotos contra as tendências de um sistema social que degrada o operário a mero instrumento para a acumulação de capital, e que transforma pais, devida às suas necessidades, em proprietários de escravos, vendedores dos seus próprios filhos” (MARX e ENGELS, 1983: 83).

As propostas educacionais de Marx evidenciam as nuances de um pensamento que mantinha como horizonte a transformação revolucionária da sociedade, sem, contudo, abster-se diante dos desafios colocados pela prática política e pelas particularidades da conjuntura política em questão. Como consta já no Manifesto do Partido Comunista, de 1848, redigido em parceria com Engels, Marx defendia a imple-

mentação de uma “educação pública gratuita de todas as crianças”. Com a eliminação do trabalho infantil, na forma como este era então explorado pelos empresários capitalistas, e a proposição de uma modalidade combinada de educação, voltada para a formação de todas as dimensões humanas, incluindo a atividade produtiva, a sensibilidade artística, a formação científica e o cultivo do corpo. Num documento redigido por Marx com o objetivo de orientar os delegados do Conselho Central Provisório que participariam do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, que se realizou em Genebra de 3 a 8 de setembro de 1866, fica claro como o autor defendia a intervenção dos tra-

No pensamento de Marx e Engels, fica claro como os acontecimentos, no interior de uma sociedade, podem influenciar uns aos outros, e apenas através do estudo deste relacionamento recíproco é que se pode chegar a um conhecimento satisfatório sobre a totalidade social. .

balhadores nos debates sobre a legislação educacional, pois, no seu entendimento, esta era a maneira mais eficiente de fazer com que o Estado impusesse leis que limitassem a ganância dos empresários capitalistas, pois

“...impondo tais leis, a classe operária não fortifica o poder governamental. Pelo contrário, ela transforma esse poder, agora usado contra ela, em seu próprio agente. Eles efetuam por uma medida geral aquilo que em vão tentariam atingir por uma multidão de esforços

individuais isolados” (MARX e ENGELS, 1983: 83).

II - Engels contra o reducionismo economicista

Alguns estudiosos marxistas tiraram conclusões apressadas sobre a relação entre a estrutura econômica da sociedade, considerada pelo próprio Marx como a base real que sustenta as instituições jurídicas, políticas e as concepções intelectuais, científicas e ideológicas, atribuindo sempre aos fatores econômicos o poder de explicar as causas verdadeiras e últimas dos fenômenos sociais, realizando a dedução mecânica das contingências particulares a partir da universalidade do modo de produção capitalista.

No pensamento de Marx e Engels, fica claro como os acontecimentos, no interior de uma sociedade, podem influenciar uns aos outros, e apenas através do estudo deste relacionamento recíproco é que se pode chegar a um conhecimento satisfatório sobre a totalidade social. A este respeito, Engels se manifesta contrário à tendência de reduzir o materialismo histórico a uma forma de conhecimento unilateral que explica todos os fenômenos sociais como se estivessem determinados pelos interesses econômicos, e no final de sua vida esclareceu em uma carta que:

“...segundo a concepção materialista da história o momento em última instância determinante, na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém torce isso afirmando que o momento econômico é o único determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos momentos da superestrutura - forma políticas da luta de classes e seus resultados: constitui-

ções estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc., formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais nos cérebros dos participante, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões religiosas e o seu ulterior desenvolvimento e em sistemas de dogmas - exercem também a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente a forma delas. Há uma ação recíproca de todos estes momentos, em que, finalmente, através de todo o conjunto infinito de casualidades (isto é, de coisas e eventos cuja conexão interna é entre eles tão remota ou é tão indemonstrável que nós a podemos considerar como não-existente, a podemos negligenciar), o movimento econômico vem ao de cima como necessário. Senão, a aplicação da teoria a um qualquer período da história ser mais fácil do que a resolução de uma simples equação de primeiro grau (MARX e ENGELS, 1983: 547).

Ressaltemos, então, como nos ensina Engels na passagem acima, que “mesmo os reflexos” das lutas reais nos cérebros dos participantes “exercem também a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente a forma delas”.

O racismo é uma forma de ideologia que se desenvolveu no mundo moderno e ajudou na justificação da escravidão no novo mundo e as pretensões imperialistas da Europa ocidental em todos os continentes. Para Marx, são as relações de produção escravistas que colocam um ser humano em uma posição social de subjugação, de trabalho forçado, de exploração econômica, de opressão e violência material e simbólica. As representações desenvolvidas nas formas de

consciência social, com base na matéria prima dessa situação de opressão, levaram ao desenvolvimento de uma ideologia racista que chegou até os nossos dias. Usamos o termo ideologia como sinônimo de “ilusão necessária”, ou seja, como uma visão distorcida das relações sociais, mas que nascem da própria dinâmica das relações sociais, na convivência entre indivíduos, classes sociais, grupos étnicos e raciais, e encobre a reprodução da hierarquia econômica, entre proprietários e não proprietários; da hierarquia social, entre burgueses, camadas médias e trabalhadores braçais; da hierarquia política, entre governantes e governados; e da hierarquia racial, entre brancos e negros, presente nas formas de hierarquia citadas anteriormente, através de formas de seleção pretensamente democráticas, mas que negam, na prática, a possibilidade de ascensão social para os negros no Brasil.

Do ângulo do marxismo, portanto, as relações raciais podem ser consideradas como modalidades particulares de relações sociais, e não podem ser devidamente entendidas se forem apenas analisadas isoladamente, fora da totalidade social que compõem, influenciando os demais fatores da sociedade e, ao mesmo tempo, sendo por eles influenciadas. A universalidade do gênero humano não é negada quando reconhecemos a existência de uma diversidade cultural em combinação com as particularidades das relações interétnicas e raciais.

Considerar apenas que o racismo se deve à condição sócio-econômica dos discriminados, em razão de os mesmos comporem uma classe economicamente explorada é realizar um reducionismo que limita a percepção do real. Embora, por um lado, seja inconcebível negar a existência de uma hierarquia gerada pela divisão do trabalho, baseada na propriedade ou não

Existe também uma hierarquia racial que é baseada no preconceito e na discriminação dos negros, o que dificulta a atuação dos mesmos no mercado de compra e venda de força de trabalho, obstaculizando a sua inserção sócio-econômica na sociedade capitalista.

dos meios de produção, por outro lado, temos que reconhecer que existe também uma hierarquia racial que é baseada no preconceito e na discriminação dos negros, o que dificulta a atuação dos mesmos no mercado de compra e venda de força de trabalho, obstaculizando a sua inserção sócio-econômica na sociedade capitalista.

Em outras palavras, a relevância do conceito de classe e a sua importância para entendermos a dinâmica das relações sociais na sociedade brasileira contemporânea não podem levar à subestimação da existência de uma classificação racial baseada no preconceito de cor, ou de marca, para usarmos a clássica definição de Oracy Nogueira.

III - A reprodução da desigualdade entre classes e entre raças

Os grupos humanos, deliberadamente ou não, sempre desenvolveram formas de preparar os seus membros para o trabalho, educando-os para a realização de determinadas atividades produtivas e sobre a maneira como devem se relacionar com os outros membros da coletividade. No pensamento marxiano, a educação pode ser considerada como uma superestrutura social que guarda uma correspondência com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão so-

cial do trabalho.

Na sociedade capitalista, a manutenção de uma diferença social básica entre, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, um grande número de despossuídos, que para sobreviver necessitam vender a sua força de trabalho para os primeiros, garante a reprodução contínua de um estrutura social estratificada. Esta diferença econômica básica coloca em oposição os assalariados e os capitalistas, gerando, socialmente, a diferença entre as classes proletária e burguesa.

Os trabalhadores reproduzem a sua força de trabalho, gerando, alimentando e educando filhos que ocuparão os seus lugares no futuro. O crescimento econômico, como explica Lefebvre, pressupõe a reprodução ampliada tanto da maquinaria (capital fixo), quanto da força de trabalho (capital variável que assume a forma de salários). A educação torna-se, assim, uma forma de preparar as novas gerações de proprietários e de não-proprietários para as posições que irão ocupar na hierarquia do processo de produção. A este respeito Henri Lefebvre recorda que a crítica pedagógica francesa evidenciou que na "escola de massas", onde ocorre a instrução primária,

"os métodos, os locais, a arrumação do espaço, reduzem o aluno à passividade, habituando-o a trabalhar sem prazer... O espaço pedagógico é repressivo, mas esta estrutura tem um significado mais vasto do que a repressão local: o saber imposto, engolido pelos alunos, vomitados nos exames, corresponde à divisão do trabalho na sociedade burguesa, serve-lhe, portanto, de suporte... A escola prepara proletários e a universidade prepara dirigentes, tecnocratas e gestores da produção capitalista. Sucodem-se as gerações assim formadas, substituindo-se uma pelas

outras na sociedade dividida em classes e hierarquizada... A escola e a universidade propagam o conhecimento e formam as gerações jovens segundo padrões que convêm tanto ao patronato como à paternidade e ao patrimônio. Há disfunções quando o saber crítico inerente a todo o conhecimento dá origem a revoltados. Às funções maciças da escola e do liceu sobrepõe-se a função elitista da universidade, que filtra os candidatos, desencoraja ou afasta os que se desviam, permite o establishment" (LEFEBVRE, 1984: 226).



A concepção segundo a qual a escola é um local de democratização do saber encobre a contradição fundamental da sociedade capitalista, escondendo que a escola classista é mais um dos espaços destinados à reprodução da hierarquia econômica, entre proprietários e não proprietários; da hierarquia social, entre burgueses e proletários; e da hierarquia política, entre governantes e governados; o que pode ser ilustrado pela frequência como os indivíduos que ocupam as posições atribuídas aos profissionais com maior tempo de escolarização provêm

das classes e camadas sociais que tiveram as mesmas oportunidades educacionais em épocas anteriores.

No Brasil, esse processo de reprodução da desigualdade entre as classes é concomitante a um processo de reprodução da desigualdade entre as raças. Para levarmos em consideração apenas as taxas de analfabetismo entre os brasileiros, comparando-se os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD) de 1992 e 1999, "as taxas de analfabetismo tiveram redução em todos os grupos de cor, mas entre negros e pardos ainda são quase três vezes maiores do que entre brancos... Em 1992, 10,6% dos brancos eram analfabetos, 28,7% dos pretos (nomenclatura oficial do IBGE) e 25,2% dos pardos. Em 1999, 8,3% dos brancos, 21% dos pretos e 19,6% dos pardos eram analfabetos" (Folha de São Paulo, 5/04/2001).

Caso as políticas públicas do setor de educação e a ação educativa no interior de escolas e universidades não levem em consideração esta situação de desigualdade quanto à escolarização existente entre as famílias de negros e não-negros, continuarão a contribuir para a reprodução da situação que condena a maior parcela dos jovens negros à evasão escolar, à marginalização ou à realização das mesmas atividades profissionais menos qualificadas e remuneradas dos seus pais.

IV - Ideologia do mérito e cotas

Atualmente, nas universidades brasileiras, os argumentos meritocráticos são os mais utilizados contra a implementação de uma política de cotas. O que fundamenta a ideologia meritocrática é a idéia segundo a qual todos aqueles que se empenham e que são competentes acabam aproveitando as oportunidades que surgem em suas vidas. Transformando as dificuldades em desafios, o portador do mérito ven-

As cotas para alunos negros nas universidades públicas, por exemplo, podem compor um conjunto de medidas práticas, efetivas e imediatas que apontem para o fim das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

ce a competição pelas posições mais vantajosas no sistema sócio-econômico. Esse é o sonho que anima as chamadas classes médias a uma emulação sem limites, a um esforço sobre-humano, em busca da ascensão social.

Uma pergunta simples atesta a falsidade da ideologia meritocrática: todos aqueles que possuem o mérito alcançam as posições hierárquicas que desejam? Um interlocutor meritocrático poderia objetar: quem não consegue a posição desejada é porque não possui realmente o mérito. Operando desta maneira, como ideologia, o mérito serve para responsabilizar o próprio indivíduo pela sua posição na hierarquia social, culpando-o por um fracasso que só é produzido porque a estrutura social é hierarquizada. A ideologia do mérito encobre a existência de mecanismos discriminatórios, irracionais e, muitas vezes, inconscientes, que dificultam o acesso às oportunidades de ascensão social para os cidadãos negros.

O que fica escondido por essa ideologia do esforço individual é o fato de que, com pouca ou nenhuma oportunidade, um cidadão negro dificilmente desenvolve o mérito que permite a ascensão social. É exatamente para atender às demandas de tal segmento da população brasileira que está sendo proposta a implementação de uma política de ação imediata, cotas, por exemplo, que incentive o seu ingresso no ensino superior, com um adequado

acompanhamento pedagógico durante o curso. Enquanto não pudermos acabar com todas as formas de hierarquia que tornam explosivas as relações sociais, é recomendável, ao menos, que um cidadão não seja impedido de ocupar determinadas posições sociais em virtude de sua origem étnica ou racial. Através do mecanismo emergencial das cotas, espera-se que o acesso ao ensino superior torne possível que muitos negros desenvolvam as suas potencialidades. Os efeitos desta mudança sobre a condição de vida da população negra só podem ser benéficos. Já sobre o imaginário racista da maioria da população brasileira é imprevisível.

Conclusão

Do ângulo do marxismo, em nosso entendimento, para pensarmos as relações raciais em nosso país deve-se partir "dos próprios indivíduos vivos reais" para entendermos que dos seus relacionamentos sociais nascem "fantasmagorias" nos seus cérebros, como é o caso da ideologia racista, uma forma de consciência que brota do tratamento desigual destinado àqueles com quem se convive e que são considerados como pertencentes a uma raça à qual são colados atributos negativos. Não devemos, assim, realizar uma análise das relações entre os humanos, partindo de uma concepção de humanidade que temos em mente, mas das relações reais entre os seres humanos, suas formas de cooperação e de conflito, para entendermos como os mesmos são representados ideologicamente. Então, através da *práxis* sobre as relações reais, poderemos criar uma nova situação.

As cotas para alunos negros nas universidades públicas, por exemplo, podem compor um conjunto de medidas práticas, efetivas e imediatas que apontem para o fim das desigualdades

raciais na sociedade brasileira. As políticas públicas em favor do igualitarismo social e econômico, que visam a atender a todos os excluídos de forma universalista, não podem servir mais para dissimular a irresponsabilidade em relação ao combate às formas de discriminação que não se fundam só no econômico e nas diferenças de classe, como é o caso da discriminação contra mulheres, homossexuais, deficientes físicos, índios e negros.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. *Teses contra Feuerbach*. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1984. Vol. 1 - Tomo 2.

MARX e ENGELS. *Obras escolhidas*. Tomo II. Lisboa, Edições "Avante!", Moscou, Edições Progresso, 1983.

MUNANGA, Kabengele. "As facetas de um racismo silenciado". In: SCHWARCZ, Lilia M. e QUEIROZ, Renato da S. (orgs). *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp, 1996.

LEFEBVRE, H. "Estrutura social: a reprodução das relações sociais". In: FORACCHI e MARTINS, Op. cit., pp. 219-252. In: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. - (Orgs.) - *Sociologia e Sociedade*. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1975.

(* **Rosângela Rosa Praxedes** é Bacharel em Ciências Sociais pela USP e coordenadora do Curso Preparatório Milton Santos da Associação União e Consciência Negra de Maringá - Paraná. E-mail: rosangela-praxedes@bol.com.br

(**) **Walter Lúcio de Alencar Praxedes** é Doutor em Educação pela USP e professor de sociologia na Universidade Estadual de Maringá e Faculdades Nobel. É co-autor dos livros *O Mercosul e a sociedade global* (12ª Ed. 2002) e *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia* (1997). E-mail: walterpraxedes@uol.com.br

Reestruturação produtiva, reprodução e gênero no setor financeiro

Maria Helena Santana Cruz

Introdução

No contexto da globalização da economia, as profundas transformações introduzidas nos sistemas produtivos, nas últimas décadas, a microeletrônica, automação, robótica, telemática e a reestruturação produtiva, têm produzido um forte impacto, com alterações substantivas, não apenas no que diz respeito à criação de sistemas em grande escala, mas também na transformação de contextos locais, culturais, modificando as relações sociais e as formas de regulação do trabalho.

Ultrapassando uma visão estritamente econômica desse processo, Giddens (1993; 1996) identifica a rapidez do “efeito à distância” como o elemento inovador que caracteriza a crescente interdependência existente entre a vida individual e as opções futuras em escala mundial. Por isso, o cenário do cotidiano é privilegiado à medida que apresenta situações concretas temporais dentro do espaço de trabalho. Isso porque tempo e espaço, categorias fundamentais na formação das subjetividades dos atores sociais e

na formação e diferenciação de identidades e culturas, atravessam, desde há algumas décadas, transformações radicais, em velocidade crescente, cujos efeitos se fazem sentir claramente entre os habitantes das sociedades de massa. A compressão do tempo-espaço tende a progredir e pode ser entendida como algo a que indivíduos e grupos se expõem em intensidade diferente, a depender de sua situação no espaço e no tempo (Harvey, 1989:26).

Além dos desenvolvimentos no campo da comunicação, transporte e informática, pontos centrais para todo o processo de mudança comparecem com grande peso explicativo: a) a grande velocidade, rotação e circulação de capital variável e fixo em escala planetária, que contribui sensivelmente para incrementar a atmosfera de “volatilidades” contemporâneas; b) as mudanças nas ideologias de administração da força de trabalho com a passagem do fordismo para a acumulação flexível, que se beneficia das vantagens da aniquilação do espaço

global através do tempo. Pode-se caracterizar esse novo padrão de acumulação do capital pelo impacto de tecnologias sobre o sistema de mercado em escala mundial, baseado no avanço das telecomunicações e implicando políticas de desregulamentação (abertura de fronteiras nacionais) que permitem, desta forma, o livre comércio dos capitais.

No setor de serviços financeiros bancários, o aumento da velocidade dos sistemas e equipamentos impôs diferentes tempos que são vividos dentro de um mesmo espaço, dentro de uma mesma jornada de trabalho. Pode-se afirmar, inclusive, que a condição típica do trabalho bancário automatizado está nessa vivência com diferentes dimensões do tempo operando com o corpo imóvel, quando tem que acompanhar um sistema automatizado e informatizado que realiza, de forma rápida, sistemática e seqüenciada, funções sem necessidade de nenhuma intervenção. Delineia-se uma nova tipologia com algumas novas características que apresentam di-



ficuldades para sua análise.

Nos bancos, os gestos do trabalho executados para a realização da tarefa nem sempre são observáveis. Da mesma forma, as condições ruins do trabalho não podem ser facilmente mensuráveis nem mais perceptíveis. A realidade vivida há tempos pelo trabalhador dos serviços é da falta de materialidade do produto de seu trabalho. De improdutivo, impinge-se a condição de um trabalho virtual e, agora, invisível. Desde que o trabalho nos serviços foi classificado como improdutivo, não se faz senão consentir com essa condição. Contudo, os serviços financeiros bancários são classificados como serviços produtivos, já que sua função clássica no capitalismo é intermediar recursos financeiros (captação e aplicação) en-

tre produtores independentes.

O setor financeiro ganha significação em nível mundial, na medida em que montantes de capital superiores às necessidades da indústria e do comércio são diariamente negociados nos principais mercados cambiais do mundo, criando o que alguns denominam de "economia simbólica", referindo-se à redução da importância econômica da existência concreta de bens e de serviços (Eboli 1995: 288). Ao mesmo tempo em que adquire maior relevância econômica em todo o mundo, o setor bancário depara com problemas de forte competição, decorrência em grande parte, do processo de desregulamentação que permite a empresas não bancárias operarem no mercado de capitais, retirando

dos bancos o monopólio das operações de crédito.

Tradicionalmente, os bancos operavam em termos de especialização de atividades, organizando-se internamente de forma polarizada (atividades de produção - que tendiam a ser organizadas de forma taylorizada) - e atividades comerciais - de intermediação e de gestão financeira. Havia igualmente, uma definição limitada e estável de produtos (pagamentos, empréstimos e investimentos), o que obrigava os bancos a atenderem a mercados segmentados, atuando de forma complementar entre si, (bancos comerciais, de depósitos de investimentos, caixas econômicas). As estruturas de funcionamento correspondiam à organização por agências; a

qualificação era adquirida, especialmente, por “experiência”; o mercado interno de trabalho estruturava-se de forma fechada, orientando-se por um modelo rigidamente hierárquico, com mobilidade reduzida e utilizando como critério de promoção o tempo de serviço. Tais características alteraram-se em meados dos anos 1970; diversificou-se a natureza dos produtos (interna e externamente à atividade bancária); os bancos passaram a operar em termos de bancos múltiplos e através de redes de agências). Com o crescimento das trocas internacionais e dos investimentos estrangeiros, verificou-se a internacionalização das atividades bancárias. Cresceu a concorrência, induzindo a transformações na organização do trabalho.

A automação bancária, com base na microeletrônica, difundiu-se por todo o sistema financeiro mundial, transformando-se num elemento decisivo em termos de estratégia metodológica para os bancos. No Brasil, o setor bancário, ainda pouco estudado, passou por uma experiência de transformação radical nas duas últimas décadas, em decorrência, não só do extenso processo de informatização, mas também de mudanças estruturais no setor - que afetaram a natureza dos produtos, dos mercados e da organização de atividades internas - resultando em mudanças significativas nas condições de trabalho, constituindo-o em caso ilustrativo das implicações sociais da automação e da reorganização do trabalho. Em decorrência de uma conjuntura econômica fa-

vorável para tanto, os bancos no Brasil passaram a prestar, principalmente, “serviços especulativos”. Isso porque, ao mesmo tempo que se verificou uma estagnação no crédito, a inflação elevada e as altas taxas de juros garantiram significativos índices de rentabilidade. Desta forma, obtiveram um desempenho, em termos de rentabilidade, acima do setor agrícola e industrial no país.

O sistema financeiro bancário brasileiro representa uma *ilha setorial de modernidade*, considerando que se insere em um país caracterizado por um déficit em diferentes áreas que se inter-relacionam: o analfabetismo e a subnutrição constituem graves problemas sociais. De acordo com o IBGE, 19 milhões de brasileiros, com mais de 10 anos de idade são analfabetos e 53 milhões de brasileiros são considerados subnutridos. Entre outras carências, destaca-se a defasagem tecnológica em quase todos os setores da economia, sobretudo no setor industrial brasileiro.

O sistema financeiro constitui hoje um setor de economia brasileira que mais se modernizou tecnologicamente, pressionando também o desenvolvimento da indústria nacional da informática, no final dos anos 1970 e década de 1980, tanto na criação de demandas de equipamentos e sistemas, como na viabilização do financiamento desse desenvolvimento. Isso porque o contexto econômico, caracterizado por índices inflacionários elevados e déficit público financiado por meio das operações financeiras com

altas taxas de juros (*over night*), justificou os investimentos realizados pelo próprio setor financeiro em informática (Segnini,1995). Os registros rápidos e seguros passaram a ser fundamentais em termos de lucratividade.

Na América Latina, o Brasil se destaca como o país que possui o mais moderno e complexo sistema financeiro, com 234 bancos, 16.485 agências e cerca de 9.229 postos de atendimento adicionais e um total de 497.109 empregados (Febraban 1996). A atividade bancária brasileira tem se caracterizado pela alta lucratividade, o que, até recentemente, foi favorecido pelo longo período em que vigoraram os altos índices de inflação. No auge da inflação, ao final da década de 1980, o setor financeiro chegou a representar 14% do PIB brasileiro; em 1995, sua participação caiu para cerca de 8%; por outro lado, os ganhos com a inflação que chegaram a representar um terço da receita dos bancos, hoje não chegam a 1%.

Em consequência da alta lucratividade, verificaram-se altos investimentos em equipamentos e programas de informática e telecomunicações (US\$ 3,8 bilhões, em 1993; mais de US\$ 4,1 bilhões em 1994), com extensa difusão no uso de informatização, tornando os bancos brasileiros próximos à situação dos países altamente industrializados; inclusive, 90% das agências bancárias já se encontram conectadas *on line* e 72% em *real time*; A partir de 1995, os investimentos nessa área sofreram reduções (cerca de US\$ 1 bilhão em 1995 e de US\$ 1,5 bilhão em 1996 (Febraban, 1994;1996).

A área de auto-atendimento apresenta hoje elevado índice de crescimento. Em termos gerais, no país, no curto período de dois anos, entre 1994-1996, houve um crescimento de mais de 100% na disponibilidade de equipamentos de auto-atendimento,

O sistema financeiro bancário brasileiro representa uma ilha setorial de modernidade, considerando que se insere em um país caracterizado por um déficit em diferentes áreas que se inter-relacionam: o analfabetismo e a subnutrição constituem graves problemas sociais.

As identidades sociais de trabalhadores são dotadas de gênero e modeladas dialeticamente nas diversas esferas da participação da mulher.

nas agências e fora delas, passando de 25,395 equipamentos no interior das agências e 6.069 fora das agências, em 1994, para 57.879 e 10.158, respectivamente, ocupando grandes espaços na estrutura das organizações financeiras. Cresce a lotação de empregados em mesas e plataformas para atendimento remoto (fora das agências) de forma centralizada, via telefone e terminais eletrônicos. Tal estrutura tende a tornar-se terceirizada. Essas transformações sinalizam no sentido de crescente informatização das atividades bancárias. Ademais, as agências tendem a tornar-se pontos de negócios, de tamanho menor, já que as transações cotidianas tenderiam a ocorrer fora das agências.

Propósito do estudo

Este texto procura refletir sobre as relações entre trabalho, qualificação no setor de serviços financeiros, como uma tentativa de “olhar” essa invisibilidade, seja dos gestos ou das condições de trabalho, tendo em vista ressaltar os impactos das inovações tecnológicas e organizacionais, os processos de fragmentação e reconstrução de identidade.

Considerou-se o caso de uma categoria de trabalhadores determinada que parece transitar de uma situação moderna para uma pós-moderna: são os bancários, trabalhadores especializados do setor de serviços financeiros, sob o impacto de mudanças promovidas pelo avanço acelerado das transformações tecnológicas, que alteram o cotidiano, a subjetividade e identidade desses trabalhadores. A inovação é analisada pelo efeito sobre os

trabalhadores, recuperando sua experiência concreta, pelo modo paradoxal como eles estão vivendo os confrontos e a transição, entre os processos de trabalho “tradicional” e “moderno”, pela visão dicotômica que separa as “antigas” e as “novas” formas de organização do trabalho. Sobre tudo, o recorte de gênero, visa captar as formas como as mulheres identificam e mobilizam, no trabalho, os conhecimentos/saberes formais e informais adquiridos em suas trajetórias, em distintos espaços de socialização.

É sabido que reestruturação produtiva, junto às concepções neoliberais, introduzem um novo padrão de flexibilidade nas relações de trabalho, através principalmente do recurso ao trabalho feminino. Assim, é necessário examinar as características sexuadas da flexibilidade e suas conseqüências, tanto no plano do mercado de trabalho e do emprego, implicando o aumento da precarização social e da precarização do trabalho, no plano da organização e das condições de trabalho.

A incorporação da dimensão de gênero nos estudos sobre a reestruturação e o novo paradigma propiciam uma análise de suas supostas potencialidades virtuosas. Nesse sentido, as análises empíricas trazem descobertas importantes quanto aos limites e possibilidades de modernização no trabalho bancário; descobre as especificidades das diferentes formas de incorporação das atividades femininas, as oportunidades disponíveis para as mulheres em cada mercado, bem como as estratégias utilizadas na articulação entre responsabilidades familiares e profissionais, por parte de quem

vivencia tais experiências (Abreu, 1993; Hirata, 1994).

Sob a perspectiva educacional, os conceitos de trabalho e qualificação foram ampliados, integrando-se os processos que ocorrem nas esferas pública/privada, produtiva e reprodutiva, inserindo-se as categorias teóricas patriarcado e gênero na análise das relações sociais que se estabelecem entre o capital x trabalho. Assim, a formação do trabalhador e, em especial, da trabalhadora, engloba diversos ângulos da prática produtiva, informa o poder instituído que permeia todas as esferas do social e integra a economia do capital, a *ideologia do patriarcado* e as formas culturais de vida que se reproduzem e se contradizem, em suas diferentes dimensões na sociedade. O ponto essencial é que, como uma questão de fato, a estrutura reprodutiva conjunta constitui o contexto efetivo da formação da pessoa. Entretanto, essa estrutura reprodutiva pode ser desestabilizada.

Sob esse prisma, a *cultura patriarcal* constitui-se em um ponto de referência para se refletir, no campo educacional, sobre o caráter histórico e cultural de construção de identidades diferenciadas de acordo com o gênero, com o fito de gerar procedimentos democráticos de formação de vontade que, em última instância, produzam nova racionalidade num *mundo da vida* colonizado (Habermas, 1984; 1989; 1990). A matriz teórica construída por Habermas em sua Teoria da Ação Comunicativa orientou a compreensão da abrangência do *trabalho e interação*, a integração das esferas pública e privada (*a reprodução material e simbólica, sistema e mundo da vida*), no sentido de documentar que as identidades sociais de trabalhadores são dotadas de gênero e modeladas dialeticamente nas diversas esferas da participação da mulher.

A dimensão educativa/pedagógica na construção do objeto no plano teórico e prático é captada e mediada pela condição e consciência de gênero masculino e feminino, pela existência de identidades iguais e diferentes, de exclusão, aceitação, submissão ou recusa, de expressão de interesses, expectativas e projetos. Scott (1988) operacionalizou o conceito de gênero, explicitando seus componentes e a maneira de abordá-lo. Da mesma forma, enfatizou o caráter estruturante do gênero por meio da centralidade de poder no eixo de disputas de lugares sociais privilegiados. Entendido como um processo de construção social, o gênero refere-se à forma como cada cultura trata as diferenças entre os sexos, atribuindo a mulheres e homens determinadas características, concepções que constituem a definição veiculada por relações hierárquicas de poder, desfavoráveis ao gênero feminino.

Na discussão da extensão das transformações globais, é introduzida a noção de exclusão, considerando sua aplicabilidade à análise de modos de expressão desse fenômeno, diante das transformações no mundo do trabalho, particularmente, à medida em que afeta a força de trabalho feminina. A concepção de exclusão constitui uma ferramenta para se analisar a desvantagem social sob transformações estruturais (inclui elementos, como comportamentos e instituições); indica o desemprego aberto e formas de inclusão no mercado de trabalho que são excludentes; possibilita examinar a condição da mulher no mercado de trabalho durante o processo de reestruturação produtiva; acrescenta o poder analítico de conceitos como pobreza, desigualdade, marginalização e segregação, não somente porque descreve uma situação, mas também por analisar um processo dinâmico de

exclusão de gênero.

Não se deve esquecer que a construção social de identidades em torno de atributos como o sexo, idade e cor têm um impacto imenso nas experiências e opções abertas a grupos socialmente distintos nos locais de trabalho, levando a construção de identidades que servem para diferenciar e excluir certos segmentos da sociedade (Gore, 1995:32; Posthuma, 1996:15). As tradições, as formas e abrangências da opressão são distintas para os diferentes gêneros, classes, raças e formas que tomam a acomodação e a resistência. Desvendar mediações na intersecção do individual para a vida em sociedade, os comportamentos dos indivíduos em suas relações sociais, é compreender que o homem é essencialmente social e histórico e que a identidade social de um indivíduo só pode ser compreendida a partir das práticas sociais, nas quais esse indivíduo se insere e das representações que faz dessas práticas (Lane, 1984: 98). É nos meandros do processo de socialização - com suas mediações e contradições - que se constrói a natureza da identidade e intersubjetividade humana que é a expressão de determinantes sociais, políticos, culturais e ideológicos.

Assim, ocorre a estruturação de uma dada classe de sujeito da história, em substituição à luta de classe, do marxismo ortodoxo. A noção de classe, na perspectiva crítica habermasiana, abrange as dimensões interpessoais das relações sociais, o processo intersubjetivo de experiência de sujeitos e agentes potencialmente organizados

de maneira auto-consciente, que fazem a história. Saffiotti (1969) oferece uma explicação básica para a tradicional dominação e a opressão das mulheres e estabelece uma simbiose entre marxismo e patriarcado; ela indica que a simbiose significa que essas categorias se necessitam para se auto-alimentar, aglutinar-se e sobreviver.

O princípio patriarcal tem por base elementos naturalizantes e fundamenta-se na condição biológica e na condição de reprodução da mulher, para justificar as diferenças com base na valorização do poder do homem, no poder da classe. O domínio masculino sobre as mulheres que perpassa através dos séculos nas sociedades, é responsável pela dominação/submissão feminina caracterizada basicamente por papéis na família e na sociedade. Connell (1990) adverte que o patriarcado não pode ser analisado como um domínio ideológico que seja o *locus* da reprodução das relações sociais de classe. Existe uma estrutura patriarcal da produção, uma estruturação de classe da cultura - as duas são coordenadas, não complementares, e estão entrelaçadas. Sua dinâmica interage, elas ajudam a estabilizar e a desestabilizar uma à outra; seus efeitos na vida de qualquer pessoa real estão condensados. As diferenças de classe são "co-existensivas" às diferenças de gênero (Hirata e Kergoat, 1994).

A articulação da relação gênero e trabalho feminino é balizada por explicações. A *primeira* das explicações reside no campo econômico em que agem fatores de oferta e de demanda,

Existe uma estrutura patriarcal da produção, uma estruturação de classe da cultura - as duas são coordenadas, não complementares, e estão entrelaçadas.

segundo os quais as mulheres aparecem como força de reserva para o capital ou como ocupantes de empregos relativamente menos qualificados e que pagam salários mais baixos. A *segunda* explicação reside no campo institucional/cultural em que a família patriarcal ocupa um lugar importante, no âmbito da separação entre as esferas da produção e reprodução. Ambas as explicações aparecem como complementares, uma vez que nem a análise econômica, nem a análise institucional/cultural, isoladamente, apresentam uma explicação satisfatória para a questão.

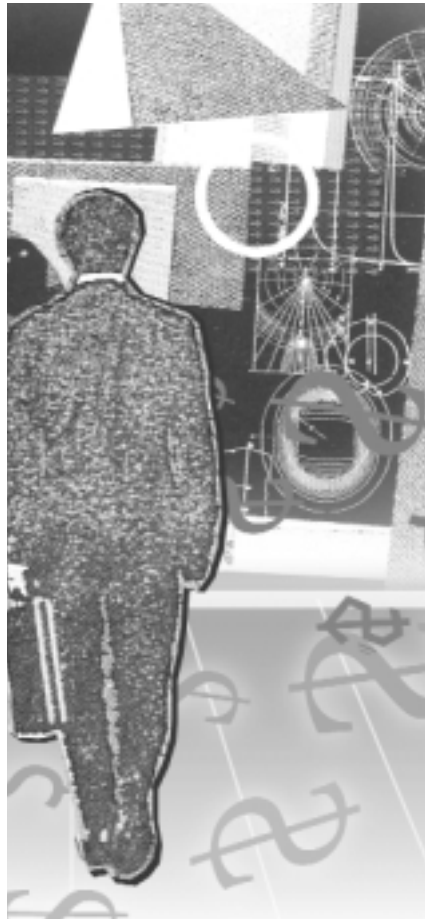
As mulheres, embora em graus variados, experimentam formas duplas de dominação, tanto em casa quanto em locais de trabalho. Assim, a dominação não é unicamente inspirada ou esgotada pela lógica da opressão de classe. Ao adquirir *visibilidade*, conquistar direitos, as mulheres avançam no processo de ruptura com a condição de dominação, na produção de uma cultura em que prevaleçam seus interesses de classe e gênero, que atuam tanto na produção quanto na reprodução nas distintas esferas. A expressão desse processo, acompanha a preocupação desse estudo.

Operacionalização da pesquisa e alguns resultados

Dado o caráter exploratório deste estudo, o "*estudo de caso organizacional*", em dois bancos estatais: um federal e outro estadual de Sergipe, apresentou-se como mais adequado, mas apoiando-se também em dados mais gerais sobre o setor. Foi utilizada uma metodologia qualitativa sem desconsiderar os aspectos quantitativos.

O sistema financeiro, por utilizar as inovações tecnológicas de forma intensiva, exige elevada qualificação dos trabalhadores e, por essa razão, representa um *locus* significativo de pesqui-

sa para a análise das qualificações sociais requeridas pelas novas formas de uso da força de trabalho no processo de reestruturação capitalista. Ademais, essas organizações bancárias, em tese, seriam espaços para as estruturas de relações sociais democrá-



ticas. Isso porque utilizam critérios "universalistas" e racionais em suas políticas de gestão, adotam o concurso público para o recrutamento, formação e progressão de seus funcionários, o que impede, por determinação legal, práticas discriminatórias *a priori*, favorecendo a permanência e a carreira de grupos socialmente subordinados (como o dos negros e o das mulheres), possibilitando que as desigualdades e diferenças de gênero sejam atenuadas (Castro e Guimarães, 1993).

Diferentes fontes, primárias e secundárias, além de instrumentos variados de coleta de dados expressam

os resultados desta pesquisa. Os contatos informais proporcionaram importantes contribuições, ampliadas com a realização de 70 entrevistas "semi-estruturadas" realizadas com dirigentes, trabalhadoras e trabalhadores de diferentes segmentos ocupacionais, isso porque interessava captar as diferenças encontradas nos discursos, suas visões e representações. As entrevistas duraram entre uma a duas horas, consistindo em uma parte não dirigida e outra focalizada, contudo, sempre aberta nos tópicos que mais importavam para a construção do conhecimento. Em alguns casos, também se fizeram entrevistas biográficas.

Este trabalho levanta questões empíricas e temas teóricos importantes, porém preliminares, para o desenvolvimento de uma investigação acerca da constituição e fragilização no início deste novo milênio, da identidade coletiva de um segmento particular dos trabalhadores bancários brasileiros. As características desta investigação permitem algumas reflexões sobre um tema tão complexo como o analisado, a partir da perspectiva do sistema hierárquico de gênero, no contexto do novo paradigma produtivo, destacando as oportunidades de igualdade abertas para as mulheres, no processo de racionalização, organização e gestão do trabalho, nos bancos estatais em Sergipe.

Considerou-se que a identidade de gênero se constitui, ao longo de toda a vida e em todas as áreas em que transita uma pessoa. É possível assinalar que o âmbito do trabalho, longe de ser um espaço neutro, constitui um processo generalizador. Ou seja, o jogo do poder implícito nas relações entre gêneros se concretiza no âmbito laboral, em sua divisão, que produz e reproduz a relação de dominação e subordinação.

Muitos autores analisam os pro-

blemas de gênero no âmbito familiar, deixando para o trabalho produtivo os problemas de classe. Aqui se coloca que a *produção e reprodução* das hierarquias de gênero se estruturam, tanto no âmbito doméstico, como no âmbito do trabalho produtivo. Adotou-se um marco geral para a análise da coexistência de vários sistemas hierárquicos, geradores de desigualdade e da multideterminação do comportamento. Estes sistemas hierárquicos articulam-se entre si de maneira complexa, por exemplo, uma mulher e um homem trabalhadores bancários compartilham a mesma relação de poder e a mesma posição antagônica no sistema de gênero. Assim, encontram-se múltiplas articulações entre o sistema de classe e o de gênero, diferentes formas em que o capital se serve do sistema de gênero para aumentar sua rentabilidade.

No setor financeiro bancário, pode-se dizer que todos os setores de trabalho foram atingidos pela informatização, porém, de maneira diferente quanto *“ao espírito e aos resultados”*. Os postos de trabalho flexibilizados, que significam maior integração das funções e maior requalificação são predominantemente masculinos, como a gerência, assessoria de negócios, etc. (comissionados). Parece, então, que a apropriação pelos trabalhadores bancários homens da esfera da tecnologia contribui para fortalecer a ideologia da masculinidade, pois a concepção dos instrumentos de trabalho está controlada por homens, simplesmente porque essa é uma das áreas em que as mulheres estão sempre excluídas, como estão

também, das áreas governamentais na maioria dos países (Cockburn, 1988). Observa-se que a tecnologia constitui uma fonte de poder, em que os homens estabelecem uma posseção do poder em outras áreas.

Por outro lado, a mesma socialização de gênero desenvolve e reforça a imagem do varão relacionada com os aspectos tecnológicos (brincar com carrinhos, armar e desarmar, etc.), que, entretanto, exclui as meninas de tais práticas. Por conseguinte, a apropriação da inovação tecnológica e o controle da fabricação de instrumentos e máquinas estão em mãos dos homens que intervêm de maneira determinante na definição do trabalho profissional e doméstico que efetuam as mulheres.

O “lugar” ocupado pelas mulheres nas organizações financeiras mostra-se revelador não só das especificidades das relações sociais, no contexto da reestruturação bancária, como das diferentes possibilidades de uso do trabalho feminino. No período da pesquisa de campo (primeiro semestre de 2000), os dados obtidos informam a existência de 1.510 funcionários nas organizações, entre os quais, 887 (58,7%) homens e 623 (41,3%) mulheres, indicando que elas estão ocupando novos espaços no setor financeiro, categoria na qual o seu ingresso não era permitido, antes de 1960. No Banese (Banco do Estado de Sergipe), o processo de reestruturação apresenta-se mais favorável à presença de mulheres que no BB (Banco do Brasil), observando-se maior desequilíbrio das forças em jogo.

O desenho dos processos de tra-

balho nos bancos marca, implicitamente, se é o homem ou a mulher que vai executar as atividades em cada posto de trabalho. Da mesma forma, o uso do espaço, sem dúvida, está associado aos processos tecnológicos e de trabalho, também produzem e reproduzem relações de poder. Por suposto, a lógica do capital não está ausente de tudo isso; pelo contrário, desempenha um papel muito importante. Pode-se inferir que a implantação das inovações tecnológicas, no setor financeiro bancário, não é neutra quando se analisa o processo de formação da identidade de gênero. Da mesma forma que com os outros aspectos da divisão sexual do trabalho, o capitalismo é o que obtém a vantagem maior com a reprodução das divisões, deixando a descoberto a complexidade da questão que pode permitir abordagens sob distintos ângulos.

A feminização do trabalho bancário não parece contribuir de forma significativa para ampliar as chances de oportunidades iguais para as mulheres no trabalho. No BB, dos seis (0,2%) gerentes de contas, dois (0,3%) são mulheres; dos 49 (8,2%) gerentes de expediente, oito (1,3%) são mulheres. No Banese, entre os cinco (0,5%) assistentes de negócios, quatro (0,4%) são mulheres; dos 214 (23,5%) agentes de serviços bancários, 162 (17,8%) são mulheres e dos 350 (38,4%) caixas, 208 (22,8%) são mulheres. Os postos de trabalho informatizados são predominantemente femininos e submetidos a tempos impostos: digitação (em postos sem comissão) e caixa de banco. A maioria das mulheres encontra-se em postos de trabalho que demandam um nível de aprendizagem e qualificação inferior em relação aos homens; inserem-se, sobretudo, em tarefas vinculadas à preparação de dados, nas funções denominadas “de suporte”, tanto nas agências, como nos

A feminização do trabalho bancário não parece contribuir de forma significativa para ampliar as chances de oportunidades iguais para as mulheres.

departamentos, o que lhes dificulta a mobilidade no interior da empresa.

As bancárias geralmente concentram-se em níveis hierárquicos inferiores, demonstrando a existência do fenômeno da segmentação do trabalho. A segmentação por gênero observada nos bancos estatais, em Sergipe, é também apontada pela OIT¹ - Organização Internacional do Trabalho - a partir de dados obtidos em pesquisa realizada no período compreendido entre 1986/89/90, junto a 19 bancos multinacionais, com sede em diferentes países da Europa, Ásia, América do Norte, Central e do Sul.

O fenômeno da segregação/*segmentação das ocupações* é considerado um dos maiores obstáculos para o progresso das mulheres, no mundo do trabalho, por significar menor remuneração por hora trabalhada, acesso restrito a crédito e baixa mobilidade ocupacional. A *segregação horizontal* concentra a mulher em um número reduzido e determinado de setores e ocupações, quase sempre subalternos, em atividades que exigem uma maior atenção, concentração, repetição, simplificação de tarefas e pouco *status* profissional (caixas), em lugares "femininos" mais adaptados às suas habilidades naturais. A *segregação vertical* impede a ascensão da maioria das bancárias a postos decisórios (superintendência, gerência, supervisão). Apenas três bancárias conseguiram se inserir em domínios de atividades financeiras consideradas mais masculinas (cargos de comando: superintendência e gerência, principalmente no banco estadual). Esse fato sinaliza que há possibilidade de superação das barreiras de acesso para posições que exigem desafio, competitividade e elevada qualificação. Os trabalhos que são desempenhados por homens são mais prestigiosos e mais remunerados.

O mais significativo é que tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras não parecem aceitar as mulheres exercendo autoridade.

Tudo indica não existirem fatores naturais, inerentes ou lógicos que instituem a divisão sexual do trabalho, senão que exista uma construção social de práticas e relações de trabalho cuja coerência reside na articulação, muitas vezes, simbólica de vários fatores (Souza-Lobo, 1985). Frente à presença feminina no setor financeiro bancário, é possível observar que o capital se serve da segmentação sexual da mão-de-obra feminina, utilizando elementos do gênero dominante para exercer o poder sobre a subordinação. Ambos os enfoques complementam-se com o objetivo de oferecer uma visão compreensiva das relações sociais no trabalho.

Ocorre que a lógica do capital se serve das relações hierárquicas de gênero e, por sua vez, as reforça, porém não as cria, já que essas são anteriores. Por outro lado, as escalas hierárquicas tendem a excluir as mulheres dos postos de comando, onde os subordinados são homens. Porém, o mais significativo é que tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras não parecem aceitar as mulheres exercendo autoridade. Os homens as depreciavam e as mulheres têm uma relação conflitiva entre elas, preferindo chefes homens. Elas não percebem que a manifestação de seus estereótipos contribui para a reprodução das desigualdades.

As barreiras e discriminações relacionadas fundamentalmente às imagens de gênero estruturadas entre trabalhadoras(es) bancários dificultam uma maior participação e democratização de mulheres, no setor financeiro. Essas imagens (hierarquização e

exclusão) são uma dimensão fundamental do processo de constituição das categorias que vão estruturar a definição dos postos de trabalho e dos perfis de qualificação e competências a eles associados (Abramo, 1996). Em todos os casos, a divisão sexual do trabalho favorece e afirma a superioridade da masculina. A incorporação de novas formas de contratação e o surgimento de novas qualificações sociais têm acarretado uma heterogeneização das condições de inserção dessa força de trabalho. Tudo isso funda a fragilização da identidade coletiva anterior, que já não corresponde às exigências empresariais, e tampouco permite responder aos desejos, problemas, necessidades e expectativas dos trabalhadores.

A mudança no perfil do bancário em Sergipe evidencia-se, também, pela elevação do nível de escolaridade da categoria: aumento de bancários que apresentam crescente ampliação do nível médio de escolaridade tradicionalmente exigido para o acesso ao trabalho bancário, para o nível de escolaridade superior. Particularmente, no Banese, as mulheres apresentam-se em situação mais vantajosa com relação à escolaridade de nível superior (16,9%) comparativamente aos homens (11,8%). Esse fato questiona a idéia de que os rendimentos das mulheres são inferiores aos dos homens porque seu nível de instrução é menor (Abramo, 1996).

Mesmo com escolaridade elevada, as bancárias predominantemente ocupam cargos de menor qualificação e encontram dificuldade para ampliar suas oportunidades e ascender a posi-

ções de maior poder, prestígio e autonomia. Faz-se necessário ampliar os requisitos de qualificação enquanto condição essencial à construção de cidadania das mulheres, nas dimensões política, social, econômica e cultural (Cruz, 1999). Os bancos manifestam crescente preocupação em investir na área de formação e treinamento. Nesse esforço, há uma mobilização de competências não apenas técnicas, mas sociais e culturais, afastando-se do profissional exigido no passado. Nesse sentido, há uma desqualificação dos funcionários que, embora "experientes" (em geral os funcionários mais velhos) apresentam dificuldades a ajustarem-se às mudanças do presente, tanto em nível tecnológico, quanto em termos de desempenho de funções.

No que se refere aos programas de formação e treinamento, a tendência foi no sentido de: a) realização de cursos rápidos, *on-the-job*, visando tanto o desenvolvimento de *aspectos comportamentais* - ênfase em comunicação, liderança e tomada de decisão (espírito de equipe, dedicação, criatividade, idealismo) - quanto aos aspectos técnicos, dirigidos para o conhecimento da informática, para a atualização de *softwares* e aplicativos, tendo em vista aumentar a capacidade do funcionário de explorar as potencialidades da máquina utilização de "programas inteligentes" e simulação de situações como plataformas de negócios; b) realização de cursos com matemática financeira, crédito e negociação, *leasing*, produtos e serviços bancários, e c) realização de cursos externos destinados, principalmente, a grupos restritos de funcionários.

As novas práticas produtivas estão alterando os conceitos de qualificação, passando a exigir trabalhadores polivalentes que podem antecipar, planejar e pensar estrategicamente e

As trabalhadoras são culpabilizadas por declinarem de indicações para treinamentos em locais distantes, em favor de colegas homens devido aos papéis reprodutivos e questões familiares.

desempenhar um leque de atividades interrelacionadas. De fato, a mudança nos paradigmas produtivos faz novas demandas à mão-de-obra preparada para atuar de acordo com o paradigma taylorista/fordista. Ainda que este não seja substituído totalmente (e vários estudos têm apontado para a funcionalidade de sua manutenção no interior de setores e empresas integradas e flexíveis), sem dúvida, a reestruturação produtiva colocou em questão o velho modelo de trabalhador específico, atuando no posto específico de trabalho, para o qual tinha sido preparado através da qualificação formal, ao colocar uma forte ênfase sobre as formas de organização do trabalho que tende a apoiar-se menos nos 'componentes' explícitos (da qualificação): educação escolar, formação técnica, educação profissional (Hirata, 1994: 132) e mais nos seus "componentes implícitos e não organizados".

O novo paradigma da flexibilidade afirma, assim, a desqualificação do antigo trabalhador para fazer face às novas exigências produtivas. Mas, de outro lado, descortina as possibilidades de requalificação desencadeadas pelas próprias características inovadoras do paradigma que passam a orientar a produção e o trabalho e, em boa parte, os serviços.

No setor financeiro bancário, valorizam-se novos saberes "*qualificações sociais tácitas*", habilidades de comunicação consideradas importantes nas funções de atendimento ao cliente, na abertura de contas, nas funções de caixa, promotora de vendas e outras.

Os padrões de treinamentos institucionais reproduzem as divisões social e sexual das ocupações, qualificações e competências. As trabalhadoras são culpabilizadas por declinarem de indicações para treinamentos em locais distantes, em favor de colegas homens devido aos papéis reprodutivos e questões familiares.

A complexidade das formas de uso da mão-de-obra feminina informa não existem fatores naturais inerentes ou lógicos que instituem a divisão sexual do trabalho. Identificam-se nas justificativas e representações dos participantes da pesquisa uma ordem de argumentos/dimensões/*fatores objetivos* - a segregação reforça a falta de oportunidades, e de experiência técnica das mulheres - *dimensões/fatores subjetivos* - emerge a continuação de noções de trabalho feminino diferentes do masculino nas justificativas de gerentes, trabalhadores e nas próprias mulheres.

As representações de gênero interferem nas definições e significados atribuídos ao trabalho, à qualificação/desqualificação masculina e feminina, refletem o sistema de educação/ socialização dos indivíduos e transcendem o aparelho escolar adquirem formas conjunturais e culturais diversas. Por exemplo, os estereótipos de habilidades femininas foram reproduzidos por gerentes: "as mulheres preferem o trabalho de caixa pela vantagem de terminar o turno de trabalho com maior rapidez, liberando-as para os papéis na família".

De forma bastante simplificada, é

possível dizer que a “racionalização” do trabalho no setor financeiro bancário tende a apresentar dimensão positiva aos aspectos relacionados a esfera quantitativa e racional. Em outras palavras, é possível dizer que tudo aquilo que é racional é masculino, tudo que é masculino diz respeito à produção, tudo que diz respeito à produção é celebrado nos locais de trabalho. Por conseguinte, tudo aquilo que é negativo pertence à esfera emotiva, tudo que é emotivo é feminino, tudo que diz respeito à reprodução consuma-se no universo doméstico.

Assim, a integração da mulher no setor bancário não implica sua emancipação, nem tão pouco a eliminação das desigualdades criadas dentro da unidade doméstica. Tudo leva a crer que as trabalhadoras ao ingressarem no mercado de trabalho, o fazem em sua maioria em profissões que lhes permitem desempenhar suas funções de mães e de donas de casa, pois, apesar de todo o progresso e das conquistas femininas, as mulheres têm acesso preferencial às funções qualificadas em setores bem delimitados, indicando “a projeção da esfera marcante do trabalho doméstico, tradicionalmente reservado às mulheres” (Bo-uillaguet apud Kartchevesky-Bullport, 1986:80).

Além de fatores externos, a própria mulher participa como cúmplice de sua subordinação, da construção de uma identidade diferenciada de trabalhos e qualificações adequados para mulheres e homens, na medida em que ela aceita como natural, ou como seu destino de gênero, a sua exclusão de certos tipos de trabalho e de qualificação. Essa atitude pode estar relacionada à internalização da tradicionalmente baixa qualificação da mulher, conforme já assinalado por Souza-Lobo, “a não-qualificação das mulheres é normatizada e a qualificação



remete à problemática das mulheres excepcionais” (Souza-Lobo, 1991:92).

O sistema hierárquico de gênero está presente nas práticas e processos como no modo de produção e suas relações de classe; assim, a relação capital-trabalho, enquanto relação histórica concreta, pode ser vista como uma forma de incorporar a hierarquia de gênero, já que o trabalho está dividido em torno de uma hierarquia sexual onde a mulher desempenha um rol de papéis secundários e, portanto, tem um trabalho secundário. Assim, os poderes macro e micro se interpenetram transversalmente, sustentados por comportamentos e instituições existentes, assumindo importâncias

distintas ao nível das relações humanas na conjuntura histórica particular do Nordeste.

A concepção do trabalho feminino utilizada neste estudo procurou integrar as esferas produtiva/reprodutiva, o público/privado, para tornar visíveis o trabalho que as mulheres desempenham também na família (Bruschini, 1994). A organização familiar desvela padrões de relações sociais patriarcais por meio da divisão sexual de papéis, em aspectos considerados relevantes para indicar transformações na dinâmica das relações familiares: *a administração doméstica, o orçamento familiar e educação dos filhos*. Na reflexão sobre esses temas, as respondentes deixam claro as assimetrias na divisão dos papéis. Apenas duas mulheres expressaram um modelo alternativo, buscando planificar uma redistribuição das tarefas domésticas, porém, também, uma redistribuição da participação da mulher no espaço político, no sentido amplo do termo.

Considerações finais

Seguindo tendência internacional, os bancos reorientaram a natureza de suas atividades (antes voltadas prioritariamente para a área financeira e que, hoje, sofrendo concorrência de instituições não-bancárias, tornam-se menos rentáveis), voltando-se para a área de negócios, que inclui atividades nos mercados de futuro e de derivativos, bem como atividades relacionadas à gestão de risco. Para atender a essa reorientação, foram ampliadas as vagas para o exercício imediato da função de gerente de negócios.

No que se refere à reestruturação,

A integração da mulher no setor bancário não implica sua emancipação, nem tão pouco a eliminação das desigualdades criadas dentro da unidade doméstica.

os bancos adotaram a estratégia de *cultivo de clientes*, buscando maximizar o número de vinculações do cliente com os bancos. A reorientação das atividades dos bancos manifesta-se de imediato na definição do *lay-out* das agências. Nesse modelo, as agências possuem espaços físicos especificamente demarcados, sinalizados e ambientados, de forma a atender aos novos objetivos, tendo em vista enfrentar a concorrência do mercado. Dentre as conclusões, caberia destacar que os ganhos para a força de trabalho, resultantes do processo em estudo, poderiam ser relativizados, já que os mesmos são acompanhados de efeitos negativos, como maior desgaste físico e mental da força de trabalho, além da ocorrência de altas taxas de desemprego. Nesse sentido, pode-se supor que a uma possível elevação da qualificação dos que permanecem no emprego, corresponderia uma degradação das condições de vida em termos mais gerais. No que se refere à configuração organizacional, esta tende à organização horizontal, com acentuada redução dos níveis hierárquicos. Os postos de atendentes deverão ser eliminados no futuro. O gerente geral das agências não deve distinguir-se dos demais funcionários, em termos de execução de tarefas. Todos devem desempenhar a função de gerente, constituindo equipes de venda. Por outro lado, a organização do trabalho está baseada, não em uma estrutura de funções, mas em uma estrutura de processos e negócios, constituída por equipes.

A polivalência torna-se uma exigência, a partir do princípio de que todos devem saber desempenhar qualquer operação demandada pelo cliente. A idéia é de integração de funções, no sentido de que, ao ser atendido por um funcionário, o cliente possa realizar todas as suas operações com

A personalidade das trabalhadoras também são marcadas pela dominação, que tem origem na cultura e instituições do patriarcalismo.

o mesmo funcionário. Se, de um lado, essa estratégia significa fator de elevação da qualificação para os funcionários, já que amplia o seu âmbito de atividades, para o gerente da agência, significa mudança radical de suas atribuições, num sentido nem sempre favorável verifica-se aumento significativo de responsabilidades, perda de autoridade, e "degradação" de *status*.

Ocorre uma significativa transformação da natureza da relação do gerente com o cliente. Ao mesmo tempo, o trabalho em equipe determina a perda da autonomia do cargo, já que exige a ausência de hierarquia, vendendo-se o gerente obrigado a desempenhar várias funções menos valorizadas, como, por exemplo, a abertura de contas. O perfil do novo bancário é, portanto, traçado a partir da ênfase na capacidade de lidar com tarefas não prescritas e com limites pouco definidos, contrariando a exigência anterior, quando as atividades eram claramente delimitadas pelo manual. Nesse sentido, um mudança significativa diz respeito à eliminação ou a forte redução de trabalho burocrático. Essa é uma tendência observada mundialmente.

Os funcionários entrevistados queixaram-se da falta de treinamento adequado, especialmente, em razão da rapidez com que foram ministrados. Manifestaram também desejo de ampliar suas possibilidades de formação, especialmente, na área negocial, de informática, de vendas e de mercado financeiro, bem como desejo de realizar cursos externos - em grandes cidades da região sul do Brasil, - que oferecessem melhores oportunidades

de profissionalização, percebidos como arma contra a demissão e como trunfo para a empresa no contexto da competição.

Os bancários, em geral, apresentam expectativas em desenvolver domínio técnico e ressentem-se dos critérios utilizados na indicação para os treinamentos. Nesse processo, com frequência, os papéis reprodutivos das mulheres são utilizados nas justificativas que as excluem dos treinamentos técnicos, principalmente, em locais distantes. Ademais, uma variedade de fatores estrutura as diferenças de gênero, a segregação e a discriminação da mulher no trabalho, na qualificação, mostrando o lado multifacetado do processo de exclusão no contexto do novo paradigma produtivo no setor financeiro bancário. Esses fatores podem melhorar ou aprofundar as desigualdades para a mulher e outros segmentos vulneráveis da força de trabalho.

Fica evidente que os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade das trabalhadoras também são marcadas pela dominação, que tem origem na cultura e instituições do patriarcalismo. Sendo assim, tanto do ponto de vista analítico quanto político, é essencial não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente (Castells, 1999). Os processos de mudança cultural são muito lentos. Nesse contexto, no espaço e tempo desta pesquisa, evidencia-se que a subordinação feminina e a divisão sexual do trabalho parecem ser duas faces de uma mesma moeda - encontrar os

mecanismos que permitam obter um caminho das relações entre os gêneros constitui o desafio.

Os diferenciais de gênero se mostram importantes para a melhor compreensão do processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como de trazer para o debate questões ligadas aos universos público e privado que ainda não receberam a necessária atenção. Isso reforça a intenção de continuar analisando e acompanhando esses processos, assim como de avançar na discussão e revisão de políticas gerenciais, estratégias sindicais e espaços de negociação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais democrática com forte ênfase na equidade de gênero.

Particularmente, os dados aqui apresentados trazem questionamentos para o campo educacional, no sentido de rever processos de formação, os novos conceitos e demandas por qualificação que emergem na esteira do processo de globalização, conjuntamente com a revolução no campo da informática que o tornou possível. Não se deve esquecer que dois tipos de mudança têm vinculação direta com a questão da exclusão social, da exclusão de gênero, com o surgimento de um novo paradigma de emprego, mais flexível, precário e desprovido de garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional: de outro lado, também não se deve esquecer, da minimização do papel do Estado, que vem sendo questionado sobre o seu papel tradicional de guardião das garantias sociais.

Notas

1. Informe OIT, Los bancos multinacionales y sus practicas sociales y laborales, Madrid: Centro de Publicaciones, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992 p. 94.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, L. 1996. Imagens de gênero y políticas de recursos humanos em um contexto de modernización produtiva. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out., p.1- 48.
- ABREU, Alice Paiva. 1993. "Mudança tecnológica e gênero no Brasil: primeiras reflexões", In: Novos Estudos Cebrap, 35, março. São Paulo.
- CASTELLS, Manuel. 1999. O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; vº 2, São Paulo: Paz e Terra,
- CASTRO, Nadya A. e GUIMARÃES, A. Sérgio 1993. "Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho". In: Estudos Afro Asiáticos. Salvador: Nº 24, p 23-60.
- COCKBURN, Cynthia. 1985. Machines of dominance. Women, men and technical know-how. Pluto Press, Londres,
- COMBES Danièle e HAICAULT, Monique 1987. "Produção e reprodução, relações sociais de sexo e classes" In: KARTCHEVSKY, André et al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CONNELL, R. W. 1990. "A caixa preta do hábito nas asas da história: reflexões críticas sobre a teoria da reprodução social". In: Teoria e Educação: Teorias da Reprodução e da Resistência. Porto Alegre: Palmarinca, Nº 1., p.45-64.
- FEBRABAN. 1996. Balanço Social dos Bancos. São Paulo: 1994; 1995.
- GIDDENS, Anthony. 1993. A transformação da intimidade. São Paulo. UNESP.
- As conseqüências da modernidade. São Paulo. UNESP. 1966.
- GORE, C. 1995. "Market, citizenship and social exclusion". In: Social Exclusion: Rhetoric, Reality, Responses, G. Rodgers. C. Gore e J. Figueredo, Internacional Institute for Labor Studies, Genebra,
- HABERMAS, Jürgen. 1984. Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1989. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.
- 1990. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa. Publicações D. Quixote.
- HIRATA, Helena S. 1994. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: J. C. FERRETTI (org.). D.M.I. Zibras, F.R. Madeira e M.P.B. Franco. Novas Tecnologias Trabalho e educação: um debate interdisciplinar. Petrópolis: Vozes.

HIRATA, Helena S. 1998. "Reestruturação Produtiva, trabalho e relações de gênero". In: Revista Latino-Americana de Estudos del Trabajo. São Paulo. Ano 4, No 7, p. 5-57.

HIRATA, Helena S. e KERGOAT, Danièle 1994. "A classe operária tem dois sexos". In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Vol. 2. N.3.p.93-100.

KARTCHEVSKY-BULLPORT et al. O sexo do trabalho. São Paulo. 1997.

LANE, Sílvia e CODO, Wanderley. **O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

LOBO, Elizabeth-Sousa. División sexual del trabajo: el trabajo también tiene sexo. In: Mujer y trabajo en América Latina. GRE-EBO,1986, p. 134.

POSTHUMA, Anne C. e LOMBARDI, Maria R. (1996) Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. (Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. GT. Trabalho e Sociedade, 22 a 26 de out. p, 1- 42.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. (1969) A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. S. Paulo: Quatro Artes.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis: HEILBRUN, C. G., MILLER N.K.(orgs.). Gender and the Politics of History. Nova Iorque: Columbia University Press.

* Maria Helena Santana Cruz é profa. Dra. do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do NEPING - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. E-mail: helenacruz@uol.com.br

Ação afirmativa em benefício da população negra

Kabengele Munanga

Um breve histórico

As chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de “*equal opportunity policies*”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

Nos Estados Unidos, onde foram aplicadas desde a década de sessenta, elas pretendem oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Por exemplo: os empregadores foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, formação e promoção nas empresas visando à inclusão dos afro-americanos; as universidades foram obrigadas

a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar, em seus programas, uma certa percentagem para a participação dos negros. No mesmo momento, programas de aprendizado de tomada de consciência racial foram desenvolvidos a fim de levar a reflexão aos americanos brancos, na questão do combate ao racismo.

Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista. Neste sentido, a política de ação afirmativa nos Estados Unidos tem seus defensores e detratores. Foi graças a ela que se deve o crescimento da classe média afro-americana, que hoje atinge cerca de 3% de sua população, sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais; mais estudantes nos níveis de ensino correspondentes ao nosso ensino médio e superior; mais advogados, professores nas universidades, inclusive nas mais conceituadas, mais médicos

nos grandes hospitais e profissionais, em todos os setores da sociedade americana. Apesar das críticas contra ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que implementaram, não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas.

Argumentos em favor das cotas para a população negra no Brasil

As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderiam servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem cópia, aproveitar das experiências positivas e negativas vivenciadas por outros para inventar nossas próprias soluções, já que não contamos com receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais.

Vozes eloqüentes, estudos acadêmicos qualitativos e quantitativos recentes realizados pelas instituições de pesquisas respeitadíssimas como o IBGE e o IPEA não deixam dúvidas sobre a gravidade gritante da exclusão do negro, isto é, pretos e mestiços na

sociedade brasileira. Fazendo um cruzamento sistemático entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, escolaridade, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos desde 1929, Ricardo Henriques (2001) chega à conclusão de que, “no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Algumas cifras assustam quem tem preocupação social aguçada e compromisso com a busca de igualdade e qualidade nas sociedades humanas”:

Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais.

Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros.

Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros (Henriques, 2001).

Deduz-se dessa pesquisa que, se por milagre o ensino básico e fundamental melhorar seus níveis para que os alunos desses níveis de ensino possam competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isso supõe que os brancos fiquem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade. Uma hipótese improvável, ou melhor,



inimaginável. Os *lobbies* das escolas particulares, cada vez mais fortes, deixarão os colégios públicos subirem seu nível de ensino, tendo como consequência a redução de sua clientela majoritariamente oriunda das classes sociais altas e médias e a diminuição de seus lucros? Quanto tempo a população negra deverá ainda esperar essa igualdade de oportunidade de acesso e permanência a um curso superior ou universitário gratuito e de boa qualidade?

Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição sócio-econômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e sócio-econômica, as políticas ditas universais defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda e pelo ex-ministro da educação Paulo Renato não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra. Como disse Habermas, o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. Daí a justificativa de uma política preferencial, no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de decalage no processo de desenvolvimento entre brancos e negros. É neste contexto que colocamos a impor-

tância da implementação de políticas de ação afirmativa, entre as quais a experiência das cotas, que, pelas experiências de outros países, se afirmou como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade sócio-econômico, considerado como um dos aspectos não menos importante da desigualdade racial.

A questão fundamental que se coloca é como aumentar o contingente negro no ensino universitário e superior de modo geral, tirando-o da situação de 2% em que se encontra depois de 114 anos de abolição em relação ao contingente branco que sozinho representa 97% de brasileiros universitários. É justamente na busca de ferramentas e de instrumentos apropriados para acelerar o processo de mudança desse quadro injusto em que se encontra a população negra que se coloca a proposta das cotas, apenas como um instrumento ou caminho entre tantos a serem incrementados. Porque então a cota e não outros instrumentos e que instrumentos? Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso e permanência aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à "casta" branca da sociedade. O uso deste instrumento seria transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade global, na construção de sua democracia e plena cidadania. Paralelamente às cotas, outros caminhos a curto, médio e longo prazos projetados

em metas poderiam ser inventados e incrementados. Tratando-se do Brasil, um país que desde a abolição nunca assumiu seu racismo, condição *sine qua non* para pensar em políticas de ação afirmativa, os instrumentos devem ser criados através dos caminhos próprios ou da inspiração dos caminhos trilhados por outros países em situação comparável.

Reações absurdas e inimagináveis vieram dos setores informados e esclarecidos que geralmente têm voz na sociedade brasileira. Que absurdo, reservar vagas para negros, o que caracterizam como uma injustiça contra alunos brancos pobres! Aqui somos todos mestiços, quer dizer que no Brasil não existem mais nem negros, nem brancos, nem índios, nem japoneses, por causa do alto grau de mestiçamento. Aqui, não estamos nos Estados Unidos para impor soluções que nada têm a ver com nossa realidade genuinamente brasileira etc. Vejam que se deixa de discutir uma questão social que, como apontam as estatísticas das pesquisas do IBGE e IPEA, é caracterizada por uma desigualdade racial brutal e gritante. Porque isso? Parece-me que o imaginário coletivo brasileiro está ainda encoberto pelo mito da democracia racial.

Não era possível imaginar as propostas de ação afirmativa num país onde há pouco tempo se negava os indícios de preconceito étnicos e de discriminação racial. Em dezenas de anos, os movimentos sociais negros lutaram duramente para arrancar, da voz oficial brasileira, a confissão de que esta sociedade é também racista. Embora o racismo esteja ainda muito

vivo na cultura e no tecido social brasileiro, a voz oficial reagiu há pouco tempo aos clamores dos movimentos negros, como bem ilustrado pelo texto do "Relatório do Comitê Nacional Para a Reparação da Participação Brasileira, na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001. Nesse relatório, no que tange às propostas em benefício da "comunidade" negra: "a adoção de medidas reparatórias às vítimas do racismo, da discriminação racial e de formas conexas de intolerância, por meio de políticas públicas específicas para a superação da desigualdade. Tais medidas reparatórias, fundamentadas nas regras de discriminação positiva prescritas na Constituição de 1988, deverão contemplar medidas legislativas e administrativas destinadas a garantir a regulamentação dos direitos de igualdade racial previstos na Constituição de 1988, com especial ênfase nas áreas de educação, trabalho, titulação de terras e estabelecimentos de uma política agrícola e de desenvolvimento das comunidades remanescentes dos quilombos", - adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso de negros às universidades públicas" (Ministério da Justiça, 2001: 28-30).

Infelizmente, comparativamente ao avanço constatado nesse relatório, os três candidatos principais ao posto de Presidente da República, nas eleições de 2002, não mostraram uma postura clara e firme sobre este problema, ou adotaram uma estratégia de desinformação, ora para não se comprometerem com a população negra, ora para não perderem seus eleitores no meio de racistas brancos, já que o importante para alguns deles era ser eleito presidente, a qualquer custo! O atrito en-

Em dezenas de anos, os movimentos sociais negros lutaram duramente para arrancar, da voz oficial brasileira, a confissão de que esta sociedade é também racista.

tre o estudante negro Rafael dos Santos e o candidato Ciro Gomes, no debate que ocorreu em 7 de abril na UnB, não deixa dúvida sobre a estratégia do silêncio e da desinformação. Indagado sobre sua posição no que diz respeito às políticas de cotas para negros, o candidato desconversou, dizendo que os negros não precisam que ninguém tenha “peninha” deles, além de impedir que a palavra fosse franqueada ao estudante. Como explicar o silêncio, a incerteza e até mesmo a desinformação dos candidatos sobre uma questão tão importante para a vida e o futuro de mais de 70 milhões de brasileiros de ascendência africana? Estratégia ou resíduo perverso do mito de democracia racial que ainda ronda no inconsciente coletivo do brasileiro? Tudo é possível!

O que me espanta muito não é tanto a reação popular, facilmente explicável. O que me surpreende é que as mesmas reações e os mesmos lugares comuns se encontram na minha universidade, uma das mais importantes do Hemisfério Sul, em termos de produção de conhecimento científico e da reflexão crítica sobre as sociedades humanas. Nessa universidade, brotou a chamada Escola Sociológica de São Paulo, da qual participaram eminentes estudiosos como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, João Batista Borges Pereira e tantos outros que iniciaram os estudos sobre o negro, na ótica das relações raciais e interétnicas, rompendo com a visão apenas raciologista e culturalista de Nina Rodrigues e seu discípulo Arthur Ramos, entre outros.

Rebatendo e refutando algumas críticas contra as cotas para negros no Brasil

1. Dizem que é impossível implementar cotas para negros no Brasil,

Não acredito que todos os alunos brancos pobres possam cometer este tipo de fraude para ingressar na universidade pública, por causa da força do ideal do branqueamento.

porque é difícil definir quem é negro no país por causa da mestiçagem, tendo como consequência a possibilidade da fraude por parte dos alunos brancos, que alegando sua afro-descendência pelo processo de mestiçagem, ocupariam o espaço destinado às verdadeiras vítimas do racismo. Em primeiro lugar, não acredito que todos os alunos brancos pobres possam cometer este tipo de fraude para ingressar na universidade pública, por causa da força do ideal do branqueamento ainda atuando no imaginário coletivo do brasileiro. Um racista essencialista, psicologicamente convencido da superioridade de sua “raça”, não troca de campo com tanta facilidade. Muitos não aceitarão a troca, em nome do chamado orgulho da raça. Conscientes desta dificuldade, alguns recorrem aos falsos princípios de democracia, advogando a introdução de uma flagrante injustiça contra brancos pobres, se o Brasil adotar cotas em favor da maioria de negros pobres. Se for fácil identificar os alunos brancos pobres, porque o seria tão difícil para os alunos negros pobres? Em segundo lugar, a identificação é uma simples questão de auto definição, combinando os critérios de ascendência politicamente assumida com os critérios de classe social. Isto tem sido o critério ultimamente utilizado até pelos pesquisadores e técnicos, no último recenseamento do IBGE. Ele vale tanto para brancos quanto para negros e para os chamados amarelos. Não vejo necessidade em recorrer seja ao exame da árvore genealógica dos autodeclarados negros, seja ao exame científico através do teste de DNA. Se constatar, depois de algum

tempo e experiência, que a maioria de alunos pobres beneficiados pela política de cotas é composta de alunos brancos pobres falsificados em negros, será então necessário reavaliar os critérios até então adotados. De qualquer modo, os recursos investidos não seriam perdidos, pois teriam sido aproveitados por segmento da população que também necessita de políticas públicas diferenciadas. Uma definição pelos critérios científicos dificultaria qualquer proposta de ação afirmativa, em benefício de qualquer segmento, pois muitos que se dizem negros podem ser portadores dos marcadores genéticos europeus. Também muitos dos que se dizem brancos podem ser portadores dos marcadores genéticos africanos. O que conta no nosso cotidiano ou que faz parte de nossas representações coletivas do negro, do branco, do índio, do amarelo e do mestiço não se coloca no plano do genótipo, mas sim do fenótipo, num país onde, segundo Oracy Nogueira, o preconceito é de marca e não de origem.

2. Outros argumentos contra a política de cota recorre ao fato do abandono desta política nos Estados Unidos, por não ter ajudado no recuo da discriminação racial entre brancos e negros naquele país e por ter sido aproveitado apenas pelos membros da classe média afro-americana, deixando intocada a pobreza dos guetos. Ponto de vista rejeitado pelos defensores de cotas nos Estados Unidos, baseando-se na mobilidade social realizada pelos afro-americanos, nos últimos quarenta anos, mobilidade que não teria sido possível, se não fosse implantado a política das cotas. Os próprios ameri-

canos observam que, no Estado da Califórnia, o primeiro a incrementar cotas e o primeiro também a abandoná-las, recuou o ingresso de alunos afro-americanos nas universidades públicas, daquele Estado. Mas devemos dizer que os afro-americanos têm outras alternativas para ingressar e permanecer nas universidades que aqui não temos por causa das peculiaridades do “nosso” racismo. Eles têm universidades federais de peso criadas para eles, a Universidade de Howard, por exemplo, e universidades criadas pelas Igrejas independentes negras para as comunidades afro-americanas, principalmente nos Estados do Sul considerados como os mais racistas (é o caso da universidade de Atlanta que foi fundada pelos negros e para os negros). Além disso, a maioria das universidades públicas americanas até as mais conceituadas como Princeton, Harvard e Stanford continuam a cultivar as ações afirmativas, em termos de metas, sem recorrer necessariamente às cotas ou estatísticas definidas. Deixar de discutir cotas em nossas universidades porque não deram certo nos Estados Unidos, como dizem os argumentos contra, é uma estratégia fácil para manter o *status quo*. As cotas, se forem aprovadas por alguns Estados como já está acontecendo no Rio de Janeiro e na Bahia, deveriam, antes de serem aplicadas, passar por uma nova discussão dentro das peculiaridades do racismo à brasileira, cruzando os critérios de “raça e de “classe” e respeitando a realidade demográfica de cada Estado da União. Um censo étnico da população escolarizada de cada Estado é indispensável para incrementar as políticas públicas, no que diz respeito à educação dos brasileiros, a curto, médio e longo prazo.

3. Porque a cota misteriosamente não é também destinada aos índios e sua descendência cujos direitos foram

Os movimentos negros que reivindicam as cotas nunca foram contra as propostas que beneficiariam as populações indígenas, as mulheres, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, até as classes sociais pobres

igualmente violados durante séculos, além de serem despojados de seu imenso território, indagam outros argumentos contra a política de cotas. Os movimentos negros que reivindicam as cotas nunca foram contra as propostas que beneficiariam as populações indígenas, as mulheres, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, até as classes sociais pobres independentemente da pigmentação da pele. Apenas reivindicam um tratamento diferenciado, tendo em vista que foram e constituem ainda a grande vítima de uma discriminação específica, racial. Eles têm uma clara consciência da diluição no social geral e abstrato como propõe o pensamento da esquerda, que até hoje continua a bater nas teclas de uma questão que, segundo eles, é simplesmente social, fechando os olhos a uma cultura racista que abarca indistintamente pobres, médios e ricos em todas as sociedades racistas.

Os afro-descendentes constituem um pouco mais de 70 milhões de brasileiros, em relação às populações indígenas estimados em menos de quinhentos mil, apesar do seu notável crescimento demográfico. Visto deste ângulo, o problema do ingresso dos estudantes negros, tendo em vista que a sua taxa de escolaridade, na escola, é das mais baixas. O que falta são as propostas de políticas públicas específicas a curto, médio e longo prazo, direcionadas para atender aos problemas de escolaridade, educação e ingresso dos índios na universidade. Diluí-los nos problemas sociais dos negros e ou dos pobres em geral seria

cometer, no plano da prática social, os erros do pensamento teórico e livresco do intelectual de esquerda, sem pés no chão.

No já citado relatório do Comitê Nacional para a Preparação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, nota-se, entre as medidas governamentais a serem tomadas em favor dos índios:

- criação, no âmbito do Ministério da Educação, da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena;
- estabelecimento de 1666 escolas indígenas, que contam com 3041 professores indígenas;
- realização do projeto Tucum, de formação e capacitação de professores indígenas, em nível de magistério, para as comunidades de Mato Grosso (Xavante, Peresí, Apiaká, Irantxe, Nambikwara, Umotina, Rikbaktsa, Munduruku, Kayabi, Borôro e Bakairi, entre outras). É coordenado pela Secretaria de Estado da Educação-MT, além da FUNAI, tem convênio com a Universidade Federal do Mato Grosso e prefeituras municipais do estado.
- realização do projeto 3º grau indígena, visando à implantação de três Cursos de Licenciatura Plena na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, destinados à formação de 200 professores indígenas) com previsão de início das aulas em julho de 2001 e término em 2005. A iniciativa está sendo viabilizada por meio do Convênio 121/2000, de 30 de junho de 2000, celebrado entre aquela instituição de ensino e a Secretaria de Esta-

do de Educação do Mato Grosso (SE-DUC-MTO e do Convênio nº 11, de 15 de dezembro de 2000, celebrado entre a UNEMAT e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). As atividades pedagógicas intensivas ocorrerão no Campus da UNEMAT localizado na cidade de Barra do Bugres-MT.

Os professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, em sua proposta de cotas e ouvidoria para a universidade de Brasília, ilustram a inconsciência das universidades brasileiras face à questão indígena pelo fato “dos primeiros quatro índios brasileiros que neste momento se preparam para ser médicos somente conseguiram ingressar numa Escola de Medicina de Cuba! Imaginemos a situação: é uma faculdade cubana, que não dispõe nem minimamente dos recursos com que contam universidades como a USP, a UNICAMP, ou a UnB, que está ajudando o Brasil a saldar a sua dívida de cinco séculos para com os índios brasileiros!” (Carvalho e Segato: 2001)

4. A política de cotas raciais poderia prejudicar a imagem profissional dos funcionários, estudantes e artistas negros, porque eles serão sempre acusados de ter entrado por uma porta diferente. Ou seja, no momento das grandes concorrências, as cotas poderiam perigosamente estimular os preconceitos. Pior ainda, sob pretexto de favorecer materialmente uma população desfavorecida, essa política pode prejudicar os valores mais respeitáveis: o orgulho e a dignidade da população negra. Contra este tipo de argumento, eu diria que ninguém perde seu orgulho e sua dignidade ao reivindicar uma política compensatória, numa sociedade que, por mais de quatrocentos



anos, atrasou seu desenvolvimento e prejudicou o exercício de sua plena cidadania. Desde quando a reparação de danos causados por séculos de discriminação prejudica a dignidade e o orgulho de uma população? Os judeus têm vergonha em reivindicar a indenização das vítimas do holocausto? Onde estão o orgulho e a dignidade de uma sociedade que continue a manter, em condições de igualdade gritante, um segmento importante de sua população e que durante muitos anos continuou a se esconder atrás do manto do mito da democracia racial? As cotas não vão estimular os preconceitos raciais, pois estes são presentes no tecido social e na cultura brasileira. Discriminar os negros no mercado de trabalho pelo fato de eles terem estudado graças às cotas é simplesmente deslocar o eixo do preconceito e da discriminação presentes na sociedade e que existem sem cotas ou com cotas. Mas uma coisa é certa, os negros que ingressarão nas universidades públicas de boa qualidade pelas cotas terão, talvez, uma oportunidade única na sua vida: receber e acumular um conhecimento científico que os acompanhará no seu caminho da luta pela sobrevivência. Apesar dos preconceitos que persistirão ainda por muito tempo, eles serão capazes de se defender melhor, no momento das grandes concorrências e nos concursos públicos, ao exibir um certo conhecimento que não dominavam antes. Abrirão com facilidade algumas portas, graças a esse conhecimento adquirido e ao restabele-

*As cotas não vão estimular os preconceitos raciais,
pois estes são presentes no tecido social e na cultura brasileira.*

cimento de sua auto-estima. A história da luta das mulheres ilustra melhor o que seria o futuro dos negros. A discriminação contra elas não foi totalmente desarmada, mas elas ocupam, cada vez mais, espaços na sociedade, não porque os homens se tornaram menos machistas e mais tolerantes, mas porque, justamente graças ao conhecimento adquirido, elas demonstram competências e capacidades que lhes abrem as portas antigamente fechadas. O racismo contra negros não recuou nos Estados Unidos. Mas hoje, graças ao conhecimento adquirido com cotas, eles tiveram uma grande mobilidade social, jamais conhecida antes.

A história da luta das mulheres ilustra melhor o que seria o futuro dos negros. A discriminação contra elas não foi totalmente desarmada.

5. Os responsáveis das universidades públicas dizem que o ingresso de negros nas universidades pelas cotas pode levar a uma degradação da qualidade e do nível do ensino, por que eles não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos brancos. Mas, acredito que mais do que qualquer outra instituição, as universidades têm recursos humanos capazes de remediar as lacunas dos estudantes oriundos das escolas públicas, através de propostas de uma formação complementar. (Carneiro, 2002: p.23). Algumas universidades encaminharam propostas de projetos neste sentido, solicitando recursos financeiros junto ao Programa Nacional de Cor junto à UERJ, financiado pela Fundação FORD.

Finalmente, a questão fundamental que se coloca não é a cota, mas, sim, o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento e uma

medida emergencial enquanto se busca outros caminhos. Se o Brasil, na sua genialidade racista, encontrar alternativas que não passam pelas cotas para não cometer injustiça contra brancos pobres - o que é crítica sensata - ótimo. Mas dizer simplesmente que implantar cotas é uma injustiça, sem propor outras alternativas a curto, médio e longo prazo, é uma maneira de fugir de uma questão vital para mais de 70 milhões de brasileiros de ascendência africana e para o próprio futuro do Brasil. É uma maneira de reiterar o mito da democracia racial, embora este já esteja desmistificado.

Os que condenam as políticas de ação afirmativa ou as cotas favorecen-

do à integração dos afro-descendentes utilizam, de modo especulativo, argumento que pregam o *status quo*, ao silenciar as estatísticas que comprovam a exclusão social do negro. Querem remeter a solução do problema a um futuro longínquo, imaginando-se, sem dúvida, que medidas macroeconômicas poderiam miraculosamente reduzir a pobreza e a exclusão social.

As cotas não serão gratuitamente distribuídas ou sorteadas como imaginam os defensores da "justiça", da "excelência" e do "mérito". Os alunos que pleitearem o ingresso na universidade pública, por cotas, submeter-se-ão às mesmas provas de vestibular que os outros candidatos e serão avaliados como qualquer outro de acordo com a nota de aprovação prevista. Visto deste ângulo, os sistema de cotas não vai introduzir alunos desqualificados na universidade, pois a competitividade dos vestibulares continuará a

ser respeitada como sempre. A única diferença está no fato de que os candidatos aspirantes ao benefício da cota se identificarão como negro ou afro-descendente no ato da inscrição. Suas provas corrigidas, eles serão classificados separadamente, retendo os que obtiverem as notas de aprovação para ocupar as vagas previstas. Desta forma, serão respeitados os méritos e garantida a excelência no seio de um universo específico.

Referências Bibliográficas

Ministério da Justiça. Relatório Do Comitê Nacional Para Preparação Da Participação Brasileira Na III Conferência Mundial Das Nações Unidas Contra O Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia E Intolerância Correlata. Durban, 31 de Agosto a 7 de Setembro de 2001.

CARNEIRO, Sueli. In: Courrier Internacio-
nal nº 593, du 14 au 20 mars, 2002, p.22

CARVALHO, José Jorge de. SEGATO, Rita Laura. Uma proposta de Cotas e Ouvidoria Para a Universidade de Brasília. Manuscrito, Brasília 2001.

HABERMAS, Jurgen. L'integration Républicaine. Essai de Théorie Politique. Paris, Fayard, 1998.

HENRIQUES, Ricardo. Texto para discussão Nº 807 - Desigualdade Racial no Brasil: Evolução Das Condições de Vida na Década de 90 - Julho de 2001 IPEA)

MUNANGA, Kabengele. O Anti-racismo no Brasil. In: Kabengele Munanga(org) Estratégias e Políticas de Combate À Discriminação Racial. São Paulo: Edusp, 1996. Pp.79-74

** Kabengele Munanga é Professor Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Autor de vários trabalhos na área de antropologia da população negra africana e afro-brasileira, entre outros, Os Basanga de Shaba (1986); Negritude (1988), Estratégias e políticas de combate à discriminação racial (1996) e Rediscutindo a mestiçagem no Brasil (1999). E-mail: kabe@usp.br*

Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero

Renato Veloso

*"Nós vos pedimos com insistência
Nunca digam - isso é natural
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão
Em que corre o sangue
Em que ordena-se a desordem
Em que o arbítrio tem força de lei
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam, nunca - isso é natural".
Bertolt Brecht*

1. Apresentação

Este breve texto, pensado inicialmente como subsídio ao entendimento do fenômeno da violência contra a mulher, tem por objetivo oferecer alguns elementos para uma apropriação básica da problemática das relações de gênero, enfatizando algumas expressões do debate teórico a seu respeito. Entende-se que o gênero, compreendido como um fenômeno histórico e social em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, deve ser tomado como uma "categoria", pois expressa "modos de ser", ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade, ou, se assim se preferir, do "ser social". A partir deste entendimento, é possível inferir que as relações de gênero são parte da estrutura e da organização da sociedade, tendo conseqüências mediatas e imediatas para a reprodução do ser social. Pretende-se, portanto, apesar do caráter introdutório aqui presente, deixar claro que o gênero é um elemento fundante da vida social, e como tal, participa da reprodução da totalidade social que é a sociedade, sendo, em diversas vezes, utilizado para a justificação ou "naturalização" de determinados fenômenos sociais como, por exemplo, a violência contra a mulher.

2. Gênero: uma questão social

Falar em gênero, nos dias atuais, refere-se a pensar:

- 1 - que as desigualdades observadas entre homens e mulheres na sociedade não se explicam tendo por base apenas as suas características biológicas e, portanto, naturais, mas, sim, pelos processos históricos que configuram um determinado padrão de relações de gênero;
- 2 - na inexistência de uma "essência masculina" ou uma "essência feminina", de caráter imutável e universal, às quais



homens e mulheres estariam presos;

3 - que a divisão de poder realizada entre homens e mulheres ocorre de maneira desigual.

Poder-se-ia sintetizar as afirmações acima, tratando as relações de gênero como uma “construção social” (Louro, 1996; Kergoat, 1996; Meyer, 1996), ou, ainda, nas palavras de Scott (1995), como a “organização social das relações entre os sexos”. A importância de se perceberem as origens sociais de determinado padrão vigente de relações de gênero reside na constatação de que se as causas da desigualdade são sociais, também o são as suas possibilidades de transformação. Buscasse, com esta breve argumentação, demonstrar que não parece ser possível, nos dias atuais, pensar que a justificativa das desigualdades entre homens e mulheres resida no plano dos fatores naturais, ato que nem o pensamento mais conservador ousa fazer.

3. A relação entre o feminismo e a categoria gênero

Algumas autoras afirmam que a difusão da categoria analítica gênero, nas Ciências Sociais latino-americanas, foi a mais significativa contribuição teórica dos feminismos destes países (Lamas, 2000). Não cabe, aqui, analisar o rigor teórico empregado na utilização desta categoria, mas, sim, apontar para a importância do movimento feminista e, sobretudo, da crítica teórica produzida por este movimento, para o debate referente às relações de gênero, que impulsionou o que Moraes (1998) chamou de “perspectiva feminista de análise”, a qual, dentre outras coisas, “ajudou a entender as complexas dimensões de um mundo em que a distribuição do poder obedece a hierarquias sexuais e de classe social” (Moraes, 1998:101).

Para Sorj (1992), a reflexão acadêmica feminista, que se desenvolveu

em proximidade com o movimento, teve, em termos gerais, uma dupla motivação: “reestruturar a tradição das Ciências Sociais, alterando conceitos e metodologias consagradas, e formular um projeto de emancipação das mulheres” (p. 16). É no bojo deste processo que se gesta a categoria gênero, que, de acordo com Louro, “está ligada diretamente à história do movimento feminista contemporâneo” (Louro, 1997:14).

4. Os “Estudos sobre Mulher” e o surgimento da categoria gênero

A categoria gênero foi introduzida no debate acadêmico norte-americano, na década de setenta, enquanto que, no Brasil, data da virada da década de noventa o aparecimento de estudos sobre o tema. Quando esta categoria passa a ser utilizada nos meios acadêmicos, ela disputa espaço com os chamados “estudos sobre mulher”, que, segundo Louro (1996), eram tributários dos movimentos sociais dos anos 60 e 70, considerados como uma resultante da chamada “segunda onda” do feminismo. As iniciadoras deste trabalho de reflexão e de produção acadêmica eram as próprias mulheres que estavam envolvidas na militância feminista, e o grande esforço por elas despendido tinha por objetivo “dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito” (Louro, 1996:8), ou seja, “tornar visível aquela que fora ocultada” (Louro, 1997:17).

Se num primeiro momento estas produções acadêmicas se detinham basicamente sobre a denúncia da opressão, portando, desta forma, um caráter mais descritivo do que propriamente analítico, aos poucos, foram sendo exigidas explicações mais contundentes, ao invés de descrições, ainda que minuciosas, sobre as vidas femininas. As tentativas de ensaiar explicações e articulações com os grandes quadros teóri-

cos foi se tornando cada vez mais recorrente, sendo produzidas análises consistentes no campo de várias disciplinas, como a Sociologia, a História, a Literatura, a Educação, entre outras.

No entanto, as polêmicas envolvendo a utilização da categoria gênero nos estudos e trabalhos sobre a situação da mulher na sociedade foram muitas. A resistência presente em algumas feministas consistia em dois pontos principais:

1) Em primeiro lugar, se, por um lado, a categoria gênero sugeria, de modo mais imediato, uma ancoragem teórica, por outro, parecia implicar uma abrangência que poderia representar um novo ocultamento do sujeito feminino, o que ia de encontro com o objetivos dos “estudos sobre mulher”, que era justamente dar visibilidade às mulheres. Aqui, caberia esclarecer que gênero, tomado numa acepção relacional, refere-se aos processos de formação da masculinidade e da feminilidade, o que significa dizer que a atenção não se volta exclusivamente para a mulher em si, mas para as relações sociais nas quais homens e mulheres estão inseridos. Do nosso ponto de vista, isso não significaria um ocultamento da mulher, mas, sim, um novo tratamento da questão, apreendendo o gênero não como um fenômeno relativo apenas às mulheres (embora se saiba que o impacto das desigualdades seja muito maior para elas), mas também aos homens, já que estes estão amplamente implicados na produção e reprodução das desigualdades de gênero.

2) O outro ponto polêmico diz respeito ao fato de que, na língua inglesa, a palavra gender trazia já dicionarizado um sentido relacionado à diferença sexual, enquanto que, na língua portuguesa, o dicionário não traz essa acepção. As feministas norte-americanas optaram por utilizar o termo gênero

para enfatizar o caráter social da apropriação e hierarquização das diferenças entre os sexos. Esta luta não foi imediatamente traduzível para outros idiomas, assim, nem todas conseguiram perceber que o uso do gênero trazia implícita uma postura política de negação de determinadas interpretações biologicistas das relações de gênero.

O fato é que, apesar das polêmicas (ou graças a elas), começava a se abrir o caminho para uma nova forma de análise das desigualdades existentes entre homens e mulheres: a categoria gênero era o eixo condutor deste processo, e, com a sua utilização, buscava-se rejeitar o determinismo biológico presente em termos como "sexo" ou "diferença sexual". Além de um instrumento analítico, esta categoria é também, nas palavras de Louro (1997:21), "uma ferramenta política", pois permite a apreensão do caráter social do gênero, o que remete a discussão para o campo social (já que é, no âmbito da sociedade, que se produzem e reproduzem relações desiguais e hierarquizadas entre os sujeitos) e não apenas ao campo da natureza, pois não é neste campo que as justificativas para as desigualdades deveriam ser buscadas.

5. A construção da categoria analítica gênero

Até aqui vimos que o termo "gênero" começa a ser utilizado, com mais frequência, por feministas brasileiras a partir da virada da década de 90, no bojo de uma importante transformação nos estudos feministas, que passavam a transitar da perspectiva dos "estudos sobre mulher" para os "estudos sobre gênero". Mas, em que consistiam esses "estudos de gênero"? O que eles traziam de novo? Enfim, qual era a contribuição que a categoria gênero poderia oferecer para a análise das desigualdades sociais e para a transformação destas desigualdades?

Para ajudar-nos a responder tais questões, caberia a utilização da importante contribuição oferecida pela historiadora inglesa Joan Scott (1995) que, dentre outras coisas, mostrou as diversas formas pelas quais o termo "gênero" era utilizado com vistas à compreensão das relações entre homens e mulheres. A autora, voltando-se especificamente para a sua área de atuação (a disciplina de História), percebeu alguns limites, na maioria dos trabalhos produzidos por historiadores, e classificou-os em dois grupos distintos:

- um essencialmente descritivo, que não se importava com a interpretação ou o desvendamento da causalidade do fenômeno das relações de gênero;
- e outro de ordem causal, que, contrariamente ao primeiro, elaborou e vem elaborando teorias e formulações sobre a natureza do fenômeno do gênero.

Em relação ao primeiro grupo, a autora verificou que o termo "gênero" foi utilizado como um substituto para o termo "mulheres". Se, por um lado, poder-se-ia supor que tal atitude empobreceria a relevância analítica do gênero enquanto uma categoria teórica, por outro esta substituição apresenta certa importância, à medida que torna possível a sua inserção acadêmica, de certa forma, dissociada, no plano da aparência, do movimento feminista, ao qual o termo "mulher" tinha uma relação direta. Assim, Scott demonstra que o uso do termo gênero indicava a "erudição e a seriedade de um trabalho" (p. 03), com uma conotação "neutra" e "objetiva", enquanto o termo "mulheres" era fortemente associado ao feminismo e à política. Cria-se, portanto, a impressão de uma dissociação entre gênero e mulher, quando, na verdade, os dois termos estão fortemente imbricados. No entanto, essa impressão de separação teve a sua relevância, pois resultou no que a autora chamou de

"procura por uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos '80" (p. 03).

Ainda, nesta abordagem descritiva do gênero, Scott aponta a indicação do seu caráter relacional, quando as pesquisadoras sugerem que "a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro", rejeitando-se a noção das esferas separadas, segundo a qual a experiência de um sexo tem muito pouco a ver com a experiência do outro. Gênero é tomado, portanto, como um indicador das "construções sociais", no que se refere às funções e atributos considerados próprios dos homens e das mulheres. É tomado ainda como uma "maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres", o que, segundo esta definição, seria uma "categoria social imposta sobre um corpo sexuado". A despeito do caráter excessivamente social atribuído ao gênero presente nesta definição, o que levantou questionamentos por parte de algumas feministas francesas (cf. Almeida, 1998:148-9), fica evidenciada, em tal abordagem, a distinção entre práticas sexuais e papéis atribuídos a homens e mulheres. Se, por um lado, se reconhecem as conexões entre o sexo e os chamados "papéis sexuais", por outro, não se coloca entre eles uma relação direta, já que gênero, nesta acepção, coloca a ênfase sobre o conjunto de relações sociais, que inclui o sexo, mas que não é diretamente determinado por este.

6. A definição de Gênero

Mas como esta autora, tão importante no debate nacional e internacional sobre esta questão, entende o fenômeno das relações de gênero? A definição de gênero apresentada por Scott (que teve grande receptividade

no meio acadêmico brasileiro) se apresenta em duas partes que se integram:

1ª) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”;

2ª) “o gênero é uma forma primordial de significar as relações de poder” (p.11).

Em relação à primeira parte de sua proposição, o gênero articula quatro elementos relacionados entre si, que seriam: 1º) os “símbolos culturalmente disponíveis”, de várias modalidades e nos mais variados contextos; 2º) os “conceitos normativos”, expressos nas mais diferentes formas, como as doutrinas religiosas, práticas educativas, científicas, políticas, jurídicas etc., que evidenciam as diversas interpretações dos sentidos que os símbolos possuem; 3º) a percepção de que o gênero se encontra presente na esfera política, bem como nas organizações e instituições sociais, não se limitando, portanto, a esferas tradicionalmente consideradas como específicas do gênero, como as relações de parentesco, por exemplo; 4º) a “identidade subjetiva”, que possui em seu processo de construção uma forte influência do gênero (pp. 11-2). Esses quatro elementos, apesar de terem sido apresentados pela autora de maneira separada apenas para fins analíticos, devem ser encarados como detentores de uma íntima relação, já que nenhum deles pode operar sem a referência aos outros.

7. Em busca da transformação

A partir do quadro que foi apresentado de maneira breve e sucinta, é possível extrair alguns elementos que permitem elaborar uma compreensão sintética do fenômeno das relações de gênero, que se aplique aos objetivos de propostas de trabalho a serem realizadas sob a forma de planos, programas ou projetos voltados ao combate às desigualdades sociais e à transfor-

mação do padrão vigente de relações de gênero. Em síntese, o que se pretendeu demonstrar, a partir da exposição do debate teórico existente, é que “gênero” é um termo, ou um conceito, ou ainda, uma categoria (como preferimos utilizar) que designa o fenômeno ou conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre homens e mulheres, homens e homens, e mulheres e mulheres. Estas relações que, na nossa sociedade, são, em sua maioria, marcadas pelas desigualdades, expressam a existência de uma forma determinada de relação entre os diversos sujeitos sociais. Tal padrão de relacionamento é histórico, ou seja, é construído pela própria sociedade, seguindo o seu movimento, pelo conjunto de forças sociais que organizam e dão uma direção a esta mesma sociedade. Deste modo, o gênero não é “natural”, não é fixo, imutável ou intransponível, ao contrário, varia de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. Em outras palavras, o gênero “está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (Lauretis, 1994:212), tomando manifestações distintas de acordo com os contextos históricos e sociais específicos. É um fenômeno que faz parte da sociedade e que, exatamente por isso, acompanha o seu movimento, adequando-se e re-adequando-se de acordo com as conjunturas determinadas. Entender o gênero como um fenômeno social e histórico (e não natural) é fundamental, pois permite que seja vislumbrada e perseguida a possibilidade de sua transformação, o que para nós é sinônimo de uma sociedade justa e igualitária, para homens e para mulheres.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sueli Souza de. Femicídio - algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

KOFES, Suely. “Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações”. In: Cadernos Pagu, de trajetórias e sentimentos, nº 1, Campinas, 1993.

LAMAS, Marta. “Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. In Proposta; Desigualdades de Gênero, nº 84:85. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia do Gênero” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). Tendências e Impasses. O Feminismo como Crítica da Cultura, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. “Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, Marta Julia Marques, MEYER, Dagmar Estermann e WALDOW, Vera Regina (org.) Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. “Do poder ao gênero: uma articulação teórico analítica”. In LOPES, Marta Julia Marques, MEYER, Dagmar Estermann e WALDOW, Vera Regina (orgs.) Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Usos e limites da categoria gênero”. In Cadernos Pagu nº11. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”. In: Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. 2ª ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SORJ, Bila. “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”. In Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos / São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

VELOSO, Renato. “No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e gênero”. In Revista Praia Vermelha. Nº 4. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2001.

Renato Veloso é Assistente Social e Doutorando em Serviço Social pela UFRJ

Ensino superior no Brasil e ações afirmativas para negros

Delcele Mascarenhas Queiroz¹

Este texto pretende contribuir para o debate acerca da adoção de políticas de combate ao racismo e à discriminação no Brasil, especialmente no âmbito do sistema de ensino.

Ações afirmativas são medidas ou programas voltados para promover oportunidades ou outros benefícios para pessoas e grupos específicos (raciais, étnicos, sexuais, religiosos, entre outros), como compensação por discriminação sofrida. Têm, portanto, o sentido de reparação por uma injustiça; uma forma de garantir tratamento equânime, no presente, como compensação à discriminação sofrida, no passado, pelos membros dos grupos beneficiados. Uma estratégia para colocar as vítimas nas posições em que elas estariam, se não tivessem sido discriminadas (Guimarães, 2001 e 1996; Silvério, 2001; Santos 1999; Sansone, 1998)

O negro está entre aqueles grupos humanos que, ao longo da história, mais estiveram submetidos à crueldade e à espoliação. Lembra-nos João Batista Pereira (2001) que, há pouco mais de um século, a própria humanidade do negro era, ainda, posta em questão. O movimento abolicionista procurava justificar a abolição dos escravos com base no reconhecimento de sua condição de gente² semelhante aos demais parceiros sociais que construíram o país (p.67). Passado quase um século da abolição do trabalho escravo e plenamente consolida-



dos os processos de urbanização e de industrialização no país, o que, na expectativa dos estudiosos de meados do século XX, viria promover a integração do negro à sociedade de classes, mostram-nos as estatísticas oficiais

que pertencem à população negra os mais precários indicadores de condições de vida, demonstrando, como argumenta Carlos Hasenbalg (1979), que a persistência histórica do racismo, na sociedade brasileira, já não po-

de mais ser explicada como uma herança do período escravista, *como mere o legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses dos grupos racialmente dominantes no presente* (p.11). É nesse sentido que, assinala o autor, no Brasil, *a raça como atributo adscrito, socialmente elaborado, continua a operar como um dos critérios mais importantes no recrutamento às posições da hierarquia social* (idem p.180).

Embora nos imaginemos um país racialmente democrático, as evidências de uma sociedade que pratica “candidamente” a discriminação e o preconceito para com os negros, estão por toda parte. As pesquisas mostram que, na educação, por exemplo, mantidos os mesmos níveis de renda, crianças negras têm uma trajetória escolar mais precária e mais acidentada do que as crianças brancas (Rosemberg, 1991). No cotidiano escolar, crianças brancas e negras recebem tratamento afetivo diferenciado (Cavalleiro, 2002). No ensino superior, mesmo nos estados onde são a maioria da população, os negros estão representados em proporções mais reduzidas que brancos da mesma condição econômica (Queiroz, 2002). No mercado de trabalho, negros, com a mesma escolaridade, estão em postos de trabalho inferiores aos dos brancos (Santos, 2001). No cotidiano das relações sociais, com não rara frequência, ao negro é dispensado um tratamento inferiorizante e ofensivo (Guimarães, 1998), mesmo quando dispõe de condição econômica elevada (Hanchard, 1996).

No entanto, em que pesem todas essas evidências, as demandas da população negra por políticas que possam vir a reverter suas históricas desvantagens, têm encontrado fortes reações de setores da sociedade brasileira, a exemplo do combate, quase cotidiano, da imprensa à idéia de cotas

para negros, nas universidades brasileiras. Com relação especificamente às “cotas”, a reação tem-se utilizado do argumento de uma suposta desqualificação do ensino, caso estudantes negros venham a ingressem na universidade, através de política de reserva de vagas.

É a partir dessas considerações que queremos analisar a participação de brancos e negros no ensino superior, examinando dados da pesquisa realizada com os estudantes que concorreram ao vestibular, na Universidade Federal da Bahia-UFBA, no ano de 2001³.

Negros e brancos no vestibular

Anualmente, a UFBA aprova, em seu vestibular, um número de estudantes muito superior àquele que é classificado. Isto é, uma parcela dos estudantes apresenta desempenho suficiente para ingressar na Universidade, sem, contudo, obter o direito de fazê-lo, em decorrência do limitado número de vagas que é oferecido pela Instituição.

Na população de aprovados, 40,4% dos estudantes se definiram como brancos, 44,3% como pardos, 10,4% como pretos e 4,9% como “outros” que, nesta análise, inclui as categoria amarelos e indígenas. Entre os aprovados que tiveram acesso às vagas disponíveis, portanto, os classificados, a presença de brancos se eleva, em função da redução dos pardos e pretos, como se mostra tabela a Tabela 1 a seguir:

Aprovação no vestibular, origem escolar e pertencimento racial

O exame do tipo de escola média freqüentada pelos estudantes aprovados mostrou uma elevada participação dos oriundos de escolas particulares. Isto ocorre em quase todos os contingentes raciais, com exceção dos pretos. Entre estes, está a maior presença de estudantes que fizeram seus estudos médios, numa escola pública estadual. Se somarmos a eles os que fizeram a maior parte do curso médio numa escola desse tipo, teremos 40% do contingente.

Entre os estudantes brancos, dois terços vieram de escolas particulares, indicando as melhores condições de vida desse grupo, que pôde arcar com os custos de uma preparação acadêmica mais orientada para as exigências do exame vestibular. Está entre os pretos a menor participação na escola particular; apenas 34,6% dos estudantes, desse segmento, freqüentaram uma escola desse tipo, isto é, sua participação está mais de trinta pontos percentuais aquém daquela verificada entre os brancos.

Um dado merece destaque na análise sobre a origem escolar dos estudantes pretos. Trata-se da participação, nesse contingente, dos oriundos da escola pública federal ou da antiga Escola Técnica Federal, atual CEFET. Pode-se observar, na tabela a seguir, que está, entre eles, a maior participação dos que fizeram aí seu curso médio. Esse

Tabela 1 - Estudantes aprovados no vestibular. UFBA -2001

Cor	Aprovados		Aprovados classificados		Aprovados não Classificados	
	N	%	N	%	N	%
Branca	4,620	40,4	1324	44,2	3296	39,2
Parda	5062	44,3	1255	41,9	3807	45,1
Preta	1190	10,4	284	9,5	906	10,7
Outra	556	4,9	132	4,4	424	5,0
Total	11428	100,0	2995	100,0	8 433	100,0

Fonte: CPD/UFBA

Tabela 2 - Distribuição percentual dos estudantes aprovados no vestibular segundo a escola média freqüentada. UFBA -2001

Escola	Branca	Parda	Preta	Outra	Total
Municipal	2,2	1,9	2,1	1,5	2,0
Estadual	16,4	28,0	37,5	16,8	23,3
Federal	6,1	11,7	18,6	8,4	9,8
Particular	66,4	50,2	34,6	64,1	56,5
Comunitária	0,5	0,5	-	0,8	0,5
Supletivo	1,1	1,5	0,4	1,5	1,2
Maior parte em escola pública	2,4	3,2	2,5	3,1	2,8
Maior parte em escola particular	4,9	3,0	4,3	3,8	4,0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: CPD/UFBA

dado confirma achados de outros estudos que temos realizado, sobre origem escolar e pertencimento racial dos estudantes do ensino superior, e assume expressiva relevância por se tratar de uma escola consideradas de excelência, nesse nível de ensino. A significativa presença de estudantes pretos e também pardos, oriundos da Escola Técnica, entre os aprovados, mostra a importância de uma escola pública, de boa qualidade, para a superação da profunda desigualdade de oportunidade entre os segmentos raciais, no acesso à educação superior.

Os estudantes negros e a "excelência" do ensino superior

Anteriormente, apresentamos informações sobre os estudantes aprovados, mostrando que significativa parcela, aproximadamente o triplo, não consegue ingressar na Universidade por falta de vagas.

Para demonstrar que promover o acesso de estudantes negros ao ensino superior não implica rebaixar os critérios de seleção, hoje, praticados pela universidade, selecionamos, para exame, os estudantes pretos e pardos, agregados na categoria "negros", aprovados nos cursos considerados de elevado prestígio social⁴, na UFBA. Tomamos estes cursos justamente porque são aqueles que dão acesso às carreiras mais valorizadas, seja porque elas estão, em geral, entre as mais bem

pagas do mercado de trabalho, seja porque a tradição assim as consolidou. E, deste modo, são o alvo das maiores disputas entre os candidatos ao vestibular, portanto, aqueles cuja aprovação requer elevado desempenho acadêmico.

Assim, estamos tratando de estudantes negros de excepcional desempenho, vindos de escolas tanto privadas quanto públicas. Apesar do enorme esforço que fazem as famílias, em nossa realidade, para evitar que seus filhos estudem em escolas públicas, as informações da Tabela 3, a seguir, mostram que 743 deles freqüentaram escolas públicas, o que indica a presença de estudantes com baixos níveis de renda familiar.

Verificando os níveis de renda familiar dos oriundos dessas escolas, cons-

tatamos que a faixa de maior concentração é a que está entre seis e dez SM (salários mínimos). Uma proporção de 80% do contingente tem renda familiar de até dez SM, o que indica níveis reduzidos de renda, considerando que a média dos estudantes da UFBA está na faixa de dez a vinte SM. Selecionando os oriundos da escola pública federal, percebemos que embora a faixa de maior concentração seja também a de seis a dez SM, o contingente que tem rendimento familiar até dez SM (67,7%) é menor que aquele encontrado entre os que vieram de escolas públicas em geral, demonstrando que, efetivamente, os estudantes da escola pública estadual são os que se encontram em maior desvantagem.

Retomando os dados da Tabela 3, podemos verificar que, dos 743 estudantes negros aprovados em cursos altamente valorizados, apenas 167 foram classificados. O que significa que 576 estudantes negros foram aprovados no vestibular, em cursos de elevado prestígio social, mas não puderam ingressar na Universidade. Esta não é uma perda qualquer para um segmento social com a história perversa que tem o negro na sociedade brasileira. Foram 576 estudantes que, depois de romper todas as barreiras (vide os seus níveis de renda

Tabela 3 - Distribuição dos estudantes NEGROS (pretos + pardos) aprovados no vestibular, segundo a escola média freqüentada e o curso -2001

Curso	Particular		Estadual		Federal		Municipal		Pública
	Clss.	Apr. ñ. class	Clss.	Apr. ñ. class	Clss.	Apr. ñ. class	Clss.	Apr. ñ. class	
Medicina	59	121	4	6	2	8	-	3	17
Direito	33	103	6	24	7	32	-	2	58
Odontologia	20	87	1	6	1	5	-	-	11
Administração	28	95	12	36	7	11	-	2	49
Ciênc. Computação	28	56	14	28	9	27	-	1	56
Eng. Elétrica	20	48	5	34	8	31	1	2	67
Psicologia	14	62	4	15	2	12	-	1	28
Eng. Civil	25	81	4	64	10	43	2	4	111
Eng. Mecânica	13	43	5	35	15	21	-	7	63
Arquitetura	9	60	8	37	16	18	-	3	58
Eng. Química	9	46	8	38	16	18	-	2	58
Total	258	802	71	323	93	226	3	27	576

Fonte: UFBA
 Class. = aprovados classificados
 Apr. ñ. Class. = aprovados e não classificados por falta de vagas

familiar) que um negro tem que ultrapassar até chagar às portas da universidade, e, mesmo tendo preenchido, plenamente, todos os requisitos exigido para a sua aprovação, foram impedidos de ser médicos, advogados, odontólogos, administradores, engenheiros, arquitetos, psicólogos.

Considerações Finais

Neste ponto, passamos às considerações finais, vez que este texto não pretende ser exaustivo, mas apenas apresentar alguns elementos que possam contribuir com a discussão sobre a pertinência da adoção de políticas de ação afirmativa para negros, no sistema educacional brasileiro.

Consideramos que a adoção de medidas que viessem promover o acesso desses estudantes às vagas que lhes cabem pelo seu excelente desempenho não seria um privilégio, mas o justo reconhecimento do mérito de quem aí chegou, apesar dos obstáculos.

Poder-se-ia argumentar que também há estudantes, de outros segmentos raciais, na mesma situação dos negros. No entanto, não é demais lembrar que, no caso da Bahia, estamos falando de um contingente que, apesar de representar cerca de 80% da população, tem, no ensino superior, quase a mesma participação relativa que os autodeclarados brancos, que são apenas um quinto da população do estado. Embora estejamos tratando de um estado onde o contingente negro é majoritário, não podemos esquecer que, no país, ele também não é pequeno; representa quase a metade da população total.

As evidências do bom desempenho, no vestibular, para cursos de elevado prestígio, de uma parcela significativa de estudantes negros oriundos de escolas públicas, revelam o quanto são tendenciosos os argumentos de certos setores da sociedade brasileira,

no seu combate à idéia da adoção de políticas voltadas para o acesso da população negra ao ensino superior. Os dados demonstram que o receio de uma deterioração da qualidade do ensino provocada pelo ingresso, na universidade, de estudantes negros através de medidas tais como "cotas", só pode ser entendido no âmbito de uma sociedade que pratica um racismo inconfesso que, como assinalou Hasenbalg, não pode ter outra razão que servir *aos complexos e diversificados interesses dos grupos racialmente dominantes no presente*.

Notas

1. A autora é Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, professora e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e pesquisadora associada ao Programa A Cor da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Organizou a publicação *O negro e a Universidade*. Salvador: Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Série Novos Toques, N.5, 2002, ISSN 1518-0298

2. Grifo nosso.

3. A referida pesquisa foi desenvolvida no âmbito do 2º Concurso Negro e Educação, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED.

4. A classificação do prestígio dos cursos superiores, adotada, tem como referência a pesquisa sobre o valor das profissões no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador - RMS. A investigação baseou-se num levantamento junto a empresas de consultoria em RH, que atuam no mercado de trabalho da RMS, tomou como referência o elenco de cursos oferecidos pela UFBA e resultou uma escala de prestígio das profissões, de cinco posições - *Alto, Médio alto, Médio, Médio baixo e Baixo* (Queiroz, op.cit.).

Referências Bibliográficas

Cavalleiro, Eliane dos Santos. Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolar. In: Queiroz *et. al.* Educação Racismo e anti-racismo. Salvador: Programa A Cor da

Bahia / Programa de pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Novos Toques, nº 4, 2000, p. 193-219.

Guimarães, Antonio Sérgio. Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa. *Afro-Ásia*, nº 18, 1996, p.235-261.

Guimarães, Antonio Sérgio. Preconceito e discriminação. Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: Novos Toques; Programa A Cor da Bahia, FFCH/UFBA, nº 3, 1998.

Hanchard, Michael. "Americanos' Brasileiros e a cor da espécie humana". *Revista USP*, São Paulo (31): 164-175, set./nov. 1996.

Hasenbalg, C. "Discriminação e desigualdade racial no Brasil contemporâneo". Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979

Pereira, João Batista Borges. O negro e a identidade racial brasileira In: Vários Autores. Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis; ABONG, 2002, p. 65-71

Queiroz, Delcele M. Raça, Gênero e educação superior. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, FACHED/UFBA, 2001, (Tese de Doutorado)

Rosemberg, Fúlvia. Segregação espacial em escolas paulistas. In: Lovell, Peggy A. (org.) Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR, 1991, p. 281-293.

Sansone, Lívio. Racismo sem etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 41, nº 4, 1998, p.751-783

Santos, Luiz Chateaubriand Cavalcatidos. Desigualdades ocupacionais entre brancos e negros na Região Metropolitana de Salvador (1987 - 1997) Salvador: Mestrado em Sociologia, FFCH/UFBA, 1998 (Dissertação de Mestrado).

Santos, Jocélio Teles dos. Dilemas nada atuais das políticas para os Afro-brasileiros. Ações afirmativas no Brasil dos anos 90. In Bacelar, Jéferson e Caroso, Carlos (orgs.) Brasil, um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas, 1999, p. 221-233

Sivério, Valter Roberto. Políticas Raciais Compensatórias: o dilema do século XX. ANAIS. Seminários regionais preparatórios para conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília 200, p. 123-138.

Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior: as propostas dos NEABs

*José Jorge de Carvalho **

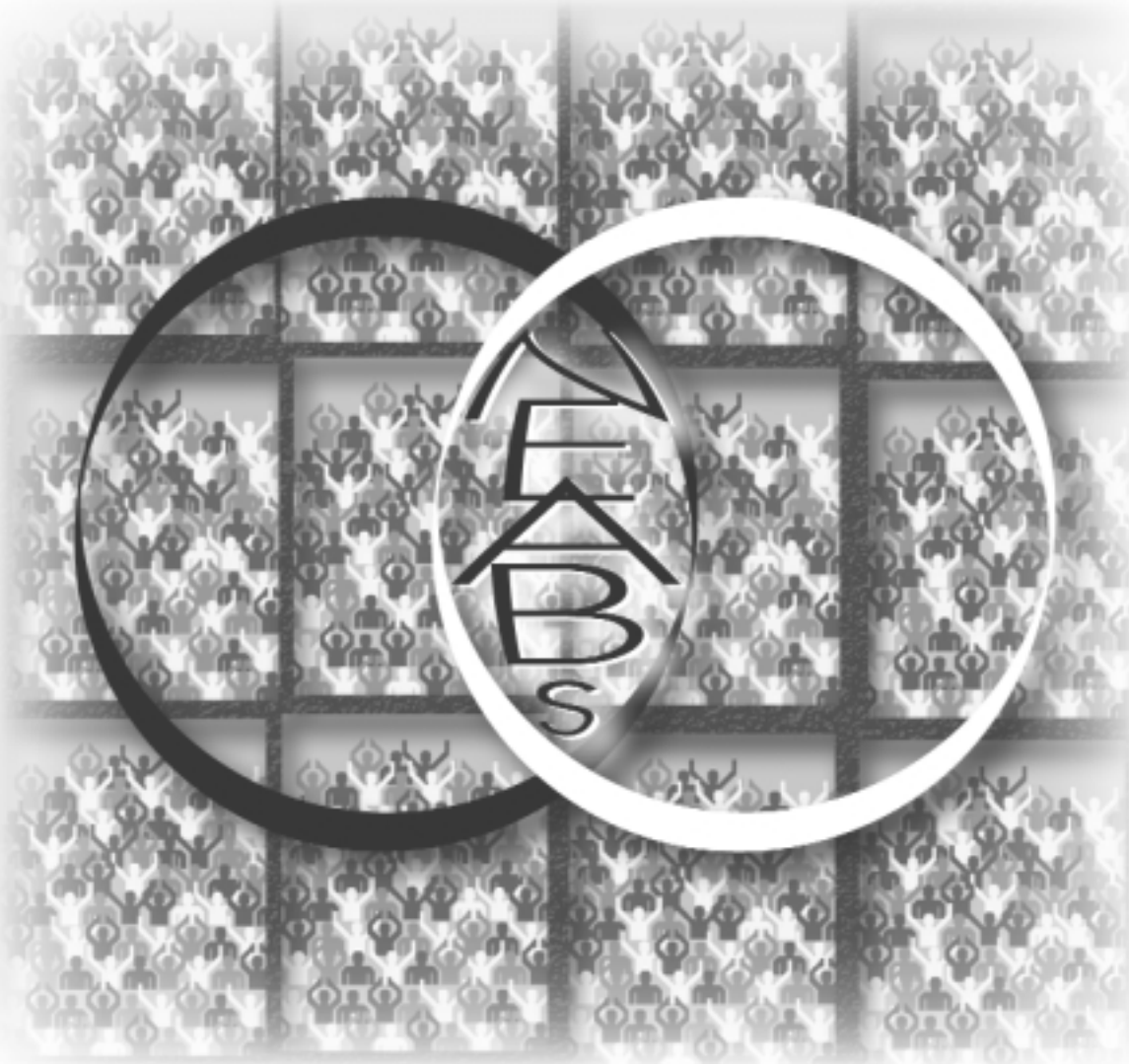
I. Sobre o Encontro

O presente texto apresenta, de forma sucinta, um conjunto de propostas e recomendações sobre ações afirmativas para a população negra no Brasil, resultantes do Encontro Nacional sobre Ações Afirmativas nas

Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido na Sala dos Conselhos da Universidade de Brasília, em dezembro de 2002. Esse Encontro histórico (agora conhecido como o Encontro dos NEABs) formou parte do I Fórum "Diversidade na Universidade", reali-

zado em Brasília e organizado pelo Programa de idêntico nome, ligado à Secretaria de Ensino Médio do Ministério de Educação, sob a coordenação de Jeruse Romão e Dojival Vieira. O Encontro congregou 19 professores (17 dos quais são negros)

responsáveis pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, de 14 universidades públicas brasileiras e de duas universidades privadas. A mim foi encarregada a tarefa de coordenar o encontro pela UnB e relatar as suas propostas e deliberações. A escolha da UnB para sediar o Encontro foi oportuna, visto que apresentei, em colaboração com a Profa. Rita Segato, uma proposta de cotas para estudantes negros na UnBi, a qual se encontra em discussão no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e sua votação é aguardada para breve. Estas propostas serão encaminhadas para o Programa Diversidade na Universidade, criado em 2001, para dar início a um processo de integração racial, étnica e social, no ensino superior brasileiro.



Foram definidos como objetivos do Encontro:

a) reunir os representantes dos NEABS das universidades para cadastrar, mapear e sistematizar programas e experiências para promoção de acesso e permanência da população afro-brasileira, no ensino superior;

b) discutir estratégias de formulação de política específicas de ação afirmativa, nos vários contextos universitários nacionais;

c) consolidar uma rede nacional dos NEABs que contribuam para a formulação de políticas de inclusão social para afrodescendentes, no ensino superior.

Todos os 19 professores que participaram do Encontro são lideranças, em suas universidades, na discussão, fundamentada nas suas pesquisas na área de Educação e Ciências Sociais, sobre a dificuldade de inserção dos negros no nosso sistema universitário e sobre a discriminação racial crônica nesse ambiente. Cada um dos palestrantes apresentou uma descrição básica da situação dos NEABs e do estado da discussão sobre ações afirmativas, nas suas respectivas universidades. Somente essa troca rica de informações já nos permite agora pensar em ações de fortalecimento dos NEABs, em escala nacional, e de ampliação do papel do coletivo de professores dos NEABs, na discussão nacional, sobre implementação de políticas públicas para a população estudantil negra.

Cento e quinze anos, após a abolição da escravidão, a porcentagem de negros entre os docentes das universidades públicas brasileiras é absurdamente baixa: no máximo 1%. Os dados disponíveis no momento nos levam a pensar que a academia brasileira é uma das mais segregadas racialmente em todo o mundo. Não conhecemos situação nacional equivalente ou sequer próxima da nossa, em que o grupo racial dominante da população

O mascaramento do nosso racismo tem sido construído ideologicamente no interior das nossas universidades, daí a importância de se debater a situação racial da nossa academia

(considerando que os brancos brasileiros constituem aproximadamente 55 % desta, segundo os dados aproximados do IBGE) tenha praticamente empurrado o segundo grupo racial dominante, de 45%, e os grupos étnicos originários (de menos de 1%) para fora dos benefícios e da participação ativa em um parque acadêmico gigantesco, entre os maiores do Sul do mundo, como é o caso do brasileiro. Certamente as universidades da África do Sul já são muito mais integradas racialmente que as do Brasil, para não falar das norte-americanas. E Estados Unidos e África do Sul são sempre duas referências negativas presentes no discurso dos defensores da harmonia e da integração racial supostamente alcançada pela sociedade brasileira.

O mascaramento do nosso racismo tem sido construído ideologicamente no interior das nossas universidades, daí a importância de se debater a situação racial da nossa academia, no próprio espaço acadêmico.² Nesse sentido, no encontro dos NEABs, os docentes expuseram claramente essa realidade de exclusão e o silenciamento que a circunda. Na totalidade dos casos, e mesmo quando são doutores, os colegas negros encontram-se isolados em seus departamentos ou faculdades e quase nunca podem colocar, com tranquilidade, uma agenda de reivindicações dessa realidade de segregação que se reproduz através de mecanismos vários, que vão da indiferença conveniente às estratégias políticas sistemáticas e sutis de preterimento de candidatos negros às posições docentes e docentes. Apesar de o enfoque do Encontro ter sido a discussão da

discriminação contra o negro, o coletivo de professores dos NEABs também reconheceu a necessidade imperiosa de vagas para os estudantes pertencentes às nações indígenas e externalizou sua solidariedade à luta dos índios pelo seu ingresso no ensino superior, na última recomendação listada no presente documento.

No momento em que o ANDES se abre para a discussão da inclusão social, étnica e racial, damos a conhecer aos colegas o coletivo de professores dos NEABs, como uma associação livre de docentes, de escala nacional, que possui uma contribuição a dar à Associação, oferecendo os argumentos qualificados para esse debate que deverá se ampliar a partir de agora. Afinal, os professores que trabalham nos NEABs estão entre os que mais conhecem a situação de exclusão racial, no meio acadêmico brasileiro. Essas propostas foram encaminhadas inicialmente ao Programa Diversidade na Universidade, porém acreditamos que respondem amplamente à demanda por propostas colocada à comunidade de docentes das federais pelos editores de *Universidade e Sociedade* para o presente número da revista.

Nossa expectativa, portanto, é de que o ANDES assuma, junto com o governo que agora se inicia, uma política explícita de Ação Afirmativa capaz de promover a integração racial e étnica, e através do ensino brasileiro, em particular, nas universidades, por meio de projetos de preparação, acesso e permanência de índios, negros e demais populações socialmente excluídas, de modo a promover, efetiva e definitivamente, um ambiente de diversidade

nas nossas universidades, ainda tão escandalosamente brancas e elitizadas.

II- Sobre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs)

1. Como primeira tarefa, o Coletivo de Professores sugere que o Programa Diversidade na Universidade promova um mapeamento nacional dos NEABs e instituições equivalentes, com endereços, telefones, e-mail, nomes, perfil de atuação, histórico e trajetória acadêmica até hoje, como subsídio para a formulação das novas ações de apoio.

2. O Programa deve fortalecer os NEABs ou organizações semelhantes existentes atualmente nas universidades brasileiras, públicas e privadas, e estimular a criação de outros, de modo a que, no final de 2003, todas as universidades federais e estaduais do país contem com um núcleo de estudos dedicado à problemática afro-brasileira. Nossa compreensão é de que os NEABs são justamente o tipo de instituição acadêmica que mais poderá ajudar a gerar um clima de diversidade nas universidades. Para tanto, o Programa deverá apoiá-los com bolsas para alunos negros e auxílio de pesquisas para os professores e alunos, de modo a que os NEABs possam ser, de fato, ponto de difusão de idéias e reflexão sobre a integração racial e a cultura afro-brasileira.

3. Em contrapartida a esse apoio recebido pelo MEC, os NEABs se dispõem a estabelecer convênios com o Ministério para a formação continuada de professores de ensino médio da rede pública. Os NEABs ofertarão cursos de História da África, História da Cultura Afro-brasileira, Diáspora Africana nas Américas e Relações Raciais no Brasil, tão necessários para a formação pluralista de nossos estudantes. Esses cursos podem adquirir formatos vários, tais como ciclo de Palestras, Seminários, Cursos de Extensão e Pós-Graduação

latu sensu. Nossa recomendação surge num momento especialmente oportuno, visto que o Presidente da República e o Ministro da Educação acabam de sancionar a Lei Nº 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, nos níveis fundamental e médio.

Como, no caso do mapeamento dos NEABs, os projetos de articulação com o segundo grau devem ser precedidos de um levantamento de experiências já existentes em várias universidades. Eis alguns exemplos.

a) A Universidade Cândido Mendes (UCAM) já oferece um curso de pós-graduação *latu sensu* para professores de História da rede pública de ensino. O curso é financiado inteiramente com recursos da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que também se ocupa da seleção dos candidatos.

b) A Universidade Federal Fluminense (UFF) também promove cursos similares, com apoio da Fundação Ford, e os professores da rede estadual inscritos recebem bolsa e material didático.

c) O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), já oferece, no Mestrado de História, um curso de especialização em Educação e Desigualdades Raciais. Esse curso tem como finalidade fortalecer os professores de ensino médio no combate ao racismo na sala de aula, e ao mesmo tempo construir as bases para o início de um diálogo sobre o tema, no interior da universidade. É também financiado pela Fundação Ford, porém espera-se que ele se torne um curso regular da UFBA e não somente do CEAO.

4. Na mesma linha de ampliação da formação dos estudantes brasileiros, o MEC deve desenvolver uma reflexão séria sobre o atual currículo dos cursos das nossas universidades, caracterizado por um eurocentrismo quase absoluto. Entendemos que, após o acesso de estudantes negros através das cotas, o currículo da universidade brasileira não pode se manter o mesmo e os NEABs, e outros Centros de Estudos equivalentes poderão desempenhar esse papel de ajudar a repensar o currículo eurocêntrico atual e propor um currículo que contemple de fato a nossa diversidade histórica, social, racial, étnica e cultural. Como nos casos anteriores, seria mais produtivo que nos baseássemos nas experiências já existentes, como é o caso do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, que já promove cursos sobre História da África.

III - Sobre a presença de estudantes negros no ensino médio

1. Na formação de professores para a rede pública, é notória a ausência de informação qualificada sobre a questão racial, no currículo dos cursos. Em algumas universidades, o tema aparece como disciplina seletiva, porém devemos contar com uma disciplina que trate da questão racial em todos os cursos de formação de professores, tomando em conta as várias dimensões do problema: o aspecto histórico, da construção do racismo no Brasil; o aspecto sociológico, do modelo de discriminação racial específico que enfrentamos atualmente; o papel da intervenção didática mesma em face da discriminação racial; e a questão da

É notória a ausência de informação qualificada sobre a questão racial, no currículo dos cursos. Em algumas universidades, o tema aparece como disciplina seletiva.

identidade, que toca a dimensão psicológica do racismo. Todas essas dimensões devem ser trabalhadas simultaneamente para alcançarmos uma transformação do ambiente escolar, como um local de fato integrado racialmente e deveras aberto à diversidade. Podemos ressaltar aqui a coincidência entre nossa proposta do tratamento multidimensional da questão racial e os aspectos listados no conteúdo programático do curso obrigatório sobre História e Cultura Afro-brasileira definido pela Lei 10.639, recentemente aprovada.

O ideal seria contar com uma disciplina obrigatória, que desse conta de cobrir todas essas dimensões, ao mesmo tempo que incluísse a temática racial em disciplinas específicas das diversas áreas do saber acadêmico. No caso dos cursos de Licenciatura, enfatizamos que o racismo é um problema da educação brasileira como um todo e, por tal motivo, todos os profissionais de educação estão obrigados a se preparar sobre o assunto. Todos terão inevitavelmente que se relacionar com alunos negros e não podemos admitir pedagogos que excluam alunos ou que não sejam capazes de intervir face a sua exclusão no ambiente escolar.

2. O MEC deverá instituir uma Comissão de Ensino para a população negra nos moldes da comissão existente para a população indígena. Essa comissão deve trabalhar em todos os graus do ensino: fundamental, médio e superior. É comum o MEC produzir orientações pedagógicas importantes para o combate à discriminação e o professor na sala de aula não possui os elementos formativos suficientes



para resolver os eventuais problemas de discriminação e, assim, cumprir as mudanças propostas e desejadas pela sociedade.

3. Em termos de diversidade na produção de material didático, o contraste com a atenção dada pelo MEC à educação dos índios pode ilustrar o descaso do governo a respeito das especificidades da educação dos negros. Enquanto existem mais de cem cartilhas de ensino fundamental voltadas para os índios, não temos nenhuma voltada para a população negra. Se o MEC finalmente se dispuser a difundir livros sobre o tema, é conveniente partir da produção que já temos, ao mesmo tempo que estimule a elaboração de novos materiais. Por exemplo, o livro *Superando o Racismo na Escola*, publicado com apoio do MEC, já se encontra na 3ª edição e ainda não foi distribuído nas escolas, tal como havia sido a promessa do Ministério. Sugerimos que a próxima edição seja distribuída nas escolas de todo o país. Igualmente, já existem outros livros que poderiam ser também distribuí-

dos em regime de co-edição.

4. O Programa Diversidade na Universidade deve ser política pública brasileira e não ser financiado apenas com verba estrangeira vinculada a programas especiais. A partir das decisões da III Conferência Internacional contra o Racismo de Durban em 2001, uma parte de todas as verbas resultantes de convênios internacionais que cheguem ao Brasil em forma de empréstimo (seja pelo BID, pelo Banco Mundial ou outras agências) deve incluir obrigatoriamente temas como a re-escrita da história em nações plurais, o multiculturalismo na escola e muito especialmente o combate à discriminação racial. O próprio Programa Diversidade na Universidade já faz parte dessa política do governo brasileiro frente à comunidade internacional. Seguindo essa linha inaugural e temporária, o MEC deve assumir essa responsabilidade e colocar esse diferencial em todas as suas políticas públicas. Caso contrário, pareceria que é somente como resposta a pressões internacionais que o Brasil se dispõe a melhorar as relações raciais dentro do país.

Estamos convencidos de que todo projeto de ação afirmativa no Brasil deve incluir algum sistema de cotas, em caráter imprescindível, emergencial e temporário.

IV - Sobre as cotas para estudantes negros nas universidades

1. O coletivo de professores dos NEABS é unânime em considerar que

as cotas devem formar uma parte central das políticas de ação afirmativa, tão discutidas no Brasil atualmente. Entendemos perfeitamente que as ações afirmativas não se esgotam na política de cotas para a entrada na universidade. Outras ações são igualmente necessárias, tais como o apoio aos cursos pré-vestibulares e programas de apoio à permanência, entre os quais estão: bolsas de manutenção, facilidade de moradia e acompanhamentos acadêmicos diversos. Contudo, estamos convencidos de que todo projeto de ação afirmativa no Brasil deve incluir algum sistema de cotas, em caráter imprescindível, emergencial e temporário.

Cada universidade deverá definir a porcentagem de cotas reservadas para negros de acordo com sua realidade racial local, após discussão do assunto nos seus respectivos conselhos universitários. Além das cotas para a graduação, defendemos também cotas para os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). As informações e estudos de que dispomos até agora indicam que os mecanismos de discriminação e exclusão contra os estudantes negros operam ainda com maior intensidade nos exames de seleção para a pós-graduação.³

Reiterando o ponto fundamental, dada a situação de exclusão racial tão alta nas nossas universidades, faz-se necessária a implementação de cotas para a graduação, mestrado e doutorado, obedecidas as realidades locais e específicas de cada universidade.

2. Se a porcentagem de estudantes negros nas universidades brasileiras já é muito baixa, a de professores universitários negros é ainda mais baixa, ficando atualmente na faixa de aproximadamente 1% do total dos docentes das nossas universidades públicas. Diante desse quadro tão ínfimo de representatividade, propomos a reserva

Propomos a reserva de cotas para negros também nos novos concursos para professores das universidades que o MEC venha a abrir de agora em diante.

de cotas para negros também nos novos concursos para professores das universidades que o MEC venha a abrir de agora em diante. A integração racial deve começar na nossa academia de uma forma plena, generalizada e em âmbito nacional.

3. As ações afirmativas a ser implementadas nas universidades devem incluir também bolsas dos programas de formação e pesquisa, tais como o PIBIC, o PET e outros. Além disso, o MEC deve desenvolver programas de bolsas exclusivas para a população negra.

4. Até agora, o esforço para discutir as cotas tem se concentrado em poucos lugares, na maioria das vezes, nos NEABs das universidades. Propomos que o MEC assuma a condução da discussão nacional sobre as cotas para negros no ensino superior e que produza um plano nacional de implementação das mesmas em todas as universidades públicas e de estímulo à sua implementação nas universidades privadas.

5. Se o MEC quiser implementar as recomendações internacionais sobre o combate à discriminação racial (as quais o Brasil assinou) e desenvolver seriamente a diversidade na universidade, poderá começar a adotar uma atitude positiva de liderança do processo. Dentro do orçamento geral dos recursos para as universidades, o MEC alocará um percentual específico de dotações para aquelas universidades que aceitarem implementar cotas e ações afirmativas. Acreditamos que esse estímulo, através de dotações específicas, influenciará positivamente a condução da discussão sobre cotas nas universidades, no marco da auto-

nomia universitária: os conselhos universitários são autônomos para decidir se implementam ou não as cotas, porém passarão a contar com mais um tipo de recurso, caso optem pela erradicação da exclusão racial ora amplamente constatada e debatida.

6. Esta mesma política deverá ser aplicada com as universidades privadas que mantêm convênios com o MEC, tais como as filantrópicas. Elas também poderão usufruir a dotação específica mediante o desenvolvimento de projetos de ação afirmativa e de integração racial e étnica. Se queremos ser coerentes com a política de integração, a filantropia deverá mostrar que incorpora também a dimensão de cor e etnia.

7. As universidades privadas que solicitarem apoio do MEC, deverão assegurar programas de bolsa de manutenção para os alunos negros e carentes. Em contrapartida, no caso das bolsas acadêmicas do governo para as universidades privadas, um percentual das mesmas deverá ser destinado exclusivamente para os estudantes negros.

8. Observamos, através dos debates de que participamos, que as reações mais frequentes às propostas de cotas se baseiam em argumentos ainda pouco elaborados. Poucos dos que se dizem contra as cotas são capazes de justificar, com dados e reflexões aprofundados, sua decisão colocada, muitas vezes, de um modo primário, em termos de sim ou não, como se se tratasse de uma mera questão de preferência. Na medida em que se trata de compromisso de governo, frente a organismos internacionais inclusive, uma das ações que o MEC poderá

apoiar é a preparação de cartilhas e documentos que aprofundem os argumentos presentes nas propostas de cotas. A elaboração e divulgação desses materiais podem ser tarefa da Comissão de Ensino para a população negra, uma vez que esta esteja devidamente instalada, tal como sugerimos acima. A Comissão poderá tomar como base para confecção de documentos a substancial proposta apresentada à UnB pelos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, intitulada Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília.

9. O Programa Diversidade na Universidade deve preparar imediatamente um documento de divulgação, explicando porque encampa a política de cotas para a universidade. Esse documento oficial do MEC servirá de subsídio para as discussões nas universidades públicas federais, já visando à implementação específica desse mecanismo de inclusão.

10. O Programa deve criar um veículo de informação e divulgação de todas as experiências já em andamento de ação afirmativa e de cotas nas universidades (federais, estaduais e privadas). Há uma manifesta carência de informação qualificada sobre esse tema, tanto entre discentes quanto entre docentes. Sugerimos a produção de uma revista com o título de "Diversidade na Universidade", que divulgue todas as experiências que já estão sendo implantadas nas diversas regiões do país. O co-

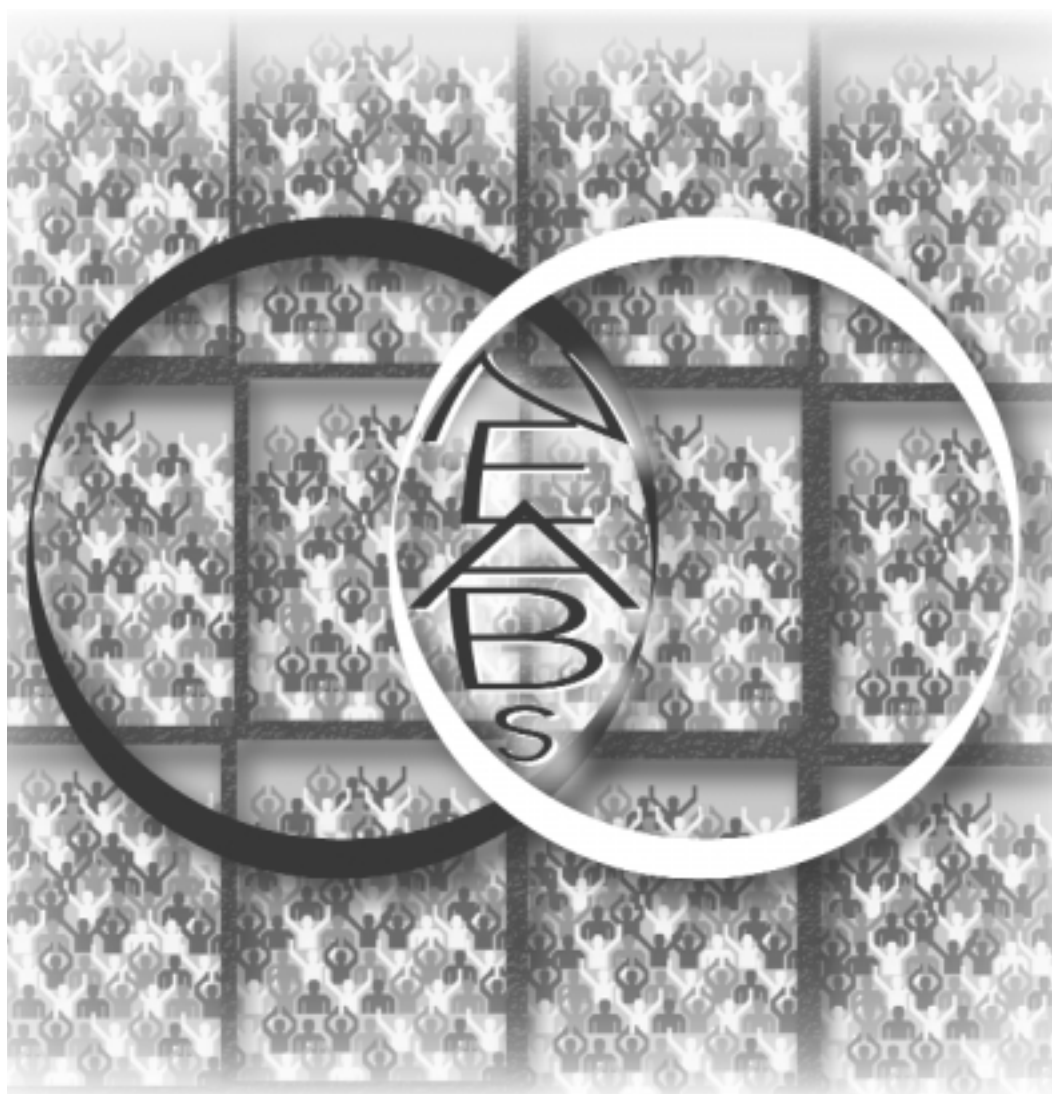
nhecimento dessas experiências terá o efeito de encorajar os professores a criar programas análogos em outras universidades.

11. As mesmas ações sugeridas a respeito da divulgação das experiências realizadas nas universidades devem ser tomadas com relação ao ensino médio. Um discurso perigoso circula atualmente no país sobre uma suposta falência da escola pública e, muitas vezes, o que é socializado é apenas o analfabetismo e os fracassos pedagógicos. Por tal motivo, alertamos o Ministério para os perigos do discurso de desqualificação do público. Apesar dos problemas reais, existem inúmeras pesquisas que mostram que também há avanços na educação brasileira. As

experiências interessantes e criativas que vêm acontecendo no ensino básico e no ensino médio não estão sendo ainda suficientemente socializadas.

12. O Programa deve estimular práticas e projetos formulados por professores das escolas de ensino médio e fundamental, trabalhando com seus alunos a questão da diversidade. Os recursos do Programa devem ser usados para estimular também, em complementação ao apoio aos NEABs, as escolas de ensino médio que desenvolvam projetos equivalentes, ainda que apropriados para o seu grau. Um equivalente da revista "Diversidade na Universidade" deve ser criado para divulgar e discutir essas experiências.

13. O MEC deve instituir a obrigato-



riedade do quesito cor nas fichas de inscrição do vestibular e nos formulários de matrículas nas universidades públicas e privadas. Deve igualmente promover um censo racial detalhado para a atual população universitária brasileira, incluindo estudantes, professores e servidores.

14. Propomos homogeneizar a terminologia racial que circula nas discussões atuais sobre políticas públicas de cotas e ações afirmativas e afirmar que nos referimos ao contingente definido como de negros e não de afro-descendentes, termo que também tem sido utilizado. Essa escolha não pretende negar as categorias usadas pelo IBGE (pretos e pardos), porém insistir na dimensão social da discriminação racial. Julgamos que o termo afro-descendente pode ser mais facilmente manipulado, no momento de implementar políticas públicas, por pessoas que jamais foram discriminadas racialmente e que podem invocar, de um modo oportunista, uma descendência africana irrelevante para o seu convívio social.

15. Propomos ao MEC a instituição de um concurso nacional para desenvolver e estimular pesquisas na área de relações raciais, nos três níveis universitários (graduação, mestrado e doutorado). Esse concurso seria apoiado, além do MEC, por outros organismos, tais como o CNPq, a CAPES, o MCT e a Fundação Cultural Palmares.

16. O coletivo de professores solicita a convocação de uma audiência pública, a se realizar até o final de março de 2003, com o Conselho Nacional de Educação para discussão, como pauta oficial, das ações afirmativas e das cotas para o ensino superior. Essa audiência terá por finalidade também fortalecer o papel da Conselheira Profa. Petronilha Gonçalves, da Universidade Federal de São Carlos, a primeira negra a formar parte do Conselho por indicação do movimento negro.

Apesar desse gesto político de intenção de integração racial no seio do Conselho por parte do governo, ocorrido em abril de 2001, até agora nenhuma discussão foi feita em que ela pudesse colocar os problemas específicos enfrentados pelos negros no sistema educacional brasileiro.

Consciente da dramaticidade do racismo étnico e racial no Brasil, o coletivo de professores dos NEABs manifesta sua solidariedade à luta dos índios por vagas nas universidades e propõe essa audiência pública também para dar uma oportunidade de expressão à colega de Petronilha Gonçalves, Profa. Francisca Novantino Ângelo (Francisca Pareci), primeira índia a fazer parte do Conselho Nacional de Educação e que se encarregará de levar ao Conselho a pauta específica de reivindicações dos índios brasileiros para o acesso ao ensino superior.

Post Scriptum

(*) Os professores que contribuíram para o seguinte documento foram:

Coordenador e Relator: José Jorge de Carvalho - UnB

Professores dos NEABs Convidados: Alessandro Ratts - UFG; Amauri Mendes Pereira - UCAM; Ana Beatriz Souza Gomes - UFPI; Benilda Regina Paiva - PUC-MG;

Carlos Benedito Rodrigues da Silva - UFMA; Delcele Mascarenhas Queiroz - UNEB; Ilka Boaventura Leite - UFSC; Iolanda de Oliveira - UFF; Joaze Bernardino - UFG;

José Maria da Silva - UNIFAP; Kabengele Munanga - USP; Maria Alice Rezende - UERJ; Maria Aparecida Moura - UFMG; Moisés de Melo Santana - UFAL;

Neli Góes Ribeiro - UDESC; Nelson Inocêncio - UnB; Nilma Lino Gomes - UFMG; Valter Roberto Silvério - UFSCAR.

Além dos professores representantes dos NEABs, participaram das propostas aqui apresentadas os seguintes pesquisadores: José Luís Petruccelli - IBGE; Rosália Lemos - CEFTQ; Luís Ferreira Makl - Doutorando da UnB; Sales Augusto dos Santos - Doutorando da UnB; Valdecir Nascimento - CEAO/UFBA.

O Coletivo de Professores dos NEABs

apresentará, para divulgação no próximo número de *Universidade e Sociedade*, um diretório nacional dos NEABs, como primeiro subsídio para a execução integral da Proposta II-1.

Notas

1. Ver Carvalho & Segato (2002).

2. Desenvolvi esse tema do racismo acadêmico em uma publicação recente sobre o negro na universidade brasileira (Carvalho 2002).

3. Um primeiro estudo acadêmico comparativo da composição socio-racial de cinco universidades federais, organizado por Delcele Queiroz, confirma que os negros estão sub-representados em todos os cursos universitários (Queiroz 2002).

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Jorge Exclusão Racial na Universidade Brasileira: Um Caso de Ação Negativa. Em: Delcele Queiroz (org), *O Negro na Universidade*, 79-99. Salvador: Novos Toques, 2002.

CARVALHO, José Jorge & Rita Laura Segato Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília. *Série Antropologia*, Nº 314. Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

Queiroz, Delcele. *Desigualdades Raciais no Ensino Superior no Brasil. Um Estudo Comparativo*. Em: Delcele Queiroz (org), *O Negro na Universidade*, 13-55. Salvador: Novos Toques, 2002.

José Jorge de Carvalho é Ph.D. em Antropologia Social pela Universidade de Queen's de Belfast. Professor do Depto. de Antropologia da Universidade de Brasília e Pesquisador do CNPq. Foi Professor das Universidades: Queen's de Belfast, Rice University e Wisconsin-Madison e Pesquisador Visitante na Univ. da Flórida. Coordena o PRONEX "Os Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo". Livros: El Culto Shango de Recife (com Rita Segato), 1987; Shango Cult of Recife, Brazil (com Rita Segato), 1992; Cantos Sagrados do Xangô do Recife, 1993; Mutus Liber. O Livro Mudo da Alquimia, 1995; O Quilombo do Rio das Rãs (org.), 1996; Rumi - Poemas Místicos, 1996; Os Melhores Poemas de Amor da Sabedoria Religiosa de Todos os Tempos, 2001.

A judicialização dos conflitos de classe no Brasil¹

Maria Cristina Cardoso Pereira

Em 22 de setembro de 2002, a Folha de São Paulo publicou uma matéria intitulada “Procuradores suspeitam de ‘rede’ para proteger Fernando Henrique Cardoso”. Segundo a reportagem de Frederico Vasconcelos, estaria ocorrendo um *lobby* por parte do Executivo Federal, no sentido de proteger Fernando Henrique Cardoso após o final de seu mandato.

Nos 8 anos de mandato, FHC nomeou três dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, 22 dos 33 Ministros do Tribunal de Justiça e 22 dos 27 desembargadores do Tribunal Regional Federal de 3ª Instância – Tribunal este encarregado de julgar os crimes supostamente cometidos pelo presidente da república. As nomeações foram feitas justamente dentro da circunscrição territorial relativa ao bairro de Higienópolis, São Paulo, onde está domiciliado.

Paralelamente, foi encaminhada ao congresso a aprovação do foro privilegiado para ex-autoridades, de maneira a excluir o Ministério Público das investigações. Segundo o projeto, as denúncias contra ex-membros do Executivo passariam a ser encaminhadas diretamente ao Tribunal Regional Federal e, em seguida, ao Supremo Tribunal Federal. Em outras palavras, membros do Executivo passariam a ter um foro privilegiado para responder civilmente por ilegalidades como improbidade administrativa. Além disso, o Presidente da

República só poderia ser processado criminalmente por iniciativa do Procurador Geral da República – em geral, um funcionário de carreira nomeado pelo próprio presidente (no caso de FHC, Geraldo Brindeiro²).

Procuraremos demonstrar que a “blindagem” que o Executivo e as elites brasileiras procuraram construir em torno de si é parte de um projeto maior cujo objetivo é o desmonte dos setores mais organizados dos movimentos dos trabalhadores, nos quais o Judiciário passou a assumir um papel fundamental de repressão e controle.

A desconstrução dos movimentos coletivos

O final da década de 70 e os anos 80 corresponderam a um período de acúmulo de forças dos movimentos sociais e conquistas de direitos até então vedados às classes trabalhadoras. Da fundação da CUT, em 1983, até a Constituição de 1988, houve uma potencialização dos movimentos grevistas, especialmente no ABC paulista, assim como da organização de setores das classes trabalhadoras que até então vinham sendo sufocados pelos governos militares. Ao lado dos trabalhadores urbanos, os funcionários públicos e rurais avançaram imensamente em suas organizações, assumindo papel fundamental na interlocução com as classes proprietárias brasileiras.

Este poder das classes trabalhado-

ras refletiu-se na institucionalização de garantias sociais e na regulamentação do trabalho, presentes na Constituição Federal de 1988, mesmo que vários dos direitos previstos na CF fossem, na verdade, cláusulas de acordos coletivos que, reiteradamente acordadas pelos patrões por força do movimento dos trabalhadores, assumiram o caráter de norma jurídica.

Neste contexto de força dos movimentos dos trabalhadores, o descumprimento de acordos e a resistência ou burla patronal à lei tendiam a ser resolvidos no confronto e negociação direta, e a justiça do trabalho aparecia como um recurso secundário e não tão eficiente quanto a ação coletiva. Segundo Adalberto Cardoso, “um movimento sindical organizado nos locais de trabalho, ou mesmo das portas da empresa pra fora, pode ser o agente dessa coação (por parte dos trabalhadores), operando como injunção institucional que põe em risco real a possibilidade do lucro das empresas, via ação coletiva”³.

A organização coletiva dos trabalhadores e a institucionalização de direitos na Constituição desencadeou uma grande resistência patronal, centrada na tese da iminente “inviabilização” da indústria nacional, em virtude da elevação do “custo Brasil”⁴. Estas elites articularam-se durante o governo Collor que deu início a um processo de desregulamentação do mercado

de trabalho, em especial, mediante três movimentos do Executivo. O primeiro, em consonância com o Legislativo, consistia em obstacularizar a regulamentação de direitos consagrados na CF. O segundo, em minar sistematicamente as organizações coletivas de trabalhadores pela extensão de privilégios a setores dispostos a abrir mão de direitos como a discussão sobre a política salarial. O terceiro consistia na ampliação do papel de setores do Judiciário Federal⁵ e sua subordinação às constantes ilegalidades perpetradas contra os trabalhadores⁶.

É desta época o início dos debates sobre a Súmula Vinculante e o direito do Executivo de, em casos “emergenciais”, tomar decisões que, apesar de francamente inconstitucionais, se justificavam pela situação de “excepcionalidade” vivida pela economia, não devendo ser contrariadas pelo Judiciário⁷. O resultado disso é apresentado por Cardoso: “enquanto nas décadas de

1970 e 80 a média de acréscimo no número de processos era pouco superior a 35 mil por ano, na última década do século XX esse valor saltou a mais de 110 mil processos por ano. Em 1998 as 1.109 varas do trabalho existentes no país acolheram perto de 2 milhões de processos trabalhistas, 98% dos quais relativos a conflitos individuais⁸.”

No governo Itamar foi editada a MP 1.960/94, que vedava a indexação salarial e cláusulas de correção automática de salários em negociações coletivas, revogava dispositivos da Lei 8.542 que garantiam a fixação de aumentos reais, produtividade e pisos salariais em livre negociação. Eliminava também o princípio da ultratividade de acordos e convenções coletivas: se até 1992 os contratos coletivos tinham vigência indeterminada, inclusive quando outro ainda estava sendo negociado ou *sub judice*, as cláusulas do contrato anterior continuavam a vigor. O

dispositivo legal eliminava essa possibilidade, criando uma “vacância” de direitos durante as negociações coletivas o que, certamente, enfraquecia o poder dos trabalhadores. O recurso ao Judiciário passou a ser estimulado por força de lei – elevando o poder dos juízes, em especial de segunda instância, de resolver questões coletivas: a mesma lei (inclusive regulamentada novamente durante o governo FHC através da MP 1.620/98) retirava de sindicatos e comissões de trabalhadores o poder de fiscalizar o cumprimento dos acordos e convenções: no caso, os ofendidos deveriam, individualmente, pleitear na justiça do trabalho a reparação de seus direitos, em um claro processo de “descoletivização” dos trabalhadores⁹.

Reformas judiciais e o Banco Mundial

A judicialização das relações de classe ganhou contornos muito mais agressivos sob o governo FHC. Inicial-



mente nossas elites promoveram uma intensa desregulamentação do mercado do trabalho, enviando ao congresso projetos de lei que, sob o argumento da “flexibilização” e “modernização” necessárias ao país, tornavam letra morta vários direitos estabelecidos na CLT, instituindo os Planos de Demissão Voluntária, contrato temporário de trabalho, com fim do aviso prévio e redução do percentual do FGTS, regime de trabalho em tempo parcial, entre outras¹⁰, além da denúncia à convenção 158 da OIT.

A tolerância com a tendência patronal em sistematicamente descumprir ou ignorar normas trabalhistas e o cerceamento da capacidade dos Fiscais do Trabalho de autuar e multar acarretaram um aumento excepcional de ações individuais na Justiça do Trabalho. Tendo em vista a superlotação da Primeira Instância, o Executivo criou a figura altamente controversa das Comissões de Conciliação Prévia, em clara oposição à proposta da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) que reiteradamente denunciou as CCP como inconstitucionais, passíveis de corrupção e cerceadoras dos direitos dos trabalhadores.

A subserviência ao Banco Mundial é clara: este estabelece uma série de condições para a distribuição de benefícios sociais e empréstimos financeiros que envolvem diretamente alterações na legislação trabalhista e no papel do Estado na desregulamentação das relações de trabalho. O Documento Técnico nº 219¹¹ impõe aos países tomadores, especialmente Brasil e Argentina, que adotem novas concepções de justiça, direito do trabalho, emprego, flexibilizando sua legislação e substituindo o legislado pelo negociado.

Sindicalismo no setor público¹² e o Judiciário nos anos FHC

O movimento sindical do setor pú-

blico brasileiro teve um grande impulso a partir do final da década de 70, demonstrando uma articulação não somente em torno de questões econômicas e políticas. As greves desencadeadas a partir de 1978, com paralisações conjuntas de setores diferentes como professores universitários, funcionários da saúde, médicos, servidores do Judiciário, assim como a organização do ANDES – hoje Sindicato Nacional – revelam uma trajetória histórica de enfrentamento direto com o Executivo e com instâncias superiores do Judiciário (responsáveis pelo julgamento de conflitos entre trabalhadores do setor público e Estado).

O tratamento reservado a este movimento sindical pelas elites organizadas em torno de FHC foi, desde o iní-



Nossas elites promoveram uma intensa desregulamentação do mercado do trabalho, enviando ao congresso projetos de lei que, sob o argumento da “flexibilização” e “modernização” necessárias ao país, tornavam letra morta vários direitos estabelecidos

cio, extremamente duro. A greve de 32 dias dos Petroleiros foi exemplar desta tendência. Decretada simultaneamente com aeroportuários, telefônicos, eletriciários e servidores das universidades federais, teve início em 3 de maio de 1995, depois que a direção da Petrobrás e o Executivo desrespeitaram 3 acordos coletivos assinados em 1994. Ao final do movimento, havia 85 demitidos, entre eles, Antônio Carlos Spis, coordenador da Federação dos Petroleiros. O Executivo também acionou o Judiciário, instando-o a declarar a greve ilegal e impor multas a cada um dos sindicatos filiados, o que acarretou a penhora de seus bens e a inviabilidade material de suas operações.

Em 1996, o Congresso Nacional aprovou por consenso o projeto de anistia aos sindicatos, vetado pelo Presidente da República. Em 14 de junho de 2002 novo veto presidencial, este ao projeto de Jair Menegheli, aprovado por unanimidade nas 2 casas do Congresso, anistiando os petroleiros demitidos. Uma das argumentações do Executivo para o veto é a de que a aprovação representaria “*inequívoca desmoralização do Poder Judiciário*”. O Executivo admitia que o poder Legislativo não poderia contradizer “*decisão soberana do Judiciário*”, alçando-o à condição de poder hierarquicamente superior ao Legislativo¹³.

Observe-se que o governo FHC investiu pesadamente na judiciarização dos conflitos coletivos e na transferência da competência de seu julgamento para as altas esferas do Judiciário Federal.

Outro exemplo deste comportamento está na greve dos servidores públicos federais de 2000 que contavam quase 7 anos sem reajustes e com seus benefícios ameaçados. De flagrou-se a greve e imediatamente o governo apresentou um entendimento contrário à CF que prevê como legiti-

mo o direito de greve do funcionalismo público, remetendo sua regulamentação à legislação comum.

A inércia do Legislativo em regulamentar o direito de greve foi prontamente respondida pelo Executivo Nacional. Este entendia que, se não havia regulamentação, este direito estaria automaticamente interdito, considerando que o movimento não passava de “faltas injustificadas ao trabalho”, sendo legítimo o desconto de vencimentos referentes aos dias de paralisação.

O precedente para o desconto dos dias parados e punições aos grevistas, como a exoneração a bem do serviço público, foi aberto em 1995, por ocasião da greve dos servidores públicos federais. Naquele momento, o governo Federal emitiu o “Decreto Autônomo” de nº 1.480/95, francamente inconstitucional, uma vez que, segundo o ordenamento jurídico e processual brasileiro, um Decreto, ato tipicamente Executivo, não pode, em hipótese alguma, regulamentar matéria constitucional. Esta só pode ser regulamentada por Lei, isto é, ato emanado do Poder Legislativo.

O Decreto, por sua vez, remetia-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União (RJU). Em outras palavras, o Executivo Federal, acompanhado dos Estaduais e do próprio Judiciário (como veremos adiante), pretenderam sobrepor o RJU à própria CF, e passaram a tratar a greve como uma questão de faltas ao serviço e ausências injustificadas. O movimento dos servidores acionou o Superior Tribunal de Justiça (via Mandado de Injunção), que acatou como legítimo o movimento grevista, não estabeleceu punições, reconheceu a mora do Legislativo, em regulamentar a greve, porém afirmou a “impossibilidade de seu exercício antes da edição da lei complementar”¹⁶.

O recurso, usado em 2000 por



O Advogado Geral da União, Gilmar Mendes, foi célere em explicar que o parecer do STJ, de 1995, amparava o desconto dos dias parados e a classificação da greve de 2000 como falta ao serviço

parte do Executivo, à decisão do STJ sobre a greve de 1995, foi criticado por inúmeros juristas¹⁷ que viram aí um precedente perigoso. O STJ não considerou a greve ilegal, porém disse que seu direito não poderia ser exercido, já que não havia legislação complementar - inexistindo, também, parâmetros para o estabelecimento de punição aos grevistas. A interpretação do Executivo foi a de que não se tratava de greve, mas de falta ao serviço. O Judiciário abriu, assim, a possibilidade de o Executivo, por meio de Decreto autônomo (porque independente de lei), regulamentar matéria constitucional.

O Advogado Geral da União, Gilmar Mendes, foi célere em explicar que o parecer do STJ, de 1995, amparava o desconto dos dias parados e a classificação da greve de 2000 como falta ao serviço, segundo ele “sob o pretexto de estarem exercendo o direito de greve.”¹⁹

O Executivo, amparado pelo Judiciário, procurava descaracterizar o conteúdo político do movimento. Diante, porém, da clara violação ao Estado de Direito, recuou ao afirmar que não era intenção daquele poder regulamentar matéria constitucional via Decreto. Segundo G. Mendes:

“(...) o Decreto não regulamentou o exercício do direito de greve e não poderia fazê-lo (porque) a Constituição reservou o assunto à lei, em sentido formal. Em não havendo lei, é proibido ao administrador público efetuar o pagamento dos dias em que os servidores não trabalham (...) a Lei no. 8.112, (...) reza a perda da remuneração nos casos de faltas, atrasos, ausências justificadas e saídas antecipadas da repartição. Portanto, o desconto provém de lei e há de ser efetuado, sem que represente aplicação de penalidade”²⁰.

Por último, a Advocacia Geral da União apelou para a moral, afirmando que o seu entendimento estava em sintonia com a “vontade popular”, em uma clara “censurização” do movimento e da liberdade política dos funcionários públicos e assumindo para si a defesa da ordem, da lei e da moral “públicas”, independente de interesses políticos ou pessoais²¹.

“Repugnaria a consciência de todo o servidor faltar ou sair do local de trabalho, transgredindo a Lei, e receber a retribuição como se houvesse prestado serviços. Se a opinião mais generalizada não toleraria tal pagamento, tem-se que seria contrário à moral.”²²

A greve dos professores das Universidades Federais de 2001 teve um caminho diverso dos movimentos apresentados acima. Não somente porque assumiu um caráter de confronto muito maior, como se construiu em torno da paralisação dos docentes

um forte apoio de setores da intelectualidade e do Parlamento brasileiro, entre outros.

A condução da greve também mereceu um tratamento “criminalizante”, especialmente por parte do Ministro da Educação, Paulo Renato, segundo o qual “*Quem não trabalha, não recebe. Ainda mais quando é pago com dinheiro público*”²³. O Judiciário, quando acionado, manteve o entendimento de que deveria haver o desconto dos dias parados, porém provisoriamente. Já o Executivo procurou justificar o desconto dos dias parados, sob o argumento de que a greve seria abusiva, uma vez que o ensino era classificado como atividade essencial, não podendo ser objeto de paralisação completa. Observe-se que era o mesmo argumento para enquadrar como ilegal a greve dos petroleiros – apenas que, neste caso, a lei não menciona, em nenhum momento, o ensino como atividade fundamental.

Posteriormente, o próprio Judiciário foi bastante parcimonioso na atribuição de punições aos docentes, cassando o desconto dos dias parados. O movimento encerrou-se com o atendimento parcial das reivindicações dos docentes, uma menor radicalização do Executivo, na aplicação de penalidades aos sindicatos, como multas e penhora dos bens, e um fortalecimento do sindicato.

Conclusões

Nos anos FHC, o Estado procurou transferir parte dos confrontos decorrentes de mobilizações coletivas de trabalhadores para a esfera do Judiciário. Este último vem se tornando palco de lutas e enfrentamentos nem sempre acessíveis à compreensão de pessoas não ligadas à área jurídica. Além disso, muitos setores da sociedade acreditam em um tipo de neutralidade por parte do Judiciário que não



O próprio Judiciário foi bastante parcimonioso na atribuição de punições aos docentes, cassando o desconto dos dias parados.

condiz com o caráter político de boa parte dos entendimentos dos magistrados e nem com a forma como se processa sua nomeação.

Esta aproximação entre Executivo e Judiciário pode ser o sinal de um certo esgotamento de uma prática tradicional no Brasil de aproximação entre Executivo e Legislativo e parece estar fazendo, inclusive, com que o Judiciário assumira funções típicas do poder Legislativo.

Paralelamente, a intervenção do Judiciário parece estar amenizando o desgaste que o confronto do Executivo com o movimento coletivo dos trabalhadores indicava desde a década de 80. Já que são tantos os trâmites burocráticos e tão distante é a figura do juiz da do cidadão comum, o recurso à ação judicial – seja ela individual ou coletiva – parece ser preferível a um confronto direto e a ampliação da organização coletiva dos trabalhadores.

Especialmente em tempos em que

as relações e direitos de consumo parecem estar pautando as relações sociais – veja-se, por exemplo, o tratamento oferecido, especialmente nas universidades privadas, aos alunos e aos professores para verificarmos que as relações baseadas na confiança e na discussão estão diminuindo e se radicalizando - a justiça aparece como um “*tertio*” a que todos podem recorrer, sempre individualmente. Com isso, ocorre um apagamento das relações coletivas, uma diminuição do esforço do trabalhador em fortalecer os laços de solidariedade com seus companheiros, ao invés de recorrer individual e solitariamente a um poder cuja linguagem e procedimento lhe são tão distantes.

O processo de judicialização das relações sociais não terminou. A mentalidade presente em muitos movimentos sociais, como sindicatos e associações, é basicamente assistencialista e muitos movimentos acabaram se tornando “consumidores” da justiça. Além disso, o Judiciário de instâncias superiores, criatura de governos passados, continua até a aposentadoria de seus ministros, compulsória aos 70 anos. Até lá a “blindagem” continua. Depois, tudo dependerá do projeto de sociedade que o novo governo tem em mente assim como as condições e a forma como se dará uma eventual reforma do Judiciário.

Notas

1. Agradecimentos especiais a Jair Jatobá, que pacientemente me auxiliou a levantar o material disponível no ANDES para meu projeto de doutorado, do qual este texto faz parte, a Edmundo Dias pela leitura e comentários e a Moema Joffily Dias, pela competente revisão. Eventuais erros são de inteira responsabilidade da autora.

2. Foi o próprio pai de Geraldo Brindeiro, Dep. Federal Bonifácio Andrada (PSDB- MG) quem elaborou e encaminhou o projeto de lei que restabelece o foro privilegiado.

3. CARDOSO, A. Moreira – *Direito do trabalho e relações de classe no Brasil contemporâneo*. Trabalho apresentado no seminário temático “Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social” (ST)21, XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 16-20 de out. de 2001. p. 22.

4. No meio empresarial, “custo Brasil” é como se convencionou chamar despesas com a folha de pagamento que não fazem parte do chamado “salário direto” – ou aquele que o trabalhador recebe por hora trabalhada. Existem duas correntes que polarizam as interpretações sobre os “encargos sociais no Brasil. A primeira, predominante no governo FHC e no MTE, exige o afastamento do Estado das relações de trabalho e a supressão da justiça do trabalho para que o Brasil se torne “competitivo” internacionalmente e ocorra geração de empregos. A segunda corrente, representada pelo DIEESE, entende que “encargos sociais não são sinônimos de obrigações trabalhistas, são apenas parte delas. Salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador, como contraprestação pelo seu serviço ao empregador. Fonte: DIEESE, nº 12, Encargos Sociais no Brasil – conceito, magnitude e reflexos no emprego. DIEESE, São Paulo, agosto de 1997. P. 15.

5. A título de exemplo, o executivo editou medida provisória 185, através da qual se atribuía ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho a competência para suspender sentença normativa dos Tribunais Regionais do Trabalho, em dissídios coletivos.

6. Foge ao nosso escopo a análise sobre como o executivo obstaculizou a aprovação de direitos sociais. A este respeito, ver o estudo de Clémerson Merlin – *Atividade legislativa do Poder Executivo no Estado contemporâneo e na constituição de 1988*. São Paulo, Editora RT, 1993.

7. A este respeito, é ilustrativa a declaração de Ives Gandra Martins, especialista em direito Constitucional e Tributário, sobre as inconstitucionalidades do Plano Collor: “*Como cidadão reconheço que o plano não tem retorno (...). Por esta razão, entendo que o, salvo casos extremos de absoluta necessidade, o Poder Judiciário não deve ser acionado, para que não se atribua à classe dos advogados ou dos magistrados a responsabilidade pelo insucesso da iniciativa presidencial, entendendo mesmo que o Congresso deva, no que concerte à espinha dorsal do plano, que é o enxugamento da liquidez do mercado, não alarcear o perfil da MP168, para que também não seja eventualmente responsabilizado.*”

MARTINS, I. Gandra – O plano Collor. *Folha de São Paulo*, 14:03;1990. Caderno A, p. 3.

8. CARDOSO, Idem. p. 2.

9. Estes são apenas alguns exemplos. Há inúmeros outros, como as decisões sobre ações diretas de inconstitucionalidade e a polêmica sobre os enunciados 316, 317 e 323 do TST, revogados pelo STF.

10. Ver uma exposição mais detalhada das medidas de precarização do trabalho no texto 38, Diretoria do ANDES/SN, apresentada no 20º Congresso, Rio de Janeiro, RJ, entre 15 e 21 de fevereiro de 2001.

11. BANCO MUNDIAL. O Setor judiciário na América Latina e no Caribe – elementos para a reforma. Doc. Técnico 319, junho de 1996. Ver, em especial, a p. 10.

12. Estamos considerando como “setor público” não apenas aquele que congrega trabalhadores submetidos ao Regime Estatutário, mas também trabalhadores que, apesar de não serem funcionários públicos, têm suas atividades classificadas como públicas pela própria Constituição, como a de trabalhadores em setores essenciais da economia e aqueles cujo vínculo não está subordinado somente ou diretamente à CLT.

13. Discurso do Senador José Eduardo Dutra, PT-SE, citado por www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.

14. Segundo o art. 84, inciso IV da CF, cabe ao presidente da República editar Decretos e regulamentos para fiel execução das leis. O art. 5º da constituição, inciso II, afirma que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

15. RJU (Lei no. 8.112/90), artigos 116, X e 117, I, que aludiam a faltas ao serviço e não a greve. O RJU exige, igualmente, que, para que haja desconto, seja primeiro instaurado processo administrativo: “não se procederá o desconto na remuneração do servidor público senão em decorrência de lei ou mandado judicial” (art. 45).

16. Três ministros foram vencidos – Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso e Marco Aurélio (é preciso verificação de qual foi o seu entendimento para saber até que ponto foram “vencidos”). A ementa foi redigida nos seguintes termos:

“EMENTA: Mandado de injunção coletivo – Direito de greve do servidor público civil – Evolução desse direito no constitucionalismo brasileiro – Modelos normativos no direito comparado – prerrogativa jurídica assegurada pela Constituição (art. 37, VII) – Impossibilidade de seu exercício antes da edição de lei

complementar – Omissão legislativa – Hipótese de sua configuração – Reconhecimento do estado de mora do Congresso Nacional – Impetração por entidade de classe – Admissibilidade – Writ concedido. (Mandado de Injunção nº 20 – DF – Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 19/05/94, acórdão publicado no DJU de 22/11/96, p. 45.690)

17. Celso Bastos, Celso A. Bandeira de Mello e mesmo Hely Lopes Meirelles, que crê na possibilidade e constitucionalidade de Decreto Autônomo. *Revista Consultor Jurídico*, 7 de junho de 2000. A OAB, por exemplo, pronunciou-se contra a decisão da Suprema Corte, ao entender que o corte no ponto de grevistas era ilegal. Além disso, denunciou o fato de que, indiretamente, a Suprema Corte ratificou a classificação da greve como mera falta ao serviço ao entender que o direito (de greve) não poderia ser exercido sem a manifestação do legislativo. Corte de ponto de grevistas. In: *Revista Consultor Jurídico*. www.conjur.com.br

18. Gilmar Mendes foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 28 de maio de 2002.

19. *Revista Consultor Jurídico*. 15 de junho de 2000. www.conjur.com.br

20. Justificativa do Advogado Geral da União. Idem

21. Há interessantes estudos realizados pela ciência jurídica alemã sobre a relação entre a incorporação da moral “coletiva” por parte do judiciário e do executivo, em um claro movimento de absorção das reivindicações populares e das demandas difusas de “moralização do Estado” em nome, em geral, de interesses particulares, dos quais a administração pública é representante. V. a esse respeito MAUS, Ingeborg – judiciário como superego da sociedade. *Novos Estudos Cebrap*, novembro de 2000.

22. *Revista Consultor Jurídico*. 15 de junho de 2000. www.conjur.com.br

23. ENTREVISTA DE PAULO RENATO AO CORREIO BRASILIENSE. 25/10/2001. Disponível em www.educacao.gov.br/acs/jornalis-entrevista/1401.shtm

Maria Cristina Cardoso Pereira é Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp, Mestre em Sociologia pela Unicamp e Bacharel em Direito e História pela PUC-SP

Homossexualidade: o discurso médico e a exclusão do sujeito⁽¹⁾

Acyr Maya (2)

Introdução

Uma vez que a homossexualidade, na nossa cultura, carrega o estigma do preconceito, por ser uma prática desaprovada a partir de um ideal heterossexual, este trabalho tem como objetivo mostrar que a pregnância do discurso médico do século XIX e sua ideologia têm atravessado a noção psicanalítica de homossexualidade desde Freud até os dias de hoje, legitimando a exclusão social dos homossexuais e a permanência deles no rol da chamada minoria sexual.

Freud e a homossexualidade

As idéias freudianas sobre a homossexualidade foram criticadas por alguns escritores (Spencer, 1995), antropólogos (Fry e MacRae, 1984), militantes do movimento gay e outros. Parte dessas críticas parece ter realizado uma leitura simplificada, desconsiderando a obra no seu conjunto teórico, influenciando-se pela interpretação dos analistas pós-freudianos. No fragmento seguinte, vemos a difusão de uma concepção evolucionista da psicanálise em que a sexualidade é concebida dentro do padrão heterossexual, conforme o depoi-



mento dos antropólogos Fry e MacRae (1984:73), sendo o primeiro um ex-militante do movimento gay: "(...) a psicanálise presume que a sexualidade tenha objetivos predeterminados, inatos, além dos adquiridos. Presume a heterossexualidade como a condição sadia e a procriação como a sua finalidade máxima. O que ele [Freud] considera o ato sexual maduro é o coito

heterossexual e os que preferem outras variantes são considerados imaturos".

Os autores expressam o pensamento popular acerca da homossexualidade construído a partir da difusão das idéias psicanalíticas a respeito. Embora admitam o reducionismo, ainda assim reconhecem a força desta crença transformada em verdade e lhe dão crédito. Sob o pretexto de um dis-

curso libertador que acentua a homossexualidade como uma produção ideológica, os autores paradoxalmente acabam por reforçar o preconceito ao aderir ao imaginário social. A formulação dos autores denuncia também uma sobreposição do discurso da imaturidade emocional ao discurso da anomalia, em que a psicologização da psicanálise se confunde com o saber médico, embora a própria linguagem seja impotente para dar conta da noção de homossexualidade, como é ilustrado, a seguir: “Aqueles que conhecem a fundo os trabalhos de Freud podem considerar este breve resumo como uma simplificação absurda. Talvez seja. Mas o fato é que estas idéias, atribuídas a Freud, se tornaram parte do senso comum. Como tal, adquiriram a forma de dogmas quase inquestionáveis e informam a maneira pela qual muita gente pensa a homossexualidade. Por exemplo, o desespero que se abate sobre pais e mães quando descobrem que um filho ou uma filha é homossexual, muitas vezes, se deve a este tipo de interpretação, que atribui ‘culpa’ a eles. Mas não há razão nenhuma de aceitar estas interpretações que colocam arbitrariamente a heterossexualidade como a expressão da maturidade plena. Chamar o homossexual de imaturo é apenas outra maneira de depreciá-lo sem chamá-lo de doente” (Fry e MacRae, 1984:74).

A partir desta crença transformada em verdade, Fry e MacRae denunciam a apropriação da teoria psicanalítica a serviço de uma ideologia. Isto nos chama a atenção para a questão da difusão e da transmissão da psicanálise nas instituições e escolas psicanalíticas, em particular, no tocante à difusão e à transmissão da noção de homossexualidade. Por um lado, a difusão social das idéias freudianas realizou uma apropriação ideológica da teoria, por outro lado, a transmissão biologizante

e psicologizante do pensamento freudiano, em particular, pela IPA (*Internacional Psychoanalytical Association*) (3). A homossexualidade, nesse caso, é vista como uma essência universal, em série, sem considerar o sujeito da diferença. Dizem eles: “O famoso paradigma da fábrica de bichas constituída de uma mãe dominadora e um pai ausente é seguramente apenas uma reiteração da ideologia de que apenas a família patriarcal é realmente saudável, ignorando a realidade da vida familiar em geral. O fato é que, para todas as crianças, as mães realmente aparecem como personagens dominadoras. Assim, se a teoria fosse válida, o problema que teríamos que enfrentar seria o de descobrir as causas da heterossexualidade...” (Fry e MacRae, 1984:74).

Embora Fry e MacRae ressaltassem que as idéias que criticavam eram “atribuídas” a Freud, ou seja, talvez não fossem dele, não se preocupam em

A heterossexualidade havia se tornado um bem. Dessa forma, ao conceituar a homossexualidade como “desvio” ou “perversão” do instinto sexual, no sentido de perversidade, a medicina legitimou cientificamente os valores sociais instituídos pela moral burguesa.

esclarecer a autoria das mesmas. Já Spencer (1995:303) estabelece uma distinção entre Freud e seus seguidores, como vemos: “Entretanto, a opinião da psicanálise, que incluía tanto os seguidores de Freud quanto seus críticos, era ainda de que a homossexualidade tinha um conteúdo patológico. Este conceito obscureceu todo o século XX, até bem recentemente”.

Se, da parte de Freud, houve pru-

dência quanto ao uso da noção psicanalítica de homossexualidade, do lado dos pós-freudianos, ao contrário, a construção de uma teoria da homossexualidade como um desvio do desenvolvimento serviu à demanda social, que recriminava os homossexuais, como ilustra Isay (1996:142): “A teoria da homossexualidade como um desvio de desenvolvimento, elaborada e codificada entre 1940 e 1980, aumentou a aceitação da psicanálise dentro da cultura americana predominante. A teoria expressava o preconceito social da sociedade, na qual os analistas haviam sido criados, treinados e profissionalizados (...)”.

A teoria do desvio do desenvolvimento se fundamenta na interpretação de alguns conceitos freudianos vistos sob uma ótica marcadamente evolucionista. O evolucionismo foi fundamentado no conceito médico de instinto sexual do século XIX. Parte de nossa herança genética, esse instinto objetivaria à reprodução e à manutenção da espécie, o que deu ao conceito de família importância política e econômica, por ser capaz de unir os instintos sexuais aos interesses sociais do capitalismo (Costa, 1995:142). A heterossexualidade havia se tornado um bem. Dessa forma, ao conceituar a homossexualidade como “desvio” ou “perversão” do instinto sexual, no sentido de perversidade, a medicina legitimou cientificamente os valores sociais instituídos pela moral burguesa. Por fim, em seu combate à homossexualidade, o catolicismo e o protestantismo aderiram à explicação médica que, tratando-a como doença, materializou no corpo biológico os valores religiosos da culpa e do pecado. O instinto sexual sendo caracterizado por uma atividade hereditária exclui, portanto, o sujeito do inconsciente (4), isto é, a idéia de uma sexualidade sustentada através da fantasia e do desejo.

Freud esvaziou a homossexualidade da consistência anatômica impingida pelo discurso médico, a favor da noção de fantasia. Ao colocá-la como uma vicissitude do complexo edípico, ele a afasta do campo da moral psiquiátrica em que ela se encontrava até então. No início de seu trabalho, depois de admitir ter errado no caso Dora, devido ao próprio preconceito que não o permitiu compreender a importância da homossexualidade na vida psíquica do sujeito, em "Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905b) Freud avança, ao formular a virulência de idéias como: a inexistência de uma conexão *a priori* estabelecida entre a pulsão e um determinado objeto, a bissexualidade psíquica e a sexualidade infantil. Numa época em que a homossexualidade era considerada uma aberração da natureza pelo discurso médico do século XIX e já excluída socialmente desde o cristianismo, Freud mostrou que a homossexualidade habita nossa vida psíquica, seja sob forma latente, seja sob a forma manifesta. Se, por um lado, ele rompia com o discurso positivista e filosófico da época, por outro lado, seu desejo o impulsionava a fazer da psicanálise uma ciência. Isto provocou alguns impasses em relação à noção de homossexualidade, não só na clínica, a exemplo do caso Dora, como veremos, mas também na própria transmissão da psicanálise.

Freud criou a psicanálise em uma época em que predominavam o discurso científico e o idealismo filosófico. O desejo dele de transformar a psicanálise em ciência ou fundamentar suas idéias através do "ideal da ciência", custou um preço: "o cientificismo da ciência ideal" (Milner, 1996:48). Encontramos, em alguns de seus textos, uma valorização e até mesmo uma esperança de Freud com relação à pesquisa biológica sobre a sexualidade e

o seu avanço, o que mostra o desejo dele de fazer da psicanálise uma ciência para a comprovação de suas idéias. Segundo Milner, as instituições psicanalíticas se deixaram dominar pelo discurso científico da ciência ideal.

Isso trouxe conseqüências não só para a psicanálise, mas para o tema da homossexualidade. Ele foi institucionalizado dentro da psicanálise, inicial-

Se não existe *significante do sexo no inconsciente, se o inconsciente não é sexuado mas sexual, então o homem e a mulher não foram feitos necessariamente um para o outro.*

mente pela IPA, a partir desse discurso científico, como uma patologia sexual.

Lacan, no seu retorno à letra de Freud, ao enfatizar a teoria da falta de um objeto que satisfaça completamente o sujeito e recolocando o conceito freudiano de pulsão (*trieb*) (não o de instinto sexual), como um dos conceitos fundamentais da psicanálise, resgatou o caráter revolucionário da sexualidade freudiana. Se não existe *significante do sexo no inconsciente*, se o inconsciente não é *sexuado mas sexual*, então o homem e a mulher não foram feitos necessariamente um para o outro. Nesse sentido, para a psicanálise, a *assunção do sexo e da sexualidade pelo sujeito dependem principalmente da linguagem*, não propriamente da anatomia. Dessa forma, homens e mulheres ocuparão diferentes posições discursivas e modos de gozo, podendo haver homens que freqüentam a posição feminina e mulheres que ocupam a posição masculina. Situando a IPA como um discurso religioso que cala a verdade do desejo, Lacan ((1969-70)1992:47) dispensa o

cientificismo e o evolucionismo: "Quando colocamos esses ismos, estamos no plano da zoologia" (grifo do autor). Ele acrescenta que reduzir a psicanálise ao desenvolvimento é uma aberração (Lacan (1956) 1998:890).

Lacan manteve, durante a sua obra, uma preocupação constante de realizar uma transmissão da psicanálise disjunta de regulações imaginárias. Através das suas contribuições inovadoras, explicitou determinados aspectos da teoria freudiana que deram margem a leituras obscurantistas sobre a homossexualidade. Nesse sentido, foi um crítico feroz da transmissão da psicanálise veiculada pelo discurso da IPA e da produção de alguns analistas pós-freudianos. O rigor de Lacan levou-o, a partir dos anos 1970, a mudar seu paradigma. Apropriando-se da matemática (articulada à psicanálise) porque ela não está presa a nenhuma substância ou essência, ele elaborou as "fórmulas da sexuação". Ao dispor o homem e a mulher em letras, como faz a escrita matemática, ele propõe uma ruptura com os discursos que enunciam representações do ser, a exemplo do discurso religioso e do discurso médico que têm como base o platonismo. No caso do primeiro, o platonismo deu lugar ao cristianismo, e, no segundo, ao evolucionismo. Cabe ressaltar que ambos os discursos apregoam a idéia de um amor inerente à reprodução da espécie, configurando uma satisfação total entre os dois sexos. Segundo Lacan, o amor, o gozo e o desejo são coisas distintas.

Os Pós-Freudianos e a homossexualidade

A partir dos anos 1930, com a institucionalização massiva da psicanálise, ela alcançou prestígio internacional, inclusive no Brasil. A incorporação e a difusão da psicanálise obedeceram a tradições culturais distintas, as quais

realizaram uma reinterpretação da obra freudiana. Sua aceitação por diferentes culturas (inglesa e americana) e saberes (psiquiatria e psicologia) resultou na sua descaracterização, nos anos 1950-1960. A psicanálise havia se transformado numa prática curativo-normativa, centrada na prevenção e na cura (Birman, 1994).

Lacan nomeou essa apropriação da psicanálise por outros saberes, em particular, o saber médico e o saber psicológico, de desvio teórico, pois a psicanálise havia perdido sua identidade teórica enquanto saber do inconsciente. Os pós-freudianos, utilizando as formulações de Freud, privilegiaram a instância egóica (ego), em detrimento do inconsciente, reduziram a sexualidade à genitalidade e, comprometidos com a tradição evolucionista e neopositivista, adoeceram de novo a homossexualidade.

Freud sempre foi prudente nas suas considerações teóricas a respeito da homossexualidade. Numa nota dos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905b), ele disse que a psicanálise recusava a discriminação dos homossexuais como possuidores de características especiais. Ao contrário, os pós-freudianos, na sua maioria, patologizaram as idéias freudianas, transformando-as em novas classificações que foram amplamente divulgadas e incorporadas à cultura em geral, restituindo assim os antigos parâmetros morais de normalidade do século XIX, sendo ainda hoje utilizadas por alguns analistas e profissionais de outras áreas.

A partir dessas concepções, o manejo da homossexualidade na clínica pós-freudiana consistiu na abstinência sexual do sujeito e na sua conversão à heterossexualidade. Tal prática nunca fora proposta por Freud (1935), a exemplo da demanda feita a ele pela mãe de um homossexual, através de



Na Idade Média, a homossexualidade foi vinculada à lepra, no século XIX, a uma anomalia sexual, como vimos, e, mais recentemente, no século XX, à Aids.

uma carta. Na resposta à carta, Freud faz considerações sobre a homossexualidade não somente em termos da teoria psicanalítica - revelando, mais uma vez, o alcance social do tema - ao proferir que a homossexualidade não é um crime e ao destacar personalidades respeitadas mundialmente. Nessa carta, bastante difundida, ao indagar à remetente sobre o porquê de ela evitar mencionar que seu filho é homossexual, a nosso ver, ele assinala o medo da homossexualidade: a homofobia enquanto fenômeno social. Equiparada à doença, o medo da homossexualidade sempre foi correlato ao medo de males impronunciáveis. Na Idade Média, a homossexualidade foi vinculada à lepra, no século XIX, a uma anomalia sexual, como vimos, e, mais recentemente, no século XX, à Aids. O que nos fez pensar sobre a célebre frase do escritor Oscar Wilde, condenado por amar outro homem: "o amor

que não ousa dizer seu nome".

Do ponto de vista da psicanálise, Freud afirma que a homossexualidade não era vantagem, vício, vergonha nem doença e que, portanto, a mudança da orientação homossexual não era possível; é afirmando o lugar da psicanálise frente à neurose e à inibição social que Freud (1935), nesta carta, marca a posição da psicanálise diante da homossexualidade.

Considerações Finais

Embora nos "Três ensaios sobre a teoria da homossexualidade" (1905b), "Carta à mãe americana" (1935), por exemplo, Freud não compartilhasse com o preconceito sobre a homossexualidade, nem sempre fora assim.

Na nota do pós-escrito do caso Dora, Freud (1923) 1976:116-117 admite sua "falha técnica" em não ter descoberto, a tempo, o desejo de Dora pela Sra. K.: "Quando não havia ainda compreendido a importância da corrente homossexual de sentimentos nos psiconeuróticos, era amiúde obrigado a interromper o tratamento de meus casos, ou era tomado de total perplexidade". Lacan ((1951)1998), ao comentar essa passagem, afirma que o objeto do desejo de Dora escapa a Freud, devido ao seu preconceito de que a mulher foi feita para o homem.

A teoria evolucionista que, no sécu-

lo XIX, fabricou a noção do homossexual como um doente, descriminalizou a homossexualidade apenas parcialmente, pois a terapêutica da cura acabou provocando a exclusão social do homossexual, na medida em que servia à ideologia social burguesa. A noção veiculada pela IPA serviu-se dessa teoria que foi difundida através de várias instituições psicanalíticas. O debate sobre a homossexualidade, no Brasil, vem criando, recentemente, novas representações sociais, a partir do seu ingresso no universo do Direito Civil e dos Direitos Humanos, como consequência das reivindicações do Movimento Gay nacional, uníssono com a tendência dos grupos internacionais. O projeto de lei de 1995, da Parceria Civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, ainda não aprovado pelo Con-

A cultura moderna recalcou excessivamente a homossexualidade masculina, diferentemente de outros períodos da história.

da homossexualidade - isto é, a sua apropriação abusiva e normalizadora pelos saberes médico e psicológico, respectivamente, a serviço da noção de heterossexualidade como um bem social - provocou uma mudança no significado da palavra homossexualismo, transformando-a de vergonha em orgulho.

Em que medida a psicanálise vem contribuindo, ou não, para essa mudança? A determinação da Associação

mulada em O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-60), por Lacan, dispensa regulações externas que prescrevem uma moral de conduta. Supondo-se que essas duas regulações se aproximem da ética da psicanálise, no sentido de conceber a homossexualidade como uma manifestação do desejo, é interessante pensar a que ponto chegamos na história da homossexualidade para que houvesse a necessidade da intervenção de leis que resgatasse algo em termos de singularidade, ou, quem sabe, da noção de sujeito com relação à homossexualidade. A ética da psicanálise teria fracassado? Pois o esforço de Lacan, em esvaziar o imaginário da teoria freudiana, não impugnou a tradição médico-psiquiátrica do século XIX e o preconceito.

Não se trata evidentemente de colocar a psicanálise a serviço da apologia da homossexualidade, pois isto seria cair na impostura de um ideal analítico, denunciado por Lacan, ou seja, fazer da homossexualidade um bem, tal como o ideal do amor genital (6), em relação à heterossexualidade. Porém, pensamos ser uma responsabilidade ética do analista presentificar no mundo que a homossexualidade é um desejo. Este é um desafio para a psicanálise e minha pesquisa pretende contribuir para isso.

Em "Proposição de 9 de outubro de 1967" (1967), Lacan define a psicanálise em extensão como a "presentificação da psicanálise no mundo". Para Souza (1991), da mesma forma que um sintoma individual, um sintoma social é mantido por uma fantasia. Segundo Ferenczi (1914) e André (1995) a cultura moderna recalcou excessivamente a homossexualidade masculina, diferentemente de outros períodos da história. André (1995) acrescenta que o retorno do recalco forma hoje um sintoma social.



gresso, que visa legalizar a união homossexual, e, mais recentemente, a lei federal, já aprovada, que garante benefícios previdenciários aos funcionários públicos que são parceiros civis, são exemplos concretos de como uma produção de conhecimento pode favorecer, ou não, à inclusão social da homossexualidade e à destituição de sua abordagem como doença. Essa "desmedicalização" ou "despsicologização"

Americana de Psiquiatria, em 1973, abolindo o termo homossexualismo como distúrbio mental, terá produzido algum efeito na produção dos analistas que seguíam a teoria instintivista? E, no Brasil, em que medida terá repercutido sobre a resolução do Conselho Federal de Psicologia, que, em 1999, divulgou uma norma (5) contra a idéia de cura dos homossexuais?

A ética da psicanálise, tal como for-

Freud comentou, em "O futuro de uma ilusão" (1927), que podemos chamar uma crença de ilusão quando ela é motivada por uma realização de desejo. O desejo que continua sustentando a parceria Religião-Ciência é o da "normalidade delirante da relação genital" (Lacan (1958)1998:613), protagonizada pelo par homem-mulher. Sob o lema de que a homossexualidade degenera o corpo social, grupos organizados pautam sua perseguição aos homossexuais, através dessa ideologia, ocasionando em violência e morte.

Em O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-70), Lacan afirmou que a segregação sempre terá força, reafirmando o que já dissera em "Proposição de 9 de outubro de 1967" (1967), a respeito da segregação reservada à humanidade no futuro. Impressiona constatar, na atualidade, o vigor desse comentário quase profético, na medida que diferenças econômicas, étnicas, religiosas, sexuais se acirram face à globalização da economia mundial, resultando em xenofobia, racismo e homofobia.

André (1995:115) indaga sobre uma possível participação da psicanálise na rejeição da homossexualidade na nossa cultura, na medida em que o saber psicanalítico "não é independente de todo o discurso dominante, nem de qualquer estado de civilização". Penso que sim, a exemplo de como os analistas pós-freudianos e, até mesmo Freud, como vimos, se deixaram influenciar pela dominância do discurso médico. Em que pesem os avanços significativos decorrentes do movimento em prol dos direitos dos homossexuais, a homossexualidade ainda representa um mal-estar na cultura moderna. A produção psicanalítica sobre a homossexualidade ainda é muito restrita ao âmbito clínico, salvo exceções, embora a homossexualidade

possua desdobramentos sociais evidentes, por exemplo, cidadania, homofobia, adoção de crianças, técnicas de reprodução assistida etc. Este é um desafio para que a transmissão da psicanálise não fique reduzida à clínica, colaborando, assim, indiretamente, na fabricação da homossexualidade como um sintoma social.

Notas

1. Este artigo foi extraído da minha dissertação de mestrado "A institucionalização da noção de homossexualidade na psicanálise e seus efeitos na clínica".
2. Psicólogo. Psicanalista participante da Escola Letra Freudiana (RJ). Mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise - UERJ.
3. A institucionalização da psicanálise teve início em 1910, com a criação da IPA por Freud e Ferenczi. O objetivo da IPA era formalizar a transmissão da psicanálise e preservar seu saber, que se expandia, de modo que ele não se descaracterizasse.
4. Em "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" (1960), Lacan conceituou a noção de sujeito do inconsciente, não explicitada por Freud, estabelecendo uma diferença no emprego do termo "sujeito" em relação à psicologia e à filosofia.
5. Resolução nº 1/99, de 23/03/1999.
6. Lacan criticou as noções pós-freudianas de "amor genital" e "relação de objeto" porque elas formulam a existência de um objeto ideal que completaria o sujeito. É uma concepção, segundo ele, que se fundamenta na maturação instintual e promove a "genitalização do desejo". Sobre isso, ver LACAN, Jacques. O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-4) (Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1995, p.233-50), O seminário, livro 4: a relação de objeto (1956-7) (Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995, p.9-92), e O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-60) (Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997, p. 17-8).

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, Serge. A Impostura Perversa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995
- BIRMAN, Joel. Psicanálise, ciência e cultura. Coleção Pensamento Freudiano III. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- COSTA, Jurandir Freire. A face e o verso - estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.
- FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago.
- _____. "Fragmento de um caso de histeria" (1905a) e "pós-escrito" (1923)
- _____. "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905b)
- _____. "O futuro de uma ilusão" (1927)
- FREUD, Sigmund. "Carta a uma mãe americana" (1935). Em: H. Ruitenbeek (org.), La homossexualidad en la sociedad moderna. Buenos Aires: Siglo XX, 1973.
- FERENCZI, Sandor. "A homossexualidade masculina". Em: Escritos psicanalíticos 1909-1923. Rio de Janeiro: Taurus, 1989.
- FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ISAY, Richard. Tornar-se gay: o caminho da auto-aceitação. São Paulo: Summus, 1998.
- LACAN, Jacques. "Intervenção sobre a transferência" (1951). Em: Escritos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998.
- _____. "A ciência e a verdade" (1956). Em: Escritos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998.
- _____. "Proposição de 9 de outubro de 1967" (1967). Em: Documentos para uma Escola, ano 1, nº 0. Rio de Janeiro, Escola Letra Freudiana, s/d.
- _____. O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-70). Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1992.
- MAYA, Acyr (2002). A institucionalização da noção de homossexualidade na psicanálise e seus efeitos na clínica. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MILNER, Jean Claude. A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996.
- SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- SOUZA, Otávio. "Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica". Em: Clínica do social: ensaios (col.). São Paulo: Escuta, 1991.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: novos sujeitos na luta pelo direito à cidade

Sonia Lucio Rodrigues de Lima

O interesse em conhecer a ação de movimentos sociais que vem despontando na cena pública por meio da utilização de ações estratégicas que demonstram a pretensão de criticar a priorização da via institucional da luta, em detrimento da ação direta, constitui a motivação deste texto.

Para tal, utilizamos, como referência, a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Trata-se de um movimento urbano que organiza, em diversos estados brasileiros, as reivindicações de segmentos extremamente pauperizados das classes trabalhadoras por acesso à habitação e a equipamentos e bens imprescindíveis à sobrevivência e reprodução da força de trabalho. Os dirigentes do movimento consideram que a luta por moradia deve estar relacionada à luta pela Reforma Urbana e pela transformação da sociedade. Este movimento, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que aciona a via da ação direta na sua estratégia de luta, desenvolve a luta por moradia através da ocupação de imóveis públicos e privados como forma de forçar a negociação.

Partimos, inicialmente, da seguinte pergunta: como compreender e caracterizar o fazer político desses movimentos? Posteriormente, com base no aprofundamento teórico, formulamos

a seguinte questão: está havendo uma nova forma de luta ou uma mudança nas condições em que ela se realiza?

Não nos escapa o reconhecimento de que a resposta a estas questões exige o exame dos processos geradores das desigualdades sociais com as quais se defronta o Movimento, bem como das particularidades constitutivas do segmento de classe que o compõe e das influências político-culturais e valorativas que orientam a sua ação. Entretanto, sabedores de que este exercício resultaria num texto de larguíssimo fôlego, numa aproximação inicial, nos deteremos na discussão da especificidade da problemática habitacional e na importância que a mesma aporta para a contemporaneidade.

A exploração do trabalho, a espoliação urbana e a questão da habitação

A questão da habitação não decorre, conforme difundida pela concepção dominante, do desequilíbrio entre a carente oferta de imóveis e uma vasta população consumidora, mas é parte de um processo complexo e contraditório de estruturação urbana, so-



brechado na fase monopólica do capitalismo. A habitação é um elemento básico da estrutura urbana, exigido, ao lado dos outros equipamentos imprescindíveis à reprodução da força de trabalho, pelo processo de produção e acumulação do capital. Contudo, essa exigência não é atendida pelos capitalistas privados, visto não ser considerada como suficientemente rentável, resultando na impossibilidade de acesso à moradia de amplas camadas de trabalhadores, pois

"(...) a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas, o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este

funcionamento visa manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano".(Singer, 1982: 12).

Esta afirmação, além de colocar em cheque o discurso oficial sobre a relação entre oferta e demanda na produção da questão da escassez de moradia, chama a atenção para a existência de processos, intimamente imbricados, que repercutem na impossibilidade do acesso de grande parte de segmentos da classe trabalhadora à habitação nas cidades: a apropriação

monopólica da terra urbana e a superexploração do trabalho.

As contribuições de Lefêbvre, Harvey e Ribeiro¹ auxiliam na compreensão desta problemática. A terra, originalmente bem natural, não-mercantil, transforma-se em um produto com valor de troca por meio da incorporação do trabalho social contido nos investimentos públicos. Nas sociedades capitalistas, a terra é, ao mesmo tempo, condição para a produção do capital e condição de vida para a classe trabalhadora. Porém, ainda que a transformação da terra em produto urbano resulte da introdução de longos anos de trabalho social, e que ela carregue,

A terra, originalmente bem natural, não-mercantil, transforma-se em um produto com valor de troca por meio da incorporação do trabalho social contido nos investimentos públicos.

potencialmente, valor de uso extensivo a toda população, a sua apropriação é feita de forma privada, consoante a lógica do valor de troca.

Ribeiro e Pechman (1983) definem o problema fundiário da seguinte maneira: a terra, espaço necessário à produção de moradia, é monopolizada por alguns proprietários. Este monopólio representa a consolidação, no plano jurídico, de relações sociais herdadas de outros momentos do desenvolvimento da sociedade, pois se trata de propriedade sobre uma condição não reproduzível da produção e da circulação de mercadorias, já que a terra não pode ser reproduzida pelo capital, e não tem, por fim, a valorização de um determinado capital-dinheiro. O monopólio sobre a terra permite ao dono da propriedade tributar a produção e circulação de mercadorias, participando, desse modo, da distribuição da mais-valia sem concorrer para sua geração e realização. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, esta relação social passa a subordinar-se às leis da produção e distribuição da mais-valia, *"fazendo com que os proprietários de terras somente obtenham um rendimento do seu direito de propriedade quando o uso do solo permite a geração de um lucro (...) acima do lucro médio."* (Ibid, Op. cit.: 32). Muito embora este processo signifique uma subordinação da propriedade da terra às leis próprias da expansão capitalista, tal não se dá, da mesma forma, no setor de moradia, visto que, neste ramo da produção, o capital depara-se com dificuldades para subordinar a renda ao lucro.

A análise de Engels (1982)² da destruição da manufatura e do surgimento da grande indústria auxilia no desvelamento desta questão, pois contribui para pensá-la a partir de determinações históricas. O autor demonstra que o desenvolvimento da indústria



produziu intensos fluxos imigratórios em direção a oportunidades de trabalho concentradas nas cidades. Com o surgimento do grande capital industrial, ocorreu a remodelação do espaço urbano, visto que este espaço, deveria estar adaptado aos requerimentos da produção capitalista de mercadorias. Esta intensa renovação foi realizada tanto pelas próprias empresas quanto pelo Estado.

Como o número de imóveis não atendia à demanda, os proletários tiveram que alugar pequenos cubículos. A concentração de condições habitacionais anti-higiênicas e miseráveis propiciou o aparecimento de surtos epidêmicos. Por outro lado, a concentração também favoreceu o aumento da consciência política. Do ponto de vista da burguesia, este processo representou uma dupla ameaça, já que as epidemias punham em risco o necessário exército industrial de reserva e a disseminação de idéias revolucioná-

rias colocavam em risco o poderio das classes dominantes.³

Movida por essa inquietação, a burguesia desencadeou um novo processo de renovação urbana, no qual se incluía a demolição de imóveis que serviriam de abrigo para a classe trabalhadora. Tem-se aí a primeira crise de moradia: a associação de um veloz crescimento da população urbana com a extinção de parte do parque imobiliário existente.⁴

A carência de moradias favoreceu a cobrança de elevados aluguéis. Esta situação cria um atrativo para o capital-dinheiro existente na economia, que passa a comprar imóveis e parcelá-los em cubículos. Este mecanismo reproduz a crise de moradias, pois os lugares habitados pelos trabalhadores são destruídos e pequenas vilas são construídas em lugares distantes, fazendo com que os alojamentos precários não sejam eliminados, mas deslocados.

A rentabilidade originada do capital aplicado na produção de habitação não criou, portanto, condições para a superação da crise, pois não existia interesse das classes dominantes em solucionar a crise de moradia. Tal desinteresse, ainda segundo o autor em tela, demonstra a intenção dos capitalistas em conservar o operariado pressionado pela necessidade contínua de vender sua força de trabalho para ter acesso à moradia, e, ao mesmo tempo, submetido às iniciativas patronais de construção de vilas operárias.

É possível perceber, portanto, como a separação entre produtor e os meios de produção e entre produtor e proprieda-

A separação entre produtor e os meios de produção e entre produtor e propriedade da moradia passou a permitir que a moradia se transformasse em mercadoria produzida sob relações capitalistas.

de da moradia passaram a permitir que a moradia se transformasse em mercadoria produzida sob relações capitalistas e, portanto, destinada ao lucro.

Ribeiro, refletindo a partir do exame da emergência da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, demonstra que, guardadas as especificidades de cada processo de urbanização e constituição do setor de moradia, a denominada crise da moradia é inerente ao sistema capitalista.

Tal não se dá, contudo, somente pelas razões apontadas por Engels, mas sobretudo, devido aos empecilhos existentes para que o capital seja empregado na produção de moradias, conformando uma especificidade do setor em relação aos outros ramos de produção. Esse obstáculos específicos enfrentados pelo capital investido no setor imobiliário não possuem, tal qual ocorre com os outros setores, sua superação assegurada pelo próprio movimento de reprodução.

A renda urbana torna o papel do proprietário urbano preponderante na produção de moradia, fazendo com que seja desvendado o seguinte paradoxo: *“o investimento imobiliário é rentável, mas a propriedade fundiária urbana impede a produção capitalista de moradia, na medida em que a renda predomina sobre o lucro.”* Pois, ainda que as transformações econômicas tenham feito com que a terra se transformasse de bem patrimonial em mercadoria que circula para proporcionar renda e que esta transformação tenha produzido um incentivo para a produção de novas moradias, o controle do espaço da produção permanece sendo do proprietário de terrenos.

Segundo a análise realizada pelo autor, a produção capitalista de moradias somente será possível se o capital contornar os dois obstáculos mencionados: a propriedade privada da terra urbana e a estreiteza do mercado con-

A habitação é uma mercadoria que, em geral, exige financiamento prévio para a produção e o consumo posto que, via de regra, seus consumidores não podem adquiri-la à vista.

sumidor⁶. Assim, a habitação resulta de um complexo processo que envolve produção e comercialização. Suas características a diferenciam de outras mercadorias de consumo privado, pois trata-se de mercadoria que requer demorado tempo de construção e imobilização de capital e cuja produção vincula-se à disponibilidade de terra, serviços e infra-estrutura, o que distancia seu preço do valor dos salários. Por conseguinte, a habitação é uma mercadoria que, em geral, exige financiamento prévio para a produção e o consumo posto que, via de regra, seus consumidores não podem adquiri-la à vista.

Ikuta, ao analisar as consequências para os trabalhadores da dissociação entre as lutas por moradia e as lutas sindicais, discute a problemática com base na compreensão de que a habitação representa um dos elementos de todo um conjunto de precariedades ou exclusões nas condições de existência da população trabalhadora.



Nesta perspectiva, propõe que o exame da habitação seja feito para além da esfera da reprodução da força de trabalho, pois considera que o momento da produção e o momento da reprodução do social devem ser considerados de forma imbricada, possibilitando, assim, a superação da referida dissociação. Duas questões norteiam suas reflexões:

“De que maneira os problemas e as lutas urbanas, elementos pertencentes à esfera da reprodução da força de trabalho, estão imbricadas com a dominação do trabalho pelo capital, isto é, com as questões diretamente ligadas à produção? Ou porque as lutas travadas no espaço urbano devem ser vistas por dentro desta relação e não como lutas independentes?”

No intuito de respondê-las, tece críticas às posições teóricas mais comuns com respeito à questão habitacional. Por exemplo: alguns autores reconhecem que a espoliação urbana é fruto do processo de acumulação do capital, porém, o tratamento analítico da questão da habitação é limitado à capacidade de negociação junto ao Estado. O campo de conflito é, assim, restrito à esfera da reprodução/consumo, pois, apesar do reconhecimento da existência da relação entre condição de vida e acumulação capitalista, o capital não é identificado como um dos adversários reais na luta pela sobrevivência da classe trabalhadora.

Desta ótica, as denominadas contradições urbanas são absorvidas teoricamente, no âmbito das desigualdades no acesso aos equipamentos e

serviços urbanos. E ainda que se enfatize que a intervenção do Estado, está direcionada para a realização do capital, em escala ampliada, o debate desemboca, conforme afirma Ikuta, "(...) *na questão da cidadania, que sem os devidos cuidados, pode torna-se, (...) um culto à chamada sociedade democrática.*"⁷

Com o fito de contrapor-se a essas visões, propõe outra angulação teórica baseada em dois processos interseccionados. O primeiro refere-se ao fato de que, muito embora a moradia seja necessária à reprodução da força de trabalho, o capitalista não se responsabiliza por seu custeio, sobrecarregando a vida do trabalhador.

O segundo, refere-se à dicotomia entre o viver e o trabalhar, isto é, a "(...) *separação entre o local de trabalho e o local de reprodução e consumo (efetivada pelo capitalismo industrial através da reorganização do trabalho e do advento e desenvolvimento do sistema fabril que força esta separação), oculta a fonte do verdadeiro conflito, amenizando as contradições sociais por meio da fetichização que desloca o conflito para a esfera do mercado*" (Ibid., Op. Cit.).

O debate apresentado por Ikuta aponta para a importância da superação da dicotomia entre a luta por moradia e a luta sindical. Para tal, propõe conceber a questão habitacional não como enfrentamento da carência, com base na noção de que o consumo é frustrado pela falta de infra-estrutura e unidades habitacionais ou como uma necessidade a ser atendida a partir, unicamente, da mediatização do Estado, mas, como um fenômeno que se radica no exame do modo produção e de reprodução da totalidade do processo social.

Compreende-se, contudo, que a superação dessa visão dicotômica exige aprofundamento da análise da relação

Na denominada questão habitacional expressa-se a relação de complementaridade e antagonismo existente entre os proprietários da terra, do capital e da força de trabalho.

entre o momento da produção e o momento da reprodução no processo de constituição da vida social. Visto que a relação entre estes momentos não se dá de forma imbricada, mas, sim, como relação de unidade, pois a dominação do trabalho pelo capital não se restringe ao locus da produção, mas se estende à totalidade do social, cuja estruturação é produzida permanentemente.

Na interpretação de Lefèbvre, a reprodução social envolve o cotidiano da vida em sociedade. Neste sentido, o autor afirma que

*"(...) quanto ao modo de produção [capitalista] este conceito designa em Marx o resultado das relações de antagonismo: 'salário/capital', 'proletariado/burguesia'. Estas relações sociais não entram na prática da sociedade, e da sociedade burguesa, a não ser através de formas que as sustentam e as mascaram; por exemplo, a forma contratual (a do 'contrato de trabalho', ficticiamente livre, que liga os membros da classe trabalhadora e os da burguesia e que pretensamente os associa). Este resultado global, compreende, portanto, as elaborações jurídicas das relações de produção, as relações de propriedade decodificadas - as ideologias que exprimem também, dissimulando-as, as relações de antagonismo-, as instituições políticas e culturais, a ciência etc."*⁸

Numa crítica à visão idealista de autores, também, interessados na apreensão da problemática da reprodução social, Lefèbvre afirma que a ideologia serve para dissimular as relações soci-

ais concretas e não para criá-las. Nesta direção, o autor demonstra que o poder estatal procura apresentar como separados, elementos da sociedade - a terra, o trabalho, o capital, de fato, estreitamente vinculados. Embora unidos são *"reiterados como fontes de rendimentos distintos, fato que parece legitimar o rendimento do capital, em vez de mostrar que este é constituído por mais-valia, tal como o do solo e da propriedade fundiária"*. Ou seja, na denominada questão habitacional, expressa-se a relação de complementaridade e antagonismo existente entre os proprietários da terra, do capital e da força de trabalho.

Para Lefèbvre, a reprodução das relações sociais alcança, portanto, a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no lazer, na escola, na formação do pensamento científico, na conformação do espaço arquitetural e urbano, nas relações familiares, quanto no trabalho.

Desta maneira, consideramos imprescindível ressaltar o papel do Estado na reprodução das relações sociais, em especial, após a fase monopólica, quando as funções de regulação passam a ser exercidas, relevantemente, neste âmbito. Nesta circunstância histórica, o Estado envolve-se diretamente na expansão da economia, subsidiando-a com instrumentos de grande poder de difusão e removendo os obstáculos para o empreendimento e a acumulação. O que é necessário, contudo, reconhecer criticamente é a análise que gera o obscurecimento da sociedade civil, impedindo apreender, como no dizer de Lefèbvre, que a "verdade do político" (e, conseqüentemen-

te, do estatal) está no social. Tendo em vista que o Estado é uma expressão das relações sociais, são essas relações que permitem compreender as formas políticas e não o contrário.

Assim, a questão da habitação não decorre de um simples desequilíbrio entre a carente oferta de imóveis e uma vasta população consumidora, mas é um complexo problema com múltiplas determinações, expressivas das contradições sociais geradas pelo desenvolvimento urbano, podendo-se, portanto, afirmar que *“o solo urbano (...) traduz a existência de uma luta social por usos diferenciados, que ganha contornos mais claros quando se considera que, possa ser também esse solo terra de habitação, os mecanismos econômicos e jurídicos que geram remoção, localização diferencial e controle implicam a segregação social e espacial de amplos segmentos da população metropolitana.”*¹⁰

A ação do capital na estruturação do solo urbano é amparada por uma determinada concepção hegemônica de direito e é corroborada pela ação do Estado, que se encarrega de realizar grandes investimentos em infra-estrutura, implantar equipamentos de uso coletivo, estabelecer normas para o uso do solo e fiscalizar seu cumprimento. O segredo da valorização da terra vazia pode ser, portanto, desvendado, na maioria das vezes, por meio da seletividade orientadora do investimento em infra-estrutura e em equipamentos urbanos. Ao especulador de terrenos é garantido, assim, sem despende recursos próprios, multiplicar seu capital às custas do trabalho social, reforçando a lógica da socialização dos custos e da privatização dos lucros.

Ao intervir na produção do espaço urbano, no sentido de fornecer subsídios para o aumento dos lucros da iniciativa privada, o Estado estrutura a cidade para servir, sobretudo, às neces-

sidades do capital, em geral, e, em particular, às do capital imobiliário. A organização interna das cidades resulta, por conseguinte, da ação de agentes que possuem interesses complementares ou antagônicos entre si. Além do Estado e das empresas imobiliárias, interferem, na estruturação da cidade, os proprietários de terra e imóveis e a própria população.

A apreensão da forma como se dá as relações entre esses sujeitos e da singularidade destas relações nas condições particulares de realização do capitalismo contemporâneo em sociedades periféricas e de industrialização tardia como a brasileira e das questões específicas que envolvem a denominada questão habitacional, constitui, do nosso ponto de vista, uma mediação fundamental para o reconhecimento de determinantes históricos da emergência da luta por moradia e de sua radicalização na conjuntura atual.

Notas

1. Ver a respeito em Harvey, David (1980), Ribeiro, Luiz C. de Queiroz (1997) e Lefebvre, H. (2001).
2. Aqui nos utilizamos também das leituras de Ribeiro (1997).
3. Em A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra (1975), Engels descreve as condições habitacionais da classe operária no momento da revolução industrial.
4. Ver a respeito em RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz, Op. cit., 1997.
5. IDEM, p.146.
6. Idem., ibidem,
7. IKUTA, F. K. Op. cit. p. 39
8. LEFÈBVRE, Henri. apud. Forachi e Martins, 1977, p.220
9. IDEM, p. 237
10. RIBEIRO, Ana Clara T., 2001, p.46. Equipamentos Coletivos. In: O desenvolvimento urbano em questão: textos didáticos, 2ª ed... RJ, IPPUR/UF RJ, 2001 p.46.

Referências Bibliográficas

- ENGELS, F. “Contribuição ao problema da habitação.” In: *MARX & ENGELS Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega 1982.
- ENGELS, F. *A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto, Afrontamento, 1975.
- HARVEY, DAVID. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IAMAMOTO, M. “A questão social no capitalismo”. In: *Temporalis*. ABEPSS, Brasília, 2001.
- IKUTA, Fernando K. “A luta pela moradia e o mundo do trabalho: unificando o “caracol e sua concha” In: *Revista Pegada*, Presidente Prudente, CEG e T/FCT/UNESP, V.2 nº 2 outubro 2001.
- LEFÈBVRE, H. *A Cidade do Capital* R. J. , DP&A,2001.
- LEFÈBVRE, Henri. “Estrutura Social: A Reprodução das Relações sociais “.In: M. M. Foracchi e J. S. Martins. *Sociologia e Sociedade. Leitura de Introdução à Sociologia*: R.J. , Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Civilização Brasileira, 1997.
- RIBEIRO, Ana Clara . “O dia- a- dia na Cidade: As Incertezas do Trabalho In: *Revista Eclesiástica Brasileira*”, vol. 40 fasc.,157, março de1980.
- RIBEIRO, Ana Clara T. “Cidade, Reivindicações e Equipamentos Coletivos”. In *O desenvolvimento urbano em questão: texto didáticos*, 2ª ed.. RJ, IPPUR/UF RJ, 2001.
- RIBEIRO, Luiz C. Queiroz e PECHMAN, Robert M. *O que é Questão da Moradia.*, S.P. , BRASILIENSE, 1983.
- SINGER, P. “O uso do solo urbano na economia capitalista”. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, ORG: Ermínio, Maricato, SP, ALFA-OMEGA, 1982, p.12.

Sonia Lucio Rodrigues de Lima é professora assistente do departamento de SS da ESS/UFF doutoranda em Pesquisa e Planejamento Urbano do IPPUR/UF RJ.

Aprendendo com a experiência

*Subsídio para o debate sobre as perspectivas
do Movimento Indígena e sua articulação nacional*

*Aurivan Truká, Pina Tembé,
Dina XoKleng e Bruno Xavante:*

*Grupo de Trabalho da
Comissão Indígena
Pós Conferência 2000.
A Comissão foi criada
em maio de 2000,
para dar encaminhamento
às decisões da Marcha
e Conferência dos Povos
Indígenas, que ocorrera
em abril daquele ano.
A decisão foi tomada
por cerca de 300 lideranças
indígenas de todo o país,
que estavam reunidas em
Pesqueira, Pernambuco, por
ocasião do 2º aniversário
do assassinato do líder
indígena Xicão Xukuru.
Ver: www.cimi.org.br*

I - Contexto histórico.

A década de 70 marca o início de uma ampla articulação dos povos indígenas, impulsionada a partir das Assembléias indígenas que começaram a se realizar em diferentes partes do país, apoiadas pelo CIMI. Desse diálogo entre os povos indígenas ficou evidente a semelhança dos problemas que enfrentavam como o esbulho de suas terras, as invasões, a violência, o desrespeito à diversidade cultural e o descaso do governo.

O eixo das lutas do movimento indígena para além das suas aldeias passou a ser a terra. Esse eixo mobilizador funcionou como elo de unidade do movimento, que de acordo com as distintas realidades foi estimulando a criação de variados instrumentos de luta e níveis diferentes de organização.

A passagem, em 1980, das Assembléias Indígenas diretamente para a criação de um instrumento de luta nacional - a UNI (União das Nações Indígenas) mostrou-se um equívoco após alguns anos. Sem os pés fincados na realidade concreta dos diferentes povos, ficou à margem do movimento indígena que ia sendo construído em termos locais e regionais e por isso foi

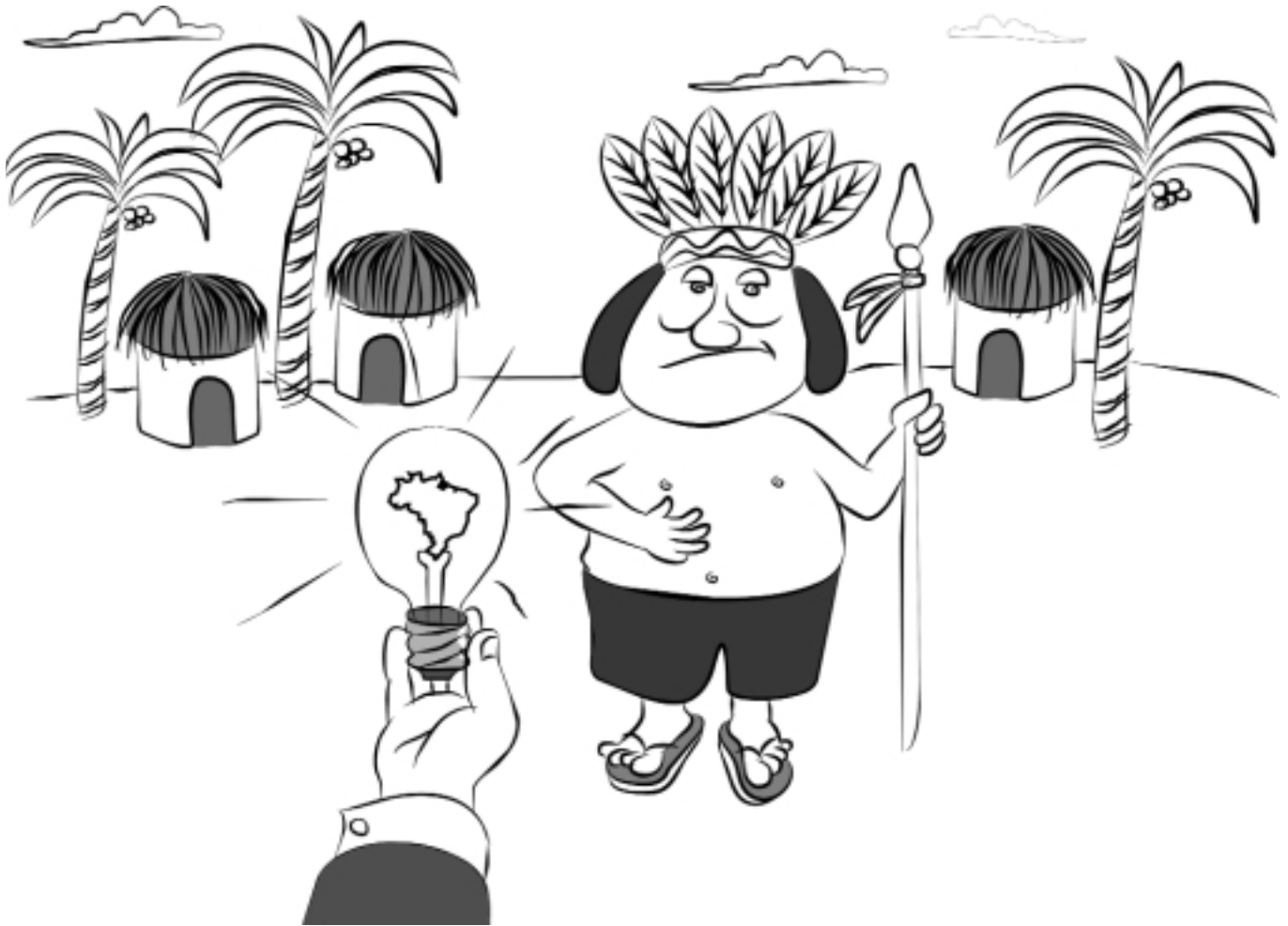
deslegitimada como instância interlocutora dos povos indígenas em termos nacionais.

As memoráveis conquistas constitucionais, em 1988, foram fruto da força do movimento indígena articulado em termos locais e regionais, com o apoio de aliados na sociedade brasileira. Estas conquistas animaram a bases indígenas que foram construindo diferentes instrumentos de luta para assegurar esses direitos. Articulações e organizações de lideranças, professores, agentes de saúde, mulheres e estudantes indígenas proliferaram país a fora.

Muitos povos que mantinham sua identidade oculta voltaram a se assumir como indígenas, terras foram retomadas e os índios residentes nas cidades começaram a se manifestar, fazendo com que as estatísticas populacionais que acusavam 100.000 índios em 1970, passassem a registrar hoje um considerável aumento, estimando a população indígena em 510.000 pessoas.

Essas conquistas são ainda mais significativas, por serem resultado de lutas concretas do movimento indígena contra o latifúndio e a política anti-indígena oficial.

Aprovada a Constituição, que atri-



buiu a responsabilidade principal na demarcação das terras e na proteção dos bens indígenas à União, delegando ao Congresso Nacional questões importantes como a autorização para a mineração e construção de hidrelétricas, e a feitura de uma Lei Complementar dispondo sobre o relevante interesse público da União nas terras indígenas, muitas coisas em relação a questão indígena passaram a ser decididas em Brasília.

No contexto pós-constituente, portanto, a questão nacional ganhou relevância ainda maior, reabrindo novamente o debate sobre a forma do movimento indígena ocupar seu espaço nesse nível.

A mobilização indígena de 1992, que também aprovou um documento com as propostas do movimento indígena para o Estatuto dos Povos Indí-

genas, teve como tarefa viabilizar uma instância nacional. Os representantes indígenas apontaram duas maneiras para se organizarem nesse nível:

1. Um conselho de articulação composto por representantes dos povos e organizações indígenas, facilitadora do intercâmbio de experiências que se reuniria em Brasília periodicamente e promovia uma distribuição de tarefas;

2. Uma Coordenação Executiva eleita, com escritório montado.

Tendo presente a experiência da UNI, avaliada como uma organização que construiu um grande chapéu de palha, mas sem os esteios para sustentá-lo, os integrantes da mobilização indígena, optaram, por ampla maioria, pela primeira proposta, tanto assim que o nome escolhido foi "Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil".

As primeiras reuniões do Conselho, que incluíam representantes indígenas de todo país, buscaram concretizar as expectativas da mobilização e fez um esforço muito grande para apoiar as lutas concretas das comunidades indígenas.

Em dado momento, com a finalidade de facilitar a articulação, o Conselho resolveu delegar para uma Comissão menor o seu papel. A partir desse momento, houve um distanciamento das bases, favorecendo para que posições individuais prevalecessem sobre a vontade coletiva. O CAPOIB passou então a reproduzir, de outra maneira, a experiência frustrada da UNI. Foi proposta inclusive uma mudança no estatuto para que o CAPOIB adotasse a proposta que foi rejeitada em 1992.

A crise do CAPOIB se agravou na Marcha e Conferência Indígena 2000,

quando seus representantes articularam uma proposta, que soou como uma traição, no contexto das manifestações triunfalistas oficiais, para a esmagadora maioria das lideranças indígenas presentes. Desde então o CAPOIB se desarticulou por completo e o seu nome passou a ser usado por pessoas que não foram indicadas pelo movimento indígena.

A Conferência Indígena 2000 também revelou que o CAPOIB estava falando uma língua que não estava sendo entendida por suas bases e que nem sempre era a expressão da vontade das comunidades indígenas.

A Pós Conferência, realizada em Pernambuco, avaliando essas dificuldades do movimento indígena, resolveu deslegitimar o CAPOIB como instância nacional, até que não houvesse uma ampla discussão a respeito. Criou uma Comissão articuladora integrada por dois representantes indígenas por Estado, com a finalidade de resgatar a força do movimento indígena que vem das comunidades e encaminhar as soluções da Conferência.

II - O contexto atual

A partir das informações, reflexões e avaliações feitas na Conferência Indígena 2000, na Pós Conferência e nas nossas reuniões da Comissão Indígena vamos tentar fazer uma síntese sobre a realidade atual do movimento indígena nacional.

No contexto neoliberal, onde algo só tem valor quando transformado em mercadoria, o desafio cresce ainda mais, pois os nossos valores culturais são sistematicamente agredidos e os nossos direitos fundamentais desrespeitados. A política do atual governo, a serviço desse sistema econômico tem investido para conquistar a confiança do nosso movimento, abrindo espaços formais para a participação indígena em Conselhos, Comissões etc., inclusi-

ve adotando um discurso semelhante àquele que usamos em nossos encontros e assembleias. É a política do "faz de conta", de que as terras estão sendo demarcadas e respeitadas, que a atenção à saúde e educação é específica e diferenciada, enfim, que os direitos estão sendo assegurados. Muitos parentes estão sendo empregados para dar respaldo à política oficial. É a estratégia de desmobilizar o movimento indígena, investindo na divisão e passando atribuições de assistência do governo às organizações para mantê-las ocupadas e para desviar sua atenção das questões centrais indispensáveis para a construção da autonomia. Essa política não aceita um não como resposta e, quando isso acontece, usa a repressão para intimidar, como aconteceu com a Conferência Indígena 2000, em Coroa Vermelha, ou como vem acontecendo em Roraima, com as manobras militares em terras indígenas.

Essa estratégia do governo, em curto prazo, pretende abrir brechas legais para facilitar o acesso aos recursos naturais existentes nas nossas terras, através da aprovação do Estatuto do Índio. Enquanto não consegue seus objetivos com a aprovação da nova lei, adota a política dos fatos consumados promovendo a invasão das terras indígenas com projetos hidrelétricos, militares, ambientais (sobreposição de unidades de conservação), rodoviários, etc. (É importante destacar que, apesar de todo o investimento governamental na divisão do movimento indígena, conseguimos até agora inviabilizar a aprovação da nova legislação indigenista proposta pelo governo). E, em longo prazo, inviabilizar o projeto de futuro próprio dos povos indígenas.

Existe também um descaso governamental muito grande em relação aos índios isolados, muitos deles no limite de suas possibilidades de fuga para refúgios inacessíveis nas matas e,

portanto, em situação de risco de extermínio cada vez maior.

Apesar de todas as dificuldades que essa política governamental cria para os povos indígenas, nosso movimento vai avançando com lutas concretas em defesa dos nossos direitos. Continua um importante processo de retomada de terras em praticamente todas as regiões do país e de reação aos projetos governamentais impostos. Na saúde e na educação, continua a busca de um modelo autônomo. Está em curso também um processo importante de ressurgimento de povos indígenas, que passam a assumir publicamente as identidades indígenas ocultas. Fenômeno semelhante acontece nas cidades, onde é cada vez maior o número de famílias que assumem sua identidade indígena.

A partir da realidade que vimos, podemos apontar alguns desafios nosso movimento em nível nacional, hoje:

1. A construção da unidade do movimento indígena em torno de estratégias comuns para fortalecer a autonomia dos diferentes povos indígenas.
2. A mobilização permanente até a demarcação e garantia de todas as terras indígenas.
3. O fortalecimento das bases indígenas e dos seus mecanismos de controle sobre as organizações indígenas.
4. A aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas, resgatando as propostas construídas pelo movimento indígena na sua história de lutas.
5. A aliança com os setores que lutam contra o modelo econômico vigente e que vem se aglutinando em torno do Fórum Social Mundial.
6. O apoio aos processos de ressurgimento de povos indígenas e aos índios na cidade.
7. A mobilização em favor dos povos isolados ameaçados de extinção.

III - Aspectos a serem considerados

Podemos definir o movimento indígena como sendo a soma do conjunto das lutas desenvolvidas pelas comunidades e organizações indígenas e suas formas de articulação, com a finalidade de assegurar os direitos históricos dos nossos povos à terra e de promoverem seus projetos de futuro autonomamente, respeitadas as suas organizações próprias.

Vamos relacionar abaixo algumas características importantes a serem consideradas na discussão da articulação do movimento indígena em termos nacionais:

1. A impressionante diversidade cultural, que engloba 235 povos falando 180 línguas diferentes, organizados em milhares de comunidades ou aldeias, muitas delas com grande autonomia umas em relação às outras no mesmo povo.

2. As diferentes formas de compreender o mundo, de se relacionar com a natureza e com o sobrenatural, de reagir diante dos problemas, de

exercer a liderança.

3. As diferentes situações de contato com a sociedade brasileira, que vão desde os índios nas cidades e os resurgidos que estão assumindo sua identidade, até os povos "livres" (isolados) fugindo desesperadamente da extinção.

4. Territórios ainda com recursos naturais relativamente abundantes e territórios arrasados e insuficientes.

5. O grande número de formas de organização construídas na relação de contato para a defesa de seus interesses no âmbito das comunidades, de um povo, de conjuntos de povos, de conjuntos de organizações, de organizações por categoria e gênero.

6. Distintas posições políticas no seio das organizações indígenas.

7. As distâncias e o isolamento de muitos povos neste país de dimensões continentais.

IV - Questões para o debate

1. Qual o interesse das comunidades e povos indígenas na articulação do movimento indígena nacional?

2. Em que exatamente uma instância nacional do movimento indígena pode contribuir com a luta dos povos indígenas em todo país?

3. Qual seu nível de prioridade para o movimento indígena?

4. Quais são as lições que tiramos das duas experiências do movimento indígena em termos nacionais: UNI e CAPOIB?

5. Como as comunidades, povos e organizações indígenas vão participar do movimento nacional?

6. Quem vai sustentar financeiramente a proposta?

7. Qual deve ser o papel do CIMI e de outros aliados?

É importante que, antes de definir a forma que vai assumir a articulação nacional do movimento indígena, as bases (comunidades, povos e organizações indígenas) cheguem a um amplo consenso sobre a necessidade, importância e finalidade dessa instância nacional. Não é suficiente que a proposta seja discutida somente no nível das lideranças.

POLÍTICA INDIGENISTA

Propostas iniciais para o Governo Lula

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Conselho Indigenista Missionário - Órgão anexo à CNBB.

Ver: www.cimi.org.br

No contexto da transição para o governo Lula, toda a diretoria do CIMI, disposta a contribuir com esse histórico processo democrático, se reuniu para fazer o documento - Propostas Iniciais para a Política Indigenista, para ser entregue à equipe de transição do novo governo.

O encontro ocorreu no dia 12 de novembro de 2002, no Centro Cultural Banco do Brasil, sede da equipe, em Brasília. O CIMI foi representado

pelos Secretários, Egon Heck e Sebastião Moreira, e pelo assessor jurídico, Paulo Machado Guimarães, que entregaram o documento a Gilney Viana, Deputado Estadual (PT-MT) e ao antropólogo Márcio Meira, ex-Secretário de Cultura da Prefeitura de Belém, ambos da equipe de transição.

Íntegra do Documento

O Conselho Indigenista Missionário - CIMI, organismo anexo à Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, alegre e esperançoso com a eleição de um Governo realmente comprometido com as mudanças tão desejadas pela grande maioria dos brasileiros e pelos povos indígenas, vem externar o desejo de contribuir com esse histórico processo democrático, manifestando desde logo algumas preocupações e propostas de ações imediatas.

Os últimos governos caracterizaram o início de suas gestões pelo retar-

damento na definição de suas políticas com relação aos povos indígenas. Essa postura gerou um quadro de insegurança permitindo o avanço dos interesses anti-indígenas, e impossibilitando a definição de uma política indigenista eficaz. Para a necessária e salutar superação dessa prática, o CIMI crê seja necessário ao novo governo, já em seus momentos iniciais, a adoção de algumas ações em caráter de urgência.

Ao mesmo tempo, espera-se a definição de uma política de médio e longo prazos, que venha atender às lutas históricas destes povos, tais como: a conclusão dos procedimentos de demarcação de todas as terras indígenas; o desintrusamento de todas aquelas que se encontram invadidas; a adoção de programas especificamente voltados para a realidade dos povos ressurgidos e dos povos "isolados / livres"; e a criação de um novo modelo de atenção pela Administração Pública, que tenha como critério a realidade sociocultural.

As conquistas indígenas, garantidas na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), colocaram em destaque a autonomia dos povos indígenas frente ao Estado Brasileiro e a participação de suas comunidades nas instâncias decisórias relativas a assuntos de seu interesse. Tais pontos deverão se constituir nos princípios norteadores da construção dessa nova política indigenista que se espera do futuro Governo.

Em décadas de luta, os povos indígenas acumularam experiências importantes e singulares de articulação e organização, que precisam ser consideradas. É, portanto, imprescindível que a política indigenista deste novo governo seja fundada no respeito à alteridade e à diferença, no reconhecimento da autonomia e protagonismo dos povos indígenas, superando, então, efetivamente, a histórica perspec-



tiva colonialista de um Brasil folclorizado e miscigenado, sem espaço para a pluralidade étnica e cultural, e, portanto, sem espaço para as identidades e autonomias indígenas.

O Presidente eleito e seu partido, em mais de duas décadas de debates e contato com a realidade indígena, firmaram com os povos indígenas compromissos na perspectiva de provocar profundas transformações. Para honrar tais compromissos, será preciso que o novo governo venha superar a atual política neoliberal, e que a prestação dos serviços de assistência a esses povos, na área de políticas públicas, se dê a salvo de terceirizações.

Considerando esta realidade, e o desenvolvimento de debates e acúmulo de propostas por parte do movimento indígena e de demais aliados da causa, ao longo das últimas três décadas, bem como o compromisso do CIMI com os povos indígenas, nestes 30 anos de sua existência, a entidade sugere, neste momento histórico, a adoção de algumas ações urgentes, para o novo governo:

- A revogação do Decreto nº 1.775/96, que introduziu o contraditório no processo de demarcação das terras in-

dígenas, estimulou a violência, as invasões e toda sorte de pressão contra o reconhecimento dessas terras; e a sua substituição pelo procedimento de demarcação aprovado pelos povos indígenas em sua Assembléia, ocorrida em abril de 2001, que faz parte da proposta para o novo Estatuto, encaminhada para a Câmara dos Deputados;

- A revogação do recente Decreto 4.412/02, que dispõe sobre a presença das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas. Tal decreto é flagrantemente inconstitucional, expõe os povos indígenas ao risco de serem vítimas de sérias violações de direitos humanos, e impede o diálogo sobre questão de tamanha relevância para o país, como é a questão da atuação das Forças Armadas;

- A garantia da posse plena das comunidades indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, e que se encontram envolvidas em graves e prolongados conflitos, a exemplo das seguintes: Raposa/Serra do Sol (RR); Caramuru - Catarina Paraguaçu (BA); Pataxó da região do Monte Pascoal (BA); Cerro Marangatu (MS); Guarani do Araçá (SC); Xukuru (PE), Guajá (MA) e Roosevelt (RO/MT);

- A assinatura imediata de todas as Portarias Declaratórias e Decretos de Homologação atualmente pendentes, conforme lista de terras indígenas em anexo;

- A assinatura de decreto que incorpore ao ordenamento jurídico nacional a Convenção 169 da OIT, cujo texto já foi aprovado pelo Senado, através do Decreto Legislativo n.º 143, de 20 de junho de 2002;

- Empenho junto ao Congresso Nacional no sentido da aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, tendo como base de discussão a proposta encaminhada pelos índios ao presidente da Câmara dos Deputados, em abril de 2001, e que teve o apoio de mais de um milhão de assinaturas;

- A garantia, no Orçamento da União, das verbas necessárias à indenização de benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé em terras indígenas, ao atendimento à saúde, educação e auto-sustentação, e à demarcação e proteção das terras e do patrimônio indígenas;

- A imediata proteção jurídico-administrativa e judicial às comunidades indígenas, onde existem conflitos pela posse da terra.

O necessário reconhecimento do Brasil enquanto país pluriétnico coloca a responsabilidade para o Governo Federal em estabelecer uma política de atenção específica e diferenciada aos povos indígenas. Isso implica uma mudança radical na estrutura do órgão indigenista para que possa responder ao novo ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição de 1988, respeitando e fazendo respeitar os projetos históricos desses povos. Significa

um esforço contínuo para adequar as estruturas do Estado à realidade socio-cultural dos povos indígenas.

O CIMI tem a certeza de que o resgate da dívida histórica do Estado brasileiro para com os povos indígenas restabelece o significado mais profundo da democracia, e simboliza a opção e o compromisso do novo Governo para com todos os excluídos e marginalizados do nosso país.

NUNCA MAIS UM MUNDO SEM NÓS, OS POVOS INDÍGENAS

Um novo mundo é possível e necessário

Manifesto apresentado ao Fórum Social Mundial (3ª edição). Porto Alegre (RS), Janeiro de 2003.

Os assassinatos, neste início de 2003, dos índios Leopoldo Crespo (Katingang - RS), Aldo da Silva Mota (Macuxi - RR) e Marcos Veron (Guarani-Kaiowá - MS) revelam a face mais cruel da realidade indígena em nosso país, que vem se arrastando ao longo dos últimos 500 anos. Está na raiz desses assassinatos a histórica relação colonialista do Estado e da sociedade brasileira - agora já com a agravante da integração ao sistema do capitalismo neoliberal - para com nossos povos. A relação colonial e o sistema neoliberal estão marcados pela acumulação de bens (terra, capital, educação, saúde) para uns poucos e pela negação de direitos e pelos preconceitos para com os demais que se perpetuam até os dias de hoje.

O relato de nossas diversas delegações provenientes de todas as regiões do país, reunidas no III Fórum Social Mundial, traz a tona uma realidade assustadora, que teima em se reproduzir, apesar das conquistas que obtivemos através da luta nesses últimos 30 anos.

Tendo presente que somos os primeiros habitantes dessas terras e, por



tanto, detentores de direitos originários, nós nos propomos enfrentar essa realidade perversa que se expressa pela:

Violência. Essa violência, movida pela ganância e pelo preconceito, se dirige contra nossas comunidades em luta pela reconquista de suas terras. Ela acontece de norte ao sul do país. Em Roraima, o assassinato de Aldo da Silva Mota, infelizmente, é apenas mais uma das tantas violências come-

tidas contra os povos Macuxi, Wapichana e Yanomami. A invasão das terras indígenas por fazendeiros, garimpeiros, militares e municípios, artificialmente criados, e a ação antiindígena de autoridades locais, geram um permanente clima de terror na região.

Na Bahia, a morosidade na demarcação e garantia das terras indígenas deixa os índios Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe a mercê dos pistoleiros dos latifundiários e da repressão policial, responsáveis, em 2002, pelo assassinato de três índios.

Em Pernambuco, em 1998, o povo Xucuru teve seu líder Xicão assassinado a mando de fazendeiros. Estes continuam impunes até hoje. As principais lideranças indígenas da região estão ameaçadas de morte, ao mesmo tempo em que o povo sofre, junto com aliados, a perseguição dos órgãos policiais e da justiça local.

No Rio Grande do Sul, palco do Fórum Social Mundial na busca de um novo mundo, o assassinato de Leopoldo Crespo, reproduz a forma cruel e revoltante da morte de Galdino Jesus dos Santos, ocorrida em 1997, em Brasília.

No Mato Grosso do Sul, o povo Guarani-Kaiowá, confinado em parcelas ridículas de terra, sofre o suicídio cada vez mais freqüente de seus jovens e também a violência de fazendeiros, responsáveis pelo recente assassinato do índio Marcos Veron.

Lentidão. Nas ações de demarcação e garantia de nossas terras constata-se uma extraordinária lentidão, um dos principais motivos da violência contra nossos povos. Pela falta de vontade do Estado em assegurar, definitivamente, esse nosso direito histórico se revela no Decreto 1775, pelo qual os invasores são chamados a participar da definição dos limites; pelas intermináveis ações na justiça, mantendo na posse latifundiários em nossas terras; pela compra de terras dos territórios tradicionais afrontando nossa dignidade; por Grupos de Trabalho que não entregam os relatórios; pela alegada falta de recursos para reassentar os posseiros; pela pressão dos interesses anti-índigenas que fazem com que o governo deixe de cumprir os atos administrativos como as portarias declaratórias dos limites e os decretos de homologação; pela demarcação de terras muito pequenas que não respeitam a posse tradicional.

Invasão. Nossas terras são invadidas por fazendeiros, garimpeiros, grandes projetos (hidrovias, barragens, militares, estradas), madeireiros, lixeiras públicas, eco-turismo, peixeiros, biopiratas, caçadores e aventureiros em busca do lucro fácil; somos prejudicados pela sobreposição de unidades de conservação em nossas terras e pela falta de fiscalização e convivência de autoridades com os invasores.

Agressão. O nosso meio ambiente é agredido através das monoculturas da soja, eucalipto, acácia, arroz e do uso indiscriminado de agrotóxicos no entorno e em alguns lugares no interior de nossas terras, enfraquecendo o

solo, contaminando os animais e as águas e provocando doenças e óbitos nas comunidades.

Desrespeito. Os povos ressurgidos, que reassumem sua identidade indígena, são desrespeitados; para serem reconhecidos se deparam com a postura colonialista da Funai, submetendo-os a humilhantes estudos para aferir sua etnicidade.

Ameaça de extinção. Diversos grupos de Índios "livres" (isolados) na Amazônia que fogem, desesperadamente, das fazendas que avançam sobre seus territórios, notadamente, no Estado de Rondônia e sul do Amazonas, estão ameaçados de extinção.

Saúde. A atenção à saúde foi entregue a terceiros e aos municípios, através da frágil política de convênios com grande ênfase na medicina ocidental e enfraquecimento da medicina tradicional de nossos povos. A atenção específica e diferenciada, em muitos povos, foi água abaixo. Assistência é precária em muitas áreas, com comunidades sem equipes de profissionais, enfrentando problemas de desnutrição e alcoolismo e a falta de saneamento básico, a proliferação de doenças infecto-contagiosas, inclusive a AIDS, e recursos financeiros insuficientes. Na criação dos DSEIs, o governo não atendeu à essência da nossa proposta que previa a autonomia administrativa e financeira.

Educação. A educação escolar indígena, entregue aos Estados e Municípios, não contempla a realidade sócio-cultural de cada povo. Os programas de formação de professores, apesar da existência de recursos financeiros, não têm continuidade. Além da construção e ampliação das escolas, se faz, em muitos casos, necessário seu reconhecimento e uma proposta curricular com calendário específico.

Migração. A falta de apoio em suas terras leva a migração de muitos índios para as cidades em busca melhores

condições de vida. Estes, na cidade, enfrentam graves problemas, como a discriminação, falta de apoio no atendimento das necessidades básicas que, em casos extremos, leva à sobrevivência nas lixeiras das cidades.

Sustentabilidade econômica. A depredação dos recursos naturais pelos invasores, como a caça, a pesca, os frutos silvestres, os materiais da fauna e da flora usados na vida das aldeias, exigem que nossos povos procurem alternativas, muitas vezes, com grandes custos sociais e culturais. Ainda é notória a ausência de políticas, por parte do Estado, para o enfrentamento dessa questão. Essa depredação ambiental criou, em vários territórios indígenas, o problema de habitações.

Descaso do Estado. Existe o descaso do Estado em relação à consolidação dos nossos direitos conquistados na Constituição Federal e em Fóruns Internacionais. Esse descaso se manifesta em relação ao Estatuto dos Povos Indígenas, em tramitação no Congresso Nacional desde 1992, com sucessivas ameaças de retrocesso, e sem uma conclusão até hoje; na demora de 13 anos para a aprovação da Convenção 169 da OIT; na posição contrária do governo brasileiro à Declaração Universal dos Direitos Indígenas da ONU.

Essa realidade assustadora para nossos povos que retratamos, teima em se reproduzir, se não forem enfrentados a origem e a raiz desses problemas que residem na estruturas colonialistas e neoliberais do Estado que negam sistematicamente os nossos direitos de povos originários, as nossas instituições próprias, a garantia de nossos territórios, nossa autonomia e livre determinação, e alimentam um preconceito secular. Para este novo enfrentamento das causas que prejudicaram nossos povos indígenas, fazemos as seguintes considerações e propostas.

Propostas para um mundo com respeito à diferença, paz, e sem violências e impunidade

O ano de 2003, que começou com três assassinatos de indígenas, começa também com esperança para os povos indígenas do Brasil e de outros países da América Latina. Nós, representantes de 32 povos indígenas do Brasil e México, presentes no III Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre - RS - Brasil, de 23 a 28 de janeiro de 2003, nos manifestamos diante dos seguintes fatos:

I - A pretensão do governo dos Estados Unidos de estender seus domínios sobre outros povos está à beira de levar a mais uma guerra que poderá ter desdobramentos imprevisíveis para todos os povos da Terra. Os povos indígenas, tanto quanto outras nações, serão novamente vítimas do imperialismo genocida. Por isso, repudiamos a política agressiva dos EUA contra os povos do Iraque e de outros países.

II - Consideramos indispensável que os governos formulem e executem políticas de combate a toda forma de discriminação e preconceito, para que os povos indígenas de todos os países sejam respeitados e possam viver dignamente, contribuindo com suas histórias e culturas para o bem estar de toda a humanidade.

III - Queremos, do novo governo brasileiro, o empenho sincero e imediato para punir todos que cometeram crimes contra os nossos povos e para por fim aos conflitos atuais, adotando, entre outras, as medidas até agora negadas pelos governos anteriores, como a demarcação, homologação e regularização de todas as nossas terras.

Em nossas discussões, por ocasião do III FSM, decidimos reafirmar as propostas apresentadas no II Fórum, reali-

zado em 2002, acrescentando sugestões fundamentais para a viabilização do novo mundo que queremos:

1 - Propomos que os governos priorizem a discussão em torno da situação dos povos indígenas, buscando saídas concretas para aqueles povos que ainda não têm o direito aos seus territórios históricos e tradicionais garantidos em lei, bem como o direito a viver conforme suas tradições e costumes.

2. Na América Latina, o governo brasileiro passou a ter um papel de destaque e liderança. As populações indígenas ainda são excluídas do processo político, ficando sem representatividade e sem mecanismos que possibilitem participação na vida política de seus respectivos países - motivos pelos quais grupos econômicos de toda ordem investem contra seus territórios e seus patrimônios. Propomos que o governo brasileiro coloque a questão indígena nas agendas de discussão com os governantes de toda a América Latina como uma prioridade, de forma a se tornar exemplo para outros países de todo o mundo.

3. Que o governo nomeie pessoas com experiência, competência e responsabilidade para trabalhar com as questões indígenas - pessoas que venham se somar a nós para melhorar nossas vidas e não só atrapalhar e acabar com os povos indígenas.

4. Reparação dos danos causados aos povos indígenas, resultantes das políticas mercantilista e integracionista, bem como pelo projeto neoliberal, nos aspectos sociais, culturais, territoriais que afetam todos os povos indígenas no mundo.

5. Reafirmação da luta dos povos indígenas na construção, elaboração e

aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas no Brasil.

6. Criação de Fóruns Continentais compostos por povos indígenas para fiscalizar, acompanhar e propor políticas mundiais para os povos indígenas, com apoio financeiro dos governos.

7. Exigimos a apuração de todos os crimes praticados contra lideranças e demais membros de comunidades e povos indígenas; que sejam punidos os responsáveis e indenizadas as famílias das vítimas, com o compromisso dos governantes de se estabelecer mecanismo de combate à violência e a impunidade.

8. Que os países do mundo reconheçam e respeitem os espaços territoriais dos povos indígenas, necessários e indispensáveis à sua sobrevivência física, social e cultural, segundo suas tradições e costumes.

Por ocasião do III Fórum Social Mundial, nos sentimos desafiados a estreitar os laços com os povos indígenas do continente, socializando nossas lutas, sonhos e esperanças, e reafirmamos nosso compromisso de continuar somando como atores, com nossas experiências históricas, com todos aqueles que estão construindo o novo mundo possível e necessário.

Nunca mais um mundo sem nós, os povos indígenas

Porto Alegre, FSM, janeiro de 2003

Povos indígenas Arana, Canoé, Galibi, Guajajara, Kaiaby, Kaingang, Karajá, Karipuna, Krahô Kanela, Krenak, Maxuxi, Mundurucu, Tembê, Pacas Novas, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Tapajó, Tapuia, Wapixana, Xakriabá, Xavante, Karitiana, Xukuru, Tumbalalá, Xokó, Geripankó e Guarani, Xucuru Cariri, Xokleng, Gavião, Mixe, Tseltal.



Legitimidade das ocupações

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST

Apresentação

Os setores conservadores da sociedade brasileira, preocupados sempre em manter o status quo e na ânsia de impedir a mudança da estrutura da propriedade da terra, freqüentemente, têm atacado o MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST, alegando que as ocupações de terras são ilegais; portanto, constituiriam crimes, decorrendo daí a aplicação de medidas coercitivas à atividade do MST.

Do ponto de vista social, a situação é bastante clara: a nossa estrutura fundiária é extremamente injusta. De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, o Brasil é o segundo país do mundo em concentração de terras (perdemos apenas para o Paraguai). É de conhecimento geral que a origem das grandes propriedades remonta ao sistema colonial, e os latifúndios improdutivos não constituem-se em fruto do trabalho de seus proprietários.

Do ponto de vista da nossa legislação, caso houvesse vontade política, não haveria necessidade de ocupações de terras, haja vista que a Constituição

determinou, em seu artigo 3º, os princípios fundamentais da República e, em vários outros artigos, uma série de programas sociais objetivando o bem-estar da população. Destarte, a nossa Lei Maior frente à realidade, vêm sendo vilipendiada, governo após governo, já que nossa realidade nos envergonha frente às outras sociedades.

Do ponto de vista da experiência dos trabalhadores rurais e suas organizações, o governo somente tem desapropriado terras após a ocorrência de ocupações e, em alguns casos, somente após a morte de trabalhadores (casos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás).

Para justificar as ocupações de terras improdutivas, enquanto instrumento de pressão pela realização da reforma agrária, bastariam os argumentos acima.

O objetivo do presente texto é reunir, precisamente, argumentos de personalidades da área jurídica, quer sejam juristas, decisões monocráticas, jurisprudência, que, em cotejo com a realidade, decidiram que "as ocupações de terras são uma reforma agrária de baixo para cima, uma pressão social, já que o governo está 'tranquilo' há não sei quantos anos - quando todas as nossas Cartas e as nossas Constituições estão apregoando a reforma agrária" (Ministro Adhemar Maciel do STJ - HC 4.399 - 6ª Turma, em 12.04.96).

A CARTA DE RIBEIRÃO PRETO

*Pela Reforma Agrária,
em defesa do meio ambiente*

Os membros do Ministério Público Estadual e Federal, reunidos por ocasião do Seminário "Meio Ambiente e Reforma Agrária", realizado no dia 13 de dezembro de 1999, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, discutiram e aprovaram as seguintes conclusões:

Função social da propriedade

1. O regime jurídico da propriedade tem seu fundamento na Constituição da República. Com a instituição constitucional da função social da propriedade, ocorreu a constitucionalização e publicização do regime jurídico da propriedade.

2. A propriedade é disciplinada pelo Direito Constitucional. Cabe ao Direito Civil tão-somente regular as relações civis pertinentes à propriedade.

3. A função social define o conteúdo do direito de propriedade. A função social não é uma limitação do uso da propriedade, ela é elemento essencial, interno, que compõe a definição da propriedade. A função social é elemento do conteúdo do direito de propriedade.

4. Só se legitima o ordenamento jurídico brasileiro a propriedade que cumpre a função social. A propriedade que descumpra a função social não pode ser objeto de proteção jurídica. Não há fundamento jurídico a atribuir direito de propriedade ao titular da propriedade que não está a cumprir sua função social.

5. Nos termos do art. 186, incs. I a IV, da Constituição da República, a função social da propriedade rural é constituída por um elemento econômico (aproveitamento racional e adequado), um elemento ambiental (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e um elemento social (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores).

6. Somente cumpre a função social a propriedade rural que atenda simultaneamente aos elementos econômicos, ambientais e sociais.

7. A degradação ambiental da propriedade rural, seja ela provocada pela utilização inadequada dos recursos naturais ou pela não preservação do

meio ambiente, implica aproveitamento irracional e inadequado da terra. Há, portanto, vinculação entre os elementos econômico e ambiental da função social, sendo impossível dissociá-los.

8. Não pode ser considerada produtiva, do ponto-de-vista jurídico-constitucional, a atividade rural que necessite utilizar inadequadamente os recursos naturais e degradar o meio ambiente para alcançar o grau de eficiência na exploração da terra.

9. A inobservância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que desfavoreça o bem-estar dos trabalhadores implicam aproveitamento irracional e inadequado da propriedade rural. Há, portanto, vinculação entre os elementos econômico e social da função social, sendo impossível dissociá-los.

10. Não pode ser considerada produtiva, do ponto-de-vista jurídico-constitucional, a atividade rural que necessite desrespeitar as disposições que regulam as relações de trabalho e necessite prejudicar o bem-estar dos trabalhadores para alcançar o grau de eficiência na exploração da terra.

11. Ainda que a produtividade, do ponto-de-vista estritamente econômico, esteja presente, a propriedade rural poderá ser desapropriada para fins de Reforma Agrária se descumprido um dos demais requisitos caracterizadores da função social (elemento ambiental ou social).

12. O padrão produtivo da agricultura moderna - baseado na grande propriedade, na monocultura, na agroquímica e na redução de mão-de-obra, hegemônico no Brasil, é antidemocrático e inconstitucional. A propriedade rural que produz observando esse modelo descumpra a função social e é passível de desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária.

13. A promoção da agricultura sustentável - ecologicamente equilibrada,

economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada - passa necessariamente pela reorganização da propriedade rural, o que implica a efetivação da política de Reforma Agrária no país.

14. A função social da propriedade rural exige a preservação do meio ambiente. Logo, não atende à função social a propriedade que não possuir suas áreas de preservação permanente e de reserva legal devidamente florestadas.

15. Pela nova ordem constitucional, as áreas de preservação permanente e de reserva legal são consideradas espaços territoriais ambientalmente protegidos. Sendo assim, não existe direito adquirido à exploração agrícola das áreas de preservação permanente e de reserva legal; tampouco há falar em indenização ao proprietário obrigado a cessar a exploração econômica nessas áreas.

16. O art. 12, parágrafo 1º, inc. II, letra "b", da Lei nº 8629/93 (Lei da Reforma Agrária), ao pretender obrigar a indenização pela capacidade potencial da terra, é inconstitucional. Isso porque não é possível indenizar a não realização de uma obrigação jurídica.

Função social da propriedade rural e a atuação do Ministério Público

17. Cumpre ao Ministério Público, através das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, combater as práticas rurais antiambientais que caracterizam o padrão de produção agrícola hegemônico no Brasil, bem como promover a agricultura sustentável, utilizando todos os instrumentos jurídico-processuais que estão a sua disposição, em especial o inquérito civil, o compromisso de ajustamento de conduta e ação civil pública.

18. Diante da omissão do governo federal na efetiva implementação da Reforma Agrária no país, mister a inter-

venção do Ministério Público, que, em atuação conjunta das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e da Cidadania e da Procuradoria da República, deve recomendar ao Incra a desapropriação das propriedades onde ocorrem as práticas rurais antiambientais e, se não atendida a recomendação, deve propor ação civil pública que tenha por objeto a obrigação de fazer a desapropriação e a obrigação de fazer o assentamento de trabalhadores sem terra e sem emprego nessas áreas.

19. O Ministério Público haverá de agir como intermediador qualificado no conflito coletivo pela posse da terra, agindo junto ao órgão que pode e deve promover vistorias e desapropriações, para que cumpra com sua tarefa, posto que a Constituição não se compraz com a existência, de um lado, de terras descumpridas da função social e, de outro, parcelas da população sem direito ao exercício da cidadania. Enfim, o Ministério Público deve atuar nos conflitos agrários com o propósito de viabilizar o acesso dos trabalhadores à posse da terra, em cumprimento do art. 5º, *capute* inciso XXII, que garante, isonomicamente, o direito de propriedade para todos.

20. O Ministério Público deve utilizar-se dos procedimentos administrativos e das ações judiciais, quer de natureza civil, quer de natureza penal, para, também, exercer as funções gizadas no art. 129, inc. II, da Constituição da República. O Ministério Público não pode descuar de todas as questões que estão imbricadas nas demandas que têm como centro o conflito pela posse da terra. Haverá de verificar, por exemplo, se a área em conflito tem correto título de domínio, se a posse é justa, se a propriedade é produtiva, se cumpre a função social, se respeita o meio ambiente. Haverá de verificar se a população em busca da terra tem atendidos os direitos constitucionais à

educação, à saúde, à alimentação, à dignidade etc.

21. Os Ministérios Públicos Federal e dos Estados devem constituir grupos especiais de trabalho para, em atuação conjunta, levantar dados, trocar informações e intervir administrativa e judicialmente na efetivação da política de Reforma Agrária no país.

Função social da propriedade rural e os processos que envolvem litígios coletivos pela posse da terra rural

22. A posse que merece proteção jurídica é aquela que, nos termos do Código Civil, seja justa e de boa fé, e aquela que, em razão da Constituição da República e das leis que regulamentam a matéria, recaia sobre terras que cumpram a função social, em todos os seus elementos (econômico, ambiental e social), escapando da possibilidade de servir à Reforma Agrária.

23. É ilegal a utilização dos institutos da legítima defesa da posse e do desforço imediato quando se tratar de ações de preservação de terras que não cumpram com sua destinação constitucional.

24. O ônus de provar que a posse carente de proteção judicial recai sobre terra que cumpra com sua função social é do autor.

25. A indefinição dominial ou pendência relacionada à indenização por benfeitorias não desobriga o postulante da proteção possessória de comprovar os requisitos constitucionais para a obtenção da tutela pretendida.

26. A petição inicial da ação possessória que não identifica corretamente a parte que deve figurar no pólo passivo do processo é inepta, nos termos do art. 282, inc. II, do Código de Processo Civil. Há possibilidade de embargos de terceiros possuidores quando não regularmente chamados a compor a relação jurídica processual.

27. A execução forçada das medidas deferidas no âmbito dos processos que envolvem litígios coletivos pela posse da terra deve ser realizada da forma menos gravosa ou humilhante para o “devedor-ocupador”, nos termos do art. 620 do Código de Processo Civil.

28. Os tribunais não podem furtar-se a obedecer ao princípio do juiz natural, respeitando o sistema de competência por distribuição, quando da apreciação das medidas liminares em geral. Deve ser repudiada e questionada, pois inconstitucional, a concentração de poderes para a concessão ou não dessas medidas na pessoa de um único juiz ou desembargador.

29. O Ministério Público, nas ações que envolvem litígios coletivos pela posse da terra rural, tem a qualidade de interveniente em razão da natureza da lide, reveladora do interesse público primário da República Federativa do Brasil de incrementar, em conformidade com a Constituição e com as leis, a Reforma Agrária.

Conclusões finais

30. A luta pela terra, por parte dos trabalhadores excluídos do direito constitucional de propriedade, configura um espaço instituinte de produção desse direito e deve ser entendida como autêntica fonte material do direito, com a mesma importância das fontes formais.

31. A luta pelo direito à terra e ao trabalho na terra, enquanto direito básico do homem, deve ser travada tanto no espaço instituinte, quanto na esfera do instituído, uma vez que a produção do direito, no plano concreto e efetivo, é realizada no âmbito do processo histórico animado pelas lutas sociais em torno da: a) legalização; b) efetivação; c) aprofundamento; d) manutenção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

32. A luta pelo direito à terra e ao trabalho na terra trava-se no espaço do não legalizado (instituinte) e no âmbito da ordem jurídica vigente (instituído); esses dois espaços (instituinte e instituído) representam dois momentos da produção do direito e a atuação do Ministério Público deve dar-se tanto num quanto noutro, sempre na perspectiva de um autêntico custos juris, para além, portanto, das simples funções de fiscal da lei, na tradição liberal do custos legis, esta última mais adequada aos conflitos interindividuais, que não exibem grande carga sociopolítica como é o caso dos conflitos em torno da terra.

AS OCUPAÇÕES DE TERRA NÃO FEREM A LEGISLAÇÃO

A Constituição Federal

Quando alguém afirma que as ocupações, ou como os representantes da elite preferem, “invasões”, ferem o Estado de Direito, há que se perguntar qual o Estado de Direito está sendo atacado. Isto porque para a minoria que come e dorme em “berço esplêndido”, quando o povo se organiza e exige seus direitos, a primeira providência é alardear que tal organização está ferindo o Estado Democrático de Direito, sempre com vistas à intervenção e repressão policial. É importante notar que a elite brasileira sempre tratou o problema social como um caso de polícia. Assim foi desde os Quilombos, passando por Canudos até o golpe militar de 1964.

Para a maioria do povo brasileiro, o Estado que aí está, certamente não é um Estado Democrático de Direito.

A Constituição Federal promulgada em outubro de 1988 estabelece os princípios fundamentais do Estado Brasileiro, ou seja, estabelece obrigações aos representantes do Poder Executivo para com o povo.

O que está escrito na Constituição

Federal não pode ser considerado “letra morta”, pois se assim fosse, não haveria necessidade de gastar tanto dinheiro com as eleições e reuniões dos eleitos - Constituinte -. Ao olharmos para a realidade que nos cerca da impressão que a Constituição foi escrita apenas para nos enganar, pois para a maioria da população brasileira, nada do que está escrito tornou-se realidade.

Vejamos o que está escrito no preâmbulo da Constituição Federal:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir em Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos. Sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”

O artigo 3º da Constituição Federal deixa bem claro quais os objetivos fundamentais do Estado Brasileiro.

“Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O presidente da república, ao tomar posse, jura cumprir com a Constituição. Sendo ele o Chefe Maior do Estado, é

diretamente responsável pela não observância dos preceitos constitucionais, sendo até possível afastá-lo do cargo por crime de responsabilidade.

Tudo isto para dizer que ao, falarmos de Estado Democrático de Direito, temos que nos perguntar qual o conceito que o povo faz acerca destas belas palavras.

Para refrescar a memória, se usarmos o critério utilizado universalmente pela ONU - Organização das Nações Unidas - índice de GINI que vai de 0,000 a 1,000, a concentração da terra no Brasil está situada em 0,8278. Se usarmos os dados do Governo Federal (Atlas Fundiário), 1% (um por cento) da população brasileira detêm a posse de 43% (quarenta e três por cento) das terras.

Se fosse verdade que em 4 (quatro) anos o atual Governo assentou 300 mil famílias, para resolver o problema da terra - distribuição equitativa, já que existem 4 milhões de famílias sem-terra - seriam necessários 53 anos. E mais, entre os anos de 95 e 97, foram assassinados 114 trabalhadores rurais; portanto, neste passo, em 53 anos, em média, outros 2.014 trabalhadores rurais perderiam a vida na luta pela terra.

Problema maior enfrentam milhares de famílias que, cansadas de esperar pela boa vontade do Governo Federal, resolveram acampar às margens de rodovias e latifúndios improdutivos como forma de pressão. Em 1998, a CPT - Comissão Pastoral da Terra e o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais contabilizavam aproximadamente 52 mil famílias acampadas.

Alguns representantes da elite, supondo escapar das responsabilidades, afirmam que a inexistência de leis é que emperra a reforma agrária. A realidade é outra. A própria Constituição estabelece que as terras improdutivas deverão ser desapropriadas e reverti-



das para o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra. Lei é o que não falta. Tratando do assunto reforma agrária, temos a Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra; a Constituição Federal - Artigos 184 a 191; Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; Lei Complementar Nº 76, de 6 de julho de 1993, Lei Complementar Nº 88/96, Lei Nº 9.415/96.

De acordo com a legislação, as ocupações de terras para fins de pressão pela implementação da reforma agrária jamais constituíram afronta à ordem jurídica.

No que concerne a proteção legal à propriedade, a Constituição Federal determina que somente as propriedades que estão cumprindo com a função social, haverão de receber a proteção legal, ou seja, as terras improdutivas deverão ser desapropriadas.

As ocupações de terra e o código penal

Alguns representantes da elite alardeiam, através dos jornais falados e escritos, que os trabalhadores rurais sem-terra deveriam ser condenados e colocados na cadeia por "crimes contra a propriedade da terra". Alguns juizes e promotores até que tentam assim agir, uns até ao arripio da lei

processual. Devido ao vigilante trabalho dos advogados que compõem a Rede Autônoma dos Advogados Populares, até o presente momento, nenhuma sentença condenatória transitou em julgado. Mas, de outro lado, impossibilitados de condenarem sem as devidas provas, alguns magistrados, com visão turva e caolha do que seja movimento popular, pisando no direito de liberdade, decretam prisões preventivas contra as possíveis lideranças, imaginando frear a organização.

Somente no primeiro semestre de 1998, 110 (cento e dez) trabalhadores passaram pelos cárceres.

Alguns representantes do Ministério Público e magistrados pretendem condenar as possíveis lideranças do MST por formação de bando ou quadrilha - artigo 288, do Código Penal. Para tanto, afirmam que os trabalhadores se organizaram no MST para o fim de cometer crimes, entre eles, o esbulho possessório. Estes "Senhores da Lei e da Ordem", diga-se de passagem, representantes do latifúndio atrasado - aqueles magistrados e promotores com visão turva e caolha do que seja movimento popular - esquecem que a finalidade do ordenamento jurídico penal é reeducar o criminoso e dar uma satisfação para a sociedade aplicando o Direito com equidade. Em certas situações, o Poder Judiciário analisa os conflitos dando-lhes um caráter individual e singular, separando-o das condições sociais, políticas e econômicas que os germinam.

É evidente que os conflitos agrários - ocupações de terras - não podem ser tratados como caso de polícia, já que, ao contrário daqueles indivíduos considerados criminosos comuns, que por sua vez reconhecem o comando jurídico violado, os trabalhadores rurais sem-terra, que participam da luta pela reforma agrária, agem por convicção política ou social e rejeitam o coman-

do jurídico; sendo assim, imperioso afirmar que a pena não poderá alcançá-los com uma superioridade ética capaz de atingir os fins de educar, retribuir ou corrigir. Destarte, quando o ordenamento penal é utilizado na repressão às manifestações populares, se presta como arma na defesa de uma ordem estatal, que se converte em tirania.

A experiência do MST tem demonstrado que alguns magistrados, ao aplicar a lei no caso concreto, em se tratando de conflitos coletivos, analisará sob a ótica de classe, ou seja, na prática, para a concessão de liminar de reintegração de posse, o causídico do fazendeiro não está obrigado a cumprir com as exigências do Código Civil e do Código de Processo Civil e, para a expedição de decreto de prisão preventiva, não precisa observar os preceitos do Código Penal e Código de Processo Penal. Em outras palavras, quando o conflito é entre iguais - fazendeiro contra fazendeiro, aplica-se a lei; quando é sem-terra contra fazendeiro, o que está escrito não vale.

As ocupações de terras e de prédios públicos têm por objetivo chamar a atenção dos governantes para a necessidade de se implementar, com mais urgência, políticas públicas na área rural.

Sendo assim, a persecução penal se torna ineficaz porque, sob qualquer dos seus aspectos - prevenção geral, ressocialização ou retribuição - não se mostra como uma solução adequada. O trabalhador rural que age movido por convicção possui conjuntos éticos diferentes do criminoso comum. Vale-se de uma visão do mundo que não é superior, nem inferior, somente distinta daquela interpretação do comando jurídico fiel às estruturas de poder, segurança e dominação em dado contexto social.

No caso das ocupações de terras - ações praticadas por um fundamento

de consciência - não cabe falar em ressocialização, readaptação ou recuperação social, pois a pena não o atinge com este caráter. O encarceramento de trabalhadores rurais sob o pretexto de impedir ocupações de terras é uma violência contra o direito de liberdade, tão arduamente conquistado recentemente. Quando trabalhadores rurais são encarcerados em razão da luta pela terra, o ordenamento jurídico penal está sendo usado na proteção dos interesses do latifúndio.

Em agosto de 1997, a Anistia Internacional publicou um relatório acerca dos processos criminais e prisões preventivas contra trabalhadores rurais. No relatório intitulado "Denúncias criminais com motivação política contra ativistas da reforma agrária", a Anistia informa e denuncia:

"A Anistia Internacional está preocupada com o uso do que consta serem acusações e mandados de prisão preventiva com motivação política contra ativistas da reforma agrária e membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Tudo indica que a formalização de tais denúncias tenha constituído uma forma de assédio e criminalização de ativistas da reforma agrária, nun contexto de disputa de terras".

A principal acusação posta contra os trabalhadores rurais é de terem praticado atos tipificados no artigo 161, parágrafo 1º, inciso II do Código Penal, ou seja, esbulho possessório. Vejamos o que diz o artigo da lei:

Alteração de limites

Art. 161. Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena - Detenção, de um a seis meses, e multa.

Esbulho possessório

§1º. Na mesma pena incorre quem:

Inciso II - Invade, com violência à pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

Ora, lendo e relendo os depoimentos já prestados pelos trabalhadores rurais nas delegacias de polícia e em juízo, observamos que são unânimes em afirmar que a ocupação de terra foi realizada para pressionar o Governo Federal na agilização dos assentamentos, ou seja, é um instrumento utilizado para exigir a aplicação imediata do quanto posto na Constituição Federal.

Alberto Silva Franco, jurista destacado, desembargador do Tribunal de Justiça dos Estado de São Paulo, com ímpar distinção preleciona acerca do tema em tela:

"O crime de esbulho possessório só é punível a título de dolo, isto é, se o agente tem consciência e vontade de realizar a conduta tipificada, ou seja, a invasão do imóvel alheio. Mas não é só. É necessário sempre que a invasão esteja acompanhada de um específico elemento anímico: o fim de esbulho possessório. Desta forma, se o agente afetua a ação física requerida pelo tipo, não com o propósito deliberado de despojar o sujeito passivo do exercício da posse do imóvel, mas, sim, com o fito de turbá-lo, não há cogitar do delito em exame"(Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, Ed. Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1990, pág. 961).

Para espancar de vez a afirmação de que as ocupações de terras constituem crime e assim devem ser tratadas, vejamos algumas decisões.

JUÍZES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

As ocupações de terras enquanto instrumento de pressão pela realização da reforma agrária já foram objeto

de apreciação por parte de vários juizes de primeira instância e Tribunais de Justiça dos estados, que conforme poderemos observar logo abaixo, são unânimes em demonstrar a legalidade das ocupações.

1. Comarca de Paranacity - Paraná

No mês de dezembro de 1996, aproximadamente 80 famílias organizadas pelo MST ocuparam uma fazenda nas proximidades do município de Paranacity. Os advogados do latifundiário logo bateram às portas do Poder Judiciário local, na tentativa de despejar aquelas famílias. A juíza Márcia Andrade Gomes Bosso, da Comarca de Paranacity, em decisão merecedora de elogios, indeferiu o pedido de liminar, determinando que as famílias permanecessem na área até que o Governo encontrasse uma solução definitiva para o problema. Vamos aos argumentos utilizados pela magistrada:

“Hoje, não só a propriedade, mas também a posse, tem por requisito o cumprimento da função social, conforme já se pronunciou o Prof. Luiz Edson Fachin, “in A Função Social da Posse, Porto Alegre, Fábris. Nesses termos, juristas nacionais, como Jurandir Porto Rosa (Defensor Público da União), Rui Portanova e Sérgio Sérvulo da Cunha vêm discutindo a necessidade de se exigir, para a proteção possessória, a prova do cumprimento da função social, como um quinto requisito, além dos elencados no art. 927 do Código Civil, o qual, diga-se de passagem, não está comprovado prima face nos autos.

Não se discute que a responsabilidade social que deve ter em conta o Estado-Jurisdição quando da concessão de liminares de reintegração de posse contra um grande número de pessoas é incomensurável. Os recentes episódios de Corumbiara (RO),

Santa Izabel do Ivaí (PR) e Eldorado dos Carajás (PA) vêm confirmar as valorosas lições dadas por José Maria Rosa Tesheiner que, em voto convergente nos Emb. Infr. nº 100287119, do 1º Grupo Cível do TA/RS, em 18.11.83: ‘Esta não é uma possessória igual a tantas outras, em que são indivíduos os que contendem. Aqui, uma coletividade se apresenta como ré. Busca-se reintegrar na posse uns poucos e demitir da posse uma comunidade ... Essa a peculiaridade a destacar desde logo, porque não se encontra na lei solução expressa para hipótese como a presente.

Ora, colocando na balança da justiça, de um lado os interesses de três casais, para os quais a área em litígio representa muito, mas não é fundamental, e de outro, os de noventa ou mais famílias, para os quais essa mesma área é condição de vida digna, parece não ser difícil determinar para que lado pende a balança. O Judiciário, por ser um Poder, não pode ficar apenas na posição subalterna de obediência a comandos emitidos pelo demais Poderes. Deve colaborar com o Legislativo e o Executivo na solução dos problemas sociais, especialmente quando se apresentam hipóteses, que não se prestam à edição de normas abstratas, exigindo solução concreta, caso a caso.”

Ainda, calcando sua decisão, a douta magistrada, utilizando-se de argumentos lançados pelo Ministro Willian Patterson na Susp. de Seg. nº 444/ES (96/0003602-0) DJU, 2.1.96, p. 300, afirmou:

“(...) a desocupação, ex abrupto, de expressivo número de famílias assentadas em área urbana provoca grave perturbação social, conquanto o Poder Judiciário não possa descurar do direito de propriedade, de um lado, por outra parte deve estar atento aos reflexos no contexto social que suas

decisões provocam.

(...) o imediato desalojamento dos posseiros tem potencial para causar grave perturbação da paz social, da ordem e da segurança pública (...)

Finalmente, encerrando sua brilhante decisão a magistrada decretou:

“Neste diapasão, a par das considerações feitas, entendo que toda cautela deve ser adotada, a fim de evitar que o sangue dos envolvidos no litígio venha a cobrir a extensão territorial de nossa Comarca, devendo prevalecer, por ora, a vida humana, a paz social, a ordem e a segurança pública em detrimento da propriedade particular”. (Proc. 351/96 - Comarca de Paranacity/PR)

2. Juiz da 8ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais

No mês de fevereiro de 1995, aproximadamente 300 famílias ocuparam uma faixa de terra ao longo da rodovia BR116, no estado de Minas Gerais. A ocupação foi realizada com o objetivo de pressionar o governo e chamar atenção da opinião pública para o grave problema dos trabalhadores rurais sem-terra.

O DNER, órgão do Governo Federal responsável pelas rodovias, protocolou junto à Justiça Federal, um pedido de reintegração de posse, alegando que as pessoas corriam risco de vida ao permanecerem próximos à rodovia.

A ação foi distribuída para a 8ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte. O juiz Antônio Francisco Pereira, apreciando o pedido formulado pelo DNER, proferiu a seguinte decisão:

“Várias famílias (aproximadamente 300 - fl. 10) invadiram uma faixa de domínio ao lado da Rodovia BR 116, na altura do Km 405,3, lá construindo barracos de plástico preto, alguns de adobe, e agora o DNER quer expulsá-los do local.

“Os réus são indigentes”, reconhe-

ce a autarquia, que pede reintegração liminar na posse do imóvel.

E aqui estou eu, com o destino de centenas de miseráveis nas mãos. São os excluídos, de que nos fala a Campanha da Fraternidade deste ano.

Repito, isso não é ficção. É um processo. Não estou lendo Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo ou José do Patrocínio.

Os personagens existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome. É Valdico, José Maria, Gilmar, João Leite. Só isso para identificá-los. Mais nada. Profissão, estado civil (CPC, art. 282, II) para quê, se 'indigentes' já é qualificação bastante?

Ora, é muita inocência do DNER se pensa que eu vou desalojar este pessoal, com a ajuda da polícia, de seus moquiços, em nome de uma mal arrevesada segurança nas vias públicas. O autor esclarece que quer proteger a vida dos próprios invasores, sujeitos a atropelamento.

Grande opção! Livra-os da morte sob as rodas de uma carreta e arroja-os para a morte sob o relento e as forças da natureza.

Não seria pelo menos mais digno - e menos falaz - deixar que eles mesmos escolhessem a maneira de morrerem, já que não lhes foi dado optar pela forma de vida?

O Município foge à responsabilidade "por falta de recursos e meios de acomodações"(fl. 16v).

Daí, esta brilhante solução: aplicar a lei. Só que, quando a lei regula as ações possessórias, mandando defenestrar os invasores (arts. 920 e segts. do CPC), ela - COMO TODA LEI - tem em mira o homem comum, o cidadão médio, que, no caso, tendo outras opções de vida e de moradia diante de si, prefere assenhorear-se do que não é dele, por esperteza, conveniência, ou qualquer outro motivo que mereça a



censura da lei e, sobretudo, repugne a consciência e o sentido do justo que os seres da mesma espécie possuem.

Mas este não é o caso no presente processo. Não estamos diante de pessoas comuns, que tivessem recebido do Poder Público razoáveis oportunidades de trabalho e de sobrevivência digna (v. fotografias).

Não. Os "invasores" (propositadamente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que "habitam" as pontes, viadutos e até redes de esgoto de nossas cidades. São párias da sociedade (hoje chamados de excluídos, ontem de descamisados), resultado do perverso modelo econômico adotado pelo país.

Por este exército de excluídos, o Estado (aqui, através do DNER) não pode exigir a rigorosa aplicação da lei (no caso a reintegração de posse) enquanto ele próprio - o Estado - não se desincumbir, pelo menos razoavelmente, da tarefa que lhe reservou a Lei Maior. Ou seja, enquanto não construir - ou pelo menos esboçar - "uma sociedade livre, justa e solidária" (CF art. 3º, I) erradicando "a pobreza e a marginalização (III), promovendo "a dignidade da pessoa

humana" (art 1º, III), assegurando "a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça Social" (art.170), emprestando à propriedade sua "função social" (art. 5º, XXIII e 170,III), dando à família, base da sociedade, "especial proteção" (art.220) e colocando a criança e o adolescente "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, maldade e opressão" (art.227) enquanto não fizer isso, elevando os marginalizados à condição de cidadãos comuns, pessoas normais, aptas a exercerem sua cidadania, o Estado não tem autoridade para deles exigir - diretamente ou pelo braço da Justiça - o reto cumprimento da lei.

Num dos braços, a Justiça empunha a espada, é verdade, o que serviu de estímulo a que o Estado viesse hoje pedir a reintegração. Só que, no outro, ela sustenta a balança em que pesa o direito. E as duas - lembrou Rudolf Von Jhering, há mais de 200 anos - hão de trabalhar em harmonia.

"A espada sem a balança é força brutal; a balança sem espada é a impotência de direito. Uma não pode avançar sem a outra, nem haverá ordem jurídica perfeita sem que a energia com que a justiça aplica a espada

seja igual a habilidade sem que maneja a balança."

Não é demais observar que o compromisso do Estado para com o cidadão funda-se em princípio que tem matriz constitucional.

Verdadeiros dogmas de cuja fiel observância dependem a eficácia e a exigibilidade das leis menores.

Se assim é - vou repetir o raciocínio - enquanto o Estado não cumprir a sua parte (e não é por falta de tributos que deixará de fazê-lo), dando ao cidadão condições de cumprir a lei, feita para o homem comum, não pode de forma alguma exigir que ela seja observada, muito menos pelo homem "incomum".

Mais do que de deslealdade, trata-se de pretensão moral e juridicamente impossível, a conduzir - quando feita perante o Judiciário - ao indeferimento da inicial e extinção do processo, o que ora decreto nos moldes dos arts. 267 I e IV 295 I e parágrafo único, III, do CPC, atento à recomendação do art. 5º da LICCB e olhos postos no art. 25, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que proclama: *"Todo ser humano tem direito a um nível de vida adequado, que lhe assegure, assim como a sua família, a saúde e o bem-estar e, em especial alimentação, o vestuário e a moradia"*.

Quanto ao risco de acidentes na área, parece-me oportuno que o DNER sinalize convenientemente a rodovia nas imediações. Devendo ainda exercer um policiamento preventivo, a fim de evitar novas "invasões" (processo 95.0003154-0 - 8ª Vara Federal - Belo Horizonte/MG).

P.R.I. - Belo Horizonte, 03 de março de 1995 - Antonio Francisco Pereira - Juiz Federal da 8ª Vara

3. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

As ocupações de terras já foram objeto de decisões por parte dos tribu-

nais de segunda instância. O tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em decisão no Agravo de Instrumento, interposto pelos advogados do MST, para suspender uma decisão liminar de reintegração de posse, decidiu que:

"A questão discutida nos autos, além de envolver o interesse fulcrado no direito de propriedade, traz ao conflito o interesse social, ambos protegidos pela Constituição Federal, que gera hoje, em nosso país, grande discussão e conseqüências.

Dispõe o artigo 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil, que o Juiz, na aplicação da lei, deve atentar para os fins sociais e as exigências do bem comum. Neste diapasão, vislumbra-se na espécie, os relevantes aspectos e interesses em jogo, já que na área em disputa se encontram diversas famílias, inclusive com a presença de menores e adolescentes, o que tornaria imprescindível a presença do Ministério Público, o que não ocorreu.

Verifica-se, ademais, pelos documentos juntados aos autos, que tanto o proprietário da área como o INCRA, manifestaram interesse numa composição amigável, na busca de uma solução pacífica para a causa, o que parece estar sendo providenciado, em especial pelo segundo agente.

Portanto, diante da relevância dos interesses em jogo, atrelado aos fundamentos acima expostos, por vislumbrar a presença dos requisitos legais, podendo, ainda, advir dano irreparável às pessoas que se encontram na área, é que concedo o efeito suspensivo à decisão atacada, até que haja o pronunciamento final por esta Câmara, após regular instrução dos autos." (Agravo de Instrumento nº 99.685-6 - De Palmital - Vara Cível)

Ainda, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao manifestar-se acerca de uma ocupação de terras, ocorrida na Fazenda Giacommet Marodim,

no município de Laranjeiras, no dia 1º de agosto de 1996, decidiu que:

"(...) denota-se de uma leitura atenta as razões do agravo, bem como da documentação que o instrui, que este é mais um caso a exigir do magistrado extrema cautela, pelo fato de lidar com grave problema social que assola e envergonha a pátria, qual seja, a ausência de moradia e de terras a milhares de brasileiros. O artigo 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil, estipula que "Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum"; baseado neste dispositivo legal, é de considerar relevante a fundamentação contida nas razões recursais e onde se discute a real situação dos agravantes. Seriam ele esbulhadores comuns a serem tratados da mesma forma como aqueles que invadem propriedade alheia com o fito de auferir lucro, em prejuízo do proprietário, ou levados a adentrarem em terras de terceiros a fim de poderem sobreviver, bem como a sua família. Embora a diferenciação, em termos de texto legal, a lei deve ser, nas mãos de seu aplicador, um instrumento de realização do bem social e para tal devem ser perqueridas sua finalidade, procurando interpretá-la de forma a que venha a servir aos interesses sociais para se conseguir este resultado, e ela (lei) pode se dar a necessária elasticidade, numa tentativa de adaptá-la de conformidade com a realidade do presente, atendendo, como já dito, as necessidades sociais desconhecidas ou pouca conhecidas na força de sua edição. Os autos noticiam a existência de menores no local, desconhecendo este julgador se alguns deles totalmente desamparados, órfãos ou sem orientação de responsável e o que é público de qualquer forma, a execução do mandato resultaria conseqüências graves e imprevi-

síveis e, por isso, a melhor solução será, por certo, a aplicação do disposto no artigo 550, do Código de Processo Civil, qual seja, a de suspender o cumprimento de decisão até o pronunciamento definitivo da Câmara, na esperança de que, nesse interregno, seja encontrada uma solução pacífica e justa que venha a contentar os contendores. Atente-se, neste particular, a existência de negociação a respeito, comunique-se ao juiz tal decisão, entendendo como desnecessária a requisição de informações, intime-se a agravada, por ofício dirigido ao seu advogado e obedecidos os demais requisitos previsto no inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil, para que responda, no mesmo prazo acima assinalado.” (Agravo de Instrumento nº 96.00000295 - TJPR - 2ª Câmara Cível)

4. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

Nossos Tribunais de Justiça têm decidido que, em havendo controvérsia a respeito da propriedade ou da posse, o crime de esbulho possessório inexistente. É o que se infere do acórdão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, transcrito abaixo:

“Sendo indubitosa a existência de controvérsia a respeito da propriedade e posse da área em litígio, existindo inclusive, ação de manutenção de posse em curso e movida pelo querelado contra os querelantes, e estatuinto os tipos penais citados que a invasão ou introdução de animais ocorra em imóvel alheio, é de se rejeitar desde logo a queixa assim formulada, por serem atípicos os fatos nela descritos” (TJMS - Rec. - Rel. Pereira Rosa - RT 545/405).

5. Tribunal de Alçada Civil do Estado do Rio Grande do Sul - Câmara de Férias

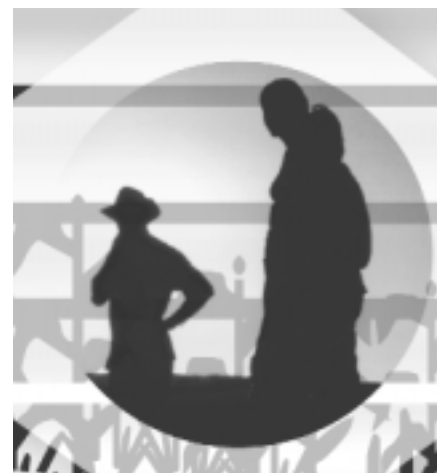
Em julho de 1997, aproximada-

mente 300 famílias participaram de uma ocupação de terras no município de Santo Antonio das Missões, Rio Grande do Sul. Os advogados do latifundiário conseguiram junto ao juiz local um decreto liminar de reintegração de posse. Todavia, como sói acontecer em 90% das decisões liminares em ação de natureza possessória, havia falhas. Por provocação dos advogados do MST, o Tribunal de Justiça cassou a liminar concedida. Vejamos os argumentos:

“A questão trazida pelo recurso é, a meu ver, a mais importante de todas que estão a desafiar o futuro do país. Desde séculos, a questão agrária vem afrontando o descortino e a desenvoltura dos governos, que somente em poucos e fugazes momentos revelaram algum desassombro e alguma clarividência, no sentido de avançar no sentido da solução do conflito agrário ou, pelo menos, minorar os efeitos deletérios da sua presença inercial na história do nosso sofrido e lento desenvolvimento econômico e social.

Os movimentos populares proliferam clamando por solução. Em todo o território nacional, realizam manifestações, reclamam providências, suplicam por ações políticas, esperam por décadas e décadas. Objetivamente pouco, ou quase nada, tem sido feito. Os gestos governamentais são pequenos e seus efeitos menores. O problema não apenas continua sem solução. Aumenta, cresce e a situação se torna, cada vez mais, insustentável.

A realidade está a mostrar eloqüentemente que há multidões de brasileiros esperando para trabalhar a terra. Essa realidade não se transforma se não for tomada uma decisão política de alta envergadura social, definitiva e permanente, para que se pacifique o grande conflito da nação, cuja suplantação somente se dará



pela opção pelos necessitados com resultados benéficos, de toda a ordem, em favor da sociedade brasileira.

Rogando compreensão a essas considerações iniciais, feitas apenas para colocar o caso concreto na moldura política, social e econômica em que há anos vivemos, e, mesmo, para vincular esse despacho ao tempo atual da nossa história, como deve sempre fazer o magistrado. Ainda, para marcar a dimensão que obriga a uma visão diferenciada dos casos comuns, para os quais, seguramente, foi a legislação concebida.

Não há, a meu ver, a menor censura técnica que se possa fazer à decisão agravada. Está fundamentada em dispositivos adequados e é irretocável.

Todavia, como se sabe, não se tem notícia do que alguma dessas ocupações, de per si, tenha determinado a alteração da posse, perdendo-a o titular do domínio para os possuidores, assim introduzidos na terra. Trata-se, como se sabe, de iniciativas que visam precisamente concretizar o conflito, torná-lo real, para assim, sacudir as consciências adormecidas. Como diz o Min. Luiz Vicente Cernichiaro, citado pelos agravantes, o que há é “pressão social para concretização de um direito (pelo menos - interesse), na qual, substancialmente, não há ilícito algum”.

Daí a razão, por demais conhecida, que recomenda sejam as providências

de desocupação tomadas com todas as cautelas e, mais, com o vagar necessário, sem desproteger o direito do proprietário, para que os efeitos e os rendimentos da ação sejam colhidos, sob pena de nada se fazer, nada ser feito, no sentido de dar vida a um direito inscrito no texto da Constituição Federal.

Não é, por óbvio, o Poder Judiciário a caixa de ressonância das movimentações sociais. Mas, também, surdo e mudo não é. Está ele integrado na organização do Estado para cumprir funções e uma delas, sem dúvida, é responder aos reclamos da sociedade. Talvez, a mais importante. Assim, aqui desembocando o conflito, a ele cabe, além de aplicar a lei, aplicá-la em consonância com a aspiração social.

Não se pense que, assim agindo, está-se a invadir esfera de outros poderes. Não se conhece governante, parlamentar ou qualquer político que se declara abertamente contra a Reforma Agrária. Todos a querem. Ninguém a faz. A conformidade do magistrado a essa expectativa nacional nada mais representa do que a resposta que lhe cabe dar.

Nesse contexto, a presença e a participação do Ministério Público em demandas dessa natureza são imperiosas, na medida em que a visão demandada desse órgão oportunizará no feito a defesa de direitos e interesses outros, não apenas aqueles contidos na estrita relação processual que vincula possuidores e proprietários. A Constituição Federal, aliás, dotou o Ministério Público de funções maiores e de alta relevância na proteção do interesse público. Esse interesse está, como em poucos casos, eloqüentemente presente na espécie. Tão imperiosa e valiosa é a presença do Ministério Público que deve ser ele convocado desde o início da demanda, para que, desde logo, esteja ela, lide, impregnada da

visão publicista ao magistrado melhores e mais amplos elementos de convicção para decidir.

Por fim, pedindo vênias para as opiniões contrárias, penso que, posto tecnicamente irretocável, como já foi dito, a decisão recorrida, em razão da densidade social e do relevante interesse público que estão o informar a controvérsia, deve o disposto no inciso III do artigo 82 do CPC receber interpretação ampla e, particularmente, afeiçoada e direcionada à natureza excepcional dos fatos, com vistas a intervenção do Ministério Público.

Com essas considerações, deferindo os pedidos contidos nas letras a) e b), dou efeito suspensivo ao recurso, para que, cassando a decisão agravada, seja oportunizada a intervenção, desde logo, do Ministério Público, na forma pleiteada". (*Porto Alegre, 25 de julho de 1997 - Perciano de Castilhos Bertoluci - Juiz da Alçada Plantonista - Agrav. de Instr. nº 197144462*).

5. Superior Tribunal de Justiça

Em março de 1996, o Superior Tribunal de Justiça, em decisão no "*habeas corpus*" impetrado para livrar seis trabalhadores rurais que encontravam-se encarcerados na região do Pontal do Paranapema, o Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, discorrendo acerca do esbulho possessório e das ocupações de terras aduziu:

"O despacho de prisão preventiva, com fundamentação alentada, projeta uma realidade social. Divisou, na conduta da Paciente insubordinação às regras jurídicas. Do ponto de vista formal, isso acontece. Não há, entretanto, a configuração do esbulho possessório, ou de alteração de limites." (HC. 4.399 - SP - 6ª Turma - j. 12.03.96)

A "*priori*", a decisão acima já basta para espancar qualquer celeuma em torno da ocorrência ou não de crime nas ocupações de terras, haja vista que

a jurisprudência acima, emanou da mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro para o caso em tela.

Mas o Superior Tribunal de Justiça, através de seus Ministros foi além, considerou as ocupações de terras como legítimas formas de exigibilidade dos direitos assegurados na Constituição Federal. Senão vejamos:

"(...) O fato precisa ser analisado em seu contexto, coordenando a sua motivação. Aceito as considerações do M.M. Juiz de Direito, encampadas pelo v. acórdão. Todavia, com o devido respeito, confiro-lhes definição jurídica deferente. Invoque-se a Constituição da República, especificamente o Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira - cujo Capítulo II registra como programa a ser cumprido a - Reforma Agrária (art. 184 usque 191).

Evidente, essa norma tem destinatário. E como destinatário, titular do direito (pelo menos - interesse) à concretização da mencionada reforma.

A demora (justificada ou injustificada) da implantação gera reações nem sempre cativas à extensão da norma jurídica.

A conduta do agente do esbulho possessório é substancialmente distinta da conduta da pessoa com interesse na reforma agrária.

Atualmente a culpabilidade é cada vez mais invocada na Teoria Geral do Delito. A sua intensidade pode, inclusive, impedir a caracterização da infração penal.

No esbulho possessório, o agente dolosamente, investe contra a propriedade alheia, a fim de usufruir um de seus atributos (uso). Ou alterar os limites do domínio para enriquecimento sem justa causa. No caso dos autos, ao contrário, diviso pressão social para concretização de um direito (pelo menos - interesse) (HC. 4.399 - SP - Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro)

Por seu turno, o Ministro Adhemar

Maciel, integrante da Turma que julgou o *“habeas corpus”*, fez inserir em seu voto as seguintes considerações acerca da criminalização das ocupações de terras:

“ O voto do Sr. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro impressionou-me sobre o aspecto jurídico-político da igualdade perante a lei e a igualdade na lei. Os autores alemães trazem estas duas expressões que em alemão talvez tenha mais sabor do que em português: “Gleichheit vor dem Gesetz” e “Gleichheit im Gesetz”. A igualdade foi apreçoada por Montesquieu, Rousseau e outros mais. Muitas vezes está na Constituição, na lei. Mas é puramente formal.

Pergunto, à medida que os fatos se desenrolaram, se não seria - o Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro enfocou bem - uma “reforma agrária de baixo para cima”, uma pressão social, já que o governo está “tranquilo” há não sei quantos anos - quando todas as nossas Cartas e as nossas Constituições estão apregoando a reforma agrária.

Lembro-me do livro “Lanterna na Popa”, do deputado Roberto Campos, no qual se diz que um dos atrasos do Brasil, em relação ao Japão, Taiwan etc. foi exatamente a não-reforma agrária oportuna.”

A conclusão óbvia que emerge da decisão proferida pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça é de que as ocupações de terras, na órbita do Direito Penal, não constituem crime, são legítimas, constitucionais e necessárias para fazer o processo de reforma agrária tramitar mais rapidamente.

Mas em certos casos (Pontal do Paranapanema/SP, por exemplo), alguns juizes, na ânsia desesperada de proteger o latifúndio improdutivo cometem ilegalidades. Porém, cometessem-nas apenas uma vez, seria até compreensível. Todavia, insistem em criminalizar as ocupações. Este é o caso da Comarca de Pirapózinho. Por

duas vezes o Poder Judiciário local buscou prender lideranças do MST, por duas vezes o Superior Tribunal de Justiça - STJ determinou que fossem colocados em liberdade.

No dia 8 de abril de 1997 a 6ª Turma do STJ, pela segunda vez, se reuniu para decidir sobre um pedido de *habeas corpus* em favor dos trabalhadores do Pontal do Paranapanema.

A decisão foi clara e contundente: as ocupações de terras estão protegidas pela Constituição Federal, são legítimas e necessárias.

Habeas Corpus nº 5.574/SP 97.0010236-0

Relator designado: Exmo. Sr. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro.

Impetrantes: Luiz Eduardo Greenhalgh e Aton Fon Filho.

Publicado no Diário Oficial de Justiça em 18/08/97.

“EMENTA

HC - CONSTITUCIONAL - *HABEAS CORPUS* - LIMINAR - FIANÇA - REFORMA AGRÁRIA - MOVIMENTO SEM -TERRA - *Habeas corpus* é ação constitucionalizada para preservar o direito de locomoção contra atual, ou iminente ilegalidade, ou abuso de poder. (...)

Movimento popular visando a implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o Patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático.

Opinião de Juristas

Para que não paire qualquer sombra de dúvida acerca da legitimidade das ocupações de terras, enquanto mecanismo de pressão pela realização da reforma agrária, passaremos a transcrever algumas opiniões de renomados juristas brasileiros.

1. Fábio Konder Comparato, advogado, doutor pela Universidade de Paris, professor titular da Faculdade de Direito da USP, autor de inúmeras obras, fundador e diretor da Escola de Governo, em fevereiro de 1996, por ocasião das prisões no Pontal do Paranapanema, em artigo publicado na imprensa de São Paulo, com o rigor que lhe é característico, manifestou-se contrário às prisões e à criminalização das ocupações de terras. *“In verbis”*:

“A pequena semana de glória que o jovem juiz de Pirapózinho se forjou ao aceitar a denúncia de crime de formação de quadrilha contra os dirigentes do Movimento dos Sem terra e ao mandar prender a mulher de um de seus líderes vai custar muito caro ao prestígio da magistratura, e é bom que assim seja. Quem sabe agora esse lamentável episódio, somado a tantos outros do passado recente, a começar pela recusa do Supremo Tribunal Federal em processar Fernando Collor, PC Farias e seus colaboradores justamente por formação de quadrilha, porá na ordem do dia a necessária e sempre adiada reforma do Poder Judiciário.”

Mais adiante o ilustre jurista esclarece que:

“No caso dos magistrado e dos membros do Ministério Público, a deficiência educacional não ocorre apenas no campo técnico - pela ignorância, muitas vezes, dos rudimentos da ciência do Direito -, mas aparece também e sobretudo no terreno ético, pela completa incultura cívica de grande parte dos homens e mulheres a quem foi confiada a missão de zelar pelo respeito aos valores básicos da cidadania.

É exatamente esse despreparo técnico, aliado à imaturidade cívica de nossos juizes e promotores, que se patenteia nos casos de conflitos fundiários. Da criminalização do Movimento dos Sem Terra de Pirapózinho

ao despejo à bala das famílias de posseiros de Corumbiara, passando pela expedição em série de centenas de interditos proibitórios contra os seringueiros do Acre a pedido de patrões e latifundiários, o que vem a furo, agora, é a disfuncionalidade de um poder que, em vastas áreas do território nacional, trabalha contra valores fundamentais de nosso regime político, dos quais é supostamente defensor”.

2. Hélio Bicudo, jurista, ex-promotor de justiça em São Paulo, membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh), autor do livro “Violência: O Brasil Cruel e sem Maquiagem” entre outros, em matéria de sua lavra publicada na Folha de S. Paulo, no dia 13.3.96, tratando da criminalização das ocupações de terras, manifestou-se afirmando que:

“Na consideração do problema fundiário não se pode, simplesmente, fazer uma abordagem técnico-jurídica, pretendendo, com semelhante procedimento, fazer justiça. Ora, “*summum jus, summa injuria*”. Hoje, o conceito de justiça não se pode apartar do conceito de solidariedade ou fraternidade, fomento que deve levedar todas as atividades humanas, para o aperfeiçoamento do conjunto da sociedade.

Não basta, para o recolhimento de uma pessoa à prisão, dizer-se que a ordem pública está ou foi extremamente abalada. Que ordem pública? Essa “ordem” que oprime e exclui? Mas essa não pode, evidentemente, ser considerada ordem pública, porque contém em si o contrário: a desordem. Como falar-se em ordem pública quando não se busca a construção de uma política voltada para o estabelecimento dessa mesma ordem pública?”

3. José Paulo Bisol, senador da república, ex-desembargador do Tribu-

nal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, enfocando a reforma agrária e a luta do MST através das ocupações de terras, sustentou que:

“A necessidade da reforma agrária é, curiosamente, uma unanimidade nacional. Como explicar, então que ela não tenha sido feita? Como compreender que outras reformas, como a Constitucional, que não respondem a qualquer unanimidade nacional foram realizadas com a incisividade e a determinação que testemunhamos? É trágico que a resposta seja brutalmente simples: a reforma agrária interessa aos pobres, ao povo e as outras interessa aos ricos.

(...) A reforma agrária sem referente do discurso do Poder tem dupla eficácia: ao mesmo tempo que funda sua necessidade, proíbe a sua realização. Isso estabelece, entre o Poder e os sem-terra um diálogo surdo e absurdo, pois os dois falam linguagens diferentes como se falassem uma linguagem comum. Mas a observação desse fato põe a nú uma evidência: no Brasil não há discurso político que dispense a reforma agrária. Isto é, não há consciência política que não seja inclusive consciência da necessidade da reforma agrária. Quer dizer, há um lado positivo naquela unanimidade, por vazia que seja, a saber: entre nós, todo e qualquer projeto de transformação social que pretende fundar a solidariedade social erradicando a marginalização e a miséria começa pela reforma agrária.

O sem-terra é um pária, está fora da sociedade, não tem acesso aos valores. O MST é uma coletividade de párias, certamente a única organizada, a mais consciente em relação a sua identidade e a seu sentido e por isso a mais competente. Aí está a contradição que a define: é uma coletividade de condenados que se fez sujeito da história para revogar a sua conde-

nação. Essa contradição mostra que os párias quando se organizam, pois, organizar-se é antes de mais nada inocular-se a substância social e ocupar um espaço social. O sem-terra que ingressa no MST simplesmente nasce: era um natimorto e adquire vida. E quando aprende o discurso do MST e o incorpora, ocorre um segundo milagre: ele adquire sentido e uma linguagem para expressá-lo na palavra e na ação.

(...) Gostaria de declarar aqui um compromisso pessoal perante a minha Pátria. O ato de ocupar os latifúndios é Justo. É necessário para fazer avançar a reforma agrária. É nobre e nos aproxima de Deus. Pois através disso vamos lutando pela Justiça aqui na terra. Que os sem-terras continuem ocupando todos os latifúndios. Se não fosse o MST, os sem-terras não passariam de uns párias da nossa pátria. É só através dele que Os sem-terras conseguem ser cidadãos.”(discurso proferido por ocasião do 3º Congresso Nacional do MST em Brasília, julho de 1995).

4. Plínio de Arruda Sampaio, jurista, advogado, ex-promotor de justiça no Estado de São Paulo, secretário da Casa Civil no Governo Carvalho Pinto, sobre ocupações de terras, preleciona:

“As ocupações de fazendas no Pontal do Paranapanema têm sido apontadas como “*graves atentados ao direito de propriedade*”. Defensores desse direito, indignados, propõe penas de prisão para os autores de tão “*nefando crime*”. Como esta versão atende aos interesses de gente poderosa, tem tido grande circulação. Acontece que ela é falsa. No Pontal do Paranapanema há poucos proprietários e estes não são certamente aqueles cujas terras estão sendo ocupadas. A razão é simples. Toda essa imensa área roubada dos índios Caiowá e Caingang, foi, primeiro, um grande

“grilo”- o “grilo Pirapó”- Sto. Anastácio” ou “grilo mãe” - e, a partir de 1947, uma reserva florestal foi criada pelo interventor Fernando Costa.

O “grilo mãe” surgiu no século passado. Em 1886, o governador de São Paulo, Visconde de Parnaíba, mandou processar criminalmente o pretense dono dessas terras e o escreveu que lhe forneceu os documentos falsos para fundamentar a pretensão. Em 1923, o desembargador Alcides Ferrari julgou imprestáveis todos os títulos de propriedade referentes à área, por se tratar, toda ela, de terras devolutas.

(...) Os sem terra sabem que se esperarem quietos, a terra não lhes será entregue NUNCA. Decidiram pressionar. Pressão legítima diante da inoperância do estado. Ruy Barbosa dizia que os conservadores recusam-se a fazer mudanças quando o povo pressiona, porque não se pode mudar sob pressão e recusam-se a fazer mudanças quando o povo não pressiona, porque, se o povo está quieto, por que mudar?

E ainda há gente que em vez de denunciar uma sociedade omissa diante de gerações e gerações de meliantes, tem o displante de pedir cadeia para quem luta por dez hectares de terras a fim de escapar da miséria abjeta. É muita “cara de pau”!

5. Antonio Jurandir Porto Rosa, ex-defensor Público-Geral da União, jurista, advogado, analisando as ocupações de terras promovidas pelo MST, assim manifestou-se:

“As invasões de terras rurais que vêm ocorrendo no país produzem inquietação e alarma social. Suas causas são sociais e denunciam o sistema fundiário anacrônico, injusto e presentemente explosivo. Mas, no plano legal, há ofensa aberrante a princípios constitucionais expressos na Carta Magna, que retiram dos invasores sem terra o

caráter de ilegalidade se suas ações. Corresponde, no Direito Penal, à legítima defesa ou ao estado de necessidade, circunstâncias excludentes.

Se, por um lado, os sem terra estivessem a violar o art. 499 do Código Civil, ou seja, o direito do latifundiário de ser mantido ou restituído na posse, este violaria preceito superior, de nível constitucional, o da função social da propriedade”.

6. O Próprio Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em discurso perante uma comissão de representantes do Movimento Grito da Terra Brasil, em 19 de março de 1997, referindo-se às ações dos movimentos sociais pela reforma agrária disse:

“(…) Como presidente, eu, talvez, não devesse dizer nada. Como sociólogo, eu devo dizer: precisa desta luta. Quer dizer, quando há uma luta para que haja um melhor atendimento e tal, eu sei que essa luta é necessária, não é? Apenas... Claro, é preciso que se compreenda, também, que esse governo tem esta atitude. Ela sabe que essa luta é necessária e ele tenta fazer o que pode. Não é um governo e portas fechadas. É de portas abertas. E sabe o governo também que precisa



dos movimentos para que as coisas avancem. (O Estado de São Paulo, 20/03/97).

VIOLAÇÕES - VIOLÊNCIA NO CAMPO EM 2002

Os dados dos conflitos no campo registrados pela Comissão Pastoral da Terra, durante o ano de 2002, mostram que o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso foi particularmente violento para os(as) trabalhadores(as) do campo. O número de assassinatos em conflitos por terra, 38, foi igual ao de 1998, e somente inferior ao de 1996, quando foram registradas 46 mortes. É bom lembrar que 96 foi o ano em que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 sem-terra foram mortos e 69 feridos.

No ano passado, enquanto a opinião pública se voltava para a Copa do Mundo e, logo em seguida, se envolvia no processo eleitoral, no campo, os conflitos assumiam uma intensidade muito forte para as famílias que buscavam um pedaço de terra. Os números de assassinatos tiveram um aumento de 30% em relação ao ano anterior, 2001, quando 29 pessoas morreram. É o maior número desde 1996. O Pará continua ostentando o primeiro lugar com 17 assassinatos, seguido pelo Espírito Santo, que registrou 6 mortes (todas de uma mesma família). Depois vêm os estados de Mato Grosso, Pernambuco e Piauí, cada um com 3 assassinatos.

Tentativas de assassinato: A CPT registrou, no ano passado, o mesmo número de tentativas de assassinato, 37, que em 2001. Já os mortos em consequência de conflitos aumentaram. Foram 8 em 2002, contra 1 em 2001. No ano passado aconteceram 217 ameaças de morte, enquanto em 2001 foram 132. Os dados ainda mostram que 20 pessoas foram torturadas

em 2002, contra 15 em 2001, e 28 pessoas foram ameaçadas de prisão, contra 27 em 2001. Os números de 2002 só são menores ao se tratar de prisões, que no ano passado foram 187, contra 254 em 2001; e os agredidos fisicamente, que chegaram a 22 contra 40.

Os números de 2002 registram ligeira queda nas ocorrências de conflitos. Em 2001 foram 880, enquanto no ano passado houve 827. Há também redução do número de acampamentos e ocupações. As ocupações, que em 2001 somavam 194, em 2002 foram 160. Em 2001, foram criados 65 acampamentos, contra 58 em 2002. Houve retração destas ações por parte dos trabalhadores durante o período eleitoral.

Aumento assustador de trabalhadores escravos - O que mais chama a atenção, nos dados de 2002, é o crescimento, pode-se dizer "assustador", do número de trabalhadores em situação de escravidão. Foi o maior número de ocorrências, 148 casos, desde que a CPT começou o registro. No ano passado, 5.665 pessoas adultas foram submetidas a esta condição. Como nos anos anteriores, o Pará concentra o maior número de casos, 117, com 4.333 trabalhadores escravos. Em seguida vem o Maranhão com 12 casos, envolvendo 432 pessoas, e o Mato Grosso, com 11 ocorrências, atingindo 723 trabalhadores.

O impressionante é que o aumento do número de ocorrências e de pessoas submetidas à condição de escravidão aconteceu no mesmo ano em que o governo criou a Comissão Especial de Combate ao Trabalho Escravo e Infantil, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado ao Ministério da Justiça. A criação desta Comissão, apesar da boa vontade e do empenho das pessoas nela envolvidas, não foi capaz de deter

o avanço desta triste realidade.

A impunidade é um dos principais fatores para a continuidade do trabalho escravo no Brasil. O aumento dos casos identificados não significa que a ação do Estado tenha sido mais eficaz que nos outros anos. Em 2002, menos da metade das propriedades denunciadas, com fundamentação, foi fiscalizada pelo Grupo Móvel. Este grupo fiscalizou no Pará somente 36% das fazendas denunciadas (42 sobre 117) e libertou somente 31% dos trabalhadores (1.346 sobre 4.333).

Sobre os dados: A Comissão Pastoral da Terra registra com cuidado, desde 1985, os conflitos que acontecem no campo. O levantamento é feito através da pesquisa primária, realizada pelos próprios agentes da CPT, e da pesquisa secundária, com informações coletadas na imprensa. Este ano, a Comissão está divulgando os dados antecipadamente (preliminares). Os números farão parte do caderno de Conflitos no Campo 2002, que será publicado pela CPT em abril. Todos os anos a entidade edita este livro que se tornou um documento de referência para diversos setores brasileiros. No ano passado, o caderno foi reconhecido como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT).

A CPT foi criada em 1975 para atuar junto aos trabalhadores/as rurais. A entidade apóia a organização dos camponeses e denuncia casos de injustiça e violência.

SEM CONCLUSÃO

Muita gente quanto ouve falar em Sem-Terra imagina que são os trabalhadores rurais, os meeiros ou os parceiros que não têm terra.

Sem-Terra tornou-se nome próprio. Nome de trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para

transformar a sociedade.

Sem-Terra tornou-se sinal do resgate da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras chamados vagabundos, chutados de um canto para outro. Conquistou, pela sua opção de entrar na luta, uma identidade: sou Sem Terra. Tornou-se, por causa do MST, um cidadão respeitado. E o MST nada mais é do que centenas de milhares de Sem-Terra.

A sociedade atual, chamada de neoliberal, exclui os mais pobres, deixando-os sem trabalho, sem direitos e sem dignidade. O MST, aos poucos, consegue resgatar esta dignidade: consegue fazer seus documentos e registrar os filhos; aprende a ler e escrever a realidade e vê os seus filhos participando da Escola; consegue um teto para a família. Mas isto é pouco.

A Via Campesina Brasil, composta por diversos movimentos do campo, entregou, a 28 de novembro de 2002, uma pauta emergencial de reivindicações para o primeiro semestre de 2003.

Ela foi entregue a José Graziano, da equipe de transição do presidente eleito, Lula, em Brasília, onde a Via Campesina estava reunida. A pauta pede o assentamento imediato de todas as famílias acampadas e a inclusão destas no programa Fome Zero do governo eleito. Para as famílias já assentadas, são reivindicados os créditos e assistência técnica para que todas as famílias possam produzir, contribuindo assim no combate a fome.

Com relação ao MST, a luta continuará contra o latifúndio e contra a fome em 2003.

De acordo com João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional, "enquanto houver famílias sem terra, as ocupações irão continuar; enquanto houver terra que não cumpra a função social, o MST estará presente".

Só conseguiremos nossos objetivos quando a Reforma Agrária for uma luta de todos.

Dr. Francisco Fausto Paula de Medeiros

Presidente do TST



*Por Antônio Ponciano Bezerra**

Natural de Areia Branca (RN), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, trabalhou como jornalista e como professor de Filosofia, na rede estadual de sua terra natal. De vasta experiência na área jurídica: de juiz do trabalho, no interior de Pernambuco, à presidência do TST, o Dr. Francisco Fausto fala, com muita tranquilidade, de sua trajetória profissional, não raro, atravessada por muitas dificuldades. Dr. Francisco Fausto concedeu esta entrevista à *Universidade e Sociedade*, posicionando-se sobre um tema, “uma chaga”, como ele mesmo o denomina, que é o trabalho escravo no Brasil de hoje. Acessível, inteligente, corajoso, o atual Presidente do TST, nesta entrevista, convoca a sociedade civil ao exercício de cidadania, na tarefa de combater veementemente à prática do trabalho escravo no país.

“O trabalho escravo é uma caixa-preta que, quando for aberta, vai escandalizar o país” (Dr. Francisco Fausto)

US: *De início, o senhor poderia falar sobre a sua trajetória profissional até assumir a presidência do TST.*

Ministro: São 42 anos de magistratura trabalhista. Não vou detalhar nada disso porque senão vamos perder a entrevista toda falando dessa coisa. Comecei a minha magistratura em Pernambuco, aliás ainda sou da jurisdição do Tribunal de Pernambuco como suplente e juiz do trabalho em Natal, na suplência da junta de Natal, naquela época havia suplência. Depois, eu passei a ser juiz substituto, funcionando em Recife, no interior de Pernambuco. Mais tarde, fui titular da única junta do Rio Grande do Norte, que era a junta de Natal e, em 78, fui para o Recife promovido como vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, porque não havia Tribunal nem na Paraíba, nem no Rio Grande do Norte. A jurisdição era pernambucana. Entre 78 e 89, em Pernambuco, cheguei à vice-presidência do Tribunal de Pernambuco. Estava para ser presidente em janeiro, mas em novembro vim para Brasília. Tomei posse aqui como ministro, eu e mais alguns ministros criados pela Constituição de 1988. Daí ocupei a presidência de turma, depois o cargo de Corregedor Geral da Justiça do Trabalho e vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e agora, a partir de março do ano passado, passei a exercer a presidência efetivamente.

US: *Já, nesse período, o senhor tinha alguma preocupação com essa questão do trabalho escravo no Brasil?*

Ministro: Não, absolutamente. As notícias sobre o trabalho escravo eram muito esparsas. Quem me trouxe a notícia do trabalho escravo aqui, na presidência do Tribunal Superior do Trabalho, foi uma comissão composta por representantes da Pastoral da Terra, do Ministério Público, da OAB e da OIT. Eles me trouxeram a notícia da exis-

tência do trabalho, sobretudo, no sul do Pará, com provas contundentes sobre essa questão e me pediram ajuda. Imediatamente, eu comuniquei à imprensa falada, escrita, televisiva, falei, sobretudo, na televisão, combatendo o trabalho escravo, dizendo que era uma chaga, que era um atentado, que era uma chaga que precisava ser extirpada do trabalhismo brasileiro. Isso teve repercussão, de modo que o Tribunal Superior do Trabalho passou a ser um parceiro importante nesse combate.

US: *Quais as primeiras providências concretas que o senhor tomou, para conhecer realmente o problema, a dimensão desse problema?*

Ministro: Eu pedi aos Tribunais Regionais do Trabalho, a todos eles, que me informassem sobre a existência do trabalho escravo. Pedi igual providência às Procuradorias Regionais do Trabalho. Imediatamente, propus a criação de varas do trabalho itinerantes, e pensava mais na Amazônia, sobretudo na Amazônia legal, mas principalmente a partir das áreas de selva, porque é na selva que o trabalho se desenvolve, que o trabalho escravo tem mais desenvoltura. Essa vara do trabalho itinerante percorreria toda a área amazônica, provavelmente por vias fluviais, mas sempre acompanhada da Polícia Federal, do Ministério Público e do Trabalho e de inspetores do trabalho, através de um juiz do trabalho, é claro, e seus funcionários que iriam procurar o trabalho escravo aonde ele estivesse. Eu queria a justiça procurando essa gente, porque o trabalhador escraviza-

do não tem uma condição de cidadania, não tem consciência disso; ele é escravizado porque precisa, porque passa por um estado de necessidade premente, a partir da precarização do emprego promovida pela política de globalização econômica que, no Brasil, tem um instrumento político muito eficiente que é o neoliberalismo. Esse instrumento precarizou o emprego de tal maneira que muitas pessoas, principalmente no Nordeste brasileiro, mas também em outras partes do Brasil, passaram a aceitar qualquer tipo de emprego. Principalmente de madeiras do sul do Pará. Isso ocorreu de maneira, infelizmente, abaixo de qualquer condição ética.

US: *O senhor dispõe de um mapeamento mais concreto dessa realidade para além do Pará e do Nordeste?*

Ministro: Nós temos sim. Foi detectado trabalho escravo em toda parte do Brasil, não foi só apenas no Norte do país, no Nordeste, não é só no Maranhão, que faz parte da Amazônia legal, mas em todo Nordeste também foi detectada a presença de escravagistas, fazendeiros escravagistas. Há também a presença de escravagistas em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em São Paulo-capital e no Rio Grande do Sul, numa cidade chamada Vacarias. Em Santa Catarina, numa cidade chamada Lages. Em vários lugares do Brasil. Aqui, no Centro-Oeste, essa exploração é muito disseminada, infelizmente. Isso aconteceu porque, até agora, falta vontade política para combater o trabalho escravo.

US: *O que caracteriza o trabalho escravo?*

Ministro: Vou deixar bem claro o seguinte: o trabalho escravo não pressupõe necessariamente a existência de grilhões, pelourinho etc., não é isso. Embora, segundo denúncias da Pasto-

ral da Terra, feitas publicamente, nas proximidades dessas fazendas que escravizam terem encontrado, nesses lugares, ossadas humanas, o que pressupõe a existência, por exemplo, de repressão física contra o trabalhador. Mas o trabalho escravo é todo aquele que é desempenhado abaixo dos limites da CLT, fixado pela CLT, em matéria de higiene, trabalho, medicina do trabalho, salário, alimentação, enfim, essas condições que dão dignidade à pessoa humana. Daí porque quando hoje essa onda avassaladora de pessoas, algumas de maneira suspeita, defendendo a extinção da CLT, a flexibilização das leis trabalhistas, isso nos deixa estarecidos. Porquê? Por que é a CLT, o cumprimento da Lei Trabalhista, que afasta a possibilidade do trabalho escravo. A Lei Trabalhista é que garante a dignidade do trabalhador. Essa é que é a verdade.

US: *Que expediente tem sido encaminhado concretamente às autoridades trabalhistas para assegurar o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho? Existe alguma coisa nesse sentido?*

Ministro: Eu fiz um apelo veemente a todos os Tribunais Regionais do Trabalho, no sentido de que dessem prioridade absoluta aos processos que tratam de danos morais, ação civil pública por danos morais, em virtude do trabalho escravo. Algumas sentenças já foram proferidas, felizmente, na Justiça do Trabalho. Porque, veja bem, se nós temos competência para a questão trabalhista, é claro, temos competência para danos morais. É uma decisão do Supremo Tribunal Federal, inquestionável hoje, mas não temos competência para a matéria penal. Como é que fica a matéria penal? Alguns juízes federais dizem: a competência é do juiz estadual; o juiz estadual rebate: não, a competência não é da justiça

estadual, mas esse caso é do juiz federal, porque é matéria da organização do trabalho. Assim, alguns juízes federais passaram então a admitir a sua competência. Mas qual foi a combinação? Condenaram, por exemplo, na Amazônia, no Norte do país, uma espécie de empregador escravagista a pagar 24 cestas básicas, em 24 meses. Ele mandou tudo de uma vez e continuou escravizando. O que está acontecendo agora? Depois da campanha que estamos fazendo contra o trabalho escravo, acho que não deveria ser uma campanha do TST, não deveria ser campanha da Pastoral da Terra, nem do Ministério Público; deve ser campanha do povo brasileiro. Então, o que é que faz o juiz do trabalho para aceitar a competência para julgar a questão de danos morais relativo ao trabalho escravo? Esses empresários têm sido condenados, graças a Deus. Mas é preciso uma pena maior. Tive conhecimento de um projeto do senador Ademir Andrade, do Pará, que determinou também o confisco de terras onde for encontrado trabalho escravo. Foi aprovado no Senado Federal, foi encaminhado à Câmara, só que chegou na Câmara e está engavetado. Eu fiz um ofício ao deputado Aécio Neves, que era então o presidente da Câmara, pedindo que desse prioridade na votação desse projeto. O jornal do Senado deu até um destaque muito grande, botou em manchete o meu pedido. A Câmara silenciou totalmente. Até hoje, eu não tenho qualquer notícia disso, mas não tenho dúvida nenhuma de que vou continuar insistindo. Essas coisas eu ignoro e continuo insistindo da mesma maneira.

US: *Quais as punições previstas em Lei para quem, explora esse tipo de mão-de-obra?*

Ministro: Não há, esse que é o grande problema. Não temos uma Legislação específica contra isso. Isso não é crime contra a organização do trabalho como diz a Justiça Federal, e fica o quê? Ficam condenando com cestas básicas. Nós, da Justiça do Trabalho, condenamos em danos morais. Nós, da Justiça do Trabalho, determinamos o pagamento das indenizações trabalhistas, mas isso não é o suficiente. Só é possível combater eficientemente o trabalho escravo no dia em que tomarmos a terra dos escravagistas e colocá-los na cadeia.

US: *Mesmo com esse trabalho que tem feito, o senhor acha que continuou o avanço ou houve alguma inibição nesse sentido?*

Ministro: O trabalho está sendo eficiente, na medida em que estão sentindo uma força contra eles. Essa força não existia antes. É como, se, de repente, você descobrisse, por outro lado, qual é seu adversário e que você não pode atuar de uma maneira criminosa o tempo todo. Realmente, acredito que tenha reprimido algumas dessas ações. Acho que mais do que reprimidas, elas estão dissimuladas e continua o trabalho escravo.

US: *Quais as barreiras oficiais ou extra-oficiais que impedem ou que estão impedindo, por exemplo, a erradicação, o controle, pelo menos, desse tipo de prática?*

Ministro: O Ministério do Trabalho tem algumas força-tarefas que se chama de grupos móveis do Ministério do Trabalho que atuam nessas áreas todas. Agora, o que o Ministério do Trabalho faz? Chega numa fazenda onde há escravos, trabalhadores escravizados, e o que eles fazem? Ficam ali de



plantão, libertam esses trabalhadores, quatro ou cinco dias depois, numa negociação difícil com o empregador, libertam esses trabalhadores e vão embora e, na hora em que o grupo móvel dá as costas, eles contratam outros, levam outros para lá, outra leva e continua tudo como antes. E como levam esses trabalhadores do Nordeste, principalmente, para lá? Levam o trabalhador, contratam esse trabalhador lá nas cidades nordestinas, põem dentro de caminhões, de qualquer transporte, levam para a selva. Esses trabalhadores não conhecem os caminhos da selva e quando chegam lá, os patrões estabelecem um critério que chamam lá de aviamento. O que é o critério de aviamento? O trabalhador já chega lá devendo muito dinheiro do transporte, da comida que comeu na estrada, no percurso, e já está devendo muito ao empregador. Lá compram em barracões do empregador. O empregador cobra o que quer por gêneros de primeira necessidade ou qualquer coisa. Então, a vida deles é uma bola de neve, não pagam nunca, não é possível pagar! De maneira que ficam sem salário e sem condições de sair porque estão devendo e não conhecem também os caminhos de volta.

US: *Esse mesmo processo de aviamento provocou a exploração e a escravidão na época da borracha.*

Ministro: Exatamente.

US: *O trabalho em regime de escravidão é uma constatação no setor privado, rural, em fazendas. Isso é também possível no setor público?*

Ministro: Não. Não conheço trabalho escravo no setor público. Falo no setor público dentro das estabilidades normais, institucionais, porque o setor público tem uma fiscalização mais rigorosa, ou seja, não pode contratar sem concurso, não pode fazer certo tipo de coisa. Tal trabalho é mais na área privada, sobretudo na área privada em fazendas madeireiras. No entanto, em São Paulo, numa camisaria, foi constatada a existência de trabalho escravo. O pessoal (o sul-americano, os bolivianos, venezuelanos) era levado para essa camisaria paulista e ali era escravizado, vivia em regime de escravidão. Há coisas terríveis. Nós tivemos aqui dois trabalhadores que vieram fazer denúncias, contaram coisas terríveis que aconteceram lá, que estavam acontecendo com eles. Eram escravizados, apanhavam, dormiam ao relento, não tinham o que comer. Isso foi divulgado. Para se ter uma idéia, o gado comia a mesma ração que esses trabalhadores escravizados.

US: *A televisão fez denúncias e o que foi feito nesse sentido?*

Ministro: Esses grupos móveis, como disse, chegam na fazenda e "libertam" o trabalhador. Vão embora. Eles voltam a trabalhar lá. Eles mesmo voltam porque não têm outra condição de trabalho. Depois que o neoliberalismo implantou uma política de precarização do emprego, o trabalhador está aceitando qualquer serviço para ganhar dinheiro.

US: *Uma das características do trabalho escravo seria a falta, o impedimento deles saírem do trabalho. Estão presos, não conseguem sair do trabalho. Como o senhor vê o caso das chama-*

das mucamas. No Nordeste, é muito comum pegar crianças, jovens, para serviço de babá, de empregada, e ficam o resto da vida ali. Às vezes, depois de muito tempo, passam a fazer parte da "família". Isso não tem um aspecto de trabalho escravo?

Ministro: O trabalho escravo, em princípio, é todo aquele que é desempenhado aquém dos limites éticos estabelecidos, para não dizer jurídicos, que fica uma expressão mais vaga, no limite ético da CLT. Evidentemente que temos, no Nordeste, esse tipo de trabalho, que é o trabalho infantil. Agora se estabelece uma diferenciação. Há famílias nordestinas que criam pessoas, chamadas crias de família, ficam com essas crianças, põem nas escolas, fazem tudo e a criança ajuda nos deveres de casa, nos serviços de casa. Mas entendo que isso é um trabalho infantil e que deve ser proibido, porque a criança não terá um desenvolvimento normal, a partir da obrigação de fazer esse tipo de tarefa, mas isso é uma outra história, a do trabalho infantil, preferia ficar, por enquanto, no trabalho escravo para não perder a bandeira.

US: *Quais os órgãos ou organismos nacionais e internacionais já acionados ou envolvidos, no sentido de denunciar, combater, fiscalizar e punir os agentes desse tipo de exploração?*

Ministro: Na área pública, de atuação do governo federal, de maneira modesta, há esses grupos móveis de trabalho. Para se ter uma idéia de como funcionam esses grupos móveis de trabalho, quando começamos a denunciar aqui, neste gabinete, a existência do trabalho escravo e a Revista Veja publicou uma reportagem sobre o trabalho escravo no Maranhão, numa determinada fazenda, de um determinado político, eu recebi, em Natal, num momento que eu estava de passagem, uma visita de alguns inspetores do tra-

balho integrantes desses grupos e me disseram que não tinham condições de apurar as denúncias, estavam imobilizados, o Ministério do Trabalho não tinha nem mais gasolina nem dinheiro para diárias e mandou-os de volta para os seus respectivos estados. E me contaram outros fatos, falaram sobre determinadas situações. Eu pedi que eles fizessem por escrito, não precisava assinar, pois eu não tinha como gravar aqueles relatos. Mandem-me, por escrito, eu também não vou assinar, mas vou mandar para a imprensa apurar tudo isso e mandei para a Folha de São Paulo. A Folha de São Paulo apurou, viu que era verdade e denunciou.

US: *Para além de seu trabalho, seu combate a essa prática, que entidades também agem nessa mesma direção?*

Ministro: Nós não temos uma providência segura sobre isso, na área pública. Algumas ONGs fazem trabalho nesse sentido. Mas eu diria que o grande trabalho está na mão dos que fazem a Pastoral da Terra. Esse é um grande trabalho. Em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, eu disse que louvava a atitude e o trabalho desses padres, eles recolhem na selva, nos seus desígnios, nos seus perigos, a coragem para enfrentar o problema. Então, são verdadeiros heróis desta batalha; no TST, nós somos coadjuvantes nessa peça sobre o trabalho escravo. Eles apenas fizeram referências ao Tribunal Superior do Trabalho e a sua atuação nessa área, mas sem dúvida nenhuma, parte deles, da Pastoral da Terra, do Ministério Público do Trabalho e de algumas ONGs. É muito importante a ação da Pastoral da Terra no combate ao trabalho escravo.

US: *O Brasil é referência como campeão na exploração do trabalho escravo. Existe um mapeamento, uma estatística, dessa problemática em ní-*

vel mundial?

Ministro.: Não. Existe alguma coisa esparsa, mas na verdade a grande incidência é no Brasil mesmo. Eu tenho receio de que, em junho deste ano, na OIT, tenhamos que enfrentar esse problema, porque sem dúvida isso tem uma repercussão muito negativa para o Brasil. Vamos ter que mostrar o trabalho e chegar lá e dizer: o TST está denunciando, a Pastoral da Terra está denunciando, a Justiça do Trabalho tem feito isso. E isso não é tudo. Teria de haver uma ação enérgica e só haverá essa ação enérgica no dia em que tivermos uma Legislação enérgica.

US.: *Quais as ações que o senhor pretende desenvolver, daqui para a frente, a fim de combater, em definitivo, essa situação do trabalho escravo no país?*

Ministro: Eu pretendo ativar a vara do trabalho itinerante. Eu pretendo renovar o meu apelo aos Tribunais Regionais do Trabalho para que dêem prioridade ao julgamento das ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, contra o empregador escravagista e pretendo continuar lutando no Congresso Nacional, fazer um lobby mesmo, pela aprovação do projeto do Senador Ademir Andrade, que determina o confisco de terras, tal como ocorre com a plantação de maconha. Pretendo fazer tudo isso e farei isso com muita disposição, colocando o TST à disposição dessa luta.

US: *Quais os canais de divulgação, de conscientização da sociedade que devem ser acionados para conhecimento nacional desse problema?*

Ministro: O grande canal, não tenho dúvida, é a imprensa. Mas temos participado de vários seminários, encontros nacionais de procuradores, advogados, juizes e agora também no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, onde fiz uma palestra sobre o trabalho escravo e fiz algumas denúncias sobre essa questão. Eu não tenho dúvida nenhuma de que vamos continuar nessa luta e vamos ter êxito, porque a grande questão é a seguinte: quem pode abertamente dizer que é a favor do trabalho escravo? Ninguém! E nós podemos dizer abertamente que somos contra o trabalho escravo, portanto, levamos uma vantagem muito grande sobre eles. Eles são uns marginais e nós não, nós somos a sociedade civil.

US: *Como o senhor vê a participação da universidade, já que ela pode se engajar nesse trabalho?*

Ministro: Acho que ela deve se engajar a partir da atuação dos professores, a partir da atuação dos alunos. Hoje, é preciso pesquisar, fazer levantamentos para chegarmos a um mapeamento de que precisamos, porque isso cresce muito, todo dia chegam denúncias. Devemos fazer a nossa parte com muita coragem, é isso que eu chamo de vontade política. Quando eu falo em vontade política, não me refiro apenas ao governo, me refiro à sociedade de um modo geral. Ela deve ter vontade política para combater, para resolver esse problema.

US: *Nesse contexto, acho que seria importantíssimo o envolvimento das centrais trabalhistas.*

Ministro: Eu não tenho nenhuma dúvida. Acho que as centrais trabalhistas devem começar a falar sobre isso, a

denunciar essa questão, é muito importante, enfim, é um movimento. Todos nós somos parceiros nessa luta, é um movimento integrado da sociedade civil. Só assim poderemos combater o trabalho escravo. Falta vontade política, faltou vontade política no governo anterior, poderia ter insistido na aprovação do projeto do senador Ademir Andrade. O projeto resolveria o problema. Ninguém quer ter suas terras confiscadas. Falta vontade política ao Congresso Nacional, pelo menos, da Câmara dos Deputados, que sequer deu resposta à solicitação que se fez e engavetou um projeto já aprovado no Senado Federal. Falta vontade política, isso não pode continuar assim, não vai continuar.

US: *A primeira jornada de debates sobre trabalho escravo no Brasil, com a participação de organismos internacionais como a OIT, propôs que tipo de resultado, encaminhamentos, para combater este problema?*

Ministro: Vamos deixar bem claro o seguinte: o que se propõe é o que estamos propondo: uma Legislação específica e rigorosa. Sem essa Legislação específica e rigorosa, inclusive definindo competência - e eu estou pleiteando à Justiça do Trabalho a competência para julgar matéria penal, porque nós julgamos a matéria trabalhista e a questão dos danos morais - não julgamos a matéria penal. Eu estou pleiteando, estou pedindo a competência da Justiça do Trabalho para isso, mas é tão difícil. Quando eu propus a criação da vara do trabalho itinerante para combater o trabalho escravo, fiz isso pela TV. Na semana seguinte, recebi um convite do Ministério da Justiça para participar de um comitê. Não fui, mas mandei o meu assessor para o debate. Eram várias pessoas em torno de uma mesa como esta e todo o debate se centrou na minha denún-

cia. E qual foi a conclusão? O presidente do TST deve mandar um projeto claro, definido e definitivo a respeito disso. E como fazer isso? O que tem que fazer? Tive uma semana para fazer isso. Ora, uma semana para preparar um projeto desse tipo. Então pedi ao Tribunal do Pará que fizesse um projeto, porque conhece a situação da selva e eu não conheço. Como duvidava que o Tribunal do Pará fizesse aquilo em uma semana, pedi à minha assessoria para bolar um projeto nesse sentido. Ficaram prontos, os dois chegaram, em uma semana. O meu assessor participou da reunião e apresentou projeto concreto do Presidente ao TST. Eles leram o projeto, ficaram assim, olhavam um para o outro, e depois disseram o seguinte: bom, então vamos tomar a seguinte providência: dentro de 40 dias, enviaremos uma comissão para estudar esse projeto. São uns loucos. É uma loucura. É preciso fazer alguma coisa muito claramente a respeito disso. Eu não tenho dúvida, fico até surpreso, porque se há um homem que escreveu muito sobre o trabalho escravo, como sociólogo e não como presidente, foi Fernando Henrique Cardoso. Essa questão do trabalho escravo, o combate deveria ter partido do governo, com todas as armas, inclusive na aprovação desse projeto. Porque, não tenha dúvida, empresário nenhum é sensível às liberdades civis, aos direitos dos trabalhadores, nada disso sensibiliza o empresário que escraviza. O que vai sensibilizar essa gente é a questão econômica, é tomar a terra, e, se possível,

botar na cadeia. Se fizer isso, acredito no combate ao trabalho escravo. Sem essas medidas drásticas, não há possibilidade de se combater o trabalho escravo no Brasil. Nós não temos mais um pernambucano como Joaquim Nabuco, que abandonou a vitoriosa carreira diplomática para ser advogado dos escravos no Brasil. Com toda a sua inteligência e cultura, ele sensibilizou a sociedade e conseguiu levantar grandes feitos. Até na escravatura negra, tenho um livro sobre isso, partiu do Nordeste a libertação, a abolição, partiu do Nordeste, depois do movimento do Amazonas, que começou mesmo no Amazonas, seguiu-se no Ceará, no Rio Grande do Norte, e foi feita por questões econômicas. Porquê? Porque, com a seca de 1877, diversos fazendeiros nordestinos perderam tudo, começaram a vender tudo, o gado, e terminaram vendendo os escravos para os paulistas. Os paulistas ficaram com o trabalho escravizado, e o Nordeste pagando salário aos trabalhadores que tiveram que contratar. Então, começou o movimento de libertação dos escravos por conta da competição econômica com São Paulo. O que sensibiliza essa gente? Então, o que é que sensibiliza é a questão econômica. Se confiscarmos as terras e impusermos multas enormes, vamos acabar com o trabalho escravo. Tudo no Brasil só acontece por conta da impunidade.

US: *O senhor acaba de dizer que é difícil encontrar alguém que faça a defesa desse problema do trabalho escravo. Um Congresso que não é sensível, que tipo de interesse está por trás dessa insensibilidade?*

Ministro: Vou deixar isso a critério da sua e da minha imaginação.

US: *O Presidente Lula disse que ia começar as reformas a partir de onde o Fernando Henrique tinha parado, es-*

pecificamente, a Reforma do Judiciário.

US: *Como o senhor está vendo essa questão?*

Ministro: Nós tivemos um trabalho muito grande na Reforma do Judiciário, até porque a Justiça do Trabalho passou por algumas situações difíceis com o projeto do deputado Aluísio Nunes, que extinguiu a Justiça do Trabalho, anexava a Justiça do Trabalho à Justiça Federal. Nessa época, eu fiz com Wagner Pimenta que era o presidente do TST - um grande trabalho de convencimento de deputados e senadores, fizemos até uma visita ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos recebeu no Palácio do Alvorada. Eu disse ao Presidente da minha insatisfação sobre anexar a Justiça do Trabalho à Justiça Federal. Isso não interessa à minha vocação para a Justiça do Trabalho. Temos uma história diferente, a nossa origem é muito bonita, ampliada pelo movimento político de Getúlio Vargas, com o apoio intelectual de um grande socialista que foi Joaquim Pimenta. Passamos por situações difíceis, a partir de 64, por exemplo. Vários juizes do trabalho foram presos sob acusação de que só decidiam a favor do empregado. Durante o regime militar, a Justiça do Trabalho foi o grande fórum para exercício da cidadania do trabalhador brasileiro. Nós nunca deixamos condenar direitos que a CLT estava propondo, é claro que se encontra um juiz ou outro que claudica. Em todas as áreas há isso. Mas de modo geral, a Justiça do Trabalho exerceu esse papel, tem história, tem destino e não pode acabar. Vamos enfrentar esse problema de novo, não tenho dúvida nenhuma. Não acredito que a tese da extinção da Justiça do Trabalho volte com tanta intensidade, até porque, politicamente, ela é muito importante hoje, no país. Algumas questões que permanecem, como a questão de competência, da ampliação da compe-

tência, porque não queremos ter competência apenas no que diz respeito à relação de emprego, queremos ter competência no que diz respeito à relação de trabalho, inclusive competência para julgar o servidor público. Temos mais sensibilidade social para esse tipo de julgamento, porque o juiz do trabalho tem uma grande diferença em relação ao juiz da justiça comum. Getúlio Vargas criou a Justiça do Trabalho e instituiu a representação classista. Porque é que ele instituiu a representação classista? Por que o advogado é um homem do mundo político, um homem operador dos direitos da época, trazia todas aquelas idéias de Coimbra, aquelas idéias humanistas, em alto nível e provavelmente não iriam compreender as situações regentes no Brasil com a industrialização que se iniciava. Daí, colocou os classistas para informar ao juiz sobre essa situação de trabalhador. O juiz ia formando uma opinião, para propor a decisão. Essa é a origem da representação classista. Foi por isso que a CUT pediu a representação classista. Depois, a representação classista infelizmente degenerou. Degenerou por uma série de privilégios. Sou contra a flexibilização das Leis de Trabalho. Como flexibilizar com um sindicato que temos? Entregar o sindicato ao poder da legislação do trabalho? Centenas de sindicatos foram criados somente para indicar o juiz do trabalho, não fazem outra coisa na vida. Outras centenas, muitas centenas, foram criadas apenas para receber os favores do imposto compulsório, atrelados ao governo, nada mais do que isso. O que acontece? O juiz do trabalho é um pouco floriano na consciência, ele próprio tem



uma consciência sociológica muito grande, hoje é especialista em sociologia jurídica, que é o que pretendia Joaquim Pimenta. O juiz do trabalho decide a matéria trabalhista, que é praticamente idêntica à do servidor. Eu sou um trabalhador como qualquer um, me considero um trabalhador, o privilégio da autoridade judiciária não me tira essa condição. Não sou um profissional liberal que ganha centenas e centenas de dinheiro, ganho um salário fixo, tenho minhas obrigações etc. Então, é muito mais fácil à Justiça do Trabalho julgar esse trabalhador do que a justiça comum. O juiz da justiça comum tem mentalidade fazendária muito forte, nós não temos essa mentalidade, nossa mentalidade é trabalhista. A mentalidade fazendária leva geralmente o juiz a decidir em favor do Estado. E não é esse o relacionamento com a Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho prima pela justiça social, principalmente pela justiça social. Espero que ela continue fazendo isso pelo resto do tempo.

US: *Um dos objetivos da Reforma Judiciária, posto já há algum tempo, inclusive pelo senador Antônio Carlos Magalhães, era de agilizar os trabalhos do judiciário. São famosos os processos que demoram anos e anos, perde-se até a rescisória. Nessa reforma, há algo previsto que venha a ace-*

lerar o andamento desses processos?

Ministro: A reforma não vai acelerar processo. A reforma diz respeito à parte institucional da justiça. Mas ela tem um dispositivo, pelo menos na reforma que foi aprovada na Câmara do Deputados. Estava no Senado. Agora parte-se do zero, voltou a zero. Há nela um dispositivo que diz que os Tribunais Superiores teriam uma competência, uma iniciativa de lei junto ao Congresso Nacional. Hoje nós temos essa competência apenas no que diz respeito à ampliação de cargos, de ação conjunta, de ação no Tribunal. Mas não temos competência na iniciativa legislativa. Não temos essa iniciativa para leis processuais, leis de direitos de trabalho, nada disso. Quando pretendemos alguma coisa que diz respeito à lei processual, encaminhamos o nosso anteprojeto ao Governo Federal. O Governo Federal examina e, se quiser, manda e, se quiser, não manda. Esse é que é problema. Então o que é que pensávamos fazer com esse dispositivo que nos dava essa competência? O grupo permanente de trabalho do TST iria fazer propostas de leis processuais que aceleram o andamento processual. Quando se fala: o processo demora quatro ou cinco anos, é bom que fique claro. Recebemos, em 1999 - cito 99 como uma referência, tivemos um pique de 2,5 milhões de processos em todo o país. Desses 2,5 milhões, 60% representam, mais ou menos, 1,5 milhão que foram resolvidos imediatamente, na primeira instância. Outros tantos foram arquivados, porque o reclamante não compareceu. Isso é comum. O nordestino que está em São Paulo, está trabalhado, é dispensado, reclama. Quando chove no Nordeste, ele corre para lá e a reclamação dele vai para o bebeléu. Outros tantos desistiram de qualquer recurso, ou foram alguns recursos para os Tribunais Regionais do Trabalho. Os Tribunais Re-

gionais do Trabalho não levam esse tempo todo para julgar, mesmo São Paulo, que tem um acervo grande, leva um tempo razoável para julgamento de processo. O que demora? Os processos que chegam aqui são de grandes casos jurídicos a serem decididos. Esses demoram um pouco, porque são teses jurídicas. Você não pode decidir a questão imediatamente. Requer exame, conversa, muitas vezes, debates aqui no gabinete. Nós debatemos uma questão jurídica relevante, o que é isso, o que é aquilo, por que surgiu isso, aconteceu essa coisa. Aconteceu um fenômeno que atrapalhou o andamento processual. A Constituinte de 88 constitucionalizou os temas trabalhistas. Colocou lá, na Constituição: aviso prévio, férias, décimo terceiro... isso deslocou o processo. A decisão final do TST vai para o Supremo Tribunal Federal. Então os processos vão para o Supremo, e, no Supremo, tome tempo. O que é que está acontecendo? Eu despacho mensalmente cerca de 600 petições de recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal. Praticamente, não admito nenhum. Admito um ou dois, desses 600. O resto não admito. Às vezes, ele vem com um agravo de instrumento, aí, sim, tenho que mandar o agravo de instrumento para o Supremo. Mas o Supremo é contra a minha decisão que foi reabsorvida do recurso, leva um tempão para decidir. Mas é um percentual mínimo de processos. Questões trabalhistas, de modo geral, são resolvidas em primeira instância, na faixa de 60%.

US: *Que apelo o senhor faria à sociedade brasileira em função deste quadro que envergonha o país, que é a exploração do trabalho escravo?*

Ministro: Eu diria que o combate ao trabalho escravo é uma missão de cidadania. Não vou dizer que é apenas uma missão do Governo Federal. Claro

que o Governo Federal é responsável pelas ações oficiais. Ele é responsável, por exemplo, pelas ações policiais, pelas ações do Ministério do Trabalho, mas todos nós temos responsabilidade com isso. Eu diria que os juízes têm responsabilidade nisso, embora só possam atuar quando convocados. O poder judiciário só atua quando convocado, mas estou atuando sem ser convocado. Estou dizendo o diabo. O que eu posso dizer, digo; o que posso falar contra o trabalho escravo, falo. Mas acho que os professores das universidades têm também um grande dever nessa área. Nas cadeiras de Direitos do Trabalho das universidades deveria constar algo sobre a dignidade do trabalho, um tema específico. O trabalho escravo existe há muito tempo só que não era denunciado com tanta veemência como agora está sendo. O representante da Pastoral da Terra deixou bem claro, nesse congresso que compareci, no Fórum Mundial Social, inclusive fez elogio ao TST onde começou a ganhar vulto, no Brasil. Mas esse esforço não está derrubando, não está reprimindo, está dissimulando a existência do trabalho escravo, porque é um trabalho de todos nós, não tenham a menor dúvida. Diz respeito não apenas a direitos trabalhistas, diz respeito, principalmente, aos direitos humanos.

** Antônio Ponciano Bezerra é professor doutor na Universidade Federal de Sergipe, 2º vice-presidente da Regional NE-III, do ANDES-SN, e editor da revista Universidade e Sociedade. Esta entrevista contou com a colaboração dos professores Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN), 3º tesoureiro, do ANDES-SN; Antônio José Vale da Costa (ADUA), 1º vice-presidente da SR Norte II, do ANDES-SN, Encarregado de Imprensa e Divulgação do ANDES-SN, e do jornalista do ANDES-SN, Luiz André Barreto.*



Sob o signo do social-liberalismo: terceira via e modernização social

Ruy Braga*

Apresentação

A vitória eleitoral do campo frente-popular no Brasil, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, constitui um acontecimento político sem precedentes em nossa história. O exercício da presidência da República por um ex-operário e líder sindical seria algo espantoso na maior parte dos países do mundo. O impacto subjetivo na consciência das massas de uma vitória co-

mo essa ainda não pode ser precisamente delineado. Contudo, naquilo que depender das diretrizes programáticas sustentadas ao longo de toda a campanha presidencial, assim como os apontamentos provenientes das mais diferentes administrações municipais e estaduais, um governo petista, provavelmente, desenvolver-se-á marcado pelo signo do social-liberalismo.

Por social-liberalismo entendemos

um amplo movimento, em escala internacional, da incorporação de premissas do neoliberalismo por tradicionais partidos de orientação social-democrata. O respeito por parte destes às determinações dos “mercados” – esta verdadeira mistificação conceitual que procura obscurecer as estratégias e os mecanismos da exploração e da opressão capitalistas –, à contratualização do Estado burguês e às políticas

de estabilização estrutural compactuada pelos fundos internacionais (FMI, Banco Mundial) produziu um curioso efeito político: a emergência tendencialmente hegemônica de uma espécie de “neoliberalismo mitigado” (cf., para mais detalhes, Husson, 2001).

É possível identificar um número bastante variado de exemplos dessa conversão de partidos reformistas à ortodoxia liberal: o “Novo trabalhismo” inglês, o “Socialismo administrativo” francês e o “Novo centro” alemão, a despeito de sua pluralidade, apontam, há algum tempo, para o caminho que vem trilhando o “petismo” brasileiro. Com a vitória eleitoral de 2002, esse processo que baliza as prefeituras e os governos estaduais petistas tem tudo para elevar-se quantitativa e qualitativamente. É claro que com todas as dificuldades impostas não apenas pela con-

surge, captado de acordo com o prisma do “social-liberalismo”. Mesmo levando em consideração o recente revés eleitoral do Partido Socialista francês e o avanço de fundamentalismos direitistas – alguns com nítida orientação neofascista – na Europa, é inquestionável a importância desse debate no âmbito das alternativas à crise do neoliberalismo.

Hegemonia neoliberal: “para além da esquerda e da direita”?

Fenômeno internacional, tal crise – México (1994), França (1995), Sudeste Asiático (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001-2002) e, novamente, Brasil (2002) – descortinou uma conjuntura relativamente nova no cenário econômico e político internacional. Processualidade complexa e dissonante, o desgaste das estratégias

de grande parte da literatura que identifica um “corte” em relação à tradição social-democrata, empreendido pelos teóricos contemporâneos da terceira via – que algumas das principais formulações presentes em Giddens (*ibid.*), por exemplo, correspondem a um amadurecimento tardio de posições teóricas e políticas já presentes na ruptura eurocomunista com a tradição leninista.

Em primeiro lugar, identifiquemos, sinteticamente, algumas dessas posições que se encontram fortemente atuantes nas representações provenientes do debate atual. Renovado pela crise, o vocabulário da terceira via encontra-se profundamente marcado pela presença de valores – valor do indivíduo, valor da ética, liberdade, solidariedade – que ocupam o espaço outrora reservado ao “valor”. O conceito de trabalho foi varrido do discurso reformista à medida que antigas figuras da ordem produtiva assumiam um protagonismo quase inédito. Os problemas são pensados exclusivamente em termos das necessidades do “emprego” ou do “salário”. Limitado pela esfera do mercado do trabalho, o projeto da terceira via vai sendo definido em torno da regulação do núcleo duro da materialidade capitalista, acrescido de supostos valores socialistas.

Nesses termos, a terceira via apresenta-se como um projeto e um programa econômico, social e político, supostamente equidistante tanto do liberalismo quanto do socialismo. “Para além da direita e da esquerda” pressupõe tacitamente a social-democracia renovada pela hegemonia neoliberal. A resultante é clara: o socialismo inscreve-se, formalmente, no horizonte histórico. Deve ser alcançado por meio de reformas progressistas negociadas com o capitalismo. No sistema dos signos reformistas, só não há espaço para a revolução. Entre esta e o capitalismo,

O vocabulário da terceira via encontra-se profundamente marcado pela presença de valores – valor do indivíduo, valor da ética, liberdade, solidariedade – que ocupam o espaço outrora reservado ao “valor”.

juntura da atual crise econômica mundial, como também pela “gestão” de um Estado em situação pré-insolvente.

De qualquer maneira, a atual conjuntura econômica e política exige uma análise mais sistemática da teoria social-liberal. Tendo em vista esse ponto, é importante verificar que a grande repercussão intelectual e política do livro de Anthony Giddens (1998) sobre a “Terceira Via” e motivado a retomada do debate a respeito do “sentido” do conceito e das práticas ditas “socialistas”, nos dias atuais. Democracia e mercados, Estado e economia, direita e esquerda, crise e reestruturação produtiva, indivíduo e classes sociais. Um conjunto heterogêneo e articulado de grandes temas das ciências sociais res-

dos fundos internacionais, os ataques aos direitos sociais, o desempenho econômico modesto, o desemprego e o enfraquecimento eleitoral daí decorrentes conferiram um novo fôlego ao projeto da “moderna” orientação social-democrata, na Europa e no Brasil. Se bem é verdade que a crise do neoliberalismo condicionou o ressurgimento do debate sobre a terceira via, também é verdade que poucos se dão conta de que os principais eixos teóricos e políticos que sustentam o debate atual a respeito da modernização social-democrata debruçam raízes profundas na conjuntura econômica e política dos anos 1970 e 1980.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em apontar – ao contrário

*A terceira via acena com a bandeira da modernidade
como horizonte histórico: racionalidade, realismo e progresso.*

intercala-se um caminho alternativo. Acumular forças e transitar pacificamente rumo a um socialismo indefinível. A palavra-de-ordem é antiga. Suas contrapartidas também.

Após os embates monetaristas dos anos 80, o Partido Trabalhista britânico foi pioneiro na estruturação e posterior difusão deste refinamento do neoliberalismo. Comentando a metamorfose do "Novo trabalhismo" inglês, Antunes entende que:

"A 'Terceira Via' tem se configurado, portanto, como uma forma de continuidade do que é essencial da fase thatcherista. Isso porque, com o enorme desgaste que o neoliberalismo clássico acumulou ao longo de quase 20 anos, era necessário buscar uma alternativa que preservasse, no essencial, as metamorfoses ocorridas durante aquele período. A vitória eleitoral do NL – Novo Trabalhismo – de Tony Blair,

no início de 1997, apesar de canalizar um enorme descontentamento social e político, já trazia em seu conteúdo programático a preservação do essencial do projeto neoliberal. Não haveria revisão das privatizações; a flexibilização (e precarização do trabalho) seria preservada e em alguns casos intensificada: os sindicatos manter-se-iam restringidos em sua ação; o ideário da 'modernidade', 'empregabilidade', 'competitividade', entre tantos outros, continuaria a sua carreira ascensional e dominante. O traço de descontinuidade do NL em relação ao thatcherismo aflora ao tomar ele algumas decisões

políticas – em verdade politicistas –, como o reconhecimento do Parlamento na Escócia, mas que não se constituem num entrave para a continuidade do projeto do capital britânico, reorganizado durante a fase neoliberal. O NL que emergiu vitorioso no processo eleitoral de 1997, despojado de vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se no New Labour pós-Thatcher, 'moderno', defensor vigoroso da 'economia de



mercado; da flexibilização do trabalho, das desregulações, da 'economia globalizada e moderna', enfim, de tudo o que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo. Sua defesa do Welfare State, por exemplo, é completamente diferente daquela da social-democracia clássica. Tony Blair quer 'modernizar' o Welfare State. Porém, 'modernizá-lo' significa a destruição dos direitos do trabalho, que são definidos por ele como 'herança arcaica'" (1999, p. 97).

O reformismo de ontem amparava-se fortemente numa base sindical po-

derosa e ativa. A negociação coletiva conformando um compromisso social totalizado pelo Estado salarial regulador. Tal projeto, que teria vigorado sob a vigência do fordismo, padeceria sob o impacto da atuação conjunta da acumulação flexível, por um lado; e da desestruturação da classe trabalhadora empreendida pelo neoliberalismo, por outro. Nesse contexto, a terceira via acena com a bandeira da modernidade como horizonte histórico: racionalidade, realismo e progresso. O fim da União Soviética e o esgotamento do neoliberalismo abririam a possibilidade de se repensar a transição sob o signo de uma social-democracia renovada pelo entendimento segundo o qual a economia de mercado traduziria modernidade e criatividade.

Para tanto, os discursos teóricos e as práticas políticas devem ser capazes de se desvincular do ideal da igualdade social e afirmar a prioridade da iniciativa individual, como instrumento do progresso coletivo contra o postulado obsoleto da propriedade coletiva dos meios de produção. Uma suposta harmonia essencial entre o capitalismo – criação, inovação – e a democracia – valores da justiça, individualidade, passa a ser apresentada com a força de uma lei natural. Sobre esse terreno, a terceira via não pretende ser apenas uma plataforma eleitoral, mas uma teoria da economia e da política contemporâneas. A teoria progressista possível de uma historicidade marcadamente pós-proletária.

*Socialismo e democracia:
a ruptura eurocomunista*

É possível localizar os antecedentes imediatos dessas representações na conjuntura da crise capitalista dos anos 1960-1970. No início dos anos

A ruptura eurocomunista em relação à tradição leninista, associada à crise do planejamento estatal, havia descortinado um novo horizonte para as iniciativas dos progressistas.

1970, começam a transparecer, no âmbito mesmo da social-democracia europeia e por intermédio de teóricos reformistas, sinais de uma verdadeira inquietação em face do socialismo administrativo e planificador que, supostamente, traria “cada vez mais Estado”, bem como as marcas de uma desconfiança crônica diante das burocracias de todo tipo. A legitimidade do Estado – suposta força motriz do progresso – como também a capacidade de direção da burocracia esclarecida foram colocadas à prova pelas massas insurgentes, naquele famoso biênio de 1968-1969.

A roda da história, aparentemente travada pelos esforços reformistas, parecia emitir sinais de um movimento renovado: a temporalidade fraturada das lutas surpreendia o culto sonolento dos partidários do progresso. Essencialmente, o planejamento recalca, mas é incapaz de suprimir a contradição. Esta, por vezes, emerge acompanhada da multiplicidade de sintomas próprios de um pesadelo que insiste em retornar. Nesse sentido, o final dos anos 1960 testemunha, em grande medida, a força da organização de um operário-massa que ousa se insurgir contra cadências infernais e autoridades burocraticamente constituídas.¹ A Leste, tanto quanto a Oeste, o Estado salarial regulador acusa o golpe:

“Enfado de seu discurso, degeneração burocrática de suas organizações, evolução de suas práticas de compromisso em direção ao comprometimento, corrupção de alguns de seus dirigentes: se o compromisso fordista assegurou, num certo sentido, o triunfo do modelo social-democrata do movimento operário, também precipitou seu declínio e criou algumas das condições de

sua crise posterior. Particularmente, ele o tornou incapaz de se adaptar às novas formas da luta do proletariado ocidental que resultam do próprio fordismo” (Bihl, 1998, p. 51).

Diagnósticos e representações teóricas dos campeões reformistas europeus não cessaram de surgir. Estaríamos diante da crise de uma determinada reestruturação da sociedade capitalista, que teve seu desenvolvimento mais característico nos Estados Unidos dos anos 1930 e que, depois da derrota do nazifascismo, foi se expandindo em toda a área do Ocidente. Ingrao (1981) aponta para a crise de um “modo de ser da sociedade capitalista”, datado e determinado.² No cerne da crise, encontramos o planejamento estatal: “modelo capitalista predominante nos últimos 50 anos”, segundo Bihl (*ibid.*). Com a crise, teria desaparecido também o quadro internacional que havia tornado possível aquela reestruturação:

“A reestruturação capitalista, que definimos com o nome de Estado assistencial, não pode ser reduzida a uma operação apenas econômica de reequilíbrio entre produção e consumo, após a grande catástrofe da crise de 1929. Ele teve como meta repropor uma idéia de progresso e regenerar uma capacidade do capitalismo de expressar uma ‘racionalidade’ geral” (*idem, ibid.*, p. 12).

O novo tipo de relação entre economia e Estado teria constituído um

projeto por meio do qual a racionalidade da grande empresa capitalista deveria ser estendida à sociedade, adequando-a e reordenando-a. Chamado de *Welfare State*, a argumentação ia além da perspectiva do bem-estar, implicando a garantia do emprego, ou seja, de um trabalho definido, juntamente com a proposta de um tipo de Estado capaz de reconstruir uma representatividade geral da sociedade. Esse grande arranjo social organizado sobre a base do compromisso social, envolvendo setores expressivos das direções políticas do proletariado e centrado na capacidade de direção da burguesia – caso dos países imperialistas – ou da burocracia soviética, havia sido questionado na raiz.

Um novo movimento em direção à recomposição das forças reformistas advindas de um compromisso insustentável politicamente deveria, acima de tudo, resguardar as premissas de um socialismo democrático, tendo o parlamento à frente distante tanto das contradições engendradas pelo capitalismo monopolista quanto dos impasses experimentados no Leste Europeu.³ O tema da terceira via reformista recolocava-se sob a roupagem do eurocomunismo.⁴ A democracia social defendida por Bernstein contra o suposto blanquismo bolchevique e o ferrolho liberal apresentou-se como uma alternativa a Leste e a Oeste. A ruptura eurocomunista em relação à tradição leninista, associada à crise do planejamento estatal, havia descortinado um novo horizonte para as iniciativas dos progressistas.

É interessante notar que os apelos eurocomunistas pela construção de uma alternativa socialista e democrática – apelo esse solenemente declara-

do, em Moscou, durante as comemorações dos 60 anos da Revolução de Outubro, por Berlinguer, na qualidade de secretário-geral do então Partido Comunista Italiano – ao capitalismo tenha sido precedido em cinco anos pela publicação alemã do livro *A terceira via*, de Ota Sik (1978). Na condição de antigo ministro da economia na época do governo de Dubcek, poucos intelectuais estariam tão habilitados a falar em socialismo democrático quanto esse ex-militante do Partido Comunista tcheco-eslovaco. E ele o faz, prioritariamente, por meio de uma ampla argumentação em torno das relações envolvendo a democracia, o mercado e o plano.

A modernização social entre o mercado e o plano

O ponto de partida é bastante simples. Para Sik, a transição sem democracia e mercado está fadada ao fracasso. A superação da divisão da sociedade entre homens “com interesse no capital” e outros “com interesse no salário” deveria partir da subsunção do consumo espontaneamente surgido no mercado a fins macroeconômicos, estabelecidos democraticamente e a longo prazo, isto é, “fixados num plano”. Os dilemas da transição resolver-se-iam por meio da democratização do plano. Fazer avançar o progresso das forças produtivas implicaria a aceitação da proeminência do mercado, no que diz respeito à capacidade de mobilizar e identificar as necessidades sociais que devem ser debatidas pelos gestores. Antes de mais nada, o Estado deve ser capaz de reconhecer a proeminência da eficácia mercantil:

“A crítica das condições da produção capitalista não passa, porém, de uma crítica verbal se não se diz ao mesmo tempo como é que elas podem ser superadas na realidade, sem despejar a criança juntamente com a

água do banho. Senão, em vez de combater a produção exclusivamente determinada pelo mercado, luta-se contra o próprio mercado, que é insubstituível; em vez de se recusar a ânsia do lucro privado, que gera diferenças de poder econômico e político, condena-se o princípio do lucro e da eficácia, em vez de se procurarem caminhos e meios para poder equilibrar democraticamente e conformar humanamente a evolução das necessidades humanas, prega-se a necessidade de uma educação contra o consumo” (Sik, 1978, pp. 52-3).

Nem comunismo soviético, nem capitalismo: a modernização social – tanto a Leste, quanto a Oeste – é percebida por intermédio da combinação progressista entre mercado e plano. Os interesses inerentes à democratiza-

em condições de capitalismo tardio industrialmente avançado, deixa de ser um sujeito histórico da revolução” (*idem, ibid.*, p. 50). O balanço assemelha-se, em grande medida, aos informes pioneiros daquilo que, logo em seguida, ficaria conhecido como o debate sobre a crise do trabalho. A análise das necessidades e dos interesses, assim como dos respectivos portadores, levaria ao reconhecimento segundo o qual “novos estratos progressistas surgem na sociedade”, vinculando seu destino à transformação social mais ampla (*idem, ibid.*). A transição deve ser pensada com base neste suposto novo patamar descortinado para o progresso.

A reivindicação modernizadora de Sik, segundo a qual, para fazer avançar o progresso, sob a direção do princípio

Se a crise exige uma reconstituição das tarefas, as saídas para o processo da crise demandam alterações progressistas no âmbito dos aparelhos de hegemonia do Estado.

ção do planejamento estatal envolveriam tanto os produtores técnico-econômicos⁵ quanto a massa crescente da população ativa que não executa tarefas produtivas, isto é, cientistas, pedagogos, estudantes, pessoal médico, trabalhadores da informação, artistas. Tais setores seriam fundamentais para a modificação da linha de consumo social, pois tomariam rapidamente consciência do “absurdo que representa o consumo individual no mercado, exagerado e unilateral”, quando da insuficiência dos meios para a “satisfação urgente” das necessidades sociais (Sik, 1978).⁶

Evidentemente, argumenta Sik, “já não se trata aqui da ‘classe operária’” (*ibid.*). Deveríamos aceitar, “com Marcuse e outros, que a classe operária,

da eficácia mercantil,⁷ é necessário democratizar o plano, antecipa, em grande medida, uma parte substantiva do debate eurocomunista. Afinal, se a crise exige uma reconstituição das tarefas, as saídas para o processo da crise demandam alterações progressistas no âmbito dos aparelhos de hegemonia do Estado.⁸ Afinal, qual a viabilidade de um projeto político de retomada do progresso distante da instância totalizadora dos conflitos sociais, capaz de erigir-se, ao mesmo tempo, como árbitro, gestor e promotor da justiça?

Terceira via:

o Estado como alternativa

Como sempre, a alternativa deve ser buscada no Estado: se a legitimidade da planificação soberana parece

O sistema hegemônico não totaliza mais como deveria. Dito de outra maneira, o Estado distanciou-se do público, tornando-se uma potência hostil aos interesses democráticos.

acentuadamente questionada – daí as preocupações levantadas por Sik – é porque o sistema hegemônico não totaliza mais como deveria. Dito de outra maneira, o Estado distanciou-se do público, tornando-se uma potência hostil aos interesses democráticos. Que a oportunidade aberta por esta crise de legitimidade seja aproveitada para a renovação do “Estado do conjunto dos assalariados”, capaz de descentralizar suas práticas democráticas, viabilizando uma saída progressista para a crise. Do valor aos valores, a refundação do Estado salarial permitiria vislumbrar os caminhos da transição:

“Vi que nos foi ministrado um conselho para que não subestimássemos as experiências realizadas pelos regimes social-democratas. Mas do que resultaria – falo naturalmente de hoje, não de ontem – essa subestimação da nossa parte? Aliás, no que se refere ao acesso contínuo, polêmico – por que não? – debate sobre o significado dos eventos destes 30 anos, coube mais de uma vez a nós, comunistas – e algumas vezes apenas a nós! – rechaçar as interpretações que os viam como uma longa falência da esquerda depois da chamada ocasião perdida de 45: e, inclusive as realizações social-democratas na Europa, nós as vimos e discutimos como reflexo e resposta a um avanço das massas, a um deslocamento progressista da situação. (...) A tese que expus, nesta entrevista, é que o Welfare State ou modelo assistencial – no qual a social-democracia europeia desempenhou um tão grande

papel –, ou como se queira chamá-lo, não falava apenas de salário, de casa ou de postos de trabalho, coisas todas de maior importância, mas falava também de valores, da igualdade da pessoa, de qualidade de vida. De modo algum houve subestimação! Essa interpretação é aceita? Pois bem: se é aceita, e essa é a questão, então como ver que tal perspectiva foi hoje golpeada? E eu, de nenhum modo, fico alegre com tal coisa. Mas é ou não verdade que isso abriu problemas e interrogações agudas sobre a estratégia e sobre as perspectivas das constelações social-democratas?” (Ingrao, 1981, p. 89).

A necessidade de restaurar um novo ciclo de disputas por espaço, no interior de um aparelho de Estado capitalista em recomposição, definiria o campo da ação para os partidos reformistas europeus. Apesar de o eurocomunismo não se constituir como um bloco de partidos ligados por vínculos



organizativos, argumenta Ingrao, as novas tarefas definidas pela conjuntura demandariam uma maior integração das lutas e das investigações “tanto dos partidos comunistas entre si quanto em suas relações com outras forças democráticas e de esquerda” (*ibid.*). Um projeto, inconcluso, é verdade, mas capaz de modernizar o ideário e balizar a prática socialista, renovando a adaptação reformista em relação às estruturas do capital:

“Também visto por esse ângulo, o somatório estático das forças não dá frutos. Não se trata de vender aos camaradas espanhóis uma receita nova, ou de importar para nós uma receita da França. Trata-se de pôr realmente em discussão a nossa experiência recíproca, e, portanto, de nos expor ao debate, à crítica, à investigação fora do esquema que diz: cada um em sua casa faz o que bem quiser” (*idem, ibid.*, p. 96).

Para tanto, uma nova racionalidade produtiva solidária e hegemônica pela figura da negociação deveria ser capaz de prevalecer sobre os modelos liberais difundidos pela reestruturação do aparelho produtivo em curso. O diagnóstico aponta para tendências orgânicas da recomposição do mundo do trabalho, tais como transformações tecnológicas que reduzem o peso da força de trabalho, e um desenvolvimento dos sistemas de automação e dos mecanismos de informática; fenômenos extensos de descentralização produtiva; uma ampliação da área do trabalho não regulamentado.

Os desdobramentos da reestrutu-

ração liberal do aparelho produtivo são captados sob o signo do “risco” engendrado sobre o desenvolvimento econômico sustentado. A incapacidade apresentada pela crise do capital em gerar mais e melhores empregos para as classes trabalhadoras, articulada à decomposição da rede de proteção social tecida pelo Estado salarial, constituem os principais obstáculos para a retomada da iniciativa dos reformistas. Restaurar o progresso alternativo às exigências mercantis implicaria, entre outros, equilibrar eficácia e equidade num amplo modelo capaz de originar acordos tão favoráveis à classe trabalhadora quanto os que vigoraram ao longo dos “Trinta gloriosos” do pós-guerra.

Uma nova arquitetura econômica deveria emanar dos esforços restaura-

produtivo deve ser produzido: como em Giddens (*ibid.*), a idéia diretriz de um compromisso progressivo que acompanhe a evolução das estruturas do capitalismo permanece balizando as propostas de saída para a crise. Afinal, bloquear a iniciativa operária no interior da fábrica abriria um espaço incontrolado para a dinâmica da organização do trabalho e da reestruturação tecnológica que, na empresa moderna, “tem um caráter quase contínuo e obrigatório e que, de certo modo, vai além da vontade do próprio patrão” (*idem, ibid.*).

Se essa dinâmica não for obrigada a confrontar-se com uma “contratação conflitual”, não só o operário “perderá armas e posições” mas se sentirá ainda mais “reduzido apenas a *salário*” (*idem, ibid.*). Porém, nesse caso, como

tado à fábrica, ou, no máximo, de um horizonte corporativo. E, diante dessa concreta dinâmica social, nenhum pacto estimulado se manterá. (...) E termina-se por golpear a experiência mais interessante que surgiu – sobretudo na Itália – a partir dos tormentosos eventos desses 15 anos: o processo de continuidade que se estabeleceu entre a luta pelo salário, pela defesa da própria qualificação, ou da saúde ou do tempo de trabalho, e as lutas pelas reformas na sociedade e no Estado” (idem, ibid., pp. 106-7).

Eis a tônica do discurso: se o velho modelo em crise renova o dilaceramento do tecido social, os reformistas, ao contrário, objetivam a recomposição. Os sindicatos deveriam, então, ser reconvocados para integrar um amplo “processo de formação contínua que evite que o trabalho manual apareça como um ‘gueto’ eterno” (*idem, ibid.*). Para tanto, seria preciso reorganizar o papel da escola, os aparelhos da administração pública, as formas da cultura, do saber. O próprio processo de inovação tecnológica deixaria de ser visto fragmentariamente, “empresa por empresa”. Em suma, recompor significa programar o desenvolvimento, se não burocraticamente; de modo democrático. A grande panacéia persiste.¹⁰

A ênfase na democratização solidária da economia produz apreciações equivocadas, no que diz respeito à social-democratização da reestruturação produtiva. Foram as tais “puras relações privadas” – que a reação neoliberal dos anos 1980 e 1990 vigorosamente difundiu, deixando marcas profundas na própria Europa Ocidental –, as vitoriosas no embate “público x privado”. Nem economia solidária nem programação democrática, como é sabido. Os esforços reformistas por encetar uma democracia organizada no coração do mundo do trabalho reestruturado redundaram numa subsun-

A cena da história assumiu uma tonalidade marcada pela difusão do processo de mundialização do capital cuja dinâmica fez vergar a espinha dorsal da maioria das sociedades nacionais.

cionistas cujo eixo se encontra centrado na figura – desgastada, mas nunca sepultada – do compromisso social. Se a crise traduz uma situação difícil e complexa para as forças do progresso, seu próprio peso definiria, ao mesmo tempo, as necessidades de uma nova aliança capaz de afinar os instrumentos que garantam o desenvolvimento e a qualidade dos investimentos. Com uma pitada de inovação social seria possível recriar locais onde os “sindicatos, o patronato e o governo se encontrem e assumam compromissos não apenas no que se refere às plataformas reivindicativas, mas também no que se refere aos investimentos” (*idem, ibid.*).⁹

Um sistema de contrapartidas no sentido da democratização do espaço

se poderá demandar ao operário que raciocine como “produtor” e, ainda por cima, como produtor que preza suas relações globais com as outras camadas sociais, com o conjunto do país? A problemática reformista não cessa de buscar um ponto de equilíbrio entre as partes conflitantes capaz de restaurar a dinâmica de conjunto das estruturas da ordem do capital. Uma suposta economia solidária parece emergir deste esforço em articular eficácia e equidade:

“Vamos lhe pedir (ao operário) que pense; fazemos votos para que pense. Mas, se for coagido a se sentir apenas como ‘salário’, pensará no outro irmão em termos de ‘salário’, ou, se se quiser, de ‘posto de trabalho’, ou seja, continuará no interior de um horizonte limi-

ção ainda maior do proletariado:

*“Deve-se ver, então, como introduzir um princípio de regulamentação que evite tanto o centralismo burocrático quanto a fragmentação corporativa. Por isso, parece-me justo falar de uma democracia organizada como via para construir novas formas de racionalidade pública e uma programação que penetre no interior da sociedade. (...) Todo o problema da programação deve ser repensado, começando-se a dizer claramente que ele não é apenas um fato técnico, de números, de contas e de previsões quantitativas, porém um envolvimento cada vez mais amplo de sujeitos sociais, de sujeitos coletivos, de massas que passem a contar no governo do desenvolvimento econômico e social” (idem, *ibid.*, p. 115).*

“grande crise”.

O pensamento e a prática reformistas não poderiam passar imunes a um processo dessa magnitude. Por entre supostas crises de identidade do pensamento progressista à esquerda, o processo adaptativo em relação às estruturas capitalistas próprio à raiz reformista do movimento operário não cessou de se renovar. Coerentemente, a cada rodada do jogo adaptativo e auto-acomodativo, o programa da esquerda reformista rebaixou seu horizonte histórico. Se em Bernstein, por exemplo, as vias são irracionalismo revolucionário ou socialismo evolucionário, em Ingrao, o problema coloca-se por meio da disjuntiva: “reestruturação liberal” ou “nova racionalidade produtiva solidária” sustentada por um Estado radicalmente democrático.

péia social-democrata, se constituir como a alternativa por excelência entre aqueles que defendem a passividade da classe trabalhadora diante da exploração – o bloco de poder articulado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso –, por um lado, e os partidários das lutas de classes – o MST e integrantes de correntes políticas petistas e não-petistas de esquerda, por outro. Simétricos na recusa à negociação, neoliberais e “esquerdistas” encontrar-se-iam enclausurados numa compreensão estreita das possibilidades abertas ao crescimento com estabilidade pelo compromisso social no crepúsculo de um período histórico marcado pela crise contemporânea.

No bojo da crise do projeto societário neoliberal, os acordos oriundos da institucionalização do conteúdo das lutas sociais garantiria espaço para um novo enfoque do problema da “exclusão social”. Os conflitos não mais seriam dissolvidos pelo “gerenciamento monetário” dos acólitos mercantis, nem a sociedade seria subvertida pela radicalização das lutas. Negociar um novo contrato social capaz de superar a exclusão social, evitando, com isso, o extremismo dos “partidários” da violência classista.

Se, por um lado, é possível localizar profundas diferenças entre a trajetória da esquerda reformista européia – e suas representações teóricas – e a trajetória política petista, por outro, é impossível deixar de notar paralelismos e convergências significativas. Sobretudo quando pensamos no programa de governo do PT e nas recentes medidas econômicas promulgadas pelo ministro da fazenda, Antônio Palocci. Não queremos dizer com isso que o governo Lula será uma espécie de “cópia” de experiências políticas reformistas recentes. Nem que as iniciativas do novo governo no sentido da “conservação social” derivam de um “modelo” pro-

O governo petista buscará, acompanhando a trajetória recente de parte da esquerda européia social-democrata.

Considerações finais

Sem dúvida, os anos 1980 foram os anos da estruturação hegemônica do neoliberalismo. A cena da história assumiu uma tonalidade marcada pela difusão do processo de mundialização do capital cuja dinâmica fez vergar a espinha dorsal da maioria das sociedades nacionais. Um impulso extra adveio da crise e do posterior sepultamento das “sociedades do Leste”, assim como do dilaceramento e da defensiva do movimento operário mundial, atingido em cheio pela pacificação proveniente do desemprego de massas e da reestruturação produtiva em curso. “Ajustes estruturais” e “revoluções informacionais” minaram o terreno de uma história que nos anos 1960 havia deixado em aberto o horizonte das possíveis soluções para a

O raciocínio é elíptico: no momento mesmo em que o Estado parece irremediavelmente enfermo, a alternativa deve ser buscada no Estado! Capaz de descentralizar suas “práticas democráticas” e garantir a viabilidade de uma saída progressista para a crise, o Estado regulador proposto pelo reformismo permitiria prefigurar as vias da transição. Do valor aos valores: o problema da transição não se localiza na revolucionarização das relações capitalistas de produção. O terreno privilegiado encontra-se sedimentado pela difusão cada vez mais ampliada dos valores democráticos. Na radicalização dessa linha de raciocínio, inscreve-se o debate sobre a terceira via dos dias atuais.

Ao que tudo indica, o governo petista buscará, acompanhando a trajetória recente de parte da esquerda euro-

gramático importado da Europa. A rigor, o programa petista localiza-se à direita de várias das políticas reformistas europeias. Mas, do “Novo trabalho” inglês ao “Socialismo administrativo” francês, passando pelo “Novo centro” alemão, não deixa de ser possível vislumbrar no passado recente europeu algumas indicações interessantes a respeito do futuro do governo Lula.

Notas

1. “A explosão deu-se no final da década de 60 e no início dos anos 70, sob a forma de uma onda de lutas proletárias que não poupou nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas. Essas lutas anunciavam os limites históricos do compromisso fordista. Essa explosão tomou basicamente a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação” (Bühr, 1998, p. 59).

2. “Convém precisar que a reestruturação capitalista, cujas dificuldades registramos hoje, não foi apenas uma operação econômica; ao contrário, foi caracterizada por novas formas de conexão e articulação entre processos produtivos e processos políticos, entre economia e Estado” (Ingrao, 1981, p. 11).

3. “E o eurocomunismo, a meu ver, trabalha sobre a seguinte hipótese: um processo democrático que muda o Estado, um desenvolvimento da democracia que rompe o cupulismo e o isolamento do Estado. Uma hipótese que não ficou nos livros, que esteve no interior de muitas lutas. (...) Às vezes encontro alguém que me explica que minha teimosa insistência no papel das assembleias políticas eletivas, a começar pelo parlamento, é um fato ‘arcaico’. Conheço e vivo diretamente as dificuldades e os defeitos dessas assembleias. Mas surgiu até agora uma outra instituição que realize uma ‘transparência’ melhor no confronto e nas decisões e, por conseguinte, permita melhor o indispensável acordo como o movimento da sociedade civil?” (*idem, ibid.*, pp. 65-7).

4. Seguindo Mandel, entendemos por eurocomunismo “(...) uma codificação da evolução que sofreram os partidos comunistas da Europa ocidental a partir do VII Congresso do Komintern e que os conduziu – fora os curtos

interregnos de Setembro de 1939 à primavera de 1941 e na época da guerra da Coreia – a praticar uma política de colaboração de classe, sempre mais estreita, com a sua própria burguesia” (1978, p. 45).

5. “Esses produtores perguntam hoje, de forma cada vez mais clara, por que razão há de a evolução das empresas ser decidida por proprietários do capital distantes e por que não há de o desenvolvimento do capital ser assegurado com base na própria mais-valia, sob a forma de capital coletivo, sendo as respectivas decisões tomadas por órgãos eleitos pelo coletivo da empresa. (...) Quanto mais claramente se desenvolver no plano teórico, a idéia de uma participação no capital e, depois, de um capital coletivo, adaptando-se às condições específicas de cada país, tanto maior será a sua eficácia política” (*idem, ibid.*, p. 49).

6. “Com base neste interesse, eles tornam-se os mais ativos defensores de uma conjugação moderna do mercado e do plano, os partidários da realização de um quadro de planificação macroeconômica, por meio da qual se estabeleça a proporção fundamental entre o consumo individual no mercado e o consumo social institucional” (*idem, ibid.*, p. 49).

7. “Tal significa que, em abstrato, a sociedade é obrigada a assegurar, com a quantidade de trabalho de que dispõe (que corresponde à quantidade de força de trabalho existente multiplicada pelo tempo de trabalho legalmente estabelecido), a satisfação mais completa possível das necessidades. Esta necessidade econômica universal se realiza, em cada momento dos diversos estádios históricos de desenvolvimento social, por intermédio de diferentes relações de produção e mecanismos econômicos. Destes, o mais generalizado e mais duradouro é o mecanismo de mercado, que, apesar de todos os seus defeitos e imperfeições, ajuda a garantir uma utilização efetiva do trabalho na sociedade. O sistema de planificação dirigista do comunismo não está em condições de substituir esse mecanismo imperfeito do mercado pois o trabalho utilizado nesse sistema – embora não seja humanamente menos intensivo e menos exigente – não atinge a eficácia da economia de mercado” (*idem, ibid.*, p. 55).

8. “Considero que, em nosso tempo, estejam abertos grandes problemas de liberdade. Duvido muito de que eles possam encontrar respostas recortando-se espaços na sociedade civil e neles se barricando em contraposição ao Estado. Isso se tornou insuficiente, até mesmo impossível, inclusive para um organis-

mo como o sindicato. Não creio que a sociedade civil seja, por si só a esfera da liberdade; não creio que a autonomia e a criatividade da sociedade civil possam hoje se desenvolver sem se empenharem na transformação do Estado” (Ingrao, *ibid.*, p. 68).

9. “Veja, não quero agora me pôr a discutir sobre a praticabilidade efetiva de um entendimento desse tipo, sobre a possibilidade de garantias reais nem mesmo sobre a correção institucional de organismos tripartites desse gênero. Todavia, não são questões de pouco peso; e faço votos para que o debate e o aprofundamento delas siga em frente” (*idem, ibid.*, p. 106).

10. “Na reorganização da relação escola-trabalho; numa gestão controlada da mobilidade do trabalho; numa programação da renovação tecnológica, que não reste fechada apenas ao horizonte da fábrica; numa reavaliação de todo uso e articulação do horário de trabalho; numa reforma do salário que supere certos institutos corporativos. (...) O raciocínio que estávamos desenvolvendo buscava o desenvolvimento de uma racionalidade nem apenas quantitativa e setorial, nem caída de cima, de um centro único. (...) Falávamos de uma programação democrática, como algo mais do que um programa central que recebe um consenso da base” (*idem, ibid.*, p. 114).

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- GIDDENS, A. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HUSSON, M. *Le grand bluff capitaliste*. Paris: La Dispute, 2001.
- INGRAO, P. *Crise e terceira via*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- MANDEL, E. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- SIK, O. *Argumentos para uma terceira via*. Coimbra: Livraria Almeida, 1978.

* **Ruy Braga** é doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor de teoria sociológica da PUC-Campinas. É autor de, entre outros, *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea* (SP: Xamã, 1997) e *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial* (SP: Xamã, 2003).

Uma proposta para a reforma da Previdência



Eduardo Alves

"A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade.

A consciência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária".

Karl Marx

1. Situando o debate

Assim que o governo toma posse e escolhe seu primeiro ministério, já é anunciada a prioridade das ditas reformas: a previdência. É claro que tal decisão é, no mínimo, complicada. Primeiro que era esperado, por parte dos setores populares organizados, que a reforma escolhida como mais importante e prioritária fosse a tributária. Isto por razões muito simples: é necessário taxar as grandes riquezas; iniciar um processo de divisão de renda na sociedade; acabar com a sonegação; retirar apenas das costas dos assalariados a responsabilidade com tributos; responsabilizar o empresariado pelo investimento e manutenção do país. Ou seja, aproveitar da vitória da classe trabalhadora, nas últimas eleições presidenciais, para apresentar uma pauta absolutamente distinta da que vinha sendo imposta pelo neoliberalismo. Isto seria um "sinal importante" de mudanças.

No entanto, não foi esta a opção do novo governo, que passou a investir, por meio dos pronunciamentos na imprensa e articulações institucionais, na reforma da previdência. É verdade: ainda não há projetos do governo sobre a previdência; nada de concreto ainda se fez. Mas, não podemos esquecer que este debate é feito sob a batuta da Emenda Constitucional número 20 e dos PL 8, 9 e 10 (dois deles já aprovados) que dão as bases institucionais legais para a privatização da previdência, no Brasil.

Os pronunciamentos dos vários líderes do governo na imprensa também pouco ajudam. Em geral, tratam a previdência como um problema e não

como um dos mais importantes direitos conquistados pela classe trabalhadora. Parece, com o ritmo e tonalidade de suas declarações, que os membros do governo estão tocando a mesma música e continuam com o mesmo diapasão dos últimos dez anos. Esperamos, com sinceridade, que esta realidade se altere o mais rápido possível.

É necessário dizer que a classe trabalhadora nunca foi – e não pode ser – contra as reformas, principalmente as feitas em governos populares; de frente populares; democráticos populares; sociais democratas. As reformas são instrumentos para fazer avançar a consciência e qualidade de vida do conjunto dos trabalhadores, revertendo, assim, o curso predominante do capital, em cada período histórico. Neste sentido, para falar de reformas hoje, é necessário que se reverta as tendências de privatização, precarização, esgotamento da natureza etc¹. Não sendo revertidas as tendências que estão em curso desde o último período, se acabará aplicando uma contra-reforma, ou seja, alterações necessárias que o próprio capitalismo tem que fazer para desenvolver o curso adequado, em cada momento. Hoje, com o advento neoliberal, é necessário reduzir direitos; reduzir investimento do Estado em políticas sociais, em pessoal e na própria propriedade estatal; comprometer os estados nacionais com o repasse e fuga de

capitais por meio do pagamento da dívida; reduzir, ao máximo, a soberania nacional (ou mesmo acabar), permitindo que o capital entre sem tarifas, fronteiras ou satisfações nas nações dominadas que sejam de interesse do imperialismo. Quaisquer políticas que venham reforçar estas tendências servirão para implementar contra-reformas e não para desenvolver reformas.

Certamente que a idéia geral de reforma, neste sentido, é muito bem vinda e exige a constituição de um amplo debate com a população, por meio dos setores organizados. Até que uma proposta chegue no parlamento, principalmente levando em conta a correlação de forças ainda predominante no Congresso, faz-se necessário envolver grandes massas na discussão e aprofundar, ao máximo, os diversos pontos de vista. Ação esta que, além de politizadora, permitirá que se tenha uma proposição com força hegemônica real e que seja impulsionadora, por meio do esclarecimento e da participação, das mais amplas mobilizações. Agindo desta forma, o governo estará dando sinais de mudanças, independente do tempo que leve para as coisas serem realmente diferentes.

É necessário dizer, no entanto, que os sinais dados até agora pelo governo Lula, não são dos mais animadores, muito pelo contrário. Mesmo esperando que um Governo de Frente Popular, já constituído por meio de uma alian-

ça com a burguesia, seja, conseqüentemente, montado pelos limites de sua formação, algumas ações não precisariam existir. Primeiro, as nomeações: no Banco Central, um comandante de confiança do *Bank of Boston* e do FMI, que ganha uma “aposentadoria milionária” – às custas do repasse das dívidas – e defende a autonomia do Banco Central (um dos fatores fundamentais para continuar a aplicação do modelo neoliberal no Brasil); no Ministério do Desenvolvimento, um empresário que é devedor do BNDES e que aplicará sua prática acumulada na SADIA; no Ministério da Agricultura, um latifundiário que é contra a reforma agrária e, por várias vezes, já manifestou sua intransigência radical ao MST. Em segundo lugar, destaca-se o aumento dos juros, exigência do mercado (leia-se banqueiros; empresários de oligopólios, multinacionais, transnacionais; latifundiários; especuladores). Em terceiro, está a recente alteração do superávit primário que passou para 4,25%, representando cerca de 68 bilhões (o que indica que haverá de ter mais cortes por parte do Estado²).

Devemos adicionar ainda as várias declarações na imprensa, mesmo sabendo que não se tratam de alterações concretas na realidade e nem, necessariamente, daquilo que realmente pretende ou pensa o governo (levando em conta o compromisso da imprensa com o capital).

No caso da previdência, tais declarações acenam na continuidade de todas as mudanças iniciadas pelo governo de FHC, por meio das alterações legais/institucionais que ele iniciou. Corre-se o risco, portanto, de não haver absolutamente nenhuma modificação na ordem vigente. Pior, há uma tendência de se prolongar a contra-reforma que foi aplicada durante todo o governo passado. Ou seja, são modi-

É necessário dizer, no entanto, que os sinais dados até agora pelo governo Lula, não são dos mais animadores, muito pelo contrário.

ficações na superestrutura para maiores ajustes ao próprio sistema do capital. Tanto a opção para iniciar as chamadas “reformas” quanto o conteúdo – ainda em fase de divulgação e propaganda – apontam para o prolongamento da ordem. Isto significa dar continuidade ao curso neoliberal que foi enfraquecido pelo conteúdo das eleições.

Este debate ganha, neste sentido, centralidade na conjuntura: ao mesmo tempo em que os setores populares (sindicalistas classistas, socialistas, intelectuais críticos, “lutadores do povo”) se colocam em uma situação de defesa intransigente dos direitos conquistados, passam a ter o desafio de serem impulsionadores de reformas e não de mantenedores da ordem. Esta

dores que hoje gozam do descanso. Portanto, uma conquista fundamental de prolongamento e melhoria da vida.

Neste sentido, a participação ativa e organizada no debate e nas ações sociais, políticas e de massas que existirão no percurso, é uma tarefa fundamental: deve ser pauta obrigatória das entidades operárias e populares; deve ser aberta a participação de milhões de pessoas.

Sabemos bem que a previdência é um direito para quem trabalha. Neste sentido, não é um direito do “cidadão”, mas, sim, da classe. Devemos ter clareza de sua importância e, por consequência, da importância do debate. E mesmo sabendo que é um debate que todos devam se envolver, tal envolvimento não se dará pelo mes-

mas internos à previdência, são externos. São produtos da formação social patrimonialista e autoritária, na qual a burguesia, por dentro do Estado, o utilizou para agencializar os seus negócios. Tais problemas para serem resolvidos não demandam reformas e, sim, atitudes do governo em: investigar e punir os responsáveis. As tão divulgadas “aposentadorias milionárias” são facilmente resolvidas, cumprindo a determinação do teto salarial determinado pelo salário do Presidente da República. Que se cumpra então a lei, tanto para aposentados como para ativos acabando assim com os reais privilégios.

Somam-se, ainda, a estes problemas, problemas que podemos chamar de “em torno da previdência”. Aqui destacamos os baixos salários; a precarização dos direitos trabalhistas; o orçamento da União; o desemprego; pagamento da dívida; concentração de renda; relação entre ativos e aposentados (e pensionistas) no serviço público; enfim, vários problemas que atingem a previdência – também por fora – mas que são produto – principalmente – do neoliberalismo. Não podemos também confundir: tais problemas não demandam reforma da previdência e, sim, um conjunto de medidas e reformas em todas as esferas que, com certeza, daria sobriedade e fôlego ao sistema previdenciário.

Por fim, há os verdadeiros problemas da previdência. Estes, sim, precisam ser superados. Há descontinuidade de caixa, herança dos vários institutos que foram se fundido até se chegar no INSS; há uma cultura de não pagamento da “contribuição previdenciária”; há os fundos de pensão (previdência complementar aberta e fechada), já em andamento, previstos na Emenda Constitucional 20; há um conjunto de informações que não batem, desajustadas, encobertas, que devem

Muitos dos problemas citados até agora como corrupção, sonegação, desvio de dinheiro, falta de controle do caixa previdenciário, altos salários etc., não são problemas internos à previdência, são externos.

não é uma equação simples, ao contrário, indica que tende haver uma ampliação da já complexa luta de classes em curso.

Mas, o debate deve ser bem situado. A reforma da previdência não é apenas uma negociação coletiva corporativa (sem qualquer demérito a esta tarefa). Trata-se, necessariamente, de um debate que atinge toda a sociedade, por meio do qual se pode construir sistemas ainda mais comprometidos com o capital ou sistemas que façam avançar os direitos e a consciência da classe. Isto porque a previdência é um dos mais importantes direitos conquistados dentro do capitalismo. É, digamos, um pacto de vida, no qual trabalhadores em pleno exercício de sua força de trabalho ajudam, de forma solidária, a sustentar os trabalha-

do motivo. Enquanto os interesses do capital – e dos representantes do mercado – serão o da privatização da previdência, os interesses dos trabalhadores serão o da universalização da mesma, permitindo que todos que possuem apenas a força de trabalho para vender tenham acesso a este direito. A participação ativa é, portanto, o meio de se constituir um modelo ainda mais avançado do que o que hoje existe no Brasil: uma previdência pública, solidária e por repartição.

Mas, para isto, é de fundamental importância ter clareza das diferenças entre os problemas internos e externos à previdência. Muitos dos problemas citados até agora como corrupção, sonegação, desvio de dinheiro, falta de controle do caixa previdenciário, altos salários etc., não são proble-

se tornar transparentes para toda a população; há modelos descontínuos em estados, municípios etc. que desorganizam e variam com a previdência; há o problema da inexistência de um caixa de previdência no Regime Próprio dos Servidores Federais e na grande maioria dos municipais e estaduais; há o não recolhimento do estado. Enfim, estes são os variados problemas que enfrentamos e que podem ser corrigidos, mas nada que é tão urgente assim, pois, se os problemas que aqui chamamos de “externos” e “em torno” fossem resolvidos a situação atual estaria equilibrada.

Mas, diga-se de passagem, dois atos, especificamente sobre a previdência, trariam bons sinais e, em nossa opinião, estes, sim, devem ser considerados urgentes: o questionamento da lógica da Emenda Constitucional 20, buscando sua revogação e a retirada (ou arquivamento) imediata do PL 09 (que amarra o conjunto de medidas privatistas). O primeiro não é da alçada do governo, apesar de ele, com certeza, poder manifestar-se sobre o assunto. O segundo, no entanto, está ao seu alcance. Os projetos de leis complementares são prerrogativas dos governos e, portanto, o mesmo pode apresentar ou retirar na hora que desejar. Esta ação combinada com um prazo maior para a discussão daria um sinal positivo para o conjunto dos trabalhadores. Melhor ainda se forem alteradas as prioridades e o debate sobre as reformas – como aparentava em toda a campanha – iniciar pela reforma tributária, no lugar da previdenciária.

2. Os problemas em torno da previdência

A previdência social no Brasil, como já dissemos, vive, mais precisamente, o que podemos chamar de “problemas em torno”, em vez de pro-

blemas próprios do sistema previdenciário. Vamos utilizar algumas informações quantitativas para explicitar nossas críticas e elaborar algumas considerações sobre o assunto. Trabalharemos aqui com informações orçamentárias e outras referentes ao Regime Geral e ao Regime Próprio – privilegiaremos o serviço público federal, pois cada esfera governamental é responsável por seus beneficiários da previdência. Além disso, trabalharemos a questão do distanciamento entre emprego formal e informal (no setor privado); a disparidade entre ativos e aposentados (e pensionistas) no setor

ção, por sua vez, não encontra peso, ao menos, proporcionalmente igual, entre os dois orçamentos. O gasto com pessoal e encargos sociais cresceu 12,96%; o gasto com “serviços públicos” (chamado de outras despesas líquidas) cresceu 4,32%; enquanto isto, os investimentos sofreram um decréscimo de -58,35% e os serviços da dívida ampliaram em 101,09%. A ampliação dos serviços da dívida, que correspondeu a R\$ 339.809.090.035,00, se ficasse no patamar de 83% de crescimento, ou seja, R\$ 279.409.090.035,00, seria possível cobrir o déficit anunciado



público. Por fim, faremos menção à enorme concentração de renda que predomina no país – fato que deve ter, imediatamente, um tratamento sério, por meio de uma taxa superior às grandes riquezas.

2.1. A questão orçamentária

O orçamento de 2003 é emblemático. Houve um crescimento nas despesas, do orçamento de 2002 para o orçamento de 2003 de R\$ 359.122.587.971,00, ou seja, 55,21%. O orçamento que havia sido de R\$ 650.409.607.960,00, em 2002, chega, em 2003, com o valor de R\$ 1.009.532.195.931,00. Tal diferencia-

pelo Ministério da Previdência (60 bilhões e 400 milhões de reais).

Não são apenas estas as demonstrações de uma análise mais detida do orçamento. A peça orçamentária prevê um reajuste de 4% para os servidores públicos federais, em 2003, mas com dinheiro em caixa – segunda a informação – para um reajuste apenas de 2,5%. O restante dependeria de promover a sobretaxa dos aposentados e pensionistas para poder arrecadar e gastar. Ou seja, cria-se, mesmo no orçamento uma série de justificativas para “repassar” os servidores para o modelo Geral da Previdência (o que é absolutamente diferente de constituir

uma única caixa previdenciária).

A primeira lição destas cifras é a necessidade de rompimento de contratos. Somos adeptos da suspensão do pagamento da dívida, mas, como podemos ver, mesmo a redução dos percentuais representaria uma possibilidade de crescimento, em todos os aspectos, tanto do ponto de vista do investimento social do Estado, quanto dos direitos trabalhistas. O segundo ensinamento é que o orçamento é utilizado para forçar medidas que atuem no caminho da privatização e da precarização dos direitos adquiridos. Ou seja, não se discute o “engessamento” dos valores (reais ou irreais) destinados aos encargos da dívida, mas busca-se responsabilizar o pagamento dos aposentados e pensionistas pela capacidade de reajuste do conjunto dos servidores. Esta é mais uma armadilha que, necessariamente, deve ser evitada.

2.2. Trabalhadores do setor privado e do setor público: precarização e distorções

Podemos ainda fazer uma comparação do problema que existe no Serviço Público Federal. Entre 1991 e 2001, houve um crescimento absurdo da relação entre aposentados/pensionistas e ativos, em todo o serviço público. Em 1991, os trabalhadores apo-



sentados e pensionistas representavam 33% dos servidores públicos federais. Este percentual, em 2001, passou para 52%. Ou seja, houve uma queda de 67% de contribuintes para 48%. Além disso, houve um peso de gastos que ampliaram 1,75 (vezes) em relação ao que era antes.

Cabe registrar, no entanto, que estes números que aqui divulgamos, retirados do Boletim de Pessoal editado pelo MPOG, em dezembro, são absolutamente incompletos e parciais. Estimamos hoje que há, entre os ditos ativos, cerca de 40% de terceirizados, contratos provisórios, convênios, consultores etc. Isto significa que o número de contribuintes para o Regime Próprio passa a ser, na verdade, de 30% e não de 48%, como os números parecem apresentar. A queda é ainda maior frente ao aumento dos gastos. Além disso, esta situação cria problemas ainda maiores, tendo em vista que os trabalhadores precarizados não possuem “costume” de contribuir com a previdência, fazendo com que o problema chegue também no Regime Geral (já que estes trabalhadores, que não são regidos pelo Regime Próprio, pagam ao INSS – se pagarem).

É evidente que estes números possuem gargalos em alguns setores no serviço público. Os servidores ativos da Administração Direta, das autarquias e fundações, passaram de 67%, em 1991, para 43%, em 2001. Além de esta distorção gerar um problema de atendimento, já que neste período a população cresceu 40%, cria também uma redução da capacidade de sustentação dos aposentados e pensionistas. Problema que fica ainda maior se levarmos em conta que, no Regime Próprio de Previdência Social, não há a contribuição do patronato (que sonega o desconto) e há uma confusão de caixa, pois, o arrecadado se junta com os gastos gerais (mas este é um deba-

te próprio da previdência). Ainda com o problema de caixa, com os dinheiros desviados, corrompidos e desaparecidos pelo meio do caminho da história previdenciária brasileira, a desproporção tende a se ampliar. Se a proporção ao menos se mantivesse, os tais “déficits” anunciados seriam cerca de 39% dos pretensos números atuais (divulgados pelo novo Ministério da Previdência).

No Regime Geral da Previdência, tal problema não é muito diferente. No ano de 1990, os trabalhadores com carteira assinada correspondiam a 57,7% dos ocupados e, em 2002, vão representar apenas 45,5%. Houve uma queda de 13,7% da representação dos que realmente contribuem com a previdência, visto que o sistema atual não é universal, ou seja, não consegue atingir o conjunto dos trabalhadores. Observa-se que há um crescimento dos trabalhadores sem carteira assinada que passam, nesta época, de 19,3% para 27,8% e aqueles que trabalham por contra própria passaram de 18,5% para 22,6%. São números assustadores, motivados pelos mesmos contratos com FMI que ampliaram os valores da dívida. Acrescentam-se a esse quadro os cerca de 20% de desempregados – segundo os cálculos aproximados do Ministério do Trabalho – existentes no país.

Voltamos a dizer: a cultura de direito imediato leva os trabalhadores precarizados a não contribuírem para a previdência. Os direitos da previdência necessitam uma visão de longo tempo (algo em torno de 30 anos para frente e para trás) e uma visão de conjunto (pois o modelo coletivo, que pretendemos solidário) supera a idéia de direito individual. Isto exige uma ampla campanha, fazendo com que se atinja a consciência do conjunto dos trabalhadores e de seus dependentes. A estimativa é que para cada trabalhador

aposentado, há cerca de 2,5 pessoas que dependem indiretamente deste direito. Isso atinge, portanto, muito mais pessoas do que o número exato de pessoas que recebem pensões e aposentadorias nos dois regimes.

2.3. Sonegação, corrupção e concentração de renda

Cabe registrar ainda as sonegações dos empregadores, a corrupção existente no caixa do INSS e a alta concentração de renda, concentração esta que aparece também no INSS, afinal, 65% dos beneficiados com a previdência, no Regime Geral, recebem até um salário mínimo. Ou seja, isto representa cerca de 35% do dinheiro da previdência, os outros 65% arrecadados (somados ao tal “déficit”, é claro) vão para 35% dos beneficiários do regime.

Isto ainda tem impacto de outros valores. Fala-se hoje de um valor aproximado de 150 bilhões de reais de dívida ativa, apenas de sonegação. Isto significa mais que o dobro do divulgado “déficit”. Ao ser verdade, o déficit não existe e, sim, uma total incapacidade do governo de fazer valer os compromissos com o patronato de, um lado; e de uma hiper disposição de romper contratos com os trabalhadores aposentados e pensionistas. Isto não é um problema da previdência, mas do próprio governo. Além disso, um problema de tributação – que uma reforma tributária ajudaria muito em resolver.

Nos últimos dias, foram divulgados casos de corrupção na previdência, no Rio de Janeiro. Todos sabem da existência de corrupções e que a cada nova investigação se encontram novos corruptos e novos valores de “dívidas ativas”. Às vezes, a identificação destes problemas ocorrem, inclusive, por acaso. Não por meio de uma investigação decente, mas, sim, por cruzamen-

Como podemos ver, muitos dos problemas divulgados como da previdência são, na verdade, problemas do país.

Uma situação que nos persegue na história, fazendo com que sejamos sempre o “país do futuro”

to de várias informações bancárias, do Imposto de Renda etc. Novamente, voltamos a dizer, que o governo deve reforçar o papel do Ministério Público e ampliar as investigações. Além disso, cobrar os que devem. Somente estas atitudes, sem precisar de qualquer reforma no setor.

No entanto, o problema mais sério seria o de fazer qualquer ligação entre o crescimento da expectativa de vida dos brasileiros e o problema da previdência, para justificar, de forma cínica, sua desregulamentação. Os levantamentos que constam no “Diagnóstico dos Sistema Previdenciário”, publicado pelo atual Ministério da Previdência aponta um crescimento populacional de 15,6%. Deste valor total, as pessoas entre 0 e 59 anos aumentaram 22%, enquanto que as pessoas com 60 anos ou mais ampliaram 35,6%. Há também uma nítida queda da natalidade apresentada por números gerais que passou de 50.988.432, em 1991, para 50.266.122, em 2000. Esta variação não pode e não deve ser tratada como um entrave, ao contrário. Manter uma equalização entre a natalidade e número de idosos é um desafio para qualquer nação ou governo, mas, o fundamental, nesta seara, será sempre

a capacidade de ampliar a expectativa de vida da população. A previdência ocupa papel central para o alcance deste desafio e é necessário, para isto, recuperar o conceito de seguridade social, unificando a previdência com a saúde e assistência.

No caso da concentração de renda, as informações disponíveis são assustadoras³. Em 1998, os empregadores somados aos grandes gerentes e administradores do capital detinham 33,8% do total da renda nacional e representavam 13,2% da população. Já o conjunto dos trabalhadores (carteira assinada, informais, autônomos, etc) que representavam 72,2% da população economicamente ativa, possuem 47,9% da renda nacional. Esta distorção amplia quando pensamos que 54% dos desempregados possuem até 24 anos. Não há como negar que o desemprego somado à concentração pesa sobre a previdência, pois, o aposentado acaba tendo que sustentar um número cada vez maior de pessoas, principalmente jovens que não encontram espaço no mercado de trabalho. Levando em consideração que estes são os números de 1998, o que dizer da situação nos anos de maior aperto e desenrolar da crise: 1999, 2000, 2001 e 2002?

Como podemos ver, muitos dos problemas divulgados como da previdência são, na verdade, problemas do país. Uma situação que nos persegue na história, fazendo com que sejamos sempre o “país do futuro”. Situação infelizmente aprofundada com a aplicação do neoliberalismo - expressão atual do capitalismo – que marcou toda a década de 90 e ainda não teve seu curso definitivamente interrompido.

3. Discutindo a previdência: uma alternativa pública, solidária e por repartição

3.1. Um balanço necessário

Há dois fatores centrais que levam os neoliberais a investirem na privatização da previdência, em todo o mundo. O primeiro é que o “negócio previdência” está hoje computado entre os cinco mais lucrativos do planeta. O segundo é que o desvencilhamento da previdência por parte do Estado representará menos investimento em serviço público, maior possibilidade para os ajustes fiscais e, como consequência, o crescimento do chamado superávit primário. Justamente por isto, o governo de FHC não vacilou e preparou o terreno para que todas as alterações fossem feitas. Destaca-se, neste sentido, a aprovação da Emenda Constitucional 20, de 1998, que alterou tempo de serviço por tempo de contribuição e criou condições para duas mudanças centrais na linha do Consenso de Washington: a ampliação das carteiras privadas de previdência e o fim da previdência específica dos servidores públicos.

Com formatos distintos, a desregulamentação do direito previdenciário chegou tanto aos países que viveram as “benesses” do Estado de Bem-Estar Social quanto aos que não conseguiram ultrapassar os modelos “desenvolvimentistas”. A França se mobilizou contra as mudanças, a Inglaterra sofreu variadas alterações e, podemos dizer, que a máxima foi implantada no Chile. O modelo destruidor e já falido do Chile, imposto pelo governo militar, privatizou completamente a previdência e obrigou o Estado a assumir o ônus do rompimento de contrato dos bancos privados de previdência. Na Argentina, a reforma neoliberal de 1994 foi uma das principais causas do colapso econômico e social pelo qual passa hoje o país. Portanto, devemos enfren-



tar esse debate no Brasil, tendo clareza dos rumos hegemônicos que a questão tomou diante do mundo. Mas não é hora apenas de resistir: temos esperança de estarmos vivendo um tempo de avanços.

Há distorções e problemas na previdência brasileira, como há em toda a esfera pública estatal que viveu os longos anos de patrimonialismo estatal e, a partir da década de 90, conheceu uma espécie de patrimonialismo privado que veio se consolidando pelas privatizações e por meio das terceirizações progressivas. Estas, sim, são as distorções que devem ser resolvidas. Logo, a previdência merece, sim, uma grande REFORMA, assim como todos os setores: tributário, judiciário, administração pública, educação, saúde, etc. Porém, uma reforma para ampliar os direitos, retomar a capacidade de investimento e ação do Estado, superar os problemas estruturais do Brasil e acumular no caminho da superação metabólica do capital. Quaisquer outras mudanças seriam para prolongar o capitalismo que, nesta época de crise profunda, prolongada e estrutural, significará a aproximação contínua à barbárie. Sem dúvida, é hora de conquistar novos direitos. Inclusive, se fôssemos eleger, por ordem de prioridade, as reformas necessárias, diríamos,

sem hesitar, que a mais importante seria a TRIBUTÁRIA. É necessário acabar com as sonegações; retirar o bolsão de impostos que pesa sobre o setor médio; taxar as grandes riquezas; ampliar o crescimento com desconcentração de renda. Esta, sim, faria crescer o nível de emprego, melhorar as condições de vida e aumentar a circulação de mercadorias (como desejam os defensores do mercado de massas).

Contudo, não é isto que vem sendo apontado. Ao eleger a reforma da previdência como prioritária e divulgar as mudanças futuras com o mesmo conteúdo do governo passado, o governo de Lula indica a possibilidade de dar continuidade à longa estrada de retirada de direitos. O pior é que demonstram ou um total desconhecimento sobre os problemas ou mesmo uma total adesão à idéia de solucionar os problemas por meio da extinção de direitos (como é feito com as privatizações). Para isto, o diagnóstico dos problemas existentes na previdência são fundamentais.

No geral, os problemas internos que existem na previdência são: corrupção; desvios de verbas; patrimonialismo e concentração (cerca de 66% de aposentados utilizam aproximadamente 30% do fundo). Há, no entanto, problemas específicos e externos que atingem qualquer sistema público de previdência, dentre os quais se destacam o desemprego e a concentração de renda. As grandes taxas de desempregados impedem a continuidade de um ciclo vigoroso de solidariedade, no qual ativos de hoje possam sustentar os ativos de ontem. Já a concentração de renda torna a previdência um negócio atraente e inibe a possibilidade de aposentadorias justas. Do ponto de vista específico, podemos dizer que os servidores públicos vivem o problema de um caixa que, ao misturar as verbas, permitiu que o dinheiro se disper-

sasse em todo tipo de investimento e se criasse uma realidade na qual os cerca de 65% de aposentados não podem ser mantidos pelos ativos existentes (principalmente porque o dinheiro arrecadado historicamente se perdeu).

O diagnóstico é, sim, uma peça fundamental para que possamos desenvolver políticas de alteração favoráveis aos trabalhadores. Ou seja, com este diagnóstico, saídas como as que estão sendo apontadas tornam-se absurdas. Para resolver o problema da previdência, é necessário um controle maior do Estado e da sociedade organizada sobre o caixa, a arrecadação, a administração das verbas e de todo sistema previdenciário. Além disso, é necessário vencer o desemprego, tanto no setor público quanto no privado, permitindo uma inversão das condições. Medidas enérgicas para desconcentrar renda, ou seja, para taxar riquezas, seriam também fundamentais. Aí, sim, com tais mudanças e com a garantia de uma previdência pública, universal, solidária e por repartição, poderíamos falar em Reforma. Por enquanto, infelizmente, o governo atual não conseguiu sair do campo das “contrarreformas”.

A previdência no Brasil se divide em três regimes gerais: RGPS – Regime Geral de Previdência Social; RPPS – Regime Próprio de Previdência Social e o Regime Complementar (privado). Os trabalhadores regidos pela CLT, contratos provisórios ou terceirizados (ou qualquer outro tipo de precarização) contribuem compulsoriamente (se possuem carteira assinada) ou voluntariamente (se não possuem carteira assinada). No primeiro caso, a contribuição, para o INSS, oscila entre 7,5% até 11% (aplicado aos trabalhadores individuais) sobre um valor aproximado de 7,5 salários mínimos – R\$ 1.561,56 (independente do salário

do contribuinte), valor máximo que, em contra partida, podem receber do INSS quando aposentados. No caso das empregadas domésticas, a contribuição das trabalhadoras é de 7,65%, e no caso dos trabalhadores por conta própria (ou que decidem contribuir individualmente), mas não possuem a contribuição do empregador, o valor é de 20%. Se quiserem algo a mais, precisam constituir um título de previdência privada. Além disso, estes trabalhadores, quando não contribuem com o carnê e, sim, por descontos diretos no contrato de trabalho, contam com a contribuição dos patrões. Sobre o tempo de contribuição (A MP 20, de 98, transformou tempo de serviço em tempo de contribuição), os celetistas – ou quem paga o carnê – devem contribuir, para aposentadoria integral, durante 30 anos, no caso das mulheres, e durante 35 anos, no caso dos homens.

Já os servidores públicos, lotados no Regime Próprio de Previdência Social, possuem características absolutamente distintas: contribuem com base no valor total dos salários; não contam com a contribuição patronal do Estado (que sonega) e não possuem caixa diferenciado, fazendo com que a contribuição da previdência se perca no conjunto de arrecadação do estado e siga para os diversos gastos do orçamento. As diferenças internas dos servidores são: as que separam militares, que contribuem com 7,5% do total, dos civis, que contribuem com 11% do total; o tempo de contribuição (policiais e militares contribuem com 30

anos, os civis contribuem com o mesmo tempo que os da iniciativa privada). No geral, a aposentadoria requer, no mínimo, a idade de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

Cabe ressaltar, no entanto, dois elementos importantes que são transversais na discussão da previdência. O primeiro diz respeito aos militares que, após a Emenda Constitucional 18, não são considerados mais servidores. Esse foi mais um golpe do conjunto de desregulamentações aplicado pelo governo de FHC. A separação dos militares do civil se deu para justificar reajustes dados aos militantes, sem necessidade de incorporação aos ativos. O tiro, no entanto, agora sai pela culatra, visto que a situação dos militares não pode ser considerada como dos servidores públicos, por mais proximidade ou diferença que tenham uns em relação aos outros.

O segundo diz respeito à tradição estatutária dos servidores públicos⁴. Isto cria duas variações que se modificam após a constituição de 1988 e a aprovação do antigo RJU, hoje apenas Lei 8.112. Primeiro, o Estado sempre sustentou a aposentadoria dos servidores públicos federais. Inclusive isto é muito mais coerente, levando em conta que a legislação dos servidores não os trata como trabalhadores; não os trata como contratados, mas, sim, como empossados ou “adesistas”. Inclusive, este fator possibilita, juridicamente, a explicação da inexistência de acordos coletivos etc. É necessário al-

Só tem direito hoje à previdência quem paga e comprova que pagou. Todo a contribuição patronal e dos trabalhadores, ao longo da história, aparecem, hoje, como “déficit previdenciário.

terar esta realidade. Servidores são trabalhadores, pagos pelo Estado, e qualquer diferenciação que possa haver por conta da relação de trabalho ou da execução (responsabilidade) do ofício não pode desconfigurar a situação real de trabalhador (daquele que vende sua força de trabalho e sobrevive apenas desta venda). Mas, antes do RJU, os servidores viveram uma dupla realidade que misturava estatutários com celetistas. Durante muito tempo, muitos dos servidores regidos pela Lei 8.112 contribuíram para os vários institutos que existiram na história da previdência. Esta contribuição não veio para o Estado com as alterações de Regime e, também, se viessem, de nada adiantaria, pois, cairiam no “caixa misto” existente.

As alterações de 1998 transformaram tempo de serviço em tempo de contribuição: só tem direito hoje à previdência quem paga e comprova que pagou. Todo a contribuição patronal e dos trabalhadores, ao longo da história, aparecem, hoje, como “déficit previdenciário”. Rejeitamos esta posição. É necessário que o governo Lula abra os caixas da previdência, mostre para onde foi o dinheiro, divulgue que há um “superávit passivo” nas contas previdenciárias. Diante da ampliação progressiva das distorções ocorridas no Brasil, não se pode, neste momento, utilizar o mesmo discurso que sempre combatemos na luta de classes brasileira.

O Regime Próprio de Previdência Social vive também seus problemas específicos: a constituição de uma única caixa, que torna NULA a contribuição dos trabalhadores e a transforma em simples desconto patronal (do Estado – que, por sua vez, não contribui) e o absoluto desajuste entre servidores aposentados e pensionistas, de um lado (65%), e servidores em ativa, de outro (30%). Não é possível manter a

O que existe é “apropriação indébita” do dinheiro dos trabalhadores por parte do Estado. Ou seja, há um superávit passivo que deve ser resgatado.

aposentadoria hoje porque: o dinheiro arrecadado dos servidores ativos (contribuição sobre o valor total dos salários) se perdeu com o tempo: foi utilizado junto com o conjunto das verbas para as despesas orçamentárias. Durante os oito anos de governo de FHC, houve um crescimento absurdo do número de aposentados e pensionistas em relação ao número de ativos. Portanto, esta distorção na relação da situação funcional implicou a impossibilidade de sustentação dos aposentados atuais. Fato que ocorreu porque não há acumulação dos descontos.

É claro, no entanto, que os problemas gerais também se aprofundaram. Em todos os casos, há desvio das “contribuições previdenciárias”, um aumento crônico do desemprego e um processo progressivo de precarização do trabalho, o que coloca milhões de trabalhadores fora dos regimes, impossibilitando a sustentação dos aposentados. Os baixos salários, a ausência de reajuste e o crescimento de parcelas indiretas de salários ou mesmo de “não salários” (vales, gratificações, banco de horas etc.) fazem ampliar os problemas, as distorções e as impossibilidades de sustentação das condições atuais.

Por isto, não concordamos que exista déficit previdenciário. O que existe é “apropriação indébita” do dinheiro dos trabalhadores por parte do

Estado. Ou seja, há um superávit passivo que deve ser resgatado. O Estado deve prestar conta, mostrar para onde foi o dinheiro, abrir as “caixas nebulosas” da previdência. Não pode sobre taxar os trabalhadores, responsabilizando quem não administrou o setor corrompido pelo desaparecimento das contribuições.

O que ocorre é que a direção majoritária da CUT e do PT assim como o Mercado (bancos privados de olho na previdência) restringem-se em discutir os limites salariais para a previdência pública e, como tudo indica, já fizeram um pacto para aprovação e regulamentação de um modelo privado, dando seqüência à Emenda Constitucional 20. Hoje, o teto para a contribuição é de 7,5 SM. Quem recebe mais que isso já necessita fazer uma “conta privada de previdência”. Portanto, para os trabalhadores que contribuem para o INSS, a previdência já é limitada. A disputa que divide PT, CUT e mercado é o teto de contribuição: o mercado defende 3 SM; a CUT defende 20 SM e o PT defende 10 SM. Tudo indica que os 7,5 serão mantidos, se o debate se concentrar nesta opção equivocada de debater tetos.

Mas, alertamos, discutir o teto é uma das grandes armadilhas deste debate. Se o teto for 10, 20, 30 ou mais salários mínimos, a diferença será apenas o tempo. De imediato, haverá uma aparência de atendimento, pois, grande parte da população que trabalha, estará dentro do teto. No entanto, com a corrosão salarial e com a tendência de espremer, ao máximo, o setor público e os direitos, para ampliar o lucro dos banqueiros, esta realidade tende a mudar. Não se pode, neste momento, que temos a possibilidade de criar situações favoráveis, ceder para os interesses do FMI. É hora de fazer justamente o contrário, ampliar as condições de crescimento de direito e a segurança

dos que trabalham. Além do mais, todo o argumento sobre os milionários salários da previdência são pirotécnicos, pois isto não será resolvido com teto e, sim, com o fim da corrupção, com os favorecimentos dos amigos da burguesia (e de seus correlatos), ou seja, fazendo valer a legislação que já existe (sem demandar quaisquer alterações institucionais, legais).

De outro lado, atacam os servidores públicos e resolvem acabar com a previdência diferenciada. Mas, para todos estes atores, acabar com a RPPS significa apenas colocar todos os servidores, novos ou antigos (que há muito já são descontados 11% sobre o valor total dos salários), no RGPS. Não se pode assimilar a lógica do “direito constituído”, pois o que está em jogo é uma reforma, ou seja, constituições de direitos para um prazo razoavelmente prolongado. Isto exige que se pense para além dos servidores atuais, mas, sim, sobre o conjunto do serviço público (os que estão e os que entrarão). Não se pode, com a lógica de que o que for resolvido valer apenas para o futuro, fazer um pacto de desconstituição de direitos para os que entrarem no serviço público não gozarem de uma previdência minimamente digna. Tão equivocado seria comparar os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada com os dos servidores. Não há compensação de direitos. Seja como for, haverá diferenciações, no conjunto dos direitos – mesmo que não exista especificamente na previdência – e as diferenças não podem ser consideradas privilégios nem para uns nem para outros. O que se precisa hoje é da mais profunda unidade de todos os setores que vivem do trabalho para garantir e avançar nos direitos conquistados.

Isto não é mudança e muito menos reforma: é desregulamentação de direitos. Além disso, passa-se a mão na cabeça dos militares, colocando-os de

fora do conjunto das mudanças que pretende o atual governo. Mudanças que, diga-se de passagem, estão na pauta das exigências do FMI, da especulação, do sistema financeiro. Chegam a confundir as condições de previdência de militares e servidores: ou não conhecem ou não divulgam a verdade. Diante disso, não temos dúvidas, é necessário garantir o mais amplo debate na sociedade, com participação real dos setores organizados sobre o futuro da previdência no Brasil. E isto deve ser feito antes do envio do projeto para o parlamento, pois, com tal atitude, querendo ou não, o governo constituirá um fato consumado sobre



o tema. Infelizmente, ao que tudo indica, tal fato consumado seguirá os caminhos da onda neoliberal.

Mas não podemos deixar de dizer que, para dar andamento às principais e mais imediatas tarefas a fim de resolver os problemas do sistema previdenciário no Brasil, não se precisa reformar a previdência, visto que o principal problema é a corrupção e a apropriação indébita do Estado das contribuições dos trabalhadores. Passar um pente fino, administrar com seriedade, erradicar a corrupção, moralizar o setor são tarefas centrais que não exigem reforma, mas, sim, ação e vontade política.

Finalmente, não podemos aceitar que distorções absurdas sejam criadas. O desconto dos aposentados no Serviço Público é uma ação autoritária, descabida e inaceitável. É necessário, para que o governo reafirme sua voca-

ção por mudanças e sua tradição democrática e popular, avançando na construção de uma ampla reforma, que construa uma real melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, no Brasil.

3.2. Uma proposta para o setor

Nós defendemos a universalização da previdência com base em uma profunda reforma que garanta um Regime único, público, solidário, por repartição. Ou seja: é necessário a criação de um sistema no qual os ativos da atualidade sustentem os aposentados e pensionistas. Para tanto, será necessário crescer, ampliar, criar novos postos

de trabalho e garantir mais vagas, tanto no serviço público como na iniciativa privada. A previdência universal necessita garantir, para todos os que trabalham, o direito à sobrevivência quando aposentados. Isto exige, necessariamente, resgatar o conceito de seguridade social (progressivamente quebrado em nossa história). Somente garantindo um modelo que, ao mesmo tempo, possa investir na assistência, na saúde e na previdência serão dados passos importantes. Esta é a primeira e mais importante medida: resgatar o conceito de seguridade social pública. Para tanto, não se deve pensar em equilíbrio fiscal, pois esta armadilha neoliberal levará, necessariamente, a criação de setores privados ou de uma privatização generalizada como foi feita no Chile ou na Argentina. Um modelo destruidor que, no final das contas, o Estado tem que assegurar

(após dar muitos lucros aos banqueiros, é claro).

A universalização é o segundo passo que deve constar em um próximo sistema. Universalizar a Seguridade Social significa que todos os trabalhadores devem ter acesso à previdência, a saúde e assistência. Trabalhadores do campo, da cidade, servidores, autônomos, informais, enfim, não pode haver limitações para os setores e as pessoas que vivem do trabalho. Uma grande campanha de conscientização e de inserção do conjunto dos trabalhadores deve ser desenvolvida urgentemente pelo Estado, por meio do novo governo.

Far-se-á necessário ainda garantir a constituição de uma caixa própria de previdência, administrada pelo governo, por meio de propriedade estatal, com controle público dos setores organizados. Nesse caso, as contribuições deverão ser feitas pelo critério de imposto progressivo, separado por faixas salariais, tanto para os trabalhadores quanto para os patrões (Estado e empresários), sobre o valor total dos salários, garantindo para todos os aposentados e pensionistas o direito de receber o valor salarial que ganhavam na época de sua aposentadoria. As mudanças exigidas, neste caso, são: manter os 11% como percentual máximo de contribuição e garantir que a contribuição patronal seja duas vezes superior à contribuição dos trabalhadores; garantir que todos os trabalhadores, inclusive os que trabalham por conta própria ou de qualquer outro modelo, que exija contribuição voluntária, paguem 11% dos rendimentos declarados; desfazer os fundos de pensão, abertos ou fechados, que existem hoje e possuem qualquer relação com o Estado; por fim, assegurar que todos os trabalhadores recebam a integralidade dos seus salários na ativa.

Não temos dúvidas que, para fazer

uma verdadeira reforma da previdência, seja necessário rever ou revogar as Leis complementares e a Emenda Constitucional número 20, pois, do contrário, prevalecerá à lógica da privatização. Assim como, sugerimos que o governo, imediatamente, retire o PL 09, demonstrando que vai trocar os tons e sons da música passada por uma melodia comprometida com o fundamental direito da humanidade que é a Seguridade Social e a previdência.

Notas

1. *Questões fundamentais para manter e prolongar a crise do capital. O capital vive a sua mais profunda e estrutural crise, não é apenas uma crise cíclica e, sim, prolongada. Os remédios apresentados até agora, pelos próprios capitalistas, não conseguiram reverter este fato. Para administrar esta situação, o neoliberalismo vem esgotando ao máximo as forças produtivas, inclusive lançando mão da ação desesperada da guerra. Se não houver uma alternativa concreta a isso, que do nosso ponto de vista só pode ser o socialismo, há risco de a humanidade conhecer a barbárie.*

2. *O Estado não tem mais de onde cortar. É necessário ficar atento, pois, se o discurso de Palocci for verdadeiro, quando afirma que haverá cortes nos investimentos que não serão em políticas sociais, é porque tais cortes tendem a ser na propriedade estatal e nos salários (ou quantidade) de servidores. Isso pode indicar a incorporação das mesmas idéias que inspiraram as organizações sociais e as OSCIPS.*

3. *Informações do IBGE sistematizadas pelo professor Waldir Quadros da UNICAMP e publicadas na Folha de São Paulo do dia 7 de outubro de 2001.*

4. *Até o início dos anos 70 os servidores não contribuíam, pois, eram regidos pela Lei 1711/52, portanto, o Estado sustentava a aposentadoria dos servidores. Após isso, se passa a ter servidores contratados pela CLT e inicia uma dupla vida. Somente em 1990, com o Regime Jurídico Único, começa a haver o desconto que servia mais como economia do Estado do que como contribuição, já que nunca houve uma caixa própria para gerir estes recursos.*

Referências Bibliográficas

1. PALMA, João Augusto da. **Trabalho e Previdência: o que já mudou.** São Paulo: LTr, 1998.
2. ARAÚJO, José Prata. **Como ficou a previdência dos Assegurados do INSS.** Minas Gerais: BIS Editora, 2002.
3. ARAÚJO, José Prata. **Guia dos Direitos Previdenciários dos Servidores Públicos.** Minas Gerais: BIS Editora, 2002.
4. COSTA, Romero Eliane. **Previdência Privada e Fundos de Pensão: Brasil, Chile e França.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 1996.
5. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich e vários autores. **O Manifesto Comunista 150 anos depois.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
6. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
7. LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.
8. MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora UNICAMP, 2002.
9. IASI, Mauro Luís. **O Dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.** São Paulo: Viramundo, 2002.
10. MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003
11. **Diagnóstico do Sistema Previdenciário Brasileiro.** Brasília: MPS; SPS, 2003
12. Direção da CUT Nacional; TODESCHINI, Remígio e outros. **Proposta da CUT para Previdência Social Pública.** São Paulo: CUT, 2002
13. BENJAMIN, César. **Reforma ou Contra-reforma?** Revista Caros Amigos: fevereiro, 2003.
14. ALVES, Eduardo. **Boletim "Bandeira Vermelha" (número 6 e 7 – www.insrolux.org).** Rio de Janeiro: INSRROLUX, janeiro e fevereiro, 2003.

Esta é uma proposta elaborada por **Eduardo Alves que é Assessor da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Cientista Social e editor do **Bandeira Vermelha** (www.insrolux.org). Contatos: edu.cond@uol.com.br ou insrolux@insrolux.org.*

O governo Lula e o desafio histórico da construção de um projeto democrático e popular de sociedade



Rodrigo de Souza Dantas

O sentido da mobilização social no governo Lula

O que propriamente acontece quando o principal território de acumulação capitalista neocolonial, no hemisfério ocidental, após mais de uma década sob hegemonia neoliberal, pela primeira vez elege para Presidente da República um ex-operário e sindicalista, egresso de movimentos sociais constituídos na perspectiva da reconstrução democrática e orgânica de uma alternativa socialista, idealizador, fundador e líder do Partido dos Trabalhadores, hoje, reconhecidamente o maior partido de esquerda do mundo ?

Se a chegada ao governo pela via eleitoral, mediante uma estratégia política pautada pela adoção da linha de menor resistência, por alianças e compromissos com as classes dominantes, pela formação de uma ampla coalizão governamental de centro-esquerda e pela aposta na negociação de um pacto social, não podendo ser

confundida com a tomada do poder, não é, por si só, suficiente para produzir as condições políticas, sociais

e culturais indispensáveis ao processo de construção de uma sociedade livre, soberana e radicalmente democrática, quais os caminhos para que os objetivos históricos do PT e a esperança de transformação social que o levou à consagração nas urnas possam materializar-se a médio e longo prazo, para além dos constrangimentos impostos

pela situação herdada, pelos novos modos de produção e reprodução global do poder e pela maneira como tudo isso veio a configurar pragmaticamente a estratégia adotada pelo PT para vencer as eleições e governar o país ?

Em outras palavras: que caminhos podem nos levar para além das determinações da agenda de curto prazo e de seus estrangimentos estruturais e conjunturais, de modo que o governo Lula não se limite à administração da crise capitalista e à contenção política dos movimentos sociais pela adoção paliativa de políticas compensatórias ?

Para além das mistificações midiáticas e seus agendamentos conceituais enviesados, das opiniões de seus porta-vozes e intelectuais e da hegemonia que elas têm exercido sobre a opinião pública, o tempo político do processo eleitoral, da transição governamental e da composição do novo governo, a prevalência de um tom carismático e emocional e o caráter incipiente do processo têm contribuído para que a discussão sobre o governo Lula ainda não tenha amadurecido, na abrangência e profundidade necessárias. Tudo parece estar obnubilado pela ambigüidade entre as diretrizes políticas fundamentais do governo Lula, no médio e longo prazo, e a cautela imposta no curto prazo pela necessidade de gerir um país avassalado pela acumulação financeira predatória, dependente dos fluxos de capital e dos humores do mercado financeiro, preso à ciranda da especulação e com mais da metade de seu orçamento comprometido com os juros da dívida, no momento em que a desvalorização generalizada dos ativos financeiros e a retração do fluxo de investimentos globais sinalizam uma crise financeira internacional, cuja real extensão e profundidade ainda não pode ser avaliada, ambigüidade agravada pelo fato de os membros do governo não poderem explicitar seu dile-

ma, por razões óbvias, contribuindo para o falatório dos que pretendem tipificar ou condenar prematuramente o governo Lula, em função de sua suposta adesão ao receituário econômico neoliberal. Não deveríamos nos deixar iludir por essa ambigüidade, que constitui o eixo do tratamento que a grande mídia tem dado ao governo. A precariedade da situação econômica e financeira do país, o orçamento mais restritivo dos últimos anos, uma conjuntura internacional incerta e adversa, a necessidade de organizar politicamente o governo e a máquina estatal e uma correlação de forças ainda bastante desfavorável não deixam espaços para a transformação imediata de uma política econômica estruturalmente determinada pela subordinação do Estado e da economia aos imperativos extorsivos de uma acumulação financeira sem precedentes. Uma brusca ruptura ou mesmo qualquer medida que possa confrontar os interesses do mercado financeiro inviabilizaria precocemente o governo Lula, mergulhando o país no abismo de uma crise econômica, política e social que comprometeria gravemente as condições de governabilidade. Ou para colocar as coisas do modo mais franco possível: num quadro restritivo como esse, uma ruptura com o FMI e com o receituário neoliberal, seguida pela

A transição política de uma sociedade escandalosamente injusta e desigual, em que todos os processos de modernização permaneceram incompletos, enviesados e estruturalmente dependentes dos centros de acumulação capitalista global.

suspensão ou pelo não-pagamento das dívidas, acarretaria muito provavelmente uma drástica reação dos EUA, a qual não teríamos forças para resistir. No momento em que ainda caminhamos no fio da navalha, uma atmosfera de enfrentamento e polarização acirrada, como na Venezuela sob locaute, tem de ser evitada a todo custo. A despeito da impaciência e indignação dos companheiros que desejariam que tudo pudesse ser feito imediatamente, de acordo com suas convicções políticas, deveríamos reconhecer que a estratégia do confronto, nos limites da atual conjuntura, apenas serviria aos interesses inconfessáveis de todos os que desejam o fracasso do governo Lula e o grave retrocesso político que daí adviria.

Deveríamos reconhecer que a transição política de uma sociedade escandalosamente injusta e desigual, em que todos os processos de modernização permaneceram incompletos, enviesados e estruturalmente dependentes dos centros de acumulação capitalista global, para uma sociedade livre, soberana e democrática, orientada pelo horizonte social, político e cultural da cidadania, da justiça e da igualdade social, é necessariamente um processo a ser construído no médio e longo prazo. Uma transição profunda como essa não pode se dar de cima para baixo, mediante decretos governamentais e a execução de políticas públicas fundadas num processo de rígida centralização estatal e em ruptura imediata com as determinações estruturais e conjunturais do processo neocolonial que domina ainda hoje a existência da sociedade brasileira; pelo contrário, as rupturas e transformações necessárias a essa transição exigem um profundo enraizamento político, social e cultural, sem o qual permaneceríamos presos à lógica destrutiva de um confronto prematuro, para o qual ainda não temos

forças suficientemente acumuladas. Por ora, o conjunto de condições políticas, econômicas, sociais e culturais para uma ruptura ainda não estão suficientemente maduras; o que existe, em função do reconhecimento generalizado de uma situação de crise sistêmica e da insustentabilidade dos parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais que até aqui regeram nossa história, é tão só uma decisão e uma disposição política da sociedade brasileira, no sentido de construir progressivamente o conjunto de condições que, a médio e longo prazo, permitirão a emergência consistente de uma sociedade livre, justa, fraterna, soberana e radicalmente democrática. Foi este o sentido do mandato popular outorgado a Lula. Esta decisão e disposição política, à medida que estão na base da vitória de Lula, de sua popularidade e da esperança suscitada por seu governo, precisam ser conseqüentemente trabalhadas, no âmbito de uma articulação consistente e democrática entre o governo e a sociedade civil organizada, a fim de que o processo não venha a ser abortado precocemente, ou, de outro modo, não permaneça enredado nas condições e determinações negativas que ele deve poder superar a médio e longo prazo.

Nos primeiros anos, não podemos esperar por mudanças profundas, mas apenas pela sinalização e preparação do terreno para essas mudanças. Além dos constrangimentos herdados da era neoliberal e da negociação das reformas a serem aprovadas, no sentido de recuperar a capacidade de investimento da União e diminuir gradualmente o peso da cunha financeira sobre o sistema produtivo, o governo Lula terá de lidar com o orçamento mais restritivo dos últimos anos, já aprovado pelo governo FHC, e que deixa apenas 7,2 bilhões de reais para investimentos, com a composição política do go-

verno e de sua base de apoio no Congresso e com o tempo requerido para tomar conhecimento do funcionamento da máquina estatal e reorganizá-la tecnicamente, em função de suas diretrizes políticas. Dada a profundidade dos problemas e carências nacionais e todas as amarras deixadas por FHC, serão necessários ao menos dois anos até que todas essas transições e rearranjos possam preparar o terreno para que o governo Lula comece a trabalhar em suas diretrizes e apresentar seus primeiros resultados. Daí a necessidade de se organizar consistentemente esse processo de transição, de modo a evitar crises econômicas, políticas ou institucionais e pavimentar o caminho até 2006, quando uma possível reeleição de Lula pode permitir que, no segundo mandato, se aprofundem, de modo irreversível, as transformações sociais que podem levar o Brasil a um outro patamar qualitativo no processo de construção histórica de uma sociedade soberana e radicalmente democrática.

Nesse sentido, o que propõe o Governo Lula é que, antes de qualquer ruptura com a subordinação da economia e do Estado ao círculo de ferro da acumulação financeira, é preciso exercer a paciência, o pragmatismo e a perseverança necessárias para o acúmulo histórico das forças políticas e sociais e a preparação das condições objetivas e subjetivas capazes de sustentar consistentemente o processo histórico de construção de uma sociedade soberana e radicalmente democrática que, como disse Lula, durante a campanha, pode vir a se tornar neste percurso "uma sociedade socialista". O que se propõe não é, portanto, o abandono dos horizontes fundamentais que, desde o início, têm pautado e justificado a vida e a história do PT, mas a perspectiva política da linha de menor resistência como estratégia

Nesse contexto, me parece bastante apressado e inconseqüente nos rendermos, sem mais, aos variados tons que assumem as versões de um "PT cor de rosa" (venham elas da direita ou da esquerda).

adequada às circunstâncias do presente. Não há dúvida de que a linha de menor resistência pode acabar se enredando nos limites, impasses e contradições entre uma proposta de radicalização da democracia política e social e a fatalidade histórica de ter de levá-la a cabo, num primeiro momento, no âmbito drasticamente restritivo das premissas estruturais e conjunturais do regime do capital e da posição neocolonial que nele ocupamos; isso já ocorreu em outros momentos, sempre citados como exemplos, o que seria suficiente para rejeitá-la caso fosse possível propor, de modo realmente viável, qualquer outro caminho político no âmbito dos limites, condições e determinações negativas impostos pela correlação de forças em que ora nos achamos. Será sempre difícil avaliar em que medida as concessões e compromissos assumidos são de fato excessivos ou apenas necessários de um ponto de vista estratégico; mas, de todo modo, *se não desejamos nos pôr à margem de todo este processo, a questão que devemos colocar é precisamente a que pergunta pelas condições, decisões e caminhos a serem tomados para que uma estratégia etapista de construção de uma sociedade radicalmente democrática possa ser bem sucedida nos atuais contextos e circunstâncias nacionais e internacionais.*

Nesse contexto, me parece bastan-

te apressado e inconseqüente nos rendemos, sem mais, aos variados tons que assumem as versões de um "PT cor de rosa" (venham elas da direita ou da esquerda), disposto a dar continuidade à política econômica neoliberal e a se render incondicionalmente aos imperativos colocados pela gestão da crise capitalista. Ao corroborar essa versão, seduzidos pelas aparências, embalados por preconceitos ideológicos ou apenas confundidos pela ambigüidade da situação, não embarcaríamos numa profecia com enorme capacidade de auto-realização? Não seria necessário perguntarmo-nos, antes de tudo, a quem propriamente interessam estas versões e quais seus efeitos políticos nas atuais circunstâncias? Podemos considerar que os exemplos freqüentemente citados do Partido Socialista francês, do Partido Trabalhista inglês e das frentes populares do passado seriam já por si só suficientes para anteciper o fracasso do governo Lula, ou deveríamos admitir que a diferença entre contextos e circunstâncias é muito grande para nos fiarmos em generalizações deste tipo? Nas atuais circunstâncias, não teríamos de começar por admitir que a adoção da linha de menor resistência talvez seja mesmo a única estratégia viável, com vistas a preparar as condições objetivas e subjetivas para um projeto político de longo prazo, visando à democratização profunda da economia, da política e da sociedade? Uma vez que há uma disputa político-ideológica, em torno do significado do Governo Lula, do modo como se deu sua eleição e do sentido das mudanças de orientação assumidas pelo PT, nos últimos anos, confundir as reorientações exigidas pelos constrangimentos da era neoliberal, pela nova configuração histórica do mundo contemporâneo e por uma correlação de forças bastante desfavorável, com o puro e simples abandono

histórico das diretrizes do partido, em nome de um pragmatismo supostamente disposto a tudo pela conquista e pela preservação do poder governamental não seria, antes de tudo, adotar uma posição que, na prática, deixaria o governo Lula entregue ao abraço de urso dos interesses estabelecidos? Ou o que dá na mesma, entregar os pontos antes de que o jogo tenha começado, como se ele já estivesse de antemão perdido?

Mas não haveria em tudo isso algo de mais essencial, obstruindo o horizonte em que se trava toda essa discussão? No plano de consistência da discussão política e teórica, não seria o caso de perguntarmo-nos se os paradigmas, modelos e referências conceituais com que esses problemas tem sido abordados não estariam irremediavelmente defasados e descontextualizados? Não deveríamos antes de tudo buscar reconhecer o que de fato há de fundamentalmente inédito na situação histórica que ora vivemos? Para além do horizonte histórico-social, teórico e prático das categorias políticas, sociais, históricas e culturais do modernismo e das suas mais variadas vertentes teóricas, não seria necessária a produção de conceitos fundamentalmente novos, capazes de traduzirem a singularidade e originalidade dos novos contextos, contradições, desafios, impasses e oportunidades históricas colocadas pela eleição de Lula? Antes de apressarmo-nos em aplicar sem mais ao quadro político contemporâneo toda uma série de categorias conceituais oriundas da Europa dos séculos XIX e XX, não deveríamos começar pela admissão funda-



mental de que uma interpretação consistente do significado do governo Lula exige e até mesmo pressupõe a elaboração de um quadro conceitual adequado aos novos modos de produção, reprodução, exercício, circulação e distribuição do poder, aos limites e constrangimentos que eles impõem à política, ao Estado e à sociedade civil, às novas configurações sociais, políticas e culturais dos movimentos de resistência, e ainda mais, no caso presente, à marcante singularidade da situação brasileira? Dada a magnitude do desafio e da oportunidade histórica que se abrem para nós, antes de tudo, seria preciso reconhecer, na questão que nos coloca o governo Lula, para além de uma questão teórica em aberto, um problema, uma carência e um desafio eminentemente políticos. A politização de que mais do que nunca carecemos exige que essa questão venha a se tornar a verdadeira obsessão de intelectuais e militantes comprometidos com a causa democrática e popular. Nesse contexto, ao invés de mais uma vez buscar medir o novo pelo velho e o desconhecido pelo conhecido, não seria o caso de reconhecermos, para além dos limites de nossos saberes e experiências históricas, que talvez ainda não saibamos e se-

quer possamos saber, ao menos a esta altura, quais os limites e possibilidades que se descortinam no ineditismo da oportunidade histórica aberta pela eleição de Lula?

Limites e possibilidades não estão dados de antemão; como quer que seja, eles não estão e não podem estar pré-inscritos nas determinações estruturais e conjunturais, senão de modo puramente negativo, e seria um grave erro político e teórico considerá-los apenas pela via negativa. *O que de fato determinará os limites e possibilidades históricas de uma transformação social e política de grande envergadura será precisamente, e como sempre o foi, o sujeito político de toda transformação histórico-social: a multidão em movimento, a mobilização de suas energias criativas, seu grau de consistência e articulação política e sua capacidade de construir uma hegemonia político-ideológica no seio da sociedade civil, o que decerto depende da capacidade de mobilização social das entidades da sociedade civil organizada e das pontes que elas forem capazes de construir com o governo Lula, no sentido de traduzir processualmente os desejos de libertação da multidão em força política e capacidade articulada de transformação histórico-social.*

Nesta discussão, deveríamos reconhecer, em seu princípio, toda uma clivagem teórico-política absolutamente decisiva, e que talvez se deixe formular assim em seus termos mais fundamentais: de um lado, podemos conceber o momento presente como um desafio e uma oportunidade histórica, e, portanto, como um tempo aberto à gestação e ao amadurecimento do poder constituinte da sociedade, de sua capacidade de mobilização, de sua atividade, criatividade e produtividade histórico-social; de outro lado, podemos concebê-lo como algo já previa-

mente enclausurado no círculo de ferro das relações de poder, nos modos de sua produção e reprodução e em uma correlação de forças desfavorável, colocando o peso da análise na objetividade das estruturas e no modo como elas definem, de antemão, os limites e possibilidades de uma situação histórica. Tem-se aí uma profunda clivagem política e epistemológica entre a análise do presente como análise da objetividade histórica herdada, de suas determinações estruturais e do modo como elas delimitam irremediavelmente o campo da ação possível, e um campo de análise do presente capaz de levar em conta suas virtualidades e potencialidades e o modo como a práxis dos sujeitos sociais e polí-

O que de fato determinará os limites e possibilidades históricas de uma transformação social e política de grande envergadura será precisamente, e como sempre o foi, o sujeito político de toda transformação histórico-social: a multidão em movimento

ticos pode, mediante sua atualização consistente, entrar em relação com essas mesmas estruturas, criando uma dinâmica política, social e cultural de alargamento constante e progressivo das condições, limites e possibilidades de transformação histórico-social. Ao incluir as virtualidades e potencialidades latentes do presente e articulá-las ao sujeito político da transformação histórico-social, o primeiro campo de análise é condicionado por uma aposta na potência criadora da práxis política, social e cultural da multidão; ao se concentrar na objetividade histórica

herdada, o segundo campo de análise tende a desprezar ou até mesmo ignorar o campo das virtualidades e potencialidades históricas, projetando as determinações do passado no presente e no futuro e tendendo assim a permanecer preso às determinações estruturais e conjunturais dos modos vigentes de produção e reprodução do poder. De modo geral, deveríamos ser capazes de reconhecer que qualquer tese ou posição político-teórica depende fundamentalmente de se tomar em consideração, como diz Antonio Negri, o poder que tem a multidão de fazer história e o modo como ela entra ou pode entrar em relação com as determinações estruturais de sua condição histórico-social, ou, de outro modo, optar por uma linha de análise que tem como fonte, ponto de partida e chegada o círculo de ferro da estrutura, da conjuntura e da objetividade histórica herdada. De um lado, na medida em que permanecermos confinados à objetividade histórica herdada, seja do ponto de vista de sua condenação ou justificação, estamos fadados a fazer, do capital e de suas premissas, condições e determinações, o motor e o sujeito onipotente da história, assumindo, ainda que às avessas, o ponto de vista hegemônico do capital, com todas as conseqüências práticas e teóricas que daí advêm. De outro lado, a história é compreendida do ponto de vista das capacidades e de toda a atividade produtiva, transformadora e revolucionária da multidão; do ponto de vista, portanto, da práxis e dos modos como ela é capaz de confrontar, deslocar e transformar, em suas virtualidades, potências e capacidades latentes, as determinações estruturais e conjunturais dos modos de produção e reprodução do poder. Ao submeter as potências da práxis e da ação política transformadora ao círculo de ferro das premissas e determinações estru-

turais dos modos de produção e reprodução do poder, tende-se seja a aceitar as premissas da estrutura e dos modos de produção e reprodução do poder como uma relação eterna, necessária, permanente e universal, seja a confrontá-las, de modo não-dialético, dogmático e sem quaisquer mediações possíveis, com o que de algum modo se presume serem as condições de sua superação absoluta e imediata. Ora, se nos limitamos a confrontar as premissas, condições e determinações estruturais e conjunturais do regime do capital, com todo o peso de sua historicidade acumulada, com a urgência e a pureza de nossos ideais e desejos de libertação e com o que julgamos serem as condições objetivas e universais de superação do regime do capital, nos arriscamos a permanecer confinados à impotência de um confronto inteiramente estéril, imaginário e sem quaisquer mediações possíveis entre nossos anseios revolucionários e todo o peso histórico-social, político e cultural das premissas e determinações estruturais do regime do capital, permanecendo inelutavelmente como presas do próprio feitiço que gostaríamos de exorcizar, relegados à insignificância histórica de que apenas a vã pretensão de ter sempre a razão e um certo gozo inconfessável na contemplação do abismo, poderia ainda nos consolar. De um modo ou de outro, “à

***De um modo ou de outro,
“à direita ou à esquerda”,
falta levar em consideração
tanto a dialética das mediações
necessárias como a presença
virtual, potencial, latente ou
mesmo atual do sujeito social
e político revolucionário.***

direita ou à esquerda”, falta levar em consideração tanto a dialética das mediações necessárias como a presença virtual, potencial, latente ou mesmo atual do sujeito social e político revolucionário de toda história e de toda historicidade, e, sobretudo, a fina sintonia e articulação entre ambos, de que tanto carecemos nesse momento, ao menos na medida em que pressupomos que o acúmulo de forças visando à conquista progressiva da hegemonia política, social e cultural, na sociedade civil, é o único caminho e a condição *sine qua non* para a construção histórica de uma sociedade livre, soberana e radicalmente democrática.

O círculo de ferro só pode mesmo ser rompido pelo círculo diametralmente inverso, o círculo da potência histórica e revolucionária que apenas a multidão em movimento é capaz de desencadear: para além da institucionalidade da política, da qual temos todos os motivos para desconfiar, apenas a temporalidade e a historicidade abertas da multidão em movimento são de fato capazes de engendrar consistentemente, em condições históricas propícias como talvez possam se revelar as condições atuais, os processos de substantiva transformação histórico-social.

A via revolucionária da radicalização democrática

Considerando o projeto de construção histórica de uma sociedade democrática e popular, tal como ele se acha diferentemente esboçado no programa de governo de Lula, no programa do PT e nas perspectivas abertas pelo novo governo, tudo parece estar orientado pela *construção de uma sinergia profunda entre as ações do governo e as capacidades e energias produtivas e criativas da sociedade civil. É dessa sinergia que poderá surgir o contra-poder, ou a contra-hege-*

monia capaz de fazer face à capacidade de reprodução dos modos vigentes de produção e reprodução do poder; é da produtividade histórico-social e político-cultural de seu poder constituinte de que depende o processo épico de construção de uma nação historicamente aprisionada em sua condição colonial e neocolonial; é de sua a potência emancipatória de democratização radical que depende a gestação histórica de uma cultura radicalmente democrática.

Não se trata aí apenas de uma estratégia ou de uma questão de método: o recurso ao diálogo e à ampla negociação como condição da governabilidade e de uma nova cultura política, o recorrente chamado à mobilização social, o investimento político na construção de um pacto social, a concepção, articulação e execução dos projetos governamentais com a participação da sociedade civil, tudo isso aponta para o que uma análise acurada talvez seja capaz de reconhecer como uma questão de princípio, que talvez se deixe formular assim: *a democracia, no sentido radical de uma democracia, ao mesmo tempo política, econômica, social e cultural, só pode ser construída pelo exercício constante do diálogo, da consulta, da negociação. Só se pode construir a democracia através da própria democracia. Ela não é um meio que vise a um fim, nem um fim que possa ser concebido em oposição aos meios empregados: em todos os níveis e sentidos, o processo de construção histórico-social de uma democracia radical, sobretudo nas condições brasileiras, é um processo incessante, visando à democratização progressiva e irreversível de todos os âmbitos e setores da vida social e pressupondo um amplo processo de politização cultural, em que a identificação e desconstrução das práticas, conceitos e relações de poder e dos*

Somos confrontados pelo desafio histórico de articular uma análise da sociedade capitalista com a construção de uma vontade política capaz de transformá-la numa sociedade mais livre, mais igual, mais humana

modos de dissolvê-las em relações politicamente democratizantes e emancipatórias de autoridade e responsabilidade compartilhada se apresenta como o único caminho viável na construção histórica de uma sociedade efetivamente democrática.

Nesse sentido, não deveríamos ficar presos ao dilema insolúvel em que, por um lado, razoavelmente afirmamos que a construção da democracia é incompatível com as premissas estruturais da produção e da reprodução social, no regime sócio-metabólico do capital, e, por outro, temos de admitir que a derrocada do capital se acha agora fora do horizonte histórico das possibilidades ou mesmo a uma outra versão deste mesmo dilema, em que, por um lado, supomos impossível construir uma nova ordem social, sem a emergência de sujeitos sociais capazes de construí-la, e, por outro, afirmamos que a emergência dos sujeitos sociais capazes de construir uma ordem social radicalmente democrática não pode se dar sob as premissas antidemocráticas do regime do capital. Os dilemas práticos e teóricos que essas proposições nos colocam parecem bem fundamentados; apenas deveríamos tomá-los não propriamente como dilemas aporéticos ou axiomas antidialéticos de uma impossibilidade constitutiva, mas, sim, como desafios a serem dialeticamente superados pela energia,

pela criatividade e pela imaginação prática e teórica dos sujeitos sociais.

Como nos tempos de Marx, mais uma vez, somos confrontados pelo desafio histórico de articular uma análise da sociedade capitalista com a construção de uma vontade política capaz de transformá-la numa sociedade mais livre, mais igual, mais humana, e, certamente, não apenas de uma vontade política, mas do que permita que esta vontade crie os modos de ampliar-se e traduzir-se consistentemente em processos emancipatórios de transformação histórico-social.

Os processos histórico-sociais que levaram progressivamente à brusca implosão do "socialismo realmente existente", neutralizaram a polarização entre capital e trabalho, dissolveram o caráter revolucionário do proletariado e, na prática, tornaram impossível a via revolucionária marxista-leninista, invalidando, na mesma medida suas práticas, métodos e conceitos, exigem que a produção de novas alternativas leve em consideração as causas determinantes desse fracasso histórico, bem como seus efeitos e conseqüências políticas e teóricas, o que, de certo modo, está na gênese histórica do Partido dos Trabalhadores e até mesmo de grande parte de seus cismas e conflitos internos. As condições de produção e reprodução social global dos modos de exercício e circulação do poder na sociedade contemporânea não nos autorizam a postular a existência homogênea de um sujeito social revolucionário, como o foi o proletariado, cujos interesses e desejos de libertação, numa situação de acirramento das contradições, impasses e antagonismos do regime do capital até o limite de sua insustentabilidade, se traduziriam teleologicamente em uma capacidade revolucionária de superação política do regime do capital. Hoje, temos de reconhecer que nem esse su-

jeito tem a homogeneidade que lhe foi atribuída, nem seus interesses foram capazes de se traduzir necessariamente em capacidade, nem essa capacidade foi por si só suficiente para superar as premissas estruturais do metabolismo social do capital, antes muito pelo contrário. Por outro lado, a tomada revolucionária do poder de Estado não se traduziu na socialização dos meios de produção, na democratização da sociedade e, muito menos, em vias e processos emancipatórios efetivamente capazes de dissolver as práticas e relações de poder em relações de autoridade compartilhada, mas, sim, na centralização e administração estatal, burocrática e, muitas vezes, totalitária dos meios de produção e de exercício do poder, configurando um processo brutalmente opressivo de extração de mais-valia politicamente motivada para fazer face à concorrência do sistema capitalista, tudo isso tendo sido, em parte, motivado e aprofundado pela necessidade de consolidar processos revolucionários em meio a guerras civis ou a guerras de resistência ao invasor estrangeiro, o que comprometia já, de início, as condições para a construção do socialismo democrático, acabando por conduzir a ditaduras não propriamente do proletariado, mas, sim, de uma casta dirigente efetivamente capaz de centralizar, controlar e verticalizar autocraticamente todos os processos decisórios e sua implementação, assim como o controle disciplinar, político e policial do proletariado e da sociedade como um todo. A contradição entre o emprego de meios opressivos para a realização de fins socializantes, populares e democratizantes não é capaz de sustentar-se como estratégia política capaz de construir uma sociedade socialista e democrática, indicando em que medida não é possível pensar a construção do socialismo democrático pela guerra ou

mesmo mediante polarizações acirradas que, de um modo ou de outro, acabam por perpetuar a necessidade de uma violenta separação hierárquica entre sujeitos e objetos do exercício de uma autoridade que, se negando a ser compartilhada, horizontalizada e dissolvida, acabou por aniquilar o ideal socialista, seja no pesadelo dos regimes totalitários, seja no fracasso político dos processos de polarização da sociedade, que costumam terminar, seja em golpes de estado, termidorizações ou mesmo guerras civis prolongadas. Ademais, contrariamente ao que foi previsto por Marx, o que se passou não foi propriamente um agravamento constante das contradições e antagonismos do regime do capital até o limite de sua insustentabilidade, a ponto de se delinearem historicamente as condições objetivas, subjetivas e sociais para uma revolução mundial; muito pelo contrário, toda uma série de processos imperiais e imperialistas permitiram, por um lado, nos países centrais e semiperiféricos, a diluição progressiva das contradições do regime mediante concessões que acabaram por fazer do proletariado desses países, pela mediação do Estado, parceiros no processo de exploração global do capital, e, por outro, nos países periféricos, o aprofundamento infernal de toda uma série de processos brutais de exploração colonial e neocolonial, de violência, exclusão e opressão social cujos desdobramentos os deixaram envoltos em conflitos sociais, políticos, étnicos e religiosos fratricidas, ou até mesmo em guerras civis que, de um modo ou de outro, terminaram por dilacerar inteiramente suas sociedades e extirpar qualquer possibilidade de construção política de vias emancipatórias.

O próprio conceito marxista de luta de classes acaba por se mostrar excessivamente estreito e algo anacrônico,

Já não caberia postular, como categoria central da luta política, a categoria de consciência de classe, que tem seu enraizamento e seu lugar privilegiado de ação e tomada de consciência no espaço-tempo da produção

tendo em vista a envergadura ampliada da luta política em torno da construção histórica de um novo paradigma civilizatório. Pois já não se trata de conceber a luta política a partir da centralidade dos processos que visam à reapropriação dos meios de produção ou mesmo dos lucros do capital, o que acabou por ser decisivo para neutralizar a radicalidade política do movimento operário e levá-lo a seu enquadramento político, econômico, social e cultural, por meio da concertação produzida pelas concessões feitas pelo capital, pelos benefícios do Estado-Providência, pela hegemonia política conquistada pela social-democracia e pela domesticação e esvaziamento dos sindicatos e dos partidos comunistas e socialistas, nos países centrais e semiperiféricos. Antes de tudo, deveríamos ser capazes de reconhecer que o espectro da exploração e da opressão global não se limita a uma luta de classes, nem tem seu lugar exclusivo ou privilegiado no espaço-tempo da produção; muito pelo contrário, o regime socio-metabólico do capital vem expandindo suas premissas e determinações estruturais à reprodução social como um todo, abrangendo hoje todos os campos e microcosmos da vida social, o que exige que a luta política contra ele seja capaz de formular conceitos, práticas e espaços de luta muito mais amplos, profundos e radicais do

que os que são articulados implícita e explicitamente pelo conceito de luta de classes. É nesse sentido que já não caberia postular, como categoria central da luta política, a categoria de consciência de classe, que tem seu enraizamento e seu lugar privilegiado de ação e tomada de consciência no espaço-tempo da produção, mas, sim, a categoria muito mais ampla de consciência da opressão, visando a um alargamento progressivo, cumulativo e compreensivo das múltiplas práticas, lugares, relações e conceitos que portam a opressão e a formação de uma consciência social, política e cultural radicalmente democrática e emancipatória, capaz de ser construída organicamente mediante processos de identificação, desconstrução e superação de práticas, conceitos e relações de poder, na perspectiva de sua dissolução em práticas e conceitos capazes de levar a relações de autoridade compartilhada e horizontalizada o que diz respeito à construção de uma consciência não simplesmente de classe, mas ao que talvez poderíamos designar como uma consciência radicalmente democrática e emancipatória, que constitui o processo revolucionário não propriamente em torno das relações meio-fim e das práticas hierarquizantes, instrumentais e burocráticas que pautaram uma consciência revolucionária viciada e bloqueada pela luta pelo poder, mas antes de tudo pela construção cotidiana do sentido político, social e cultural organicamente democrático de suas práticas, métodos e lutas militantes em todos os microcosmos da vida social, único caminho que pode preparar as condições histórico-sociais e político-culturais para a superação consistente e progressiva das premissas e determinações estruturais mais profundas do regime sócio-metabólico do capital e a construção de alternativas socialistas e/ou pós-capitalistas.

Se, no princípio, as lutas proletárias apresentavam um amplo espectro de perspectivas, que incluía aspirações profundas como a construção de uma nova subjetividade e de uma nova sociabilidade, a transformação radical da educação, a emancipação da mulher e a formação política de uma consciência social comunitária, não se limitando às perspectivas de uma mudança imediata das relações de produção, seria o caso de recolocar agora a questão da luta política em moldes semelhantes, na perspectiva de uma luta civilizacional, ao mesmo tempo econômica, social e comunicacional, política, biopolítica e cultural, a ser travada organicamente em todos os setores da vida social, em torno de uma radicalização das práticas e procedimentos democráticos e emancipatórios em detrimento da perspectiva restrita da luta de classes, da consciência de classe e de seus conceitos, práticas e objetivos estratégicos, instrumentais e doutrinários.

Tudo isso indica sumariamente em que medida é necessário repensar as alternativas, tendo em vista as causas, efeitos e determinações fundamentais do fracasso político da via revolucionária marxista-leninista, não no sentido de um abandono tácito das perspectivas revolucionárias socialistas e de seus horizontes sociais e políticos mais fundamentais e de uma simples capitulação política ao caráter supostamente “permanente, eterno, necessário e universal” do regime do capital (Hegel), mas no sentido de pensar e gestar praticamente alternativas socialistas que, tendo em vista das condições objetivas e subjetivas do presente, tornem-se capazes de produzir processos emancipatórios, liberando energias e imaginações utópicas e articulando as mediações e transições necessárias à

emergência de um sujeito revolucionário capaz de desenvolver e disseminar consistentemente práticas, conceitos e paradigmas que conduzam a uma sociedade radicalmente democrática.

O sentido, o horizonte, o espaço-tempo e a centralidade substantiva e estratégica da luta pela hegemonia política, social e cultural na sociedade civil, a ser travada pela radicalização orgânica da democracia, pela construção de um conceito de democracia radicalmente emancipatório e pela produção, articulação e disseminação consistente de conceitos, práticas e processos emancipatórios, na lógica da acumulação progressiva de forças,



aponta nesses contextos para a via da radicalização da democracia e dos processos emancipatórios em relação às práticas, relações, identidades e conceitos portadores dos modos dominantes de produção, reprodução, circulação e distribuição de poder e das maneiras como eles configuram em todos os níveis e sentidos a totalidade do corpo social e de suas dinâmicas de produção de identidades, subjetividades e sociabilidades.

Nessa mudança de paradigma político, temos que começar por reconhecer que, mais do que como modo de produção, a reprodução ampliada do capital se desdobra hoje como totalidade estrutural de um modo de vida e de um universo simbólico, de uma racio-

nalidade cognitiva-instrumental e de uma racionalidade prático-moral, de um modo de produção de subjetividades, identidades, imaginários e sociabilidades que se configuram na totalidade de um modo de reprodução social que justifica plenamente o conceito marxiano de uma “subjetividade única e global do capital” o que torna incrivelmente mais complexa, densa e exigente a questão histórica pela gestação de alternativas socialistas, ou pós-capitalistas. Por outro lado, é precisamente nesse momento que a crise do capital chega à ativação de seus limites absolutos: a insustentabilidade e incontabilidade estruturais do regime do capi-

tal nos leva hoje ao reconhecimento de que sua reprodução sempre ampliada implica necessariamente o agravamento de suas próprias crises, problemas e dilemas estruturais (ecológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais), que tendo sido produzidos e aprofundados historicamente pelo próprio regime do capital, não poderão encontrar solução no âmbito de suas premissas e determinações estruturais. Nesse contexto, muito mais que a insustentabilidade estrutural de um modo de produção determinado, deveríamos ser capazes de reconhecer que vivemos a crise sistêmica de um paradigma civilizatório, que apenas se aprofunda à medida que não somos capazes de imaginar e propor alternativas imediatas e globais ao que vivemos e sofremos. Contudo, apenas a evidência e a consciência de uma situação-limite cuja reprodução ameaça estruturalmente as condições naturais de vida na Terra e compromete progressivamente os paradigmas, modelos e processos civilizatórios da modernidade capitalista e de sua ordem social não é suficiente para gerar as alternativas necessá-

rias. Se em meio à irracionalidade absoluta e global do regime sócio-metabólico do capital e aos sintomas evidentes de seu esgotamento histórico-social se nos coloca o desafio histórico de pensar alternativas capazes de superar estes dilemas e conceber um projeto de sociedade que supere as premissas e determinações estruturais do regime sócio-metabólico do capital, os problemas e os dilemas que ela nos coloca e toda sua marcha auto-destrutiva, é certo que este desafio exige imaginar a superação de nossos proble-

Do ponto de vista de nossa sociedade, a articulação entre utopia democrática, consciência social e princípio de realidade se instalam a partir de uma consciência cada vez mais generalizada da contradição entre as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais

mas e dilemas atuais, não em função de premissas utópicas, dogmáticas ou científicas abstratas mas, de modo realista, no âmbito das virtualidades e potencialidades latentes no seio da própria situação que vivemos, visando a definir os modos práticos de gerar os processos, relações, conceitos e mediações dialeticamente capazes de constituir, fortalecer e articular consistentemente o sujeito prático destas transformações sociais.

É nesse contexto que podemos postular o que aqui chamaremos a **vía revolucionária da radicalização democrática**, como caminho para a construção orgânica dos movimentos sociais e dos partidos políticos e para o delineamento paradigmático dos meios e métodos de governo, visando, a médio e longo prazo, à produção das

condições e processos histórico-sociais que podem conduzir ao socialismo democrático, tudo isso, na verdade, em profunda consonância com os princípios políticos que desde o começo têm norteado a história de vitórias do Partido dos Trabalhadores. Por assentar-se utopicamente numa consciência social e num princípio de realidade que, em meio à crise dos paradigmas da modernidade capitalista, tende a tornar-se crescentemente partilhado e politicamente hegemônico, a via da radicalização da democracia política, social, econômica e cultural tem as características fundamentais que Gramsci considerava necessárias para a construção histórico-social de idéias, princípios, conceitos e práticas hegemônicas. Do ponto de vista de nossa sociedade, a articulação entre utopia democrática, consciência social e princípio de realidade se instalam a partir de uma consciência cada vez mais generalizada da contradição entre as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais que têm regido a vida nacional estigmatizadas pela percepção de seu caráter decisivamente anti-social, antinacional e antidemocrático e pela consciência de sua insustentabilidade constitutiva e os desafios, metas e horizontes que articulam na consciência popular uma certa relação entre democracia, cidadania, justiça e igualdade social como condições para a construção de uma nação em que os mecanismos de produção de riqueza e de distribuição de poder não se voltem sistematicamente contra a natureza e a própria sociedade. É sobre o solo virgem e fecundo dessa consciência popular, mais ou menos precária, difusa e generalizada que ora se apresentam os elementos a serem trabalhados, no sentido da construção de uma hegemonia democrática na sociedade civil. Tudo isso exige práticas, métodos e procedimentos de radicalização políti-

ca e social da democracia que venham a nortear não só os processos decisórios que levam às políticas de governo e sua execução, como todos os movimentos sociais e, de modo geral, a própria práxis cotidiana em todos setores, relações e dimensões da vida social. Há uma evidente sinergia entre todas essas dimensões e o modo como elas podem vir a articular-se e potencializar-se reciprocamente, e é precisamente no sentido da promoção dessa sinergia virtuosa que devem se fundar, de parte a parte, as relações entre as entidades da sociedade civil organizada e o novo governo.

A via política da radicalização democrática, no tempo próprio de seu aprofundamento, consistente, de sua progressividade e de sua radicalização qualitativa, tem um potencial revolucionário à medida que exige e promove a tendência para uma transformação global dos modos de produção e do mundo do trabalho, do conhecimento crítico e científico, dos modos de vida e das dinâmicas de produção de subjetividades, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos. Sua realização progressiva exige, promove e pressupõe a politização crítica da realidade, das relações sociais, das relações de produção e das práticas dos atores sociais, a valorização da produção e da expressão cultural próprias e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, num processo de ativação e mobilização de todas as energias sociais, políticas e culturais de uma nação que, ainda no processo de sua constituição histórico-social, traz em si virtualidades e potencialidades que, talvez mais do que qualquer outra, pelas características de sua formação a habilitam ao desenvolvimento histórico de novos modos de realização da vida, no momento em que todos os paradigmas da ordem social moderna se acham num processo irre-

versível de crise, deslegitimação e dissolução.

Os protagonistas dessa revolução democrática, como certa vez disse Boaventura de Sousa Santos, serão necessariamente todos os que, nas mais diversas constelações de poder que constituem as práticas sociais, têm consciência de que a sua vida é mais condicionada pelo poder que outros exercem sobre eles do que pelo poder que exercem sobre outrem. Ora, foi sempre a partir da consciência da opressão que se formaram os movimentos sociais, e porque a opressão se exerce na medida em que constitui em todos os níveis e sentidos as práticas e relações sociais e políticas que perfazem o regime sócio-metabólico do capital, e sua consciência se dissemina, mais ou menos, por toda parte, já não há mais como postular um sujeito revolucionário privilegiado ou homogêneo. Essa condição nova, se, por um lado, parece tornar mais caótico, diluído, lento e descentrado todo o processo de transformação histórico-social, por outro, talvez faça com que suas raízes e sua radicalidade venham a ser potencialmente mais vigorosas e profundas do que aquelas que, no século passado, deram ensejo às revoluções marxista-leninistas.

O governo Lula e a via da radicalização da democracia

A via da radicalização da democracia está sendo proposta pelo governo Lula, em três eixos que me parecem fundamentais e, evidentemente, na profunda sinergia que eles são capazes de produzir em sua articulação.

O primeiro eixo é econômico, relativo ao mundo do trabalho e ao espaço-tempo da produção, possuindo dimensões sociais, políticas e culturais, na medida em que se trata de fomentar alternativas sócio-econômicas capazes de reorganizar, a longo prazo, o



mundo do trabalho e da produção. Me refiro às propostas do governo Lula, no sentido de redefinir o sentido e as estratégias do desenvolvimento econômico, subordinando-o a processos em que inclusão social, combate ao desemprego, geração de renda e promoção da cidadania se articulem em torno da criação, fomento e ampliação de formas de produção, apropriação, controle e organização do trabalho e da produção que têm sido designadas pelo conceito geral de economia solidária. Essa redefinição, no sentido amplo da gestação e criação de um modelo de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico que seja social, ecológica e politicamente orientado, não se dá apenas pelo combate à subordinação estrutural da economia nacional à acumulação financeira, por políticas visando à formação interna de um mercado interno de consumo de massas como base da economia brasileira, por medidas que visem à redistribuição de renda ou por políticas industriais, científicas e tecnológicas capazes de potencializar nossas capacidades produtivas, de resto, condições estruturais para uma reordenação social da economia. Para além disso, o que se propõe é mobilizar as energias sociais, econômicas e culturais que ora se acham bloqueadas pela perversidade de um modelo econômico baseado na subordinação

à acumulação financeira, na abertura incondicional da economia, nas políticas de privatização da economia e no incentivo aos grandes conglomerados transnacionais, pela criação de políticas capazes de conferir um sentido social, político e cultural ao desenvolvimento econômico. A ação do Estado, no sentido de fomentar, articular e promover, em articulação com a sociedade civil organizada e as comunidades locais, as cooperativas populares, a autogestão, as redes de trabalho doméstico, a reforma agrária e a agricultura familiar, as cooperativas de crédito e os bancos do povo, a incubação de empresas, os clubes de troca e as diversas modalidades de economia solidária, pretende constituir, incentivar e disseminar consistentemente toda uma série de modos de produção e organização do trabalho que visem não só à inclusão social, à geração de renda, à promoção da cidadania, ao combate ao desemprego (que não será superado de outro modo) e à formação de um mercado interno de consumo de massas, como à proliferação de modalidades alternativas, democráticas, populares e socializantes de organização prática, cooperativa e auto-gestionária do processo produtivo e do mundo do trabalho. Trata-se, portanto, de utilizar os recursos públicos não mais para subsidiar lucros de grandes corporações, mas para criar os meios que permitam uma efetiva integração social e econômica das pessoas ao mundo da produção e do trabalho, o que jamais será possível mediante o recurso exclusivo às forças cegas do mercado. Por outro lado, tomando como exemplo paradigmático a Amazônia, trata-se de criar modelos alternativos de produção, organização do trabalho e desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico que, inspirados nos que têm sido adotados no Acre e no Amapá, sejam capazes de

O papel da universidade pública será decisivo, ao menos se ela souber direcionar criativamente seus recursos educacionais, científicos e tecnológicos, no sentido de se integrar, não aos departamentos dos grandes conglomerados transnacionais, como previa a política de CT do governo FHC, mas a todas as iniciativas democráticas, populares e sócio-ecológicas.

integrar saberes populares, recursos naturais, conhecimentos tecno-científicos, universidades e centros de pesquisa, políticas e recursos governamentais e demandas sociais, econômicas, políticas e culturais das comunidades locais a serviço da constituição de modelos, práticas e dinâmicas de desenvolvimento socialmente orientado, ecologicamente sustentável e tecno-cientificamente inovador, na direção da formação de outro paradigma de desenvolvimento econômico, fundado na subordinação das determinações estritamente econômicas a toda uma série de imperativos sociais, políticos, ecológicos e culturais capazes de inspirar o conceito pós-capitalista de uma economia socialmente orientada, politicamente democrática e ecologicamente sustentável. Quanto à agricultura, as políticas de reforma agrária e de incentivo às cooperativas e assentamentos populares e à agricultura familiar, em articulação com o MST, possuem a capacidade de não apenas aumentar a produção agrícola nacional, como sobretudo fazê-lo pela adoção de modelos de produção e organização do trabalho socialmente orientados, ecologicamente sustentáveis, politicamente democráticos e culturalmente emancipatórios, para o que será fundamental a participação ativa do MST e o incentivo às suas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais socializantes, auto-gestionárias, comunitárias, democráticas e emancipatórias. Por fim, poderíamos citar ainda a questão do desenvolvimen-

to tecno-científico de novas formas de energia, no momento em que vivemos o esgotamento dos recursos energéticos não-renováveis e a crise sistêmica dos paradigmas modernos de produção e geração de energia, abrindo a oportunidade para que o Brasil, pela articulação entre recursos naturais, planejamento governamental estratégico e saber tecno-científico, numa cooperação entre a Petrobrás, as universidades, os centros de pesquisa e os órgãos de fomento e políticas públicas adequadas, possa tornar-se pioneiro na invenção de formas de geração de energia ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis, capazes de delinear o paradigma energético do terceiro milênio.

A articulação de todas essas potencialidades liga o eixo econômico ao social e ao ecológico, ao científico e tecnológico, ao cultural, político e educacional, na gestação de conceitos, práticas e modelos que apontam para a redefinição paradigmática da economia e do próprio conceito de desenvolvimento econômico, o que pode nos conduzir, a longo prazo, à criação de uma economia que talvez possamos designar como eco-socialista, na expressão de Boaventura de Sousa Santos, num momento em que os paradigmas de desenvolvimento econômico da modernidade capitalista apontam para o aprofundamento de uma crise social e ecológica de proporções gigantescas.

Nesse contexto, não há dúvida de que o papel da universidade pública se-

rá decisivo, ao menos se ela souber direcionar criativamente seus recursos educacionais, científicos e tecnológicos, no sentido de se integrar, não aos departamentos dos grandes conglomerados transnacionais, como previa a política de CT do governo FHC, mas a todas as iniciativas democráticas, populares e sócio-ecológicas acima descritas.

O segundo eixo é o político. O que propõe o governo Lula é a criação de uma cultura política de diálogo, consulta e negociação social, em que as políticas governamentais, sua concepção, seu planejamento e sua execução contem com a participação ativa da sociedade civil organizada, dos setores da vida social e das comunidades locais envolvidas. Num segundo sentido, trata-se de articular consensos sociais e maiorias políticas que permitam a sustentação e consolidação dessas políticas, bem como a acumulação de forças que permita superar os interesses estabelecidos que terão derrotados politicamente. Num terceiro sentido, trata-se de desenvolver e ampliar modalidades políticas de governo democrático e participativo, controles sociais efetivos e toda uma cultura de valorização do sentido e da importância da política, da ação coletiva e da mobilização social, tudo isso tendo em si o potencial de desenvolver o grau de enraizamento e legitimidade dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil organizadas, que são os atores decisivos na transição para uma cultura política radicalmente democrática. A médio e longo prazo, a conjugação dessas iniciativas talvez venha a configurar um quadro político, social e cultural que permita um salto qualitativo de grande envergadura, na via da radicalização da democracia.

O terceiro eixo é o cultural/educacional/comunicacional. Nele, trata-se de construir, a médio e longo prazo, a hegemonia política, social e cultural de

uma consciência democrática e emancipatória.

Essa hegemonia pode ser construída por uma política cultural que, ao invés de entregar tudo às diretrizes do mercado, como no caso presente da Lei Rouanet, a partir da suposição de que fazer política cultural é levar a cultura ao povo, seja capaz de apoiar, valorizar e fazer circular a cultura produzida pelos atores sociais em suas comunidades, no sentido de que a valorização e a ampla visibilidade das manifestações culturais populares e das formas de cultura produzida nas comunidades locais permitam a ampla manifestação, circulação e desenvolvimento das capacidades de criação, expressão e consciência da população brasileira, de modo que elas possam vir a se contrapor à indústria cultural de massas e a suas modalidades ideológicas, semióticas, simbólicas e biopolíticas de fomento à barbárie de uma cultura da violência, cultura eminentemente individualista, consumista e narcisista, decisiva ao nível da produção de subjetividades e identidades e da afirmação de uma hegemonia cultural, em todos os âmbitos dos processos de reprodução social.

No âmbito da comunicação, trata-se de democratizar o acesso à comunicação, criando as condições para a quebra do monopólio dos grandes meios de comunicação de massa. Isso pode ser feito, como está se propondo, pela legalização, fomento e disseminação das rádios comunitárias, pelo apoio a formas de produção e distribuição dos produtos culturais que sejam efetivamente capazes de quebrar o monopólio das grandes empresas, pela quebra do monopólio da televisão, seja por meio de uma política democratizante de concessão de canais e de regulação do setor, seja por meio de uma política de implementação da televisão digital que seja capaz de

aproveitar, ao máximo, suas potencialidades democratizantes.

No âmbito da política educacional, trata-se, num primeiro momento, de articular o combate ao analfabetismo, envolvendo as universidades, os movimentos sociais ligados ao setor de educação e todos os setores da vida social, fazendo do combate ao analfabetismo um amplo processo de inclusão social, promoção da cidadania, resgate da auto-estima, politização e desenvolvimento das capacidades dos cerca de sessenta milhões de brasileiros que, não tendo concluído o ensino fundamental, se acham numa situação de analfabetismo, semi-analfabetismo ou analfabetismo funcional, o que decerto exigirá medidas, iniciativas e políticas de Estado que apenas poderão alcançar a abrangência e profundidade necessárias, se articuladas a uma ampla mobilização da universidade e de todos os setores da vida social. Por outro lado, trata-se de investir na formação dos professores da rede pública de ensino, o que exigirá ampla participação da universidade nesse processo, na recomposição de seus salários e na democratização das escolas, visando a sua integração e articulação com as comunidades locais e a profundas mudanças no ensino, efetivamente capazes de fazer da educação de crianças e jovens um meio de promoção da cidadania individual e coletiva, de sua politização crítica e do desenvolvimento de suas capacidades criativas e cognitivas.

Quanto à universidade, segundo o que propõe Cristóvam Buarque, trata-se, sobretudo, de desenvolver e aprofundar seu sentido público, social e político, recuperar suas condições de ensino e pesquisa, ampliar o sistema das IFES, regular e limitar o avanço desordenado do ensino superior privado, colocar todos os recursos educacionais, culturais, científicos e tecnológi-

cos da universidade pública brasileira a serviço da construção de um outro modelo de desenvolvimento, chamando a comunidade universitária a envolver-se amplamente nos processos sociais e coletivos que visam, em todos os níveis e sentidos, à gestação de uma democracia, ao mesmo tempo, social, econômica, política e cultural.

Não pode haver dúvida de que a superação consistente das determinações estruturais e conjunturais que fazem do Brasil um dos países mais violentos, injustos e desiguais do mundo, só será possível, a longo prazo, pela coordenação entre políticas governamentais e a participação ativa da sociedade civil. Nesse processo, a universidade pública deve se tornar um ator de primeira grandeza, e, para isso, deverá ser capaz de reorganizar-se de modo a que ensino, pesquisa e extensão, numa profunda sinergia recíproca, passem a pautar-se pelos imperativos sociais, políticos, educacionais, científicos, tecnológicos e culturais de construção de uma nação soberana e radicalmente democrática.

Para isso, será fundamental que os movimentos sociais e, no que diz respeito à universidade, o ANDES-SN, aprendam a reconstruir seus eixos de luta, a redefinir suas prioridades e a rever suas práticas e métodos, no sentido de adaptar-se criativamente aos desafios do novo tempo, superando uma agenda demarcada pelo combate sem tréguas ao neoliberalismo por uma outra que, sem abandonar esse combate em todos os terrenos em que ele deve ser travado, seja capaz de envolver-se ativa e criativamente no processo de construção de um novo Brasil.

Rodrigo de Souza Dantas é Professor Adjunto no Departamento de Filosofia da UnB, Doutor em Filosofia pela UFRJ e Secretário Geral da ADUnB (Associação dos Docentes da UnB).
e-mail: rodrigods@unb.br

Possibilidades de um circuito virtuoso da educação nacional

Maria de Fatima Felix Rosar *

Somos milhares de educadores localizados nos mais diferentes e distantes pontos geográficos do Brasil. Constituímos um grande sistema de educação, malgrado todas as investidas políticas, desde o Império à Era FHC, de nos tornar fragmentados e desarticulados, mediante a instituição de diferentes níveis, modalidades, projetos e estratégias seculares de descentralização, que fortaleceram as possibilidades de se reproduzirem no Brasil, sob a ótica de sua própria "natureza" diversificada, os diferentes Brasis, que comportam diferentes cidadãos, diferentes sistemas de ensino, diferentes projetos de desenvolvimento que, em última instância, ampliaram as diferenças e desigualdades sociais.

Mas, sabemos todos que não é mera coincidência, que se encontre a seca, onde está concentrada a miséria e o analfabetismo em proporções inimagináveis, para quem não conhece a realidade concreta, atingindo índices inaceitáveis, considerando-se o conjunto dos indicadores de desenvolvimento humano dos países mais pobres do planeta, sendo o Brasil, tam-

bém, no conjunto dos países ricos, avaliado como uma potência em termos de economia mundial.

Já ultrapassadas as concepções "naturalistas" e, em grande medida, as concepções positivistas mais rudimentares, alcançou-se, na área da educação e das ciências humanas e sociais, de um modo mais geral, a compreensão crítica sobre os processos históricos que foram produzindo, desde a colônia aos dias de nossa história recente, os elementos de caráter econômico, político e social, e, portanto, objetivos e subjetivos, mais predominantes na construção de um país, em que convivem os padrões mais avançados e mais atrasados de organização societária, mantendo, simultaneamente, mecanismos de alta eficácia para garantir a concentração de renda conjugados com as eficientíssimas estratégias de subtração da dignidade e sobrevivência da maioria dos trabalhadores empregados e desempregados, estando ou não inclusa em programas de "minimização" dos terríveis traços da dura realidade, através de vale-gás, vale-educação, vale-saúde, vale-qualquer-coisa, menos ser reconhecido de

fato como cidadãos, com legítimos direitos constitucionais.

Apesar das cores sombrias do quadro da vida cotidiana de milhões de brasileiros, vislumbra-se o futuro como um "portal da esperança" de um tempo necessário à reconstrução do nosso processo civilizatório, que nos permita recuperar alguma positividade do passado, tanto quanto transformar, com alto grau de competência técnica e compromisso ético, a história presente, de modo que sejam plantadas as bases das novas possibilidades de desenvolvimento humano em todas as dimensões, durante o século XXI, sem restrições impostas a nenhum segmento da sociedade nacional.

Nessa perspectiva, considerando-se experiências positivas do passado recente, há que se recuperar, urgentemente, a riqueza acumulada na área da educação, durante a década de 80, em que se realizou o mais significativo movimento de participação efetiva da sociedade civil, representada por suas entidades sindicais, científicas, estudantes, populares dos mais diferentes segmentos de trabalhadores, na concepção e proposições de processos



educativos para todos os níveis de ensino, o que permitiria alargar o circuito virtuoso da educação nacional.

Embora persistam índices vergonhosos, em muitos aspectos, do setor educacional, ele contém, ao mesmo tempo, uma qualidade de conhecimento e de práticas de caráter técnico e social acumulados, que teriam permitido de fato um grande avanço da educação popular, se não tivesse sido, "abortado" pelo governo FHC o proje-

to de LDB da sociedade civil e o conteúdo do debate realizado, durante mais de uma década, nas Conferências Brasileiras de Educação, no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública e, mais recentemente, nos Congressos Nacionais de Educação.

No atual contexto de emergência de um novo "bloco no poder", que pretende ser coordenado e implementado de forma "radical", portanto com profundidade, pelo governo recém-

eleito, que apresenta características de uma direção política democrático-popular, faz-se muita adequada a discussão sobre o que precisa ser feito, de modo competente, sem que tenhamos que reinventar a roda.

Os educadores que estão à frente das entidades nacionais mais representativas do setor da educação, reunidos em Niterói, no último mês novembro, pretendem estabelecer um diálogo profícuo com os dirigentes educacionais do governo Lula, com o firme propósito de obterem o reconhecimento de sua legítima participação no debate e execução de um novo plano nacional de educação. Essa participação efetiva será a estratégia fundamental para que se possa promover um real avanço, não apenas na concepção de novas políticas educacionais, mas, sobretudo, na sua concreta implementação, de acordo com as demandas dos segmentos organizados da sociedade civil, e, especificamente, com o efetivo controle social sobre os gastos com a educação em todos os níveis de ensino, garantindo-se assim uma gestão do setor educacional que possa ser reconhecida como democrática de fato.

Com esses elementos da história da resistência dos educadores, estudantes e trabalhadores, em geral, pôde-se construir um pensamento crítico vigoroso e uma prática de organização de caráter social mais eficaz do que os modelos de gestão empresarial, que foram adotados de modo agressivo, nas últimas décadas, para cumprir as exigências internas e externas que se impuseram, mediante estratégias de indução do governo federal, de modo a favorecer, principalmente "os negócios privados no setor educacional".

Dados relativos a esses sistemas, mecanismos e estratégias diversificadas já devem ser por demais conhecidos dos especialistas que assumem

agora a direção do MEC e de todos os seus órgãos, dado que o balanço da era FHC foi feito pela equipe de governo que, durante a recente fase de transição, assumiu a avaliação das políticas de educação, saúde, habitação, transporte, economia, previdência etc.

Em certa medida, esses dados são também de conhecimento público da maioria dos educadores, que sofreram os impactos dessas políticas ou, de algum modo, foram também responsáveis pela sua execução, com maior ou menor grau de cumplicidade, em relação aos processos explícitos ou implícitos de privatização dos recursos públicos destinados à educação das classes populares.

Retomar as possibilidades de um "circuito virtuoso ampliado da educação nacional", com o propósito transparente de fazer avançar a qualidade do atendimento da demanda por escolarização, em todos os níveis requer, portanto, a capacidade coletiva de todos nós educadores-militantes de:

- realizarmos um balanço entre perdas e ganhos da educação, na década de 90, principalmente;

- recuperarmos o conhecimento crítico acumulado no âmbito do Fórum Nacional de Educação e, portanto, de todas as entidades científicas e sindicais, profissionais e estudantis, de modo a "ganhar tempo", portanto, acelerar a execução das melhores políticas já concebidas e, inclusive, já testadas em muitas cidades brasileiras;

- compreendermos a potencialidade contida na integração orgânica entre os níveis de ensino fundamental, médio e superior, sem o que estaremos reproduzindo a concepção dicotômica que opõe os diferentes níveis entre si, como se fosse possível priorizar apenas parte de um sistema, o que, como já se constatou na história da educação brasileira, impede a existência real de um "sistema" no seu sentido pleno;



- aglutinarmos, como força ideológica de caráter material imprescindível, no âmbito dos coletivos de especialistas e dirigentes, os educadores de todos os níveis de ensino e de diferentes graus de qualificação: graduandos, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos, doutores, de tal modo que se pratique a socialização de resultados de estudos, pesquisas e de processos de concepção e execução de novas propostas educacionais, alcançando um efeito multiplicador de caráter mais efetivo na base da educação nacional, e, por isso, mais democrático, portanto, diferente daquele que se constrói, a partir de uma concepção hierárquica e burocrática própria dos governos não-democráticos;

- realizarmos com todo entusiasmo e vontade política radical, de caráter ético-democrático, um debate perma-

O propósito transparente de fazer avançar a qualidade do atendimento da demanda por escolarização, em todos os níveis requer, portanto, a capacidade coletiva de todos nós.

nente com todos os segmentos da sociedade civil acerca das prioridades, das possibilidades, dos recursos concretamente existentes para o investimento na educação pública, instituindo um Fórum Nacional de Educação, como instância máxima de decisão nacional sobre a política para todos os níveis de ensino, sem prejuízo de quantos queiram investir seus "recursos próprios", no desenvolvimento de instituições educacionais de caráter privado;

- repensarmos o processo educativo, desde a educação infantil até o ensino superior, como um *continuum* que, também, permitirá ampliar o circuito virtuoso da educação nacional, quando se priorizar na pesquisa e no ensino o que pode ser considerado mais fundamental, para que se superem os problemas estruturais da evasão, da reprovação, da exclusão, da mediocridade de um sistema, que mesmo sendo de ponta, em muitos setores da ciência e da tecnologia, por razões conhecidas e desconhecidas, evidencia a sua insuficiência nos níveis mais elementares, tais como alfabetizar seus 20 milhões de analfabetos, realizar com competência a educação das crianças de 7 a 14 anos, qualificar os jovens para a atividade profissional e social, no ensino médio e no ensino superior, tendo garantido a aquisição de competência técnica e compromisso ético com o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática;

- instituímos um sistema rigoroso de avaliação dos processos educativos que, longe de penalizar ainda mais os setores debilitados pela política encetada durante a era FHC, possa permitir recuperar o extraordinário arsenal do conhecimento científico no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, acumulado nas universidades públicas, em todo o território nacional;

- executarmos como resultado do

nosso compromisso político diferenciado com o futuro do Brasil, um processo de valorização efetiva da carreira do magistério em todos os níveis, de tal modo que possam ser instituídos nexos orgânicos entre a qualificação contínua dos profissionais da educação e a remuneração equivalente ao pressuposto de que a educação nacional influirá sempre, decisivamente, no desenvolvimento do país. Esse critério está para além dos pressupostos de adequação dos profissionais, de um modo geral, às necessidades do mercado, “empurrando-os” para o sistema de ensino privado, após terem sido qualificados com os recursos do setor público;

Sabemos todos do que dispomos, do que nos falta e, seguramente, podemos recriar a educação nacional, se conseguirmos empreender as nossas ações coletivas com o olhar lúcido e dialético, que nos faz mirar o passado, o presente e o futuro, como um ato contínuo da nossa história da educação, de apenas 500 anos, porém muito longos e pesados, para a maioria dos excluídos.

Todos os que alcançamos os patamares mais elevados de qualificação e de reprodução do nosso “capital cultural”, estamos conscientes dos limites da ação individual, porém sabemos, pela nossa prática cotidiana, que soubemos sempre empreender nosso melhor esforço de time, de equipe, de grupo, quando estivemos decididos a mudar a realidade da educação nacional. Realizamos diagnósticos sistematicamente, temos tido acesso à literatura nacional e internacional, elaboramos propostas e executamos diferentes planos de formação de educadores, portanto conhecemos os limites e as possibilidades que estão dadas, no momento em que se renova a conjuntura do país, do ponto de vista, político.

Nesse contexto, podemos adotar

Sabemos todos do que dispomos, do que nos falta e, seguramente, podemos recriar a educação nacional, se conseguirmos empreender as nossas ações coletivas com o olhar lúcido e dialético, que nos faz mirar o passado, o presente e o futuro.

uma posição ativa ou passiva. Melhor será que possamos com a nossa firme participação, colaborarmos no processo de resgate da extraordinária dívida acumulada na história do Brasil, com a maioria de suas crianças, jovens e idosos de todos os gêneros e etnias, que constituem o contingente de excluídos e miseráveis desse país.

Mais que toda a nossa capacidade de elaborar, discursar, discutir de forma, muitas vezes, reiterativa e desnecessária, necessitamos potencializar a prática como realização de nossas melhores perspectivas críticas de caráter teórico-prático. Sem teoria, a prática é mero ato espontâneo e empírico, no sentido restrito. Sem prática, as idéias são mera abstração e reproduzem o idealismo, como forma tão insuficiente do pensamento humano, quanto o positivismo rudimentar ou o materialismo mecanicista.

O desafio é grandioso e, portanto, poderemos avançar muito e, também, retroceder ainda mais, dependendo do quanto se possa realizar, em termos de reintegrar tudo que se fragmentou no âmbito teórico-prático, na esfera da ação individual e coletiva, no universo dos interesses públicos e privados.

Reinventar a concepção de Brasil também desafia a subjetividade de cada educador, de cada pesquisador, de cada intelectual, de tal modo que po-

deremos redefinir a nossa condição de nos identificarmos, de modo mais lúcido, com os interesses da classe trabalhadora ou da classe hegemônica. Mas, e agora, quem é a classe hegemônica do Brasil? Somos dirigentes e dirigidos? Somos intelectuais orgânicos a serviço de quem?

Recuperar a positividade da década de 80 é também rever a “agenda oculta” pela ideologia do neoliberalismo, durante os anos 90 e a Era FHC, de modo que possamos exorcizar os ogros do espírito do capitalismo, que desejaram hegemônizar os sindicatos classistas, os partidos de esquerda, as universidades combativas e críticas e os melhores quadros da educação nacional. Por outro lado, o “bloco no poder” nem de longe pode desconhecer o papel fundamental de todos os sujeitos coletivos que constituem os atores sociais, sem os quais a história não se transforma. Portanto, durante a realização de um projeto de governo democrático-popular, mais que nunca devem estar ativos e atuantes, de forma independente, os sindicatos, as entidades de caráter científico, estudantil e popular, os movimentos sociais, os partidos políticos e todas as organizações que aglutinam perspectivas críticas e projetos alternativos para o desenvolvimento do país que promovam condições objetivas de superação do capitalismo.

A história não se repete, mas recuperar, no leito do passado, a nossa mais significativa produção teórica e prática é nosso dever de cidadãos críticos, justamente, para que se evite que, no novo tempo da história do Brasil, outros protagonistas descompromissados e/ou equivocados tomem a cena para produzir uma farsa.

* *Maria de Fátima Felix Rosar é professora do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp.*

Fundações privadas na USP, a privatização insolente

Ciro T. Correia* e

Pedro E. da Rocha Pomar**

No final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, um mal-estar foi tomando corpo na Universidade de São Paulo. Os setores comprometidos com a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade passaram a sentir que a USP vivia um processo de privatização “por dentro”, caracterizada pela realização de negócios (venda de projetos, cursos e outros serviços) por grupos de docentes, os quais instituíram, com essa finalidade, fundações privadas montadas à sombra das próprias unidades.

Esse processo recebeu grande impulso com a chamada “flexibilização” do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), que a USP passou a permitir desde 1988, quando entrou em vigor seu novo Estatuto. A “flexibilização”, ao fazer do RDIDP um regime de dedicação integral, *ma non troppo*, liberou os docentes que assim o desejassem para um intenso envolvimento com atividades privadas lucrativas, ao abrigo das auto-denominadas “fundações de apoio”.

Na mesma época, no plano internacional e no plano nacional, criava-se um ambiente favorável às reformas que viriam a ser chamadas de neoliberais. A derrota do bloco democrático



popular nas eleições presidenciais de 1989 foi a senha para a implantação das primeiras medidas de cunho neoliberal, por iniciativa de Fernando Collor. Mas foi a partir de 1995, com a chegada de Fernando Henrique ao poder, que tomaram forma certas inovações legais destinadas a privatizar o serviço

público, inclusive na educação, como a figura das “organizações sociais” concebida por Bresser Pereira e as benesses concedidas às fundações privadas, na Lei de Licitações e no relacionamento com as universidades federais.

Na USP, apesar das fartas evidências de que as fundações “de apoio” cons-

tituíram-se num poder paralelo, e de que exerciam influência deletéria sobre a docência, a pesquisa e a extensão, as entidades representativas da comunidade defrontavam-se com a escassez de dados sobre a atividade daquelas instituições. Escassez, diga-se logo, devida à absoluta falta de transparência das fundações “de apoio”. Da necessidade de qualificar o debate, intervindo nele com informações substanciais sobre os resultados financeiros dessas instituições e as quantias repassadas à USP, bem como sobre a natureza de seus negócios, nasceu, na direção da Associação dos Docentes da USP, a idéia de empreender uma reportagem investigativa de fôlego sobre o assunto.

O dossiê publicado pela *Revista Adusp*, em 2001, compreendendo as edições 22, 23 e 24, correspondeu à expectativa e ao esforço nele aplicado, revelando uma massa de informações que não deixa margem a dúvidas sobre a extensão dos danos provocados à USP pela presença e atividade das fundações “de apoio”. A edição 27 (especial) da *Revista Adusp*, publicada em outubro de 2002, complementou o dossiê, ao denunciar a inacreditável quantidade de cursos pagos oferecidos pela USP, em “parceria” com instituições privadas.

Ao introduzir no debate esse substrato empírico, a *Adusp* tirou o chão aos defensores das fundações “de apoio”, acostumados a tecer longas arengas sobre as supostas qualidades das suas instituições, sem jamais mencionar o reduzido valor dos repasses efetuados às unidades da USP “apoiadas”, nem os elevados ganhos pecuniários de alguns docentes, responsáveis por projetos transacionados diretamente com o poder público, sem licitação, ou envolvidos com cursos de especialização oferecidos a empresas ao preço de R\$ 20 mil por aluno, ou

com qualquer outro negócio privado realizado sob a chancela da grife “USP”.

A iniciativa da *Adusp* não somente estimulou a resistência de docentes, estudantes de graduação e pós-graduação e funcionários, mas foi por sua vez informada e enriquecida por tais experiências de luta. Solidarizou-se com a decisiva ação dos estudantes que, em 2001, precisaram, em 26/6, ocupar a sala de reuniões do Conselho Universitário, e, em 4/9, bloquear a entrada dos conselheiros, para impedir a aprovação quase certa (embora sem qualquer debate prévio pela comunidade) de uma oportunista proposta da Reitoria de nova “regulamentação” dos vínculos com as fundações privadas

A Adusp participou de uma audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, relatada no D.O. de SP, de 22/11/2001, onde ficaram evidentes tanto as várias irregularidades da atuação dessas fundações privadas como a quase total falta de controle sobre elas.

“de apoio”, que retirava do Conselho Universitário a competência de aprovar os convênios com essas entidades, substituía a necessidade dos convênios pela inclusão das entidades em um cadastro geral, e concedia exclusivamente ao Reitor o poder de autorizar ou não dita inclusão.

Em conjunto com estudantes e funcionários, a *Adusp* participou de uma audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, relatada no D.O. de SP, de 22/11/2001, onde ficaram evidentes tanto as várias irregularidades da atuação dessas fundações privadas como a quase total falta de controle sobre elas, seja no âmbito da própria USP, do Tribunal de Contas do Estado ou por parte da Promotoria das Fundações do Ministério Público Estadual.

O dossiê “Fundações” da *Revista Adusp* trouxe uma vasta gama de informações sobre as fundações “de apoio”: seu *modus operandi*, a escala de seus ganhos, os imbricamentos na burocracia da USP e no governo estadual. Tais dados foram colhidos mediante dificuldades surpreendentes, o que ensinou sobre o poder dessas entidades.

A maior parte dos documentos foi obtida nos arquivos da Promotoria de Fundações da capital paulista. As quase 20 fundações privadas “de apoio” vinculadas ao *campus* central da USP são, deveriam ser, fiscalizadas por essa Promotoria, pertencente ao Ministério Público Estadual. A ela cabe

também fiscalizar as quase 400 outras fundações privadas atuantes na capital e que nada têm a ver com a USP. Por lei, as fundações privadas, inclusive as “de apoio” à USP ou às suas unidades, têm de enviar a essa Promotoria seus balanços financeiros anuais, atas das reuniões dos órgãos de direção e outros documentos relevantes.

O estudo dessa massa de papéis, cuja maior parte foi previdentemente selecionada e copiada pela equipe da *Revista Adusp*, antes mesmo de vir a público a primeira parte do dossiê “Fundações”, permitiu entender o que são e como agem essas organizações. Não foi por outro motivo que já a partir da publicação da *Revista Adusp* 22, a primeira do dossiê, o acesso dos repórteres à documentação da Promotoria foi interrompido, depois que o

reitor da USP, professor Jacques Marcovitch, que presidiu durante sete anos a Fundação Instituto de Administração (FIA), telefonou para a Promotoria para protestar contra a divulgação dos papéis.

Desse momento em diante, a *Revista Adusp* teve acesso a pouquíssimos documentos da Promotoria das Fundações da capital. Foi necessário recorrer diretamente aos cartórios onde as fundações privadas “de apoio” registram suas atividades. Verificou-se que algumas dessas entidades “espalham” documentos em mais de um cartório, o que dificulta a busca. Em um dos casos, o da Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia (FDTE), ligada à Escola Politécnica, o cartório só dispunha de algumas atas irrelevantes, contendo a composição das direções e as subseqüentes alterações. Coincidentemente, essa instituição foi uma das que se negaram terminantemente a fornecer seus números.

Em poucos casos, as fundações forneceram as informações solicitadas. Outros dados foram obtidos junto à Promotoria de Fundações de Ribeirão Preto (cidade que abriga outro importante *campus* da USP, no qual atuam várias fundações “de apoio”), que obrigava as instituições privadas a preencher anualmente um formulário-padrão detalhado que incluía, por exemplo, os principais valores movimentados e a relação dos principais fornecedores. Informações adicionais foram obtidas nos tribunais de contas e em diversas fontes oficiais e não oficiais.

E, especialmente a partir do segundo número do dossiê, foi dado amplo espaço para a manifestação dos dirigentes das fundações “de apoio”, por meio de entrevistas e artigos. O discurso dessas pessoas é muito eloqüente no demonstrar que tipo de fenômeno está (ou esteve) em curso na USP e em diversas outras universidades bra-

As fundações privadas “de apoio” declaram-se, e são reconhecidas por lei, como “entidades sem fins lucrativos”. Essa é a condição para que recebam do poder público uma série de benesses, em especial a isenção de impostos e a dispensa de licitação nas contratações pelo poder público.

sileiras: uma privatização insolente, realizada às escâncaras, que se pretende absolutamente “natural” e que joga na contramão da modernidade todos aqueles que ousam argumentar que há algo de errado com esse modelo.

A seguir, são indicadas as características mais importantes das entidades autodenominadas “fundações de apoio” universitárias existentes na USP (e das situações que elas engendram ou induzem), e que, de acordo com os dados reunidos, parecem constituir um padrão no Brasil. Na USP, elas são 31, na Unicamp quatro e na Unesp 17. Nas universidades federais de todo o país, as cadastradas pelo MEC já somam 137!

1. A finalidade “não lucrativa” e o caráter empresarial

As fundações privadas “de apoio” declaram-se, e são reconhecidas por lei, como “entidades sem fins lucrativos”. Essa é a condição para que recebam do poder público uma série de benesses, em especial a isenção de impostos e a dispensa de licitação nas contratações pelo poder público. Portanto, elas não possuem sócios cotistas, não oferecem dividendos e formalmente não são “lucrativas”. Contudo, constata-se que essa condição é puramente formal. Na realidade, na maior parte, as fundações privadas “de apoio” são organizações de tipo empresarial, voltadas para o mercado e instituídas com a finalidade de auferir ganhos significativos para seus participantes,

especialmente os coordenadores de projetos.

Os documentos das instituições são claros, por exemplo: “Análise de mercado em termos de viabilidade e da posição competitiva da FIA, no nicho ou segmento a ser explorado, além de uma adequada avaliação orçamentária, são algumas das recomendações a serem observadas” (Fundação Instituto de Administração, Plano de Trabalho, 2000). É digno de nota o fato de que, em 1999, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e a FIA constituíram um consórcio para executar uma auditoria do Censo Escolar, financiada com verba do Banco Mundial, e a Fipe foi designada “empresa líder” do consórcio.

Os excedentes existem (e como!), mas não assumem a forma contábil de “lucros”. Eles remuneram os participantes e, em menor escala, a própria fundação (*overhead*) e, só depois, a USP (repasse ao departamento, à unidade, e à Reitoria). Na contabilidade das instituições, o grosso do lucro está disfarçado na rubrica “pagamentos de serviços de terceiros”. Os “terceiros” são, na maioria das vezes, os próprios docentes envolvidos nos projetos vendidos ao poder público ou à iniciativa privada.

Esse mecanismo foi desvendado pelo Ministério Público Federal de Bauru, que solicitou à Receita Federal uma investigação sobre as pessoas jurídicas que recebiam pagamentos da Fundação Bauruense de Estudos

Odontológicos (Funbeo, vinculada à Faculdade de Odontologia de Bauru, da USP), pertencentes aos próprios docentes envolvidos com cursos pagos, ou a familiares seus.

2. A importância econômico-financeira

O levantamento da *Revista Adusp* estimou que o conjunto das fundações “de apoio” vinculadas à USP movimentava anualmente valor equivalente a cerca de 1/3 da dotação orçamentária anual da USP. Posteriormente, em dezembro de 2002, uma comissão constituída pela Reitoria para tratar das fundações divulgou, em seu relatório final, que “o montante de recursos movimentados pelo sistema no ano de 2001 foi da ordem do orçamento da USP” (R\$ 1,2 bilhão!).

As instituições economicamente mais fortes, ligadas à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e às faculdades de Medicina, têm receitas isoladas maiores do que a dotação das próprias unidades “apoiadas”.

Nos anos 1998-2000, as seis maiores fundações “de apoio” atuantes nos *campi* da USP da capital e de Ribeirão Preto (aquelas com receita anual superior a R\$ 20 milhões) arrecadaram, em conjunto, valores anuais superiores a R\$ 400 milhões (ver tabela). O total arrecadado por elas conjuntamente, nesse período de apenas três anos, foi de R\$ 1,363 bilhão, o que representa o equivalente à dotação orçamentária anual total da USP, em 2002.

Poder-se-á objetar, sempre, que é proveniente do Sistema Único de Saúde (SUS) o grosso das receitas da Fundação Faculdade de Medicina (FFM), da Fundação Zerbini (FZ) e da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa), que foram as três maio-

res em arrecadação no ano 2000, e que se trata de verba “carimbada”. Em que medida isso comprometeria os dados aqui apresentados?

É verdade que, ao contrário do que ocorre com as fundações da FEA, a maior parte dos recursos que entram nas fundações ligadas aos HCs tem destinação pública e não apropriação privada. A maior parte, mas não toda. O levantamento da *Revista Adusp* indica que parte da verba “carimbada” do SUS é destinada a fins duvidosos ou ilegais, a começar pela “taxa de gestão” cobrada pelas instituições privadas, que é de 7,5%, no caso da FFM; que a “segunda porta” instituída nos HCs pelas fundações - o atendimento remunerado oferecido a usuários de seguro-saúde e pacientes particulares - abre caminho à privatização da saúde; e que as práticas introduzidas por essas entidades geram distorções que afetam ensino, pesquisa e extensão das unidades envolvidas. Exemplo: 14 docentes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto são funcionários da Faepa e seu pagamento sai da verba SUS!

Além disso, o fato de se tratar de hospitais universitários implica aumento da verba SUS em 75%, em razão da existência do bônus Fideps, Fundo de Incentivo para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa Superior. A espantosa tentativa de diversos dirigentes dessas fundações de minimizar a

importância dos laços existentes entre a USP e os HCs cai, assim, por terra.

De qualquer modo, mesmo limitando-se o exame às fundações da FEA - FIA, Fipe e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) - o volume de recursos arrecadados permanecerá impressionante. Num único ano, o de 1998, essas três instituições privadas arrecadaram juntas R\$ 134 milhões, o equivalente a 16% de toda a dotação orçamentária da USP, nesse mesmo ano. No período 1998-2000, estima-se que elas tenham obtido uma receita conjunta de R\$ 347 milhões. A maior parte desses recursos teve destinação privada, como demonstram os números da FIA, a maior delas.

Em 1998, a FIA arrecadou R\$ 64,9 milhões, dos quais R\$ 35,4 milhões (54%) foram destinados a “despesas com pessoal técnico”, o que inclui os honorários de docentes coordenadores e demais docentes envolvidos, pessoas físicas e jurídicas e técnicos. Destaque-se que o pagamento dos funcionários da FIA, que chegaram a ser 346 naquele ano, está em outra rubrica, “pessoal administrativo”, e consumiu R\$ 7,9 milhões (12% da receita). O *overhead* ficou em R\$ 9,8 milhões (15% da receita) e o superávit em R\$ 1,6 milhão.

Também em 1998, o fundo de previdência privada mantido pela FIA para “seus” docentes e funcionários alcan-

Receita das 6 maiores fundações “de apoio” à USP na Capital e em Ribeirão Preto (em milhões de R\$)			
	1998	1999	2000
FFM	145,9	152,5	180,0*
FZ	112,0	119,0	138,0
FIA	64,9	49,7	50,3
Faepa	50,0	57,5	71,9
Fipecafi	42,2	27,6	29,7
FIPE	27,5	27,5**	27,5**
Totais	442,5	423,8	497,4

*estimativa da FFM **estimado- a Fipe não forneceu o dado
Fontes: dados oficiais da FFM, FZ, Faepa, FIA, Fipe e Fipecafi

çou o saldo acumulado de R\$ 8 milhões (passaria a R\$ 13 milhões em 1999, graças à remuneração recorde dos investimentos em dólar feitos pela instituição). Como essa pujança refletiu-se em termos de repasses financeiros para a USP? Muito modestamente: só há registro, nos documentos da própria FIA, do repasse de R\$ 0,88 milhão para a universidade (1,35% da receita).

Atuam, na USP, ainda, duas dezenas de fundações “de apoio” de médio e pequeno porte, em termos de receita, e cuja escala de ganhos vem crescendo nos últimos anos. A maior e mais conhecida desse grupo é a Fundação Vanzolini (FCAV), vinculada ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, e que arrecadou R\$ 12,5 milhões em 2000, repassando à USP só R\$ 0,468 milhão (3,7% da receita), ao passo que os pagamentos a pessoas físicas e jurídicas somaram R\$ 6,1 milhões (49%). Note-se que, em 1997, a FCAV arrecadou menos, R\$ 11,2 milhões, mas pagou mais a pessoas físicas e jurídicas: R\$ 6,7 milhões (60% da receita).

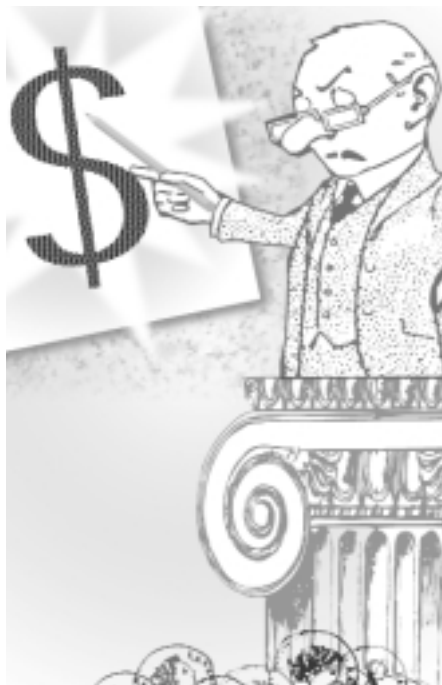
A situação das fundações privadas “de apoio” tornou-se indefensável, do ponto de vista da argumentação que sempre desenvolveram, a partir do momento em que a Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage) divulgou, a contragosto, os dados oficiais referentes aos repasses praticados por essas entidades (vide tabela completa na *Revista Adusp* 24, p. 134). Isso ocorreu no dia 9/10/2001, quando o Conselho Universitário tomou conhecimento, pela primeira vez, dos montantes recolhidos à USP, por essas entidades, por força da Resolução 4543/98, da Reitoria.

Essa Resolução determina que a unidade “deverá reter no mínimo 10% e no máximo 50% do numerário recebido pelo docente”, em decorrência da

participação deste em “atividades de assessoria, consultoria, convênios e contratos”, e que deverá recolher à Reitoria “o equivalente a 5% desse numerário” (artigo 1º). Embora isso não conste explicitamente do texto da Resolução, no caso de atividades desenvolvidas por docentes em fundações privadas “de apoio”, cabe a estas fazer o respectivo repasse.

Os dados da Codage informam que, até julho de 2001, só 21 fundações privadas “de apoio” repassavam verbas à USP, das 30 listadas pela Reitoria, no *Jornal da USP* (27/8-2/9/2001, p. 10-11). Estranhamente, a Codage omitiu os dados relativos a 1998, ano em que, de acordo com a Resolução 4543, deveriam ter início os repasses sistemáticos. Na circular Codage 099/98, lê-se claramente: “Devem ser recolhidos à Reitoria e às Unidades os percentuais sobre convênios/contratos em vigor desde a edição da Resolução 4543, em 20 de março de 1998, que ainda não o tenham sido. Todos os recolhimentos ainda pendentes devem ser regularizados até a data limite de 30 de novembro de 1998”.

Tal circular foi assinada pelo profes-



sor Hélio Nogueira da Cruz, então coordenador da Codage (e hoje vice-reitor da USP). No caso de pelo menos uma das fundações privadas “de apoio”, a Fundace, já se sabe que ela não realizou repasse à USP, em 1998, apesar da receita de R\$ 2,2 milhões (Fundace, Relatório de Atividades 1999, fornecido pela Promotoria de Fundações de Ribeirão Preto).

De acordo com os dados da Codage, em 1999, as 21 fundações privadas “de apoio” repassaram à USP um total de R\$ 9,106 milhões; em 2000, R\$ 13,248 milhões; e, em 2001, até julho, R\$ 6,614 milhões. O total no período soma R\$ 28,96 milhões. O orçamento da USP foi de R\$ 918 milhões, em 1999, e R\$ 1,173 bilhão em 2000. Conclui-se que os repasses das 21 fundações privadas, nesses dois anos, equivalem a, respectivamente, apenas 1% e 1,5% do total do orçamento da universidade, e que, desse modo, essas entidades não financiam a universidade, ao contrário, transferem para ela uma fatia deveras mínima de seus ganhos. Ainda que esse percentual venha a crescer de 2001 em diante, por força da pressão da comunidade, será sempre inferior à “parte do leão” que cabe às entidades, pois tal é a lógica do sistema.

Há indicações, porém, de que as cifras da Codage, mesmo desfavoráveis às fundações privadas “de apoio”, são passíveis de contestação, para baixo. Algumas delas não coincidem sequer com os próprios dados declarados pelas entidades à Promotoria de Fundações. A Codage informa que a FIA recolheu R\$ 2,851 milhões à USP, em 2000, entre taxas de convênios e repasses à FEA. Mas a informação oficial da própria fundação é de que o valor total recolhido foi de R\$ 2,3 milhões. A diferença é de R\$ 0,5 milhão a menos! Também discrepam, e muito, as cifras atribuídas aos repas-

ses da FCAV, no ano 2000. A Codage menciona R\$ 906 mil, mas a FCAV indica a metade desse valor: R\$ 468 mil. É como se a Receita Federal informasse que o contribuinte pagou mais imposto do que o efetivamente recolhido por ele..

3. A origem dos recursos

Ao contrário do que propalam, as fundações universitárias, na realidade, apóiam-se nas instituições de ensino que dizem apoiar, nelas indo buscar a força de trabalho, as instalações, os equipamentos e, sobretudo, a força simbólica da "marca". Portanto, os recursos constituintes das fundações - os "fatores de produção", sem os quais elas não conseguiriam viabilizar-se - são públicos, e mesmo aquelas que adquiriram sedes próprias ainda utilizam sistematicamente os prédios e instalações da USP, e só raramente ressarcem as unidades respectivas por tal uso.

Porém, igualmente significativo é o fato de que as verbas que ingressam nas fundações privadas "de apoio", como remuneração por serviços de consultoria, projetos e cursos, têm origem pública, na maior parte dos casos, mesmo sem considerar os recursos oriundos do SUS. Os números da FIA, por exemplo, indicam que, entre 1994 e 1998, o percentual da sua receita oriundo do setor público nunca foi inferior a 80%, chegando mesmo a 89%, em 1996. No ano de 1998, o melhor da história da FIA, a fatia da receita proveniente do setor público foi de 70%. Quer dizer que, dos quase R\$ 65 milhões recebidos por essa fundação privada "de apoio", naquele ano, mais de R\$ 45 milhões saíram dos cofres de empresas públicas, prefeituras, governos estaduais e governo federal.

A partir de 1998, a parte da receita proveniente do setor público declinou, mas continuou a ter um peso importante na vida de várias das fundações.

Igualmente significativo é o fato de que as verbas que ingressam nas fundações privadas "de apoio", como remuneração por serviços de consultoria, projetos e cursos, têm origem pública, na maior parte dos casos.

No caso da FCAV, pelo menos 1/3 da arrecadação decorre da certificação de produtos e processos de produção, delegada pelo Inmetro, um órgão federal. A cada certificação concedida, o Inmetro recebe meros 12% do valor embolsado pela FCAV. Outra fonte de renda é o gerenciamento de projetos do governo estadual, mediante o qual essa "fundação de apoio" recebe um determinado percentual.

Nos últimos anos, ganhou impulso a oferta, por fundações privadas "de apoio", de cursos pagos de todo tipo, entre eles os chamados MBA (master of business administration), que chegam a ter um preço de até R\$ 30 mil por aluno. Esses cursos, em geral contratados por empresas, são altamente rentáveis e se mostraram uma alternativa aos negócios com o setor público. Os cursos pagos tornaram-se uma indústria com anúncios nos cadernos de emprego dos jornais, folhetos coloridos, *outdoors* e até comerciais na televisão, como os promovidos pela já citada Fundace, entidade ligada à FEA, de Ribeirão Preto, cuja receita chegou a R\$ 3,9 milhões, em 2000 (crescimento de 77% em apenas dois anos).

O que torna esses cursos particularmente atraentes é que eles oferecem diplomas "USP", em geral "legitimados" por convênios firmados entre as fundações e as unidades respectivas. O princípio da gratuidade no ensino público, em estabelecimentos oficiais, assegurado pelo artigo 206, da Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é assim ostensivamente

ignorado. Destaque-se ainda que as fundações privadas não são instituições de ensino superior, portanto não podem ministrar cursos de ensino superior: o artigo 45, da LDB, reza que a educação superior "será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas". Caso um curso cuja responsabilidade legal, por força de convênio, seja da USP, ainda que administrado por uma fundação privada, nem por isso deixa de ser da USP, portanto necessariamente terá de ser gratuito.

"Outro aspecto que merece uma análise detalhada diz respeito aos convênios firmados entre instituições públicas de ensino superior, através de suas fundações de apoio e instituições particulares, para oferta de cursos de especialização em que os alunos pagam mensalidades ... porque estão sendo flagrantemente violados tanto o dispositivo do art. 206, inciso IV, da CF, que trata da gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, como o art. 208, inciso V, da CF que dispõe que o dever do Estado para com a educação deve se dar mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um ... o ensino pago passa, indevidamente, a também fazer parte do ensino de pós-graduação público" (Maliska M.A., 2001, pg. 212).

4. A concorrência desleal

As fundações privadas "de apoio" exercem concorrência desleal com os profissionais lançados no mercado de

trabalho e com as empresas comuns, pois a) operam como empresas de consultoria, fazendo uso ostensivo ou não de um bem simbólico, a marca "USP" (incorporada aos nomes, como em "FIA-USP" ou "Fundação Vanzolini-USP"), de valor incalculável, b) conquistam contratos do setor público sem passar por licitação, c) deixam de pagar impostos que oneram suas concorrentes. É o melhor dos mundos.

A chamada Lei das Licitações (Lei 8666/93), que regula a realização de licitações pelo setor público, admite exceções que beneficiam as fundações privadas "de apoio". A primeira é o artigo 24, inciso XIII, com redação dada pela Lei 8.883/94, que define como "dispensável a licitação" quando houver "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional", desde que "a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Já o artigo 25, inciso II, prevê a inexigibilidade da licitação quando se tratar de "contratação de serviços técnicos ... de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização". A Fipecafi foi contratada sem licitação pelo Banco Central, em 1998, com base nesse dispositivo, como revelou a CPI do Banespa. A "notória especialização", porém, já estava presente em outro diploma legal, revogado pela Lei 8666/93: o Decreto-Lei 2.300/86 (com a redação dada pelo Decreto-Lei 2.360/87), que, em seu artigo 22, inciso VIII, dispensava a licitação "para a contratação de serviços técnicos com profissionais de notória especialização".

Em 1992, por exemplo, o Banco do Brasil firmou, de uma só vez, um convênio com três fundações privadas "de apoio": FIA, Fipecafi e Fipe, sem licitação, com base no citado Decreto-Lei.

Em 1995, o convênio foi renovado por mais cinco anos por um termo aditivo, "dispensada a licitação com fundamento na Lei 8.666, com a redação dada pela Lei 8.883". Graças a esse convênio, a FIA executou 23 projetos remunerados para o BB, até 1995, e outros 18, nos anos seguintes. Para se ter uma idéia da escala de valores, o BB pagou, por 11 projetos realizados em 1995 (quase sempre cursos para executivos), e coordenados por dois docentes da FEA, a quantia total de R\$ 1,3 milhão em números redondos - o equivalente a US\$ 1,30 milhão, na época.

O Tribunal de Contas da União (TCU), que estudou 1824 contratos de consultoria firmados por 219 órgãos e entidades da administração pública federal, entre 1997 e 1999, relacionou a Fipecafi e a FIA entre os "dez maiores contratados por total de valores contratados", com as cifras de R\$ 34,9 milhões e R\$ 32 milhões, respectivamente (TC-005.168/2000-5, Relatório, sessão de 7/2/2001).

De acordo com o TCU, dos contratos examinados, 1352 (74%) foram firmados através de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Das 646 dispensas, "250 (38%) foram realizadas tendo como base o inciso XIII, do art. 24, da Lei 8666/93, sendo que, na quase totalidade dos casos, foram contratadas 'fundações de apoio a universidades' " (TC-005.168/2000-5, Relatório, sessão de 7/2/2001). No período, a FIA realizou 17 contratos com o setor público federal, 16 dos quais sem licitação. A Fipecafi firmou 11 contratos com a administração federal, 10 deles sem licitação.

Entre o aparato normativo que torna ainda mais atraente classificar uma entidade como uma fundação "de apoio" a universidades, merece destaque a letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal, ao prever

que é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre "instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos", desde que sejam declaradas de utilidade pública, o que é feito, em geral, sem maiores dificuldades, pelo Ministério Público Estadual.

Novos favores fiscais sobrevieram com a Medida Provisória 1858-6, que isentou do pagamento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), em relação a fatos geradores posteriores a 1º/2/1999, as fundações de direito privado e outras instituições. Graças a essa benesse, a FIA, uma das que deixaram de recolher a Cofins, economizou quase R\$ 1,7 milhão somente no exercício de 1999.

No caso das fundações privadas "de apoio" que gerenciam os complexos hospitalares vinculados à USP, a isenção estende-se à contribuição para com a Previdência. O certificado de entidade filantrópica, atribuído a essas entidades pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), isenta-as da obrigação de pagar a contribuição previdenciária de seus funcionários e contratados. A Fundação Faculdade de Medicina revela as dimensões desse privilégio: "a contribuição previdenciária aproximada devida, caso não gozasse de isenção, poderia ser assim demonstrada": R\$ 23,78 milhões, em 1999, e R\$ 24,65 milhões, em 2000 (FFM, Demonstrações Financeiras 2000, p. 10).

5. *Conflito de interesses*

As instituições privadas que dizem "apoiar" a USP, não sobreviveriam sem a mão amiga da burocracia da universidade. E, na medida em que se examina a composição dos corpos dirigentes das fundações "de apoio", verifica-se que neles estão presentes muitos daqueles que exercem ou exerceram posições de mando, na hierarquia da USP. Constatou-se que os represen-

tantes dessas instituições somam 1/4 da composição do Conselho Universitário; que são maioria numa das mais importantes comissões do Conselho Universitário da USP, a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP); e que ocupam ou ocuparam posições em órgãos da administração direta da Universidade - é o caso dos professores Jacques Marcovitch (ex-presidente da FIA, ex-pró-reitor de Cultura e Extensão e ex-reitor) e Hélio Nogueira da Cruz (membro do Conselho Curador da Fipe, durante 12 anos coordenador da Codage e atual vice-reitor).

A existência e atividade das fundações "de apoio" criou, na USP, um imenso cipoal de conflitos de interesse. Não é um problema apenas simbólico: diz respeito a questões materiais, cifras importantes que estão em jogo. O ocupante da Reitoria ou diretor de uma unidade é voz determinante na decisão sobre o montante que determinada fundação deve pagar, a título de ressarcimento pelo uso de um prédio. Se uma dessas autoridades também ocupa um cargo, na direção ou no conselho dessa mesma fundação, evidencia-se o conflito de interesses. E se, na assinatura de um convênio entre uma fundação privada e uma unidade, um diretor está presente de um lado e de outro do balcão, como ocorreu na Escola de Comunicações e Artes (ECA) e na Escola Politécnica, isso beira a prevaricação.

Além desses casos particulares, que se contam às dezenas na USP, há um conflito genérico de interesses. É simples: funcionário público não pode transacionar com o Estado, por motivos óbvios. O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (lei 10.261/68) veda peremptoriamente essa hipótese, no artigo 243, inciso I: "É proibido ainda ao funcionário: I- fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ou

como representante de outrem; II- participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço".

O Estatuto dos Servidores da USP repete essas normas, ao dispor, no artigo 168, que "ao servidor é proibido: IX- firmar contratos de natureza comercial ou industrial com o Estado e a Universidade" e "X- participar da gerência ou administração de empresas que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Estado ou com a Universidade". No entanto, sob o manto das fundações privadas "de apoio", os grupos de docentes que as constituíram ou que delas participam vêm fazendo exatamente isso há vários anos: transacionando com o Estado. Vendendo serviços e auferindo ganhos que superam em muito seus próprios salários e os de seus colegas.

6. O prejuízo à docência, à pesquisa e à extensão

A lógica dessas entidades, ao contrário do previsto nos seus estatutos, é mercantilista e a perspectiva de hegemonia que impõem aos ambientes em que atuam é incompatível com a necessária isenção, isonomia, autonomia de gestão e perspectiva de desenvolvimento humano e social inerentes a uma universidade pública.

Nesse contexto, na maioria dos projetos e serviços realizados por essas fundações trabalham docentes contratados pela USP, em RDIDP, os quais não raramente recebem por essas atividades uma remuneração adicional que supera largamente os seus salários. Estimativas fundamentadas da remuneração adicional desses docentes que, mesmo em RDIDP, atuaram em projetos vinculados a essas fundações privadas "de apoio", em 2000, indicam montantes médios da ordem de R\$ 57 mil reais por ano (caso da FCAV, em 2000) e mesmo superiores, ao passo que o salário em RDIDP de um Professor Doutor, em outubro de 2000, era de R\$ 3.475,16 (pouco mais de 45 mil reais por ano, computado o 13°).

Outro exemplo: no ano 2000, a FIA repassou ao Fundo de Taxas de Convênio da Reitoria, segundo a Codage, a quantia de R\$ 1,075 milhão, referente aos 5% previstos na Resolução 4543/98. Quer dizer que o bolo da remuneração dos docentes ligados a essa fundação privada "de apoio" foi, portanto, de R\$ 21,5 milhões, em números redondos, e que, como havia então 55 docentes em atividade na FIA, eles fizeram jus, em média, a R\$ 390 mil nesse ano!

Tais ganhos adicionais permitem compreender as denúncias feitas por alunos de diferentes institutos quanto à dedicação preferencial de certos docentes às disciplinas dos cursos promovidos pelas fundações privadas "de apoio", em detrimento das grades curriculares da graduação e da pós-gra-

Tais ganhos adicionais permitem compreender as denúncias feitas por alunos de diferentes institutos quanto à dedicação preferencial de certos docentes às disciplinas dos cursos promovidos pelas fundações privadas "de apoio".



duação convencionais. O brilho asséptico dos MBA contrasta com as salas lotadas de certas disciplinas da graduação, como História Econômica Contemporânea, que chegou a ter uma turma de 154 alunos por falta de professores.

As linhas de pesquisa, concomitantemente, passam a ser ditadas pelos interesses do mercado (incluídos os daqueles docentes que constituem as entidades) e dos governos, que são os grandes contratantes. Pesquisa-se o que for encomendado (ou sugerido pelos pesquisadores com o objetivo de gerar remuneração, o que produz o mesmo efeito), comprometendo-se assim a autonomia do saber. Instituições e empresas privadas, órgãos e empresas estatais, contratam a maior parte dos projetos de pesquisa das fundações privadas “de apoio” vinculadas à FEA e a outras unidades.

Veja-se o caso da Fipe, fundação privada que não gosta de divulgar seus números, mas cujas receitas vinham aumentando exponencialmente ano a ano (1995: R\$ 11 milhões, 1996: R\$ 16,7 milhões, 1997: R\$ 19,5 milhões, 1998: R\$ 27,4 milhões). Entre 1990 e 2000, os docentes ligados à Fipe reali-

zaram 11 pesquisas sobre emprego e desemprego, das quais 5 foram contratadas pelo Ministério do Trabalho, 2 por secretarias estaduais do governo de SP, 1 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as restantes por instituições privadas.

A Fipe desenvolveu 43 pesquisas no ano de 2000, das quais somente 8 tratavam de questões macroeconômicas, de desenvolvimento econômico ou de questões

ligadas à geração de renda, emprego e políticas públicas. Outras quatro pesquisas tratavam de questões ligadas ao Fundef, todas contratadas pelo MEC. Das 43 pesquisas, nada menos do que 10 foram contratadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 3 pela Sabesp, 2 pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), 1 pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), 1 pela Nestlé, 1 pela Editora Abril etc.

Exemplo esclarecedor do tipo de pesquisa gerado pela relação mercantil é aquela contratada pela ABCR, entidade das concessionárias de rodovias, e intitulada “Desenvolvimento de um Modelo Conceitual, que permita avaliar as Condições que alteram o Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão de Rodovias no Brasil, e os Mecanismos para a sua Recomposição”. O resumo disponível no site da Fipe esclarece que a “longa duração de contratos de concessão faz com que a concessionária esteja sujeita a riscos de difícil previsão”, e que, portanto, “é de interesse do Estado garantir que situações, previstas ou não em contrato, que ameacem o desem-

penho fiscal das concessionárias de rodovias, sejam contornadas, o que pode ser feito mediante revisão tarifária, transferência de recursos, redução nas exigências contratuais, etc” (os grifos são nossos).

Em tal contexto, a extensão universitária é entendida como pura venda de serviços e de conhecimentos. O tempo que falta para atender os alunos da graduação e da pós-graduação gratuitas não vai sobrar, também, para a extensão vista como uma prestação de serviços gratuitos à sociedade que financia a universidade pública.

7. A fiscalização: para inglês ver?

No âmbito da USP, não existe o devido controle, em primeiro lugar, das atividades desenvolvidas por docentes nas fundações privadas “de apoio”, para saber se de fato restringem-se ao máximo de 8 horas semanais regulamentadas. Ao contrário: nota-se liberalidade da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), no tocante às autorizações que concede para “flexibilização” do RDIDP, sabendo-se de, pelo menos, dois casos de liberação em grupo de docentes vinculados às entidades privadas.

Pior ainda, não existe controle adequado da Reitoria e da comunidade sobre as atividades das fundações privadas “de apoio”. Inicialmente, a Reitoria sequer sabia quantas eram essas entidades. Várias delas funcionam até hoje sem a formalização de convênios, ferindo abertamente a Resolução 3582/89. Como vimos acima, o órgão que deveria fiscalizar os repasses financeiros devidos por elas à USP, que é a Codage, não cumpre esse papel.

A fiscalização externa, ex-officio, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado, é extremamente limitada. Até hoje, a Promotoria de Fundações decretou intervenção

temporária em uma única fundação privada “de apoio”, a FFM. A Promotoria está desaparelhada para realizar esse trabalho, por falta de pessoal e de recursos. O TCE, por sua vez, embora entenda que essas entidades devem prestar-lhe contas pelos vínculos que mantêm com o poder público (a USP), restringe sua análise a aspectos pontuais, como a forma de contratação de funcionários. “Não há fiscalização das atividades das fundações”, declarou o presidente do TCE, Edgard Rodrigues, em audiência pública, na Assembléia Legislativa (D.O., 22/11/ 2001, p.8).

Atualmente, o único órgão que tem enfrentado a “privatização insolente” das fundações privadas “de apoio”, em São Paulo e em vários Estados, é o Ministério Público Federal, como ver-se-á a seguir. O foco da ação do MPF tem sido os cursos pagos oferecidos por aquelas entidades. Ao mesmo, foi acionada, em São Paulo, a Promotoria de Cidadania do Ministério Público Estadual.

8. Novidades no front

O MPF tem tomado posição firme contra cursos pagos e mestrados profissionalizantes, vinculados ou não a fundações privadas “de apoio”, criados em outras universidades, estaduais e federais, e que ferem os dispositivos constitucionais que prevêm a gratuidade nas instituições públicas de ensino superior.

No Rio de Janeiro, em 2001, o MPF propôs Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra a União Federal, a Capes, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Fundação IBGE, para que a UFF, UFRRJ e o IBGE se abstenham de realizar qualquer cobrança aos seus alunos dos cursos de mestrado profissionalizante. A Justiça Federal concedeu liminar favorável ao MPF, suspendendo a cobrança de valores

nestes cursos até decisão final da ação, considerando que os mestrados profissionalizantes não constituem solução para resolver a escassez de recursos das instituições públicas.

No Ceará, o MPF ingressou, em julho de 2002, com Ação Civil Pública, com pedido liminar, contra a Universidade Federal do Ceará, para que esta deixe de oferecer e realizar cursos de pós-graduação *lato ou stricto sensu*, dentro ou fora de suas instalações, mediante cobrança de mensalidades, ou ainda com outras entidades civis, pessoas jurídicas de direito privado, que não tenham atribuições legais de promover o aperfeiçoamento institucional de seus integrantes; para que deixe de utilizar, em cursos de pós-graduação *lato ou stricto sensu*, professores sem vínculo com a Universidade; para que só utilize professores em regime de dedicação exclusiva nos cursos de pós-graduação *lato ou stricto sensu* que não mantenham vínculo jurídico de qualquer natureza com pessoas jurídicas de direito privado; e para que devolva aos alunos todos os valores recebidos a título de mensalidades após o ajuizamento da ação.

Em São Paulo, o MPF iniciou apuração da cobrança de valores de cursos de mestrados profissionalizantes, nas universidades federais de São Paulo, para eventual promoção de Ação Civil Pública. Em novembro de 2002, o MPF e a Unifesp (antiga Escola Paulista de Medicina) celebraram um termo de ajustamento de conduta, mediante o qual a Unifesp comprometeu-se a sus-

pendar a cobrança de valores, no seu mestrado profissionalizante (detalhes sobre as iniciativas do MPF podem ser encontrados na Revista Adusp 27, disponível na Internet, no sítio da Adusp).

Também em São Paulo, o professor Márcio Augelli, da Unesp, decidiu solicitar à Promotoria da Vara de Cidadania, em 18/11/2002, a apuração de irregularidades relacionadas à atuação das fundações privadas “de apoio” e à cobrança de cursos na USP (PJC-CAP: 02/722, Prot PJ: 5832/02). A Promotoria instaurou um procedimento administrativo, no curso do qual foi realizada audiência do presidente da Adusp e da assessoria jurídica desta entidade com o promotor Sílvio Antônio Marques.

O promotor solicitou que a Adusp fornecesse informações sobre o tema, uma vez que grande parte do material que fundamenta a representação do professor Augelli corresponde às publicações da Adusp. A diretoria da entidade decidiu, então, encaminhar suas próprias razões ao Ministério Público, com o objetivo de solicitar instauração de Inquérito Civil Público para apuração dos fatos descritos relativos à cobrança de cursos e atuação de fundações privadas “de apoio”, na USP. O documento protocolado (no 006229, de 06/12/2002) está disponível na íntegra na página do jurídico, no sítio da entidade (www.adusp.org.br/juris/representa.htm).

Em Goiás, em janeiro de 2003, o Ministério Público Estadual ajuizou, na Vara da Fazenda Pública de Anápolis,

A proliferação de cursos pagos e a transformação de grupos de docentes em empresários encobertos pela fachada de fundações privadas “de apoio” deram-se em função da perspectiva de desobrigação do Estado quanto a suas funções básicas para com a sociedade.

Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada contra a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Fundação Universitária do Cerrado (Funcer), que mantêm, por convênio, diversos cursos seqüenciais pagos. O promotor Marcelo André de Azevedo requer a suspensão da cobrança de valores, a declaração da ilegalidade da cobrança e que a UEG abstenha-se de oferecer novos cursos pagos.

A proliferação de cursos pagos e a transformação de grupos de docentes em empresários encobertos pela fachada de fundações privadas “de apoio” deram-se em função da perspectiva de desobrigação do Estado quanto a suas funções básicas para com a sociedade, entre elas a de prover o direito ao ensino de qualidade, para todos, em todos os níveis. A justificativa apresentada é a de que a universidade deve atender à “demanda social” a ela dirigida. Porém, a “demanda social” representa única e exclusivamente o “mercado”, como se o mercado pudesse substituir a sociedade a quem o Estado deve servir, e as razões econômicas privadas pudessem ser assumidas como manifestação do interesse geral, do interesse coletivo da população, a quem a universidade deve atender.

Ao contrário do que alguns divulgam, é absolutamente viável manter as universidades públicas com recursos públicos. Esses recursos existem, basta que sejam destinados em montantes compatíveis com parâmetros internacionais, tomados com referência em percentuais do PIB, como o mínimo de 1% para a manutenção do ensino superior de graduação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação-PNE: Projeto da Sociedade Brasileira, com o qual o Andes Sindicato Nacional contribuiu e pelo qual continua a lutar, para conquistar a implementação das diretrizes ali previstas.

No caso do Estado de São Paulo, o PIB situa-se atualmente ao redor de R\$ 400 bilhões a R\$ 450 bilhões. Nosso setor público representa cerca de 20% desse montante. Em qualquer nação organizada, esse percentual varia entre 40% e 55%. Mesmo entre nossos vizinhos latino-americanos, tal percentual é superior a 20%.

A cota-parte do ICMS proporciona cerca de 90% das receitas do Estado de São Paulo. Em 2002, a cota-parte fechou o ano em R\$ 27,1 bilhões, ou seja, apenas 6% do PIB estadual! Dessa fonte, o Estado repassou às universidades R\$ 2,7 bilhões, que correspondem a tão só 0,6% do PIB estadual. Quando descontados os gastos com aposentadorias (previdência) que estão incluídos nesse montante, o repasse fica abaixo de 0,5% do PIB. Indicadores da ONU mostram que as sociedades mais organizadas destinam entre 1,5% e 2% do PIB para seu sistema superior de educação, quando consideradas as atividades de graduação e de pós-graduação. Esse investimento tem reflexo direto em ciência e tecnologia, sem os quais nenhuma economia ou nação se torna competitiva e independente.

Países emergentes devem investir percentuais ainda mais elevados do seu PIB, no setor universitário, justamente para compensar seu atraso em relação aos demais. Fica evidente a necessidade de atingir-se níveis de financiamento público compatíveis com as reais possibilidades da economia de São Paulo ou do Brasil, e isso depende necessariamente da vontade política de se combater os absurdos percentuais de sonegação fiscal, admitidos pelas próprias autoridades tributárias como estando em torno de 50%!

Os porta-vozes das fundações privadas “de apoio” insistem em alardear que não existe privatização alguma, que suas instituições são muito úteis à USP, que os valores celebrados em al-

guns contratos ou cobrados por alguns cursos são perfeitamente normais, que não existe quebra da isonomia salarial e assim por diante. Mas uma síntese do que representam e do que realmente são essas entidades bem pode partir de um jurista: “O que se passou, entretanto, no Direito Brasileiro, é que foram criadas inúmeras pessoas designadas como ‘fundações’, com atribuições nitidamente públicas, e que sob este aspecto, em nada se distinguem das autarquias. O regime delas estaria inevitavelmente atrelando-as às limitações e controles próprios das pessoas de Direito Público. Entretanto, foram batizadas de pessoas de Direito Privado apenas para se evadirem destes controles moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos, o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de Direito Público” (Bandeira de Mello, 2001).

Referências Bibliográficas

Bandeira de Mello, C.A.: *Curso de Direito Administrativo*, 13ª Edição. 2001, Malheiros Editores, 870p.

Maliska, M.A.: *O Direito à Educação e a Constituição*, 2001, Sérgio Antonio Fabris Editor, 304p.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 22/11/2001.

Revista Adusp, edições 22, 23, 24 (2001) e 27 (2002), disponíveis no sítio www.adusp.org.br.

* **Ciro T. Correia** é geólogo, professor associado do Instituto de Geociências da USP e presidente da Adusp S. Sindical.

** **Pedro E. da Rocha Pomar** é jornalista, editor da Revista Adusp e doutorando em jornalismo pela ECA-USP.

Autonomia, carreira e outras histórias: 20 anos de lutas dos docentes das universidades estaduais da Bahia



Carlos Zacarias F. de Sena Júnior e Ferdinand Martins da Silva***

A questão da autonomia nas universidades brasileiras sempre foi um problema central com que se deparou o movimento docente ao longo de várias décadas. Em especial, durante os mais de 20 anos de atuação do ANDES -Sindicato Nacional, muito se discutiu acerca do tema da autonomia, principalmente se levarmos em consideração que a mercê de casuísmos de governantes diversos, as Instituições de Ensino Superior no Brasil sofreram, freqüentemente, o assédio da parte do poder executivo que procurou lhe conferir o *status* adequado dentro do contexto a que acreditavam que deveriam servir. Dessa forma, a luta pela autonomia sempre se constituiu no cerne do enfrentamento entre o poder público, o governante de plantão e os segmentos docente, discente e técnico-administrativo, organizados no interior das diversas IES de âmbito

federal, estadual e municipal (isso para não citar as IPES cuja questão da autonomia enfrenta problemas ainda mais graves).

Os debates sobre a autonomia sempre foram pautados em diversas publicações, congressos, CONAD's e encontros das regionais do ANDES – SN. Sendo assim, não pretendemos fazer aqui uma discussão exaustiva sobre o tema, haja vista que o assunto também foi por demais abordado em inúmeros artigos publicados na própria revista *Universidade e Sociedade* e demais publicações do gênero.¹ Nosso propósito neste texto consiste em discutir a questão da autonomia e da carreira docente à luz do artigo 207, da Constituição Brasileira, buscando articular a conformação de um projeto político de destruição do ensino público superior no Brasil, com a trajetória das Instituições de Ensino Superior na Bahia e o processo de resistência dos do-

centes das IEES-Ba. Nesse percurso, procuraremos localizar as interferências governamentais que balizaram a formação e interiorização do ensino superior neste Estado, desde a década de 80 até os dias atuais.

A luta pela autonomia universitária: um conceito em disputa

Nunca é demais salientar que o problema da autonomia foi levantado inicialmente quando da fundação das primeiras universidades na Idade Média europeia. Naquele momento, procurava-se salvaguardar o livre exercício do conhecimento que não poderia (ou deveria) estar vinculado aos projetos teológicos, monárquicos, ou de qualquer outra natureza. Naquele contexto de surgimento dos Estados modernos, as universidades proporcionaram o lastro intelectual de um projeto em gestação, ao tempo em que foram o produto da crise do feudalismo e das formas

de educação conhecidas na medievalidade. Nesse sentido, as universidades surgem atreladas ao projeto burguês-moderno e à edificação dos Estados nacionais e seu destino liga-se estreitamente a estes parâmetros.²

Apesar disso, já as primeiras instituições se conformaram tentando garantir algum nível de autonomia à produção do conhecimento que ia se acumulando naqueles primeiros centros de excelência, desde o século XI da era cristã. Com o passar dos anos, a questão da autonomia se tornou um verdadeiro axioma ao qual as universidades do mundo inteiro se inspiraram, ao se constituírem como espaços de produção do saber.

No Brasil, as primeiras universidades surgem tardiamente, no século XX, a partir da reunião de Faculdades e Escolas superiores isoladas fundadas no período Imperial. Entretanto, é somente, na segunda metade desse século, que a questão da autonomia aparece claramente nas disputas por um projeto universitário, especialmente na década de 60. Nesse período, os combates contra a ditadura militar encontraram terreno fértil nas universidades e do resultado dessas lutas surgiu o ANDES, em fins dos anos 70. Daquele momento em diante, a luta pela autonomia ganhou espaço cada vez mais frequente nas reivindicações dos trabalhadores do ensino superior, constituindo-se a autonomia num dos princípios norteadores do *padrão unitário de qualidade*, proposto pelo Sindicato Nacional. Segundo a proposta do ANDES-SN: “Da conceituação de autonomia universitária depende a definição do financiamento, da carreira docente, da política de pessoal, do regime jurídico, do processo de escolha de dirigentes, da avaliação, entre outros”.³

As lutas pela democracia ensejaram laços substanciais entre os trabalhadores das universidades e demais

movimentos urbanos e rurais que irromperam a cena política, em inícios dos anos 80, principalmente através das campanhas pelas “Diretas Já”. Da luta pela anistia, em fins da década de 70, até a luta pela constituinte soberana, nos 80, uma ampla articulação dos movimentos sociais terminou por produzir um processo constituinte que, não obstante a maciça presença de forças conservadoras, terminou por consagrar reivindicações históricas dos movimentos sociais, como o voto do analfabeto, a redução da jornada de trabalho, entre outras questões. No que tange à universidade, o tema da autonomia terminou por ser incorporado ao texto constitucional, através do artigo 207, da Constituição promulgada em 1988. Neste artigo, pode-se ler: “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Porquanto o texto constitucional seja prodigioso quanto à sua clareza e capacidade sintética, a questão da autonomia prosseguiu sendo um campo aberto de disputa entre os governos e a comunidade universitária representada pelos três segmentos.

O entendimento do ANDES-SN e demais entidades ligadas às universidades, no momento em que se incluiu no texto da Constituição a questão da autonomia das Universidades Brasileiras, vinculada a uma outra questão de igual importância, a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão, era o de que o artigo era auto-aplicável e não carecia de regulamentação posterior. A compreensão quanto à sua auto-aplicabilidade não garantia, entretanto, que as opiniões desviassem. O que se esperava era que as disputas se restringissem ao interior das Instituições de Ensino Superior e não fossem parar nos gabinetes de

Porquanto o texto constitucional seja prodigioso quanto à sua clareza e capacidade sintética, a questão da autonomia prosseguiu sendo um campo aberto de disputa entre os governos e a comunidade universitária representada pelos três segmentos.

parlamentares e dos governos. Dessa forma, uma longa batalha jurídica foi travada em torno do tema, o que terminou por ensejar a necessidade de regulamentação posterior, abrindo uma nova frente de combate para que o texto constitucional não fosse esvaziado ou que não se produzissem distorções advindas de interpretações casuísticas. Ainda por ocasião dos efeitos da abertura democrática, no âmbito educacional, depois de quase uma década de discussões, surgiu a proposta de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, elaborada pelo ANDES-SN, que buscava consagrar novos princípios de autonomia e qualidade para a Universidade Brasileira. Dentre os elementos fundamentais proclamados pelo Sindicato Nacional, na sua proposta para a Universidade, contida no Caderno 2, está a questão do *padrão unitário de qualidade*. Neste ponto, fica estabelecido que

“O padrão unitário, no sentido aqui referido, longe de pretender eliminar as diferenciações mais do que naturais e positivas entre as diversas universidades, ditadas por especificidades locais ou regionais, por opções político acadêmicas diferenciadas ou por razões históricas, pretende elevar o nível do ensino superior no país. Tal proposta visa a corrigir uma situação em que

*prolifera o ensino de má qualidade em estabelecimentos que não oferecem aos professores e alunos as condições mínimas para um trabalho acadêmico de qualidade”.*⁴

Em tal proposta vicejava a compreensão de que, à parte as diferenciações regionais e históricas de formação da Universidade Brasileira, o que se pretendia alcançar era um padrão único de qualidade que não distinguisse as IES públicas e privadas, as instituições federais, estaduais ou municipais. Enfim, com vistas à elevação da qualidade de ensino e de pesquisa nessas instituições, havia que se lutar conjuntamente pela *qualidade acadêmica* e por *condições de trabalho* adequadas, em todas as Instituições de Ensino Superior.

O projeto de LDB, do ANDES-SN, percorreu caminhos e descaminhos, entre congressos da categoria docente, gabinetes dos deputados até que finalmente foi...substituído por uma outra proposta elaborada pelo senador Darcy Ribeiro, com a devida *vênua* do Ministério da Educação e a necessária assessoria de Eunice Durhan (figura do primeiro escalão do MEC). Com efeito, um dos primeiros problemas do substitutivo do senador Darcy Ribeiro dizia respeito ao grau de responsabilidade do Estado para com a educação, em especial, a educação superior. Naquele contexto, começavam a se generalizar no Brasil as formulações do Banco Mundial, adequadas à ideologia do *Consenso de Washington*, que apregoava a articulação de uma educação voltada para os problemas da pobreza e da segurança, nos países periféricos. Acerca do estabelecimento das bases da “autonomia” nas esferas “didático-científica”, “administrativa”, “de gestão financeira e patrimonial”, contidas no texto constitucional, os problemas não foram menores. Pela leitura do Banco Mundial, a auto-

nomia do ensino superior diante do Estado, num momento em que a idéia de nação independente começava a ruir, ao menos para os países ditos emergentes, seria extemporâneo.⁵

Paradoxalmente, na medida em que o Estado neoliberal cada vez mais se desresponsabilizava pelo ensino superior, era o momento em que mais se legislava, se decretava e se regulamentava, em torno das universidades. Neste sentido, a gestão de Fernando Henrique Cardoso/Paulo Renato de Souza produziu uma legislação de dar inveja a qualquer governo bonapartista ou à própria ditadura militar brasileira, que teve na universidade um inimigo declarado e difícil de abater.

Obviamente que o princípio da autonomia enquanto “autodeterminação”, mediado por fatores diversos da economia de mercado, ficava absolutamente em suspenso quando pensamos o destino da produção científica “alienada”, como qualquer outra mercadoria. Ainda mais se considerarmos as atuais pressões do neoliberalismo que condicionam o funcionamento e a própria existência das universidades à possibilidade de se inserirem competitivamente no mercado, então limitaremos a noção de “autonomia” à competição ou à possibilidade de inserção de profissionais no mercado de trabalho ou mesmo aos produtos que a universidade pode oferecer. A par dessa intervenção legal da gestão FHC/Paulo Renato, reformaram-se os currículos, avaliaram-se os cursos, formularam-se parâmetros nacionais diversos para a educação básica e superior e o mais grave de tudo isso é que nunca, em tempo algum, se destinou tanto recurso público e se concedeu tanta facilidade para a expansão do ensino superior privado, como entre os anos 1994-2002. De outro lado, as verbas para o ensino superior público estiveram cada vez mais minguadas.

Consoante com o projeto de destruição do Ensino Superior Público no Brasil, a “autonomia” da universidade brasileira foi duramente atingida pelas pressões do Banco Mundial que possibilitaram a eclosão de fatores diversos como a pressão de um mercado onipotente e também a interferência governamental que afirmava pretender inserir a “obsoleta” universidade brasileira, nos marcos da modernidade, ou pós-modernidade, do século XXI.

A autonomia na IEES: autoritarismo, clientelismo e fisiologia.

No âmbito dos estados, a questão da autonomia é ainda de maior relevância, tendo em vista os destinos que lhe querem impor os governantes locais, muitos deles vinculados a projetos oligárquicos de tradição secular no Brasil. Este é o caso da Bahia. Neste estado, que possui o 5.º maior PIB do Brasil, quatro Instituições Estaduais de Ensino Superior buscam se afirmar no contexto da produção científica e tecnológica brasileira. Ao se depararem com oligarquias vorazes, os segmentos dessas quatro universidades estaduais buscam afirmar os princípios da autonomia, da qualidade acadêmica e da referência social, que devem (ou deveriam) pautar o funcionamento de Instituições de Ensino Superior pelo Brasil afora.

O sistema de ensino superior do Estado da Bahia se conformou essencialmente a partir dos anos 80, portanto há pouco mais de 20 anos. Na vaga demandada pela pressão por ensino superior que se iniciou no final dos anos 80 e explodiu nos 90, a Bahia, que só possui uma Universidade Federal, montou estrategicamente sua rede de ensino superior, atendendo as micro-regiões do Estado.⁶ Este sistema é integrado por quatro Universidades Estaduais, a saber: a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a Universi-

dade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Dessas quatro IEES, duas são *multicampi*, a UNEB que possui 21 *campi* espalhados pelas diversas regiões da Bahia, e a UESB têm três *campi* na região sudoeste do Estado. A UEFS e a UESC são *unicampi* e atendem três das maiores cidades da Bahia, como Feira de Santana (a segunda maior cidade do Estado em termos populacionais) e Itabuna – Ilhéus que são a 4.^a e a 5.^a maiores cidades, segundo o censo do IBGE de 2000.

A legislação atinente às Universidades Estaduais Baianas é composta pelas Leis 7.176/97 e 8.352/02 (Estatuto do Magistério Público das Universidades Estaduais da Bahia), além da Lei 6.677/94 que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia. Da legislação específica sobre as IEES-BA, pretendemos discutir o processo de implantação das duas Leis que surgiram em momentos distintos e que causaram profundas implicações na questão da autonomia e da carreira das Universidades Estaduais Baianas.

A Lei 7.176/97 foi um ponto de inflexão da intervenção do governo no Sistema de Ensino Superior da Bahia. Surgida num contexto de intenso refluxo da organização das categorias docente, discente e de funcionários no interior das universidades, essa Lei foi fruto de um lento processo de intervenção governamental, iniciada a partir da ascensão de Antônio Carlos Magalhães ao governo da Bahia, em 1991, após um curto intervalo de quatro anos de governo Waldir Pires/Nilo Coelho (1987 – 1991). Em torno das questões constantes desta Lei, poderemos dizer: ela sintetiza as lutas do MD baiano, suas vitórias e derrotas.

O “Governo Democrático” e a questão das IEES-Ba

A eleição de Waldir Pires/Nilo Coelho foi resultado das intensas mobilizações que sacudiram o Brasil, na década de 80, e que se supunha sepultaria o velho mandonismo carlista na Bahia. O clima que antecedia o processo eleitoral demonstrava o anseio por mudanças e foi tão grande que até hoje não se igualou à margem de mais de um milhão e quinhentos mil votos que garantiram a vitória do candidato peemedebista, em 86. Naquele momento, a vitória sobre o candidato de ACM, Josaphat Marinho, indicava que os movimentos sociais colhiam os resultados das mobilizações dos anos 80 e poderiam avançar ainda mais. No ensejo, aproveitou-se para discutir e aprovar um novo Estatuto do Magistério Superior e um Plano de Carreira para os docentes das IEES-Ba. Do acúmulo das discussões, mas não sem divergências e embates, o governo terminou cedendo às pressões e atendendo as reivindicações da categoria, resultando na aprovação da lei 4.793, em julho de 1988. Assim, consagravam-se reivindicações históricas que garantiam a isonomia e o regime jurídico único para todos os docentes das IEES-Ba. Além disso, estabelecia-se uma carreira condizente com os anseios da categoria, naquele momento, contemplando quatro classes (auxiliar, assistente, adjunto e titular), cada uma com quatro níveis; progressão por titulação ou tempo de serviço (sendo necessária, neste caso, a defesa de uma monografia ou de uma tese, dependendo da classe pleiteada); regime de trabalho de 20 horas ou de Dedicção Exclusiva (com carga horária de 40 horas e a proibição de outro vínculo empregatício).

Não obstante o significativo avanço em relação à Lei anterior (3.05/81), a 4.93/88 incorporou também os resultados do arrocho salarial que se

tinham intensificado, na década de 80. Dessa forma, as gratificações por titulação de 20, 30 e 40% para especialistas, mestres e doutores, respectivamente, e incentivo à produção científica de 10% já indicavam os tradicionais mecanismos compensatórios, em vista do achatamento salarial que tenderia a se intensificar, nos anos seguintes.

Apesar dos ganhos pontuais, fruto das mobilizações diversas do período, o “Governo Democrático” (assim se autodenominava) de Waldir Pires chegou a um final melancólico, em 1989, com a renúncia do governador que seguia para compor a chapa à presidência da república, com Ulisses Guimarães. A partir da assunção do vice-governador Nilo Coelho, um poderoso latifundiário da região de Guanambi, no sudoeste da Bahia, as contradições se acirraram, com as velhas oligarquias baianas reassumindo definitivamente seu lugar no comando do Estado. Dali para a fragorosa derrota das forças ditas “progressistas” diante de ACM, nas eleições de 1990, foi um passo.

Dez anos de governos carlistas: as IEES-Ba no olho do furacão

ACM (1991-1995) retornou e começou a pôr as coisas nos seus devidos lugares, ou seja, devolveu as Universidades Estaduais Baianas ao lugar de instrumento clientelista, revogando várias das conquistas consagradas na Lei 4.793/88 e, principalmente, impondo o maior arrocho salarial que se têm notícia na história do serviço público baiano. A partir daí, legislou à vontade sobre as IEES-Ba, revogando de forma arbitrária o essencial das conquistas da carreira, como os níveis, por exemplo. Além disso, efetivou a precarização do trabalho acadêmico, a partir da introdução do famigerado regime de trabalho de 40 horas, sem dedicação exclusiva, e a imposição de um limite máximo de 30% de profes-

sores em regime de dedicação exclusiva em cada Instituição. Essa última medida provocou uma imediata reação da comunidade docente, especialmente da UESB que era a única IEES que extrapolava o limite estabelecido, possuindo cerca de 70% dos professores nessa condição. O resultado foi uma greve naquela Instituição que durou cerca de dois meses e terminou por garantir um quadro específico de docentes com DE, sem as limitações, ao lado do novo quadro com as limitações decorrentes da legislação.⁷

Por conta de todas essas ingerências nas Universidades Estaduais, podemos assim dizer que o governo ACM foi marcado por um sucessivo enfrentamento com o movimento docente, inclusive com agressões físicas a professores perpetradas por deputados governistas, como as ocorridas no episódio da Assembléia Legislativa, em 92, quando os docentes lutavam contra as modificações na Lei 4793/88. Apesar disso, este foi um período bastante rico para o movimento docente estadual, uma vez que o mesmo passou a contar também com a presença dos companheiros da UESC, inicialmente organizados na APRUNI (Associação dos Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna) e, depois, na Associação de Docentes da UESC – ADUSC, fundada em 93.

Assim, no final do governo ACM e início do governo Paulo Souto (1995-1999), as associações de docentes criaram o Fórum das Quatro e deflagram uma campanha que ficou conhecida como CAMPANHA DA VERGONHA, na qual denunciavam as péssimas condições salariais dos professores das Universidades Estaduais Baianas. Formularam ainda uma proposta de plano de carreira em 1995/96, devidamente engavetada por Paulo Souto, na tentativa de resgatar as conquistas perdidas, no período ACM.

No final do governo ACM e início do governo Paulo Souto (1995-1999), as associações de docentes criaram o Fórum das Quatro e deflagram uma campanha que ficou conhecida como CAMPANHA DA VERGONHA, na qual denunciavam as péssimas condições salariais dos professores das Universidades Estaduais Baianas.

Consoante com a filosofia de um Estado cada vez menos disposto a investir em educação, o governo de Paulo Souto (1995-1999) manteve o archo salarial e o enxugamento da folha de pagamentos por meio de mecanismos nefastos, como a manutenção do quantitativo de 40% dos professores, em regime de Dedicação Exclusiva.⁸ Em resposta às reivindicações do movimento docente por melhores salários e a aprovação de um novo plano de carreira, o governo introduziu o mecanismo das gratificações, sendo criada a GEAC (Gratificação de Estímulo Atividade de Classe) e, posteriormente, a CET (Condição Especial de Trabalho) que permanecem até hoje.

No bojo do seu “projeto para o Ensino Superior”, estava a concepção de que as Universidades Estaduais Baianas deveriam atender às demandas por expansão do ensino superior no Estado, o que seria louvável, caso se considerasse a Universidade como autônoma para definir sua própria expansão (de *campi* e de cursos), a partir de critérios mínimos de qualidade. Só que, ao contrário, as Instituições se expandiram ao bel prazer dos sucessivos governos (carlistas) que levaram em consideração apenas a força de oli-

garquias locais, na troca de favores com o executivo. Assim, das quatro Universidades Estaduais, a UNEB, *multicampi* por excelência, foi a que mais se expandiu, atingindo a marca de 21 *campi*, em 2002 (há ainda previsão de criação de mais quatro *campi* para os próximos anos).

Por fim, foi ainda no governo de Paulo Souto que as IEES-Ba sofreram o maior golpe na autonomia e na democracia interna. Com efeito, a Lei 7.176/97, de reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia, consagrava, enfim, a política carlista para o Ensino Superior no Estado. Ao redefinir a forma de representação do segmento docente nos Conselhos Superiores (artigo 5º e 6º), sem a presença de docentes eleitos exclusivamente para a função (considera-se que os Diretores de Departamento, para o Conselho Universitário - CONSU, e estes e os Coordenadores de Colegiado, para o Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE, já seriam os representantes docentes); continuar com a limitação do percentual de docentes com dedicação exclusiva, ampliando agora para 50% (artigo 23º) e ao estabelecer os critérios para ocupação de cargos a partir da LDB, com lista triplíce, direito à reeleição, e representação dos três segmentos, na base de 70% para os docentes, e o restante para os técnico-administrativos e discentes, a Lei 7176/97 não apenas incorporou o espírito autoritário da LDB, como foi além.

Não será necessário discutir a reação da comunidade acadêmica diante de tal disparate, basta registrar a intensa mobilização que levou os docentes e demais segmentos das quatro IEES-Ba a protagonizarem diversos atos na capital e no interior em resposta à agressão que as Universidades sofreram. Aqui cabe ainda destacar o papel da comunidade acadêmica da UNEB

que travou uma intensa batalha na Assembléia Legislativa do Estado, já que foi a Instituição que mais sofreu com a Lei (uma verdadeira intervenção), visto que estava em pleno processo eleitoral para escolha do novo reitor, o que terminou ensejando exonerações casuísticas e nomeações de interventores em diversas Unidades que eram Faculdades e passavam a ser Departamentos e *campi*.

A agressão que sofrera a Universidade, em 1997, aguardaria ainda cinco anos para um revide à altura, pois somente em 2000, quando os docentes das quatro Universidades Estaduais da Bahia fizeram uma greve conjunta que durou cerca de 70 dias, é que a Lei começou efetivamente a ser questionada com força.⁹ Dois anos depois da greve de 2000, em maio de 2002, os docentes das quatro IEES-Ba, mais uma vez, encamparam uma greve e desta feita o centro da pauta de reivindicações, apesar das perdas salariais, foi a questão da Carreira Docente e da autonomia ferida com a Lei 7.176/97. Assim, a pauta da greve de 2002, que havia sido apresentada em 2001, estava composta pelos seguintes itens: 1. Reajuste emergencial de salários mediante a incorporação das gratificações e de reposição de 114%; 2. Aumento de verbas para as IEES-Ba; 3. Reestruturação da Carreira Docente; 4. Revogação da Lei 7.176/97. Da pauta apresentada, o governo cedeu, na discussão da Carreira Docente, o que implicava a revogação de diversos artigos da Lei 7.176/97, caminho inexorável para o (re)estabelecimento da autonomia e da democracia nas IEES-Ba. A partir daí, ao longo de sete meses, docentes e governo travaram uma queda de braço em torno da proposta que cada um apresentava. Neste período, os docentes das IEES-Ba realizaram dois encontros estaduais em Feira de Santana e em Jequié, nos quais discu-

tiram e elaboraram uma proposta de carreira, tendo como referência o projeto do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Ainda que, com algumas divergências (por exemplo, foram mantidos o regime de 40 horas e as gratificações e, sem dedicação exclusiva), os docentes puderam efetivamente construir uma Carreira de acordo com as suas necessidades. Mesmo se considerarmos que os patamares salariais ainda estão distantes dos ideais, a conquista de um Plano de Carreira Docente foi essencial, no processo de crescimento das lutas da categoria, embora não tenhamos conseguido limpar de todo o terreno da legislação interventora.

Aos desafios colocados para a categoria docente nos últimos anos, somam-se agora outros tantos que pressupõem a articulação dos três segmentos, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e nunca é demais acrescentar, laica, socialmente referenciada, autônoma e democrática, e por que não dizer, com melhores salários e condições de trabalho.

Notas

1. Ver especialmente dois artigos publicados no volume VI, nº 11, da *Universidade e Sociedade* de 1996: MALDONADO, Carlos. Autonomia universitária: uma questão de referencial, pp. 31 - 43, e MACEDO, Artur Roquete de. Autonomia universitária: por quê, como e para quê, pp. 44 - 56.
2. MENEZES, Luis Carlos de. *Universidade sitiada*. A ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 9.
3. PROPOSTA da ANDES para a Universidade Brasileira. *Cadernos*, Brasília, 1996, nº 2, p. 23.
4. PROPOSTA da ANDES para a Universidade Brasileira. *Cadernos*, Brasília, 1996, nº 2, p. 15.
5. LEHER, Roberto. Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, São Paulo, mai 1999, nº 3, p. 27
6. A Universidade Federal da Bahia – UFBA, é sediada em Salvador e possui no interior apenas a Escola de Agronomia na cidade de Cruz das Almas, localizada no recôncavo baiano.
7. Esta vitória dos professores da UESB foi con-

seguida via uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada, pela ADUSB, junto ao STF (Supremo Tribunal Federal). SANTOS, José Geraldo dos Reis. A poesia da vida na luta de todo dia. In: Vilas Boas, E. da C. (Org.). *UESB: Memória. Trajetórias e Vivências*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

8. A proposta inicial do governo de limitação de professores com DE em 30%, foi derrotada pelo MD que ampliou para 40% e prosseguiu lutando.

9. Sobre a greve de 2000 das IEES-Ba, ver SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de e COELHO NETO, Eurelino. Pessimismo da inteligência e otimismo da vontade: um balanço da greve de 2000 das universidades estaduais baianas. *Universidade e Sociedade*, Brasília, dez 2001, nº 25.

Referências Bibliográficas

- LEHER, Roberto. Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, São Paulo, mai 1999, nº 3, pp. 19 – 30.
- MACEDO, Artur Roquete de. Autonomia universitária: por quê, como e para quê. *Universidade e Sociedade*, Brasília, jun 1996, pp. 44 - 56.
- MALDONADO, Carlos. Autonomia universitária: uma questão de referencial. *Universidade e Sociedade*, Brasília, jun 1996, nº 11, pp. 31 – 43.
- MENEZES, Luis Carlos de. *Universidade sitiada*. A ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- PROPOSTA da ANDES para a Universidade Brasileira. *Cadernos*, Brasília, 1996, nº 2.
- SANTOS, José Geraldo dos Reis. A poesia da vida na luta de todo dia. In: Vilas Boas, E. da C. (org.). *UESB: Memória. Trajetórias e Vivências*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de e COELHO NETO, Eurelino. Pessimismo da inteligência e otimismo da vontade: um balanço da greve de 2000 das universidades estaduais baianas. *Universidade e Sociedade*, Brasília, dez 2001, nº 25.

* **Carlos Zacarias F. de Sena Júnior** é Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e ex-dirigente da Associação de Docentes da UNEB – ADUNEB e da Regional NE III do ANDES-SN.

** **Ferdinand Martins da Silva** é Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e dirigente da Regional NE III do ANDES-SN. Ex-dirigente da Associação dos Docentes da UESC – ADUSC.

A educação superior na América Latina e Caribe: consequência de uma política neoliberal

Ernâni Lampert

Contextualização da problemática

A partir dos anos 90, através de um processo gestado anteriormente pelos países industrializados, interconectados com os grandes conglomerados transnacionais, a sociedade pós-moderna - aqueles que têm acesso aos bens e serviços - começou a vivenciar e experimentar um novo estilo de vida, no qual o setor econômico se constitui na alavanca do progresso e do desenvolvimento, sem necessariamente considerar a sustentabilidade do meio ambiente. Esse processo unilateral, autoritário, assimétrico, desigual e desprovido da participação popular foi instalado, paulatinamente, nos países latino-americanos e caribenhos, sem que os governos, necessariamente, tenham se apercebido do caos social que este desencadeamento provocaria e de sua dependência política, econômica e cultural em relação aos países hegemônicos. A fragilidade política, a falta de políticas públicas e de planejamento estratégico, a desarticulação dos países, as guerras civis, a despreparação e a alienação do povo de maneira geral, a pobreza material e espiritual, a falta de perspectivas e de um projeto alternativo favoreceu a implantação



do projeto neoliberal, que privilegia poucos em detrimento da maioria, acentuando ainda mais o hiato entre ricos e pobres e traz subjacente a ideologia capitalista com nova roupagem.

A sociedade global competitiva, cujo jogo concorrencial assume papel decisivo, a ausência de um Estado provedor, a homogeneidade do pensamento e os novos formatos institucionais revolucionaram e redimensionaram o cotidiano das pessoas. O lucro, cerne de toda a engrenagem, é eternizado e não tem domicílio fixo. Os grandes movimentos financeiros, em muitos casos, estão fora do controle dos governos nacionais. A cada dia que passa, a proporção de pessoas excluí-

das do processo produtivo aumenta estrondosamente, quer nos países centrais, mas mais especialmente nos países em vias de desenvolvimento. A grande maioria da população, excluída da globalização, é contra o processo, porque os benefícios não chegam a ela, porém aspira uma globalização democrática e com justiça. Esta atitude, na concepção do FMI, é prejudicial, porque pode retroceder a política de abertura e de liberação.

A América Latina apresenta a maior desigualdade social do mundo, superando inclusive os continentes asiático e africano. As disparidades socio-econômicas e culturais produzem fortes contrastes. Mesmo havendo um declínio generalizado dos índices de natali-

dade, a região centro-américa apresenta, ainda, o maior crescimento populacional do mundo. O êxodo rural fez com que 70% da população viva em zonas urbanas e tem acentuado a metropolização, aumentando a violência. Cerca de 50% dos latino-americanos e caribenhos vivem abaixo da linha de pobreza e em torno de 150 milhões são miseráveis. Estimadamente 50% das divisas são utilizadas para o pagamento da dívida externa, que a cada instante prolifera e se torna impagável e eterna à maioria das nações emergentes.

Na esfera política, entre tropeços, percalços, avanços, recuos e retrocessos, a América Latina e o Caribe têm conseguido substituir o colonialismo, os regimes ditatoriais e militares por regimes democráticos. Mesmo que a grande maioria dos países viva em regime de democracia, esta é muito frágil, instável e de baixa qualidade. Por exemplo, a pesquisa realizada pela Universidad de Lima (La República, 2002), evidencia que a maioria da população peruana percebe que a democracia em que vive o país é de baixa qualidade (51,8%) contra os que a consideram de alta qualidade (4,9%). Para melhorar esta situação, os entrevistados são de parecer que é necessário combater a corrupção e 59,9% acham pouco instável a política peruana. Na Colômbia, país que vive uma guerra civil há 38 anos, o presidente Álvaro Uribe, empossado em agosto de 2002, criou o "Estado de Comoção Nacional", no qual o Congresso perdeu os poderes e o cidadão, seus direitos. O novo presidente está seguindo as orientações ditadas por Washington, responsável pela elaboração do Plano Colômbia, que explicitamente objetiva defender a democracia e a erradicação da produção de drogas e a interdição do narcotráfico, mas subjacente está a tese do controle absoluto da América Latina e Caribe. A Venezue-

la, a partir de abril de 2002, através de sucessivas tentativas de golpe de estado, é outro país que tem sua democracia ameaçada.

A falta de investimentos no setor produtivo e de serviços, a banalização e a desoxigenação do parque industrial, a entrada das multinacionais providas dos mais avançados recursos tecnológicos, a própria despreparação e desqualificação profissional do povo fazem com que o trabalho informal seja a única perspectiva de receita para mais ou menos 50% dos latino-americanos e caribenhos. O emprego decente, condição indispensável à cidadania, está sofrendo câmbios em sua natureza. Postos de trabalho são eliminados e parques são criados ou remodelados. Na Argentina, informações divulgadas pela Equipe de Investigações Sociais da Universidade Católica da Argentina e pelo Instituto Gino Germani, da Universidade de Buenos Aires, referenciadas pelo Correio do Povo (2002) mostram que a vida profissional adquire cada vez mais ares de indignância. Desde meados de 1998, início da atual recessão, o número de empregos relativos à indignância cresceu 70%, atingindo um milhão e oitocentos mil. Somente 28,6% da população economicamente ativa possui emprego considerado "decente" e dentro dos padrões aceitos pela Organização Internacional do Trabalho.

A violência em todas as esferas,

que tem como uma das conseqüências a exclusão social, amedronta incluídos, excluídos e sobrantes. Em espaços estratégicos, traficantes mantêm governos paralelos e, com armamentos de última geração, enfrentam o próprio Estado, desprovido dos recursos adequados para o combate ao tráfico de drogas e da violência. Este fenômeno ocorre principalmente na Colômbia, no Brasil, na Venezuela e faz parte do cotidiano da população, que vê seus direitos e sua vida ameaçados.

Atrelada a este contexto apocalíptico está a histórica corrupção política. Políticos inescrupulosos desviam fortunas dos parques recursos existentes para seu proveito próprio. Este fenômeno que, além de fragilizar as nações, auxilia na manutenção de um sistema financeiro internacional próspero, está presente na maioria dos países da região (Equador, Argentina, Venezuela, Peru, Brasil etc.). Conectados a este processo, estão os privilégios de alguns atores sociais. Por exemplo, segundo Lindo Perez (2002), dentro do Estado Argentino há mais privilégios que nas instituições públicas da União Européia. O espaço público argentino se converteu em um sistema de privilégios, em uma "constelação de feudalidades". Governadores das províncias, juizes, reitores das universidades, diretores de alfândega e outros converteram seus espaços em feudos pessoais/familiares ou centros de enriquecimento ilícito.

Figura 1 – América Latina e Caribe



Cabe mencionar que as constantes crises financeiras internacionais (crise asiática de 1997) e da região (crise brasileira e argentina), as catástrofes naturais e os fenômenos climáticos “El Niño” e Furacão “Mitch” são outros fatores que afetam negativamente o desenvolvimento da região. A América Latina e Caribe, ao longo de sua história, não conseguiram formar uma “nação latino-americana”. O Brasil, que ocupa aproximadamente 42% do território e 35% de sua população, constituiu-se um mundo à parte. A mestiçagem, tanto biológica como cultural, consequência direta da época colonial, afetou de modo desigual os distintos países da região. Argentina, Chile e Uruguai se distinguem por sua população de origem européia. O Brasil e as Antilhas, pela africana (descendentes de escravos). Na centro-américa e nos países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), as camadas de índios representam percentual significativo da população.

Os países da América Latina e Caribe, devido à sua formação etno-cultural com ameríndios, descendentes de colonizadores ou imigrantes europeus, descendentes de negros africanos e mestiços, possuem uma cultura diversificada e riquíssima. Astecas, Maias, Incas e outros, presentes antes do “Descobrimento da América”, tiveram uma valiosa colaboração em praticamente todas as áreas do saber humano. Por sua vez, os colonizadores espanhóis e portugueses, além da exploração econômica, buscavam imprimir suas marcas culturais e destruir ou reaproveitar o que havia sido edificado até então para “catequizar os ameríndios”. A religião católica, predominante em praticamente toda a região, junto com o processo de colonização, certamente é fator forte que obtaculiza o progresso e o desenvolvimento. Sabe-se que a pobreza econômica geral-

mente desvaloriza e estigmatiza a cultura. “A desvalorização cultural, fomentada ideológica e intencionalmente pelos países hegemônicos ao longo da história latino-americana, debilita a identidade e gera sentimentos individuais e coletivos de baixa auto-estima e alienação de nossa verdadeira realidade” (Lampert, 2002:12).

Atualmente, dentro do cenário político/econômico, estão sendo analisados os prós e contras da política da Organização Mundial de Comércio e, paralelamente, da ALCA. A proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tem similitude com a política da Organização Mundial do Comércio (OMC). A ALCA é uma proposta política protecionista do império norte-americano, que tem como objetivo central manter o poderio deste e a dependência dos países latino-americanos e caribenhos. A América Latina e Caribe que, entre os países independentes, semi-dependentes e dependentes soma cerca de cinquenta nações, pouco representa para os Estados Unidos, a maior economia do mundo. O estabelecimento de uma área de livre comércio, mediante acordos governamentais, restringe a ação pública e privilegia o acesso dos grandes conglomerados internacionais aos diferentes setores de produção, inclusive os serviços públicos. Subjacente a este processo, está a tese de enfraquecer ou exterminar o MERCOSUL, que busca criar o livre comércio entre os países do Sul, com a possibilidade de parcerias com países europeus. Cabe registrar que, apesar de toda desordem política, econômica e social, a América Latina e Caribe é cortejada, tanto por países da Europa quanto pelos Estados Unidos. O subcontinente tem, entre outras riquezas, um dos maiores potenciais hídricos do planeta. Sabe-se que a ALCA não gerará novos postos de trabalho; ao contrário,

aumentará a cifra de desemprego e provocará a falência das indústrias que não têm competitividade e possibilitará a exploração de mão-de-obra, por possibilitar que os empresários transfiram suas empresas para países onde os salários são mais baixos e as leis sociais escassas.

Em seminário promovido pelo Projeto Columbus¹, os reitores das universidades latino-americanas e européias, reunidos em Lima (Peru), analisaram as implicações do acordo que atrela a educação superior ao comércio internacional de mercadorias. De maneira geral, os dirigentes universitários são favoráveis à colaboração internacional entre as instituições, à formação de redes de investigação, à mobilidade docente e discente, à realização de projetos conjuntos, ao aproveitamento de estudos; porém, por unanimidade, não objetivam a mercantilização da educação, por considerarem o conhecimento um patrimônio social e a educação um bem público imprescindível à sociedade. A pesquisa, função de capital importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural, o compromisso com a qualidade, a busca de pertinência entre a educação e as demandas sociais, a liberdade e a autonomia acadêmica, o financiamento da educação pública, entre outros aspectos, estão ameaçados com este acordo imperialista, que objetiva o lucro e a submissão dos povos menos desenvolvidos. Este processo favorece os países que já têm uma capacidade bem desenvolvida para a exportação, pois abre as fronteiras da competição de países com diferentes níveis industriais e tecnológicos. “Mas, por outro lado, nada garante que os países pobres e as culturas frágeis terão a mesma oportunidade de se expor ao mundo” (Martinez, 1997:112). Outra área impactante é a cultura, pois reforça a tese de pensamento único hegemônico e

elimina as peculiaridades regionais, muitas vezes construídas ao longo da história da nação.

A educação, inserida na política produtiva, de maneira geral, na última década, alcançou avanços quantitativos no que concerne ao número de alunos matriculados na pré-escola, no ensino básico e no ensino superior, porém, qualitativamente, deixa a desejar e problemas crônicos, de décadas, continuam a desafiar os governos. A barbárie neoliberal, por meio de reformas educativas impostas pelos países centrais, prioriza o custo-benefício e se caracteriza pela maleabilidade e pela adaptabilidade do sistema educativo ao setor produtivo. As similitudes entre os sistemas dos países conduzem para um padrão unitário de educação, no qual a flexibilidade, a competitividade e o Estado avaliador constituem alguns princípios norteadores.

O novo modelo de produção capitalista e de reforma administrativa do Estado, adotado pela maioria dos países latino-americanos e caribenhos e monitorado pelo Fundo Monetário Internacional, faz com que as políticas públicas sejam direcionadas mais para atender aos interesses internacionais do que para emancipar e independizar os países, tão oprimidos ao longo de toda a história. "...todas as discussões que têm sido feitas a respeito da universidade giram em torno do modo em que esta deva se relacionar com o mercado" (Chauí, 2001: 17). Urge que questões como a baixa escolaridade (4.8 anos), o reduzido número de dias letivos efetivos (120/200), as altas taxas de evasão e de repetência, a baixa valorização do professorado, o hiato entre os setores público e privado, a falta de infra-estrutura, o sucateamento e a deterioração da rede pública de ensino, a deficiente formação inicial e continuada dos recursos humanos, as altas taxas de analfabetismo, a baixa

qualidade de ensino e o não uso dos novos recursos tecnológicos no ensino sejam desafios que necessitam ser encarados e solucionados nos próximos anos, pois somente através de uma educação pública de qualidade será possível reverter o quadro caótico atual e apostar numa América Latina e Caribe próspera, soberana, autônoma, independente e voltada, tanto para os interesses e necessidades regionais, quanto os internacionais.

A educação superior na América Latina e no Caribe

À luz do contexto descrito na primeira parte deste estudo, torna-se mais fácil para o leitor entender a conjuntura da educação superior na América Latina e Caribe. É oportuno referenciar que as políticas públicas são consequência direta do paradigma de produção capitalista e da reforma administrativa do Estado; as similitudes na educação superior desenvolvida, tanto nos países industrializados quanto nos emergentes, são evidentes e as perspectivas de câmbio deste quadro caótico, a curto e médio prazo, são remotas, mesmo que haja praticamente um consenso de que a educação superior, patrimônio cultural e bem social, seja a alavanca impulsionadora para o progresso, o desenvolvimento, a modernização e a transformação da sociedade, cada vez mais injusta e assimétrica.

A partir da análise dos dados da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, que é resultado da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em outubro de 1998, em Paris, e com base no texto *Implicaciones de la Declaración Mundial sobre la Educación Superior para la Universidad Latinoamericana del siglo XXI*, de Berneim (2000), infere-se que as principais características do ensino superior na região são: - considerável expan-

são quantitativa das matrículas; - multiplicação e diversificação das instituições; - incremento do pessoal docente e dos graduados; - ampliação da participação do setor privado; - restrições com o gasto público. O exposto permite visualizar um crescimento quantitativo desenfreado das instituições que oferecem ensino superior, especificamente do setor privado; um aumento do pessoal envolvido no processo (professores e alunos) e uma diminuição das verbas para o financiamento. Este fenômeno contraditório tem suscitado reveses e aponta desafios que urge serem analisados e que exigem soluções imediatas.

O crescimento quantitativo de matrícula (2% em 1950 para aproximadamente 20% em 2002), sob um parâmetro, é altamente favorável, pois possibilita aos jovens de 18 a 24 anos acesso à carreira superior. Por outro lado, a massificação, de maneira geral, dificulta a qualidade do ensino. Sabe-se que um enorme contingente de pessoal está sendo formado, desprovido de consciência crítica, e despreparado para o mercado de trabalho. Este fenômeno traz à tona indagações que merecem reflexão dos diferentes atores sociais. O incremento de matrículas foi um passo importante na história, porém, questões como a proliferação das instituições, que não reúnem as condições mínimas para um trabalho acadêmico digno, a alta porcentagem de professores despreparados, com o título de "graduado", e sem formação pedagógica, a inadequada metodologia de ensino utilizada e a falta de políticas públicas são itens indispensáveis a serem considerados para a melhoria da qualidade de ensino.

A proliferação das instituições (em 1950, havia 75 universidades e, em 2002, mais que 5000) é uma questão impactante. Sabe-se que a grande maioria destas instituições estão desprovi-

das de infra-estrutura (biblioteca, laboratórios etc.), além de possuírem, geralmente, um quadro docente despreparado e desqualificado, e priorizam o ensino. Estas instituições, comumente do setor privado, utilizam a educação como um negócio rentável e lançam à sociedade um número estrondoso de pessoas. “No Brasil, a conta da educação representa cerca de 9% do PIB, ou 90 bilhões de reais...É um valor próximo do que movimentam juntos – os setores de telecomunicações e energia. Em 2002, o setor privado deverá ser responsável por 44 bilhões desse total. Só o faturamento das instituições privadas de ensino superior aumentou de cerca de 3 bilhões em 1997 para 10 bilhões de reais no ano passado” (Rosenburg, 2002: 36). Geralmente, estas instituições, entre outras carreiras, ocupam-se com a formação de professores, o que cria um círculo vicioso. Um professor, com uma formação inicial precária, tende a reproduzir o sistema, ou seja, prepara mal seu aluno. Para Rinesi (2001), uma universidade i-reflexiva, incapaz de se pensar a si própria, de pensar por que e para que faz o que faz, e o que faz, não merece continuar levando o nome de universidade. Parece-se mais a milhões de instituições privadas, empresas com fins lucrativos pomposamente chamadas de “universidades”, cuja propaganda lê-se nos jornais e que promovem os cursos oferecidos com o argumento de “saída para o mercado de trabalho”. “... É preciso ressaltar um paradoxo nessa evolução: a qualidade de seu ensino universitário público coexiste com uma forte expansão de um ensino privado pouco qualificado” (Trindade 2002:26).

Em oposição a estas instituições, há projetos universitários que surgiram de movimentos sociais e servem de referência a toda a América Latina e Caribe. Na Argentina, “as Madres de Plaza de Mayo” decidiram criar a Uni-

versidad Popular, um espaço de luta e resistência. Apostando na tese de que a construção de uma nova sociedade requer homens e mulheres com formação político e ética, sensíveis e imaginativos, capazes de usar as ferramentas da ciência e também da arte, que sabiam articular a teoria e a prática revolucionária, a Universidad Popular Madres de la Plaza de Mayo tem o objetivo central de produzir pensamento crítico e organizar grupos de reflexão criativa. A instituição se opõe ao modelo educativo, que objetiva transmitir conhecimentos de forma vertical, que legitima a opressão, que está esquematizado para vigiar, castigar e reproduzir um sistema social perverso. As Madres de Plaza de Mayo desejam deixar, como únicos legados, o compromisso político, a coerência ideológica, a formação intelectual e a paixão pela luta herdada. A Universidade, criada em 06 de abril de 2000, com 700 alunos e 100 dos melhores professores, conta com um conselho internacional de renomados homens do mundo, que apóiam e ajudam esta instituição a crescer e alcançar sua missão tão importante em um país que está passando pela pior crise política, econômica, social, educacional e cultural de sua história. Ela oferece, através de diferentes escolas, os títulos de: Mestre em Artes, Mestre em Jornalismo de Investigação, Mestre em Direitos Humanos e Políticos, Mestre em Psicodrama e Sociodrama, Mestre em Economia Política e Social, além de oferecer seminários e oficinas.

O outro fator preocupante e que merece atenção é o baixo nível acadêmico de uma porcentagem considerável de professores e sua escassa formação pedagógica. Aproximadamente 70% dos docentes possui o curso de graduação; 20%, o curso de pós-graduação; e apenas 10% são pesquisadores. Muitos questionamentos emer-

gem em função desta realidade. Como alguém que não tem formação pedagógica poderá exercer a docência? Um professor está apto a atuar como médico, engenheiro, advogado? Certamente, a contestação será “não”. A mesma regra deve servir para os profissionais liberais que, também, grosso modo, não estão preparados para a docência; porém, é senso comum aceitar esta hipótese, sem muitos questionamentos. O Brasil apresenta uma realidade distinta, onde a formação inicial de professores passou por diferentes estágios, sempre direcionada aos interesses da classe dominante. Com a abertura política e a conseqüente redemocratização, a formação de docentes perpassa, pelo menos no plano teórico, da dimensão meramente tradicional, novista e tecnicista, para assumir atitude política de criticidade. A partir da década de 60, com a regulamentação dos programas de pós-graduação lato sensu (especialização e aperfeiçoamento) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), são dados os primeiros passos para o preparo específico do professor de educação superior. Estes cursos, que objetivam qualificar recursos humanos para as universidades e que proliferaram muito na década de 70, tiveram um desaquecimento nos anos 80. A partir da década de 70, foram introduzidos, nos programas de pós-graduação em nível de especialização, disciplinas de cunho didático-pedagógico para o ensino superior. Atualmente, de acordo com o artigo 66 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. No artigo 52, inciso II e III, propõe que um terço do corpo docente esteja pelo menos com titulação acadêmica de mestrado e doutorado, e um terço, com tempo integral; porém, no

artigo 88, concede às universidades um prazo de oito anos para cumprir essas determinações.

A operacionalização do processo ensino/aprendizagem urge ser revista. De certo modo, os estabelecimentos de ensino superior e as universidades, em sua grande maioria, estão levando a cabo o processo de ensino/aprendizagem de forma descontextualizada, desatualizada e tentando preparar cidadãos para um mundo que não existe mais e dificilmente voltará a existir. A cultura vigente e a sua transformação são desconsideradas. Há um divórcio entre a realidade e o ensino. A complexificação da realidade, a ambigüidade e suas contradições não são consideradas e analisadas. Os objetivos de ensino propostos são geralmente ultrapassados e não atendem mais às expectativas dos educandos, que estão inseridos em uma realidade dinâmica, cheia de paradoxos e de concepções antagônicas. Os conteúdos defasados, de pouca significação, são abordados de forma fragmentada e linear. Os métodos de ensino, com exceções, continuam medievais e desprovidos dos recursos tecnológicos de última geração, que estão presentes no dia-a-dia dos cidadãos. O sistema de avaliação ainda está preso à memorização e à fixação de conceitos, princípios, regras, enunciados questionáveis e, muitas vezes, superados. A interação professor/ aluno, na maioria das vezes, é autoritária, vertical, e se caracteriza, em muitos casos, pela troca de acusações e agressões verbais. Este fenômeno, em muitos casos, é consequência da realidade cruel vivida, tanto por parte dos discentes, quanto dos docentes e do contexto atual.

O financiamento da educação superior, afetado pela adoção da política neoliberal, impõe às universidades públicas desafios até então despercebidos. A partir da década de 90, as universidades da América Latina e Caribe vêm

enfrentando o desafio de satisfazer com eficácia, em um ambiente de severas restrições financeiras, profundas mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais de alcance mundial, as funções que historicamente a sociedade lhes tem atribuído. As universidades, ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de se adequar e modernizar suas estruturas, o processo educativo, sua missão etc. para dar respostas satisfatórias às demandas oriundas da sociedade civil. Assim, as universidades públicas estão se sentindo pressionadas pela necessidade de buscar formas alternativas de financiamento. Entre as possibilidades, as relacionadas com o setor produtivo resultam como as alternativas mais fáceis de serem implantadas, porém, tal perspectiva gera um desconforto e um descontentamento dos diferentes atores sociais, que vêem esta busca como o primeiro passo à privatização. Reimers (1990) assinala que as restrições financeiras podem estimular novas formas de pensar e de administrar o desenvolvimento educativo. O essencial seria que os governos considerem a educação como uma forma de desenvolvimento e a priorizem frente a outros setores da ação pública. Analisando esta situação, Catani asserva que

"a necessidade de cooperação local, regional, nacional e internacional torna-se vital para as universidades, mesmo para a própria manutenção e desenvolvimento institucional, uma vez que os recursos dos fundos públicos são limitados progressivamente. Os defensores das parcerias afirmam que elas não provocam dispersão, ou seja, desvio dos interesses propriamente acadêmico-científicos. Na verdade, acreditam que as universidades precisam aceitar a diversidade, o pluralismo e a diferenciação impostas pela sociedade contemporânea, já que não podem mais con-

trolar a diversidade dispersiva por meio de um denominador comum, como a indissociabilidade ensino-pesquisa. Também afirmam que não há como universalizar a universidade de pesquisa. A única alternativa é aceitar essa nova realidade dispersa, diversa, plural e desigual. A multi-diversidade de funções só é possível nas universidades de excelência, sendo que as demais instituições devem investir em áreas e atividades em que seja possível obter resultados satisfatórios" (2002:35).

Para Bernheim (2000), as restrições econômicas afetam sensivelmente o desempenho qualitativo das instituições de educação superior, obrigando-as a gastar mais de 90% de seus rendimentos no pagamento de salários e a reduzir sensivelmente os investimentos mais importantes para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, tais restrições conduzem a priorizar o trabalho docente, com a desvalorização das tarefas de investigação, extensão e difusão.

A universidade, sendo o único locus de formação profissional, além do ensino, tem a função de pesquisa e extensão. A pesquisa deveria ser a mola impulsora de todas as universidades que aspiram a oferecer melhores condições de vida à sociedade, pois ela abre novas possibilidades, novos horizontes, novas descobertas e novos caminhos e perspectivas. Através da pesquisa, a universidade torna-se universidade e seu trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente. Para Demo (1990), a atividade principal da universidade é a pesquisa e o professor tem a incumbência de incentivar o aluno para que ele seja um novo pesquisador, pois sem investigação o ensino se reduz à reprodução.

Isto posto, é imprescindível estabelecer metas prioritárias para que a uni-

versidade abra espaço para fazer pesquisa em sala de aula e nos laboratórios, mas sobretudo na comunidade, a fim de encontrar alternativas para amenizar as desigualdades e melhorar a vida política, econômica, social, educacional e cultural da população latino-americana e caribenha, eliminando ou amenizando a miséria, a fome, a corrupção e a violência. A pesquisa necessita ter conseqüências sociais e econômicas para a sociedade. Portanto, é dever da universidade oferecer ensino com pesquisa e para a pesquisa.

Apesar dos inúmeros desafios a serem enfrentados, é mister reconhecer o papel da universidade, especialmente pública, que, ao longo da história, tem desenvolvido um papel importante na difusão e no enriquecimento cultural da região, no estabelecimento da ciência e da tecnologia, na formação de princípios democráticos, no fomento de pensamento crítico, além de ser o principal agente no desencadeamento de pesquisa básica e aplicada. Sem a presença da universidade pública, certamente a América Latina e Caribe estariam muito aquém das atuais condições de vida da sociedade hodierna. A universidade tem muito a oferecer à sociedade. Seguindo esta linha de raciocínio, Pacheco diz que "a universidade tem muito a oferecer à sociedade civil neste momento histórico em que estamos construindo processo político participativo, onde o processo legislativo assegurou instrumentos legais para a participação popular e estabelecer novas formas de relação entre a sociedade civil e o Estado" (2001: 112).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir dos dados coletados junto às instituições, tece algumas severas críticas às universidades da região: baixa qualidade do ensino e da pesquisa, alto índice de evasão, elevado custo com o pessoal (número pequeno de alunos por pro-

fessor) e pouco investimento em infraestrutura, além das instituições terem sido incapazes de criar um sistema adequado de recompensa pela produtividade e de punição pela improdutividade. Para o órgão, o ensino superior que necessita atender aos interesses e demandas do mercado e do capital estrangeiro, deve abarcar quatro funções: - a formação de uma elite intelectual; - a formação de pessoal para o mercado profissional específico; - a formação de técnicos e licenciados em programas de curta duração; - e a formação de generalistas.

A proposta do BID, que objetiva que as universidades da América Latina e Caribe alterem a sua missão, os currículos escolares e a preparação profissional, tem como objetivo melhorar o índice custo-benefício, diminuir os encargos do Estado, flexibilizar e adaptar o ensino superior ao contexto atual e tornar as instituições competitivas entre si. As universidades de excelência devem continuar a ser mantidas pelo Estado e, necessariamente, para a formação de uma elite intelectual, devem, além do ensino, realizar pesquisa. Em relação a esta problemática, Chauí assinala "...a idéia, portanto, é que há uma elite intelectual que pensa, e depois todo o resto que tem como objetivo o mercado de trabalho. E cada vez que o mercado de trabalho saturar, você inventa um curso de formação geral para adicionar valor no currículo de quem compete em um mercado saturado" (2001:22).

Considerações finais

À luz das proposições do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da UNESCO, da própria história da universidade e da atual conjuntura, cabe aos diferentes segmentos da sociedade civil considerar a universidade como instituição universal, científica, educativa e de relevância

social, que historicamente foi construindo sua missão. A universidade, atuando em seus dilemas, em uma sociedade de contradições, é imprescindível para o processo de transformação de uma nação, região, continente, e do próprio planeta Terra, e não simplesmente pode ser vista como um pesado encargo para o Estado. Face a esta premissa, todo o empenho é necessário para a ampliação do acesso à universidade pública e gratuita; para o aumento da qualidade de ensino; para o fomento à investigação, à liberdade acadêmica, à autonomia universitária e à intensificação da cooperação local, regional e internacional.

Portanto, almeja-se que, no decorrer do século XXI, a universidade possa aliar crescimento quantitativo com qualitativo, por meio do emprego de mecanismos de acompanhamento e de controle interno e externo, para que forme cidadãos cosmopolitas, providos de fundamentação teórica acurada, com concepção política e ética, de espírito democrático, capaz de transformar a realidade política, econômica, social, educacional e cultural da América Latina e Caribe. Este imperativo elevado, mesmo que até certo ponto utópico, deve ser a grande missão da universidade para a edificação de uma sociedade mais humana, justa, igualitária e solidária. A universidade, que durante os novecentos anos de existência, sempre teve um papel social significativo, nos dias atuais tem a missão de revisar o paradigma produtivo e de propor câmbios para que o homem se assuma como um sujeito histórico e trabalhe em prol do social. Para atender às novas demandas da sociedade, a universidade que, praticamente durante sua história, tinha a função de ensinar e de investigar, necessita:

- manter uma estrutura administrativa e pedagógica flexível e mais ágil para se antecipar às mudanças;

- ser aberta às necessidades, aspirações e expectativas da sociedade;
- integrar, vertical e horizontalmente, ensino-investigação e serviços comunitários;
- oferecer à comunidade cursos e atividades de educação permanente;
- oferecer educação para todas as idades;
- universalizar a cultura;
- criar novos mecanismos para a superação dos grandes dilemas antagônicos que afligem a humanidade: ciência x sabedoria popular; indivíduo x organização; livre iniciativa x interesses sociais; multinacionalismo x interesses regionais; e ecologia x economia.

Nota

1. É uma associação de 72 universidades europeias e latino-americanas, com sede em Genebra e Paris. Aprovada pela Unesco e pela Comissão Europeia, foi fundada em 1987 e tem como objetivo promover o desenvolvimento institucional e a cooperação multilateral.

Referências Bibliográficas

- ALBORNOZ, O. *Introducción, la educación superior en el siglo XXI: Visión de América Latina y el Caribe*. Caracas: Unesco/Cresalc, 1997. Tomo I.
- ANDES: Informativo da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior. *Ciência e Tecnologia do Brasil da indigência*. Brasília, nº111, set. 2002. p. 6-7.
- ARROYO, M. A universidade a formação do homem. In: SANTOS, G. A. *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Discurso de apertura de la Sra. Hebe de Bonafini en el marco de la Conferencia Mundial de la Asociación Internacional de los educadores a la Paz – 8 a 13 de julio de 2000, en la Unesco, París.
- ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*. Folleto, 2000.
- BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones de la experiencia*. Washington, D.C., 1996.
- BAUMAN, Z. Globalización: palabra de moda. *Relaciones*. Montevideo, nº 219, p. 16-19, 2002.
- BERNHEIM, C.T. Implicaciones de la Declaración Mundial sobre la educación superior para la universidad latinoamericana del siglo XXI. *Educación Brasileira*. Brasília, v. 22, nº 44, p. 79-112, jan./jun. 2000.
- BLANES, J. La pobreza en La Paz. *Debate – La Epoca*, La Paz, p. 6B, 15 sept. 2002.
- BRASIL. Congresso. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília. 20 dez. 1996.
- BRUNNER, J. J. Educación superior y globalización. *Educación Brasileira*. Brasília, v. 19, nº 38, p. 11-30, jan./jun. 1997.
- CASTRO, C. M. C.; LEVY, D. C. *A educação superior na América Latina e Caribe*. Documento de estratégia. Washington, D.C., 1997.
- CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. *Revista Portuguesa de Educação*. v. 13, nº 2, p. 29-52, 2000.
- CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Las políticas de diversificación y diferenciación en la educación superior en el Brasil: alteraciones en el sistema y en las universidades públicas. *Cuadernos Americanos*, Mexico, nº 84, p. 77-94, 2000.
- CHAUÍ, M. S. As humanidades contra o humanismo. In: SANTOS, G. A. *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TRABALHO indigente cresce na Argentina. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p.13. 20 out. 2002.
- UNESCO. CRESALC. *La educación superior en el siglo XXI: Visión de América Latina y el Caribe*. Caracas, 1997. Tomos I y II.
- DABÊNE, O. Las tendencias del período: El estado del mundo. *Anuario económico geopolítico mundial – 2002*. Madrid: Akal, 2001. p. 361–364.
- DEMO, P. *Pesquisa: princípios científicos e educativos*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.
- FUNDACIÓN CHILE. Los desafíos y tareas de la educación chilena al comenzar el siglo XXI. *Boletín Proyecto principal de educación en América Latina y el Caribe*. Santiago, nº 23, p. 66-78, 1990.
- GARCÍA GUADILLA, C. Educación Superior en América Latina: una perspectiva comparada de la década de los noventa. In: TRINDADE, H.(Org). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GARCÍA GUADILLA, C. Globalización y conocimiento en tres tipos de escenarios. *Educación superior y sociedad*. Caracas, v. 6, nº 1, p. 81-101, 1995.
- GENTILI, P. (Org). *Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.
- KEMPF, A. R. O. Reitores querem a educação fora do acordo mundial sobre comércio. *Jornal da Universidade*, Porto Alegre, v. 5, nº 53, jul. 2002.
- LA DEMOCRACIA que vive el país es de muy baja calidad. *La República*. Perú, p. 4, 29 sept. 2002.
- LAMPERT, E. (Org). *A educação na América Latina: encontros e desencontros*. Pelotas: Educat, 2002.
- LAMPERT, E. *Universidade, docência, globalização*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- LAMPERT, E. A globalização e os desafios da América Latina. *Cadernos de Educação*. Pelotas, v. 7, nº 10, jan./jun. 1998.
- LAVADOS, J. Reflexiones sobre la educación superior chilena. In: TRINDADE, H. (Org). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINEZ, V. C. Educação permanente e cidadania. *Universidade e Sociedade*. São Paulo, v. 7, n. 12, p.112-117, 1997.
- MOREIRA, M. Colômbia: Uribe prepara seu país a guerra total. *InformAndes*. Brasília, nº 110, p.12, ago. 2002.
- MUSSET, A. Una identidad en mutación. El estado del mundo. *Anuario económico geopolítico mundial – 2002*. Madrid: Akal, 2001. p. 356–360.
- PACHECO, M. I. P. A universidade civil em parceria com a universidade. In: SANTOS, G. A. *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LINDO PERÉZ, A. Argentina: reconstrucción. *Relaciones*. Uruguay, n. 219, p. 20-1, 2002.
- REIMERS, F. Educación para todos en América Latina en el siglo XXI: Los desafíos de la estabilización, el ajuste y los mandatos de Jomtien. *Boletín Proyecto principal de educación en América Latina y el Caribe*. Santiago, n. 23, p. 7-27, 1990.
- RINESI, E. Universidade reflexiva e cidadania crítica. In: SANTOS, G. A. *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROSENBERG, C. Nota alta. *Exame*. v. 36, nº 7, p.34-45, abr. 2002.
- TRINDADE, H. O ensino superior na América Latina: um olhar longitudinal e comparativo. In: TRINDADE, H. (Org). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- YARZÁBAL, L. *Consenso para el cambio en el Educación Superior*. Caracas: Unesco/Cresalc, 1999.

Ernani Lampert é Doutor em Ciências da Educação Professor Adjunto da Fundação Universidade Federal do Rio Grande



Roberto Leher

Por Antônio Ponciano Bezerra*
e Janete Luzia Leite**

Natural da cidade do Rio de Janeiro, professor da Faculdade de Educação da UFRJ, vice-presidente da ADUFRJ, gestão 89/91, presidente do ANDES-SN, gestão 2000/2002, o educador Roberto Leher iniciou, na militância sindical, em 1988, e logo passou a participar do grupo de política educacional do ANDES-SN, atuando nas discussões, da época, em torno do projeto de LDB. De 2000 a 2002, eleito, assume a presidência do ANDES-SN, num período de muitas dificuldades para o Sindicato, nomeadamente em função da desarticulação da entidade com a sua base e da negligência com seus compromissos políticos. De formulação fácil, coerente e politicamente correta, o professor Roberto Leher é um pensador íntegro, um inesquecível companheiro de trabalho e uma capacidade inesgotável de militância política.

Hoje, seu nome se inscreve, com realce, na história do movimento docente nacional. É um de seus símbolos mais expressivos. Nesta entrevista, ele nos fala de sua experiência como sindicalista e do trabalho sindical que o atual cenário político brasileiro nos aguarda. Neste momento, a Diretoria do ANDES-SN enfrenta outros desafios. Na sua opinião: "Precisamos de muita sabedoria para lidar com esses novos desafios. É muito diferente, (...), ser diretor numa gestão Lula e ser diretor numa gestão FHC".

Universidade e Sociedade (US):

Para iniciar, uma pergunta sobre seus antecedentes políticos e sindicais. Quando e como ingressou no movimento docente local e nacional e quais as suas motivações para se inserir nesse contexto político?

Roberto Leher (RL): Minha militância no movimento docente teve início no ano de 1988, quando fiz concurso para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quando eu entrei na universidade, Sarney, na época, havia proibido a contratação de docentes. Havia uma medida do governo nesse sentido. Então, participei de algumas reuniões da ADUFRJ, que estava discutindo essa questão, e em função dessa participação inicial, fui convidado a integrar a chapa da gestão 89 a 91, como vice-presidente da ADUFRJ. Enfrentamos a greve - uma greve áspera, muito difícil, em pleno governo Collor - e, desde então, tenho participado do movimento docente, mas sempre militando em instâncias de base. Logo a seguir, fui para o grupo de política educacional do ANDES e entrei em contato com as reflexões desse grupo, com o acúmulo das discussões sobre o projeto de universidade do ANDES e dos debates sobre o seu projeto de LDB, proposto na época. Com isso, fui participando de forma mais sistemática do movimento docente. Então, remonta, pelo menos, a 1989, de forma mais orgânica, quando assumi a vice-presidência da ADUFRJ.

A motivação que me levou a participar de um movimento organizado vinha de antes, porque eu havia participado do movimento secundarista, ainda quando jovem. Em 1979, representei o segmento estudantil no PT de Nova Friburgo, uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, fazendo parte da primeira direção provisória do PT que nós fundamos, ainda em 79. Fiz militância também, mas de uma forma mais assistemática, de forma

não orgânica, com companheiros que estavam tentando reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. Mas logo me afastei e, em 79, participei da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Eu creio que a motivação mais forte, em relação à participação, à continuação da participação no movimento ANDES, para mim, foi a possibilidade de fazer uma discussão, uma reflexão sobre a universidade. Isso, na época, me fascinou muito. Lembro que eu já havia participado, de uma forma mais assistemática, de outros Sindicatos, como o Sindicato dos Professores, aqui no Rio de Janeiro, mas não havia nenhum tipo de reflexão mais profunda sobre projeto de educação, concepção de universidade etc. Isso, no ANDES, me motivou muito. Foi um período extremamente rico para a vida do Sindicato a nossa reflexão sobre o projeto de LDB, que, na realidade, sistematizou e ampliou o nosso projeto ANDES para a universidade brasileira. Foi um período muito instigante e isso fez que eu permanecesse na militância. Foi algo muito forte!

Também houve a minha participação na greve de 91. Foi uma greve extremamente definidora, do ponto de vista político. É claro que nós sabíamos que, em 90, 91, muitos professores haviam apoiado Collor. Mas havia o debate político interno nas universidades; eu já havia participado, naquela época, de debates em outras universidades, além da UFRJ, em seções sindicais, em movimentos organizados pelas seções sindicais. Enfim, o debate político foi extraordinário naquele período e muito rapidamente criamos um espaço público de discussão na universidade. A única forma de partici-

pação democrática era o movimento docente. Acho que ainda é, hoje, o principal meio de participação democrática dos professores, e isso fez com que muito rapidamente os docentes tivessem uma posição crítica em relação ao governo Collor. Aliás, nós somos o primeiro Sindicato de âmbito nacional que pediu o impeachment de Collor. Então, foi um período de aprendizado político, para mim, excepcional.

US: *O senhor foi presidente do ANDES-SN, na gestão 2000/2002, assumindo a liderança do movimento após um período de desarticulação do Sindicato da sua base, de seus compromissos políticos, inclusive com um comportamento de cooptação junto ao governo federal. Como o senhor avalia esse quadro que teve de enfrentar, tomar posições sérias, decisivas, incômodas inclusive, face aos desmandos problemas identificados na da gestão anterior?*

RL: Eu acho que foi o momento, talvez, mais difícil da história do ANDES, pelo menos, desde que eu acompanho o ANDES Sindicato Nacional. O período 98/2000 seguramente foi o mais difícil - não pelas adversidades da conjuntura porque, em outros momentos, nós tivemos dificuldades de conjuntura política muito grandes - mas pela postura interna em relação à gestão no Sindicato, pelos companheiros que estavam à frente do Sindicato entre 98 e 2000. Eu creio que os acontecimentos da greve de 98 mostraram um vigor político do ANDES excepcional. Naquele momento, várias questões foram rejeitadas pelas assembleias; proposições políticas que foram rejeitadas por

quase todas as assembléias do país foram negociadas em nome do Sindicato com o governo, particularmente com Antônio Carlos Magalhães, numa tentativa de quebrar o movimento. Não era só a de terminar a greve, mas claramente Fernando Henrique tinha como meta destruir o Sindicato Nacional, desmoralizá-lo junto à sua base e, infelizmente, os companheiros que estavam à frente do Sindicato contribuíram para essa posição.

Eu acompanhei aquele período da greve de 98; no final da greve estive no Comando de Greve. Anteriormente, eu praticamente não havia estado no Comando de Greve, quando era presidente da ADUFRJ. Naquele período, estive praticamente acompanhando o cotidiano do movimento na base; mas, no período final da greve, estive no Comando e foi desconcertante ver a posição, particularmente, do presidente do Sindicato, encaminhando questões que não haviam sido discutidas e deliberadas pela base do Sindicato. Seguramente isso foi algo inédito na história do Sindicato. A indignação que causou no conjunto do Sindicato, mesmo em forças mais conservadoras dentro da universidade, pois jamais tinham visto tal posicionamento, gerou uma insatisfação crescente, que fragilizou enormemente a legitimidade da gestão 98/2000.

O problema da perda da legitimidade dessa gestão 98/2000 é muito grave porque, obviamente, repercutiu sobre a vida do Sindicato como instituição. Foi o ANDES que saiu arranhado dessa proposição e o ANDES deixou de ser um Sindicato respeitado. Era visível o isolamento do Sindicato na sociedade. Quer dizer, quando se trazia uma questão, quando se discutia uma questão pertinente à universidade, o ANDES-SN não era mais chamado, porque se desmoralizou perante a sociedade. Foi um período árduo, e as

O problema da perda da legitimidade dessa gestão 98/2000 é muito grave porque, obviamente, repercutiu sobre a vida do Sindicato como instituição.

seções sindicais do ANDES-SN é que, eu creio, resgataram e fortaleceram a legitimidade do Sindicato. As instâncias de base não deixaram de funcionar. As assembléias permaneceram críticas e, sobretudo, a maior crítica feita pelas assembléias e pelos movimentos de base do Sindicato não foi só em relação às posições políticas da gestão 98/2000 porque o debate político está sempre aberto, e as concepções muitas vezes dependem de leituras da realidade que são obviamente diversas, mas era em relação aos procedimentos democráticos do Sindicato que estavam em risco. Desde a posse até o seu final, a gestão anterior, a gestão 98/2000, sistematicamente desrespeitou as instâncias de base, desrespeitou procedimentos que são um patrimônio político, talvez o mais nobre do nosso Sindicato Nacional e isso, certamente, abalou a nossa ação política. Então, foi um período muito difícil para a história do ANDES.

É muito triste lembrar o isolamento, o descrédito, a postura servil, em vários momentos, em relação ao posicionamento do governo que, naquele contexto, avançou enormemente no projeto neoliberal. Não podemos esquecer disso: o período 98/2000 foi o momento em que o Brasil fez um

acordo com o Fundo Monetário Internacional (o FMI), foi aquele famoso empréstimo de 40 bilhões de dólares, e a contrapartida exigida pelo Fundo foi a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa, que geraria o emprego público, um dos motivos que levaram à greve de 2001. Se nós pegarmos os jornais do Sindicato, pegarmos o InformANDES, pegarmos os arquivos do período, vamos ver que, no dia em que foi votada a Emenda Constitucional nº 20, o Sindicato não fez um chamado à base para que estivesse em Brasília, a fim de impedir esse aspecto da reforma. Da mesma maneira, quando passou a Lei do Emprego Público, igualmente o Sindicato não chamou a base, a Direção não chamou a base para se confrontar com o projeto neoliberal.

Então, fica a indagação: foi apenas descaso político, ou uma leitura incorreta da conjuntura ou conivência política? Desgraçadamente, temos muitos elementos para acreditar que foi por uma leitura do que estava acontecendo, uma conveniência política decorrente de uma leitura da conjuntura, em que achavam que as reformas neoliberais estavam dadas e que não havia muito como se contrapor a elas; que deveríamos, de alguma forma, negociar as perdas com a Emenda Constitucional nº 20, ou seja, a reforma da Previdência, e a Emenda Constitucional nº 19, da Reforma Administrativa, que geraria o Emprego Público.

Então, de fato, foi um período muito crítico do Sindicato. Porque, no momento em que a universidade brasileira, estruturalmente, foi mais atacada, o Sindicato teve uma postura extremamente débil. Basta lembrar, também, que durante boa parte dos nossos embates, entre 98 e 2000, estávamos sozinhos em relação aos outros servidores públicos, a outros sindicatos da educação. A nossa postura, não a do

Sindicato como um todo, mas a postura da Direção do Sindicato, era uma postura muito isolacionista, não havia uma relação mais forte com os servidores públicos federais, com o movimento da CNESF. Não havia um trabalho político com o setor da educação. De modo que o Sindicato se isolou, se debilitou e perdeu seu vigor político. Pior: silenciou diante das reformas neoliberais decorrentes do acordo de 98.

É claro que isso não foi absoluto, essa convivência não foi absoluta, porque a base do Sindicato sempre foi uma base muito atenta, muito crítica, muito combativa; mas é claro que, quando a base está se manifestando e a Direção não dá consequência política às demandas da base, é claro que essas demandas ficam muito fragilizadas. Eu me lembro da Reforma da Previdência: havia debates enormes nas seções sindicais, havia posicionamentos muito claros, em Congressos e CONAD, sobre a Reforma da Previdência; portanto, o Sindicato tinha posição política. Mas compete à Direção fazer e organizar as convocações e organizar a intervenção política do Sindicato. Isso é papel da Direção, é um papel executivo, de operação, e isso não foi feito. Então, seguramente, entramos enfraquecidos nesse embate com o governo, no período 98/2000, sobretudo, como disse, nas Reformas Administrativa e da Previdência.

A campanha eleitoral, portanto, foi uma campanha muito difícil. Acho que a maior dificuldade da campanha eleitoral, num primeiro momento, foi convencer os docentes de que esse processo político, que estávamos trabalhando - a eleição - era importante para o futuro do Sindicato e que era im-

portante que os professores participassem. O maior desafio foi chamar a militância, organizar a militância em cada núcleo, para que se envolvesse de uma maneira muito forte no embate político, para que pudéssemos fazer uma discussão política do que aconteceu entre 98 e 2000, e para que os professores pudessem votar de maneira esclarecida. Esse chamamento da militância foi bem sucedido. Foi decorrente da ação do campo político majoritário no Sindicato, que organizou essa militância, que se preparou muito bem para esse embate político na eleição de 2000, e, com isso, foi possível estabelecer um debate importante em cada núcleo, em cada seção sindical, em cada universidade, ou centro federal de educação tecnológica, em todas as instituições de ensino superior que são representadas pelo ANDES Sindicato Nacional. O debate foi rico, foi possível fazer muitos debates com o nosso candidato oponente, o professor Milton, e os professores puderam votar de maneira esclarecida. Seguramente os professores votaram por uma concepção de movimento docente, por uma concepção de universidade, uma concepção de sociedade. O voto majoritário foi um voto que resgatou a história, a linha política do ANDES. Foi uma experiência muito rica, muito mobilizadora, ver a energia política, a motivação política da base do Sindicato.

Eu encontrei companheiros que fizeram parte das primeiras direções do ANDES, que estavam afastados do movimento docente. Quando eu fazia visitas às universidades, às escolas, companheiros se levantavam da plateia e diziam: eu fui diretor do Sindicato, fui fundador da seção sindical,

acompanhei o que aconteceu nesse período, não aceito o que está acontecendo e me coloco novamente na militância para retomar o Sindicato, para resgatar a combatividade, a autonomia, a democracia do nosso Sindicato. Foi excepcional contarmos com o retorno de companheiros que são referências históricas do nosso movimento e que perceberam que tinham um papel a cumprir para resgatar o Sindicato que estava, como disse, muito debilitado. Foi um processo inédito de resgate de militantes antigos e de organização de novos militantes para que o Sindicato voltasse a ter um funcionamento de acordo com a sua tradição política, com sua tradição histórica de um Sindicato combativo, crítico, capaz de formular idéias, projetos. Esse, aliás, é um outro ponto do qual faço um balanço muito negativo da gestão 98/2000.

É curioso que, inicialmente, esses companheiros tentaram passar uma imagem de que fariam um sindicalismo propriamente acadêmico, mas nunca o debate organizado pela Diretoria foi tão débil quanto no período de 98/2000. Quando assumimos, fomos abrir as pastas dos Grupos de Trabalho - de Política Educacional, do Grupo de Carreira, do GT de Comunicação e Artes, de todos os GT; as pastas estavam fundamentalmente vazias, não havia nenhuma produção teórica, nenhuma formulação política, nenhuma sistematização crítica das medidas que estavam em curso, feitas pela diretoria. Foi algo desconcertante ver isso. Ou seja, foi um período em que o nosso Sindicato deixou de formular e isso se traduziu em algo a que eu já havia feito referência anteriormente: no isolamento político - nós deixamos de ser interlocutores ativos na sociedade. Até porque o Sindicato não tinha mais uma produção teórica sistematizada e essa produção teórica

sempre foi uma qualidade do ANDES. Desde o início, quando estávamos discutindo a Constituinte, até o momento em que discutimos o projeto LDB e o nosso projeto de universidade, o ANDES sempre foi capaz de formular teoricamente sobre universidade, sobre o que significa docência, o que significa pesquisa num país com as características do nosso. Assim como o nosso Sindicato sempre fez análise de conjuntura, ele sempre produziu conhecimento: um conhecimento teoricamente relevante, um conhecimento capaz de interferir completamente no real, de interferir na condução política e de ser referência para outros Sindicatos, inclusive. Basta lembrar, por exemplo, que, de 2000 a 2002, quando eu estive na Diretoria do Sindicato, toda a teorização feita sobre Emprego Público, dentro do serviço público federal, basicamente foi feita pelo ANDES. Foi feita pela militância, pelos Grupos de Trabalho, pela Diretoria, que sistematizou esse debate e nele foi referência política. E isso não virou um tema central dentro da agenda dos servidores públicos federais por geração espontânea. Em outros momentos, o ANDES sempre fez isso, como na Constituinte. Enfim, havíamos perdido também essa capacidade de produzir conhecimento.

Então, em síntese, eu diria que o período 98/2000 foi um período em que a imagem pública do Sindicato ficou muito erodida, ficou muito desgastada, mas que, contraditoriamente, fez com que os militantes históricos, as nossas seções sindicais, os núcleos de base, as assembléias gerais, os CONAD, os Congressos tivessem um vigor talvez, em grande medida, inédito na his-

tória do Sindicato, tal era o empenho dos militantes para manter o ANDES dentro de uma linha política que o singularizou dentro do sindicalismo brasileiro e, possivelmente, dentro do sindicalismo latino-americano. A campanha eleitoral foi uma campanha extremamente vigorosa e rica porque justamente esses companheiros estiveram à frente da reconstrução do Sindicato, da imagem pública do Sindicato junto à base e ofereceram elementos fortes para que os professores pudessem votar de forma muito esclarecida; e isso se confirmou nas urnas. Avalio que foi uma experiência pessoal insubstituível, certamente pela qualidade política, pela confiança que os companheiros estavam depositando na nossa Diretoria, para que pudéssemos não só vencer as eleições, mas também retomar o caminho do ANDES dentro de sua perspectiva histórica.

Sentimos muita alegria e, no sentido positivo da palavra, muito orgulho, poder contar com uma lista de apoiadores em que toda a melhor tradição política do ANDES-SN havia assinado a nossa Carta: as diretorias anteriores, os primeiros diretores, até mesmo o Maciel, que estava afastado e foi o primeiro presidente do Sindicato, retomou a sua militância exatamente para tentar contribuir para o resgate do Sindicato. Isso foi muito positivo, assim como o é mostrar que não há incompatibilidade entre sermos um Sindicato crítico, um Sindicato combativo, um Sindicato que tem uma perspectiva de classe, que aponta para uma perspectiva de construção de uma sociedade socialista, e sermos um Sindicato capaz de dialogar com as melhores formulações feitas na universidade brasileira. Basta

ver a lista de apoio feita tanto para a nossa chapa, em 2000, como para a chapa que dá continuidade ao trabalho do campo político majoritário em 2002: seguramente o melhor da universidade brasileira assinou a nossa Carta e isso é o reconhecimento à seriedade, à qualidade política do trabalho do ANDES Sindicato Nacional.

US: *Professor, para além desse quadro político de ausência de continuidade do trabalho e luta do Sindicato, administrativamente essa gestão também cometeu uma série de descontroles que exatamente levou a sua presidência, toda a Diretoria do Sindicato, a tomar decisões sérias, graves, incômodas. O senhor poderia falar um pouco desse quadro, desse lado administrativo da gestão anterior à sua?*

RL: Eu penso que essas entrevistas são significativamente chamadas de memória do movimento docente e acho que é para isso mesmo. Esses depoimentos devem oferecer elementos para uma leitura da história do Sindicato, uma avaliação da trajetória, da intervenção política do nosso Sindicato. E acho que futuros militantes, estudiosos que vão reexaminar, como várias teses já fizeram, a história do nosso Sindicato, vão encontrar elementos muito ricos nesses depoimentos. De fato, essa questão é central porque o Sindicato Nacional, ainda como Associação, foi talvez um dos primeiros Sindicatos a, de maneira clara e peremptória, recusar o imposto sindical. Ou seja, afirmávamos, desde o início, que essa entidade deveria ser autônoma em relação ao governo e que deveria ser sustentada pela sua base, isto é, cada sindicalizado deveria manter o seu Sindicato. Isso pressupõe uma relação de confiança política e ética da Diretoria em relação à sua base e da base em relação à Diretoria. A

O Sindicato não tolera qualquer tipo de uso indevido de recursos e, sobretudo, o Sindicato não tolera uma gestão que seja displicente com a publicidade dos atos administrativos.

base tem que confiar que a sua contribuição, de fato, está sendo utilizada para o trabalho político e para a intervenção política do Sindicato e que, em nenhuma hipótese, esse dinheiro vai ser utilizado de forma indevida. Isso é também um patrimônio do Sindicato.

O nosso Sindicato, diferentemente do que previa a literatura sobre o futuro das entidades sindicais, nos anos 80 e 90, no período de afirmação do neoliberalismo, que previa que em poucos anos os Sindicatos praticamente desapareceriam, o nosso Sindicato, ao contrário, nunca reduziu a sua participação, nunca houve uma redução da participação da base no Sindicato Nacional. Ao contrário, nós somente crescemos, sistematicamente. Todas as seções sindicais, o número de sindicalizados somente conheceu o crescimento. O nosso Sindicato hoje é o que conta com uma das maiores taxas de sindicalização do país. Seguramente está entre o pequeno grupo de Sindicatos em que a sindicalização é voluntária, pela consciência política do professor. Nós temos seções sindicais com mais de 90% de sindicalizados e a média do ANDES supera 80%. Isso mostra que a base do Sindicato tem uma confiança integral; pode haver debate político, pode haver divergência política, mas tem uma confiança total na lisura, na forma com que o Sindicato vem sendo conduzido na sua gestão, enquanto entidade representativa.

De fato, a primeira questão que nos assombrou, quando assumimos a Diretoria, em 2000, no CONAD de posse ainda, foi constatar, num relatório feito por auditoria, que havia algo como

500 mil reais de despesas não registradas. Obviamente nós nunca tratamos essa questão no sentido acusatório, de que poderia haver roubo ou qualquer coisa parecida, não foi nossa interpretação. Mas o que nos chamou a atenção foi a falta de cuidado com o trato administrativo dos assuntos econômicos do Sindicato. Ou seja, o descuido com a contabilidade, com o registro, com os procedimentos. E isso é o que nos motivou a fazer um trabalho exaustivo de busca de documentos, para que não houvesse despesas que não fossem comprovadas.

Fizemos um trabalho exaustivo que, para ser completado, precisou de assessoria técnica especializada de um escritório contábil, que fez uma auditoria nas contas; examinamos os documentos e, de fato, constatamos que, além da desorganização administrativa que era visível e óbvia - e, sobre isso, é só observar o histórico das contabilidades do Sindicato - mas também constatamos que, em mais de uma circunstância, os recursos do Sindicato foram utilizados para fins que não são os fins estatutários do ANDES. Nós sempre fomos muito rigorosos na separação, por exemplo, dos recursos do Sindicato, dos partidos políticos, das correntes políticas que estão no interior do Sindicato; e, no entanto, encontramos notas que comprovaram uso de recursos do Sindicato para favorecer a chapa da diretoria que, então, estava à frente do Sindicato, ou seja, da gestão 98/ 2000. Eles utilizaram recursos do Sindicato para favorecer a sua chapa. Isso, obviamente, é uma falta extremamente grave, porque diz respeito à ética no trato do bem público, do nosso bem públi-

co, do bem coletivo, do fundo que os professores constituem para organizar a sua entidade. Assim como encontramos situações inadmissíveis - e graves! - como, por exemplo, o uso de recursos do Sindicato para viagens privadas de Diretores, como foi o caso do ex-presidente Renato de Oliveira, que utilizou recursos do Sindicato para passagens sua e de parente para o exterior. Essas situações são graves porque, se não fossem apuradas com rigor e não houvesse providências claras e contundentes por parte da base do Sindicato, como felizmente aconteceu, poderiam quebrar a relação de confiança que a base tem em relação ao Sindicato. Então, esse desleixo administrativo, o uso de recurso do Sindicato para fins que não estão previstos no Estatuto e para fins que não fazem parte do bem comum do Sindicato, para fins particularistas, isso poderia ter abalado a confiança da base em relação ao Sindicato, enquanto órgão representativo da categoria.

Mais de um Sindicato já passou por essa crise, já viveu essa crise de ver a sua base perder a confiança por denúncias em relação ao trato administrativo e financeiro da entidade. Felizmente, conseguimos fazer que esse debate acontecesse de forma muito ampla dentro do movimento. Conseguimos, felizmente, conduzir esse debate sem motivações políticas. Nós tivemos muito cuidado de não fazer uso político, ou melhor dizendo, um uso eleitoreiro dessa questão. Qualquer estudioso que pegar os InformANDES, pegar os ofícios à base seguramente vai constatar o extremo cuidado que a diretoria 2000/2002 teve no trato dessa questão, para não fazer acusações, como, aliás, fizeram em relação à gestão anterior - 96/98: a diretoria 98/ 2000 foi pródiga em fazer ilações, insinuações em relação à gestão anterior. Nós tivemos muito cuidado para que

isso não acontecesse, para que as punições previstas em Estatuto pudessem ser tomadas apenas com base nos fatos e não em qualquer outro tipo de motivação. E foi com base nesses fatos que o Congresso do ANDES, depois o CONAD, confirmaram a punição aos ex-diretores que estiveram como responsáveis pelo Sindicato e os afastaram por um período considerável das atividades do Sindicato, justamente como uma forma de sanção aos atos que adotaram durante o período em que o Sindicato foi confiado a eles.

Eu acho que o Sindicato saiu com a sua imagem pública recuperada. Eu creio que hoje qualquer professor pode estar, e certamente estará, muito tranqüilo em relação à forma como o Sindicato está sendo administrado. Ele sabe que o Sindicato não tolera qualquer tipo de uso indevido de recursos e, sobretudo, o Sindicato não tolera uma gestão que seja displicente com a publicidade dos atos administrativos. O Sindicato saiu fortalecido desse lastimável episódio. Mas, de toda forma, por pior que tenham sido esses acontecimentos, o ANDES encontrou uma forma própria, baseado nas suas próprias instâncias, nas suas próprias deliberações, para fazer as punições e para corrigir os rumos, enfim, da gestão financeira e administrativa do Sindicato. Foi muito positivo o fato de termos conseguido fazer isso internamente ao Sindicato, sem necessidade de irmos ao Judiciário, o que mostra que a democracia, dentro do ANDES, é a melhor forma de condução do debate político e do trato administrativo da entidade.

US: *Professor, ao assumir a presidência do ANDES-SN, o senhor foi alvo de perseguição política da administração de sua universidade, a UFRJ, ameaçado inclusive de punição por ausência de reconhecimento do seu direito de exercer o mandato sindical. O senhor poderia historiar esse problema, fazer uma avaliação desse quadro por que passou?*

RL: Uma das primeiras medidas que o Fernando Henrique adotou, em seu governo, foi tentar debilitar o movimento sindical. Não podemos nos esquecer da forma como ele conduziu a greve dos petroleiros, ainda em 95. Naquele momento, o presidente, inspirado em Thatcher, que fizera algo muito semelhante com os mineiros na Inglaterra, avaliava que era indispensável quebrar um dos sindicatos mais fortes dos trabalhadores brasileiros, que era o Sindicato dos Petroleiros, e que isso lhe facilitaria os encaminhamentos subsequentes. Naquele momento, Fernando Henrique foi parcialmente bem sucedido. As medidas de extrema violência que ele adotou, como demissão de dirigentes, multas exorbitantes etc., permitiram que ele tivesse uma vitória parcial, naquele contexto. Mas logo constatou que os sindicatos dos servidores públicos não aceitariam passivamente as reformas neoliberais. Daí, Fernando Henrique modificou o Regime Jurídico Único, que vem inspirado por princípios republicanos da Constituição, e alterou um de seus aspectos centrais, que foi, justamente, o direito à licença sindical. É claro que o presidente, naquele momento, estava avaliando que, com isso, enfraqueceria a luta dos servidores públicos. Nós, do ANDES, portanto,

sabíamos e sabemos dos limites colocados aí pelas mudanças da legislação para a atuação sindical.

No entanto, as universidades, enquanto instituições autônomas, enquanto instituições pautadas pelo artigo 207, da Constituição Federal, vinham assegurando autonomamente o direito de os docentes estarem participando da vida política das suas entidades, tanto nas seções sindicais quanto na Direção do Sindicato Nacional. Os próprios departamentos definiam medidas de redução de carga horária para que os professores pudessem participar das seções sindicais; ou no estabelecimento de outras atribuições, como atribuições acadêmicas de pesquisa, para que pudessem ficar mais liberados e a atividade sindical não interferisse na qualidade do trabalho de docência.

No entanto, isso não foi possível na UFRJ. Nós estávamos, naquele momento, com um interventor; um interventor a quem o Ministério da Educação conseguiu dar posse após mais de dois meses de ocupação da Reitoria pelos estudantes, com 500 policiais federais. E, somente dessa forma, o interventor pôde assumir a gestão da UFRJ. Ele sabia, o interventor, assim como o Ministério da Educação, que a seção sindical e o próprio ANDES estiveram na linha de frente da resistência a essa intervenção. E, obviamente, isso gerou um antagonismo do governo em relação ao ANDES e à seção sindical, extremamente virulento. Logo que assumimos a Diretoria, comunicamos ao Ministério da Educação a posse e a necessidade de que a universidade respeitasse o direito à representação sindical. O departamento ao qual estou ligado, na minha universidade, igualmente tinha um posicionamento de apoio ao mandato. No entanto, nem o MEC, e tão pouco a Reitoria da UFRJ, o interventor, aceitaram a possibilidade de eu ficar como representan-

te, eleito que fui, da categoria; e desde o início o Ministério se eximiu de qualquer tipo de compromisso em relação ao mandato.

É importante registrar a posição antagonista ao direito de liberdade sindical, de organização do mandato, de manutenção do exercício do mandato por parte do ministro Paulo Renato e, sobretudo, da Direção da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, na época, era o interventor Vilhena. Ele, desde o início, acolheu uma posição da direção da Faculdade, que, igualmente, entrou de uma forma não legítima. A diretora da Faculdade também foi nomeada pelo Vilhena, ainda que não expressasse o desejo da comunidade; ela foi imposta à comunidade da Faculdade de Educação. Sistemáticamente, eles passaram a tratar o mandato sindical como ausência e como abandono de emprego, e assim foi feito: deram mais de 3 meses de faltas, exatamente para abrir um processo de abandono de emprego, com vistas à demissão. Muitos setores da sociedade, do parlamento, as entidades acadêmicas, sindicais, se manifestaram e denunciaram esse fato; e essa denúncia assumiu um caráter nacional e até mesmo internacional - sindicatos de outros países também criticaram a posição persecutória. E, finalmente, após a suspensão dos vencimentos, após já haver processos no judiciário, enfim, para afastamento das minhas atividades, já com todo um quadro preparatório para afastamento definitivo da universidade, numa das suas raras reuniões, o Conselho Universitário aprovou uma proposição, exigindo que o Reitor abonasse essas faltas para que o processo de demissão não fosse

constituído. E a seguir, os professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, que também acompanharam, como as outras universidades, essa situação, me fizeram um convite para que eu ficasse cedido à Universidade de Brasília, onde eu faria atividades acadêmicas e poderia ter a possibilidade do exercício do mandato sindical.

Seguramente, foi a generosidade dos docentes da UnB- e eu não posso deixar de registrar inclusive o apoio da própria direção da Universidade de Brasília, a própria reitoria da UnB, que criou todas as condições para que essa cessão fosse possível, o que permitiu a manutenção do meu vínculo empregatício com a universidade, conseguido por concurso público. Permitiu, de um lado, o convívio acadêmico com companheiros e colegas da UnB, ainda que muito prejudicado pelo mandato sindical, assim como permitiu valer a vontade dos docentes, de ter uma Diretoria, que foi confiada a mim, e a representação geral do Sindicato; permitiu que pudesse valer o voto dos docentes. Nessa cessão, a UnB criou condições plenas para o mandato sindical.

É importante registrar que tudo isso aconteceu comigo e com outros sindicalistas, com outros dirigentes sindicais também. Foi parte de um processo de ofensiva do neoliberalismo e da coalizão de classes que, no Brasil, a implementam contra o movimento dos trabalhadores. Ou seja, encontrou suporte no governo Fernando Henrique e no próprio Ministério da Educação, na intervenção da UFRJ. Enfim, foi nesse contexto de políticas antidemocráticas que esses lastimáveis acontecimentos tiveram lugar. Isso, num am-

biente democrático, certamente não teria acontecido. Acho que é importante para a memória lembrar que não foi apenas Vilhena, mas também o governo Fernando Henrique que tentaram criar condições para impedir os mandatos sindicais. Acho que é fundamental que isso fique para a memória das nossas lutas.

US: *Professor, o senhor como presidente do ANDES conduziu a greve mais importante, historicamente, do movimento docente. Como o senhor registraria, comentaria, essa importância?*

RL: Conforme disse anteriormente, fazia parte do núcleo sólido da política neoliberal a reforma do Estado brasileiro. Essa reforma do Estado previa que as universidades deixariam de ser instituições públicas e passariam a ser organizações de direito privado, eufemisticamente chamadas de organizações sociais públicas não-estatais. Isso faz parte do plano diretor da reforma do Estado. E conforme disse também ainda há pouco, durante o período 1998/ 2000, não houve, por parte da Diretoria do Sindicato, nenhuma mobilização mais forte, mais firme, contra a reforma neoliberal que estava em curso - basicamente a Emenda Constitucional nº 19 e a Emenda Constitucional nº 20. Assim, as reformas avançaram no período 98/2000 e, quando assumimos, o governo Fernando Henrique estava muito perto de concluir essa reforma. A medida central para viabilizá-la seria a transformação dos professores e servidores públicos em empregados regidos por normas de direito privado. E, com isso, com a privatização das relações de trabalho, os obstáculos legais da transformação das universidades em organizações sociais estariam sendo já removidos. Portanto, era uma cartada decisiva do governo Fernando Henrique viabilizar

essa reforma.

Logo que nós assumimos, em 2000, o primeiro documento político que escrevemos foi sobre a reforma do Estado que estava em curso e sobre o significado da mudança do regime de trabalho para o futuro da universidade pública brasileira. Portanto, a greve respondeu a uma necessidade de organização e de enfrentamento da universidade contra uma reforma que coarçaria a privatização da universidade. O governo havia já preparado todas as bases para viabilizar essa reforma; já não fazia concurso e contratava apenas professores substitutos. Por que o governo não fazia concurso? Porque a sua expectativa era a de que aprovaria o Projeto de Emprego Público e, daí para a frente, somente contrataria servidores regidos pelo direito privado, pela CLT. O governo não repassava recursos para investimentos nas universidades; durante todo o mandato de Fernando Henrique somente reduziu as verbas, empurrando as universidades para prestação de serviços no mercado. Enfim, as bases legais e as bases materiais estavam construídas, estavam postas, para transformar as universidades em organizações sociais de direito privado. Ele tentou fazer isso desde 1994, em 1995 sobretudo; mas sistematizou a proposta, em 1996, com a PEC 370, que ficou muito conhecida como a Proposta de Emenda Constitucional 370, que modificaria o artigo 207 da Constituição, conferindo "autonomia" às universidades. Autonomia essa que, segundo o relator da matéria, o Dep. Paulo Bornhausen, permitiria que as universidades caminhassem com os próprios pés, no prazo de 10 anos; ou seja, no prazo de 10 anos, as universidades teriam que se auto-financiar.

Portanto, o que estava em jogo era o próprio futuro da universidade pública e temos que lembrar que saímos da

greve de 98 de forma traumática, conforme disse, com uma derrota importante, naquele momento, que foi a instituição de uma gratificação por desempenho. Isso, como eu também disse, abalou a imagem do Sindicato e, portanto, o governo avaliava que poderia dar a estocada final para privatizar a universidade, ainda em 2000. O processo de crítica, de enfrentamento, os debates que promovemos o governo claramente percebeu que não conseguiria passar pelo parlamento a sua reforma neoliberal para a universidade

O governo claramente percebeu que não conseguiria passar pelo parlamento a sua reforma neoliberal para a universidade e que teria que promover a privatização por uma via transversa.



e que teria que promover a privatização por uma via transversa. Ou seja, ele teria que colocar neblina sobre os fatos políticos para que não houvesse clareza da base, dos docentes e da própria sociedade, porque o que ele estava querendo era, de fato, privatizar. Por isso é que, desde 2000, eu diria até antes disso, mas em 2000 de forma mais nítida, a principal estratégia do governo era tentar promover a privatização por meio da Reforma Administrativa.

Nós tínhamos a consciência de que aquela greve significaria muito para a universidade e que, de certa forma, ela definiria o futuro mais imediato da universidade. Quando entramos em greve, portanto, em agosto de 2001, tanto o governo quanto o movimento docente sabiam que embates estariam

enfrentando. O governo sabia que era uma cartada decisiva para viabilizar o seu projeto e nós sabíamos que teríamos que impedir essa reforma a todo custo. Um fato notável: foi todo esse embate que fizemos, em 2000 e início de 2001, o conjunto de debates promovido pelas seções sindicais, que criaram uma consciência crítica extraordinária dentro da universidade sobre o significado da Reforma Administrativa e do Emprego Público. A aparente desmobilização dos professores, que era denunciada por muitos com-

panheiros nossos, dizendo que os professores não estavam mais dispostos a lutar e queriam um outro tipo de sindicalismo que não envolvesse lutas, obviamente, era uma leitura incorreta do sentimento dos professores.

Tanto é verdade que, quando nós iniciamos a greve com os demais servidores públicos, em agosto, o número de seções sindicais que entrou no primeiro dia da greve, algo como 32 seções sindicais, não estou lembrando bem, já foi o maior início de greve da história do ANDES. Por questões obviamente econômicas, nós sabíamos que o que estava em jogo, ali, era o futuro da própria universidade. E de fato tivemos uma greve impressionante! Eu diria que, junto com a greve dos petroleiros, em 95, foi a greve mais importante que aconteceu no governo

Fernando Henrique, ainda que por motivos diferentes. Isso porque, em 95, o presidente deu um passo adiante no seu projeto de enfraquecimento dos sindicatos; e, dentro do serviço público, a greve de 2001 dos professores e dos técnico-administrativos, com ativa participação dos estudantes, produziu o oposto disso, ou seja, foi a primeira derrota do governo Fernando Henrique, anunciando que era possível derrotar aquele governo. Algo de que muita gente duvidava, achava que era melhor capitular, era melhor negociar as perdas porque, daqui para a frente, estaríamos meio que no “fim da história” do Fukuyama.

A greve de 2001 mostrou que Fernando Henrique e o seu projeto eram passíveis de ser derrotados pela luta dos movimentos sociais. O maior patrimônio dessa greve foi justamente mostrar para o conjunto da sociedade, para o conjunto serviço público, de forma mais particular, que era possível derrotar o governo e o seu projeto. É interessante lembrar que, durante essa greve, recebemos apoio de diversas entidades sindicais. Eu me lembro do dia em que conseguimos os recursos no parlamento para a greve: estávamos ali também lutando contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores do setor privado, a flexibilização da CLT; lembro da alegria dos companheiros metalúrgicos de São Paulo, químicos e de outras categorias profissionais que estavam ali no parlamento, naquele dia, também protestando. A alegria deles era justamente o reconhecimento de que os trabalhadores poderiam mudar o curso da história. Eles estavam comemorando conosco a possibilidade de mudar o curso da his-

tória naquele momento.

O balanço que eu faço da greve, portanto, é de que foi uma greve que vai ficar no registro das lutas populares e das lutas dos trabalhadores brasileiros, sobretudo nas lutas em defesa do ensino público. Conseguimos derrotar os pilares centrais, naquele momento, da política do governo. Por que derrotamos os pilares centrais? Porque, em primeiro lugar, ele não conseguiu passar o projeto de Reforma Administrativa do Estado, que era a privatização das relações de trabalho; e segundo, porque o reajuste, mesmo que muito modesto, foi um reajuste para todos os professores da carreira de 1º e 2º graus e da carreira do magistério superior. Ou seja, conseguimos manter princípios que são muito caros ao movimento dos trabalhadores, que são os princípios da isonomia e da paridade. Conseguimos manter a lógica da isonomia com os docentes da carreira de 1º e 2º graus que estão nas instituições de ensino superior federais - IFES; e conseguimos também que o reajuste fosse igual para os aposentados, algo considerado inegociável, sequer passível de ser discutido pelo governo Fernando Henrique. A idéia de paridade, para ele, era uma idéia anacrônica, que estava enterrada no lixo da história. E mostramos que não, mostramos que era possível manter também os aposentados dentro da nossa luta, mantendo os direitos iguais.

Foi excepcional, também, a coragem dos professores porque, como todos se lembram, foi uma greve extremamente retaliada. O governo agiu da forma mais brutal possível para tentar quebrar o nosso movimento, não só pela campanha sistemática de desqualificação do movimento, de acusações indevidas, feitas por órgãos de imprensa a serviço do governo, mas também quando suspendeu ilegalmente os

nossos salários por 2 meses. Os professores, com enormes dificuldades financeiras, conseguiram se manter na greve, mesmo sabendo que isso significaria prejuízos pessoais enormes. Não podemos esquecer que grande parte dos professores não têm reservas econômicas significativas; a maior parte sequer tem reservas econômicas - e lembro que foram dois meses consecutivos! No primeiro mês ainda foi possível negociar o cartão, o cheque pré-datado etc.; mas quando o salário não veio, no segundo mês consecutivo, obviamente isso criou uma dificuldade imensa.

Eu registro, nesse contexto, o papel do Judiciário, que foi de afirmação da democracia; foi extremamente positiva a intervenção do Judiciário, que não aceitou a violência do governo. O último ato do embate com o Judiciário, já em nível do Supremo, foi justamente um pedido de habeas corpus para que o Ministro Paulo Renato não fosse preso por descumprimento de decisão judicial. Isso gerou uma crise extraordinária no Estado brasileiro, uma crise entre os poderes da república. Mas o poder Judiciário se manteve firme, exigindo que o Executivo cumprisse as leis. Acho que isso foi um reforço institucional da democracia no Brasil. Diria também, como um balanço muito importante dessa greve, a solidariedade, a compreensão política dos docentes da carreira do ensino superior, que, mesmo tendo condições, de alguma forma, de encerrar a greve, não aceitaram que ela fosse concluída sem que os docentes da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus tivessem a sua gratificação equiparada à gratificação da Carreira do Magistério Superior. É a fa-

mosa isonomia entre a Gratificação de Incentivo à Docência e a Gratificação de Estímulo à Docência, algo igualmente considerado um anátema, considerado algo impossível de ser discutido pelo governo e, ao final, ainda foi obrigado a equiparar as gratificações. E os professores da Carreira de Magistério Superior se mantiveram, por um bom período, quase um mês, na greve, mesmo sabendo que, de certa forma, parte das suas demandas já havia sido contemplada, mas não aceitaram a quebra da solidariedade.

Portanto, foi uma greve com um significado político extraordinário, pela coragem dos professores e dos técnico-administrativos que se mantiveram na greve e, sobretudo, por afirmação de princípio e valores. Acho que uma história dessa greve vai ter que colocar num lugar de muito destaque a retomada de princípios e valores: princípio da solidariedade, da isonomia, da paridade... Tudo isso resgatou temas que são muito caros aos grupos de trabalhadores e certamente criou um ambiente público no país, mostrando que, de fato, o governo poderia ser derrotado.

É claro que a nossa greve não significou a derrota de Fernando Henrique, mas deu uma modesta, porém importante contribuição às lutas sociais do país, mostrando que, de fato, era possível construir uma sociedade diferente e derrotar as políticas neoliberais. E que - de fato - não havíamos chegado ao fim da história.

US: *A sua gestão se deu no período em que o ANDES Sindicato Nacional comemorou seus 20 anos de existência e luta. Que significado isso tem para o senhor como presidente, nesse período?*

RL: Sem sombra de dúvida, a experiência que eu tive na gestão do Sindicato foi a experiência política mais importante da minha vida e, segura-

mente, vai marcar toda a minha trajetória futura. Eu somente pude dimensionar a credibilidade, a respeitabilidade que o ANDES tem e o significado político do ANDES quando eu assumi a presidência do Sindicato. Obviamente eu sabia da importância do Sindicato, participava das instâncias de base desde sempre, porém nunca havia representado a entidade. Quando eu passei a representar a entidade em outros espaços - na OAB, na CUT, junto aos servidores, aos estudantes, junto às entidades acadêmicas, enfim, nas atividades gerais de representação - é que eu pude dimensionar o que significava o ANDES.

De fato, é muito impressionante a respeitabilidade, a credibilidade que o nosso Sindicato possui na sociedade brasileira. E é claro que o fato de nós estarmos comemorando duas décadas... sempre é uma data muito forte, muito marcante. Tive muita alegria ao saber que o nosso Sindicato permanecia vigoroso como um protagonista das lutas brasileiras, da luta pelo ensino público, para que de fato possamos ter uma universidade de alta qualidade, que não seja apenas uma universidade para poucos, mas que possa ser uma universidade para todos que têm um rosto humano. A nossa comemoração dos 20 anos, com todo o simbolismo que tem essa data, acho que ecoou em mim e me tocou profundamente, exatamente porque naquele momento eu conseguia, como consigo hoje, vislumbrar um futuro muito importante para o nosso Sindicato.

Nós temos uma enorme tarefa política pela frente. Nós sabemos que hoje, dos jovens que estão na idade de ir para a universidade, menos de 10%

tem acesso ao ensino superior. Se considerarmos apenas as instituições públicas, dos jovens que têm idade para entrar, ou seja, entre 18 e 24 anos, a idade "regular", obviamente todos teriam o direito; mas do contingente dessa faixa etária, entre 18 e 24 anos, hoje talvez 2% a 3% possam ir para uma universidade pública, o que coloca o Brasil entre os países mais injustos em relação ao ensino superior. Aliás, há um estudo feito pela UNICEF que mostra que o Brasil tem o sistema educacional mais injusto do mundo, considerando o desenvolvimento econômico. É óbvio que a nossa situação é melhor que a de Ruanda ou da Somália. Mas se considerarmos a renda do país, a renda da Somália, a renda de Ruanda, e compararmos com a situação brasileira, nós iremos ver que a situação do Brasil é mais injusta que a de Ruanda pela riqueza social que possui. Ou seja, a riqueza social que nós temos permitiria o acesso à escolaridade em todos os níveis muito maior do que a de que, de fato, o povo brasileiro dispõe. Portanto, a luta que temos pela frente diz respeito ao acesso, à qualidade do ensino, à qualidade da pesquisa.

E nesse momento, a luta que temos para combater a mercantilização da educação, que está produzindo um "apartheid" educacional planetário, não só no Brasil e na América Latina, é uma luta imensa. E justamente quando estávamos comemorando os 20 anos, a alegria maior era saber que a nossa entidade adquiriu maturidade, adquiriu peso político na sociedade brasileira, o que a qualifica para abrir novas jornadas de luta. Eu espero muito que, daqui para a frente, princi-

palmente com a eleição de Lula, posamos ter uma agenda política de construção muito mais acentuada. Espero que Lula não frustre; não Lula, mas o governo, a sua coalizão de governo - que não frustrem essa expectativa que a sociedade brasileira tem de construir, de fato, uma nação diferente.

Espero que o ANDES possa comemorar os seus 30 anos fazendo um balanço de que, após 2003, pudemos participar da construção de uma outra agenda, que seja uma agenda de maior grau de proposição para ampliar a oferta da educação, para melhorar a qualidade do ensino público, da pesquisa e, sobretudo, para que se tenha uma universidade que esteja à altura dos desafios da vida prática, da vida concreta que o povo brasileiro tem. Espero que a universidade brasileira seja capaz de produzir avanços nos nossos conhecimentos sobre dengue, sobre medicamentos mais simples, sobre condições de saneamento contra as verminoses ou para uma agricultura ambientalmente equilibrada, avanços para que se possa, de fato, ter escolas que ofereçam um ensino de alta qualidade para as crianças, para os jovens, os adultos.

Em suma, acho que todo esse desafio, em grande parte, vai ser - ou não - concretizado pela ação do Sindicato. Eu não acredito que seja possível construir uma universidade pública de

qualidade no Brasil sem o protagonismo da entidade sindical. Porquê? Porque temos um Estado com marcas patrimonialistas, um Estado em que os interesses das classes dominantes são extremamente bem representados, vide aí o pagamento dos juros da dívida etc., ao passo que os direitos do povo continuam sendo discutidos na pequena finança. Hoje mesmo eu estava lendo, na *Folha de São Paulo*, sobre o dilema que gira em torno de aumentar o salário mínimo em 40 reais ou aumentar a Bolsa Escola. Não se fala no dilema entre aumentar o salário mínimo e a Bolsa Escola e o pagamento da dívida, ou todo o juro da dívida, ou redimensionar o pagamento da dívida - esse dilema não está posto na sociedade.

Portanto, se quisermos ter uma agenda de fato promissora para a universidade pública, o ANDES terá que perseverar na sua luta e, sobretudo, terá que ampliar sua presença no país. Acho que todo o trabalho de ampliação, por exemplo, no setor das universidades privadas, é indispensável, porque nós não vamos mudar a educação brasileira sem enfrentar o problema das instituições privadas no país. Hoje, mais de 80% das instituições são privadas, mais de 70% das matrículas já estão no setor privado; e não há solução para as públicas sem enfrentarmos o problema das instituições particula-

res. Todo o processo de ampliação da universidade pública pressupõe uma mudança na presença do setor privado. São lutas muito complexas, árduas, áridas, pela frente e, na minha avaliação, o fato de termos comemorado 20 anos com uma consistência política, qualifica o Sindicato para enfrentar essa agenda excepcional. E eu espero muito que o nosso Sindicato mantenha a sua trajetória de um enraizamento mais profundo nas seções sindicais, em cada instituição, para que os docentes, no nosso caso, possam ser os protagonistas na construção de uma universidade democrática, algo que ainda não conseguimos construir no país, apesar de estarmos no século XXI.

US: *Levando em consideração essas reformas que o governo pretende desencadear - Previdência, Reforma Política, todo esse quadro em foco: que expectativa o senhor vê para a universidade pública no governo Lula?*

RL: Eu vejo um quadro muito contraditório. Eu tenho a seguinte leitura em relação ao governo Lula: interessa aos movimentos sociais, a todos que são de esquerda, a todos que lutaram contra a ditadura, a todos que lutaram há mais de um século atrás contra a escravidão, enfim, ao patrimônio das lutas brasileiras, interessa que o governo Lula dê certo e que se tenha, pela primeira vez na história do país, um governo que se volte para a maioria da população e para todos aqueles que vivem do trabalho. Então, no que dependesse, pessoalmente, de mim, eu faria tudo para que o governo Lula desse certo. Agora, não compartilho a visão de que para o governo Lula dar certo nós temos que ficar quietos e deixar que o governo vá resolver as nossas vidas, porque isso seria um idealismo incompatível com a nossa própria atividade política e, sobretudo, intelectual. Não podemos admitir que



Não compartilho a visão de que para o governo Lula dar certo nós temos que ficar quietos e deixar que o governo vá resolver as nossas vidas, porque isso seria um idealismo incompatível com a nossa própria atividade política.

a história seja construída dessa forma, não podemos admitir que um sindicato de professores não tenha uma leitura crítica do que é o Estado brasileiro e de que compromissos esse Estado assumiu com o capital financeiro.

Fernando Henrique, no meu entendimento, fez a seguinte aposta: vamos criar todas as condições para que o capital especulativo tenha confiança no Brasil, vamos abrir mercado, vamos criar regras favoráveis ao capital, vamos privatizar, vamos liberar os capitais especulativos de qualquer contribuição, para que o Brasil seja um país capaz de atrair e receber muitos recursos de forma muito importante; e com essa atração de recursos, Fernando Henrique avaliava que, de alguma forma, geraria um dinamismo na economia que permitiria um certo grau de desenvolvimento dentro do marco da dependência, sobre o que, aliás, ele teorizou. Desgraçadamente, é a leitura que faço hoje do discurso do Palocci e do Meirelles; isso eu já vi, inclusive, em entrevista com o próprio José Dirceu. Desgraçadamente, essa leitura ainda está presente; ou seja, de que o fator de dinamismo da economia brasileira vai ser o afluxo dos capitais externos. E eu discordo radicalmente dessa leitura! Acho que isso vai aprofundar o processo de africanização no Brasil, no sentido de irmos para a África subsaariana.

Por que o governo Lula quer fazer uma reforma neoliberal na Previdência? Eu não tenho medo de usar essa expressão porque a Reforma da Previdência, do que foi apresentado até agora, está claramente dentro dos marcos neoliberais dos Fundos de Pensão. É a primeira pergunta. Por que fazer a Reforma da Previdência em

marcos neoliberais? E a segunda: por que dar autonomia ao Banco Central, de modo que o capital financeiro tenha o controle do coração da política econômica brasileira? São duas perguntas que eu acho que temos que nos fazer. Eu creio que as respostas que vi, nas entrelinhas dos discursos do Palocci, do Meirelles e do José Dirceu, é de que essas duas medidas permitiriam que o Brasil reconquistasse a confiança do capital estrangeiro, que o dinheiro voltaria a entrar aqui. É a mesma aposta feita por Fernando Henrique e é a mesma aposta que levou o Brasil ao desastre. Eu espero que essa minha leitura esteja absolutamente equivocada. Mas não vejo outro motivo para fazer uma Reforma da Previdência que somente vai beneficiar o capital financeiro, contra o trabalho.

A Reforma da Previdência que está sendo proposta tem como pilar, como núcleo, o conceito de Fundos de Pensão. E sabemos que os Fundos de Pensão somente podem aumentar o volume dos seus capitais no mercado financeiro. Agora, o mercado financeiro cresce em detrimento do mundo do trabalho, do mundo da produção. Há uma equação incompatível, ou seja: um discurso, que eu acredito ser genuíno de Lula, é que temos que voltar a fazer com que a economia real do país cresça, que a base produtiva, as pequenas indústrias, a agricultura familiar voltem a ter um dinamismo; mas, ao mesmo tempo, faça as suas apostas no capital financeiro, porque o dinheiro dos Fundos de Pensão é um dinheiro que só cresce dentro da especulação financeira, e a especulação financeira só cresce contra o mundo do trabalho, contra o mundo da produção

- isso em qualquer parte do mundo! Portanto, temos aí uma questão das mais sérias.

E a segunda é a autonomia do Banco Central. O que significa dizer que o Banco Central define taxa de juros, define os instrumentos de política econômica, fora do Parlamento e fora do próprio Executivo? Ele tem autonomia, e cabe ao Executivo apenas fazer um balanço se agiu certo ou não? É isso que está sendo proposto! Ora, não vamos ser ingênuos. Meirelles é um representante do Banco de Boston, é uma pessoa que construiu a sua vida no setor bancário, e boa parte da sua assessoria esteve ligada ao setor financeiro. Cada vez que o país aumenta em um ou dois por cento a taxa de juros, os bancos enchem os seus cofres. Eu vejo aí um conflito ético. E o próprio Lula nos lembrava que cada ponto acima da taxa de juros significava mais mortalidade infantil, mais desemprego, mais miséria. Portanto, as orientações da política econômica, até o momento, apenas mantêm o núcleo sólido da formulação política anterior.

É claro que vamos ter que fazer um balanço considerando as dificuldades de transição. Acho que Lula assume com uma agenda que, por motivos vários, deve ser questionada, mas não vou fazer isso agora, porque seria muito extenso. Por motivos vários, Lula trabalhou uma agenda política, na campanha eleitoral, de que não haveria descontinuidade nos contratos, nos acordos e que faria uma aliança com os setores produtivos, tanto que, simbolicamente, chama para vice um empresário. Tudo isso está dentro de um marco político. Lula herda um orçamento que não foi o seu; foi o orçamento feito por Fernando Henrique e isso cria limitações, cerceamentos. Tudo isso é verdade, acho que devemos considerar a complexidade da transição. Eu avalio que, hoje, não temos

força popular, nos movimentos sociais, na organização da sociedade, para um rompimento com o Fundo Monetário. Não há meios políticos de um rompimento, neste momento, com as teias que foram sendo construídas no período, dada a forma como foi feita a campanha eleitoral. Eu não acho que é impossível, abstratamente. Acho que seria possível modificar, de uma forma muito profunda, a relação com o Fundo Monetário e com os acordos da dívida, se a campanha eleitoral tivesse tido uma outra tonalidade. Não teve. A história e o processo político continuam. Portanto, na minha interpretação, o governo Lula tem, como disse o Emir Sader, de forma magnífica, num debate que fez conosco, o governo Lula hoje tem duas almas: tem a alma do Movimento Sem-Terra, a dos sindicatos combativos, a de um Florestan Fernandes, de um Antônio Cândido, dos que lutaram contra a ditadura militar, a alma dos que se confrontaram com o pensamento neoliberal, que lutaram por outros princípios, outros valores, mas também tem a alma do capital financeiro. Que alma vai prevalecer? Porque essas duas almas são incompatíveis, elas não vão coexistir por muito tempo. A questão é: que alma vai prevalecer no futuro?

Eu acho que um primeiro teste será o orçamento para 2004. O orçamento de 2004 pode ser o primeiro orçamento de Lula. Mesmo que não haja a recuperação de uma agenda social mais forte, pelo menos poderemos ver as indicações políticas que vão ser feitas. Porque essa lógica que está posta hoje, na *Folha de São Paulo*, se vamos reduzir o aumento do salário mínimo de 40 reais, o que jogaria um pouco mais de dinheiro para Bolsa Escola, isso não pode permanecer num governo de esquerda. Isso significa tomar partido de uma dessas duas almas. Eu acho que temos que aguardar o orça-

mento. Agora, não vamos aguardar passivamente. Acho que o papel do nosso Sindicato e de outros sindicatos é trabalharmos os valores, os princípios, a agenda política, que é a agenda política da esquerda, para fortalecer o pólo da sociedade, dos movimentos sociais que querem mudanças efetivas, ou seja, que querem que o governo Lula dê certo, dentro de uma perspectiva de esquerda.

Então, acho que o nosso papel principal, hoje, é dizer: queremos e não vamos abrir mão da nossa luta por uma universidade pública de qualidade; queremos que a universidade seja para muitos, não seja para poucos. Não dá para aceitar a lógica de que precisamos alfabetizar primeiro para depois abrir a universidade, ampliar a universidade; essa é a lógica do Paulo Renato e do Banco Mundial; é a lógica que diz que os países periféricos devem ter apenas uma educação elementar, uma instrução elementar, porque não têm mais espaço numa economia mundial baseada em produtos, serviços e processos de maior complexidade. Essa lógica não dá para aceitar! Então, cabe ao Sindicato manter a sua agenda política. Agora, é claro que, no trato político com o governo Lula, acho que temos que saber que, lá, temos companheiros. Temos que ter um trato político extremamente cuidadoso, extremamente respeitoso com a história, com a trajetória das pessoas que estão lá presentes. Porque são pessoas que construíram um patrimônio de críticas e de lutas que nós compartilhamos. Obviamente não podemos ver, no governo Lula, inimigos; vamos ter que dialogar, vamos ter que debater, que refletir conjuntamente, mas não va-

mos poder abrir mão da nossa autonomia e da nossa crítica.

O horizonte do governo Lula não depende de embate dentro do governo, depende de embate na sociedade. A sociedade brasileira, em grande parte, votou em Lula pensando nas mudanças, em mudanças sociais mais significativas. Agora, para que essas mudanças sejam efetivas, é preciso que os movimentos se organizem, continuem lutando, continuem trabalhando a agenda. Eu creio que o ANDES terá um papel fundamental no debate sobre a Reforma da Previdência, pela sua qualificação e pelo fato de que temos muitos professores que estudaram e estudam a Previdência, que mostram que os números que o governo está apresentando - que são os números do governo Fernando Henrique - são números fetichizados, que não expressam a realidade; que aquilo ali é uma verdade parcial e, portanto, uma mentira, uma falsidade da situação concreta e real da Previdência.

Então, temos um papel importantíssimo a cumprir. Eu creio que impedir que a reforma neoliberal da Previdência seja aprovada pode ser um primeiro grande passo para fortalecer o movimento da sociedade, que quer que o governo Lula, de fato, abra um período de pós-neoliberalismo e não de tentar operar as contradições e, em pequenas brechas, fazer políticas diferentes. Porque isso a experiência da terceira via nos mostra que não é possível, ou seja, tentar fazer um governo de esquerda, com uma política econômica assentada nos princípios do que foi chamada de política neoliberal. É algo impossível! Ou seja: não dá para conviver com duas almas.

US: *Já faz algum tempo, observações são feitas com relação à desmobilização da categoria docente. A introdução da lógica produtivista no processo de trabalho docente pode ter contribuído muito para isso. Talvez essa vitória do Lula, venha, de alguma forma, também reforçar este afastamento. Há um clima de concessão de trégua. Como o Senhor se posicionaria nesse sentido e como o Sindicato deveria agir para mobilizar essa categoria e mobilizar esse quadro?*

RL: Na semana passada, tivemos um Fórum Social Mundial e, antes, um Fórum Mundial de Educação. Foi o maior Fórum Mundial de Educação realizamos. Esse foi o segundo que realizamos, mas dos Fóruns Sociais, seguramente esse foi o maior e talvez tenha sido o Fórum que mais propôs oficinas, debates etc. Eu creio que é verdade isso que você coloca: que o governo Lula cria um sentimento de confiança e que, portanto, agora, de alguma forma, podemos ser mais tolerantes com perdas, com dificuldades, porque esse governo nos representa. É verdade isso. Mas de outra parte, eu também vejo, na vitória de Lula, uma vontade de participação que há muito tempo eu não via. As pessoas querem fazer alguma coisa. Os professores estavam muito infelizes com o seu trabalho acadêmico, no período mais áspero das políticas neoliberais. As pessoas não estavam felizes e não estão satisfeitas com o que estão fazendo: têm turmas muito cheias, têm que trabalhar com diversas turmas, um trabalho muito aligeirado, muito corrido, e isso causa muito sofrimento à maior parte dos professores, eu acredito; o próprio papel social da universidade causa também insatisfação em muita gente.

Muita gente gostaria de ver novamente a universidade mais ativa na interação com a sociedade, com o povo e com as demandas do país. Eu ve-

Não somos iluminados, não temos a verdade, mas temos um capital político e uma capacidade convocatória, de chamamento das pessoas ao debate, que tem que ser ampliada ao máximo.

jo, também aí, um sentimento interessante, porque, de um lado, acho que é verdade que há uma posição de certa forma mais tolerante e talvez passiva em relação ao início do governo Lula. Mas, de outra parte, há uma demanda grande por participação em vários espaços. Acho que o Fórum foi exemplo disso. Creio que para o ANDES organizar, mobilizar e canalizar essa energia que está presente nas universidades, que está presente na nossa base de participação, em primeiro lugar, vamos ter que perseverar em algo que sempre fizemos: temos que perseverar no debate. O que a universidade melhor pode oferecer ao país, no meu entendimento, é ajudar a organizar o debate, a reflexão. Enfim, pensar os caminhos de maneira rigorosa, crítica, mas, sobretudo, muito comprometida eticamente, politicamente com os interesses da maioria do povo. Então, o ANDES tem um papel decisivo na organização desse debate e no chamamento, na convocação para que os professores participem do debate sobre o futuro da nação, o futuro da América Latina e dos países periféricos de uma forma geral. Essa capacidade convocatória do Sindicato tem então que ser ampliada ao máximo. Criar espaços e condições para que os professores discutam. Eu creio que, na medida em que nós fomos fazendo debate político, a participação no Sindicato vai ser crescente. Eu acho que vai ser crescente.

Tomando o exemplo da Reforma da Previdência, em seu debate político, fica claro para a maioria dos professores que essa reforma não significa perda econômica para eles. Não é esse o maior problema; esse é um grande

problema, mas não é o maior. Mas significa um projeto de nação que não rompe com as políticas neoliberais. Eu creio que os professores pensam assim: nós queremos que as políticas sociais do país, as políticas educacionais, para a saúde pública, para a agricultura, para a energia, para o meio ambiente, enfim, nós queremos que essas políticas se afastem dos marcos neoliberais. Eu vejo uma demanda enorme dos professores em buscar uma maneira de contribuir para construir algo diferente no país. Eu acho que o nosso trabalho será de organizadores do debate. Não somos iluminados, não temos a verdade, mas temos um capital político e uma capacidade convocatória, de chamamento das pessoas ao debate, que tem que ser ampliada ao máximo.

Vejo também como preocupação a nossa dificuldade, que não é de hoje, de o Sindicato de conseguir uma maior interação, maior comunicação com a base; temos que aperfeiçoar os mecanismos de comunicação com a base do Sindicato. Agora estou em sala de aula, no trabalho cotidiano, quer dizer, tenho acompanhado mais o cotidiano da minha unidade e vejo que o Sindicato Nacional não tem facilidade, ainda, de chegar ao conjunto dos professores, no que diz respeito às estratégias de comunicação. Acho que, nesse momento em que, aparentemente, existe um consenso já cristalizado - mas esse consenso não existe na sociedade - o nosso papel, como organizadores do debate, de uma intervenção pública na sociedade, tem que ser intensificado. Esse é um problema de muito tempo no Sindicato. Eu vivi isso

como Diretor - limitações enormes em nossas políticas de organização de comunicação e debate. Acho que isso, a idéia de uma presença mais ativa junto ao cotidiano, tem que ser uma obsessão para todos nós, nas seções sindicais, na Diretoria, nos GT. Acho que isso contribuiria enormemente para a criação de um ambiente de debate e de participação política.

Em síntese, é uma realidade a possibilidade de um certo conformismo, mas há uma energia, há uma demanda de participação que o Sindicato não pode desperdiçar. Temos que organizar esse debate, essa possibilidade de intervenção. E aí teremos, em 2003, novamente, bons espaços de discussão, bons espaços de luta. Acredito que os nossos debates sobre a Reforma da Previdência serão grandes debates, de grande afluência de público.

US: *O projeto de FHC para a Educação ia claramente na direção dos ditames da OMC, isto é, a Educação como uma mercadoria. Na abertura do Fórum Mundial da Educação, vimos o Ministro Cristovam Buarque conclamando os professores a contribuir para o ensino, com grande ênfase para a erradicação do analfabetismo e nós estamos vendo em que bases isto está sendo encaminhado. Como o senhor avalia os primeiros passos do governo Lula no que tange à Educação?*

RL: Em relação à política educacional do governo Lula, penso que não temos, ainda, muitos elementos para fazer uma avaliação mais rigorosa. Abstratamente, se qualquer um de nós for indagado sobre a importância e a prioridade de trabalharmos a alfabeti-

zação, obviamente qualquer pessoa vai concordar com isso. Agora, o encaminhamento feito, até este momento, para a política de alfabetização, no meu entendimento, é absolutamente débil, frágil. Não temos experiência de outros países que corroborem a estratégia que está sendo utilizada. E qual a estratégia central? Ampliar a alfabetização do povo brasileiro, não por dentro do sistema de ensino, mas fazendo com que o sistema de ensino busque estratégias alternativas. Por trabalho do voluntariado ou por trabalho de produtividade, você recebe x reais por cada alfabetizando. Essas estratégias não funcionam. Porque, tanto a alfabetização quanto a educação elementar, numa sociedade complexa como a que vivemos hoje, requerem a inserção das crianças, dos jovens e dos adultos num sistema de ensino público de qualidade. Não vejo saída, hoje, no país, se não há forte investimento no ensino público de qualidade e no fortalecimento institucional do ensino público.

Campanha é algo que tem bom efeito publicitário, mas o efeito prático é desastroso. Campanhas como "universidade solidária" foram piores do que o antigo Mobral do governo militar. Na "universidade solidária", algo como 15% dos atingidos foram alfabetizados. Agora, você letrar a pessoa, no primeiro letramento, e isso não ter continuidade, daqui um ano essa pessoa é novamente uma analfabeta, porque, se ela não tem o uso prático da linguagem, perde essa habilidade que ela adquiriu. É uma política que tem seus pressupostos em bons valores humanos, porém, em termos de política educacional, é muito ruim. Ademais, quem são esses jovens que vão

ser atingidos pelo projeto de alfabetização? São jovens que, em grande parte, entraram na escola pública, mas foram excluídos da escola pública. Por quê? Por que a escola pública encontra dificuldades materiais - com essa política irresponsável de municipalização - extraordinárias! Então, a "fonte de excluídos pela escola" não melhora, se não melhorar o ensino público. É uma política que não tem suporte no mundo real.

Ademais, a idéia de contrapor ensino básico e universidade, conforme disse anteriormente, é uma política que vem sendo implementada na América Latina, na África e no sul da Ásia, por inspiração e condicionalidade do Banco Mundial. De fato, é prever para os países periféricos uma desconexão de uma economia mais sofisticada. Portanto, ainda que seja muito prematuro fazer um julgamento, uma avaliação da política educacional pretendida pelo governo Lula, os primeiros passos terão que ser repensados muito profundamente.

US: *Retomando uma idéia da questão, sobre essa dificuldade que a direção do Sindicato tem de se articular mais com a base. Há algumas acusações que nos deixam, às vezes, até irritados, quando se escuta que o Sindicato se tornou uma máquina burocrática, infiltrada de idéias políticas estranhas, dominada por correntes políticas, que cada vez mais agudiza essa distância em relação à base. Como o senhor se colocaria diante de questões desse tipo?*

RL: A avaliação de que o Sindicato tenha se burocratizado, burocratizado sua vida política, não se coaduna com os fatos. Fizemos, em 2001, uma greve de um conteúdo político extraordinário, em condições adversas, em que os professores tiveram que mostrar a confiança política, ética na sua entida-

de. Isso não seria possível se fosse um Sindicato burocratizado, jamais seria possível. Primeiro, jamais teríamos organizado uma luta desse tamanho, a partir da base; jamais teria havido uma adesão tão grande de instituições e do número de pessoas que participaram da greve, quer dizer, que efetivamente estiveram em greve; jamais isso aconteceria num Sindicato burocratizado. Então, não há correspondência com os fatos. Se cotejarmos esse discurso com os acontecimentos que vivemos, nos últimos anos, não vamos encontrar correspondência real. Eu creio que as pessoas que estão fazendo essa análise, estão fazendo uma análise equivocada do que vem acontecendo com as universidades.

Existe problema de mobilização, claro que existe. Existem problemas em relação à interação do Sindicato com a base. Temos que ter sempre humildade e sabedoria de ver as nossas limitações. Há limitações parciais. Uma delas já coloquei: acho que a nossa política de diálogo com a base tem que ser aperfeiçoada. As nossas seções sindicais, por mais esforço que estejam fazendo, devem procurar formas de estar mais com os professores, visitar mais departamentos e percorrer mais a universidade. Algumas seções conseguem fazer muito bem isso, outras têm mais dificuldades, não por incompetência ou descompromisso dos dirigentes, mas pelas condições materiais da universidade, que é outro ponto que eu gostaria de aprofundar.

Agora, a despeito dessas dificuldades, não podemos esquecer que existem limitações e cerceamentos postos pela realidade. Os professores, hoje, têm mais de um terço de sua remuneração como gratificação de produtividade, então os professores têm que estar correndo atrás dos indicadores de produtividade. Vem sendo instituído um novo ethos acadêmico que pri-

vilegia o produtivismo e isso está quase no nosso DNA hoje; e a gente se culpa de não ter publicado x artigos, num determinado tempo, mesmo que a gente saiba que, desses artigos, talvez um deles tenha muita relevância, mas o segundo já não tem tanta, pois é mais uma retomada de aspectos da primeira reflexão etc.; mas ainda assim internalizamos um produtivismo, a noção de produtivismo. Isso é algo grave. E não por acaso Chomski diz que as políticas neoliberais produziram cicatrizes no cérebro; de certa forma, acho que isso é verdade. Incorporamos muitos desses elementos, e isso afasta os professores da vida coletiva; não é só no movimento docente; da vida coletiva na universidade. Qualquer um de nós, em qualquer departamento, vai falar assim: bom, hoje o meu departamento não é o que era há dez ou quinze anos atrás. Há quanto tempo não se faz, em cada um dos nossos departamentos, uma boa reflexão sobre o currículo, sobre as estratégias pedagógicas que estamos utilizando, sobre os projetos de pesquisa sob a nossa responsabilidade? A universidade perdeu muito do seu espaço público e é claro que também o movimento sofre com isso. Seria uma ingenuidade tapar os olhos numa situação real. Mas eu insisto que esse novo funcionamento da universidade produz contradições que permitem, por exemplo, a construção de uma consciência política como a que levou à greve de 2001.

Vejo que estamos num momento de inflexão disso. Esse modelo produtivista de universidade, num país periférico, tem tais limites - tem tais limites! - que produz na maior parte dos professores a idéia de que o melhor

caminho, para ele, não é ser um empreiteiro acadêmico. Primeiro, pelas demandas públicas que ele tem como compromisso; a maior parte dos professores tem a educação como um bem público, mas, materialmente, também não tem espaço para isso. É muito diferente eu pensar num capitalismo acadêmico, na Universidade de Harvard, que tem um orçamento de 19 bilhões de dólares, que é maior do que toda a educação pública brasileira, dos municípios à universidade. Somar todo o dinheiro gasto na educação pública brasileira dos municípios, dos estados, União, da pré-escola à pós-graduação, isso dá algo como 50 bilhões de reais, ou seja, é bem menos do que 19 bilhões de dólares. Uma única universidade americana tem 19 bilhões de dólares de orçamento. Então, você ser um empreiteiro acadêmico numa universidade que tem 19 bilhões de dólares significa uma coisa; e você ser um empreiteiro acadêmico numa universidade de um país periférico é radicalmente outra.

A busca de saídas coletivas, a busca de saídas que modifiquem para melhor a universidade, eu ainda creio que será a saída perseguida pela maior parte dos professores. Acho que essa crítica é uma crítica equivocada, mas não é um equívoco de conhecimento, é um equívoco que tem um acento político. Não é um equívoco no sentido de que eu estou enganado ou fiz uma leitura errada da realidade; é uma leitura interessada politicamente, que tenta desfocar os problemas centrais e que, em última instância, acaba apostando que a organização autônoma dos trabalhadores não é a melhor saída para os nossos problemas. Por isso, é uma leitura que tem um interesse político, que é, obviamente, um motivo de embate, inclusive

dentro do próprio Sindicato.

US: *Na atualidade, que observações o senhor faria sobre as relações do nosso Sindicato, o ANDES- SN, com a CUT?*

RL: Nós nos filiamos à CUT após um longo debate interno. Foi um processo muito discutido. Havia forças, na época, representadas pelo antigo Partido Comunista Brasileiro, pelo PC do B, que defendiam o nosso pertencimento a uma central alternativa à CUT, que era a CGT, o movimento chamado CONCLAT. Outros setores, na época, grande parte deles ligados ao Partido dos Trabalhadores, entendiam que devíamos fazer uma central com características do novo sindicalismo. Eu creio que muitos dos professores, mesmo sem filiação partidária, mas que construíram o ANDES como uma entidade autônoma, crítica, combatente, uma entidade capaz de se auto-financiar, de não aceitar nenhum tipo de atrelamento com o Estado etc., entenderam que a melhor alternativa de construção política era forjar a Central Única dos Trabalhadores, porque justamente a CUT foi formada com base nesses princípios que chamamos genericamente de novo sindicalismo. Portanto, o pertencimento do ANDES à Central é um pertencimento muito esclarecido, objeto de muitos debates, causou apreensão em parte da nossa base, mas creio que, com o passar do tempo, ficou claro para o conjunto da categoria que foi uma decisão acertada e correta.

O nosso problema com a CUT - eu não diria que é um problema, mas as nossas questões políticas com a CUT diz respeito às concepções sindicais. O ANDES compartilha quase que integralmente dos princípios que fundaram a CUT, mas não compartilha de algumas mudanças que foram feitas, sobretudo na década de 90, meados



O ANDES, muitas vezes, é acusado de ter uma relação conflituosa com a CUT. Eu não diria que é uma relação conflituosa, mas é uma relação de muito debate e de muita reflexão, exatamente porque a CUT sofreu modificações e inflexões políticas importantes.

da década de 90. Nós temos divergências bastante fortes em relação à possibilidade de nós termos a Central com o papel de um sindicato orgânico; nós temos divergências em relação à idéia de formação, por exemplo, de um "sindicatão" dos servidores públicos ou de um ramo dos servidores públicos, que apagasse as especificidades e particularidades do trabalho da nossa categoria docente; e temos divergências com relação aos procedimentos adotados pela Central. Mas todas essas divergências se dão dentro de um patamar político do funcionamento democrático da Central.

Portanto, o ANDES, muitas vezes, é acusado de ter uma relação conflituosa com a CUT. Eu não diria que é uma relação conflituosa, mas é uma relação de muito debate e de muita reflexão, exatamente porque a CUT sofreu modificações e inflexões políticas importantes. Ela, há bastante tempo, adotou uma perspectiva de análise da realidade, do que estava acontecendo, que os nossos textos de conjuntura não corroboram. As idéias de que estaríamos entrando num novo período de uma nova revolução científica e tecnológica, de que a flexibilização do trabalho é um fato inevitável, de que o grande problema dos trabalhadores é o problema de qualificação e que temos, pois, que investir na requalificação; de que não há problemas de sermos financiados ou de que a principal fonte

de financiamento seja o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que são verbas vindas do Estado com isso não temos acordo.

A nossa leitura de conjuntura não concorda com esse posicionamento, que é majoritário na Central. Então, por isso, o Sindicato tem tido uma relação de debate intenso com essas forças majoritárias. Mas isso não quer dizer que o Sindicato não se sinta CUT. Ao contrário, nos momentos decisivos, nos momentos agudos, em que, por vários motivos, a própria direção da Central não conseguiu mobilizar o setor privado, quem saiu em defesa dos trabalhadores do setor privado contra a flexibilização do trabalho, por exemplo, foram os sindicatos dos servidores públicos, e o ANDES esteve muito à frente nisso. No momento decisivo de embates no Parlamento, para que a flexibilização não fosse votada, houve momentos em que tivemos que impedir a votação só com os servidores públicos; e o ANDES participou e organizou essas lutas.

Somos CUT, nos sentimos cutistas, mas não abrimos mão do nosso posicionamento crítico em relação a uma leitura que a Central faz hoje, que é predominante, de que o mundo do trabalho está em dissolução. Não acreditamos nisso. Acho que, ao contrário, a idéia de que o mundo do trabalho permanece é a centralidade da vida política dos movimentos sociais e que

devemos fortalecer a institucionalização dos direitos do trabalho. Isso é algo que, para o ANDES, eu diria que é sagrado. Isso fica claro, agora, com a questão da Previdência, em que declarações foram feitas de maneira muito precipitada em relação a questões como isonomia, paridade; foram feitas declarações muito infelizes de Diretores da Central a respeito desses temas. Então, certamente teremos um debate bastante acalorado, mas vejo isso como um mérito do ANDES e um mérito da CUT, ou seja, a possibilidade de termos esses embates só é possível porque temos uma Central que representa, hoje, o melhor do sindicalismo brasileiro, que é a CUT.

US: *O senhor como intelectual, hoje um dos mais reconhecidos no campo de educação, como se posiciona sobre o papel de um pensador, de um intelectual e a sua militância sindical, a partir da sua experiência de sindicalista?*

RL: Todos que estamos no movimento docente somos intelectuais. Eu acho que o movimento docente produziu um pensamento crítico sobre a universidade, sobre diversos campos do conhecimento, que é referência política, que é referência acadêmica em todas as áreas. O movimento docente esteve presente na reflexão sobre a 8ª Conferência de Saúde, que mudou muitos marcos conceituais. O movimento docente vem formulando, vem teorizando questões importantíssimas e, sobretudo, ele criou espaços para que intelectuais que não participam do movimento docente tivessem o seu pensamento colocado em circulação; e isso sempre foi uma marca do nosso movimento. Nós sempre dialogamos com pessoas que estão produzindo conhecimento com o maior vigor e com a maior qualidade científica, e colocamos em circulação e em debate. Sempre ti-

vemos esse espaço e o movimento fez questão de trabalhar isso na obra de Florestan Fernandes, que foi uma referência chave para pensarmos no nosso projeto de universidade. Nós estivemos e estamos em debate, em diálogo com o trabalho feito por um Roberto Romano, por uma Marilena Chauí e tantos outros intelectuais importantes no país. Nós temos dado acolhida à reflexão teórica produzida na universidade e temos colocado novas perguntas e novas questões para que haja um ambiente de discussão, de reflexão, na universidade brasileira. Portanto, utilizando uma idéia de Gramsci, de que um intelectual é antes de tudo um organizador da cultura, eu acho que os militantes do movimento docente são, no sentido forte da palavra, intelectuais.

E não é casual que grande parte dos professores que estiveram e estão no movimento docente sejam pessoas que contribuem com as suas áreas, sejam pessoas respeitadas academicamente, sejam referência nas suas respectivas áreas. Eu acho que isso tem acontecido em diversas áreas. Justamente porque há uma concepção do movimento docente de que, para fazer ciência, não basta fazer pesquisa. Eu posso fazer muita pesquisa e não ser um cientista. Eu creio que, desde o início, o movimento docente tem afirmado o seguinte: precisamos produzir conhecimento com o maior rigor científico possível. No entanto, esse conhecimento não é um fim de si mesmo, ele é um meio. Um meio para quê? Para nós mudarmos o real. O movimento docente tem chamado a atenção da universidade para o fato de que o trabalho científico não se completa, não se realiza, se não nos perguntarmos

sobre essas duas questões: a produção do conhecimento enquanto meio e enquanto fim.

A universidade positivista, a universidade produtivista, muitas vezes se preocupa muito com os registros do conhecimento como meio, ou seja, quantos artigos eu publiquei etc. etc., mas não se preocupa com a relevância social disso. E com relevância social, não estou dizendo que temos que produzir conhecimento pragmático, não é isso; é conhecimento que tenha possibilidade de explicar o real e não se contentar se ele está de acordo com determinado método ou procedimento metodológico. Isso é um mal, é má ciência. Em qualquer campo do conhecimento se faz boa ciência quando explicamos o real para poder interferir no real, seja na natureza, seja na sociedade independente. E o movimento docente tem tentado trabalhar essa concepção mais articulada, mais orgânica de produção do conhecimento.

Eu avalio que os militantes do movimento docente estão prestando um bom serviço para a qualidade acadêmica da universidade brasileira. Isso, independente da questão da titulação, que eu acho que é um problema que tem que ser avaliado e discutido em sua concretude, porque nós não podemos falar na qualificação em geral da universidade brasileira se 90% dos cursos de doutorado estão no eixo Sul-Sudeste. Eu não posso abstrair isso da realidade. Ou seja, o professor da Universidade Federal do Acre ou da Federal de Roraima, ou do Amapá, tem dificuldades extraordinárias pelas condições políticas e materiais; assim como tínhamos professores que não puderam se qualificar porque, de fato, não havia nem a área de conhecimento dele com possibilidade de fazer

pós-graduação. Então, temos uma situação muito heterogênea no fato de termos uma universidade nova e desigual. Nós temos uma pós-graduação que está muito concentrada em algumas poucas universidades, seis ou sete universidades devem ter 90% das matrículas de doutorado. Temos essa situação real, material, que vem dificultando a pós-graduação formal.

Mas, de outra parte, esse quadro vem sendo modificado, em grande medida, pela ação organizadora dos intelectuais que estão no movimento docente. Eu não tenho dúvida de que existe - infelizmente o Fernando Henrique destruiu - mas existia um programa de qualificação docente, em grande parte por pressão, por críticas, por demandas organizadas do movimento docente. Nós sempre fomos muito a favor da qualificação; tanto que a carreira dos professores que nós defendemos é uma carreira que tem como um dos princípios estruturantes a qualificação formal. Mas nós não queremos trabalhar essa questão de forma abstrata, em tese, porque sabemos que para os professores se qualificarem, são necessárias condições materiais, e essas condições, infelizmente, não estão asseguradas.

A crítica à produção intelectual dos professores que estão no movimento docente é uma crítica muito antiga dentro da academia, dentro da ciência. O que é o melhor critério de verdade para o conhecimento? É a ressonância explicativa para o mundo real? Ou é o próprio método? Os positivistas dizem que o próprio método é o critério de verdade. E nós temos colegas e companheiros que entendem que todos aqueles que estão produzindo conhecimento, que estão preocupados com o meio, mas que estão preocupados,

também, com os fins, não fazem boa ciência. Ora, eu vejo exatamente o oposto disso!

US: *Para concluir. Que mensagem o senhor gostaria de registrar aqui e encaminhar aos seus companheiros que hoje militam na diretoria do Sindicato?*

RL: Acho que a mensagem que me foi passada quando eu assumi o Sindicato Nacional, por vários companheiros, por vários militantes. Nós temos um patrimônio político importantíssimo que está materializado numa entidade chamada ANDES Sindicato Nacional. Essa entidade encarna um patrimônio político extraordinário, que foi possível ser construído por muitas lutas, pela participação de companheiros que dedicaram o melhor de suas vidas para construir esse movimento. Portanto, nós temos o peso de uma responsabilidade que é enorme todos nós. Para essa Diretoria, e para as futuras, eu diria que nós (temos que nunca perder de vista a responsabilidade que temos em relação a essas lutas do passado, em nome das lutas do futuro). Ou seja, do que precisamos fazer para que o país possa ter de fato uma universidade de alta qualidade, capaz de produzir conhecimento com relevância social, não só para o Brasil como para a América Latina, para a África, para que possamos interagir com outros povos.

Temos uma longa estrada pela frente, e essa longa estrada tem exigências para ser trilhada. Ela não pode ser trilhada de qualquer forma, não será aberta de qualquer forma; ela precisa de ação deliberada, organizada, senão nós não vamos abrir os caminhos que possibilitem um futuro diferente para a universidade brasileira. A construção desse futuro depende em grande parte da força e da qualificação ética e política que nós podemos dar aos nossos mandatos, como Diretores. O futuro da

universidade brasileira depende, em grande parte, da força do ANDES; e a força do ANDES depende, em grande parte, da dedicação, do empenho e do espírito militante de cada pessoa que está com a responsabilidade de representar essa entidade extraordinária.

É a mesma mensagem que me passaram. Ou seja, temos aí uma entidade de grande importância, de grande relevância e temos que manter essas lutas do passado, com a força que elas tiveram em outros períodos, ampliando essa força. Mas para isso precisamos sempre nos manter com base nos princípios que historicamente deram feição ao ANDES Sindicato Nacional.

Eu faço uma avaliação extremamente positiva da Diretoria atual. Acho que é uma Diretoria que vem mantendo o melhor da tradição do nosso Sindicato, da postura ética, crítica, combativa, qualificada, de intervenção no cenário político. Avalio também que vai ser uma gestão, já está sendo uma gestão, com desafios diferentes. Precisaremos de muita sabedoria para podermos lidar com esses novos desafios. É muito diferente, na minha avaliação, ser Diretor numa gestão Lula de ser Diretor numa gestão Fernando Henrique. A diferenciação política era muito clara, o ANDES tinha uma posição clara para a universidade e o governo Fernando Henrique tinha posição clara para outro projeto de universidade e sociedade. O quadro agora é muito mais complexo e acho que isso vai exigir muita sabedoria.

Antônio Ponciano Bezerra é professor doutor na Universidade Federal de Sergipe, 2º vice-presidente da Regional NE-III do ANDES-SN e editor da revista **Universidade e Sociedade.*

***Janete Luzia Leite é professora doutora na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1ª vice-presidente da Regional RJ do ANDES-SN e editora adjunta da revista **Universidade e Sociedade**.*



Venezuela: quem tem medo da democracia na América Latina ?

Carlos Walter Porto Gonçalves

Em recente pronunciamento feito em Buenos Aires, reiterado em Santiago do Chile, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a injustiça social tem sido um convite permanente a soluções autoritárias, na América Latina. Poderíamos dizer que a democracia liberal, também, tem contribuído para a desmoralização da democracia, na medida que apela para instituições formais dissociadas das profundas e injustas estruturas sociais que reinam aqui entre nós. Esquecer dessa relação enquanto cientistas sociais é estar faltando com um mínimo de rigor científico. Sabemos que,

na Europa e mesmo nos Estados Unidos, as instituições liberais foram instituídas a partir de processos revolucionários e, portanto, com ampla participação popular. Essas revoluções não caíram do céu e, sim, tentavam resolver problemas bem mundanos, como as elevadas taxas e impostos que a Inglaterra tentava estabelecer contra sua então colônia, os Estados Unidos, assim como a Revolução Francesa, teve entre suas primeiras medidas, a reforma agrária e a abolição das dívidas dos camponeses. O que ali foi instituído se esclarece quando consideramos o seu processo instituinte.

Ao observarmos a enorme crise que atinge as democracias liberais, perguntamo-nos se não devemos caminhar na direção de uma radicalização democrática muito mais do que tentar implantar em outros lugares as instituições que estão em crise mesmo onde são apresentadas, como se, lá, tivessem dado certo. As últimas eleições nos Estados Unidos são um bom exemplo dessa crise, quando sabemos que a contagem de votos de determinadas jurisdições eleitorais foram proibidas porque o Juiz Eleitoral era indicado pelo partido a quem não interessava a contagem de votos, o que mostra que um dos pilares da democracia liberal, as eleições não têm contemplado a vontade dos eleitores e, sim, dos partidos. As últimas eleições francesas também mostraram como um candidato com apenas cerca de 20% dos votos, na primeira volta, conseguiu se eleger com mais de 80%, na segunda volta, porque se construiu um consenso contra o outro candidato de extrema direita. Assim, a sociedade francesa vai ser governada, nos próximos 7 anos, por um Presidente que, na verdade, cerca de 60% dos franceses não desejariam. A França vai ser governada por um contra Le Pen e não por um candidato eleito por sua positividade. Invoco esses dois exemplos com a preocupação de não nos deixarmos levar por uma crítica ao que se passa entre nós, na América Latina, com um olhar que não emana da realidade de onde deveríamos partir para buscarmos as soluções democráticas para os graves problemas que nos afetam. Insisto, invocar os princípios da democracia liberal, ignorando as circunstâncias históricas de sua invenção, assim como sua crise atual é estar contribuindo para agravar a crise social e política que vem nos atingindo na América Latina.

Enquanto, nos países europeus e

nos EEUU, a idéia de que todos os cidadãos são iguais foi relativamente universalizada para os nacionais (o que não deixa de ser uma contradição, mas que não é aqui o lugar para ser esclarecida pela exigüidade de espaço), na América Latina, a colonialidade do poder sobreviveu ao colonialismo, na medida que uma elite branca e crioula, que não ultrapassava 10% do total da população quando da independência, continuou mantendo a escravidão e a servidão indígena e negra ainda por bom tempo. Mesmo após a abolição da escravidão e da servidão de negros e indígenas, as estruturas de poder continuaram marcadas por forte componente de desigualdade social e racial. Não olvidemos que, nos Estados Unidos, os constituintes, logo após a independência, buscando uma solução para uma representação no parlamento que quantitativamente expressasse a força política dos latifundiários escravocratas do sul do país, chegaram à cínica idéia de que cada negro seria considerado como 3/5 de um branco para efeitos de contagem dos votos. Relembremos, ainda, que Tuissant de L'Overture, líder da Revolução haitiana, alertara os franceses que a idéia de que todos os homens são iguais deveria valer também no Haiti. Tudo indica que o medo do haitianismo continua

ainda presente nos dias atuais.

O que se passa hoje na Venezuela é mais um momento dessa história de moderno-colonialidade que tão bem marca a constituição do sistema-mundo que vivemos desde 1492. A Venezuela é uma sociedade que passa, de fato, por um momento revolucionário, no sentido preciso de um momento histórico em que grandes transformações nas instituições políticas estão se passando. Ali nos vemos diante de um processo revolucionário nas condições especiais de um momento de hegemonia das instituições liberais, em escala mundial. Isso tem enorme significação na medida que a Venezuela está sob os olhares interessados dos meios de comunicação de massas que são, eles mesmos, protagonistas dessa mesma ordem liberal, em escala global. Talvez não haja, em todo o mundo, um país onde o papel dos meios de comunicação de massas seja politicamente tão ativo como na Venezuela. Sem sombra de dúvidas, os meios de comunicação de massas se constituíram em verdadeiros partidos políticos, na exata medida que o processo constituinte de 1999 quebrara os mecanismos tradicionais de reprodução das relações de poder na Venezuela.

A grande dificuldade que se observa na Venezuela, por parte daqueles que vêm tendo seus interesses tradicionais atingidos, é que Hugo Chávez optou por regras democráticas formais, como a convocação de uma constituinte, processo esse que tem propiciado que novos atores venham à cena política. O fracassado golpe de 11 de abril de 2002 foi de fato revelador

Os golpistas mostraram que a única coisa que têm em comum é o "Fora Chávez" e que nenhum consenso há em torno do que deve ser feito para tirar a Venezuela da crise, sobretudo social.

Todo o clima político que se vive hoje na Venezuela tem que ser visto em perspectiva histórica, particularmente a que se passou nas duas últimas décadas, quando a corrupção e a miséria aumentaram significativamente.

do que atualmente se passa na Venezuela. Foi o povo pobre das favelas, de Caracas sobretudo, que, com o uso de celulares e de pequenas motocicletas, se mobilizou, convocando cada um para se concentrar não só junto ao Palácio Miraflores mas também cercando as redes de comunicação, para recolocar Chávez na Presidência. Por outro lado, os golpistas mostraram que a única coisa que têm em comum é o "Fora Chávez" e que nenhum consenso há em torno do que deve ser feito para tirar a Venezuela da crise, sobretudo social, em que se encontra. Bastou a primeira medida do governo golpista para que se desfizesse o mínimo consenso entre eles.

Muitos têm invocado o caráter populista e caudilhista de Hugo Chávez para tentar desqualificar a revolução democrática e popular que se processa na Venezuela e que vai muito além de Chávez, não nos enganemos. Quem conhece minimamente a história da América Latina, e da Venezuela em particular, sabe o quanto esses conceitos sociológicos nos são úteis. Para isso, é preciso considerar que esses conceitos expressam relações sociais e não vontades pessoais, isto é, não basta que alguém queira ser paternalista, ou populista ou clientelista para que se torne um populista, ou se tenha o clientelismo ou o caudilhismo. É preciso que existam condições sociais, historicamente constituídas, para que tais relações se materializem. E sabemos o quanto o paternalismo, o caudilhismo e o clientelismo são relações assimétricas de poder que repro-

duzem relações de dependência e, assim, mais do que relações de direito - cidadania - operam com relações de favor. E aqui é que o papel de Chávez, na revolução bolivariana, tem se destacado, na medida que seu carisma tem sido um verdadeiro atrativo, sobretudo para a as camadas pobres da população. De fato, a Venezuela vê diante de si as modernas tecnologias de marketing de televisão aplicados à política, disputando a hegemonia política contra o velho carisma que Max Weber tão bem descreveu.

Todo o clima político que se vive hoje na Venezuela tem que ser visto em perspectiva histórica, particularmente a que se passou nas duas últimas décadas, quando a corrupção e a miséria aumentaram significativamente, o que levava, inclusive, a massacres por parte de governos hoje invocados como democráticos, como o de Caracazo, de 1989, e, ainda, as tentativas de golpes de estado, como aquele em que se envolveu o próprio Hugo Chávez, em 1992. Não há, no nível de polarização política que se atingiu na Venezuela, que se acreditar que somente um dos lados do conflito opera com regras típicas de guerra, como espionagem e agressões. O próprio golpe de 11 de abril, sabe-se, foi arquitetado pelas elites que se sentem prejudica-

das, com seus meios de comunicação e com sabido apoio do governo dos Estados Unidos. Uma verdadeira Comissão da Verdade, tanto invocada para apontar os responsáveis pelas mortes do 11 de abril, deveria ser capaz, também, de apontar os responsáveis por aquele frustrado golpe e levá-los a julgamento.

Nunca foi tão forte a participação popular na história da Venezuela como nos 3 últimos anos. Para isso, sem dúvida, foi fundamental o processo constituinte iniciado em 1999, processo esse incompreensível se não considerarmos o verdadeiro caos institucional em que o país havia sido mergulhado por esses mesmos atores que hoje invocam a necessidade de que haja instituições liberais, sem reformas sociais e sem protagonismo popular. Tudo indica que são as virtudes de Chávez que incomodam seus detratores e não seus defeitos. Para seus detratores, Chávez permaneceria no poder caso não mexesse na questão da terra, não propiciasse que, primeira vez na história, as populações indígenas tivessem direito à demarcação de seus territó-



rios, não instituiu uma nova lei para a pesca, não mexesse no petróleo nem na minoria daqueles que, até aqui, só têm se beneficiado dessa riqueza que deveria estar servindo a todos os venezuelanos e de fonte de financiamento para um outro modelo de desenvolvimento sustentado para o país. E mais, por insistir que na Venezuela não só há uma Constituição que deve ser respeitada mas, principalmente, que essa Constituição contém uma série de prerrogativas que estimulam o protagonismo popular, como o Capítulo IV - De los derechos políticos y del referendun popular, Artigo 62 ao Artigo 74, em destaque.

Essas, sim, parecem ser as verdadeiras razões que mobilizam os que querem Chávez fora do poder. Os defeitos de Chávez, tudo indica, são pretextos para que não se leve a cabo o que a grande maioria de pobres do país quer que seja feito e vê, em Chávez, o líder possível para fazê-lo, nas atuais circunstâncias históricas.

A Venezuela deve servir de lição para todos os países da América Latina cujas sociedades, sobretudo seus setores mais pobres, vêm apontando para a necessidade de superação da crise a que foram lançadas pelas políticas des-democratizantes e des-nacionalizantes (Quijano, 2000) que se puseram em curso, nos últimos anos na América Latina, sob o comando de suas próprias elites e com total apoio de instituições multilaterais como o BIRD, BID, FMI e OMC. Mas não olvidemos que a Venezuela é somente uma das caras possíveis dessas muitas tentativas de superação da crise que já estão em curso, de que o caso colombiano é, talvez, o mais antigo. O povo brasileiro com Lula, o povo equatoriano com Gutierrez, o povo venezuelano com Chávez já conseguiram avançar uma peça importante na correlação de forças desse complexo tabuleiro de

dezes político, assim como apontam os indígenas e camponeses mexicanos, com os zapatistas, os camponeses e indígenas bolivianos com Evo Morales, e os indígenas e camponeses colombianos de Cauca com Floro Tunubalá, assim como os múltiplos movimentos sociais que reinventam a sociedade argentina hoje.

Por tudo isso é que, diante da crise dessa democracia débil, como chama Boaventura de Souza Santos, devemos exorcizar, definitivamente, o fantasma da busca de soluções autoritárias. Entretanto, mais do que uma democracia liberal, devemos radicalizar a democracia ou, se se preferir, democratizar a democracia, até porque, até aqui, ela tem servido muito mais a uma minoria e, com isso, para desmoralizar a própria idéia de democracia. Afinal, se o conflito é parte das relações sociais em qualquer sociedade que seja, que busquemos, nas múltiplas formas de organização societária que a humanidade já desenvolveu, e não só na Europa, outras formas de resolução de conflito que não sejam aquelas já desgastadas formas de democracia liberal que os europeus inventaram e que as mentes coloniais, incapazes de pensar a partir de sua própria realidade, teimam em querer nos impingir.

A Venezuela experimenta todo o significado de uma revolução democrática com forte protagonismo popular, o que pode ser atestado pelo aumento do número de Círculos Bolivianos, que são comitês populares que

se reúnem por bairros e bairros para discutir o presente e o futuro político do país. São esses Círculos Bolivianos que estão se contrapondo à contra-revolução comandada pelos meios de comunicação de massas na Venezuela. A velha questão entre representação e apresentação popular vem se colocando nas ruas das diferentes cidades venezuelanas.

Há mais do que chavismo e anti-chavismo, a que a lógica midiática vem tentando reduzir a rica e tensa experiência da Venezuela. Ali se joga uma riquíssima experiência onde se tenta superar os impasses da democracia representativa, combinando democracia representativa com democracia direta, como referendun, plebiscitos e outras formas que estimulam o protagonismo popular. Tudo indica que o perigo maior para aqueles que se apegam a uma lógica democrática formal, como a liberal, é que essa experiência venezuelana, que tanto aprendeu com as derrotas e as tentativas autoritárias vindas da esquerda, possam dar certo e servir para a tão necessária reinvenção democrática de que o mundo urge.

* **Carlos Walter Porto Gonçalves** é doutor em Geografia; Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF; Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil); é autor de diversos artigos e livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, sendo os mais recentes: - "Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad", ed. Siglo XXI, México, 2001; "Amazônia, Amazônias", ed. Contexto, São Paulo, 2001; "Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades" - capítulo do livro "La guerra Infinita: hegemonía y terror mundial" Sader, E. e Ceceña, Ana Esther (orgs.), Clacso, Buenos Aires 2002; Ex-presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB (1998-2000).



Urbanismo e história: pelo resgate do concurso de Brasília

*Aline Moraes Costa*¹

Apresentação

Sob vários aspectos, um silêncio marca ainda a história do urbanismo brasileiro: o concurso de Brasília (1957). Tal descoberta não só me assombrou na condição de arquiteta que sou, mas também pelo fato de que um ícone da história brasileira, a construção da capital federal, não ter sido analisado e tampouco documentado anteriormente.

Desafio aceito, meu trabalho, durante três anos, visou resgatar os planos pilotos apresentados no concurso de Brasília e estudar a influência do urbanismo, dito moderno, nesses proje-

tos. As dificuldades foram grandes. Infelizmente, como muito tempo se passou, desde o concurso, sem que houvesse uma preocupação com preservar esse material, os originais não foram encontrados, nem publicações referentes a eles, restando-nos realizar um levantamento documental por meio de depoimentos e *croquis* feitos pelos arquitetos participantes ou pessoas diretamente ligadas a estes.

Tal situação realçou a importância de um estudo cujo foco estivesse centrado na sistematização e análise preliminar dos projetos apresentados. Inicialmente, abordamos o contexto do concurso, suas exigências, seus organizadores, os jurados e os resultados. Em seguida, sistematizamos as informações de cada plano piloto, partindo da identificação por meio de sua classificação, equipe, documentos disponíveis, iconografia e referências bibliográficas. Como desdobramento, elaboramos uma introdução em que destacamos particularidades e principais obras dos participantes da equipe, en-

trevista, relação dos planos com o edital e as teorias urbanas vigentes e, finalmente, comentários dos principais pontos do memorial descritivo. Ao longo da pesquisa, reproduzimos, sempre que possível, a parte escrita referente aos relatórios, assim como a parte icográfica.

O material pesquisado foi reunido num volume de 620 páginas². Impossibilitados de realizar uma síntese rápida de um material tão extenso, procuramos aqui ressaltar os aspectos do contexto histórico da competição. Esse artigo visa revelar ao leitor as circunstâncias envolvidas no concurso de Brasília, desenvolvendo um relato que ambienta a criação da comissão responsável pela elaboração e julgamento do concurso, descreve os participantes e a eleição dos melhores planos pilotos, projetos que mereceram destaque na narrativa. Finalmente, esse texto avalia alguns pontos da repercussão desse momento rico e único para a história do urbanismo brasileiro. Afinal, numa época em que poucos se formavam arquitetos e engenheiros, o total de 26 concorrentes engajados em criar uma cidade onde nada existia reúne uma síntese inigualável da formação urbana de uma época.

Uma análise do urbanismo brasileiro não poderia deixar de recorrer às idéias que nortearam a criação de Brasília. Decorridos 46 anos do concurso, evidencia-se a importância desse como retrato do pensamento urbanístico, no qual foi concebida a cidade. Consideramos importante o posicionamento de cada arquiteto, ou grupo deles, ao planejar uma cidade do futuro, uma capital, com suas aspirações e respostas aos problemas comuns às cidades contemporâneas. O resultado dessas aspirações é visível em Brasília, as diferenças e as possibilidades apresentadas nos vários planos apontam soluções importantes a serem observadas.

A Novacap, o edital e o júri

O Concurso do Plano Piloto de Brasília, em 1957, traduziu, entre outras coisas, o desejo nacionalista e determinado de um presidente, Juscelino Kubitschek, por realizar a antiga idéia de construir uma capital administrativa, apoiado por uma convicção modernista que Brasília ajudou a propagar. A idéia da mudança da capital do Brasil já fora aventada pelos Inconfidentes, em 1798. No entanto, é a partir da Proclamação da República, em 1889, que a aspiração da criação de uma capital administrativa tomou mais força. Em 1891, foi incluído, na Constituição, o dispositivo que reservava uma área para esse fim, definindo sua localização no Planalto Central, em Goiás. Foi enviada para essa região uma Comissão Exploradora (Missão Cruls), organizada com a função de delimitar especificamente uma área conveniente para esta implantação e estudá-la em seus aspectos geográficos.³

Apesar de todas essas tentativas de transferência, somente em abril de 1955, com o fim da era Vargas, essa idéia começou a se concretizar, quan-

Numa época em que poucos se formavam arquitetos e engenheiros, o total de 26 concorrentes engajados em criar uma cidade onde nada existia reúne uma síntese inigualável da formação urbana de uma época.

do finalmente se determinou a mudança da capital.⁴ A área foi definitivamente delimitada (5850 Km²) e seus limites coincidiram com as indicações feitas, anteriormente, pelas pesquisas da Missão Cruls. Em dezembro de 1955, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal transformou-se em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, presidida pelo Marechal José Pessoa, da qual faziam parte os arquitetos Affonso Reidy e Burle Marx, autores de uma proposta que sugeria um convite a Le Corbusier, arquiteto franco-suíço, para a realização do trabalho de projeto e construção da cidade - semelhante a Mont Saide, em 1936.⁵ O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), por meio de vários artigos, demonstrou o interesse dos arquitetos brasileiros na discussão a respeito da mudança da capital. Foi constituída uma comissão de arquitetos, entre eles Reidy, Saldanha, Modesto, Niemeyer e Oliveira Neto, para representar esse interesse frente ao Conselho Diretor do órgão central. Dentre as sugestões e reivindicações, endereçadas posteriormente ao Presidente da República, estavam: o princípio de um concurso público nacional; a constituição de uma comissão para o Concurso, responsável pela elaboração de um edital; um júri com representantes internacionais como, por exemplo, Walter Gropius, Richard Neutra, Percy Marshall, Max Lock, Alvar Aalto, Clarence Stein, Le Corbusier e Mario Pané.⁶ A realização de um concurso nacional se mostrou mais condizente com o plano nacionalista do presidente Juscelino Kubitschek que assumira o poder em 1956. Juscelino deu prioridade ao empreendimento, o qual realizou com mérito, apesar de seu governo e sua pessoa serem atacados e criticados como faraônicos (Couto, 2001, p. 64-71).

Em 18 de abril de 1956, a antiga Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal é dissolvida e, em seu lugar, organiza-se a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), cabendo sua direção a Israel Pinheiro, tendo o arquiteto Oscar Niemeyer como responsável pelo Departamento de Arquitetura, o qual também idealizaria a proposta de um concurso para a escolha de um plano piloto para a construção de Brasília.⁷ Ficou estabelecido também que caberia a ele a realização dos edifícios mais representativos da cidade (sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).⁸

As condições básicas para a apresentação do anteprojeto, no Concurso Nacional para o Plano Piloto da Nova Capital, foram publicadas no Diário Oficial, do dia 30 de setembro de 1956. No Edital, para o concurso era dada liberdade de participação a pessoas domiciliadas no país e portadoras de licenciatura em arquitetura ou engenharia. Para o plano, pedia-se um traçado básico da cidade, a localização das principais instalações e um relatório justificativo. Além disso, havia a possibilidade de apresentação de mapas de estudos de zonas (agrícola, urbana), de cálculos de abastecimento em geral, de indicação de progressão da cidade e de indicações quanto ao estatuto das leis de uso do solo. O prazo estabelecido para a entrega era de 120 dias. Havia mapas à disposição, alguns deles em escalas menores, sugerindo áreas a serem ocupadas pela



parte urbana. Posteriormente, foram acrescentados dados como a localização dos edifícios já determinados pela Novacap (Sede dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), assim como a localização do aeroporto, as possíveis estradas de ligação e a ocupação urbana de 500.000 habitantes. Tais condições foram severamente criticadas, alegando-se a pouca especificação dos dados e nenhum compromisso com a construção do projeto classificado em 1º lugar (cf. entre outros, BRUAND, 1991, pp. 354-355). Os questionamentos estenderam-se também à escolha dos representantes do júri, na medida em que poderiam ser pessoas influenciadas por Oscar Niemeyer. Tais situações levaram arquitetos como Reidy e Moreira a se absterem da participação no concurso, apesar da demissão de Niemeyer do posto de vice-presidente da Novacap.⁹

O júri foi composto por um representante inglês, Sir William Holford, assistente e consultor do Ministério de Alojamento e Planificação e do Departamento Colonial da Grã-Bretanha, um dos responsáveis pelo plano regulador de Londres e pelo projeto de reestruturação no Picadilly Circus; um francês, André Sive, consultor do Ministério da Reconstrução e Moradia; um norte americano, Stamo Papadaki que, juntamente com o arquiteto Oscar Nie-

meyer, representava o departamento de urbanismo da Novacap; o representante do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), Paulo Antunes Ribeiro; o engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante da Associação dos Engenheiros; assim como o presidente da Novacap, Israel Pinheiro da Silva (sem direito a voto).

As prioridades que orientaram o julgamento dos projetos foram direcionadas, principalmente, à localização e zoneamento das áreas, à articulação de vias entre elas, ao caráter de destaque dos edifícios administrativos e à identidade do projeto em relação ao crescimento da cidade. Apesar de serem considerados relevantes, o júri pouca importância deu aos estudos estatísticos, afirmando que se tratava de um julgamento de idéias e, segundo eles, informações que mostrassem além disso seriam desnecessárias, nessa primeira fase. Outro fator relevante foi o tempo; Juscelino precisava concluir essa obra até o final do seu mandato, pois, supostamente, qualquer outro governante não daria a ela a mesma prioridade que ele. Esse aspecto afetou diretamente a construção de Brasília, desde o início; o Edital do Concurso e a Ata da Comissão Julgadora evidenciam isso, elencando prioridades segundo uma preocupação de realização imediata, sob determinações políticas.

Entretanto, tais pressões, apesar de limitarem um estudo mais aprofundado dos projetos, garantiam a concretização do empreendimento (cf. Couto, 2001, p. 52-71).

Os planos pilotos apresentados e o resultado final

Foram apresentados 26 projetos, no Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital Federal, na seguinte ordem:

Plano nº1: Carlos Cascaldi, arquiteto; João Vilanova Artigas, arquiteto; Mário Wagner Vieira da Cunha, sociólogo; Paulo de Camargo e Almeida, arquiteto.

Plano nº2: Boruch Milman, engenheiro; João Henrique Rocha, arquiteto; Ney Fontes Gonçalves, arquiteto.

Plano nº3: Jorge Wilhelm, arquiteto.

Plano nº4: Reduto Engenharia e Construções S.A.

Plano nº5: Eurípedes Santos, engenheiro arquiteto.

Plano nº6: Alfeu Martini, engenheiro arquiteto.

Plano nº7: José Otacílio de Saboia Ribeiro, engenheiro.

Plano nº8: Marcelo Roberto, arquiteto; Maurício Roberto, arquiteto.

Plano nº9: Ricardo Brasília Paes de Barros Schroeder, engenheiro.

Plano nº10: Rubem de Lima Dias.

Plano nº11: Oswaldo Corrêa Gonçalves, arquiteto.

Plano nº12: Joaquim Marciano Guedes, arquiteto; Liliana Marsicano Guedes, arquiteto; Carlos Millan, arquiteto; Domingos Azevedo, arquiteto.

Plano nº13: João Batista Corrêa da Silva.

Plano nº14: Inácio Chaves de Moura.

Plano nº15: Flávio Amilcar Regis do Nascimento, arquiteto.

Plano nº16: Pedro Paulo de Melo Saraiva, arquiteto; Júlio José Franco Neves, arquiteto.

Plano nº17: Rino Levi, arquiteto; Roberto Cerqueira César, arquiteto; Luiz

Roberto de Carvalho Franco, arquiteto.

Plano nº18: João Kahir.

Plano nº19: Edgar Rocha Souza, arquiteto.

Plano nº20: José Geraldo Cunha Camargo, arquiteto.

Plano nº21: Pedro Paulino Guimarães, arquiteto.

Plano nº 22: Lúcio Costa, arquiteto.

Plano nº23: Marcelo Rangel Pestana, engenheiro; Hérman Ocampo Landa, arquiteto; Vigor Artesi, arquiteto.

Plano nº24: Henrique Ephin Mindlin, arquiteto; Giancarlo Palanti, arquiteto.

Plano nº25: José Marques Sarabanda, arquiteto.

Plano nº26: Milton C. Guiraldini, arquiteto (Construtécnica S.A. Comercial e Construtora).

No resultado final foram classificados os seguintes projetos:

Primeiro classificado: Plano nº22 - Lúcio Costa

Segundo classificado: Plano nº2 - Boruch Milman, João Henrique Rocha e Ney Gonçalves.

Terceiros classificados: Plano nº8 - Maurício Roberto e Marcelo Roberto. Plano nº17 - Rino Levi, Roberto Cerqueira César, Luiz Roberto de Carvalho Franco (os jurados acharam por bem classificar dois projetos em terceiro lugar, eliminando uma quarta colocação).

Quintos classificados: Plano nº1 - Carlos Casacaldi, João Vilanova Artigas, Mário Wagner Vieira e Paulo de Camargo e Almeida. Plano nº24 - Henrique Ephin Mindlin e Giancarlo Palanti. Plano nº26 - Milton C. Guiraldini (Construtécnica S.A. Comercial e Construtora).¹⁰

O júri considerou que a capital administrativa deveria ser diferente de qualquer outra cidade, para "expressar a grandeza de uma vontade nacional". Sua principal característica deveria ser a administração, para onde todas as



funções deveriam convergir.

Realmente, esperava-se que alguns projetos tivessem inspiração racionalista, mas foi grande a surpresa ao se revelar que todos os projetos separavam as atividades de habitação, circulação, trabalho e lazer.¹¹ A influência de Le Corbusier era evidente. A grande maioria dos projetos trabalhava a definição de setores, a liberação de espaços livres, o tipo célula que subentendia o crescimento, simetria, regularidade. Porém, apesar das semelhanças genéricas, as diferenças entre eles eram notáveis.

O júri elaborou um resumo de suas apreciações (cf. *Módulo*, 1957, pp.13-16). No plano piloto nº22, de Lúcio Costa, criticaram a localização bem específica, mas concluíram ser esse o único projeto que possibilitava a organização de uma Capital Administrativa do Brasil. Foi julgado como simples, porém claro e organizado, com a devida colocação dos edifícios dos poderes governamentais.

Sobre plano piloto nº2, de Boruch Milman, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves avaliaram dificuldades quanto ao crescimento da população e quanto à localização das vias, dos hotéis e do centro comercial. Atraente localização das habitações nas penínsulas e densidade bem calculada.

As torres com 300 metros de altura e altíssima densidade do plano piloto nº17, de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luiz Roberto Carvalho Franco inviabilizavam grande parte do projeto.

Arelado a isso, o caráter de valorização dos edifícios de apartamentos em relação aos governamentais parecia uma inversão da ordem natural de uma capital administrativa.

O plano piloto nº8, dos M.M.M. Roberto, foi julgado controlador e plausível de ser convertido em qualquer outra cidade, não somente numa capital administrativa. A separação dos edifícios governamentais também não foi bem recebida pelo júri, entretanto, esse foi o plano que apresentou os melhores estudos quanto à utilização de terra e financiamento.

O plano piloto nº24, de Henrique Ephim Mindlin e Giancarlo Palanti, segregava os operários e as indústrias e demonstrava dificuldades com a disposição dos Ministérios, segundo o júri. O projeto foi considerado bem dimensionado e com boa densidade.

O plano piloto nº1, apresentado por Carlos Cascaldi, João Vilanova Artigas, Mário Wagner Vieira e Paulo Camargo e Almeida, apresentou, segundo o júri, monotonia nas zonas residenciais e os Ministérios não apareciam em destaque. A densidade foi considerada baixa, porém com uma boa resolução para a área rural.

Finalmente, o plano piloto nº26, da Construtécnica S.A., oferecia dificuldades quanto à ligação dos edifícios até as vias principais e possuía ausência de caráter de uma capital administrativa. O júri resumiu esse projeto como um bonito modelo de uma aldeia agrícola.

Foram registrados em atas os procedimentos e os pareceres da comissão julgadora. Dos 26 trabalhos apresentados, 4 dias depois, foram selecionados 10 deles. Os arquitetos estrangeiros estudaram então esses 10 projetos isoladamente, enquanto o restante do júri se reunia periodicamente. Foi proposto e apoiado que se separasse um dia em que todos os participantes da comissão julgadora fizessem seus estu-

dos individuais e, posteriormente, discutissem suas conclusões em grupo. Segundo o relatório de Paulo Ribeiro, isso não ocorreu, posto que, no dia marcado para essa reunião em grupo, os representantes internacionais chegaram com suas resoluções já tomadas, que “coincidiram” com as decisões finais.

O arquiteto Paulo Antunes Ribeiro não concordou com o resultado final da classificação dos projetos, anexando à ata final da comissão julgadora um relato das reuniões onde se avaliaram o projeto. Argumentava que, em uma hora de avaliação dos projetos, já haviam sido definidos 10 trabalhos classificados, deixando evidente sua contrariedade em relação aos critérios usados na avaliação desses trabalhos, enunciando claramente que nem sequer todos os relatórios dos projetos classificados foram lidos pelos participantes do júri. Conclui então que os participantes estrangeiros haviam dado a escolha final. Segundo ele, a seleção dos planos foi realizada num tempo “record” de, apenas, dois dias e meio. Paulo Ribeiro votou na classificação dos 10 projetos primeiramente escolhidos de maneira igualitária, acrescentando-se o 11º plano, dos arquitetos

*A escolha de Lúcio Costa foi
certeira, justa e corajosa.
Embora fossem explícitas as
ligações de Papadaki com
Niemeyer e deste último
com Juscelino.*

tos Joaquim Guedes, Lílina Marsicano Guedes, Carlos Milan e Domingos de Azevedo, para que uma equipe formada pelos diversos autores elaborasse um projeto único. Essa proposta foi negada pelos outros participantes do júri.

A repercussão

Depois desses acontecimentos, o mundo do urbanismo deparou-se com um dos maiores canteiros de obras da época para as suas teorias e críticas. Nas palavras de Peter Hall sobre o projeto vencedor e o procedimento do júri: “... premiou um dos mais vastos exercícios urbanísticos do século XX ...” (Hall, 1995, p. 254). Até mesmo os que eram contra a mudança da capital manifestaram sua surpresa em relação ao plano escolhido, como é o caso de Mário Pedrosa. Segundo ele, apesar das condições do Concurso, a escolha de Lúcio Costa foi certa, justa e corajosa. Embora fossem explícitas as ligações de Papadaki com Niemeyer e deste último com Juscelino, a escolha de Lúcio Costa foi óbvia e brilhante. Mário comenta sua insegurança em relação ao Concurso. Mostra-se contra o governo, mas admirado com o projeto de Lúcio Costa (cf. Pedrosa, 1957, p.15).

A repercussão do concurso e da construção de Brasília ganhou cunho internacional rapidamente. Tal fato pode ser avaliado através do Congresso Internacional de Críticos de Arte, realizado em Brasília, em setembro de 1959. A senhora Aline Saarinen documentou e publicou, em formato de livro - “Brasília e a Opinião estrangeira”, 1960, tal repercussão, por meio do relato de uma série de opiniões publicadas posteriormente no *New York Times*. Algumas colocações refletem claramente o deslumbramento que a prática do urbanismo moderno causara, como é o caso do jornalista francês Louis Guérande: “Brasília é a associação do gênio francês, o qual também con-

cas se fizeram presentes por intermédio de nomes importantes como o do crítico de arte Bruno Zevi: “Não podemos pré-fabricar uma cidade e depois adaptar o povo nela... O centro monumental de Brasília sufoca a vitalidade da cidade. É uma cidade de Kafka.



cebe esse espaço, através do gênio brasileiro, associados na metamorfose de um mundo que já se temia não tivesse esperança”. E ainda, do escritor e Ministro da Cultura da França, Andre Malraux, que coloca Brasília como uma das grandes perspectivas da arquitetura moderna, desconhecidas ainda para o atual século. Compara o empreendimento com o mundo Helenístico, ao considerar Brasília uma ressurreição do lirismo arquitetônico. Para ele, Lúcio Costa coloca a arquitetura a serviço da nação. Cita ainda o Centro Rockefeller como outro exemplo de tais virtudes (*Brasília e a Opinião estrangeira*, 1960).

Também podemos elencar algumas observações feitas em relação ao trabalho físico que Brasília despendia. Nas palavras do crítico de arte Ricardo Averini: “O que me impressiona é a força do povo”. E segundo Ernest Goldschmidt: “O que chama atenção é o esforço humano e desumano para sua realização”.¹²

Como não poderiam faltar, as críti-

quanto à arquitetura, é monumental em um sentido negativo, porquanto na sua maioria, foi concebida nos moldes da perspectiva da Renascença, contraria a concepção de tempo e espaço” (*ibid*, p. 70).

Considerações finais

A Capital Federal, contudo, nasceria com formas bem diferentes, tivesse sido outro o vencedor do concurso de Brasília: torres com 300 metros de altura, cidade rural, capital polinucleada, uma Brasília eclética, um povoado voltado para o lago. Apesar das diferenças e divergências aparentes, a concepção urbana dita moderna imperou tranqüila no concurso de Brasília. Embora essa teoria já estivesse sendo revista pelos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), a criação de uma “cidade do futuro” não poderia deixar de mencioná-la. Algumas equipes seguiram, passo a passo, a sistematização feita por Le Corbusier e a *Carta de Atenas*, outros a abordaram como uma referência obrigatória ape-

nas para menção. Mas, na verdade, todos os planos pilotos pesquisados, com exceção de um, o de Saboya Ribeiro, citam a *Carta de Atenas* com maior ou menor ênfase.¹³

Outra dúvida sempre permeou os bastidores do concurso de Brasília: o resultado teria sido fraudado em favor de Lúcio Costa? Essa questão foi aventada por vários concorrentes na época. Nas entrevistas que realizamos com esses candidatos, ficou claro que, para alguns, isso será um dilema jamais resolvido, mas para o conjunto, de uma maneira geral, a escolha de Lúcio Costa foi a mais adequada, senão óbvia.

É certo que muitos projetos desenvolveram pontos que poderiam ser grandes e diferentes contribuições à cidade de Brasília, no entanto, como pesquisadora, tenho a tendência de concordar com o nosso ilustre jornalista e crítico à mudança da capital Mário Pedrosa: não importam quais as associações políticas ou burocráticas que tentaram privilegiar Lúcio Costa. Não importa se houve fraude ou não. Um projeto como o dele ofuscou o brilho dos demais. Era, mesmo para leigos, o melhor (cf. Pedrosa, 1957, p.15).

Notas

1. Aline Moraes Costa é arquiteta e mestra em História da Arte pela Unicamp. É professora de História da Cultura e da Arte do IPEP (Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa).

2. Tal volume trata-se da dissertação de mestrado em História da Arte - (Im)possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal - realizada pela autora, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Unicamp, defendida em setembro de 2002

3. Em discurso na Assembléia Constituinte de 1891, Tomás Delfino afirma que as aspirações do Estado e a vontade nacional não poderiam chegar aos Poderes Legislativo e Executivo aprisionadas numa grande cidade, se encontrassem diante de si a formidável barreira de multidões que um instante de paixão faz tumultuar (cf. Pinheiro, 1957, p.4).

4. Na era Vargas podemos identificar um retrocesso no que diz respeito à mudança da capital: "Apesar de estudos anteriores e até da placa do centenário, até o local volta a ficar indefinido. Vargas, pessoalmente, não era favorável à transferência. Mas, no seu governo democrático, iniciado em 1951, acabará colaborando com o projeto, como se verá. Circunstâncias políticas, pressões, pragmatismo." (Couto, 2001, p. 47).

5. Le Corbusier chega a mencionar um provável convite, onde o Brasil haveria pedido a ele conselhos por ocasião da edificação da sua nova capital. Desde 1927, Le Corbusier evidencia seu interesse em participar da construção dessa capital; em sua carta a Paulo Prado, de 18 de dezembro de 1927, ele afirma: "Já há muito tempo eu não tenho o prazer de encontrá-lo. Eu falava sobre o senhor outro dia com Legér e na última primavera com Cendrars que deve (se acreditarmos na lenda) estar novamente no país das serpentes de 12 metros. Eu tenho a vaga intuição de que ele está acabando de cercar o terreno de Planaltina para poder organizar uma sábia especulação quando nós começarmos os trabalhos da nova cidade." (Santos, *eti alii*, 1987, p.42.)

6. Para maiores detalhes cf. Acrópole, nº 210, 1956; *Acrópole*, nº 211, 1956; Penna, 1957.

7. Segundo Israel Pinheiro, presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a crise pela qual passava o Brasil necessitava de medidas expansivas, que diminuíssem a diferença de distribuição de riquezas entre o litoral e o interior, e que servissem de impacto para "despertar o interior prostrado por tantos anos de sofrimento" (Pinheiro, 1957, pp. 3-8.)

8. "É incontestável que certos aproveitamentos políticos foram os principais responsáveis sobre a escolha presidencial ter recaído em Niemeyer: o arquiteto brasileiro mais famoso, homem dinâmico e moderno" (Goulart, 1957, p. 20). A fama de Niemeyer provinha, principalmente, do seu projeto para Pampulha (cf. Couto, 2001, pp. 75-84).

9. Para maiores detalhes, ver *Arquitetura e Engenharia*, 1956, pp. 26-28; Roberto, 1956, pp. 31-32.

10. O projeto escolhido em 1º lugar teve aprovação de todos, exceto por Paulo Antunes Ribeiro, que se apoiava na falta de critério na apresentação e na avaliação dos projetos (Ver para maiores detalhes: *Brasil Arquitetura Contemporânea* nº10, 1957, pp. 32-35. *Habitat* nº40, 1957, pp. 1-3.).

11. À maneira da *Carta de Atenas* de Le Corbusier de 1941, escrita para relatar as discussões do 4º CIAM, Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna; para maiores detalhes ver ARGAN, 1995; FRAMPTON, 1996; KOOP, 1990; SANTOS, *eti alii*, 1987.

12. A publicação *Brasília e a Opinião Mundial* - vol.IV aponta uma série de nomes dos participantes do Congresso Internacional de Críticos de Arte que manifestaram sua opinião em relação ao projeto e à construção de Brasília. Eles estão separados de acordo com os continentes e seus respectivos países. Acharmos por bem elencar alguns deles aqui para que a informação dada fosse a mais completa possível.

13. No ensejo de estudar formas de abordar o fenômeno das novas cidades e promover a nova arquitetura, organizam-se os CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). O sucesso desses encontros será marcante na história do pensamento urbanista do século XX. O 4º CIAM, realizado em 1933, terá como um de seus resultados a *Carta de Atenas*, manifesto de Le Corbusier sobre as teses apresentadas no referido congresso. A *Carta de Atenas*, publicada em 1941, em Paris, buscou sintetizar orientações ao urbanismo dito funcionalista/racionalista, tais como: a necessidade do planejamento urbano imposto pelo crescimento e complexificação das cidades; a proeminência dos interesses coletivos sobre os da propriedade privada; a urgência da industrialização de componentes e da padronização das construções, para atender o crescimento da demanda por habitações e edificações; a importância do estabelecimento de controles para o tamanho e a densidade das cidades; a necessidade das áreas verdes, entre outros. Na cidade, a habitação é alçada à condição de elemento primordial do empreendimento arquitetônico. Os princípios contidos na *Carta* apontavam para a possibilidade de determinações passíveis de serem aplicadas em qualquer lugar. Analisavam-se as "necessidades humanas", segundo quatro funções essenciais: habitar, trabalhar, recrear-se e circular; desconsiderando-se, contudo, as diferenças sócio-culturais inerentes às diversas sociedades (Bruand, 1991).

Referências Bibliográficas

ACRÓPOLE. O IAB e a nova capital. São Paulo, nº 210, abr., 1956.

_____. Reivindicações feitas pelo I.A.B. ao

presidente da República relativas à nova Capital Federal. São Paulo, nº 211, maio, 1956.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995, 709 p.

ARQUITETURA E ENGENHARIA. Belo Horizonte, nº 42, nov./dez., 1956.

BRASIL ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA. Concurso da nova capital: nota do júri e da companhia urbanizadora sobre o resultado do concurso. Rio de Janeiro, n. 9, p. 64-67, 1957.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1991, 398 p.

COSTA, Aline. *(Im)possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso da nova capital federal*. Campinas, 2002. 619 p. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*, Rio de Janeiro: Record, 2001, 399 p.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 470 p.

GOULART, Ferreira. Artes plásticas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1957, p.20.

HABITAT. Número especial sobre Brasília. São Paulo, n. 40-41, mar./abr., 1957, p. 1-29.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1988, 556 p.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel-Edusp, 1990, 253 p.

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: Edusp, 1993.

MÓDULO. Edição especial: Brasília, a nova capital do Brasil. Rio de Janeiro, nº 08, jun., 1957.

PEDROSA, Mário. *Arquitetura brasileira moderna*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1957, p. 15.

_____. Lúcio Costa, vitória de uma idéia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1957, p. 7.

PENNA, J. O. de Meira. O Brasil Constrói uma Nova Capital. *Módulo*, nº 7, fev., 1957.

PINHEIRO, Israel. Uma realidade: Brasília. *Módulo*, nº 8, p. 2-5, jun., 1957.

ROBERTO, Marcelo. Sobre a nova capital. *Arquitetura e engenharia*, nº 42, nov./dez., 1956.

SANTOS, Cecília, *eti alii*. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela - Projeto, 1987, 320 p.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Brasília e a opinião mundial*, Rio de Janeiro, v. 4, 1958, 48 p.

_____. *Brasília e a opinião estrangeira*, Rio de Janeiro, 1960, 224 p.

Os limites dos Movimentos Sociais na sociedade capitalista*

Dileno Dustan Lucas de Souza

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 1997:21).

1. Introdução

Meu propósito, neste texto, é fazer uma breve discussão, procurando dialogar conceitualmente sobre os Movimentos Sociais (MS) e sua relação com o Estado, com o intento de observar a realidade para, a partir de um ponto de vista teórico, qualificar melhor o modo de inserção e construção de uma prática que tenha como perspectiva a independência dos MS e construir dialeticamente um conhecimento capaz de interagir com a prática cotidiana e com a produção teórica. Assim, não trabalharei com questões vinculadas a particularidades de movimentos específicos e, sim, procurarei compreender sua relação com a sociedade, tendo como preocupação didática à diversidade dos MS.

2. Pressupostos de análise

Acredito que o primeiro conceito que devemos resgatar neste texto deva ser o de Estado, por entendê-lo como regulador das relações sociais. Na apresentação que faz do livro *O Estado e a Revolução*, de Lênin (1986), Florestan Fernandes aborda a necessidade de uma revolução socialista que

considere os seres humanos tais como são. Para isso, seria preciso ir direto à nossa formação histórica e demarcar as contradições polarizadas entre a sociedade burguesa e sociedade trabalhadora. Uma abordagem diferente desta, afirma Fernandes, aponta para o perigo de uma possível utopia que corre o risco de falsificação da realidade e de gerar falsas esperanças. Se “as utopias podem ser perigosas e a revolução proletária não pode entregar-se ao erro de fortalecer o inimigo encastelado por trás do poder do Estado capitalista”, há que olharmos nosso paradigma de produção da existência da forma como ele se concretiza.

Sobretudo, porque vivemos o tempo da quantidade, da medida, da geometria, modernamente qualificadas em um discurso veiculado por intelectuais coletivos que percorrem o mundo, explicando-o segundo qualidades e percepções tão sensíveis a ponto de legitimarem uma nova relação entre a humanidade e, entre a humanidade e o mundo, que, agora, podem se explorar dignamente, vender-se e comprar-se racionalmente, matar em nome da paz e criar objetos tão artificiais quanto mais naturalizada vem se tornando

a vida e a desigualdade social.

Nesse “novo mundo”, a consciência, uma instância sempre formadora do modo como percebemos o mundo, como delimitamos as “coisas”, como criamos nossos horizontes, nosso campo de observação, fazendo surgir o que, hoje, conhecemos como a história sentida e reivindicada, refaz os obetos de nossas estruturas em um novo modelo de competências globalizadas, flexíveis, multifuncionais, neoliberais...

Esta é a nossa história recente. O *locus* de um Estado, cuja formação tem constituído políticas sociais subordinadas a interesses econômicos e políticos de uma burguesia, interesses esses que renascem em momentos específicos quando se torna necessário calar as necessidades e as reivindicações dos trabalhadores. E, se o Estado tem-se tornado exatamente a expressão do antagonismo de classes, que, em nada lhe confere o tom conciliatório que pretende lhe seja imputado, se apresenta como dominador de uma classe, a classe trabalhadora, impondo a esta restrições severas e diversas. Por outro lado, também é importante que, em alguns momentos, pareça que o Esta-

do defende a conciliação inter-classes para atenuar ou evitar colisões bruscas a fim de derrotar os trabalhadores sutilmente. Quer dizer, então, que aquele Estado que se propõe a arbitrar, com imparcialidade, os conflitos decorrentes das desigualdades entre as classes sociais, realmente não existe; é mais um fetiche.

Como podemos acreditar que neste modelo de Estado aconteça a democracia? O que esperar desse Estado se não a sua concessão de escolhermos dentre os burgueses aqueles que irão nos governar? Como Luxemburgo apontou, se a democracia tornou-se supérflua ou incômoda para a burguesia, ela é, ao contrário, importante para os trabalhadores que ideologicamente assumem a perspectiva de que é possível estabelecer outras relações por dentro do Estado. Esse fetiche democrático servirá de porto seguro para garantir uma disputa marcada por vencedores e vencidos. Por outro lado, é importante que os trabalhadores se sin-

tam de alguma forma incluídos, pois, ao serem excluídos, podem se culpabilizar pelo seu próprio insucesso fruto de uma explicável “incompetência técnica”. Esta *mea culpa* social certamente ameniza a luta entre classes divididas por interesses antagônicos e reforça o forte apelo ideológico neodarwinista em que os trabalhadores são culpabilizados por sua “incapacidade” de ação, procurando naturalizar as derrotas da classe trabalhadora. Não é sem motivo que esse patamar democrático burguês ora constituído representa uma perfeita obra de submissão dos trabalhadores, pois “a democracia é indispensável, não porque torne supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, por tornar essa perspectiva necessária tanto quanto a única possível”. (Luxemburgo, 2001:101).

É assim que compreendo a atualidade de discutir os MS. Porém, sabe-se, que a organização desses movimentos se dá a partir da falta de polí-

ticas sociais, pois o Estado tem nos mostrado, ao longo da história, que tais políticas subordinam-se aos interesses econômicos e políticos da burguesia e, prioritariamente, aparecem, em momentos específicos, com o objetivo de calar tais movimentos. Porém, apesar de relevante, tal discussão, referente às políticas públicas ou mesmo referente ao Estado, não será aprofundada nesse momento. Também não pretendo debater sobre o caráter educativo dos MS, o que já vem sendo feito por Arroyo (1999), Caldart (2000) e Ribeiro (1999a), embora as reflexões estejam orientadas pelo reconhecimento de que tais movimentos sejam formadores de novos sujeitos coletivos que avançam na construção de um projeto popular de sociedade.

Entendo que a transição por que passam os MS tem como motivação a “nova” perspectiva social que levou grande parte dos movimentos a entrar em refluxo, a partir da forte investida neoliberal, que, devido ao ajuste eco-



nômico e à crescente desigualdade social, provoca sentimentos cada vez mais individualistas, levando-os a armadilhas como a tentativa de humanizar a globalização.

A aguda e sempre atual reflexão de Marx (1997) sobre as derrotas do proletariado aponta para uma conclusão comum, a de que a classe trabalhadora deve criar suas próprias instituições autônomas, pois as alianças com a burguesia e a pequena burguesia têm mostrado que os interesses de classe sempre prevalecem, criando obstáculos que, por fim, reduzirão o movimento dos trabalhadores ao fracasso.

Nesse sentido, os MS são tidos como a expressão da luta de classes, a partir das suas ações críticas e de suas reivindicações que levam ao conflito. Dessa forma, representam a necessidade de uma ação coletiva, em que está em jogo não só a subversão da ordem, mas também a disputa pela hegemonia na sociedade.

No Brasil, os anos 60, ao contrário do processo de reconstrução da Europa, foram marcados pela escuridão e o silêncio impostos pela ditadura militar em que as manifestações dos trabalhadores foram fortemente reprimidas, como, por exemplo, as greves de Osasco e Contagem, em 1968. No final dos anos 70, os MS passam a se rearticular e eclodem mesmo sob os olhares opressivos dos militares, que não tinham mais como sustentar a república devido a uma perspectiva de acumulação de capital que já não precisava da ditadura militar para manter-se. O enfrentamento do final dessa década tomou um formato (in)esperado, pois foram movimentos massivos que surgiram a partir de reivindicações de auto-organização e emancipação social, tendo como marco a greve dos trabalhadores do ABC paulista, em 1978¹.

Após o movimento de abertura nos anos 80, os MS tomaram um caráter

diferente passando a se organizar com mais intensidade, a fim de “dar conta” dos problemas sociais herdados dos anos ditatoriais. Nesse momento, os MS se fortaleceram, as discussões e a efervescência desses movimentos favoreceram à mobilização das Diretas Já e do movimento pró-Constituinte.

No caso da sociedade brasileira, as décadas de 80/90 do século XX são marcadas pela crescente onda neoliberal. Ou seja, após algumas décadas da primeira grande crise do capitalismo no século XX. “...os países industrializados experimentaram uma segunda crise, que se prolonga pela década de 80, cujas conseqüências em termos de desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e de produtividade se espalham pela economia internacional”.(Soares, 2000:11). Nesse sentido, é preciso entender que essa corrente não consiste apenas numa reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, mas dirige-se principalmente ao agonizante processo em que o liberalismo estava colocado. O que leva a crer que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, mas faz parte de uma redefinição da burguesia no campo político-institucional e das relações sociais. O que provoca na lógica do capital um outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros distintos daqueles que entram em crise a partir do final dos anos 70. Desse modo, os pobres passam a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “-pobres” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica ao modelo de acumulação flexível que substituiu o taylorismo-fordismo. No domínio do mercado, existem, “naturalmente”, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que perdem e os que ficam de fora (Soares, 2000; Fiori, 1998).

Pode-se dizer que os principais eixos de argumentação neoliberais eram a chamada liberdade de concorrência, que ficava ameaçada, bem como uma forte rejeição aos movimentos coletivos que deviam (e devem) ser desarticulados, o que nos leva a crer que,

“A onda neoliberal não é, portanto, nem uma variante, nem produto final de um desenvolvimento continuado do ideário liberal. Muito pelo contrário o neoliberalismo é resultado de um longo período de crise do mundo capitalista e de desgastes do ideário liberal. Ele representa por um lado, uma reação contra as novas concepções e propostas que abriram caminho para o planejamento econômico, o keynesianismo e as políticas de bem-estar social, e por outro, a afirmação explícita de retornos às idéias e ideais que norteiam a grande expansão industrial do século XIX.” (Ferraro, 1999:25)

Quanto à questão da desigualdade na implementação desse projeto, o que se tem percebido é um tratamento positivo e imprescindível nos moldes da sociedade atual. Pois se sabe que a proposta do neoliberalismo é de manter o Estado forte perante os MS e controlar a circulação do dinheiro, bem como diminuir os gastos sociais, desregular a economia, abrindo cada vez mais o mercado dos países pobres, desestruturando seus incipientes parques industriais e controlando a todo custo a inflação, a partir dos parâmetros do Banco Mundial(BM) e do Fundo Monetário Internacional(FMI). Porém, isso não significa que a sustentação do sistema capitalista possa prescindir da utilização de recursos públicos, pelo contrário, esses recursos são imprescindíveis ao processo de reprodução do capital, principalmente devido aos altos custos das novas tecnologias e ao acirramento da concor-

rência entre as grandes corporações. Os recursos públicos estão vinculados às condições de reprodução de cada capital particular e das condições de reprodução ampliada do sistema (Oliveira, 1996).

Dessa forma, são os MS que nos ensinam as mais importantes lições de democracia, pois sempre que se manifestam politicamente nos levam a refletir acerca da constante necessidade de manifestação e luta pela democracia e emancipação social. Nesse caso, precisamos perceber os MS como um processo histórico sujeito a leis que não só dependem da vontade da consciência nem do propósito da humanidade, mas que, ao inverso, determinam essa vontade, essa consciência, esse propósito. Pois, se o elemento consciente é subordinado historicamente, é desnecessário dizer que a base crítica, de forma alguma, terá por base a consciência crítica. Ou seja, o ponto de partida não pode, de modo algum, ser a idéia, o conteúdo subjetivo por si ou mesmo o fator exterior. A crítica deve consistir em comparar, buscar a contradição, cotejar um fato, não como uma idéia, mas com outro fato. “Para a crítica importa apenas que os fatos sejam pesquisados com maior exatidão possível e que, um em relação ao outro, representem realmente diferentes fases do desenvolvimento, assim como suas conexões devem ser estudadas com um rigor não menor” (Marx e Engels, 1995).

Com essa compreensão, um olhar mais atento impõe perguntar se a pobreza enquanto realidade inegável contribuiria no processo reflexivo para levar os MS a sair do refluxo, em decorrência de uma correlação de forças que não lhes seria favorável? Ou será que “os MS estariam caminhando em outra direção que ainda não se tornaram suficientemente nítidas nesse momento? Nesse caso, os movimen-

tos seriam sujeitos de mudanças ou pacientes da reação do capital?”, pergunta-se Ribeiro (1999a).

Assim se faz necessária tal discussão, principalmente se considerarmos a aguda crise estrutural da sociedade capitalista e se considerarmos os MS como processos e espaços educativos orgânicos da classe trabalhadora, pois ao ocuparem espaços e cenários assumem um importante papel de destaque no processo de reflexão, formação e transformação social. Por isso,

“Falar em “movimento social” é falar em algo que é inerente à própria idéia de sociedade. Visto que tudo é movimento e tudo é social. Ou seja, o natural é que o social esteja em permanente movimento. No entanto, quando falamos em movimento social, geralmente restringimos o seu sentido para ações de rebeldia social, de subversão da ordem, ações de grupos revolucionários, associando-o com algo que rompe o andamento normal e comum da vida social. Uma excepcionalidade social. Nesse contexto repressor da ação consciente e transformadora, então, os movimentos sociais (MS) podem ser concebidos como um processo de tomada de consciência dessa repressão e dessa alienação coletiva, e a tentativa organizada de rompê-la...” (Caldart, 1986:21).

Nessa direção, em alguns momentos, associamos MS e movimentos populares, por entender a relação desses movimentos com a sociedade, com o conjunto de grupos e relações sociais que não são detentores do poder eco-

nômico, nem político, que são tratados como a massa alienada da sociedade e que “abrem mão” do processo decisório de ordem social; por isso, é natural que seja dessa massa a reação mais radical e significativa no processo de modificação da ordem estabelecida.

No tocante às discussões acerca dos MS, nos anos 70, pode-se afirmar é que havia uma matriz ideológica hegemônica que era balizada no campo de discussão marxista. Nesse sentido, os MS são tidos como movimentos de classe, ou seja, movimentos que se propõem a ir além da simples perspectiva corporativa. Pois

“... o Estado procura socializar os custos de suas ações, cooptando as reivindicações populares e mantendo-as sob controle para retirá-las da influência dos partidos de massa. Ao mesmo tempo desenvolve umas políticas assistencialistas em que se destaca a criação das organizações comunitárias ou associações de moradores, como mediadoras entre o Estado e as populações dos bairros periféricos...” (Ribeiro, 1999a:119).

Desta maneira, apresenta-se a discussão das relações ideológicas presentes na sociedade. Assim, as possibilidades de ações de classe são colocadas na perspectiva da exploração e da consciência de classe numa clara conexão entre questões políticas, sociais etc.

“A categoria sociológica exclusão social surge nos anos 70, mas afirma-se principalmente nos anos 90, tendo como conteúdo a pobreza, a miséria, o desemprego, situações que evidenciam uma realidade de exclu-

Os MS têm as condições objetivas de contestar as políticas econômicas adotadas pelo Estado, principalmente se considerarmos que são organizados por coletivos humanos inseridos e vinculados aos problemas sociais.

são de processos de integração social. Penso que a categoria exclusão social não tenha potência para explicar os movimentos sociais populares enquanto sujeitos de transformações sociais que definem/redefinem o que tem sido identificado como uma realidade de exclusão social...” (Ribeiro, 1999b:137).

Os MS têm as condições objetivas de contestar as políticas econômicas adotadas pelo Estado, principalmente se considerarmos que são organizados por coletivos humanos inseridos e vinculados aos problemas sociais.

Na transição dos anos 70 para os 80, é possível notar a fragilidade crescente da ditadura militar, por um lado, e, por outro, a mobilização crescente dos MS representada pela luta dos trabalhadores. Na realidade, o reaparecimento dos MS voltados para a pressão e reivindicação de bens e equipamentos urbanos ocorreu concomitantemente ao ressurgimento da vida de militância política no país, de forma mais generalizada. Nesse caso, poderíamos exemplificar como momentos mais expressivos a greves do ABC paulista e o surgimento de outros partidos políticos, o que coloca um fim no bipartidarismo. Portanto, os MS não se apresentam na perspectiva de substituir a forma partido ou sindicato mas, ao contrário, engrossam suas redes de solidariedade e articulações. Com isso, poderíamos dizer que os movimentos foram de suma importância pedagógica para o aprendizado político das várias lideranças políticas da década de 80 e 90.

Cumprir destacar que, devido à marcante exclusão social dos MS dos processos decisórios, passa a existir uma certa sede de participação, o que acaba atraindo algumas lideranças que, há anos, estavam comprimidas, para o interior da burocracia estatal. Os MS passam então a uma nova era, que

poderíamos chamar de reorganizativa. Desse modo, os anos 80 assumem uma outra característica de luta dos MS, tomando força as lutas por moradia, por terra, por creches, por escolas etc.

“As mudanças na conjuntura política no início dos anos 80 vieram a alterar o cenário. No campo popular começou-se a indagar e a questionar o caráter novo dos movimentos populares. No campo das práticas são exclusivamente populares, iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios etc. Foram movimentos que ganharam expressão naquela época, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70. Em alguns casos, estiveram articulados à luta popular, como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminista.” (Gohn, 1997: 283)

A partir dos anos 80, os MS assumem uma nova postura, no que diz respeito à sua consolidação ideológica; com isso, praticamente abandonam a centralidade da discussão da teoria marxista e passam a buscar, no Estado, formas de compor uma nova política social². Os MS procuram intervir na sociedade, a partir de outras concepções sociais, políticas e ideológicas, considerando as questões micro com base nas leituras de Michel Foucault, Félix Guattari, Giles Deleuze, dentre outros.

Nessa perspectiva de discutir os MS, a política, por exemplo, passa a ser trabalhada a partir de pressupostos micro-sociais abandonando a discussão classista e partindo para formulações que entendo colaborar com as mazelas da sociedade capitalista, ou seja, os MS, a partir de então, na sua maioria, abraçam a teoria pós-moderna como sendo capaz de sustentar e de dar res-



postas as reivindicações particulares e individuais. O que demanda a necessidade de ampliarmos nossa compreensão desses movimentos para distinguir com clareza os espaços onde os mesmos se concretizam como sujeitos coletivos, delineando os respectivos papéis da sociedade civil e do Estado e as relações destes com os MS. (Ribeiro, 1999a). Não significa dizer que as questões colocadas pelo cotidiano dos homens e mulheres, enquanto sujeitos constituintes dos MS, não devam ser consideradas, mas que essas questões precisam estar articuladas dialeticamente a uma constante crítica no terreno macro onde elas se explicitam nas relações contraditórias que se estabelecem entre as classes sociais.

O encaminhamento das questões dos MS não pode se subordinar às perspectivas do capital, aceitando uma mediação dessas questões do ponto de vista do capital e do trabalho. A partir dessa compreensão, os MS passam

a ser vistos como cooperadores entre as classes sociais, passando a desconsiderar que "...o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes..."(Lênin, 1986:10)

As características ideológicas dos MS de meados dos anos 80 em nada se aproximam do ponto de vista teórico demarcado nos anos 70, o que parece acompanhar a direção dos ventos que vem do Norte. Assim, dizem que estão investindo em novas formas de atuação, a partir de novas abordagens a temas analisados por autores marxistas. Esses movimentos acabam assumindo características bastante flexíveis. O que é preocupante se pensarmos na lógica do trabalho para compreender a sociedade. Parece, então, que ao assumirem tais características, buscam novos conceitos e formas de análise, automatizando a relação política e ideológica com partidos políticos, sindicatos e entidades que historicamente têm assumido a liderança das mais diversas manifestações junto aos MS.

Dessa maneira, os MS se apresentam na lógica de abrir espaços para outras formas de relação social, a fim de solucionar os problemas como jamais se tinha tentado antes. "Os direitos conquistados por eles não somente estabilizam as fronteiras entre o mundo da vida e os movimentos sociais, entre o Estado e a economia, mas também constituem condição de possibilidade da emergência de novas associações"(Cohen, 1994:176. In: Gohn, 1997:139). Os MS parecem não visar um novo tipo de sociedade, nem através de suas ações provocar qualquer tipo de desconforto à sociedade capitalista; pretendem defender o direito à vida, à alimentação, a polí-

ticas sociais mínimas, sem que com isso haja qualquer ruptura, propondo-se, em alguns momentos, a se sobrepor aos partidos políticos, principalmente àqueles que programaticamente se propõem a defender os trabalhadores.

É preciso considerar o contexto em que os MS mudam seu rumo ideológico e de ação, antes de simplesmente apontar seus possíveis equívocos. O conhecimento das ações de Stalin, a desestruturação da URSS, a propaganda maciça do "fim da história", declarado por Fukuyama (1992) e baseado em Hegel, ancorados em políticas de desemprego em massa e de combate aos movimentos sindicais fragiliza os MS, perplexos diante

Os MS buscam, de forma coletiva, estabelecer uma nova perspectiva social, a partir das contradições da sociedade, procurando organizar a classe trabalhadora

de tantos desafios.

Em princípio, os MS se caracterizam pela necessidade de colocar a sociedade em movimento, ou seja, estabelecer perspectivas sociais para além das estabelecidas pelo Estado. Porém, é preciso compreender que historicamente o Estado tem demonstrado sua preocupação em favorecer o capital. Dessa forma, poderia inicialmente dizer que os MS buscam, de forma coletiva, estabelecer uma nova perspectiva social, a partir das contradições da sociedade, procurando organizar a classe trabalhadora para que suas reivindicações sejam organizadamente conquistadas, estabelecendo desse modo uma interlocução mais intensa com a sociedade, e/ou com o Estado.

"A minha última inferência reafirma o meu posicionamento pelos movimentos sociais populares que, mes-

mo mobilizados por situação de discriminação e opressão, têm como eixo básico às relações de exploração e exclusão. Penso que seja fundamental afirmar a diferença, a particularidades das questões de gênero, de raça, de sexualidade e outras, na unidade precária, por que se redefina e se rearticula das relações de exploração e exclusão. Essas velhas lutas revestem-se de novas formas, estratégias pautas que, surpreendendo por sua novidade podem repentinamente ofuscar a anciandade das relações que as mobilizam." (Ribeiro, 1999a:132/133).

Como se pode notar, os MS, aqui considerados, são aqueles que, no interior da sociedade capitalista, reivindi-

cam melhorias sociais através das mais diversas políticas públicas, seja por moradia, terra, educação, saúde etc. Dessa maneira, não basta simplesmente a conscientização dos problemas sociais, é preciso uma participação ativa e uma interação permanente que facilite a mobilização das parcelas empobrecidas da sociedade. Nesse caso, a crise social é expressão da luta ideológica e política entre grupos sociais que disputam a hegemonia, num dado momento histórico. É esse acirramento e essa explicitação de confronto que dão força às organizações coletivas dos trabalhadores.

Os MS aparecem como movimentos reivindicatórios, no interior da sociedade capitalista, definindo os limites do Estado e devem ser entendidos considerando as contradições sociais, a partir das carências e da falta de

perspectivas às quais a parcela majoritária da sociedade é submetida. Assim, os MS têm como características reivindicações que tragam melhorias à vida dos trabalhadores, a fim de gerar novas alternativas e rupturas sociais. Desse modo, será que é possível recomendar os movimentos dos desempregados e as lutas pela terra, desvinculados dos partidos e dos sindicatos?

Os MS não podem ser definidos única e exclusivamente como movimentos urbanos e, sim, como um conjunto de movimentos espalhados em todos os setores da sociedade. Tais movimentos colocam em xeque o Estado que, apesar de dizer que representa o interesse dos trabalhadores, acaba por atender às pressões da burguesia. Assim, os movimentos não podem ser vistos nem como aqueles que somente estão preocupados com reivindicações pontuais, a partir de melhorias imediatas, nem como aqueles que têm um caráter ideológico mais forte e que procuram, através de suas reivindicações, uma alternativa de Estado que tenha, nos trabalhadores, sua preocupação fundamental, o que expressa a constante luta de classes, através do repensar da hegemonia na sociedade.

“É evidente que não são todos os MS que chegam a desembocar num projeto político de classe. Mas esta é a potencialidade de cada nova ação grupal que se organiza. Alguns grupos não ultrapassam o estágio inicial de mobilização. Outros, à medida que conquistam suas reivindicações imediatas, se desintegram e retornam ao tipo de vida anterior. A trajetória, aqui apenas brevemente descrita, é longa e entrecortada, com avanços e recuos constantes, sempre obstaculizadas pela própria tradição individualista e alienada em que vivemos. O amadurecimento político do grupo e sua capacidade de racio-

nalizar a utopia concreta que o cotidiano da organização apenas esboça se coloca como o grande desafio para os novos movimentos sociais, que se multiplicam em nosso país e continente.” (Caldart, 1986:28)

Assim, entendo que os MS se constituem em organizações populares preocupadas em garantir melhores condições sociais, através da sua organização, conscientização e permanente mobilização. Nesse sentido, os MS precisam ser compreendidos como representantes históricos de seu tempo. Cabe aqui a crítica a formulações teóricas que tratam os MS como movimentos apenas conjunturais, desprezando sua perspectiva histórica e a necessidade de esses movimentos com-



preenderem a sociedade, na sua totalidade contraditória, o que os leva a um atrelamento à burocracia estatal. Quero dizer que é preciso garantir a autonomia dos MS e denunciar as falhas inclusões de suas reivindicações, como foi feita, por exemplo, na Constituição do 1988, quando a inclusão da pauta dos trabalhadores não passou de retórica demagógica, o que reforça a perspectiva de burocratização do movimento, a partir de uma concepção burguesa de democracia que passa necessariamente pela cooptação e controle social.

3. Algumas idéias para concluir

As discussões a respeito dos MS se colocam sob a ótica da polaridade: de um lado, os mais radicais que apon-

tam a perspectiva do socialismo como alternativa à barbárie, e, do outro, uma perspectiva de composição entre capital e trabalho como forma de superação momentânea da situação vivida, aceitando os encantos do poder e da burocracia para satisfazer necessidades específicas e subjetivas de grupos, reforçando a idéia de que é possível um capitalismo ou uma globalização mais humanizada.

Na sociedade, as questões sociais se expressam a partir da luta dos MS que polarizam suas demandas contra o Estado burguês; é o fruto desse enfrentamento que impõe a aparição de políticas sociais, a saber:

“...O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, servem à acomodação de interesse de classe e são compatíveis com o caráter obsoleto do aparelho do Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira.” (Yazbek1996:37)

O Estado intervém nas questões sociais como organizador e reproduzidor, regulando as relações e, ao mesmo tempo, mantendo-as e garantindo o processo acumulativo. É possível perceber que, mesmo com a implementação de tais políticas tuteladas, a desigualdade cresceu em níveis alarmantes. “Assim, as políticas governamentais no campo social, embora expressem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por reiterar o perfil da desigualdade no país e mantém essa área de ação submersa e paliativa” (Yazbek, 1996:40).

É possível afirmar, então, que a funcionalidade da política social, no âmbi-

to do capitalismo, não é uma decorrência natural e, sim, faz parte da luta de classes. Por isso, não “há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas” (Paulo Neto, 1996:29), procurando subordinar os MS às suas políticas e à sua agenda.

Acredito que os MS têm que ter um caráter classista, ou seja, um movimento que tem, na sociedade capitalista, um adversário a derrotar. Assim, os movimentos são, em última análise, a expressão de um conflito de classes, pois a contradição leva o movimento a uma postura crítica, coletiva, e que busca liberdade e igualdade social. Dessa forma, os MS deixam de ser objetos de políticas pontuais e passam a ser sujeitos coletivos capazes de se agruparem como organizações, com projetos explicitamente classista, apesar da complexidade social em que possamos nos encontrar.

Procuro concluir, afirmando que as organizações dos MS são parte importante na luta por mudanças significativas na sociedade e tem a consequência de alterar, através do seu processo educativo, a correlação de forças e disputar a hegemonia política, a partir de projetos antagônicos das classes representadas. É certo que a força dos MS leva o Estado a procurar mecanismos de desmobilização, ora através do uso da violência e da repressão, ora procurando abrir espaços de “diálogos e negociações”. Porém, essas tentativas “democráticas” procuram, na verdade, cooptar os MS para dentro do Estado, a fim de manter a ordem inalterada ou amortizar suas pressões e reivindicações, procurando equilibrar as forças e estancar temporariamente os movimentos e sua mobilização.

Nesse caso, a tendência é que esses

movimentos se reestruturem, na medida em que em suas lutas vão tomando uma consciência, cada vez mais nítida, da falta de compromisso social do Estado burguês com os trabalhadores e da necessidade de assumirem seu destino e ir em busca de uma emancipação concreta.

Esse movimento de ir e vir, de avançar e retroceder, de construir-se consciência nas práticas sociais, principalmente das que decorrem das lutas, tem uma dimensão educativa muito importante. Porém não podemos nos iludir, por isso, procuro, com essa breve análise, chamar atenção aos encantos que poderemos sofrer, devemos estar atentos e abertos para entender e intervir numa conjuntura que se aproxima, por isso, a vitória de um candidato ou partido de centro direita não deve comprometer a autonomia e a consistência dos movimentos dos trabalhadores.

Notas

1. Quero salientar que neste texto não cabe uma discussão aprofundada da história dos MS, nesse sentido indico a leitura de Ribeiro (1999a) e Gohn (1995).

2. É preciso lembrar que nesse momento o neoliberalismo começa se afirmar na Europa e nos EUA e em seguida começa tomar força no mundo, ver Anderson (1995), Frigotto (1995), Soares (2000), Ferraro (2000), dentre outros.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. IN: Gentili, P; Anderson, P; Salama P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e terra, 1995.

ARROYO, Miguel. Educação básica e movimentos sociais. In: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: UNICEF, UNB, UNESCO, MST, CNBB, 1999, p. 13 - 36.

CALDART, R. S. Os movimentos sociais e a construção da escola(do sonho) possível.

Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. Ed. ano Ijuí, jan/mar 1986, p.100/131.

CALDART, R. S. Os movimentos sociais e a formação de uma nova pedagogia. *Contexto e Educação/ Universidade de Ijuí*. Ed. Ijuí, ano 2 n° 08, out/dez. 1987, p.19/33.

FERRARO, A. Movimento neoliberal: gênese, natureza e trajetória. In: FERRARO, Alceu Ravello e RIBEIRO, Marlene (orgs.). *Movimentos Sociais: Revolução e reação*. Pelotas/RS: Educat, 1999.

FIORI, José Luis. Aos condenados da terra. In: *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, p. 77 - 88, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Os paradigmas teóricos-metodológicos sobre uma forma de educação popular: os movimentos sociais urbanos. *Contexto e Educação*. Universidade de Ijuí. Ed.Ijuí, abril/junho 1989, p.62/69.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. São Paulo: ED. Expressão Popular, 2001.

LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo, ed. Alfa-Omega, v.2, 1995.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, F. Globalização e antivisor: uma antiintrodução ao antivisor. In: *A Reinvenção do futuro*. FREITAS, M. C.(org.) São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, José. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1996.

RIBEIRO, M. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. IN: FERRARO, Alceu Ravello e Ribeiro Marlene(Org.). *Movimentos sociais: revolução e ação*. Educat, 1999a, p. 103 - 136.

RIBEIRO, M. Luta de classes: um conceito em estado político para leitura dos movimentos sociais. IN: FERRARO, Alceu Ravello e Ribeiro Marlene.(Org.). *Movimentos sociais: revolução e ação*. Educat, 1999b, p. 137 - 174.

SOARES. L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1996.

* Dileno Dustan Lucas de Souza é professor do DPE/UFV e Doutorando da FAGED/UFRRGS.

Sobre a modernidade e seus críticos

Romero Venâncio

Ao discutir a modernidade, propõe Habermas esclarecer, a partir de uma reconstrução deste conceito, a sua posição frente à crítica à razão e, desse modo, assegurar a idéia de que a modernidade, enquanto programa filosófico-político, permanece inacabada. Ele pretende, por um lado, sustar a crítica ao projeto iluminista daqueles teóricos a que chama de “neo-conservadores”; e, por outro, mostrar as aporias de uma crítica que identifique razão e poder, de tal modo que, fazendo uma crítica ao poder, acredite estar dando um adeus geral à modernidade. Rorty, numa perspectiva outra da história da filosofia contemporânea, pensa desnecessária uma tal construção. Para ele, se nos desvencilharmos da idéia de “subjetividade”, poderemos recuperar um conceito de modernidade que não precise fazer as restrições que Habermas faz a pensadores como Michel Foucault.

Em sua reconstrução, Habermas visita Max Weber a fim de reencontrar, com este autor, o lugar onde a modernidade ganhou azo de tema filosófico. Segundo Weber, a modernidade é o processo pelo qual o racionalismo ocidental pulveriza-se em todas as esferas da sociedade e da cultura, forjando formas de vida inteiramente diferentes das tradicionais, leia-se religiosas. Weber descreve como racional “este processo de desencantamento que levou

a que a desintegração das concepções religiosas do mundo gerasse na Europa uma cultura profana”(Cf. HABERMAS, 1990:13). Contrariamente, quer Habermas reconstruir o conceito de racionalidade que se esquive da tarefa de desencantar o mundo.

Com a divisão (colocada pelos iluministas e corroborada em maior grau por Kant) entre crença e saber, o saber sobrepuxa a crença e provoca a autonomização das esferas de valores, antes ofuscadas por um conceito substancial de razão, conceito afeito apenas a uma concepção religiosa do mundo. Ora, exatamente com a extinção de tal concepção, a razão ganha força suficiente para se apresentar sob nova forma e, dessarte, surgir dividida de maneira a poder legitimar modos de representação distintos (Cf. KANT, 1984:171). É quando nasce a necessidade de fazer da filosofia um sistema. Esses modos de representação (o conhecimento, a ação e o sentimento), legitimados por faculdades internas do sujeito pensante, autonomizam-se; resultado: a ciência se encontra legitimada, a mora, a arte... sinais do processo de profanização da cultura (Cf. WEBER, 1982:371). Ao lado da formação deste sistema cultura, Weber aponta o desenvolvimento das sociedades modernas também sob o ponto de vista da racionalização. Destaca as esferas do agir econômico e político-

administrativo.

Armando-se com este pano de fundo de explicação, por assim dizer, historiográfico (embora, dirá Rorty, não histórico), Habermas busca entender as condições concretas que possibilitam o surgimento dos discursos com pretensão de superar ou abandonar o projeto emancipatório propugnado pelo Iluminismo. “Foi na realidade a investigação da modernidade nos anos 50 e 60 que criou as condições para que a expressão ‘pós-modernidade’ passasse a ser corrente também entre especialistas das ciências sociais” (Cf. HABERMAS, 1990:15). Esta investigação de que fala Habermas foi que introduziu o termo modernização, caro à teoria funcionalista da sociedade.

Por modernização, entende-se o conjunto de processos cumulativos provenientes da produção da vida social secularizada. A teoria que se utiliza desta terminologia procura explicar as mudanças ocorridas no seio das sociedades industriais, justificando-as como produtos insuperáveis da “dinâmica social” própria destas sociedades (Cf. para uma análise atual desta problemática à luz da derrocada do socialismo, KURZ, 1993:11 e ss.)

“A teoria da modernização procede de uma abstração do conceito de “modernidade” de Weber com importantes consequências. Essa abstração dissocia a modernidade das suas ori-

gens na Europa dos novos tempos e utiliza-se até como um padrão neutralizado espaço-temporalmente de processos de desenvolvimento social em geral. Quebra além disso as conexões internas entre a modernidade e o contexto do racionalismo ocidental, e de tal modo que os processos de modernização deixam de poder ser concebidos como racionalização, como uma objetivação histórica de estruturas racionais” (Cf. HABERMAS, 1990:14).

Colocando a modernidade, de um lado, (desenvolvendo-se ao máximo as esferas sociais a ponto de tornar absolutas as esferas da cultura) e, de um outro, a tradição do racionalismo ocidental, fica fácil aos teóricos chamados por Habermas de neo-conservadores assumir o còrrego da modernização social, relegar como estéril a modernidade cultural e decretar obstinadamente o fim da história e, com ele, o fim do Iluminismo. Segundo esta avaliação, a modernidade cultural já ofereceu tudo quando poderia dar, restando exausta e sem novidade. O que haveríamos de fazer, suspeitam os neo-conservadores, é contar com o que temos. E o que temos nada mais é que a desenfreada dinâmica do desenvolvimento social, de que os neo-conservadores não abrem mão.

O outro alvo da crítica habermasiana – *“teóricos que não contam com o fato de se ter produzido uma dissociação entre modernidade e racionalidade”*(Id. Ibid., p.15) –, uma orientação marcadamente “anarquista”, procura dar adeus à modernidade como um todo, não assume nenhuma confiança na modernização social e dirige uma crítica radical à razão que sustenta a modernidade cultural. Os teóricos anarquistas não temem identificar razão e poder e suas críticas à razão são ao mesmo tempo críticas à sociedade instituída. *“A força subversiva de uma crí-*

tica à la Heidegger ou Bataille, que arranca o véu da razão revelando a mera vontade de poder, deverá simultaneamente abalar o invólucro de ação dentro do qual o espírito da modernidade se objetivou socialmente” (Id. Ibid. p. 16).

Seja parcialmente (a posição dos neo-conservadores), seja em sua totalidade (a dos anarquistas), ambas posições se propõem como críticas da modernidade e, desse modo, intentam afastar-se do horizonte conceitual ante o qual o evento histórico da modernidade ganha sentido, ambas se colocam num lugar ainda que não esclarecido, dirá Habermas, onde a modernidade se apresenta como época pretérita e, por isso mesmo, esgotada. Neste momento, Habermas sugerir um retorno ao *locus* onde a relação entre modernidade e racionalidade era muito mais nítido, a fim de ver até que ponto e a que preço essas críticas se

colocam como propostas totalmente outras com referência à modernidade.

Para resgatar esse conceito de modernidade, Habermas retorna a Hegel e procura mostrar que é com este filósofo que a modernidade ganha forma de problema filosófico: *“Foi Hegel que introduziu o tema da certificação autocrítica da modernidade”*(d. Ibid., p. 57). Esta *“certificação autocrítica”* diz respeito à tomada de consciência das bipartições causadas pela filosofia kantiana e também à necessidade de superá-las. Segundo Habermas, com efeito, graças à descoberta da liberdade da subjetividade como princípio dos tempos modernos, a modernidade se caracteriza primeiro como instauração de bipartições geradoras de esferas de valores autônomos, baseadas em um conceito formal de razão; segundo, ainda no mesmo horizonte de uma subjetividade livre, como necessidade de superação dessas biparti-



ções que, se por um lado, libera novas formas de vida, formas de vida humanizadas, por outro lado, impede, do ponto de vista conceitual, filosófico, a resolução de uma série de problemas, como exemplo, a participação da liberdade no fenômeno, ou a possibilidade da felicidade sem colocar em risco a dignidade.

Toda a energia espiritual herdeira do pensamento de Kant veio no sentido de criticar seu formalismo responsável pelas bipartições e buscar reconduzir os momentos por ele cindidos numa totalidade reconciliadora. A isto chamamos a dimensão autocritica da modernidade (Schiller, Fichte e Hegel seriam exemplos dessa dimensão).

Seguindo este percurso, Habermas pensa poder evitar *“o desapontamento com ‘a filosofia da subjetividade’ que produziu Nietzsche e as duas correntes de pensamento pós-nietzscheano que ele distingue e de que não gosta (levando uma a Foucault e a outra a Heidegger)”*(Cf. RORTY, 1987: 46). E para evitar tal desapontamento, Habermas sugere a substituição do paradigma do conhecimento do objeto (paradigma próprio de uma filosofia do sujeito reificante e auto-restringente) por um paradigma da compreensão mútua entre sujeitos capazes de falar e agir, abrindo-se assim à comunidade de compreensão onde haveria de se resgatar aquilo que, no limiar da filosofia da reflexão e para além do paradigma centrado no sujeito, está suplantado, a saber, a intersubjetividade.

Avaliando esses passos de Habermas, Richard Rorty defenderá que tudo isso não passa de um problema artificial *“criado pelo facto de se dar demasiada importância a Kant”* (Id. Ibid., p. 47). Para Rorty, não se deveria levar em alta consideração a divisão kantiana entre ciência, moral e arte.

“Nesta perspectiva, a tentativa de Kant de negar que o conhecimento

deixe lugar para fé (inventando a “subjetividade transcendental” para servir de fulcro a revolução copernicana) foi provocada por uma preocupação desnecessária com o significativo ou a insignificância espiritual da ciência moderna” (Id. Ibid., p. 48).

Discípulo de Kuhn, Rorty pode, com esta observação, descartar a importância de Kant para a discussão da modernidade, sem nenhum prejuízo para o seu pensamento, pois, discípulo de Kuhn, está menos preocupado com a reconstrução da história do conceito de modernidade que de sua desconstrução. Assim, embora este procedimento não lhe traga prejuízo, não se pode dizer que ele não esteja carregado de *pré-juízos* em relação ao pensamento de Kant. Neste sentido, vale recordar os interesses motivadores do pensamento kantiano a fim de, dessa forma, saber até que ponto Rorty tem razão ao considerá-lo como algo de pouca importância.

Enquanto herdeiro do Iluminismo supervalorizando a razão em detrimento da fé, mas também desperto do sono dogmático pelo ceticismo humano, Kant possui três interesses que o norteiam, passo a passo, nas críticas à metafísica, à reconstrução prática da razão e à formação de um sistema completo da filosofia. Esses interesses, todavia, possuem, ensaiemos a afirmação, apenas um motivo: a decisão pela crítica, a tomada de partido pela crítica. A crítica isto fica apenas como indicação, procuraremos desenvolver adiante, é o elemento mais característico da modernidade, é a tarefa eminentemente moderna ou a modernidade

como tarefa. Assim, podemos afirmar que, ainda que refutem todas as posições do kantismo, ainda que o façam calar com as mais ferinas objeções, ainda assim a crítica, a atividade crítica, permanecerá incólume, inarredável, irredutível.

A objeção de que Kant tenha dado demasia importância à ciência moderna, com o fito de refutar-lhe o princípio de subjetividade, presta-se apenas como restrição a uma de suas figuras de pensamento, e não ao princípio mesmo da modernidade, posto que, segundo a leitura que aqui se propõe, o princípio da modernidade não é a subjetividade, mas a decisão pela crítica. Com efeito, a fim de compreender o lugar de Kant, no discurso da modernidade, Michel Foucault, relacionando a filosofia kantiana com o movimento da *aufklärung*, nos assegura que *“não é a fidelidade aos elementos da doutrina, mas sim a reativação permanente de uma atitude, ou seja, de um ethos filosófico que se poderia caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico”*(Cf. FOUCAULT, s/d:54).

O problema de Rorty, como o de Habermas e de toda uma leitura já tradicional do pensamento de Kant, é considerar a subjetividade transcendental e a revolução copernicana como o que há de mais fundamental no pensamento crítico. A revolução copernicana e a subjetividade transcendental são apenas figuras de pensamento, dentre outras, da filosofia moderna, utilizadas como estratégia para o desempenho de uma tarefa historicamente determinada, no caso: a crítica da metafísica. Que essas estratégias

A revolução copernicana e a subjetividade transcendental são apenas figuras de pensamento, dentre outras, da filosofia moderna.

não funcionaram, que hoje sejam dispensáveis, isso pode até ser concedido. No entanto, quem considerará hoje em dia seja desnecessária a crítica à metafísica? Quem, da mesma forma, permitir-se-á deixar a outrem o direito de orientar suas ações e de escolher e decidir sobre seu gosto? E, mesmo que ainda haja atitudes como essas, quem poderá negar o quanto essas atitudes são nocivas a um projeto de história que procure emancipar os homens? Não vamos discutir essas questões aqui, mas também não se pode discutir-las apenas à luz de uma caricaturização do pensamento kantiano, sem deixar de tematizar o problema da Crítica como elemento específico da modernidade.

É por se colocar ainda neste horizonte de leitura tradicional da filosofia moderna que Rorty pode dizer que *como Habermas, Kant pensa que a ciência moderna tem uma 'dinâmica própria; uma dinâmica que se pode identificar como (pelo menos uma porção de) a 'natureza da racionalidade'*". (Cf. RORTY, 1987:48), e disso fazer pressuposto para a sua crítica a Habermas.

A identificação entre "natureza da racionalidade" e a "dinâmica própria da ciência" é o modo como Kant assegura o estatuto epistemológico da moderna ciência da natureza. O discurso desta identificação, Rorty, como Lyotard, pode, com razão, chamá-lo de metanarrativa, mas que ela seja desnecessária, só faz sentido dizê-lo no âmbito de seu pensamento (uma vez que ele tenha outras figuras de pensamento que lhe sirvam de estratégia para sua despedida da metafísica). Não é o caso de Kant. Todavia, quando esta crítica se dirige especificamente a Habermas, o que dizer dela?

Segundo Rorty, Habermas pensa que, isolando e exibindo a dinâmica própria da ciência, mas distinguindo-a de outras dinâmicas (tal como Kant faz

O esforço de Habermas vai no sentido de fazer uma crítica à filosofia da consciência, mas sem deixar escapar o saldo de racionalidade passível de ser utilizado sem em nada ficar devendo às aporias da subjetividade.

ao encontrar um campo especial onde a razão ganhe um domínio própria de legislação (a questão da liberdade no sentido prático-ético, deixando de lado seu interesse teórico), no caso de Habermas, ao acreditar poder confiar numa racionalidade comunicativa, para além da razão centrada no sujeito, com o fito de atingir a emancipação da intersubjetividade, *"se pode preservar os resultados da ciência sem com isso retirar encanto ao mundo"*(Id. Ibid., p. 48). Ou seja, como Kant, para assegurar um lugar para a liberdade, destacou a razão prática da teórica, Habermas, com o mesmo fim, quis destacar a razão comunicativa da razão instrumental. Com efeito, todo o esforço de Habermas vai no sentido de fazer uma crítica à filosofia da consciência, mas sem deixar escapar o saldo de racionalidade passível de ser utilizado sem em nada ficar devendo às aporias da subjetividade.

Como alternativa a esta estratégia habermasiana de caracterização da modernidade (e de resgate dela), Rorty sugere que se dê menos importância a Kant e Hegel. Pensa que, se dessemos *"mais importância aos relativamente a-teóricos socialistas"*, poderíamos conduzir-nos *"a uma espécie de pensamento do fim da filosofia que escaparia às restrições que Habermas põe a Deleuze e a Foucault"* (Id. Ibid., p. 49). Rorty está mais preocupado em atitudes que realizem obras de, como chama, engenharia social, que com pensamento de identidade geradores de *"filosofias ultra-zelosas"*(Id. Ibid.), à la Descartes. Aliás, ele está disposto a

aceitar como *"princípio dos tempos modernos"* muito menos uma *"subjetividade"* – que os historiadores pós kantianos da filosofia *"ansiosos por ligar Kant a Descartes, consideraram que era o seu fio condutor"* – que uma "auto-afirmação" entendida como inclinação *"para centrar nossas esperanças no futuro da raça, nos sucessos imprescindíveis dos nossos descendentes"*(Id. Ibid., p 50). Vê Rorty, neste princípio por ele sugerido, uma possibilidade de avaliar o tipo de estrutura a-histórica exemplificada pela divisão kantiana da cultura em três esferas de valor. Neste sentido, ele prefere Bacon a Descartes como fundador da filosofia moderna.

Se admitirmos, entretanto, como Hannah Arendt, que o ponto mais fundamental da filosofia de Descartes, o filósofo, segundo Hegel, com quem a filosofia finalmente se encontra em terra firme, o fundador da filosofia moderna, seu ponto mais fundamental é a **dúvida** ("na filosofia e no pensamento modernos, a dúvida ocupa a mesma posição que, em todos os séculos anteriores, cabia ao *thaumazein* grego, o assombro diante de tudo o que é como é" (Cf. ARENDT, 1981: 286), e se dissemos que a **radicalização da dúvida** devém crítica (Para Hannah Arendt, o pensamento de Descartes tem um caráter secundário e é a *dúvida* o fundamento de todo o sistema cartesiano) *"nós não saberíamos duvidar sem ser, e isto é o primeiro conhecimento certo que podemos adquirir (...), dubito ergo sum!* Id. Ibid., p. 292), não será difícil aceitarmos a

hipótese de ser a noção de tarefa quem melhor caracterize a modernidade. Com efeito, a crítica é a tarefa primordial daqueles que pensam, por conta própria, o homem moderno.

“Descartes foi o primeiro a conceitualizar esta forma moderna de duvidar, que depois dele passou a ser o motor evidente e inaudível que vem movendo todo pensamento, o eixo invisível em torno do qual todo pensamento tem girado. Tal como, desde Platão e Aristóteles até a era moderna, a filosofia conceitual, em seus maiores e mais autênticos representantes, havia sido a expressão do assombro, também a moderna filosofia, desde Descartes, tem consistido na manifestação e nas ramificações da dúvida” (id. *Ibid.*, p. 286).

A filosofia cartesiana que se expressa não através das doutrinas, não através de disputas ou questões (como fora próprio na Escolástica), mas como discurso, como meditação, dirige-se não à Escola, mas contra a Escola, aos homens de bom-senso, àqueles que desejam tornar-se senhores de seus preconceitos e dissipá-los. É uma filosofia que conhece sua origem, a dúvida; parte dela e segue por ela norteadas. A partir de Descartes, o pensamento, por ser crítico, está finalmente livre de toda mediação exterior. Frente a uma razão inquieta, a solidez da autoridade tradicional se espatifa. Pelo menos enquanto princípio, nem mesmo Deus pode intervir em um tal pensamento, por assim dizer, rebelde.

Foi a rebeldia do pensamento que, por exemplo, gerou um Hume. Sutil e elegante, Hume dirige sua crítica a um princípio-chave da filosofia (o princípio da causalidade), e com ela decepa com um só golpe a velha metafísica (Cf., para uma leitura muito interessante desse episódio, LEBRUN, 1993:9). Não levando em conta aqui a astuciosa saída (contra Hume) que Kant ofe-

rece à metafísica, o que importa é que, com Hume, sua pesquisa se dirige a um ponto totalmente diferente dos que o animavam na juventude. O filósofo de Königsberg nunca mais fora o mesmo e, com ele, a história do pensamento ocidental. Nasce a filosofia crítica, consolida-se a modernidade. Todo pensamento, portanto, que se incubia de ser tarefa de criticar a metafísica é, por isso mesmo, pensamento da modernidade. Não só pensamento da modernidade como também *pensamento* da modernidade. Não só pertence a ela como também a problematiza.

A modernidade como tarefa aponta para a responsabilidade crítica da filosofia atual. Importa mais que tudo não colocar uma etiqueta **“moderno”** ou **“pós-moderno”**, em nossos pensamentos mas descobrir os nossos problemas e procurar assumir a tarefa de, senão resolvê-los, pelo menos pensá-los. *“Pensar é estar doente dos olhos”*, dizia o poeta português. É preciso fazer com que os olhos ardam, é preciso baldear as águas plácidas da comodidade acrítica e tomar pela mão a dor e o desassossego que provocam o pensamento. O princípio da modernidade não é um ponto onde havemos de nos apoiar mas uma atividade, uma tarefa que nos instiga a construir nossos próprios problemas e sobre eles refletir a fim de averiguar seus alcances e estabelecer seus limites.

Nossa preocupação, quando caracterizamos a modernidade como tarefa, é reconsiderar a relação entre pensamento e realidade histórica. Ao tratarmos da crítica, não devemos, na ânsia de reencontrar apoio metafísico, perguntar sobre que ponto arquimediano poderemos executá-la. A crítica não deve ser acionada por um **“motor imóvel”** que lhe assegure um **“estatuto ontológico”** ou mesmo **“epistemológico”** de crítica. Ao contrário, o que deve movê-la, numa metáfora, é o motor-

mais-que-móvel que são os problemas da comunidade onde estamos inseridos. É por existirem os problemas forjados na dinâmica de cada cultura e sociedade que existem os pensamentos. Os pensamentos, contudo, não são o resultados dos problemas, são sua problematização. não se pode criar a relação ingênua de prioridade entre um e outro. O que está em jogo é o de saber quais são nossos problemas para que não nos ocupemos com tarefas que não são as nossas; do contrário, ficaremos à margem da história, à deriva.

Referências Bibliográficas

- ARENDE, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro-RJ: Forense, 1981.
- FOUCAULT, M. *O que são as luzes?* In: Boletim de Novidades, s/d.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade*. v., tt., Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- KANT, I. *Primeira introdução à crítica do juízo*. Trad. Rubem R. T. Filho. São Paulo-SP: Abril Cultural, 1984.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Trad. Karen E. Barbosa. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1993.
- LEBRUN, G. *Sobre Kant*. Org. R. Rodrigues T. Filho. São Paulo-SP: Iluminuras, 1993.
- MARKENSON, R. *E por falar em pós-modernidade, somos modernos?* In: Ciência e Conhecimento. Cadernos ADUF-PB/SSIND, nº 09. João Pessoa: Trama da Trama, 1992.
- RICOEUR, P. *O conflito das interpretações*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro-RJ: Imago, 1978.
- RORTY, R. *Habermas e Lyotard, acerca da modernidade*. In: Crítica, Revista do Pensamento Contemporâneo. nº 2. Trad. Nuno F. Fonseca, nov./1987.
- ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. Rio de Janeiro-RJ: Companhia das Letras, 1981.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara, 1982.

Romero Venâncio é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe.



Globalização, ALCA e Educação*

Conferência de Jocelyn Berthelot, Secretário Geral, Secretaria Continental sobre Educação¹ no IV Fórum Mundial pela Educação dos Povos Colima (México), 27 a 30 de novembro de 2002.

Não vou tratar muito da ALCA, mas da globalização e de suas conseqüências para a Educação. A globalização não é um fenômeno novo. A própria conquista das Américas pelos europeus foi uma etapa importante deste processo, ao mesmo tempo em que se descobria que nosso planeta era finito e que não era o centro do universo, como se acreditava até Copérnico.

Atualmente, a globalização é um tema do qual se fala diariamente, seja para elogiar seus méritos ou para de-

nunciar suas conseqüências sobre a vida dos povos e de milhões de pessoas. Mas há uma certeza, ou ao menos esta é minha convicção: o mundo está atravessando um período de mudanças profundas de longo prazo, com novas formas de dominação e de resistência, com desafios maiores para o futuro da humanidade.

Inicialmente, me parece importante tecer uma breve retrospectiva histórica do processo de globalização para fazer sobressair a importância das atuais transformações. Feito isso, veremos como as políticas que inspiram essa

globalização têm conseqüências sobre a América Latina e a Educação.

Uma mudança de longa duração

A importância desta mudança é tão grande quanto a que humanidade conheceu no momento do desenvolvimento dos Estados Nacionais no final do século XVIII e início do século XIX. Em menos de 50 anos, em diversos lugares, nasceram nações que se libertaram do jugo do poder colonial e da dominação aristocrática. Foi este o caso em quase todas as Américas. O desenvolvimento das ciências e das tecnologias baseadas na transformação da matéria (eletricidade, máquina a vapor, etc.) sustentou a revolução industrial a partir de meados do século XIX.

Decerto, não foi uma libertação para todos. Com os novos Estados, nasceram novas dominações e novos impérios. Faz pouco tempo que as nações africanas se libertaram do jugo colonial. Frente à dominação do capitalismo, nasceram os sindicatos e os partidos de trabalhadores. Novas reivindicações foram levadas adiante, inicialmente, com uma ilegalidade que justificava uma repressão selvagem. Foi o caso do movimento trabalhista, em seu início, na segunda metade do século XIX.

Dessas resistências e reivindicações nasceram novos direitos; a escravidão foi abolida, as mulheres foram reconhecidas como pessoas - o que não ocorria antes perante a Lei - o trabalho infantil foi combatido. A educação, a saúde, a seguridade social se transformaram em serviços públicos. Por outro lado, a afirmação das soberanias nacionais deu lugar a numerosas guerras regionais (como entre Estados Unidos e México) e até a duas guerras mundiais.

Estamos entrando em uma nova época; assistimos a uma mudança nos poderes tradicionais dos Estados e nas

relações entre eles. De outra parte, as tecnologias da comunicação e as biotecnologias conhecem um salto qualitativo que abre novas esperanças, mas, desgraçadamente, novas formas de dominação.

São forças dominantes as que, neste momento, têm definido as características desta mutação. Impuseram suas políticas e valores, provocando resistências e a elaboração de um contra-projeto democrático.

A globalização neoliberal está marcada por uma transferência de uma parte do poder dos Estados nacionais para o setor privado e para as grandes empresas transnacionais e instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Das 100 economias mais importantes do mundo, 52 são empresas transnacionais. As 200 maiores controlam 28% da atividade econômica mundial.

Os novos mestres do mundo, como os chama Noam Chomsky, teriam a receita mágica para "um mundo sem pobreza", como diz o slogan do Banco Mundial. A mão invisível do mercado seria revestida de poderes reservados até agora aos deuses. A crença em seu superpoder seria uma garantia de bem-estar para os demais. Mas o novo paraíso que nos prometem se converte em inferno para a grande maioria da população. A aldeia global tem, para muitos, a cara de um *apartheid* global.

A ampliação do espaço do mercado se concretiza em políticas de privatização impostas pelas instituições financeiras internacionais, pelos tratados comerciais e por uma dominação do novo império, representado pelos Estados Unidos com seu poder econômico e militar. De outra parte, se expressam múltiplas e novas formas de resistência e de solidariedade, nascem novos projetos que impulsionam uma combatividade renovada.

Uma globalização excludente

A América Latina tem sido um laboratório das políticas neoliberais impostas a partir dos anos 80. As exigências ligadas ao pagamento dos juros gerados pelas dívidas externas conduziram ao que se tem chamado de "a década perdida". Os anos 90 trouxeram melhores notícias, ao menos em termos gerais, com um certo crescimento econômico e uma ampliação do atendimento educacional, assim como uma redução significativa das desigualdades e uma melhora na qualidade educativa.

Em quase todos os países do continente, uma onda de privatização ameaçou os serviços públicos. A eletricidade, o abastecimento de água, os serviços postais foram objeto de políticas privatizadoras. Greves, manifestações populares, ações jurídicas frearam o processo em muitos lugares, como foi o caso em Arequipa, no Peru, contra a venda das empresas de eletricidade a empresas estrangeiras e em Cochabamba, Bolívia, contra a privatização do sistema de água potável.

Já se conhecem as conseqüências dessas políticas: alta de preços, problemas de abastecimento, deterioração das infra-estruturas. Até na rica Califórnia, no verão de 2000, foi imposto o "estado de emergência" devido à incapacidade das empresas privatizadas de produzir o nível necessário de eletricidade. Mas isto não detém os integristas da privatização de seguir adiante.

A abertura dos mercados nacionais à competição internacional e ao capital especulativo tem sido acompanhada por uma política produtiva orientada para a exportação, a fim de conseguir divisas para cumprir as exigências do pagamento da dívida externa.

Como conseqüência, as desigualdades se mantiveram ou aumentaram. O FMI demonstrou que não apenas estava equivocado, mas que era franca-

mente cruel. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, em seu último *Panorama Social da América Latina*, fala da meia década perdida para caracterizar os últimos anos. Em 2001, quase a metade da população vivia na pobreza; uma em cada cinco pessoas, na miséria. As pessoas com 20% dos salários mais baixos compartilham menos de 2% da riqueza, enquanto os 20% mais ricos se apropriam de mais de 50%.

A educação sofreu com essas mudanças. Tem sido afetada diretamente pela pobreza crescente da população, pelos cortes orçamentários, pela deterioração das condições de trabalho e pela privatização. Por outro lado, a vontade de impor a todas as atividades humanas os valores do mercado afetou múltiplos aspectos da vida educacional.

Primeiro, os cortes impostos à Educação pelos programas de ajuste têm conduzido a uma deterioração das condições de ensino e aprendizagem. Em muitos lugares, o salário do pessoal de educação diminuiu, enquanto as tarefas de ensino aumentaram. Os investimentos dos anos 90 não chegaram aos níveis anteriores nem acompanhado o crescimento da matrícula.

Em muitos países se privatizaram os serviços nos estabelecimentos públicos de educação: a elaboração de exames uniformizados, até mesmo a administração completa de escolas públicas, como se pode observar nos Estados Unidos. Cresceu o financiamento público da educação privada - seja direta ou indiretamente - por meio de "bônus de educação" (os famosos *vouchers*) ou de bolsas públicas que permitem o acesso ao ensino superior privado. Como consequência dessa maior privatização, a educação custa cada vez mais aos pais e aos estudantes.

Essa privatização é profunda. Despojou-se a Educação de suas palavras

e de seus conceitos, para impor-lhe os da empresa: "clientes, produtos, competição, rendimento".

Em todos os lugares estão implantando reformas educativas, mas apesar de poderem conter, às vezes, certos elementos interessantes, amiúde estão ditadas por uma nova ortodoxia que prejudica a Educação Pública. Os educadores geralmente devem carregar o peso das mudanças improvisadas, sem receber o apoio adequado.

Assistiu-se em muitos lugares a uma transferência das responsabilidades do Estado para um nível inferior, sem que se tenha procurado os recursos correspondentes. Os setores mais desfavorecidos se encontram sem recursos. As desigualdades cresceram e a coerência da Educação Pública está ameaçada.

Esta maior autonomia tem sido acompanhada de mecanismos que

As grandes empresas recorrem a diversos meios para tentar fazer com que o ensino público leve os alunos a adotar seus valores e produtos.

tendem a fomentar a hierarquização e a competição entre os estabelecimentos, num modelo em que se considera pais e estudantes como simples consumidores. Por exemplo, a publicação da classificação de escolas está na moda em muitos lugares. Como no mercado, os pais deveriam ter a liberdade de escolher o produto educativo que lhes convém.

As grandes empresas recorrem a diversos meios para tentar fazer com que o ensino público leve os alunos a adotar seus valores e produtos. Cada vez são mais fortes as pressões das grandes empresas para que a liberalização do comércio abarque o conjunto dos serviços.

A imagem da *Rodada do Milênio* da Organização Mundial do Comércio e das negociações em torno do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) poderia ameaçar ainda mais o caráter público da Educação.

Alguns acordos perigosos

A OMC, que foi criada em 1995 e da qual cerca de 150 países são membros, quer ampliar a liberalização do comércio em todos os setores. Depois do fracasso de Seattle, a última reunião da OMC para lançar a famosa *Rodada do Milênio* teve lugar no muito democrático Emirado de Doha, onde todo tipo de protesto está proibido.

Os acordos da OMC estabelecem algumas regras gerais. Assim, deve-se tratar todos os membros da mesma maneira, sem conceder nenhum benefício particular a um país amigo ou a

empresas nacionais. As leis nacionais devem ser transparentes e o mais favoráveis possível à liberalização do comércio.

Os acordos regionais, como o Tratado de Livre Comércio para a América do Norte vão no mesmo sentido. Mas o NAFTA deu um passo adiante. Em seu famoso Capítulo XI, outorga primazia jurídica às disposições do Tratado sobre as Legislações nacionais; isto permite às empresas que se considerem afetadas por ações de um governo, interpelá-lo diretamente pelo lucro cessante, atual ou futuro.

Já houve alguns casos contra o Canadá e o México sobre as políticas relativas ao meio ambiente. Foi o caso

da *Metalclad*, empresa especializada no tratamento de resíduos, que queria abrir um sítio em uma zona ecológica de San Luis Potosi e a proibição, por razões de saúde, da parte do governo canadense, de um aditivo para a gasolina produzido pela *Ethyl Corp.* Propôs-se incluir um capítulo similar na ALCA.

As conseqüências da abertura das fronteiras mexicanas aos produtos agrícolas norteamericanos, previsto nesse Tratado, foram o centro do último Encontro Bilateral México-Estados Unidos, esta semana. Também provocou protestos populares muito importantes. Avalia-se que o México já per-

(GATS). Esta poderia ter conseqüências muito graves para o porvir da educação, porque compreende todo serviço, de qualquer setor, exceto os serviços prestados no exercício de funções governamentais. Isto quer dizer que não serão prestados de forma comercial nem competitivamente. Como não há definição deste conceito, e dado que em todos os países existe um setor privado paralelo ao setor público, muitos pensam que isso não exclui o setor educativo.

Na primeira *Rodada*, somente uma minoria de países aceitaram liberalizar, como dizem, o comércio dos serviços de educação. Nenhum dos países lati-

ram demandas. O objetivo da comunicação dos Estados Unidos é claro: «ajudar a estabelecer condições favoráveis aos prestadores de serviços de ensino superior, educação de adultos e capacitação, mediante a redução dos obstáculos que se opõem à transmissão desses serviços para além das fronteiras nacionais por meios eletrônicos ou materiais, ou ao estabelecimento e exploração de instalações para proporcionar serviços aos estudantes em seu país ou no estrangeiro». Propõe também a inclusão de uma nova categoria: os serviços de provas educativas.

Os Estados Unidos confeccionou uma lista de obstáculos, convocando outros governos a removê-los. A proibição de serviços de ensino superior ou para adultos oferecidos por entidades estrangeiras, a limitação a instituições nacionais a possibilidade de outorgar títulos, as restrições sobre a educação à distância são deles.

Os Estados Unidos quer criar um espaço maior para as instituições educativas ou empresas norteamericanas nos setores da gestão e das novas tecnologias, abrir as fronteiras ao ensino seqüencial e apoiar os consórcios especializados em provas educativas. Isto ameaça o caráter público e nacional da Educação, particularmente do ensino superior.

Por exemplo, as universidades de empresas passaram de 400 para mais de 1500 nos últimos dez anos. O ensino seqüencial é cada vez mais um espaço ocupado por universidades totalmente privadas, como é o caso da Universidade de Phoenix ou de consórcios de universidades com transnacionais da comunicação, a exemplo da Universitas 21, que agrupa 18 universidades e a transnacional *Thomson*, que de fato controla todo o processo.

Aparecem novos desafios a respeito da diversidade cultural, do papel do

*Mas o livre comércio não é tão livre como se pretende.
Permite aos mais poderosos, particularmente aos Estados Unidos, estender sua dominação.*

deu mais de meio milhão de empregos no setor agrícola como conseqüência da redução das tarifas alfandegárias. Mais de um milhão de pessoas migraram para as cidades, particularmente do Norte do país. Teme-se a explosão de uma crise social sem precedentes.

Mas o livre comércio não é tão livre como se pretende. Permite aos mais poderosos, particularmente aos Estados Unidos, estender sua dominação. Por exemplo, no setor agropecuário, o Projeto de Lei de Amparo aos Agricultores - *Farm Bill* - adotado pelo presidente Bush, constitui um subsídio de 35 bilhões de dólares aos produtores. Avalia-se que representa 1 dólar por animal por dia, ou seja, o montante que 40% das pessoas humanas possui para sobreviver.

Com a *Rodada do Milênio*, abriu-se uma nova rodada de negociação do Acordo Geral de Comércio e Serviços

norteamericanos o fez. Assim, os países foram prudentes no acordo firmado em 1995. Mas este é só um princípio.

O Artigo 19 do Acordo estabelece que as rodadas de negociação devem permitir incrementar o nível geral de compromissos para a liberalização. Em contrapartida, as possibilidades de retratação de um país signatário estão reduzidas, porque se teria que compensar os outros membros do Acordo.

Para a Educação, o GATS inclui cinco categorias: educação primária, secundária, para adultos, universitária e outros serviços. Os membros tinham até 30 de junho passado para fazer demandas de abertura a outros membros para essas categorias. Estes últimos têm até 31 de abril de 2003 para responder em negociações bilaterais. Um novo acordo deveria estar vigente em 2005, ao mesmo tempo que a ALCA.

Alguns países, como Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos apresenta-



Estado, da liberdade acadêmica. Existe uma oposição muito forte ao GATS da parte das organizações do setor da educação, incluindo as Direções das universidades. Associações de universidades norte-americanas, canadenses e europeias firmaram uma declaração conjunta contra o GATS. A Internacional da Educação segue o processo de perto e propõe ações concretas para que o mesmo fracasse.

Pode-se imaginar, como muitos acreditam, que a proposição norte-americana não tardará muito até que apareça na ALCA. A ALCA quer também liberalizar o comércio em todos os setores e poderia assim tocar a Educação.

Por uma verdadeira democratização

Frente a este processo de globalização neoliberal, devem-se tomar ações concretas. Na América Latina, a resistência à ALCA se encontra bastante desenvolvida. A Aliança Social Continental propôs uma consulta ao longo do continente. O Plebiscito brasileiro recolheu mais de dez milhões de assinaturas contra este tratado, que submeteria as economias latino-americanas à dominação norte-americana.

Em outubro, o Encontro dos Ministros do Comércio, em Quito, foi a ocasião de muitas atividades de protesto. A Rede Sepa organizou uma jornada

continental sobre o tema *A educação não se vende*. Finalmente, terminou, há alguns dias, o Segundo Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, em Cuba, com novas propostas de ação.

No setor educativo, deveremos fortalecer propostas concretas. Há a necessidade de um projeto não só para fazer fracassar as políticas neoliberais, mas também para desenvolver um contraprojeto democrático. Já tivemos avanços neste sentido, por ocasião do Fórum Continental sobre Educação do Segundo Fórum dos Povos, em Québec, do Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre e de um Fórum Mundial como este.

Muitos sindicatos presentes aqui também têm desenvolvido propostas adaptadas às suas condições nacionais. Isto pode dar resultados positivos, como demonstraram os companheiros mexicanos com a votação no Congresso para consagrar 8% do PIB à educação daqui até 2006.

Há também que se ampliar as bases de apoio a tal projeto, bem como a oposição à comercialização da Educação. Isto se pode fazer com os pais, outras organizações sindicais e sociais. Há que se fazer todo o possível para que cada um dos nossos governos não inclua a Educação dentro da lista dos setores incluídos no AGCS. Teremos que conseguir compromissos firmes e

por isso se pode contar com o amplo apoio do setor educativo.

Por outro lado, há um certo consenso continental quanto à urgência em aumentar a matrícula e reduzir a evasão escolar, que afeta 20% das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental. Nossos governos firmaram compromissos que afirmam a prioridade da Educação Pública para a democracia. Devemos exigir-lhes que cumpram com os compromissos firmados em Jomtien, Santiago, Cochabamba. Em Santiago, por exemplo, se comprometeram a assegurar o pleno acesso à educação primária, o acesso de 75% à educação secundária, a erradicação do analfabetismo antes de 2010. Sabemos que, quase na metade do caminho, o alcance destas metas está longe. Teremos que exigir planos concretos para que se cumpram.

Finalmente, os professores podem atuar positivamente a favor de outra escola e de outra sociedade. Há uma relação estreita entre a ação da classe e um projeto alternativo para a Educação. Como professores, temos o privilégio e a responsabilidade de educar as gerações futuras. Podemos transmitir valores que fundem um mundo democrático, solidário, ecológico e pacífico.

Notas

* Tradução de Janet Lúzia Leite (UFRJ).

1. A Secretaria Continental sobre Educação foi criada para assegurar a continuidade do Fórum Continental sobre Educação do Segundo Fórum dos Povos da América, que teve lugar em Québec, em abril de 2001, paralelamente à Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado reunidos para discutir a ALCA.



ENSAIO FOTOGRAFICO



Minorias...entre o barril e a pólvora

Texto: **Antônio Ponciano Bezerra***

Seleção das fotos e dos excertos extraídos do DUDH e DUDC por
Janete Luzia Leite e Marília Leite Washington

A atualidade, deste início de milênio, é feita, sobretudo, de conflitos entre diversas identidades que povoam o planeta. Essa realidade expressa a espoliação, o abandono, o desrespeito histórico que emanam da força do poder e da economia globalizada sobre as camadas sociais mais vulneráveis.

Reduzidas, ironicamente, à expressão “minorias”, as massas ganham as ruas, as praças públicas, para conquistar e garantir os seus direitos, na luta, arrancá-los mesmo das mãos de quem os detém, de quem a eles se opõe.

A palavra “minorias”, de abusivo e errôneo emprego, em nossa sociedade, representa, na verdade, a grande maioria dos brasileiros, um exército de pessoas que, cotidianamente, assiste à sonegação, ao confisco, ao desprezo e descaso de seus direitos básicos pelo Estado.

Numa terra de advogados, numa República de bacharéis como o Brasil, os símbolos da justiça: a balança (nem sempre balança), a espada (quase sempre não defende) e a venda (cego é aquele que não quer ver) não alcançam, não libertam as minorias oprimidas e reprimidas em sua atuação sindical, nas suas crenças religiosas, na sua opção sexual, no seu pertencimento étnico. Esses grupos oprimidos, marginalizados, estigmatizados, injustiçados, a todo instante, eclodem na sociedade. São eles: o desempregado, sem-terra, sem-teto, sem-escola, sem-previdência, sem-saúde, homossexuais, crianças e adolescentes (de rua e na rua), populações indígenas e negras, mulheres, portadores de deficiências físicas, entre outros.

“Minorias”, uma denominação racista, excludente, preconceituosa, discriminatória, saco de gato onde tudo que não é poder, nele cabe, se fundamenta numa suposta hierarquia de tipos humanos identificados como inferiores até o supostamente perfeito. “Minorias” é uma metáfora para expressar a diferença, o diferente, o outro. O diferente causa (provoca) medo, temor, repulsa, ao “mesmo”, ao “*status quo*”, pelo seu aspecto, sua cultura, seu estilo, seu sexo, sua maneira de ser, seu desejo de justiça e cidadania. O poder joga com fantasmas, descarta os valores universais como direito à vida digna, à igualdade, ao progresso social, à liberdade de crenças e de religiões, ao trabalho, ao salário justo, à segurança, à intimidade e à vida privada, direito de acesso à justiça e de proteção à família. Todos de responsabilidade do Estado.

Neste ensaio fotográfico, as imagens que o compõem, retratam vários segmentos sociais, na sua miséria histórica, cotidiana, enfim, exibem um quadro social esdrúxulo consentido pelo poder dominante que insiste na negação (violação) sistemática dos direitos e garantias fundamentais à condição humana.



Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”

Gildo Aguiar/MST

“Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros”



Jesus Carlos/Imagenlatina



“Não se deve permitir que a criança trabalhe antes da idade mínima adequada...”



“...ou a ela se imponha qualquer ocupação ou emprego...”

Paulo Pepe/Nau



“A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados”

Paulo Pepe/Nau



“A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar especialmente do menor abandonado”



“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos...”

Jesus Carlos/Imagenlatina



Jesus Carlos/Imagenlatina





Arquivo MST

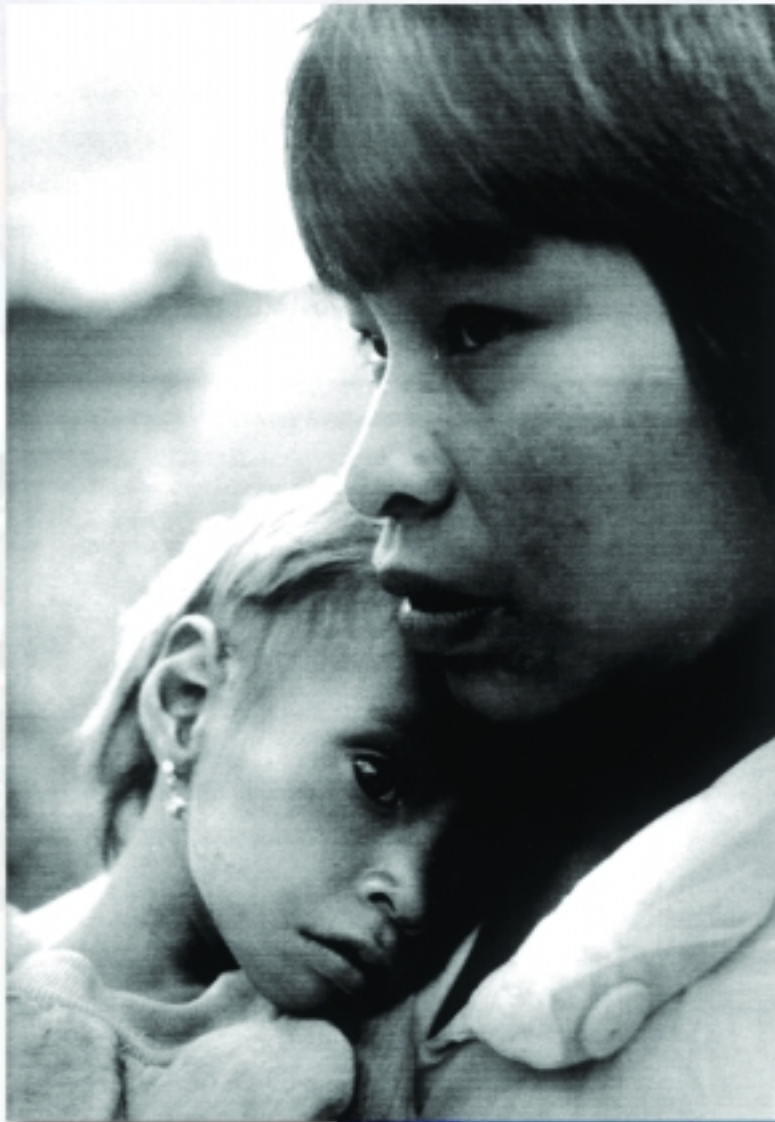
Paulo Gindália/Folha Imagem



"Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses"

Fotos: PauloPepe/Nau





Arquivo Andes/João R. Ripper

Jesus Carlos/Imagenlatina

“A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais”

Folha Imagem





Arquivo Andes/Josao R. Ripper



“Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”

Paulo Pepe/Nau

“O respeito ao idoso consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”

